



S U M Á R I O

5	Problemáticas e novos contributos em torno da cerâmica	Grupo CIGA – Gupo de trabalho cerâmica islâmica do Gharb Al-Ândalus
7	Cerâmicas Islâmicas da Marca Inferior em território português	Helena Catarino e Constança Guimarães dos Santos
15	Cerâmicas altomedievais do Castelo de Trancoso – uma primeira abordagem	Maria do Céu Ferreira, João Carlos Lobão e Helena Catarino
33	A cerâmica de Qundâyixa: dados para uma reapreciação cronológica	Adriaan De Man
41	Trabalhos Arqueológicos no Projecto de Recuperação do Paço da Ega (2007-2009)	Ana Lima Revez
59	Em torno da cerâmica pintada a branco. Uma proposta de diacronia pós-islâmica na Santarém medieval	Helena Santos e Marco Liberato
71	A cerâmica islâmica nas regiões de Lisboa e Setúbal	Jacinta Bugalhão e Isabel Cristina Fernandes
91	A cerâmica verde e manganés do Castelo de Sintra	Catarina Coelho
109	A cerâmica islâmica no Alentejo	Susana Gómez-Martínez, Mathieu Grangé e Gonçalo Lopes
121	Cerâmicas islâmicas do castelo de Montemor-o-Novo	Manuela Pereira
129	Cerâmicas islâmicas de Almonaster la Real y Aracena (Huelva)	E. Romero Bomba, T. Rivera Jiménez e J. A. Pérez Macias
145	A cerâmica islâmica do Algarve	Helena Catarino, Isabel Inácio, Maria José Gonçalves, Sandra Cavaco e Jaquelina Covaneiro
163	O Barlavento Algarvio	Maria José Gonçalves
169	Formas de cerâmica almóada provenientes do Convento da Graça (Tavira)	Tânia Dinis, Jaquelina Covaneiro e Sandra Cavaco
179	Cerâmica almóada proveniente de uma habitação no arrabalde de Silves. Contributo para o conhecimento da cultura material almóada	Inês Simão
185	A importância dos objectos para a leitura do passado. A chamada Mão de Fátima na cerâmica do Al-Andalus. O olhar do antropólogo	Luís Maçarico
193	Estéticas em trânsito: a partilha do ornamento da cerâmica do Gharb al-Andalus com outros artefactos	Franklin Pereira
203	A sepultura medieval do Alto da Quintinha (Mangualde)	Pedro Pina Nóbrega, Filipa Neto e Catarina Tente
211	A economia alimentar dos muçulmanos e dos cristãos do Castelo de Palmela: um contributo	João Luís Cardoso e Isabel Cristina F. Fernandes
245	Análise arqueológica e antropológica da necrópole islâmica de Beja	Miguel Serra
247	Les Mozarabes du Garb al-Andalus. Du IXe au XIle siècle	Jean-Pierre Molénat
257	L'architecture funéraire de Fès. Etude préliminaire d'une rawda anonyme	Bulle Tuil
271	A reconstituição do claustro medieval do Mosteiro de Santa Maria de Celas, em Coimbra	Francisco Teixeira
279	Uma leitura do painel «Santiago aos Mouros» do Museu de Arte Sacra de Mértola: a equitação medieval e os artefactos da guerra a cavalo	Franklin Pereira
293	Para un estudio sobre el modo de vida rural de la comunidad aldeana de Mértola	Agustín Ortega Esquinca

Director: Cláudio Torres • **Coordenadores:** Santiago Macias, Susana Gómez Martínez • **Conselho Científico:** António Borges Coelho, Cláudio Torres, José Luís de Matos, José Mattoso, Manuel Luís Real • **Conselho de Redacção:** Abdallah Khawli, Artur Goulart, Carlos Manuel Pedro, Fernando Branco Correia, João Carlos Garcia, Joaquim Manuel Boiça, José Carlos Oliveira, Manuel Passinhas da Palma, Maria de Fátima Barros, Miguel Rego, Rui Mateus, Susana Gómez Martinez, Virgílio Lopes • **Apoio:** Câmara Municipal de Mértola, Centro de Estudos das Universidades de Coimbra e Porto e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.



Capa e Design Gráfico: Gil Maia

Fotografia da capa: António Cunha

Fotografia da contracapa: Susana Gómez

ISSN: 0872-2250-12

N.º de edição: 1340

Depósito legal: 66923/93

Edição: Edições Afrontamento, Lda. – Rua Costa Cabral, 859 – 4200-225 Porto – Portugal

Telefone: 351 22 5074220 – **Fax:** 351 22 5074229

e-mail: geral@edicoesafrontamento.pt

Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda. – Santa Maria da Feira

e-mail: geral@ainhoeneves.pt

Data da publicação: Outubro de 2012

PALAVRAS PRÉVIAS

SANTIAGO MACIAS

SUZANA GÓMEZ MARTINEZ

E vinte anos depois do início chega esta revista de «Arqueologia Medieval» à dúzia de números publicados. Mantemos, com firmeza, os mesmo princípios de há duas décadas: recusa de ortodoxias, rejeição de arbitragens científicas, abertura aos artigos de jovens colegas, ausência de normas de publicação, a escolha dos caminhos da liberdade de ação como opção primeira.

Neste número, com mais contributos do que é habitual, tem peso muito significativo o projeto CIGA (Grupo de Trabalho – Cerâmica Islâmica do Gharb al-Andalus). O CIGA desenvolve, desde há anos, um programa de criação de uma base de dados, labor que se associa à discussão e fixação de terminologias e à afinação de cronologias. Projeto em fase avançada de consolidação tem proporcionado inúmeros encontros entre ceramólogos. Uma dessas reuniões teve lugar em Mértola, nos dias 15 e 16 de maio de 2009 e teve como título *O Gharb al-Andalus. Problemáticas e novos contributos em torno da cerâmica*. Os trabalhos então apresentados ocupam parte substancial (14 dos 24 artigos) deste número da revista.

Os outros estudos que integram a «Arqueologia Medieval» vão de encontro ao princípio de diversidade que sempre procurámos. Aos textos sobre os hábitos alimentares no castelo de Palmela ou sobre a necrópole islâmica de Beja junta-se um de âmbito mais historicista (o que aborda os moçárabes), de grande utilidade para a compreensão do ocidente islâmico. O leque cronológico vai contudo de períodos mais recuados (a Alta Idade Média) até outros mais recentes (como no caso do texto sobre o claustro de Celas). Em termos geográficos, cruza o Estreito e chega até Fez. Entra pelas análises iconográficas, pela Antropologia e pela análise do espaço rural.

Do ponto de vista formal, muitos dirão que saímos do âmbito estrito da Arqueologia. Ainda bem que assim é. Trata-se de uma intenção e não de uma distração.

Santiago Macias | Susana Gómez Martínez
Investigadores do Programa Ciência 2008 da FCT
Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e do Porto / Campo Arqueológico de Mértola



értola, 2012

O GHARB AL-ANDALUS. PROBLEMÁTICAS E NOVOS CONTRIBUTOS EM TORNO DA CERÂMICA

GRUPO CIGA – GRUPO DE TRABALHO CERÂMICA ISLÂMICA DO GHARB AL-ANDALUS:

**SANDRA CAVACO, JAQUELINE COVANEIRO, ISABEL CRISTINA FERNANDES, ANA GOMES, SUSANA GÓMEZ, MARIA JOSÉ GONÇALVES,
MATHIEU GRANGÉ, ISABEL INÁCIO, GONCALO LOPES, CONSTANCA DOS SANTOS, JACINTA BUGALHÃO E HELENA CATARINO**

O Grupo CIGA (Cerâmica Islâmica do Gharb al-Andalus) surge a partir da tomada de consciência de alguns investigadores, ligados ao estudo da cerâmica islâmica, da necessidade de realização de um estudo profundo de sistematização e divulgação com incidência no actual território português. De facto, verifica-se a existência de um número diminuto de estudos publicados e de uma grande disparidade na qualidade da informação disponível, decorrente de factores diversos como: um reduzido conhecimento da cerâmica islâmica em território português, onde se sublinha a dificuldade da maioria dos arqueólogos em reconhecê-la; áreas geográficas com total ausência de estudos; grande disparidade terminológica e descritiva e uma enorme falta de uniformização de critérios de representação gráfica. A necessidade de definir a funcionalidade dos objectos, as diferentes realidades produtivas no tempo e no espaço, a distribuição e comércio com outras regiões, bem como a criação de categorias cronológico-culturais úteis e a elaboração de estudos de síntese surgem como o grande móbil congregador de vontades deste grupo.

Com base nas lacunas existentes fixou-se como objectivo primordial, nesta primeira fase, a criação de um *corpus* da cerâmica islâmica do Gharb al-Andalus, no qual se sistematizasse e se uniformizasse toda a informação existente. A definição de grupos cerâmicos coerentes, tanto numa abordagem morfológica, como técnica ou ornamental, foi uma plataforma de trabalho também tida como prioritária. A reunião destes dados permitir-nos-á, numa fase posterior, promover a elaboração de

uma base cartográfica diacrónica, na qual se localizarão esses grupos cerâmicos. Ainda com base nesta distribuição, ser-nos-á possível fazer uma aproximação à identificação de centros produtores locais, regionais ou supra-regionais e, eventualmente, delineiar rotas de circulação interna reconstituindo redes de comércio regional. A definição de produções através da análise de pastas, objectivo que também perseguimos, ajudar-nos-á a aprofundar os estudos de circulação comercial dos produtos cerâmicos, não só à escala regional como com o mundo exterior.

Para a concretização destes objectivos impôs-se a definição de uma metodologia de trabalho que se apoiou na criação de uma base de dados informatizada. Nesta serão inseridos objectos ou colecções já publicadas (eventualmente inéditas provenientes de intervenções arqueológicas antigas), procedendo-se à seleção de objectos com um grau de integridade

elevada (perfil completo ou fragmentos que sejam especialmente significativos pelas suas características formais, técnicas ou ornamentais) e com grande representatividade no âmbito de um grupo tipologicamente coerente. Nesta selecção serão prioritários os objectos provenientes de contextos estratigráficamente fiáveis, evitando-se, na medida do possível, peças com atribuição cronológica duvidosa ou de proveniência desconhecida. A uniformização terminológica e gráfica, tal como a criação de grupos de tipologias cerâmicas, são essenciais para o carregamento dos dados na base informática.

A disponibilização pública desta base de dados, bem como do trabalho de sistematização a ela associado, serão um instrumento de ajuda, um factor de motivação para o crescimento dos estudos em torno desta temática, e um contributo fundamental para o desenvolvimento do estudo da cerâmica islâmica em Portugal.

No âmbito deste projecto, teve lugar em Mértola, nos dias 15 e 16 de Maio de 2009, o encontro *O Gharb Al-Andalus. Problemáticas e novos contributos em torno da cerâmica*. Pretendíamos com esta iniciativa, por um lado, traçar um ponto da situação acerca do que se conhece sobre a cerâmica do Gharb al-Andalus e, por outro lado, criar um fórum de divulgação das descobertas recentes e de discussão sobre o tema. Publicam-se aqui os contributos apresentados durante o encontro.

A CERÂMICA ISLÂMICA DA MARCA INFERIOR EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS

HELENA CATARINO*

CONSTANCA GUIMARAES DOS SANTOS**

0. APRESENTAÇÃO

Nas regiões mais setentrionais do Gharb al-Andalus, em território actualmente português para norte da «linha» definida pela cidade de Santarém e até ao Vale do Douro, os vestígios da presença islâmica são em número ainda bastante reduzido e concentram-se nas duas principais cidades: Santarém e Coimbra. Assim, apesar de os documentos escritos árabes se referirem amiúde a este espaço da «Marca Inferior» (*Tagr al-Gharbí*) e a toponímia revelar a matriz de nomes árabo/berberes em várias localidades, a verdade é que a Arqueologia tem tardado em reconhecer no terreno os indícios dessa ocupação e, por inerência, os respectivos materiais cerâmicos.

É inquestionável que as terras beirãs, posicionadas entre Cristãos e Muçulmanos e «ao sabor» dos avanços e recuos da reconquista, não tiveram uma presença islâmica contínua, o que tem contribuído, em parte, para a difícil identificação dos vestígios materiais dessa presença, sobretudo os anteriores ao século X. São mais perceptíveis, porém, os que poderão relacionar-se com as campanhas militares de Almançor, quando esta região se reintegrou no território de al-Andalus, nos finais do califado e, posteriormente, no reino taifa de Badajoz. Mas também esta época terá correspondido a uma ocupação islâmica efémera, na medida em que, logo na segunda metade do século XI voltou para domínio cristão.

A essas alternâncias de poder, nem sempre fáceis de percepcionar nas estratigrafias arqueológicas, acresce o facto de, no estado actual da investigação para o território aqui analisado, se notar escassez de publicações que incluam os vestígios arqueológicos da época islâmica, facto que se reflecte nos vazios geográficos de informação e, assim, também na impossibilidade de um estudo mais exaustivo sobre as cerâmicas desse período. No entanto, pelos registos cerâmicos disponíveis, podemos observar, na generalidade dos sítios até agora identificados, uma preponderância de cerâmica comum não vidrada, sendo normalmente apenas evidenciados os fragmentos que mostram superfícies com motivos pintados, principalmente em traços e meandros brancos. Em contrapartida, a ocorrências de cerâmicas vidradas e decoradas, por exemplo em verde e manganês, corda seca parcial e total, estão presentes sobretudo nos espaços urbanos, com boa representatividade nos conjuntos cerâmicos de Santarém e de Coimbra.

* Departamento de História, Arqueologia e Artes da FLUC e CEAUCP/CAM

** Arqueóloga. CEAUCP/CAM

Apesar de o território em análise ser vasto (Fig. 1) são, portanto, muito pontuais os sítios onde, até agora, as escavações revelaram vestígios materiais da ocupação islâmica, ou de onde se exumaram cerâmicas que reflectem uma filiação nos contactos culturais e comerciais com o al-Andalus. Esta primeira abordagem particulariza, assim e em especial, aqueles sítios cuja publicação inclui a descrição, ainda que sumária, o desenho e/ou fotografias de cerâmicas que se inserem nos protótipos do período em análise; mas não podemos deixar de registar outros, onde têm sido recolhidas cerâmicas islâmicas, sobretudo as de motivos decorativos pintados a branco e alguns fragmentos vidrados. Indica-se, em primeiro lugar, os «pequenos fragmentos de cerâmica árabe» provenientes das escavações do Largo da Sé, em Viseu (VAZ, 2000: 184), bem como as cerâmicas do Castelo de Trancoso e do Paço da Ega (Condeixa), que foram objecto de apresentação neste encontro. Por outro lado, esperemos que venham a publicar-se outras cerâmicas, provenientes de intervenções arqueológicas antigas e/o recentes, por exemplo as recolhidas por Santos Rocha em Santa Olaia, ou as provenientes das escavações realizadas em Montemor-o-Velho e na cidade da Guarda, entre outros sítios para os quais temos informações orais da ocorrência de cerâmicas islâmicas.

Dos sítios abaixo indicados, organizados em espaços urbanos e rurais, sobressaem duas *mudun*, centros de amplos distritos, fossem de um ‘*amal* (*Madinat Qulumriyya*) ou de uma *kura* (*Madinat Shantarin*) e, mais pelo seu carácter urbano anterior, também aí se inclui Conimbriga (*Qubdiyaysa* ou *Qandabajsa* nas fontes árabes e *Civitas Condexe* nas fontes cristãs da reconquista). Os restantes são integrados na categoria de sítios rurais, ainda que alguns, como Tomar, pudessem corresponder a pequenos burgos de carácter urbano secun-

dário, e outros, por exemplo o castelo da Sertã, fossem castelos – território (*hisn* / *husun*), centros de distritos rurais. Contudo, pela escassa informação disponível para a maioria dos sítios inventariados, apenas nos permitimos colocar a hipótese de corresponderem a núcleos rurais, associados ou não a estruturas defensivas, que poderiam ser meros recintos refúgio. Nesta categoria de refúgio, de possível abrigo de pastores ou mesmo de espaço eremítico da fronteira inferior, se poderá arrolar a Gruta do Caldeirão, sendo mais problemática a identificação do tipo de sítio relacionado com a Croca (Pedranti, Penafiel), de onde provém o achado avulso de um candil de época califal.

1. SÍTIOS URBANOS

1.1. Santarém

Ao longo de vários anos têm sido realizados diversos trabalhos arqueológicos na cidade de Santarém, seja no âmbito de escavações preventivas (Câmara Municipal e ex-IPPAR), em trabalhos de acompanhamentos arqueológicos de obra, ou no âmbito de PNTA.s e do Projecto PALCAS (UNIARQ – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). Destes, destacam-se as escavações arqueológicas desenvolvidas na Alcáçova, no Largo Mem Ramires e no Convento de São Francisco.

Os trabalhos arqueológicos na Alcáçova de Santarém, iniciados em 1984, decorreram em vários anos / campanhas, de forma quase sistemática, sob a direc-



Figura 1 – Território português da «Marca Inferior» com a localização dos sítios comentados no texto.

ção de Ana Margarida Arruda e, em anos mais recentes, com a colaboração de Catarina Viegas (VIEGAS e ARRUDA, 1999; ARRUDA e VIEGAS 2002). A Alcáçova muçulmana foi edificada num planalto de grande defensibilidade natural e com um vastíssimo domínio visual, possuindo actualmente 4,5ha, o que não significa que na Idade Média não fosse mais extensa (VIEGAS e ARRUDA, 1999: 106).

Neste local foi descoberto um conjunto de fossas ou silos islâmicos, não tendo sido, contudo, identificados quaisquer vestígios das habitações que lhes estariam associadas (ARRUDA e VIEGAS, 2002: 81). Os materiais arqueológicos recolhidos representam um conjunto homogéneo e, segundo as autoras, cronologicamente sincrónico, cuja datação se centra na primeira metade do século XII (VIEGAS e ARRUDA, 1999: 184).

O acervo cerâmico apresenta uma grande diversidade formal, predominando os materiais relacionados com a cozinha, sendo que o lote estudado é, maioritariamente, constituído por cerâmica comum, incluindo a cerâmica vidrada, sobretudo grandes tigelas, e um número reduzido de garrafas, pequenos potes, bules, candis, tigelas, caçoilas, panelas e malhas de jogo. Algumas peças foram decoradas e verde e manganés e outras com a técnica da corda seca parcial e total (*Ibidem*, 182). Ainda relativamente à decoração, a pintura a branco é maioritária, sobretudo em jarrinhas, copos, púcaros, cântaros, panelas, tigelas, saladeiras e caçoilas, em motivos de linhas finas, paralelas e onduladas, e traços circulares ou semicirculares. Estão também presentes a decoração incisa e as caneluras (*Ibidem*, 183).

As escavações realizadas no Largo Mem Ramires permitiram a identificação de uma das portas da muralha urbana – a Porta de Atamarna – que teria sido, segundo a tradição, por onde entrou D. Afonso Henriques aquando da conquista da cidade, em 1147. As cerâmicas islâmicas aí recolhidas apresentam cronologias balizadas entre os séculos X/XI e XII. São fragmentos de panelas, de púcaros e de tigelas, em cerâmica comum não vidrada, algumas das quais com motivos pintados a branco, em séries de bandas horizontais e onduladas. Das peças vidradas destacam-se as decoradas, por exemplo em óxido de manganés sobre melado e em corda seca total (CARDOSO, ALMEIDA e MENDES, 2001: 819-824, Fig. 4).

As intervenções arqueológicas realizadas no Convento de São Francisco de Santarém, inseridas no Projecto de Reabilitação promovido, desde 1992, pelo IPPC/IPPAR, revelaram importantes testemunhos de época islâmica, nomeadamente quatro silos que, aparentemente, não se encontravam associados a quaisquer estruturas do mesmo período cronológico (RAMALHO e LOPES, 2002: 95; RAMALHO *et al.*, 2001: 147; LOPES e RAMALHO, 2001: 33).

Atendendo às características do espólio, as autoras consideram estar perante um conjunto que se poderá enquadrar num horizonte cronológico centrado nos séculos X e XI (LOPES e RAMALHO, 2001: 82). Os materiais cerâmicos exumados caracterizam-se por pouca variedade formal, pelo aspecto grosseiro e os acabamentos rudimentares (*Ibidem*, 79). Referem igualmente que o conjunto estudado consiste apenas em louça comum produzida a torno, à exceção das placas, sendo que os vidrados se resumem a fragmentos diminutos (*Ibidem*, 79).

Predominam os recipientes utilizados na cozinha, com destaque para as panelas, uma das quais (panela ou pote) com a particularidade de possuir asas punctionadas (*Ibidem*, 80), tipo decorativo mais frequente para norte, por exemplo em Conimbriga e Coimbra. Entre os motivos decorativos islâmicos predomina a pintura a branco, estando também presentes as incisões, os cordões plásticos e alguns vidrados, entre os quais um fragmento decorado a verde e manganés.

1.2. Coimbra

Os trabalhos arqueológicos realizados na cidade de Coimbra têm vindo a revelar importantes vestígios que atestam a ocupação da cidade em período islâmico, tanto nos arrabaldes, por exemplo as estruturas habitacionais, os silos e as cerâmicas pintadas exumadas nas escavações do Edifício Coimbra Editora¹, como na área intramuralhada, por exemplo cerâmicas pintadas provenientes do Criptopórtico, nomeadamente um fragmento de bojo, com uma linha ondulada entre dois traços rectilíneos horizontais (CARVALHO, 1998: Est. XLI. 7), cerâmica comum e um candil quase completo do Beco das Condeixeiras², cerâmica pintada na Rua do Norte n.º 35/37³ e no Edifício dos Móveis Pereira⁴ e diversos tipos formais e decorativos provenientes das intervenções realizadas no âmbito de projectos da Reitoria da Universidade de Coimbra, destacando-se, neste momento, três locais: o Pátio das Escolas da Universidade de Coimbra, o Colégio da Trindade e o Largo D. Dinis (CATARINO e FILIPE, 2006: 78-80, Est. II e III; CATARINO, FILIPE e SANTOS, 2009: 333-376).

A cerâmica proveniente destes trabalhos arqueológicos, atesta uma ocupação centrada na época califal / taifas (séculos X/XI) prolongando-se algumas formas e decorações até ao

século XII, sendo o conjunto proveniente das intervenções realizadas no Pátio das Escolas, sob a direcção de Helena Catarino com a colaboração de Sónia Filipe, o mais representativo até ao momento. Daqui é proveniente maioritariamente cerâmica comum, com ou sem pintura a branco, a negro ou a vermelho, mas também cerâmica vidrada a verde, melada e melada com traços de manganés, os motivos decorativos em verde e manganés, a corda seca parcial e total e, ainda, dois fragmentos de louça dourada (*Ibidem*, 349-352).

No que se refere aos motivos decorativos (*Ibidem*, 348, Quadro II), nomeadamente na pintura a branco, que constitui o padrão dominante em Coimbra, são maioritárias as linhas e meandros horizontais, verticais, diagonais e ondulados, por vezes alternando com outros tipos, como sejam as caneluras, as incisões e as punções, sobretudo em asas, particularidade muito comum nas cerâmicas da reconquista cristã. Assim, é de notar em Coimbra a coexistência de cerâmicas próprias do mundo islâmico e do mundo cristão, através de formas, pastas cinzentas e decorações punctionadas que, embora se inscrevam na matriz cultural cristã, apresentam detalhes decorativos pintados mais próprios do mundo islâmico e/ou vice-versa (*Ibidem*, 353 e Fig. 13 e 14), facto que deve ser recorrente em praticamente todo o território actualmente português da Marca Inferior, sobretudo para norte de Santarém⁵.

1.3. Conimbriga

Desde 1964, quando tiveram início as escavações Luso-Francesas, têm sido realizados trabalhos arqueológicos em Conimbriga, Condeixa-a-Velha (ALARCÃO, 1975; ALARCÃO *et al.*, 1976; DE MAN, 2004; DE MAN, 2006).

De entre os escassos testemunhos da ocu-

pação islâmica até agora assinalados, parecem evidenciar-se, sobretudo sobre as *insulae* romanas, alguns restos de estruturas habitacionais (de época visigótica e/ou islâmica) e identificaram-se sepulturas, na esplanada das termas, bem como silos, transformados em lixeiras. Do espólio exumado destacam-se algumas moedas emirais, artefactos de metal (nomeadamente tempereiros de tear horizontal de pedais) e fragmentos de cerâmica.

As cerâmicas que se inserem nos modelos islâmicos são, contudo, em número reduzido e, até ao momento, não se registaram as de superfícies vidradas. De entre a cerâmica comum, podemos salientar alguns púcaros de fabrico manual / torno lento e outros, decorados com caneluras no colo e, por vezes, também no bojo (ALARCÃO, 1975), que se inscrevem em protótipos islâmicos, mas também podem incluir padrões decorativos próprios dos modelos cristãos, como sejam as asas punctionadas, e que estão representados nas ocupações tardias, da fase II, datada dos séculos VII a IX (DE MAN, 2006: 150 e 170 n.º 26-32), bem como na fase III, correspondente aos séculos X/XII (*Ibidem*, 171 n.º 9-13).

A matriz islâmica está melhor representada na cerâmica pintada, com motivos decorativos a branco, principalmente sobre superfícies castanhas avermelhadas e alaranjadas, apresentando-se a decoração no colo e bojo de panelas, de púcaros (de uma e de duas asas «séries jarrito e jarrita») e de bilhas ou cântaros. Os motivos são sobretudo bandas horizontais e verticais, por vezes formando reticulado largo, séries de três bandas verticais entrecortadas por horizontais, traços oblíquos e arcos de círculo (ALARCÃO *et al.*, 1976: Est. X n.º 22; Est. XI: n.º 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59).

2. SÍTIOS RURAIS

2.1. Pedrantil

Em data desconhecida, terá aparecido um candil em Pedrantil, lugar da Croca, na zona norte do concelho de Penafiel (BARROCA e SANTOS, 2005: 311).

Embora se trate de uma peça isolada e sem contexto arqueológico conhecido, é importante a sua referência uma vez que os testemunhos muçulmanos conhecidos são muito escassos a norte do Vale do Douro (*Ibidem*, 310).

Pertencendo ao acervo do Museu Municipal de Penafiel, encontra-se em relativo bom estado de conservação, apenas com fracturas na zona dianteira do bordo e do bico, que está ausente na sua quase totalidade (*Ibidem*, 312). A forma, com câmara de combustão bitroncocónica, bem como a particularidade da asa, de secção romboidal, que arranca do interior do bordo, permitem atribuir-lhe uma cronologia centrada no século X (*Ibidem*, 315).

Esta peça chegou inédita até aos nossos dias, tendo sido publicada pela primeira vez por Maria José Ferreira dos Santos (SANTOS, 2004; SANTOS 2005a; SANTOS: 2005b).

2.2 Castelo de Belmonte

Os trabalhos arqueológicos efectuados no Castelo de Belmonte, localizado na vila e sede de concelho que lhe dá o nome, tiveram início em 1992 tendo terminado em 1995, sob a responsabilidade de António Augusto da Cunha Marques. Esta intervenção decorreu da execução do *Projecto de Revitalização do Castelo de Belmonte (1^a fase)* – em 1991 – inserido no Programa de Salvaguarda de Castelos, promovido pelo IPPAR (MARQUES, 2000: 253).

Do ponto de vista paisagístico, o castelo domina, para poente, quase toda a encosta oriental da Serra da Estrela e o vale formado pelo curso médio do Zêzere. Para norte, controla ainda parte da Serra da Estrela e do vale encaixado, onde o mesmo rio deixa o seu percurso de montanha para entrar na Cova da Beira, finalmente para nascente avista-se o prolongamento do sistema montanhoso da Cordilheira Central, dominando, ainda, uma boa parte da Cova da Beira (*Ibidem*, 254).

A intervenção arqueológica permitiu identificar cinco fases de ocupação, correspondendo a primeira fase a um momento anterior ao século XIII, e portanto ao actual edifício. Deste período mais antigo foram colocadas a descoberto restos de estruturas habitacionais, quatro silos e alguns materiais cerâmicos (*Ibidem*, 266), entre os quais destacamos uma bilha decorada com caneluras na parte superior do bojo e três bandas de pintura a branco, em motivos ondulados, cuja cronologia foi atribuída aos séculos XII/XIII (*Ibidem*, 280, fig. 17).

2.3 Casa da Torre

Situada no topo de um outeiro, entre as ribeiras de Caria e das Inguias, afluentes da margem esquerda do Zêzere, a Casa da Torre, freguesia de Caria no concelho de Belmonte, localiza-se numa área de substrato rochoso granítico, com terrenos de boa aptidão agrícola e mineral, obtendo um amplo controlo visual sobre a região envolvente (ROBALO, 2008: 189).

No decorrer dos trabalhos arqueológicos, da responsabilidade de Elisabete Robalo, foram identificadas algumas estruturas habitacionais, tendo sido bastante abundante e diversificado o espólio recolhido. Este pode ser dividido em três grandes conjuntos culturais, que acompanham as diferentes etapas cronológicas da evolução do local: séculos XII-XIII, séculos XIV-XV e séculos XVIII-XX (*Ibidem*, 193).

Para os séculos XII-XIII, a autora salienta o predomínio das formas fechadas, nomeadamente panelas, jarros, cântaros e bilhas (*Ibidem*, 193). Embora prevalecendo a decoração incisa, encontram-se, contudo, alguns pequenos fragmentos de pastas depuradas, de cor alaranjada, apresentando vestígios de pintura a branco, um fragmento de jarro que mostra esmalte castanho, com linhas verticais a castanho mais escuro e o fragmento de outro possível jarro, de pasta creme, bem depurada, com esmalte de cor verde (*Ibidem*, 194).

2.4. Castelo de Penamacor

O castelo de Penamacor, cujo topónimo parece ter fossilizado o nome de Ibn Nakur, um dos rebeldes da Fitna de finais do século IX, que se fortificou numa penha (castelo roqueiro) dos arredores de Laydâniya (Idanha-a-Velha), é uma fortificação estabelecida sobre um cabeço alongado contornado pelas ribeiras de Ceife e Taliscas, afluentes do Rio Pônsul, e um dos castelos da raia com Castela desenhados por Duarte d'Armas, nos inícios do século XVI.

As escavações aí realizadas, em 2003, na área designada Cimo da Vila e, em concreto, no Largo do Castelo, inserem-se num projecto de investigação e valorização, tendo revelado vestígios arqueológicos de épocas medieval e moderna (séculos XIII a XVII), compostos sobretudo por estruturas negativas, destacando-se uma vala, restos de pisos e um alinhamento de parede (SILVÉRIO, BARROS e TEIXEIRA, 2004).

Entre o espólio medieval recolhido sobressai o fragmento de uma taça decorada a corda seca total, com o motivo do cordão da felicidade, ou da eternidade, tema que embora nos remeta para uma filiação islâmica dos séculos XII/XIII, poderá ser, segundo os autores «compatível com os modelos mudéjares» (*Ibidem*, 488, fig. 16, n.º 39).

2.5. Castelo de Castelo Novo

As escavações arqueológicas no castelo de Castelo Novo, na freguesia com o mesmo nome, concelho do Fundão e distrito de Castelo Branco, integraram-se no plano de acção projectado pela Câmara Municipal do Fundão para a recuperação da aldeia, pertencente à rede de Aldeias Históricas de Portugal (SILVÉRIO e BARROS, 2005: 7). Para concretizar estes

objectivos foi apresentado um PNTA ao então Instituto Português de Arqueologia (IPA), que decorreu durante três campanhas de trabalho de campo de 2002 a 2004 (*Ibidem*, 8).

O castelo foi edificado sobre um cerro granítico alcantilado, a partir do qual se observa a paisagem plana desta zona da raia beirã, onde se destacam os fronteiriços castelos de Monsanto e Penamacor, a este e nordeste, dos quais dista cerca de 35km. Sendo para norte, sul e oeste o campo visual limitado pelas vertentes da Serra da Gardunha (*Ibidem*, 7).

A zona de edificação do monumento condicionou a área relativa ao seu espaço interno, delimitada por uma muralha com planta irregular, ovalada, assentando a restante superfície deste, maioritariamente sobre o afloramento rochoso tendo sido integralmente escavada (*Ibidem*, 11).

Durante os trabalhos de escavação, detectaram-se níveis arqueológicos bem preservados, correspondendo a uma sequência estratigráfica atribuível às épocas medieval e moderna, com espólio e estruturas respeitantes aos referidos períodos (*Ibidem*, 8).

Relativamente aos materiais cerâmicos enquadráveis nos séculos XIII e XIV, os autores referem a presença de panelas e potes produzidos em pastas castanhas ou cíntoras micáceas (*Ibidem*, 55). Referem, ainda, a existência de exemplares vidrados, de cor verde, alguns dos quais com decoração estampilhada, destacando-se um fragmento de parede com arranque de asa que mostra pequeno botão. Este fragmento apresenta muito desgaste da superfície exterior, mas é compatível com exemplares de produção islâmica, datáveis dos séculos XII-XIII (*Ibidem*, 59, 60).

2.6. Castelo da Sertã

O enclave do Castelo da Sertã, localiza-se

entre o rio Zêzere e a ribeira da Isna, tendo os trabalhos aqui realizados, sob a direção de Carlos Batata (BATATA, 1998; BATATA, 2000: 435-437) possibilitado a identificação de várias fases de ocupação.

Dos vestígios mais antigos salientam-se uma fundição de ferro e cerâmica islâmica, com cronologias do século X/XI. Trata-se de cerâmica comum, de pastas e superfícies castanhas e avermelhadas, algumas decoradas com motivos pintados a branco, nas tradicionais formas de panelas de bordo triangular e em púcaros de colo canelado (*Ibidem*, 2000, Est IV).

2.7. Castelo de Leiria

Das escavações arqueológicas realizadas na Torre de Menagem do Castelo de Leiria, resultaram, embora em nível de revolvimento, alguns testemunhos da presença islâmica, cuja cronologia aponta para «inícios do Califado, ou mesmo ainda do Emiral (séculos IX/X)», (LOPES, 2001: 33).

Entre o espólio recolhido são de referir escassos fragmentos de cerâmica comum, mormente de cíntaros e púcaros (série «jarrinha»), destacando-se os motivos decorativos em caneluras e os pintados a branco (*Ibidem*, Fig. 1 e 2), sendo que, dos contextos seguintes, se assinalou igualmente a presença de cerâmica com formas e decorações próprias dos modelos que acompanham a reconquista cristã, como sejam as panelas de asas puncionadas (*Ibidem*, Fig 3).

2.8. Tomar

Das várias intervenções até agora realizadas na cidade de Tomar são quase inexistentes as publicações referentes aos vestígios de época medieval e, em particular para o período islâmico. No entanto, há a registar uma moeda árabe, datada de 711, encontrada durante as escavações do fórum romano (BATATA, 1997: 109).

Também as escavações efectuadas no castelo revelaram vestígios anteriores às obras de fortificação do século XII, dirigidas por Gualdim Paes, Mestre da Ordem dos Templários. No decorrer das intervenções arqueológicas foram descobertos vestígios de época visigótica (nomeadamente elementos arquitectónicos e decorativos reaproveitados), sendo que a presença islâmica se registou em tramos da muralha (urbana e da alcáçova), numa torre quadrangular de ângulo, em estruturas habitacionais e num conjunto de cerâmicas e outros artefactos, de metal e de vidro (PONTE *et al.*, 1998: 175-177; PONTE *et al.*, 2002: 423-438).

Os vestígios da cultura material correspondentes a este período são, segundo os autores, as cerâmicas comuns, as peças vidradas e esmaltadas, num repertório formal diversificado, nomeadamente talhas, cíntaros, potes, bilhas, aguamanis, panelas, tampas, jarros, púcaros, bules, malgas, tigelas, alguidares, etc. Destacam, em particular, os traços pintados a branco, presentes na asa de um jarro, e anotam que

esses vestígios «sugerem uma ocupação efectiva da população muçulmana, pelo menos entre o século IX e meados do século XII» (*Ibidem*, 2002: 431-433).

2.9. Gruta do Caldeirão

Localizada num vale encaixado perpendicular ao do rio Nabão, a Gruta do Caldeirão (Freguesia de Pedreira, Concelho de Tomar) apresenta várias fases de ocupação (Paleolítico, Neolítico Antigo, Calcolítico, Idade do Bronze, Idade do Ferro, períodos romano e medieval), a última com momentos distintos, entre a época visigótica e a Baixa Idade Média (ZILHÃO, 1992: 118-119).

As cerâmicas medievais (SANTOS, 1997: 315-319) apresentam grande diversidade de formas, desde panelas, potes, talhas, bilhas, pratos, alguidares, que denunciam uma ocupação prolongada, cujas balizas cronológicas se centram em dois períodos: o primeiro situado entre os séculos XI e XIII; o segundo na transição tarda -medieval para a época moderna, até ao século XVI (*Ibidem*, 315).

O período muçulmano está documentado em escassos exemplares cerâmicos, de fabricos comuns não vidrados, sobretudo formas fechadas, como potes / panelas de bordo esvasado e perfil em S e bordos de perfil triangular. Alguns fragmentos apresentam, contudo, traços de motivos decorativos lineares, pintados a branco, presentes no colo de uma bilha e na asa de uma jarrita (*Ibidem*, 316, Fig. 1 e Fig. 2.9).

2.10. Torres Novas

As intervenções urbanas realizadas em Torres Novas, permitiram identificar estruturas habitacionais, silos e lixeiras de época islâmica, nomeadamente nas ruas Tenente Valadim e Carlos Reis, tendo-se realizado ambas as intervenções no contexto de acções preventivas.

Os trabalhos arqueológicos efectuados na Rua Tenente Valadim n.º 1 e 3, da responsabilidade de Sandra Lourenço e Claudia Plácido, decorreram nas traseiras de um dos dois troços, ainda existentes, da muralha medieval (LOURENÇO, 2002: 134). Foram aí identificadas estruturas habitacionais e silos, sendo que os materiais provenientes do silo [40] correspondem a um conjunto tipológica e cronologicamente homogéneo, sem grande diversidade formal, que poderá ser enquadrado cronologicamente nos séculos X/XI (*Ibidem*, 135).

Relativamente à intervenção realizada na Rua Carlos Reis n.º 121, que decorreu sob a direcção de Ana Filipa Rodrigues e Teresa Costa (COSTA *et al.*, 2007; LOPES, 2007), foi identificado, entre outras estruturas, um conjunto de 18 silos medievais, com enchimentos de cronologia pouco variável, incidindo principalmente no período de transição do século XII para o século XIII (LOPES, 2007: 321).

O conjunto cerâmico daí exumado é bastante homogéneo, sendo alguns frag-

mentos, provenientes do silo 13, de clara factura islâmica (COSTA *et al.*, 2007: 297). A diversidade formal é pouca, predominando as panelas, observando-se, em termos técnicos, o recurso exclusivo ao torno, cozedura oxidante e pastas medianamente grosseiras. Este primeiro grupo será, portanto, de fabrico local, enquanto que o segundo grupo, constituído por um disco cerâmico e um cantil de pasta bege e decoração pintada a vermelho, será exógeno à região (LOPES, 2007: 322).

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de (1975), «La céramique commune locale et régionale», *Fouilles de Conimbriga*, vol. V, Paris.
- ALARCÃO, Jorge *et al.* (1976), «Céramiques diverses et verres», *Fouilles de Conimbriga*, vol. VI, Paris.
- BARROCA, Mário Jorge e SANTOS, Maria José Ferreira dos (2006), «O cantil califal de Pedranil (Croca, Penafiel)». In. *Al-Àndalus Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia medievais*, Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen, Seminário Internacional, Mértola (16-18 Maio de 2005), Campo Arqueológico de Mértola, pp. 310-317.
- BATATA, Carlos (1997), *As origens de Tomar. Carta arqueológica do concelho*, Tomar.
- BATATA, Carlos (1998), *Carta arqueológica do concelho da Sertã*, Câmara Municipal da Sertã.
- BATATA, Carlos (2000), «Presença árabe no Castelo da Sertã (Centro de Portugal)». In. *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica. Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Vol. VII. ADECAP, Porto, pp. 435-437.
- CARVALHO, Pedro (1998), *O Fórum de Aeminium*, Instituto Português de Museus, Coimbra.
- CATARINO, Helena; FILIPE, Sónia (2006), «Madinat Qulumbriya: arqueologia numa cidade de fronteira». In *Al-Àndalus Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia medievais*,

- Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen, Seminário Internacional, Mértola (16-18 Maio de 2005), Campo Arqueológico de Mértola, pp. 73-85.
- CATARINO, Helena; FILIPE, Sónia, SANTOS, Constança (2009), «Coimbra islâmica: uma aproximação aos materiais cerâmicos». In *XELB 9, Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve. O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos (Silves, 23, 24 e 25 de Outubro 2008)*, pp. 333-376.
- CARDOSO, Mário; ALMEIDA, Maria José de; MENDES, Henrique Cale (2001), «A porta da Atamarna». In *Mil anos de fortificações na Península Ibérica (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, Lisboa, Ed. Colibri / Câmara Municipal de Palmela, pp. 819-824.
- COSTA, Cláudia; RODRIGUES, Filipa; COSTA, Teresa; LOPES, Gonçalo (2007), «Intervenção arqueológica no n.º 121 da Rua Carlos Reis (Torres Novas. Primeiros resultados) ». In *Nova Augusta*, n.º 19, Revista de Cultura. Torres Novas. pp. 287-318.
- DE MAN, Adriaan (2004), «Algumas considerações em torno da cerâmica comum tardia conimbrigense». In Revista Portuguesa de Arqueologia, vol. 7, n.º 2, Lisboa, IPA, pp. 459-471.
- DE MAN, Adriaan (2006), *Cominbriga do Baixo Império à Idade Média*, Ed. Sílabo, Lisboa.
- LOPES, Carla do Carmo e RAMALHO, Maria (2001), «Presença Islâmica no Convento de S. Francisco de Santarém». In *Garb. Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa: IPPAR/Junta de Extremadura. pp. 31-87.
- LOPES, Gonçalo (2001), «Cerâmicas Medievais da Torre de Menagem do Castelo de Leiria». In *Torre de Menagem do Castelo de Leiria*, Câmara Municipal de Leiria, pp. 31-37.
- LOPES, Gonçalo (2007), «Um cantil almóada em Torres Novas». In *Nova Augusta*, n.º 19, Revista de Cultura. Torres Novas, pp. 319-330.
- LOURENÇO, Sandra (2002), «A ocupação medieval na rua Tenente Valadim, n.º 1 e 3 (Torres Novas)». In *Nova Augusta* n.º 14, Revista de Cultura. Torres Novas, pp. 111-141.
- MARQUES, António Augusto da Cunha (2000), «Escavações arqueológicas no castelo de Belmonte (1992-1995)». In *Actas. Beira Interior Historia e Património*, Guarda, pp. 253-286.
- PONTE, Salete da e MIRANDA, Judite (1998), «Castelo Templário e Convento de Cristo. A ocupação paleocristã e muçulmana». In. *Al-Madan*, II série, n.º 7, Centro de Arqueologia de Almada, pp. 175-177.
- PONTE, Salete da, FERREIRA, Rui e MIRANDA, Judite (2002), «Intervenção arqueológica no castelo de Tomar». In. *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magrebe (500-1500). Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, Câmara Municipal de Palmela, pp. 423-438.
- ROBALO, Elisabete (2008), «Escavações arqueológicas na Casa da Torre (Caria, Belmonte). Resultados preliminares». In *Actas das I Jornadas de Belmonte (21 e 22 de Abril de 2006)*, Belmonte, pp. 188-215.
- SANTOS, Maria José Ferreira dos (2005), «A Terra de Penafiel na Idade Média. Estratégias de ocupação do território (875-1308)». In. *Cadernos do Museu*, vol. 10, Penafiel, pp. 5-100.
- SILVA, Ana Raquel Mendes da (1997), «A cerâmica medieval da Gruta do Caldeirão, Tomar. Primeira abordagem». In BATATA, Carlos: *As origens de Tomar. Carta arqueológica do concelho*, Tomar, pp. 313-319.
- SILVÉRIO, Silvina; BARROS, Luís de; TEIXEIRA, André (2004), «Escavações arqueológicas no castelo de Penamacor/Cimo da Vila: resultados da primeira campanha (2003)». In. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 7, n.º 2, Lisboa, IPA, pp. 437-540.
- SILVÉRIO, Silvina; BARROS Luís (2005), *Arqueologia no Castelo da Aldeia Histórica de Castelo Novo (2002-2004) Resultados Preliminares*, Câmara Municipal do Fundão.
- VAZ, João L. Inês (1997), *A civitas de Viseu. Espaço e sociedade*, 2 vols., História Regional e Local, n.º 2, Coimbra.
- VAZ, João L. Inês (2000), «Basílica altomedieval de Viseu». In. *Por Terras de Viriato. Arqueologia da região de Viseu*, Governo Civil do Distrito de Viseu e Museu Nacional de Arqueologia, pp. 183-184.
- VIEGAS, Catarina e ARRUDA, Ana Margarida (1999), «Cerâmicas Islâmicas da Alcáçova de Santarém». In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. n.º 2: 2 (1999) pp. 105-186.
- ZILHÃO, João (1992), *Gruta do Caldeirão. O Neolítico Antigo*. Trabalhos de Arqueologia, n.º 6, IPPAR, Lisboa.

Coimbra, 2010

NOTAS

- 1 Escavações realizadas sob a direcção de José Costa com colaboração de Ana Revez.
- 2 Escavações dirigidas por Jorge Alarcão e Pedro Carvalho.
- 3 Escavações efectuadas pela Dryas Arqueologia.
- 4 Escavações efectuadas pela Empresa Palimpsesto, sob a direcção de Miguel Serra e André Santos.
- 5 Como indicado no ponto anterior, apenas está documentada uma peça com asas punctionadas, proveniente das escavações do Convento de S. Francisco de Santarém, notando-se uma ausência deste tipo de asas (sejam punctionadas ou golpeadas) para sul do Médio Tejo.

CERÂMICAS ALTOMEDIEVAIS DO CASTELO DE TRANCOSO - UMA PRIMEIRA ABORDAGEM

MARIA DO CEU FERREIRA*

JOAO CARLOS LOBAO**

HELENA CATARINO***

Nos tempos anteriores à fundação da nacionalidade, o castelo de Trancoso¹ terá sido uma das fortificações mais importantes da actual região da Beira Interior Norte, conforme parece deduzir-se da leitura da escassa documentação escrita existente para este contexto espacio-temporal.

Desde 2006, o Gabinete de Arqueologia do Município de Trancoso, no âmbito de um projecto de requalificação e valorização deste monumento, tem desenvolvido diversos trabalhos arqueológicos no local. As escavações realizadas em diferentes áreas do recinto fortificado permitiram a identificação de várias fases de ocupação do mesmo, sobressaindo, precisamente, as que, numa primeira análise, parecem integrar-se no período altomedieval.

Ainda que o espólio cerâmico recolhido não tenha sido, até ao momento, objecto de qualquer estudo global, apresenta-se uma primeira abordagem sobre alguns fragmentos que se reportam a este período, nomeadamente aqueles que parecem filiar-se em produções islâmicas ou denotam influências de al-Andalus.

TRANCOSO, TERRA DE FRONTEIRA

O Castelo de Trancoso, edificado no ponto mais elevado de um planalto, a 885m de altitude, ter-se-á constituído, desde a sua fundação, como um marco imponente

na paisagem, devido sobretudo à sua implantação geográfica privilegiada. Na verdade, esta fortificação, inserida geomorfologicamente no sector oriental dos planaltos centrais, localiza-se concretamente numa zona de transição entre o planalto da Nave, o rebordo ocidental da Meseta e a depressão de Celorico (Ferreira, 2005: 82, fig. 20), aspecto que lhe permite o controlo efectivo da vasta região envolvente e, ainda, a visualização parcelar de várias áreas entre a serra da Estrela e o vale do Douro.

Trancoso inscreve-se igualmente numa área limítrofe entre as bacias do rio Douro e do rio Mondego (Ramos, 2005: 393, fig. 188), onde se destacam, como principais linhas de água, alguns afluentes do primeiro: o rio Távora e a ribeira da Teja, que nascem nas proximidades de Trancoso, e ainda a ribeira de Massueime, que se desenvolve mais para leste e, actualmente, serve de limite entre os concelhos de Trancoso e Pinhel.

Toda esta região entre o Douro e o Mondego, no período compreendido entre os sécu-

* Arqueólogos. Município de Trancoso (mariceu@net.sapo.pt e jcloba@yahoo.co.uk).

** Docente da FLUC e investigadora do CEAUCP/CAM.

los VIII e XII, constituiu uma região de fronteira marcada por uma forte instabilidade, tendo sido palco de vários conflitos entre as facções cristã e muçulmana, na luta pelo controlo da mesma.

Entre a conquista muçulmana, em 714-715, e os inícios do século X – altura em que o território até ao vale do Mondego, na sequência das expedições empreendidas por Afonso III das Astúrias (868-878), se encontrava já sob o domínio asturleonês – não são conhecidas quaisquer referências escritas a Trancoso. No entanto, as recentes intervenções arqueológicas desenvolvidas no núcleo histórico da cidade sugerem situar as origens de Trancoso justamente neste período. O estabelecimento neste local de um povoado fortificado, numa fase anterior ao século X, constituía-se já como uma hipótese, fundamentada não só no seu posicionamento estratégico, mas sobretudo na frequência com que Trancoso passará a ser citado nos séculos posteriores, quer pelas fontes árabes, quer cristãs, e na relativa importância que as mesmas parecem atribuir a esta fortificação no contexto regional.

A documentação escrita dos séculos X e XI referente a Trancoso e ao seu castelo, apesar de escassa, permite-nos também perspectivar, em traços gerais, a evolução geopolítica da região, bem como o clima de insegurança e instabilidade vividos neste espaço fronteiriço, face ao domínio precário de ambas as facções sobre o mesmo.

Nas primeiras décadas do século X, Trancoso terá permanecido na posse das forças cristãs, pois a primeira alusão documental a esta povoação, presente no *al-Muqtabis V* de Ibn Hayyan, menciona que, em Agosto de 936, no reinado de Abd al-Rahaman III, o vizir Yahyà b. Ishāq saiu de Badajoz e realizou uma incursão nesta região, na qual se apoderou das fortalezas de Urtigueira/.rb.gueira e de Trancoso/Tarankūš (Ibn Hayyan, XXXII: 258; Molina, 1981: 245).

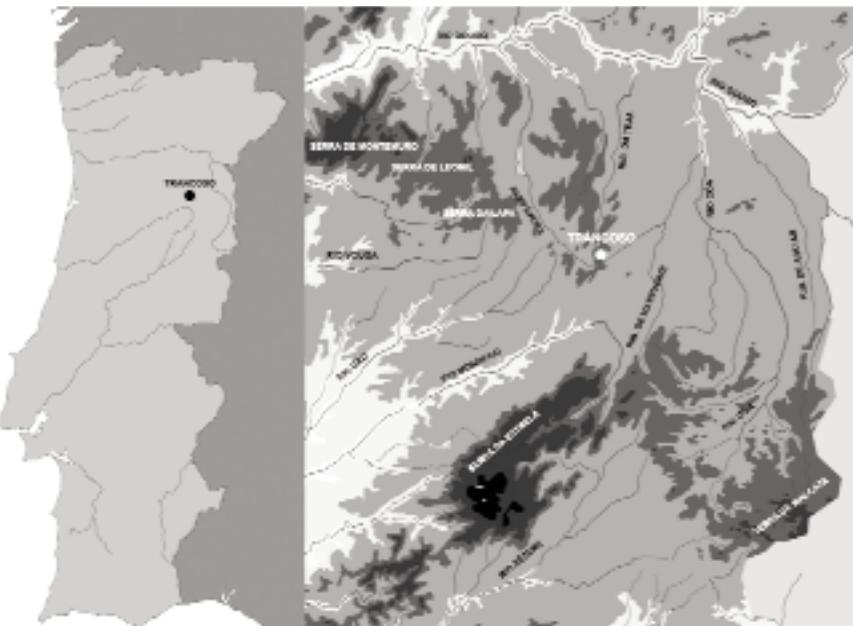


Figura 1 – Localização de Trancoso na região.

Pouco tempo depois, Trancoso terá passado novamente para o domínio condal asturleonês, pois, em 960, o seu castelo, juntamente com outros da região, é doado ao Mosteiro de Guimarães pela condessa D. Flâmula Rodrigues, filha de D. Rodrigo Tedones (Barroca, 1991: 94)².

No último quartel do século X, Trancoso é objecto de uma das 56 campanhas militares empreendidas por Almançor, que reconduziram a fronteira ao vale do Douro. De acordo com as crónicas árabes, na 15^a campanha, realizada entre 29 de Outubro e 22 de Novembro de 981, Almançor conquista Trancoso pelas armas e apodera-se também de Viseu (Molina, 1981: 231), fazendo desta última uma base militar de onde partiram outras campanhas (Catarino, 2008: 129-130)³.

A partir de meados do século XI, aproveitando-se dos conflitos internos existentes no mundo muçulmano, que conduziram à fragmentação do califado em reinos de taifas, o rei de Leão, Fernando, o Magno, estabelece definitivamente a fron-



Figura 2 – Castelo de Trancoso: perspectiva de nascente.

teira no vale do Mondego. A reconquista de Trancoso aos Muçulmanos terá ocorrido entre 1055 e 1059, na medida em que, neste último ano, o Castelo de Trancoso é referido no inventário dos bens do Mosteiro de Guimarães (Barroca, 1991: 98)⁴.

Não obstante a fixação definitiva da fronteira no Mondego, este território continuará a ser alvo de ataques esporádicos por parte das forças de al-Andalus, de que é exemplo a devastadora incursão conduzida pelo governador de Sevilha Abu Muhammad a Trancoso, no verão de 1155. Aqui, de acordo com o cronista Ibn Idari as tropas muçulmanas *atacaram os seus campos e as suas encostas, e encheram as mãos dos muçulmanos com as mulheres e os filhos e os gados; descarregaram a espada sobre os pescoços dos homens, e apoderaram-se de todos os seus bens. Logo a seguir, aproximaram-se do dito castelo, atacaram-no durante o dia, venceram os infiéis malvados, cativaram as mulheres e saquearam as riquezas* (Mattoso, 2006, p. 202).

Ainda no reinado de D. Afonso Henriques, Trancoso recebeu carta de foral, entre 1162 e 1165 (Mattoso, 2006, p. 213). Este facto deverá ser entendido não como uma resposta às incursões muçulmanas, mas como uma forma de vincular esta comunidade ao recém-criado reino de Portugal, inserindo-se numa política régia de

afirmação territorial face ao reino de Leão. A partir de então, o posicionamento estratégico de Trancoso e de outros concelhos vizinhos provirá ainda da sua localização numa região de fronteira, mas, desta feita, entre portugueses e leoneses.

A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA:

Os trabalhos arqueológicos que têm vindo a ser efectuados no Castelo de Trancoso, desde 2006, pelo Gabinete de Arqueologia Municipal, inserem-se num quadro de minimização de impactes face ao «Projecto de Consolidação e Valorização do Castelo de Trancoso», promovido pela Direcção Regional da Cultura do Centro – Delegação de Castelo Branco (DRCC – DCB).

Neste âmbito, para além dos trabalhos de registo e acompanhamento de obra, a intervenção contemplou ainda a escavação de várias zonas do castelo (A-G), situadas sobre-tudo em torno da Torre de Menagem.

Apesar de o afloramento se encontrar visível na maior parte do recinto e de este ter sido extremamente revolvido por variadas obras efectuadas durante o século XX, os trabalhos de escavação arqueológica possibilitaram a identificação de diversos vestígios de ocupação humana desde a Alta Idade Média até à Época Contemporânea.

No que respeita aos testemunhos altomedievais, observaram-se, na maior parte das zonas intervencionadas, várias fases de ocupação e abandono do local, que se caracterizavam por possuírem uma escassa potência estratigráfica e por serem extremamente semelhantes em termos de coloração, textura e compacidade. Compostas, de um modo geral, por terras cinzentas muito escuras, com areão, pequenas pedras e grande quantidade de carvões, algumas das camadas altomedie-

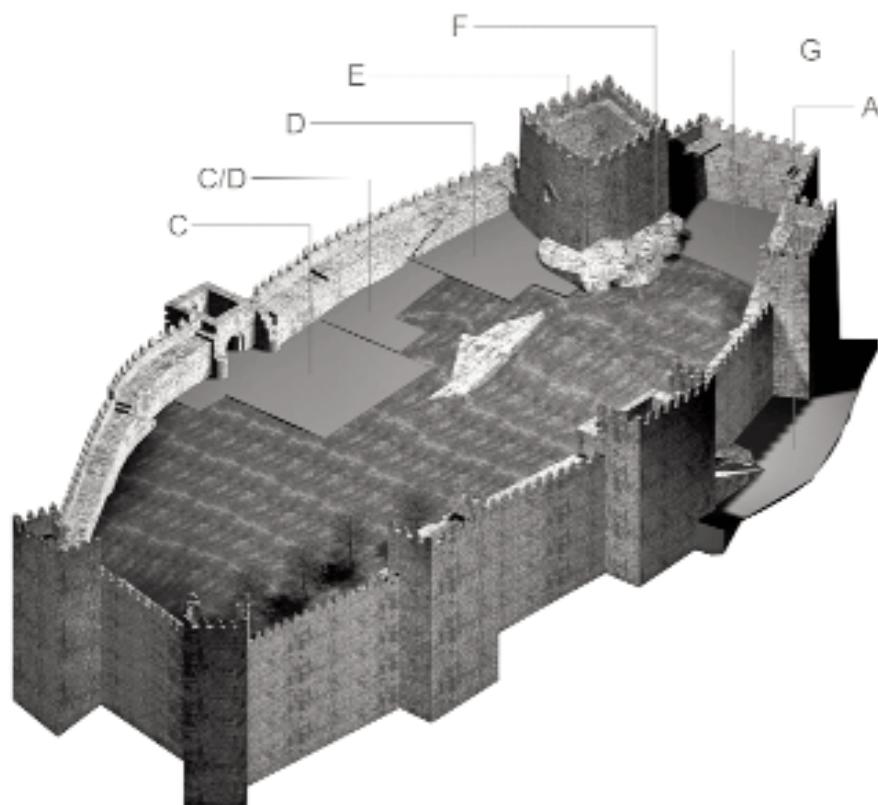


Figura 3 – Intervenção arqueológica: localização das zonas de escavação.

vais representam níveis de incêndio e devastação, consequência, quiçá, dos conflitos de que a documentação escrita nos faz eco.

Associadas a estas, identificaram-se algumas estruturas habitacionais já muito destruídas, nas zonas C, C/D e G. No interior de uma das torres da fortificação (zona F) registou-se ainda a presença de estruturas de carácter militar, que atestam algumas das fases do processo evolutivo por que o castelo passou, ao nível do seu traçado e arquitectura, antes da (re)construção do recinto fortificado na época gótica.

A escavação dos contextos altomedievais possibilitou também a recolha de inúmeros recipientes cerâmicos e diversos objectos em ferro ligados à actividade militar e à vida quotidiana, os quais, todavia, se encontram bastante fragmentados e em mau estado de conservação.

O ESPÓLIO CERÂMICO

Apesar de não ter sido ainda objecto de qualquer estudo global, uma primeira observação da cerâmica altomedieval recolhida no castelo de Trancoso permite-nos constatar, desde logo, a presença de algumas peças que se filiam nas produções islâmicas, nomeadamente os fragmentos cerâmicos pintados a branco, os vidrados monocromos de cor verde sobre decoração incisa e, ainda, os minúsculos fragmentos com superfícies vidradas de cor melada, um deles com traço de pintura a negro de manganés. Associado a estas, encontra-se um vasto acervo cerâmico que se caracteriza por possuir uma grande variedade de fabricos e pastas e uma decoração baseada, sobretudo, em motivos incisos, cordões plásticos ungueados/digitados e caneluras.

O lote cerâmico apresentado⁵ não constitui, portanto, uma amostra representativa da



Figura 4 – Perspectiva dos níveis altomedievais: perfil nascente da Zona D.

globalidade do conjunto cerâmico recolhido. De facto, este resultou, pelo contrário, de um processo de selecção de certo modo aleatório, orientado para a apresentação das peças que se filiam nas produções islâmicas, bem como de outras cujas características morfotipológicas eram, de algum modo, arcaizantes ou reconhecíveis em cerâmicas de outros locais já estudados, particularmente no al-Andalus.

Esta triagem resultou na selecção de um conjunto de materiais que, para além de pertencerem a várias unidades estratigráficas, foram recolhidos em diferentes sectores da área escavada, alguns dos quais sem relação física entre si. Por este motivo e tendo em conta o estado actual da investigação neste monumento, optou-se por estudar as peças *per si*, isto é, desprovidas do seu contexto estratigráfico.

No que respeita ao conjunto estudado, verifica-se que predominam os fabricos elaborados manualmente ou a torno lento e a torno incerto ou de rotação descontínua, podendo ver-se, no interior de vários exemplares, as irregularidades do mesmo e as marcas dos dedos do oleiro. A maior parte dos fragmentos apresenta fabricos oxidantes, em pastas bastas/compactas de tons castanhos, avermelhados e alaranjados, e mostram desengordurantes finos (menos de 1 mm), médios (até 2 mm) e grossos (3 mm ou mais), sendo visíveis grãos de quartzo e a inclusão de finas palhetas de micas (em vários exemplares bem visíveis na superfície externa da peça). Os tratamentos de superfície vão do simples alisamento ao brunido em espatulado que cobre toda a superfície externa, seguindo-se os motivos incisos, os cordões plásticos, as caneluras e ainda os traços pintados a branco.

PANELAS

Os fragmentos de panelas aqui estudados (n.º 1-7) foram fabricados a torno lento/«torneta» e a torno de rotação irregular e apresentam, maioritariamente, pastas e superfícies de cozeduras oxidantes, sendo apenas um exemplar de cozedura redutora (n.º 7). Do ponto de vista morfológico, podemos distinguir três grupos: **1.** panelas de perfil em *S*, de colo mais ou menos sinuoso e bordos esvasados com lábios boleados simples (n.º 1), afilados (n.º 2) ou espessados (n.º 3); **2.** panelas de bordo triangular, com ou sem moldura interna, em barbela, para encaixe da tampa, e colos marcados por uma incisão na ligação com o ombro (n.º 4-6); **3.** panelas de bordo plano ou ligeiramente oblíquo e sulco interno, com colo quase direito e asa de fita que arranca abaixo do bordo (n.º 7). No que respeita aos tratamentos de superfície, notam-se marcas de alisamento na superfície externa e alguns exemplares apresentam caneluras no bojo (n.º 2 e 3), motivos muito comuns entre as cerâmicas altomedievais, seja em territórios islâmicos ou cristãos.

As panelas do 1.º grupo parecem manter a tradição de época visigótica/emiral, como acontece, por exemplo, em Ilici (Elche), onde formas e motivos decorativos incisos aparecem no grupo das pequenas panelas/«ollitas» ou potes/«orcitas» dos séculos VII/VIII (Gutierrez Lloret, 1993: 44, fig. 2, n.º 8). Os exemplares de Trancoso têm perfis similares às panelas e potes de Conimbriga, integradas na fase II tardia, dos séculos VII-IX (De Man, 2006: 152-153 e 169). Mas também têm paralelos no sul do Gharb, por exemplo no sítio de Barradas (Odiáxere, Lagos), quer nas formas, quer nos motivos decorativos com incisões e caneluras (Silva e Silva, 2005: 78 e fig. 5). Destaca-se em particular o nosso exemplar n.º 1, que combina restos de motivos decorativos pintados a branco com linhas incisas, horizontais e em ondulado, no colo e parte superior do corpo. O fabrico oxidante, a forma, com acentuado perfil em *S*, e a decoração pintada e incisa filiam esta peça nas cerâmicas emirais/califais que prolongam a tradição decorativa precedente. O facto de apresentar cozedura oxidante e incluir traços de pintura a branco, indicia, portanto, uma clara influência de al-Andalus.

Contudo, esta forma e os motivos incisos, sejam ondulados ou em ziguezague entre linhas horizontais, aparecem também associados à época condal (e igualmente entre as panelas carolíngias), por exemplo na Catalunha. Em Barcelona, este tipo de panelas, decoradas com motivos incisos e também impressos, fabricadas a torno lento, porém de cozeduras redutoras, ocorre associado à cerâmica espatulada dos séculos IX/XI, sempre em pastas compactas e com desengordurantes que incluem quartzo e mica dourada (López Mullor, 2003: 63 e fig. X: 11, 13, 15 e 17). No caso particular das escavações na Plaza del Rey (Barcelona), os contextos dos séculos IX/X revelaram, precisamente, o mesmo tipo de panelas e decorações (López Mullor e Beltrán de Heredia, 2008: 74, lám. IX: 1-2).

As do 2.º grupo, de bordo triangular e, por vezes, com leve sulco ou barbela no interior do lábio, como o nosso exemplar n.º 5, tanto podem aparecer em contextos islâmicos como cristãos. São frequentes entre as cerâmicas omíadas, por

exemplo no Castelo Velho de Alcoutim (Catarino, 1997/98: Est. XXIII), mas continuam a produzir-se nos períodos seguintes, como pode observar-se em alguns fragmentos de época almorávida e almóada recolhidos no Castelo de Salir (Catarino, 1997/98: Est. CV: n.º 4 e 11). Estas formas também se incluem nas cerâmicas exumadas nas escavações do Pátio da Universidade de Coimbra, nos contextos islâmicos e da reconquista da 2.ª metade do século XI (Catarino *et alii*, 2009: 348, Quadro I), aparecendo igualmente na fase III de Conimbriga, dos séculos X-XII (De Man, 2006: 171, n.º 1-3)⁶.

Ainda no mesmo grupo, o exemplar de bordo esvasado em aba de perfil rectangular (n.º 6) deve corresponder a uma grande panela ou a um pote, devido às dimensões da abertura da boca e espessura das paredes, que revelam no exterior estrias horizontais do alisamento. Embora de cozedura oxidante e não redutora, o perfil é análogo ao de algumas panelas identificadas no sítio do Baldoeiro e recolhidas nas fases I e II de Santa Cruz da Vilariça, associadas a contextos datados dos séculos XII-XIII (Rodrigues e Rebanda, 1992: 51-66 e Rodrigues e Rebanda, 1998: 101-126).

Por último, a panela do grupo 3, de pasta e superfícies cinzentas, bordo plano, colo pouco curvo e asa aplanada em fita (n.º 7), é nitidamente uma peça com filiação na reconquista cristã. Ainda que o exemplar de Trancoso não tenha a asa punctionada, mas sim um sulco longitudinal, mostra um perfil análogo à forma 14 da fase III das cerâmicas tardias de Conimbriga, integradas nos séculos X-XII (De Man, 2006: 171, n.º 14) e inscreve-se no mesmo tipo de panelas de contextos da reconquista e subsequente (séculos XI/XII), recolhidas nas escavações do Pátio da Universidade de Coimbra (Catarino *et alii*, 2009: 346-347, fig. 11: 2 e fig. 13: 1).

1 – Panela:

Fragmento de bordo esvasado, colo curto de perfil em S e paredes convexas.

Pasta de textura/natureza compacta e homogénea com CNP finos e médios e cor castanha (M. 2.5 YR 4/2).

Superfícies alisadas de cor castanha (M. 2.5 YR 4/2 e M. 2.5 YR 5/4).

Decoração: leves traços incisos horizontais no estrangulamento do colo e no bojo, a limitar um motivo inciso ondulado, e restos de pintura a branco, numa banda horizontal na ligação do colo com o ombro e traço vertical branco na parte superior do corpo.

Fabrico a torno lento e cozedura oxidante.

Dimensões: diâm. bordo: 170 mm; esp. bordo: 7 mm; esp. paredes: 6 mm.

2 – Panela:

Fragmento de bordo adelgaçante, colo esvasado e paredes convexas.

Pasta de textura/natureza homogénea com CNP finos e médios e cor castanha acinzentada (M. 5 YR 5/2).

Superfície interna alisada de cor castanha acinzentada (M. 5YR 6/3) e superfície externa alisada de cor cinzenta (M. 5 YR 3/1), com restos de queimado.

Decoração: leves caneluras no bojo.

Fabrico a torno incerto e cozedura oxidante irregular.

Dimensões: diâm. bordo: 160 mm; esp. bordo: 6 mm; esp. paredes: 5 mm.

3 – Panela:

Fragmento de bordo boleado com inflexão externa, colo curto de perfil côncavo e paredes convexas.

Pasta de textura/natureza homogénea com CNP finos e médios e cor castanha alaranjada (M. 5 YR 6/4).

Superfície interna alisada de cor alaranjada (M. 5 YR 6/6), com marcas dos dedos do oleiro; superfície externa alisada de cor alaranjada (M. 5 YR 6/6).

Decoração: ligeiras caneluras na parte superior do bojo.

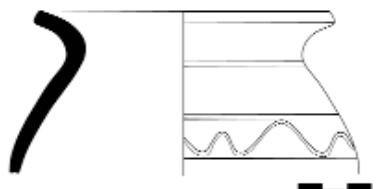
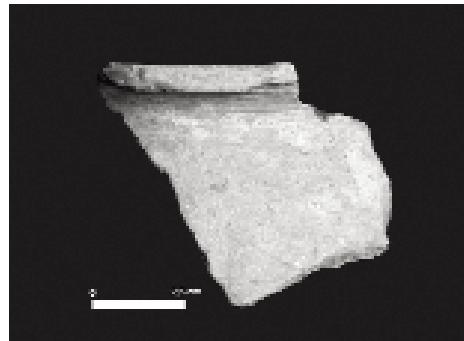
Fabrico a torno lento e cozedura oxidante.

Dimensões: diâm. bordo: 180 mm; esp. bordo: 6 mm; esp. paredes: 6 mm.

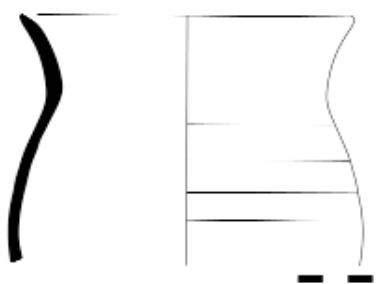
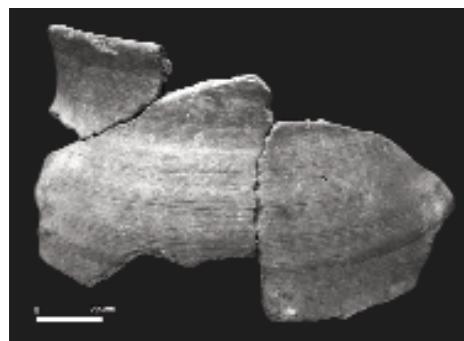
4 – Panela:

Fragmento de bordo triangular, colo côncavo e paredes convexas.

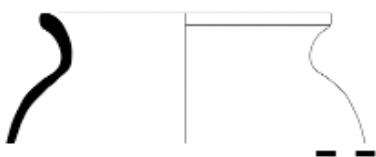
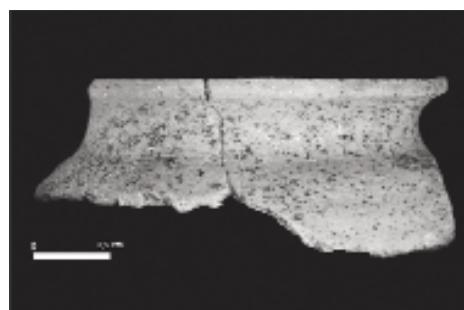
Pasta de textura/natureza homogénea com CNP finos e médios e cor castanha clara amarelada (M. 10 YR 8/4).



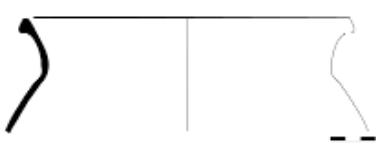
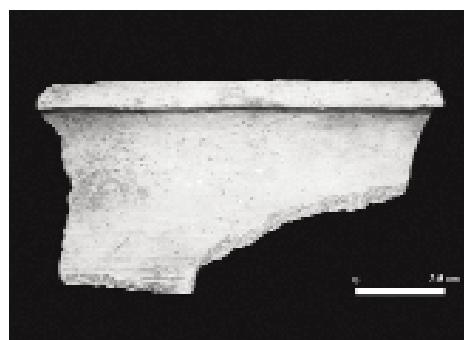
1.



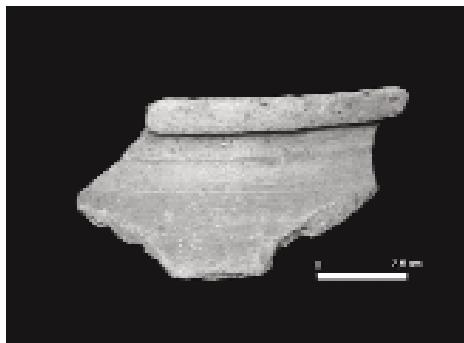
2.



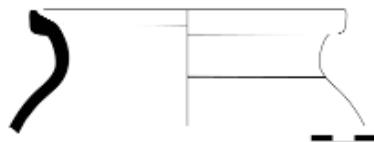
3.



4.



5.



6 – Panela ou Pote:

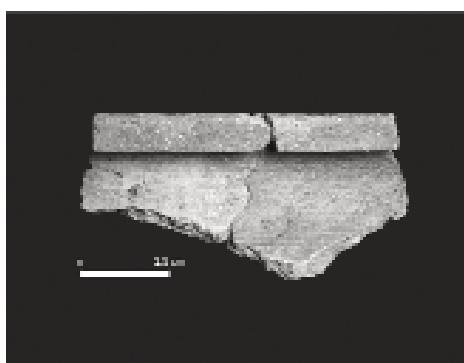
Fragmento de bordo esvasado em aba de perfil rectangular e colo convexo.

Pasta de textura/natureza compacta e homogénea com CNP finos e médios e cor castanha acinzentada (M. 5YR 6/2).

Superfícies alisadas de cor castanha alaranjada (M. 5YR 6/6).

Fabrico manual/torno incerto e cozedura oxidante.

Dimensões: diâm. bordo: 280 mm; esp. bordo: 10 mm; esp. paredes: 7 mm.



6.



7 – Panela:

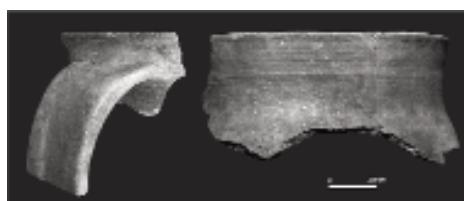
Fragmento de bordo direito de lábio plano e sulco em barbela no interior, colo ligeiramente esvasado, paredes convexas e asa de fita em secção sub-rectangular.

Pasta de textura/natureza homogénea com CNP finos e médios, e cor cinzenta (5YR 4/1) e castanha na asa (M. 5YR 5/4).

Superfícies alisadas de cor cinzenta (M. 5YR 4/1).

Fabrico a torno lento e cozedura redutora.

Dimensões: diâm. bordo: 220 mm; esp. bordo: 9 mm; esp. paredes: 7 mm; esp. asa: 11 mm.



7.



Superfícies alisadas de cor castanha clara amarelada (M. 10 YR 8/4).

Fabrico a torno alto e cozedura oxidante.

Dimensões: diâm. bordo: 160 mm; esp. bordo: 9 mm; esp. paredes: 5 mm.

5 – Panela:

Fragmento de bordo triangular com leve sulco no interior do lábio, colo côncavo e paredes convexas.

Pasta de textura/natureza compacta com CNP finos e médios e cor castanha clara avermelhada (M. 5YR 6/3).

Superfícies alisadas de cor castanha alaranjada (M. 5YR 6/4).

Decoração: leve ressalto a emoldurar a ligação do colo com o ombro.

Fabrico a torno incerto e cozedura oxidante.

Dimensões: diâm. bordo: 140 mm; esp. bordo: 8 mm; esp. paredes: 6 mm.

PÚCAROS

Dos fragmentos de púcaros seleccionados (n.º 8-14) predominam os fabricos manuais/ a torno lento e de torno incerto, em pastas compactas de cozeduras redutoras (n.º 8-10) e oxidantes (n.º 11-14), que mostram superfícies externas alisadas, brunidas em espatulado uniforme que cobre toda a peça, ou decoradas com motivos incisos, punctionados e, principalmente, com pintura a branco.

No 1º grupo incluem-se os fabricos manuais, de cozedura irregular com pasta cinzenta e superfícies cinzentas e castanhas avermelhadas (n.º 9), de cozedura redutora com pasta e superfícies cinzentas (n.º 8 e 10), todos com decoração. O 2º grupo, também de fabrico manual/torno lento, individualiza-se por não apresentar decoração e ter cozedura oxidante, com manchas cinzentas na superfície externa (n.º 11). O 3º grupo corresponde a fabricos de

torno, ainda que de rotação irregular, e cozeduras oxidantes, tendo a particularidade de mostrar restos de decoração pintada a branco (n.º 12-14).

O primeiro exemplar do grupo 1 (n.º 8), a que falta o bordo, caracteriza-se pelo colo preenchido com caneluras, que chegam à ligação com o ombro. É do mesmo tipo dos identificados nas fases II e III tardias de Conimbriga, datadas respectivamente dos séculos VII/IX e X/XII (De Man, 2006: 170, n.º 29 e 171, n.º 13) e encontra-se entre as cerâmicas de Coimbra, recolhidas em contextos califais e dos reinos de taifa, sendo que, neste caso, alguns também incluem bandas horizontais de pintura a branco (Catarino *et alii*, 2009: fig. 4, n.º 4, 8, 9 e 10-12). Os púcaros com caneluras no colo são igualmente comuns no sul do Gharb, nomeadamente no Castelo Velho de Alcoutim (Catarino, 1997/98: Est. XI. 7; XVI. 1 e 3; XVII. 2) e no Castelo das Relíquias (Catarino, Est. LXXVII: 8 e LXXVIII: 1), com cronologias centradas nos séculos X/XI, embora possam remontar aos finais da época emiral. Do mesmo modo, também tem paralelos na Meseta espanhola, na forma C. 41 de Manuel Retuerce, com cronologia centrada no século IX e inícios do seguinte (Retuerce Velasco, 1998: 1.º vol.: 233-234 e 2.º vol.: 145-146).

O segundo (n.º 9) tem bordo adelgaçante em bisel interno, colo pouco diferenciado e paredes ligeiramente convexas, pautadas por profusa decoração, que combina os motivos incisos (ondulados e em ziguezague) e as caneluras, ou ténues aplicações plásticas, sobre as quais se intercalam punções e impressões unguiladas. Esta peça, de aspecto arcaico, mostra um fabrico e decoração que nos remetem para uma tradição visigótica/emiral e, embora não apresente o perfil de colo recto e corpo globular das congéneres islâmicas, os paralelos filiam-na neste período. De facto, a decoração é idêntica a

uma jarrita de Palmela, exumada no silo 6 e atribuída ao período omíada (séculos IX/X), onde também a decoração combina incisões, caneluras e punções (Fernandes, 2004: 176 e fig. 240: 45). Decorações idênticas aparecem em Santa Lucía del Trampal (Alcuéscar, Cáceres), na forma C, variante C02B, decorada com meandros incisos no colo, de época emiral (Caballero Zoreda e Sáez Lara, 1999: 232, fig. 100: 02 e fig. 102: 21), o mesmo acontecendo num exemplar de jarra profusamente decorada, neste caso apenas na parte superior do bojo, proveniente das escavações de Medina Elvira (Granada), no sector do Cerro del Sombrerete, datado de inícios do século X a inícios do seguinte (Carvajal López, 2005: lám 11: 029-99; 2007: 412, 430, lám. 7: 7-99).

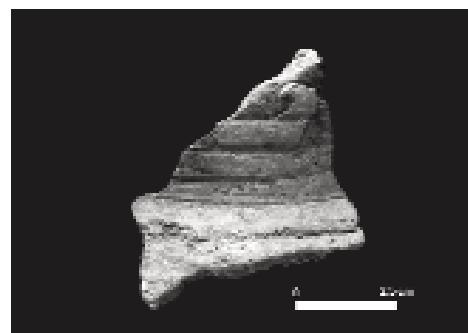
Seguindo o mesmo modelo decorativo da peça anterior, embora mais elemental, o terceiro púcaro (n.º 10) apresenta bordo de lábio arredondado e ligeira inflexão interna num colo bem diferenciado de perfil cilíndrico. A sua decoração reveste-se de peculiar interesse, por combinar os motivos incisos ondulados intervalados com punções e por apresentar, na ligação do colo com o ombro, restos de uma banda horizontal pintada a branco, particularidade que nos leva a filiar esta peça na época omíada. Se a decoração com incisões em ondulado se aproxima dos padrões acima mencionados, os motivos punctionados assemelham-se aos de um púcaro proveniente de uma lixeira da fase I, do exterior da muralha do Tolmo de Minateda (Hellín, Albacete), contexto atribuído a uma fase avançada do século VII, que pode ter-se prolongado ao longo do século VIII (Gutierrez Lloret *et alii*, 2003: 133-134 e fig. 8: 9).

O 2º grupo corresponde a um púcaro (n.º 11) de fabrico manual e cozedura oxidante, com superfície externa brunida e cinzenta, de aparente aguada ou vestígios de queimado. Não tem decoração e o bordo é boleado com inflexão externa, o colo ligeiramente esvasado e possui uma asa de rolo, que arranca do colo. Este tipo de púcaros tem amplos paralelos e tanto pode aparecer em sítios islâmicos como cristãos. Existem peças idênticas recolhidas nas escavações do Pátio da Universidade de Coimbra, em contextos dos séculos IX/XI, aparecendo ainda em conjunto com cerâmicas califais decoradas a verde e manganés (Catarino *et alii*, 2009: 347, fig. 4: 1-2). No Sul do Gharb, por exemplo no Castelo Velho de Alcoutim, ocorre em contextos atribuídos à época emiral e califal (Catarino, 1997/98: est. XVIII: 4), tendo igualmente paralelos no Levante espanhol, por exemplo no Cerro de la Almagra (Múrcia), datados de época emiral (Gutierrez Lloret, 1996: 232, fig. 96). Na Meseta, identificaram-se peças com pastas e superfícies idênticas, designadamente a forma 145 proveniente de Madrid, Mayor-Veja, integrada no tipo C.11 de Retuerce, com cronologia omíada/século X (Retuerce Velasco, 1998. vol. I: 188-189 e vol. II: 147).

Quanto aos púcaros decorados com pintura a branco sobre superfícies e pastas avermelhadas ou alaranjadas (grupo 3), destaca-se um exemplar incompleto (n.º 12), de fundo plano e corpo praticamente cilíndrico, que exibe caneluras e restos de pintura em finos traços horizontais e verticais, intercalados com séries de pequenos pontos. Devido ao seu estado de fragmentação, é difícil perceber se se trata de um copo ou de um púcaro. No entanto, o fabrico e a decoração reme-

tem-nos para produções de época islâmica, aparentadas, por exemplo, com alguns copos de Santarém datados dos séculos XI-XII (Viegas e Arruda, 1999: 120-121, fig. 5). Mas se tivermos em consideração a pasta, o tipo de motivos decorativos e, sobretudo, a área geográfica de Trancoso, no extremo setentrional da Marca Inferior, também podemos estar perante uma variante formal de produção filiada nos «vasos pintados» de Zamora (Turina Gómez, 1994: peça 73; fig. 21: 1 e lâm. IV, p. 120 e Larrén Izquierdo e Turina Gómez, 1998: 89, n.º 12), em particular nos copos provenientes das escavações do Átrio da Catedral, datados do século XII, estes porém com paredes curvo convexas de perfil «gutiforme» (Martín Arija e Larrén Izquierdo, 1991: 259, 262 e 265, fig. 2: 1-2). Contudo, na síntese mais recente, baseada em novas intervenções arqueológicas no espaço urbano e arrabaldes de Zamora, onde se recolheram outras cerâmicas islâmicas pintadas, foi possível aferir melhor as cronologias anteriores, agora centradas nos séculos X/XI, mas podendo mesmo recuar aos finais do século IX (Larrén Izquierdo e Nuño González, 2006: 244-255).

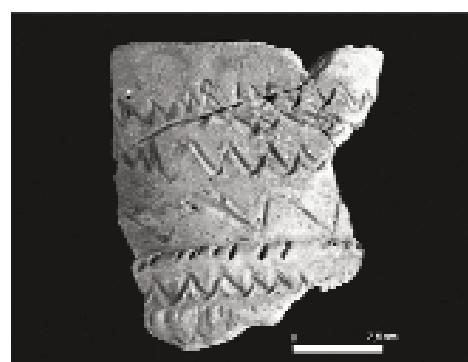
Os dois últimos fragmentos são: uma asa de secção oval possivelmente pertencente a um púcaro ou «jarrita», onde se conserva um traço branco longitudinal (n.º 13), e um bojo com a pintura branca a formar linhas diagonais em losangos (n.º 14).



8.



As decorações, nomeadamente em finos traços de motivos reticulados, seja em pintura a branco, a negro ou a vermelho, são comuns entre as cerâmicas islâmicas e abrangem uma ampla distribuição geográfica e diferentes etapas da história de al-Andalus, sobretudo desde a época califal, como acontece com alguns exemplos identificados em Palmela (Fernandes, 2004: fig. 238: 25). Também se registaram cerâmicas pintadas a branco, mormente em panelas/potes, púcaros e jarritas, nas escavações de Conimbriga (Alarcão *et alii*, 1976: planche XI: 52-57) e no Pátio da Universidade de Coimbra (Catarino *et alii*, 2009: 347 e quadro II), aparecendo igualmente, ainda que de forma mais pontual, em várias áreas do Noroeste Peninsular, por exemplo, entre as cerâmicas islâmicas pintadas a branco, provenientes das escavações da Catedral de Santiago e de Santa Maria de Iria (Suárez Otero, 1993: 84, fig. 1-2).



9.



8 – Púcaro:

Fragmento de colo cilíndrico e arranque do bojo. Pasta de textura/natureza homogénea com CNP finos e médios e cor cinzenta (M. 5YR 3/1). Superfícies alisadas de cor cinzenta (M. 5YR 4/2). Decoração: caneluras no colo e início do bojo. Fabrico manual/torno lento e cozedura redutora. Dimensões: esp. paredes: 5 mm.

9 – Púcaro:

Fragmento de bordo adelgazante em bisel interno, colo ligeiramente curvo e paredes convexas. Pasta de textura/natureza homogénea, mesmo compacta, com CNP finos, médios e grossos e cor cinzenta (M. 5 YR 5/1). Superfícies alisadas e marcas dos dedos do oleiro; cor interna cinzenta escura (M. 5 YR 3/1) e cor externa castanha avermelhada e acinzentada (M. 5 YR 5/3 e 5 YR 4/2). Decoração: incisa (ondulada e em ziguezague) e caneluras ou ténues cordões plásticos, com punções e impressões unguiladas no colo e bojo. Fabrico manual/torno lento e cozedura redutora. Dimensões: diâm. bordo: 130 mm; esp. bordo: 7 mm; esp. paredes: 7 mm.

10 – Púcaro:

Fragmento de bordo boleado com leve inflexão interna e colo cilíndrico.

Pasta de textura/natureza homogénea muito compacta/basta com CNP finos e médios e cor cinzenta (M. 5YR 3/1).

Superfície interna alisada de cor castanha acinzentada (M. 5 YR 5/3); superfície externa alisada de cor cinzenta (M. 5 YR 4/2) e castanha (M. 5 YR 6/3).

Decoração: linhas punctionadas, a limitar um motivo inciso ondulado, e uma banda pintada a branco na ligação do colo com o ombro.

Fabrico a torno lento e cozedura oxidante irregular.

Dimensões: diâm. bordo: ?; esp. paredes: 6 mm.

11 – Púcaro:

Fragmento de bordo direito boleado, colo cilíndrico e asa de rolo de secção circular a arrancar do colo.

Pasta de textura/natureza homogénea e compacta com CNP finos, médios e grossos e cor castanha avermelhada (M. 2.5YR 5/8).

Superfície interna alisada de cor castanha avermelhada (M. 2.5 YR 5/4); superfície externa brunida, com espatulado vertical de toque acetinado e cor castanha avermelhada (M. 2.5YR 5/4) com manchas cinzentas (M. 2.5YR 3/0).

Fabrico a torno lento e cozedura oxidante irregular.

Dimensões: diâm. bordo: 140 mm; esp. bordo: 6 mm; esp. paredes: 8 mm; esp. asa: 25 mm.

12 – Púcaro ou Copo:

Fragmento de paredes rectas de corpo cilíndrico e fundo plano.

Pasta de textura/natureza homogénea e compacta com CNP finos e finas palhetas de mica e cor castanha acinzentada (M. 5YR 5/1 e 5YR 5/2).

Superfície interna alisada; superfície externa alisada e engobada de cor alaranjada (M. 2.5YR 5/6).

Decoração: pintura a branco com séries verticais de três traços finos intervalados de pontos e bandas horizontais sobre caneluras a marcar a parte superior e inferior do corpo.

Fabrico a torno lento e cozedura oxidante irregular.

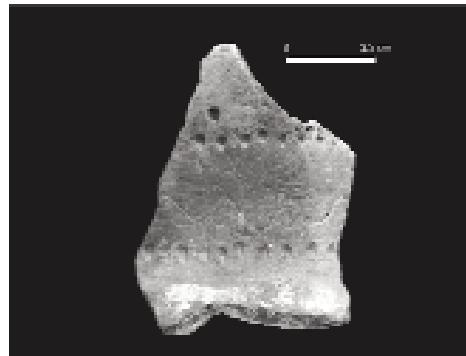
Dimensões: diâm. bordo: 120 mm; esp. fundo: 8 mm; esp. paredes: 8 mm.

13 – Púcaro ou Jarro (?):

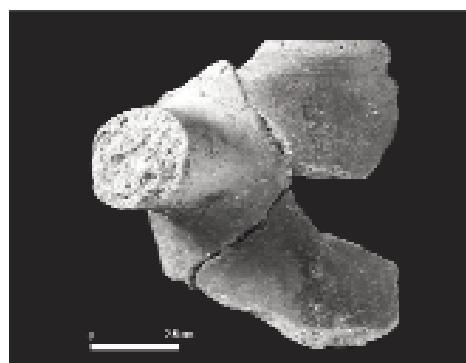
Fragmento de asa vertical de secção oval.

Pasta de textura/natureza homogénea e muito compacta com CNP finos e médios e cor castanha avermelhada (M. 2.5YR 5/4).

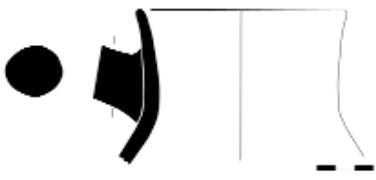
Superfícies alisadas de cor castanha avermelhada (M. 2.5YR 5/4).



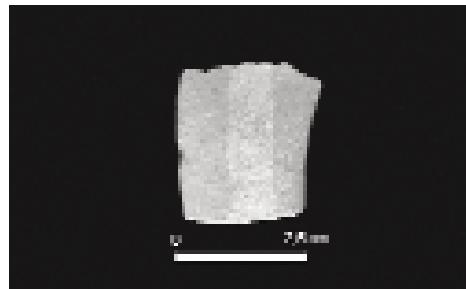
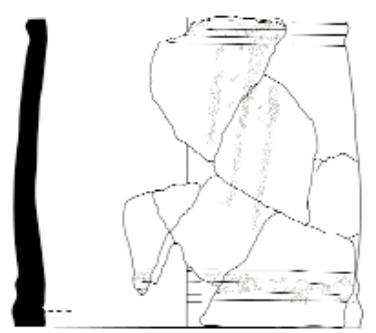
10.



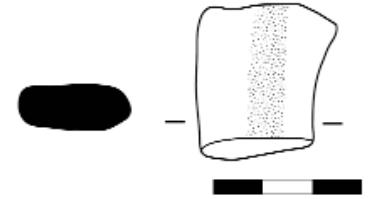
11.

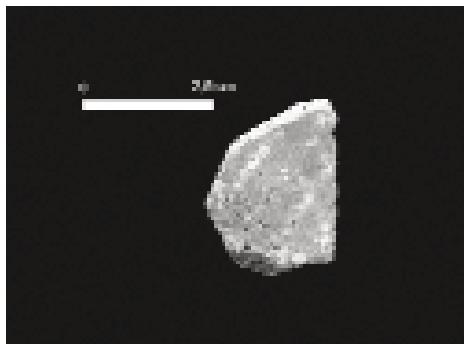


12.



13.





14.

Decoração: banda vertical pintada a branco.
Fabrico manual e cozedura oxidante.
Dimensões: esp. asa: 9 mm.

14 – Púcaro ou Jarro (?):

Fragmento de paredes convexas.
Pasta de textura/natureza homogénea com CNP finos e médios e cor castanha acinzentada (M. 2.5YR 5/2).
Superfície interna alisada de cor avermelhada (M. 2.5 YR 5/4); superfície externa com aguada e espatulado vertical de cor avermelhada (M. 2.5YR 5/6).

Decoração: pintura a branco em traços diagonais a formar reticulado de losangos.
Fabrico a torno lento e cozedura oxidante.
Dimensões: esp. paredes: 7 mm.



como na decoração, com cordão plástico digitado e, abaixo deste, linhas incisas, ainda que, neste caso, horizontais. Este foi recolhido entre as cerâmicas do silo 7, enquadráveis nos séculos XIII/XIV, embora possam recuar aos finais do século XII (Fernandes, 2004: 169-170, fig. 225, n.º 1). O seguinte (n.º 16) encontra paralelos na fase III tardia de Conimbriga (séculos X/XII), no grupo dos jarros e cântaros com canelura a emoldurar o colo, associados a asas punctionadas (De Man, 2006: 171, n.º 8, 9 e 15). É ainda do mesmo tipo dos cântaros ou «jarras» de bordo esvasado e colo sinuoso com canelura, recolhidos nas escavações do Átrio da Catedral de Zamora e datados entre séculos XII e XIV (Larrén Izquierdo e Martín Arija, 1991: 261-262, fig. III: 8, 14 e 15 e Larrén Izquierdo e Turina Gómez, 1998: 82, 86, n.º 15 e 16).

Ao segundo grupo pertence um fragmento (n.º 17), fabricado a torno alto e de cozedura oxidante regular, que originou pasta e superfícies alaranjadas. O bordo tem leve espessamento, o lábio é em bisel interno e a decoração resume-se a uma canelura. Este tipo de bordo e colo emoldurado aparenta uma evolução de alguns modelos de bilhas tardo-romanas, de pastas alaranjadas bem depuradas, que mantêm, porém, perfis semelhantes em fabricos medievais.

Entre alguns exemplos e só para citar os geograficamente distintos, podemos ver que bordos com perfis que se aproximam ao de Trancoso tanto podem encontrar-se em sítios com ocupação dos séculos IV/V, como na villa romana de San Pedro de Valdanzo, em Soria (Jimeno Martínez *et alii*, 1988-89: 428 e fig. 14: 1), como em momentos posteriores, por exemplo no castro de El Cristo de San Esteban (Muelas del Pan, Zamora), datado entre os séculos V e VI/VII (Larrén Izquierdo *et alii*, 2003: 280-281, fig. 7: 8), e em La Huesa (Cañizal, Zamora), dos séculos VII a X, no grupo das jar-

JARROS E CÂNTAROS

Outras formas fechadas correspondem a jarros (n.º 15-17) e bilhas ou cântaros (n.º 18). Tendo em conta as características de fabrico, os fragmentos de jarros seleccionados podem dividir-se em três grupos.

Ao primeiro grupo correspondem dois jarros fabricados a torno incerto, que sofreram cozedura redutora, embora de arrefecimento oxidante e/ou engobe alaranjado no exterior (n.º 15 e 16), diferindo, contudo, no tipo de pasta e tratamento de superfícies. O primeiro tem pasta muito compacta, os desengordurantes são finos, a superfície é alisada e decorada com motivos incisos ondulados e marcas impressas unguadas sobre cordão plástico, enquanto que o segundo apresenta pasta menos compacta e com abundantes desengordurantes, bem visíveis nas superfícies, pouco alisadas e com leve engobe ou aguada no exterior. Também diferem nas características do bordo, em aba bifida certamente para encaixe de tampa no primeiro e extrovertido de lábio boleado no segundo, onde a decoração se resume a uma canelura.

De momento, os jarros com perfis semelhantes ao primeiro grupo aparecem sobretudo em contextos da Baixa Idade Média. O primeiro (n.º 15) tem paralelos em Palmela, tanto no tipo de bordo, com lábio plano emoldurado de sulco longitudinal,

ras ou cântaros e garrafas de colos emoldurados e lábio arredondado levemente espessado, com a diferença de que aí apresentam pastas cinzentas e superfícies espatuladas (Larrén Izquierdo *et alii*, 2003: 289-290 e fig. 6: 4). Também de época visigótica são alguns cântaros e garrafas de Mérida, com colos emoldurados do mesmo tipo (Alba e Feijoo, 2003: fig. 8). Já de contextos emirais/califais são as jarras do tipo IIIC de Medina Elvira, Granada (Carvalhal López, 2005: 149, lám. 4: 2017-71), que têm analogias com o nosso exemplar e podem integrar-se na série T.11 estabelecida para o Levante espanhol, com cronologias entre os séculos VIII e X (Gutiérrez Lloret, 1996: 102-103).

Identificámos como cântaro ou bilha os fragmentos (n.º 18) de um bordo, com perfil triangular e colo alto, fabricado a torno irregular, de cozedura oxidante. A superfície externa apresenta-se alisada, com marcas de brunito vertical e traços de pintura a branco em linhas horizontais, abaixo do bordo, a meio do colo e junto de uma canelura, que certamente emoldurava a ligação ao ombro da peça. Este tipo de bilhas, ou cântaros, é bastante comum em contextos medievais especialmente nas produções islâmicas. Neste caso, tanto a pasta como o tratamento de superfície e decoração, com

pintura a branco e canelura na ligação do colo com o ombro, aproximam o exemplar de Trancoso com peças congêneres de Mérida, encontradas em contextos emirais, em especial com paralelos tanto nos cântaros de tipo B5, como nas cantarinhas de tipo B3 (Alba e Feijoo, 2001: 343, 347). Também em Coimbra se recolherem fragmentos de cântaros com as mesmas características de perfil emoldurado com caneluras e traços de pintura a branco, em contextos de época califal e dos reinos de taifa (Catarino *et alii*, 2009: fig. 6. 2 e 4).

Finalmente, no terceiro grupo, os fragmentos vidrados (n.º 19) pertenceriam a uma forma fechada (certamente um jarro), de pasta depurada e cor rosada. O tipo de pasta, a decoração incisa sob vidrado mate, pouco espesso, verde-escuro no exterior e translúcido, pouco aderente, de tom creme esbranquiçado sobre um engobe alcalino, no interior, remetem-nos, embora com algumas dúvidas, para produções de Al-Andalus. Não nos parece, contudo, que possa corresponder aos primeiros vidrados de finais da época emiral e de inícios do califado, nomeadamente às produções de Elvira (Granada), nem que tenha sido importado dos fornos de Bayyana/Pechina (Almeria) ou de San Nicolás (Múrcia), o mesmo se podendo dizer em relação às produções vidradas baixo medievais do Norte Peninsular, designadamente do País Basco. Logo, só com uma análise mais apurada, com comparações de pastas e vidrados, poderemos aferir melhor a sua proveniência e cronologia. Em todo o caso, o achado destes fragmentos em Trancoso reveste-se de particular relevância, se tivermos em consideração o facto de o castelo voltar a estar integrado no território do Gharb al-Andalus desde finais do califado até à segunda metade do século XI, podendo, assim, tratar-se de uma peça dos séculos X/XI. Mas o facto de não ser possível, pelo estado de fragmentação, identificar a forma, e não encontrarmos, de momento, paralelos taxativos, mormente entre as cerâmicas dos reinos de taifas, estes fragmentos também podem ser uma importação imediatamente posterior à reconquista e, assim, serem provenientes de produções peninsulares cristãs ainda pouco divulgadas, ou mesmo originários de uma olaria extra-peninsular.

15 – Jarro:

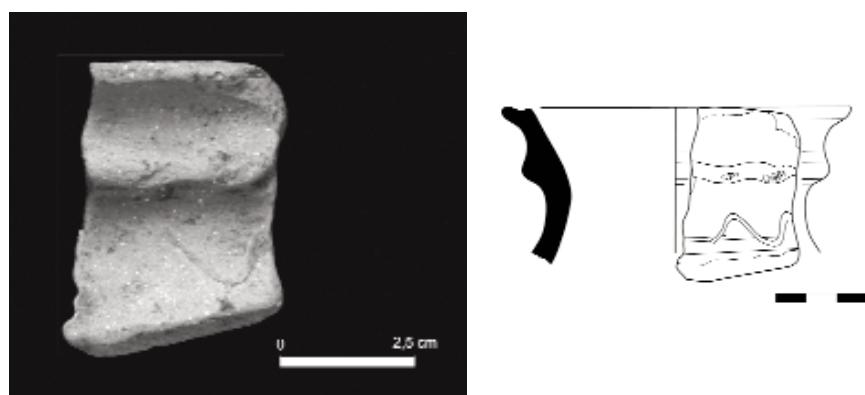
Fragmento de bordo em aba bífida, com inflexão externa e lábio emoldurado, e colo curvo-convexo.

Superfície interna alisada de cor alaranjada (M. 2.5 YR 6/6) e cinzenta (M. 2.5 YR 5/0); superfície externa alisada de cor alaranjada (M. 2.5 YR 6/4 e 6/6).

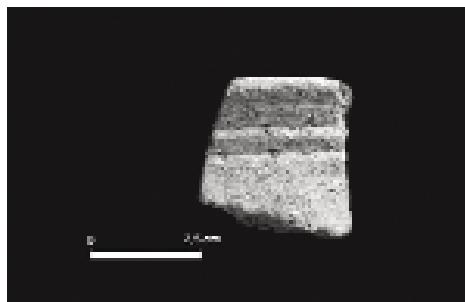
Decoração: aplicação plástica unguizada e incisa ondulada no colo.

Fabrico a torno irregular e cozedura redutora com arrefecimento oxidante.

Dimensões: diâm. bordo: 120 mm; esp. bordo: 10 mm; esp. paredes: 9 mm.



15.



16.



16 – Jarrão:

Fragmento de bordo boleado com inflexão externa e colo cilíndrico emoldurado.

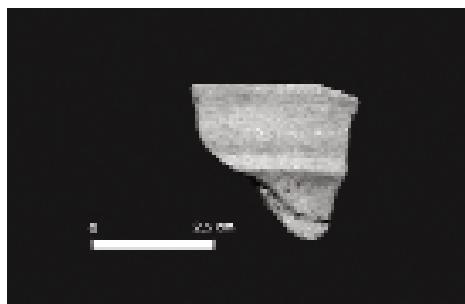
Pasta de textura/natureza homogénea com CNP finos e médios e cor cinzenta (M. 2.5YR 5/0).

Superfície interna alisada de cor cinzenta (M. 2.5YR 5/0); superfície externa alisada com engobe/aguada de cor alaranjada (M. 2.5YR 6/4).

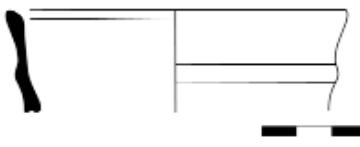
Decoração: canelura na parte superior do colo.

Fabrico a torno irregular e cozedura redutora.

Dimensões: diâm. bordo: 90 mm; esp. bordo: 4 mm; esp. paredes: 5 mm.



17.



17 – Jarrão:

Fragmento de bordo adelgaçante em bisel interno e colo cilíndrico emoldurado.

Pasta de textura/natureza homogénea com CNP finos e cor avermelhada (M. 2.5YR 5/8).

Superfícies alisadas de cor alaranjada (M. 2.5YR 5/6).

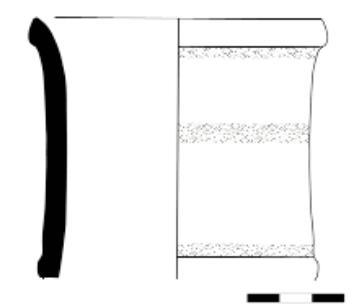
Decoração: canelura no colo.

Fabrico a torno alto e cozedura oxidante.

Dimensões: diâm. bordo: 170 mm; esp. bordo: 6 mm; esp. paredes: 5 mm.



18.



18 – Cântaro ou Bilha:

Fragmento de bordo esvasado de perfil triangular e colo cilíndrico emoldurado.

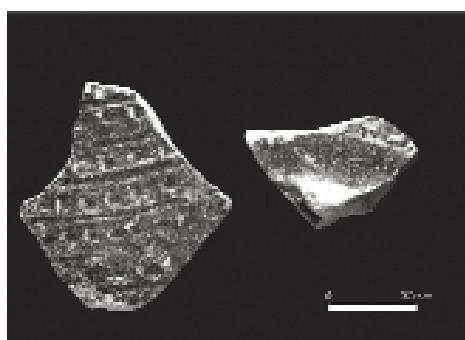
Pasta de textura/natureza homogénea e compacta com CNP finos e médios e cor alaranjada (M. 2.5YR 5/4).

Superfícies alisadas de cor alaranjada (M. 2.5YR 5/6).

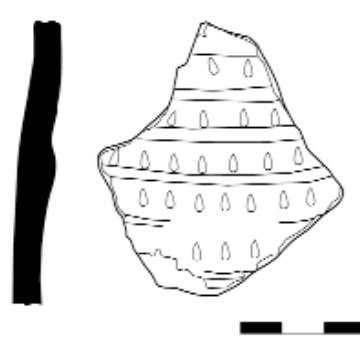
Decoração: canelura e pintura a branco em bandas horizontais no colo.

Fabrico a torno irregular e cozedura oxidante.

Dimensões: diâm. bordo: 90 mm; esp. bordo: 8 mm; esp. paredes: 7 mm.



19.



19 – Jarrão (?):

Fragments de paredes.

Pasta de textura/natureza homogénea com CNP finos e muito finos e cor rosada clara (M. 5YR 8/4).

Superfície interna com vidrado translúcido, pouco aderente, de tom creme amarelado (M. 10YR 8/3) sobre engobe alcalino; superfície externa com vidrado opaco, pouco espesso de tom verde-escuro «garrafa».

Decoração: caneluras e incisões na parede externa.

Fabrico a torno e cozedura oxidante.

Dimensões: esp. paredes: 7 mm

FORMAS ABERTAS

Do conjunto das cerâmicas nota-se que as formas abertas se encontram em minoria e correspondem principalmente a taças e/ou tigelas, que ilustramos com um exemplar (n.º 20). Dentro deste grupo inclui-se também um fundo (n.º 21) que pensamos corresponder a um pequeno alguidar.

A taça (n.º 20) evidencia fabrico manual/torno lento e cozedura oxidante, que resultou em pasta e superfícies alaranjadas. Tem bordo com inflexão externa, corpo sinuoso (aproximadamente em campânula) e a particularidade de mostrar decoração na parede externa, com uma linha incisa ondulada e punções. O perfil tem analogias com a forma n.º 46 da fase II das cerâmicas tardias de Conimbriga, que compreende os séculos VII a IX (De Man, 2006: 170). Também no Monte el Alcaide (Monléon, Salamanca), sítio com ocupação visigótica (entre o século VII e inícios do século VIII), há um exemplar com o mesmo perfil e tipo de decoração, à base de linhas incisadas onduladas, tema decorativo recorrente nas cerâmicas altomedievais (Paricio Alonso e Vinuesa Chao, 2009: 58, fig. 6: 7). Do mesmo modo, mostra perfil similar a alguns «cuencos carenados» das fases II e III de Gózquez de Arriba (Madrid), sítio datado dos séculos VI a inícios do VIII (Vigil-Escalera Guirado, 2003: fig. 1).

20 – Taça ou Tigela:

Fragmento de bordo esvasado e paredes sinuosas em campânula.

Pasta de textura/natureza homogénea com CNP finos, médios e grossos e cor castanha alaranjada (M. 5YR 5/6).

Superfícies alisadas de cor castanha alaranjada (M. 5YR 5/4).

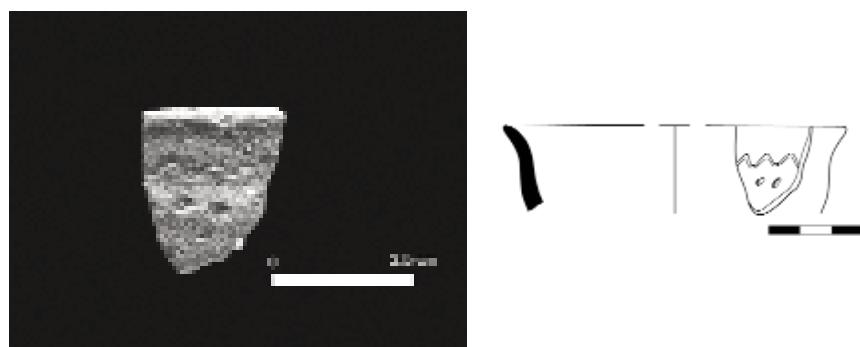
Decoração: linha incisa ondulada e punções na parede externa.

Fabrico a torno lento e cozedura oxidante.

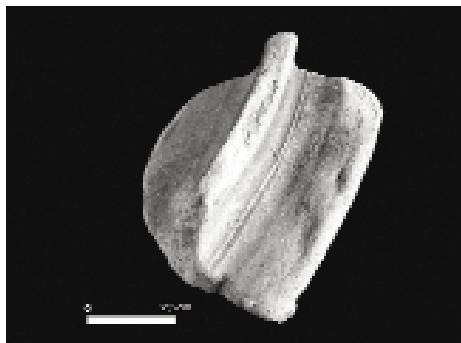
Dimensões: diâm. bordo: 160 mm; esp. bordo: 3 mm; esp. paredes: 5 mm.

Finalmente, é de referir um fragmento a que se atribui, pela forma, a função de alguidar (n.º 21). O fabrico é manual/torno lento, de pasta e superfícies castanhas e castanhas avermelhadas, com manchas de queimado no fundo. Apresenta paredes rectilíneas divergentes de corpo troncocónico invertido, e fundo que se caracteriza por ter disco saliente de perfil rectangular baixo e alongado. O tipo de fabrico, bem como o facto de o disco do fundo não ter decoração, leva-nos a considerar que o perfil do exemplar de Trancoso tenha analogias com um fragmento, identificado como tampa, proveniente de El Cristo de San Esteban (Muelas del Pan, Zamora), castro do *limes* suevo/visigótico, dos séculos V a VII (Larrén *et alii*, 2003: 280-281 e fig. 5: 14. 2). Mas este tipo de fundos (seja em discos simples ou decorados) está bem documentado, por exemplo, nas escavações de Santo Estêvão da Facha (Ponte de Lima), nos horizontes I e II, provenientes de contextos datados dos séculos XII/XIII (Almeida *et alii*, 1981: 25-26, fig. XIV: 5-6). São também bastante comum entre as cerâmicas de Conimbriga, seja na fase II, atribuída aos séculos VII/IX, seja na fase III, dos séculos X/XII, embora aí apareçam com as bases decoradas em cordões plásticos digitados (De Man, 2006: 170, n.º 52-53 e 171, n.º 21). Entre outros, também com cordões plásticos digitados, podemos nomear os alguidares encontrados nas escavações do Castelo de Belmonte, datados dos séculos XII/XIII (Marques, 2000: 278-280), assim como os de Santa Cruz da Vilarica (Torre de Moncorvo), recolhidos na fase III (séculos XIII/XIV), neste caso um deles com disco espesso, de perfil quase quadrangular e pouco destacado (Rodrigues e Rebanda, 1998: 116, n.º 2).

Em síntese, a intervenção arqueológica que tem vindo a ser desenvolvida no castelo de Trancoso e, em especial, o grande acervo cerâmico recolhido, de que este lote constitui uma pequena amostra, permite perspectivar interessantes estudos sobre a cultura material altomedieval. Na verdade, a análise deste conjunto cerâmico possibilitou, desde logo, constatar a existência de níveis arqueológicos que podem balizar-se, de um modo geral, entre os séculos VIII/IX e XII, pelo que o estudo do espólio recolhido, integrado no seu contexto arqueológico, contribuirá decerto quer para um melhor conhecimento da cultura material deste período,



20.



21 – Alguidar:

Fragmento de paredes rectilíneas divergentes e fundo plano em disco saliente.

Pasta de textura/natureza homogénea com CNP finos e médios e cor castanha avermelhada (M. 2.5 YR 5/6).

Superfícies alisadas de cor castanha avermelhada (2.5 YR 5/6).

Fabrico a torno lento e cozedura oxidante.

Dimensões: diâm. fundo: 340 mm; esp. fundo: 9 mm; esp. paredes: 8 mm.

21.

quer para uma melhor compreensão das comunidades que habitaram neste território.

Numa outra perspectiva, possibilita ainda a projecção de um novo olhar sobre a história desta fortificação. A inserção de alguns exemplares cerâmicos nos séculos VIII/IX leva-nos a considerar que a ocupação do local se terá iniciado numa fase anterior à das primeiras referências documentais até agora conhecidas. Por sua vez, os materiais cerâmicos integráveis nos séculos X/XI possibilitam o estabelecimento de uma correlação entre os dados arqueológicos obtidos e os dados históricos disponíveis. E, apesar de ainda não ser possível, nesta fase da investigação, associar os diferentes contextos arqueológicos altomedievais às diferentes etapas referidas na historiografia, os dados disponíveis parecem reflectir momentos e influências compatíveis com o clima de instabilidade e insegurança, fomentado por Cristãos e Muçulmanos na luta pelo controlo deste território fronteiriço.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge; DELGADO, Manuela; MAYET, Françoise; ALARCÃO, Adília e PONTE, Salete (1976), «Céramiques diverses et verres», *Fouilles de Conímbriga*, 6, Diffusion E. de Boccard, Paris.
- ALBA, Miguel e FEIJOO, Santiago (2001), «Cerámica emiral de Mérida», *Garb: Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, IPPAR/Junta de Extremadura, Lisboa, pp. 329-375.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; SOEIRO, Teresa; ALMEIDA, Carlos Alberto B. e BAPTISTA, António José (1981), *Escavações Arqueológicas em Santo Estêvão da Facha*, Ponte de Lima.
- BARROCA, Mário (1990-91), «Do castelo da reconquista ao castelo românico (sécs. IX-XIII)», *Portugalia*, nova série, 11-12, Porto, pp. 89-136.
- CABALLERO, L., MATEOS, P. e RETUERCE, M. (eds.) (2003), *Cerámicas Tardorromanas y Alto-medievales en la Península Ibérica. Ruptura y continuidad – Anejos del Archivo Español de Arqueología*, 28, IAM – CSIC, Madrid.
- CATARINO, Helena (1997/98), *O Algarve Oriental Durante a Ocupação Islâmica: Povoamento Rural e Recintos Fortificados – Al'Ulyā*, 6, 3 vols, Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé.
- CATARINO, Helena (2008), «A Marca Inferior em Portugal na época de Almansor: hipóteses de trabalho e os exemplos de Viseu e Coimbra», *La Península Ibérica al Filo del Año 1000. Congreso Internacional Almanzor y su Época* (Córdoba, 2002), Fundación Prasa, Córdoba, pp. 123-146.
- CATARINO, Helena; FILIPE, Sónia e SANTOS, Constança (2009), «Coimbra islâmica: uma aproximação aos materiais cerâmicos», *Xelb 9. Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve. O Gharb no al-Andalus; síntese e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos* (Silves, 2008), Museu Municipal de Arqueologia/Câmara Municipal de Silves, Silves, p. 333-376.
- CARVAJAL LÓPEZ, José Cristóbal (2005), «La cerámica islámica del Sombritero (Madina Ilbira, Granada). Primera aproximación», *Arqueología y Territorio Medieval*, 12.1, Jaén, pp. 133-173.
- C.E.V.P.P. (1991), «Cerámicas de época visigoda en la Península Ibérica. Precedentes y perduraciones», *A Cerámica Medieval no Mediterrâneo Ocidental. IV C.C.M.M.O.* (Lisboa, 16-22 Novembro 1987), Ed. Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, pp. 49-67.
- DE MAN, Adriaan (2006), *Conímbriga do Baixo Império à Idade Média*, Ed. Sílabo, Lisboa.
- FERNANDES, Isabel Cristina (2004), *O Castelo de Palmela, do Islâmico ao Cristão*, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, Lisboa.
- FERREIRA, António de Brum (2005), «Formas do relevo e dinâmica geomorfológica», *Geografia de Portugal: 1 – O Ambiente Físico* (MEDEIROS, Carlos Alberto, dir. e FERREIRA, António de Brum, coord.), Círculo de Leitores, Rio de Mouro, pp. 53-255.
- FUERTES, María del Camino e HIDALGO, Rafael (2003), «Cerámicas tardorromanas y altomedievales de Córdoba», *Cerámicas Tardorromanas y Alto-medievales en la Península Ibérica. Ruptura y continuidad – Anejos del Archivo Español de Arqueología*, 28, IAM-CSIC, Madrid, pp. 505-540.
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, José Avelino e BOHIGAS ROLDÁN, Ramón (eds.) (1989), *La Cerámica Medieval en el Norte e Noroeste de la Península Ibérica. Aproximación a su Estudio*. Universidad de León, León.
- GUTIÉRREZ GONZALEZ, José Avelino e VILLANUEVA ZUBIZARRETA, Olatz (1995), «Cerámica medieval

- en el norte de España. Balance y perspectivas», *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (Tondela, 1995), Câmara Municipal de Tondela, Ed. Afrontamento, Porto, pp. 439-456.
- GUTIERREZ LLORET, Sonia (1993), «La cerámica paleoandalusí del Sureste Peninsular (Tudmir): producción y distribución (siglos VII al X)», *La Cerámica Altomedieval en el Sur de Al-Andalus*, Universidad de Granada, pp. 37-65.
- GUTIERREZ LLORET, Sonia (1996), *La Cora de Tudmir de la Antigüedad Tardía al Mundo Islámico. Poblamiento y Cultura Material*, Collection de la Casa de Velázquez, 57, Madrid-Alicante.
- GUTIERREZ LLORET, Sonia; GAMO PARRAS, Blanco e AMORÓS RUIZ, Victoria (2003), «Los contextos cerámicos altomedievales del Tolmo de Minateda y la cerámica altomedieval en el Sureste de la Península Ibérica», *Cerámicas Tardorromanas y Altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y Continuidad – Anejos del Archivo Español de Arqueología*, 28, IAM-CSIC, Madrid, pp. 119-168.
- IBN HAYYAN, de Córdoba (1981), *Al-Muqtabis V. Crónica del Califa 'Abdarrahmán III an-Nasir entre los años 912 y 942* (tradução, notas e índices de VIGUERA, María Jesús e CORRIENTE, Federico) – *Textos Medievales*, 64, Anubar Ediciones, Zaragoza.
- LARRÉN IZQUIERDO, Hortensia, (1989), «Notas sobre cerámica medieval de la Provincia de Zamora», *La Cerámica Medieval en el Norte e Noroeste de la Península Ibérica. Aproximación a su Estudio*. Universidad de León, León, pp. 261-284.
- LARRÉN IZQUIERDO, Hortensia e TURINA GÓMEZ, Araceli (1998), «Caracterización y tipología de la cerámica medieval de la Provincia de Zamora, siglos XI-XIII», *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (Tondela, 1995), Câmara Municipal de Tondela, pp. 81-89.
- LARRÉN IZQUIERDO, Hortensia e NUÑO GONZÁLEZ, Jaime (2006), «Cerámicas pintadas andalusíes en la ciudad de Zamora», *Al-Andalus Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen. Seminário Internacional* (Mértola, 2005), Ed. Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, pp. 244-255.
- LÓPEZ MULLOR, Alberto, et allii (2003), «Cerámica altomedieval en la provincia de Barcelona. Siglos VII-X», *Cerámicas Tardorromanas y Altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y Continuidad – Anejos del Archivo Español de Arqueología*, 28, IAM-CSIC, Madrid, pp. 41-65.
- LÓPEZ MULLOR, Alberto e BELTRÁN DE HEREDIA, Julia (2008), «La cultura material en Barcelona y su hinterland en época de Almanzor», *La Península Ibérica al Filo del Año 1000. Congreso Internacional Almanzor y su Época* (Córdoba, 2002), Fundación Prasa, Córdoba, p. 61-102.
- MARQUES, António Augusto (2000), «Escavações arqueológicas no Castelo de Belmonte (1992-1995)», *Beira Interior, História e Património – Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior*, Câmara Municipal da Guarda, Guarda, pp. 253-286.
- MARTÍN ARIJA, Ana Mª e LARRÉN IZQUIERDO, Hortensia (1991), «Seguimiento arqueológico en el Atrio de la Catedral de Zamora», *Anuario. Instituto de Estudios Zamoranos «Florián de Ocampo»*, CSIC-Diputación Provincial de Zamora, Zamora, pp. 255-267.
- MATTOSO, José (2006), *D. Afonso Henriques, (Reis de Portugal)*, CARNEIRO, Roberto dir., Círculo de Leitores, Rio de Mouro.
- MOLINA, Luís (1981), «Las campañas de Almanzor a la luz de un nuevo texto», *Al-Qantara*, 2, CSIC, Madrid, pp. 209-263.
- PARICIO ALONSO Fernando e VINUESA CHAO, María (2009), «Monte el Alcalde: un yacimiento altomedieval en el alto del Alagón (Monleón, Salamanca)», *Tiempos Oscuros? Territorios y Sociedad en el Centro de la Península Ibérica (Siglos VII-X)*, Ed. Sílex, Universidad de Salamanca, Salamanca, pp. 45-67.
- RAMOS, Catarina (2005), «Os recursos hídricos», *Geografia de Portugal: 1 – O Ambiente Físico* (MEDEIROS, Carlos Alberto, dir. e FERREIRA, António de Brum, coord.), Círculo de Leitores, Rio de Mouro, pp. 387-415.
- RETUERCE VELASCO, Manuel (1998), *La Cerámica Andalusí de la Meseta*, 2 vols., Gran Estudios, Madrid.
- RODRIGUES, Miguel; REBANDA, Nelson (1992), «Cerâmicas Medievais do Baldoeiro (Adegaña – Torre de Moncorvo)», *Actas das 1as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Câmara Municipal de Tondela, Tondela, pp. 51-66.
- RODRIGUES, Miguel Areosa e REBANDA, Nelson, (1998), «Cerâmicas medievais do povoado desertificado de Sta. Cruz da Vilarica», *Actas das 2as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (Tondela, 1995), Câmara Municipal de Tondela, Tondela, pp. 101-126.
- SALVADOR VELASCO, Mónica et alii (1991), «Excavación arqueológica en C/ Rúa de los Notarios, 6 (Zamora)», *Anuario. Instituto de Estudios Zamoranos «Florián de Ocampo»*, CSIC-Diputación Provincial de Zamora, Zamora, pp. 269-285.
- SILVA, António Manuel e RIBEIRO, Manuela (2008), «Cerâmicas medievais do Castelo de Arouca (Aveiro). Uma abordagem preliminar», *Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e Resultados para o seu Estudo*, (Actas das IV Jornadas, Tondela, 2000), Câmara Municipal de Tondela, Ed. Afrontamento, Porto, pp. 49-60.
- SUÁREZ OTERO, José (1993), «Cerámicas pintadas na Galicia medieval: os vasos con pintura branca», *Boletín Auriense*, 23, Museo Arqueológico Provincial, Ourense, pp. 71-88.
- TURINA GÓMEZ, Araceli (1994), *Cerámica Medieval y Moderna de Zamora*, Col. Monografías, Junta de Castilla y León, Diputación de Zamora, Instituto de Estudios Zamoranos Florián de Ocampo (CSIC), Zamora.
- VIEGAS, Catarina e ARRUDA, Ana Margarida (1999), «Cerâmicas islâmicas da Alcáçova de Santa-rém», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2.2, IPA, Lisboa, pp. 105-186.
- VIGIL-ESCALERA GUIRADO, Alfonso (2003), «Cerâmicas tardorromanas y altomedievales de Madrid», *Cerámicas Tardorromanas y Altomedievales en la Península Ibérica. Ruptura y Continuidad – Anejos del Archivo Español de Arqueología*, 28, IAM – CSIC, Madrid, pp. 371-387.

NOTAS

- 1 O Castelo de Trancoso, classificado como Monumento Nacional desde 1921 (D. L. n.º 7586 de 8 de Julho), situa-se na sede do concelho de Trancoso, distrito da Guarda, e apresenta as seguintes coordenadas UTM: 4515880/639580.

- 2 (...) *nostros castellos id est Trancoso, Moraria, Longobria, Nauman, Vacinata, Amindula, Pena de Dono, Alcobia, Seniorzelli, Caria, cum alias penellas et populaturas que sunt in ipsa stre-madura* (...) (PMH, DC 81; VMH, 11, cit. por Barroca, 1991: 94).
- 3 Relacionado, decerto, com a passagem do general muçulmano nesta região, encontramos, a cerca de 5 km a poente do castelo de Trancoso, o topónimo Monte Almansor. Este designa um obstáculo natural, actualmente apelidado de serra do Pisco, que corta a visibilidade entre Trancoso e a região de Viseu, junto do qual passaria uma via de ligação entre estas duas povoações, ainda em utilização na Baixa Idade Média.
- 4 (...) *Et in extremis ex alia parte durio castellos. Id sunt Trancoso cum suas villas. Longobria. Terrenio. Moraria. Nauman. Vacinada. Pennadedomno. Amendula. Seniorzelli. Alcobia et Caria.*
- istas penas cum toto suo devido (...) (PHM, DC 420; VMH, 45, cit. por Barroca, 1991: 98).
- 5 Desenhos de Constança Guimarães dos Santos (n.º 8 desenho de José Luís Madeira); descrição e estudo de Helena Catarino.
- 6 Possuem ainda perfil análogo a um exemplar proveniente do sítio do Baldoeiro e recolhido em contextos datados dos séculos XII/XIII (Rodrigues e Rebanda, 1992: 62, n.º 22). No entanto, este apresenta pastas e superfícies cinzentas.

A CERÂMICA DE *QUNDÂYIXA*: DADOS PARA UMA REAPRECIACAO CRONOLOGICA

ADRIAAN DE MAN*

1. UM ENQUADRAMENTO

Os trabalhos dos últimos anos em Conimbriga têm permitido confirmar o carácter alto-medieval de boa parte das produções cerâmicas tardias, que até então se tinha como mais precoce. À partida, a tendência evolutiva de formas e fabricos não parece unidireccional, havendo diversos ritmos na aquisição ou perda de qualidade e, acima de tudo, uma ligação directa com a persistente centralidade do próprio sítio. À semelhança do que aconteceu noutras sítios imperiais, vigorou durante décadas um certo equívoco nos estudos sobre as fases medievais de Conimbriga. É bem conhecida a referência de Idácio de Chaves sobre o abandono da cidade na segunda metade do século V, na sequência de um derradeiro ataque suívico. O relato da destruição das muralhas e do êxodo da população tem certamente explicações alternativas¹, porém a ideia de abandono permanente prende-se de modo particular com as produções cerâmicas de Conimbriga. A datação dos contextos chamados «terminais» dependeu sempre destas peças, que durante muito tempo foram associadas de forma estreita ao contexto fornecido pela informação textual, e cujo conjunto passou a formar um modelo. A sua utilização como referência foi muito ampla, e portanto há todo um raciocínio em cascata construído, em última instância, sobre um trecho literário. Não significa isto que a crónica de Idácio não deva ser explorada enquanto fonte historiográfica, nem que se duvide do assalto enquanto acontecimento factual, mas obriga a que se invertam

as premissas entre os dados históricos e arqueológicos.

Existe, antes de mais, uma verdade quase auto-evidente na produção local, e que se relaciona com estímulos económicos mais latos. Apesar de se tratar de uma actividade dirigida à necessidade quotidiana, a manufactura é um reflexo necessário do seu contexto social, visto que sem procura não haveria fabrico. Por outro lado, um segundo conceito básico consiste na independência dessa manufactura da demografia propriamente dita, isto é, não há relação com o número de utilizadores, nem, numa perspectiva deposicional, entre o objecto original, o seu período de utilização, a sua função e o que depois viria a ser os seus vestígios arqueológicos. Nenhuma destas ideias será original, e têm vindo a ser apontadas com razoável frequência em estudos quantitativos. Estas considerações inciais devem-se ao facto de Conimbriga, ou desde a tardo-Antiguidade, Condeixa / *Qundâyixa*, nunca ter sido um grande foco de cultura

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

material islâmica. O sítio foi densamente ocupado até o século XII, com produção intensiva, mas nunca foi aquilo a que se chamaria, mesmo com alguma boa vontade, uma cidade islâmica. Terá aliás existido uma política oficial de deslegitimação islâmica do estatuto de Conimbriga, visto que mesmo depois da transferência de bispado, em finais do século VI, continuou a haver construção pública na cidade, e portanto o desinvestimento não se deu ainda sob a monarquia visigótica². Identifica-se um claro núcleo moçárabe, com traços muçulmanos ocasionais, levando a crer numa ocupação pouco sofisticada mas intensa, com alguma promiscuidade a nível da convivência entre cristãos e convertidos.

2. OS PRECEDENTES IMEDIATOS

Durante as suas fases tardo-antigas, Conimbriga assistiu a produções enquadráveis em transformações urbanísticas³ que, nalguns aspectos, são fracturantes por oposição a uma série de outras modificações tardias. Se em teoria também a produção coeva de cerâmica poderia ter sofrido mutações profundas, são no entanto de apontar alguns aspectos matizantes. A progressiva regionalização de formas não anulou uma determinada homogeneidade, que chega a surpreender a nível provincial; a causa desse fenómeno não estará em eventuais contactos directos mas sim em várias dinâmicas paralelas de matriz hispano-romana comum.

Do ponto de vista formal, destaca-se uma persistência fácil de observar. É verdade que o contrário seria de estranhar, mas o decorrer do século V tinha provocado, de forma muito agressiva e num período curto, uma acentuada retracção produtiva, a nível geográfico e formal. Ainda surge com bastante frequência a cerâmica alaranjada, tanto grosseira como fina, bem torneada mas progressivamente

mais porosa e, principalmente, usada para recipientes de armazenamento de grande ou média dimensão, o que se reduz, na prática, a *dolia*, potes mais pequenos e jarros. Este período muito problemático para as cidades assistiu portanto a uma limitação drástica do leque de formas em circulação no período precedente. Um destes contextos de transição é observável na casa de Cantaber, e foi datado pelo radiocarbono de finais do século V ou inícios do século VI, contendo duas peças contemporâneas, um jarro e um pote. Se o jarro, bem torneado, de pasta depurada e de cozedura oxidante e regular, é um exemplar de evidente inspiração imperial, o pote representa uma das mais precoces peças em grés, tidas muitas vezes como baixo-imperiais. Na sequência do resultado de outras sondagens, uma escavação recente comprovou claramente a ausência deste material em níveis romanos⁴. Neste mesmo período cultural pós-clássico, os potes tendem já para o colo recto mas ainda não apresentam os fundos aplanados que viriam a ser a norma alto-medieval. A adaptação de colos divergente a dois tempos traduz-se em duas formas muito distintas. Por um lado surge o lábio convexo, associado a bordos arredondados, eventualmente destinados ao apoio de um tampo; por outro, essa característica bicurva liga-se a um lábio côncavo virado para fora.

No caso de Conimbriga, esta fase representou uma premissa fundamental para o tipo de cerâmica que, em última instância, se viria a produzir na Alta Idade Média. A partir do século VI, os recipientes passaram a tender para uma uniformidade em torno de algumas categorias funcionais, reduzindo ainda mais a variedade morfológica para aquelas que Isídio de Sevilha mencionava, descontando as formas inspiradas em textos clássicos (Etim. XX, 6 e XX, 8)⁵. Em simultâneo, a produção em séries regulares, mais ou menos controladas, parece ter dado lugar a uma manufatura de ocasião, doméstica e estimulada por necessidades imediatas. Regra geral, a transição fez abdicar do uso intensivo do forno de duas câmaras e do torno rápido. Só assim se comprehende as séries de peças coevas, nas quais se verifica uma tentativa de execução em redor de um modelo, mas sem a menor inspiração sequenciada. Uma outra característica deste período visigótico é o colo recto mas ainda não canelado que surge em recipientes de duas asas.

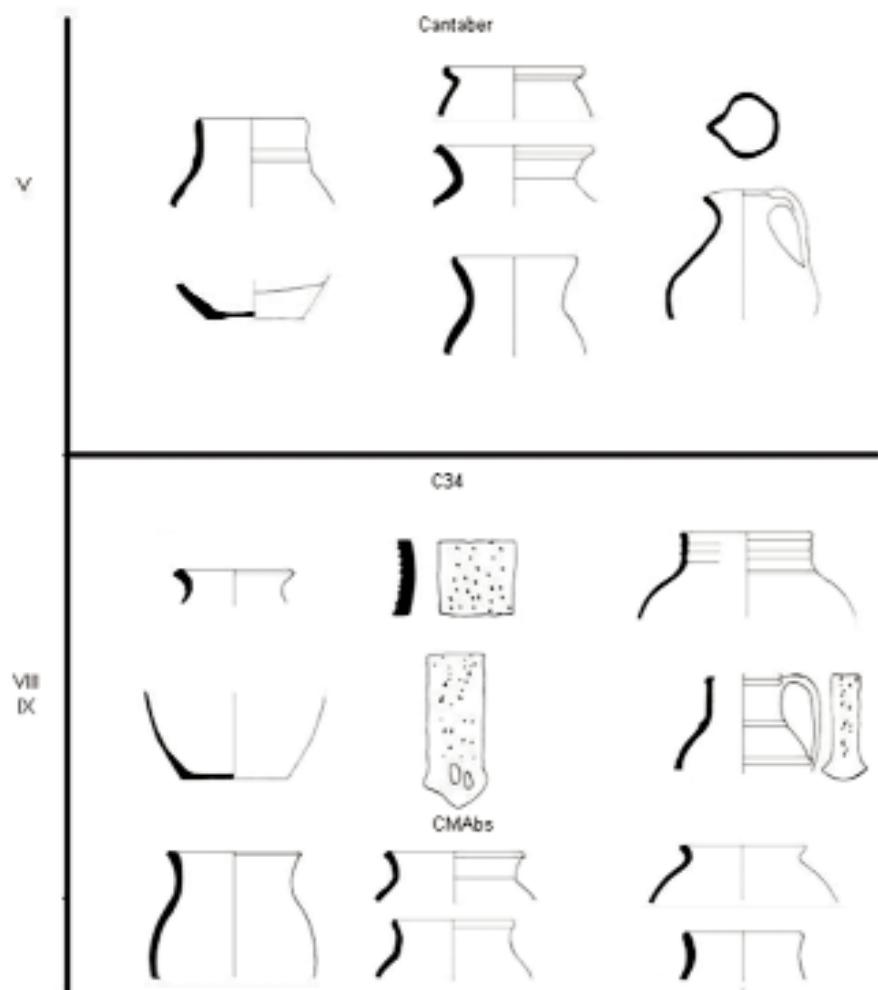
A influência visigótica na matriz produtiva hispânica manifestou-se de forma muito assertiva, em concreto nalguns padrões digitados que, a propósito, começaram a surgir em ambientes baixo-imperiais germânicos. No mesmo contexto visigótico tardio, um certo número de púcaros de colo recto passou a apresentar caneluras. Esta solução poderá ser considerada uma extensão extrema das muito frequentes linhas incisas, que circundam peças por serem limite de bordos simples ou atrofiados, ou então uma aplicação intencional no colo ou bojo. As peças com decoração ondulada no ombro que são abundantes em contextos germânicos em torno do século VII apresentam com frequência um perfil bicônico. Conimbriga conheceu, no mesmo período e no século subsequente, idênticos padrões incisos, cuja cronologia comprovada, associada à sua dispersão (Navasangil, Cancho del Confesionario, Monte Cildà, Recópolis, Bovalar⁶) sugere fortemente um contexto cultural pré-islâmico.

Parece ter existido, a um segundo nível, uma razoável permeabilidade na transmissão de elementos perfeitamente mediterrânicos. O pote com colo cilíndrico mas não canelado é uma das formas recorrentes nos contextos do século VI e VII, com presença atestada na zona do anfiteatro e no Bico da Muralha. Ora, se numa primeira aproximação poderia haver tendência para aproximar tais características a um contexto emiral peninsular, elas surgem precisamente nos circuitos de importação orientais do sul de França, situados nos séculos V a VII⁷. Já os púcaros de colo alto e corpo troncocónico, para os quais é geralmente apresentada uma periodização emiral e califal, representam realmente um horizonte conimbrigense não anterior ao século VIII. Estes recipientes de uma asa, perfurada ou ainda não, vão a par de potes cujo bordo se torna progressivamente mais virado para fora, com lábio engrossado ou arredondado. Outra forma tardia muito difundida é o pote com colo profusamente canelado. Destaca-se nesta categoria uma tendência evolutiva que, no fim de contas, atingiria os jarros chamados «paleo-andaluzes».

3. A CERÂMICA MEDIEVAL

No sector do anfiteatro, tanto a escavação de 1992-93⁸ como a de 2006⁹, resultaram na identificação de vidrados árabes em camadas superficiais mas seladas. A coerência dessas unidades não parece ter sido perturbada por quaisquer infiltrações mais tardias, mas em todo o caso trata-se de uma presença quantitativamente menosprezável. Alguns elementos isolados islâmicos, funerários e numismáticos, eram conhecidos desde as escavações luso-francesas. Também certas formas troncocónicas e cilíndricas com cordões digitados aplicados, perfeitamente difundidas pelas Fouilles de Conimbriga, são concordantes com fornos de pão portáteis generalizados através da conquista árabe¹⁰. De resto, a presença de algum material cerâmico pintado, juntamente com várias candeias possivelmente califais¹¹, reflecte os naturais contactos com Coimbra mas não uma presença muçulmana permanente ou significativa. Esta marginalização, aliás comum a outros sítios secundários no extremo noroeste da Marca Inferior, deve ser entendida num quadro estratégico de severa contracção administrativa em torno de apenas uma grande cidade fronteiriça. Nestas circunstâncias, do ponto de vista cultural, não se consegue distinguir claramente entre níveis de actividade moçárabe e islâmica, e de qualquer modo essa distinção não faria, num sítio como Condeixa, o mesmo sentido que poderia adquirir em centros urbanos mais meridionais.

É pelo menos desde os séculos IX e X que surgem as asas de lingueta com perfurações irregulares, criadas com um objecto pontiagudo e com maior incidência na secção superior da asa. Parece provável que o recurso a esta técnica terá uma base pragmática, na medida em que a cozedura passa a abranger uma área maior e ao mesmo tempo atinge directamente o núcleo, resultando numa área



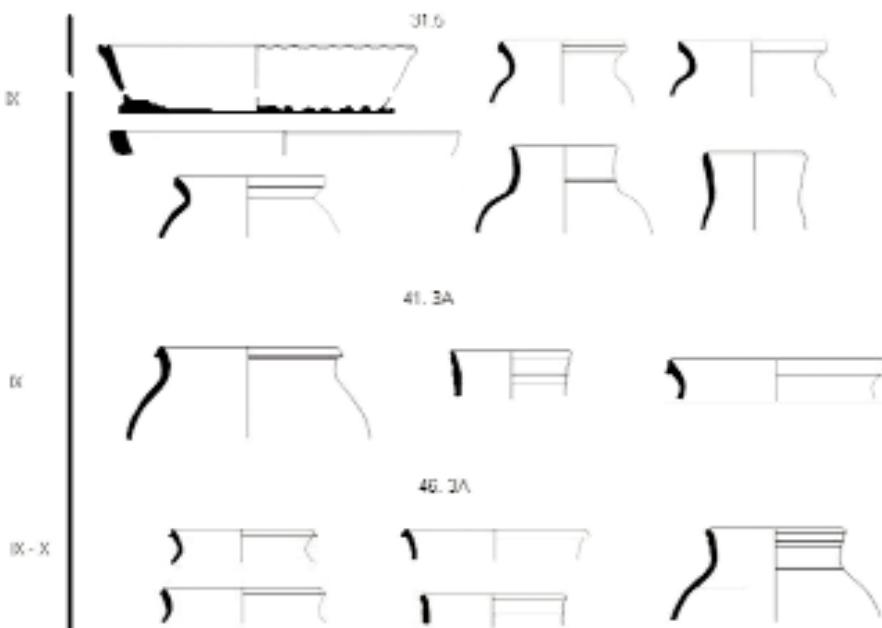
reforçada na zona da pega. Seguramente, não surgem antes dos finais do domínio visigótico, e mantêm uma expressão definida até as primeiras fases da Conquista Cristã. Confirma-se uma expressão peninsular muito ampla, que a propósito parece especialmente concentrada nos territórios setentrionais, com equivalência em Monte Cildà (séculos VI a IX) e no castelo de Camargo, onde foi datado entre os séculos VIII e XI¹².

Desde os princípios do século VIII que se verifica uma progressiva polifuncionalidade nos recipientes. Passa a existir uma reduzida série de variantes em torno de três grupos formais: potes, jarros e, no século seguinte, alguidares. Os potes, de perfil ovóide, lábio côncavo ou recto e bordo geralmente arredondado, tendem a servir para armazenamento mas há provas que também eram colocados no lume. Existe um domínio absoluto das formas fechadas, o que se traduz essencialmente em potes. Apenas a partir de finais do século VIII e, principalmente, do século IX se documenta a existência de alguidares de base em disco sobressaliente e com essa base e o bordo digitado. Exclui-se por completo a hipótese baixo-imperial, tal como a revisão de compromisso que atribui essas peças ao século VI. Elas mantêm-se em utilização até o século X. A importante presença de púcaros de colo alto nos séculos X e XI tem correspondência exacta com praticamente todos os contextos peninsulares análogos de época califal.

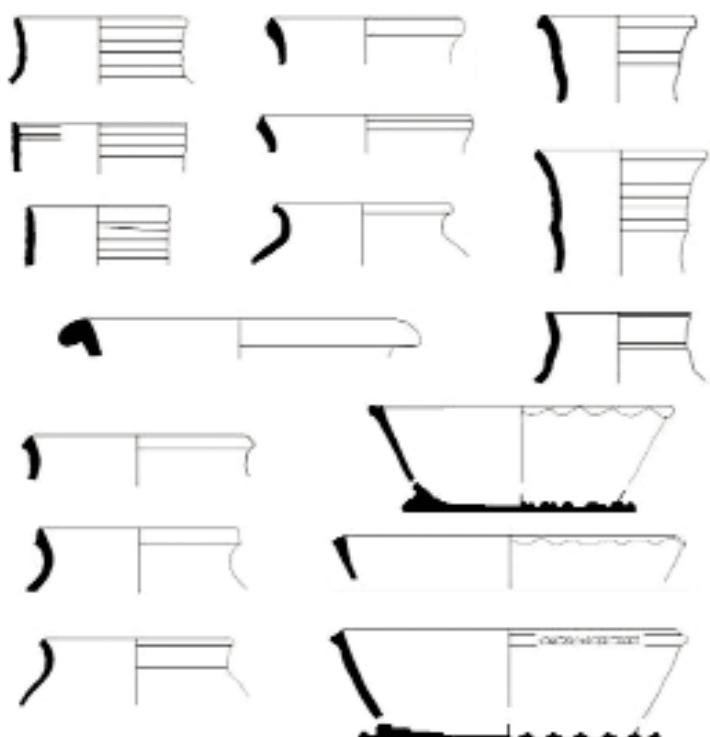
Os materiais do castelo do Germanelo, próximo do Rabaçal, são nitidamente congêneres aos da última fase conimbrigense. A cronologia da fortificação é já portuguesa, numa lógica de Reconquista; Afonso Henriques concedeu foral à povoação entre 1142 e 1144. Ora, a dispersão densa e regular das séries de Conimbriga obriga a reconhecer uma fase coextensa no sítio, embora seja de admitir um tipo de povoamento rústico com reduzido funcio-

namento social. As produções do Germanelo são perfeitamente análogas às de Conimbriga, e não seria descabido apontar para um centro produtor comum, dada a curíssima distância entre ambos os sítios¹³. Se for admitida uma feitura doméstica para uma série de formas, outras peças apenas podem ser entendidas num contexto concertado. É o caso dos jarros trilobulados e dos alguidares de base em disco digitado com bordos e bandas aplicadas que ostentam idêntica decoração, e cuja origem, como se viu, não é anterior ao século VIII. É por isso importante referir que a produção alto-medieval de Conimbriga apresenta surpreendentes ligações com um mundo setentrional em expansão, ou, se quisermos, ela renuncia parcialmente a arquétipos mediterrânicos, que lhe tinham servido de inspiração nos séculos precedentes.

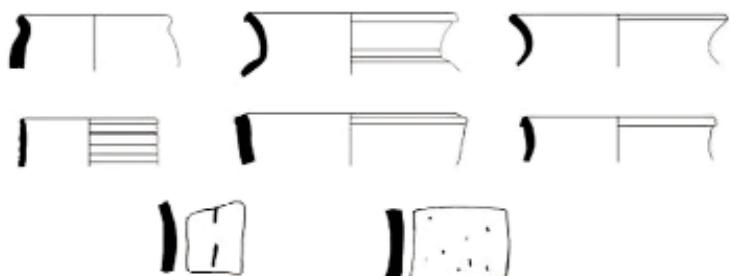
Quando se escavou um grande depósito de fauna na Casa do Mediano Absidado, os materiais que foram recuperados, embora em quantidade muito reduzida tendo em conta o volume osteológico, consistiam em cerâmica gresosa, a torno lento e de cozedura irregular: jarros trilobulados, potes com decoração ondulada, asas de lingüeta punctionadas, e alguidares de base em disco. Este conjunto corresponde a um único momento deposicional, datado pelo radiocarbono do último quartel do século VIII ou do século IX. Já tinha sido detectado um reântimo produtivo em contextos do século IX, tanto a nível da estabilidade de cozedura como na reaquisição de um formato padronizado. Do ponto de vista formal, nas primeiras fases alto-medievais nota-se um aparente predomínio de jarrinhos de colo cilíndrico, que parecem evoluções directas e pouco problemáticas das formas visigóticas. No entanto, é de apontar a constância dos colos cilíndricos, assentando em bojos troncocónicos, que são muito provavelmente produções seriadas, isto é, provenientes de oficinas com algum ritmo produtivo. Também surgem exemplares evolucionados deste tipo de



36.3A



41.3



peça, que tendem a privilegiar progressivamente os colos côncavos e lisos. Trata-se de um ambiente produtivo imediatamente prévio ao período de recuperação de homogeneidade que se daria nos finais do século IX e que mantém alguma estabilidade até as fases finais do povoamento coerente, ou seja, até a transição para o século XII. É acima de tudo nestas fases que os cãntaros surgem com maior intensidade, apesar de se tratar de uma forma presente com anterioridade.

Ao longo destes últimos dois séculos de actividade, Condeixa parece ter funcionado como centro produtor que fornecia outros sítios da região. Um excelente indicador desta realidade, que já foi possível apresentar noutro lado, é a relação linear com a cerâmica do Germanelo, necessariamente datada da primeira metade do século XII. Em princípio, o material deste castelo poderia ter sido manufacturada no próprio sítio, mas a sua quantidade é relativamente pequena e além disso é preciso considerar que à já referida homogeneidade nas peças de Conimbriga corresponde uma causa concreta, nomeadamente a existência de uma ou mais oficinas permanentes. Um dos objectivos dos próximos anos é precisamente a determinação dessas relações comerciais de baixo investimento e de âmbito infra-regional¹⁴.

Inicialmente, a definição desta realidade baseou-se num confronto entre estratigrafia e paralelos formais publicados para outros sítios¹⁵. Um factor de potencial distorção prendeu-se com a área relativamente limitada sobre as quais se tinha certezas estratigráficas, e que correspondia às sondagens efectuadas na última década. Mas a posterior colaboração com o Instituto Tecnológico e Nuclear resultou num refinamento daquelas primeiras avaliações, através da datação pelo radiocarbono de estratos associados à cerâmica¹⁶. Desse modo foi possível, por exemplo, esten-

der a cronologia dos alguidares com fundo em disco e cordões digitados aplicados para o período condal.

4. DUAS QUESTOES

O debate em torno da comunicação suscitou duas questões pertinentes. Uma primeira tem a ver com o período de surgimento das asas de lingueta punctionadas, que parecem ausentes no período visigótico. Para o caso conimbrigense, há alguns anos foi constatado que este material não era, de nenhuma forma, associável aos contextos dos séculos VI e VII. Sem matriz clássica, há contudo alguns precedentes isolados ao que se viria a produzir, a este nível, em época pós-visigótica. Em todo o caso, ficou escrito em 2006 que: a) se trata provavelmente de uma concentração medieval mais tardia, contemporânea do período califal, no Noroeste peninsular, ou seja, associável aos séculos moçárabes tardios e condais na zona do Mondego. Embora mal definido, o quadro dos paralelos conhecidos sugere um impulso «cristão»; e b) as punções nas asas, mesmo quando sugerem uma regularidade estética, terão antes de mais uma funcionalidade prática, relacionada com o a exposição mais ampla e mais profunda à cozedura, precisamente na superfície mais exposta a pressões¹⁷.

Uma outra questão prende-se com a revisão cronológica das fases terminais do sítio, e em particular com a extensão do espaço escavado na última década, isto é, levantou-se uma dúvida sobre a representatividade das amostras. É preciso indicar, antes de mais, que não existem hoje condições para levar a cabo um grande projecto de escavação em área, nem parece plausível que elas venham a materializar-se num futuro próximo. É uma constatação de facto que as equipas luso-francesas dos

anos sessenta, que incidiram em particular sobre a zona do *forum* e das Termas do Sul, escavaram uma área incomparavelmente maior do que o conjunto de sondagens da última década. Estas foram levadas a cabo em áreas específicas, com o intuito de responder a questões concretas. A Casa de Cantaber, que já tinha sido posta a descoberto nos inícios do século XX, numa intervenção da DGEMN, é um bom exemplo¹⁸. A mais ampla das intervenções consistiu nas campanhas na área da chamada basílica paleocristã, através de uma colaboração entre o Museu Monográfico de Conimbriga e a Universidad Autónoma de Madrid. A zona intra-muros do anfiteatro, intervencionada em duas fases ao longo da última década, atinge cerca de cem metros quadrados e representa aliás uma das melhores sequências estratigráficas tardias, com um dos mais fiáveis limite *post quem* do sítio, nomeadamente o da destruição do monumento e a construção da muralha. É certo que uma parte da cerâmica medieval é proveniente de depósitos de detritos¹⁹, porém não se discutirá o facto de, mesmo tomando a questão em abstracto, tais vestígios estarem articulados com um habitat. Na perspectiva global, distingue-se um arco cronológico consistente e que, em simultâneo, tem uma expressão topográfica muito interessante.

NOTAS

- 1 De Man Adriaan, *A short note on Medieval Condeixa*, Journal of Iberian Archaeology, vol. 11, ADECAP, Porto, 2008, pp. 99-103.
- 2 De Man, Adriaan, *The late urban fort of the Bico da Muralha, Conimbriga (Portugal)*, Mediterranean Archaeology and Archaeometry, vol. 7, n. 1, University of the Aegean, Rhodes, 2007, pp. 3-14.
- 3 Correia, Virgílio Hipólito; Alarcão, Pedro, *Conimbriga: um ensaio de topografia histórica*, Conimbriga vol. XLVII, Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 31-46
- 4 Ruivo, José, 2006, 285.
- 5 Oroz Reta, José; Marcos Casquero, Manuel, *San Isidoro de Sevilla, Etimologías II*, Biblioteca de Autores Cristianos, Editorial Católica, Madrid, 1982, pp. 504-511.
- 6 C.E.V.P.P., *Cerámicas de época visigoda en la Península Ibérica. Precedentes y perduraciones*, A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 1991, pp. 53-59.
- 7 C.A.T.H.M.A., *Importations de céramiques communes méditerranéennes dans le midi de la Gaule*, A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 1991, p. 37.
- 8 CORREIA, Virgílio Hipólito, *O anfiteatro de Conimbriga. Notícia preliminar*, El Anfiteatro en la Hispania Romana, Junta de Extremadura, Mérida, 1994, pp. 327-343.
- 9 De Man Adriaan, *Novos elementos pós-clássicos do anfiteatro de Conimbriga*, Portvgalia 27-28, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2006-2007, pp. 59-67.
- 10 Gutiérrez Lloret, Sonia, *Panes, Hogazas y fog ones portátiles. Dos formas cerámicas destinadas a la cocción del pan en al-Andalus: el hornillo (tannūr) y el plato (ṭābag)*, Lucentum IX-X, Universidad de Alicante, Alicante, 1990-91, pp. 164-167.
- 11 Catarino Helena, *Arqueología do período islâmico em Portugal: breve perspectiva*, O Arqueólogo Português, série IV, vol. 13/15, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 1995-97, p. 464.
- 12 C.E.V.P.P., *op. cit.*, p. 56.
- 13 Correia, Virgílio Hipólito; De Man, Adriaan, *Variação e constância na ocupação de Conimbriga*

- e do seu território*, Colóquio Internacional Transformações da Paisagem. O impacto das cidades romanas no Mediterrâneo Ocidental, CIDEHUS, Universidade de Évora, 2008, no prelo.
- 14 Correia, Virgílio Hipólito; De Man, Adriaan; Pereira, Rodrigo, *Dinâmicas urbanas e rurais nas Terras de Sicó: alguns estudos de caso para a elaboração de um projecto*, Património Geológico, Arqueológico e Mineiro em Regiões Cársicas, Sociedad Española para la Defensa del Patrimonio Geológico y Minero, Batalha, 2008, p. 235.
- 15 De Man, Adriaan, Algumas considerações em torno da cerâmica comum tardia conimbrigense, Revista Portuguesa de Arqueologia vol. 7, n. 2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2004, pp. 459-471.
- 18 De Man, Adriaan; Soares, António Monge, *A datação pelo radiocarbono de contextos pós-romanos de Conimbriga*, Revista Portuguesa de Arqueologia, vol. 10, n. 2, IGESPAR, Lisboa, 2007, pp. 285-294.
- 17 De Man Adriaan, *Conimbriga do Baixo Império à Idade Média*, Edições Sílabo, Lisboa, 2006, pp. 161-162.
- 18 Correia, Virgílio Hipólito, *Conimbriga, casa atribuída a Cantaber*. Trabalhos arqueológicos 1995-1998, Conimbriga XL, Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, 2001, pp. 83-140.
- 19 Correia, Virgílio Hipólito; De Man, Adriaan; Reis, Maria Pilar, *Conimbriga, Sordes Urbis*, La gestión de los residuos urbanos en Hispania romana, Anejos de Aespas LX, IAM-CSIC, Mérida, 2011, pp. 182-201.

TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS NO PROJECTO DE RECUPERACAO DO PACO DA EGA (2007-2009)

ANA LIMA REVEZ

1. INTRODUCÃO

Este trabalho constitui-se como uma exposição preliminar dos resultados obtidos nos trabalhos arqueológicos desenvolvidos no âmbito do Projecto de Recuperação do Paço dos Comendadores da Ega (freguesia da Ega, concelho de Condeixa-a-Nova, distrito de Coimbra)¹. Após a conclusão do relatório final da intervenção, apresentaremos então um estudo mais rigoroso e detalhado, nomeadamente, ao nível da análise, desenho e classificação do espólio detectado, no que concerne ao estudo dos paramentos e aparelhos construtivos identificados, bem como no que diz respeito à pesquisa histórica e documental dos registos conhecidos e analisados. O interesse da fortificação parece-nos da maior importância pela sua localização geográfica e os contextos e realidades históricas a que esteve associado. O Paço ou Castelo da Ega situa-se a cerca de 16 km a sudoeste de Coimbra, a 4 km a sudoeste de Condeixa-a-Nova e a 4 km a poente da antiga cidade de Conimbriga.

O património arqueológico da área do concelho de Condeixa-a-Nova encontra-se hoje conhecido através de inúmeras publicações que identificam uma grande variedade de sítios arqueológicos distribuídos por um período cronológico que se estende da Pré-História Antiga até às épocas mais recentes. Este concelho insere-se numa região geográfica bem demarcada e definida por Baixo Mondego. Esta área da Bacia Inferior do Mondego é rica em testemunhos arqueológicos desde as épocas mais recuadas. Do Paleolítico destaca-se, no concelho de Condeixa-a-Nova, o sítio do Vale das Buracas, no Zambujal, e o Abrigo 1 do Vale dos Covões, localizado no Furadouro, onde os investigadores Helena Moura e Thierry Aubry identificaram

vários materiais líticos de diversas fases cronológicas: lascas, lamelas, raspadeiras, etc. (MOURA & AUBRY: 2001). Para a Pré-história Recente distinguem-se os sítios neolíticos de Fornos de Castel, na Palhacana, e Costeiras, em Casével, ambos localizados nos limites da freguesia da Ega. Sem esquecer as grutas e os abrigos conhecidos em Eira Pedrinha, em Condeixa-a-Nova, com vestígios de ocupação humana do Neolítico, do Calcolítico e do Bronze Final (VILAÇA: 1988; 18-19).

No Monte da Pega, que se destaca nitidamente na paisagem da região, identificaram-se estruturas e materiais que parecem corresponder a um castro ou povoado fortificado da Idade do Ferro e no Cabeço da Senhora do Círculo, no Furadouro, terá existido um importante povoado fortificado da Idade de Bronze e da Idade do Ferro (*Endovélico* – Base de dados do IPA). Também em Soure, mais para sul, se identificaram importantes vestígios de um castro ou povoado fortificado da Idade do Ferro (MONTEIRO: 1994; 56–58). O período romano

é a época com mais sítios arqueológicos registados no concelho de Condeixa-a-Nova. Com efeito, por aqui passava a importante estrada que ligava *Olisipo* a *Bracara Augusta* e localizava-se a importante cidade de *Conimbriga*, pólo centralizador das grandes *villae* rústicas envolventes que exploram a fertilidade dos solos e as riquezas naturais da região (ALARCÃO: 1988; 97-101).

Nas ruínas de Conimbriga encontramos os vestígios da cidade romana cuja ocupação remonta, pelo menos, ao Bronze Final. Lugar central na área do Baixo Mondego, aqui terá existido um dos maiores *oppida* da Idade do Ferro do centro do país. Conquistada, provavelmente, nas campanhas de Décimo Júnio Bruto, em 136 a. C., a cidade é alvo de importantes remodelações urbanísticas em vários períodos, nomeadamente, durante o principado de Augusto, ao longo do período Júlio-Claúdio e na época flaviana. No século V Conimbriga é vítima de várias incursões suévicas e entra paulatinamente em decadência. Identificam-se ainda materiais da Alta Idade Média, muitos de filiação islâmica, e da época da Reconquista. O abandono definitivo da cidade terá ocorrido em meados do século X-XI (ALARCÃO: 1988; 98-101). O povoamento rural e as *villae* romanas do concelho de Condeixa-a-Nova encontram-se identificados, apesar de não terem sido ainda alvo de escavações sistemáticas: S. Fipo (ALARCÃO: 1988; 98 e PESSOA: 1986; 53-73) e Olival da Miquinhais, no Sebal; Nossa Senhora da Piedade, em Condeixa-a-Velha; Currais, em Bem da Fé (ALARÇÃO: 1988; 97-101). Há outros vestígios de superfície localizados no Casal dos Pedrógãos, em Casével, nos Barrios de Baixo, no sítio do Casal Cuco e na encosta da Carreirinha (*Endovélico* – Base de dados do IPA).

O período visigótico, assim como o período islâmico, continuam mal estudados nesta zona do país. A análise da documentação medieval



Figura 1 – Localização do Paço da Ega (C.M.P. 1/250 000, Folha N.º 3 – Redimensionada).

disponível, como a que encontramos, por exemplo, no *Livro Preto da Sé de Coimbra*, leva-nos a inferir a sobrevivência de muitas *villae* romanas com correspondência, embora com algumas alterações ou transferências, em muitas *villas* documentadas a partir da Reconquista (ALARCÃO: 2004). Todavia, são raros os trabalhos arqueológicos centrados no período de transição dos séculos VII/VIII até ao povoamento ou repovoamento dos séculos XI/XII (CATARINO: 2005). O território entre Douro e Mondego é sobremaneira importante como espaço fronteiriço e a zona do Baixo Mondego ganha uma importância estratégica, nomeadamente a região de Coimbra e respectivo território, com Condeixa, Soure e Pombal para sul, Tentúgal e Montemor-o-Velho em direcção à foz do Mondego, e Penela, Miranda do Corvo e Lousã para o interior.

Se os vestígios visigóticos quase se resumem às fontes documentais, à epigrafia e à numismática, os vestígios islâmicos, bem estudados no sul do país, começam agora aqui a ser identificados, nomeadamente na cidade de Coimbra, onde em várias intervenções urbanas se detectaram estruturas e materiais arqueológicos extremamente significativos para a compreensão da história da cidade (CATARINO e FELIPE: 2005; 73-75). O povoamento rural no período islâmico estruturava-se a partir do principal centro urbano, em Coimbra, em torno de povoações anteriores, à semelhança do que aconteceu com Conimbriga, substituída por Condeixa. Nessa altura terão surgido novas fortificações (os *husum/husun* ou castelos-território), bem como algumas defesas comunitárias, para salvaguarda das populações e dos

campos que garantiam o abastecimento da cidade. A região de Coimbra integrava-se no amplo território da Marca Inferior ou Fronteira Ocidental, o *Tagr al-Gharbi*, que teve Mérida como primeira capital, depois substituída por Badajoz. Verifica-se que terão existido algumas alterações no povoamento entre os séculos VIII e IX, com mudanças toponímicas e topográficas nas estratégias de ocupação do território (CATARINO: 2005).

Concluída a fase inicial da conquista islâmica da Península Ibérica, a partir de meados do século IX começam a construir e a reconstruir-se cidades e núcleos populacionais e fundam-se vários castelos com domínio sobre os territórios agrícolas, pastoris e mineiros, dependentes das capitais regionais. A cidade de Coimbra pertencia ao reino aftássida de Badajoz, conjuntamente com Alcácer do Sal, Évora, Elvas, Lisboa e Santarém. Na 1^a metade do século X, Abderramão I conseguiu a pacificação do país e o controlo da linha de fronteira com os reinos cristãos, estabelecida ao longo do Douro e da Meseta Norte. Entre 986 e 990, Almançor fez várias campanhas na região do Baixo Mondego: fontes documentais referem investidas em Condeixa, Coimbra e Montemor-o-Velho. No século XI o califado sucumbe às guerras constantes dos múltiplos reinos cristãos e muçulmanos existentes. No século XI a península Ibérica encontra-se dividida numa pluralidade de reinos, muçulmanos e cristãos. Neste clima de grande instabilidade, Fernando I consegue recuar o limite de fronteira da Marca Inferior até à linha do Mondego (CATARINO: 1997/1998, 72-80).

Depois de reconquistado, em 1064, o território de Coimbra é confiado ao governador D. Sesnando Davides que desempenhou um papel fundamental na reestruturação e reconstrução dos equipamentos militares que afiançavam a defesa da cidade. Uma rede de castelos e torres garantia a integridade do território, particularmente nas zonas de fronteira. Fontes documentais registam remode-

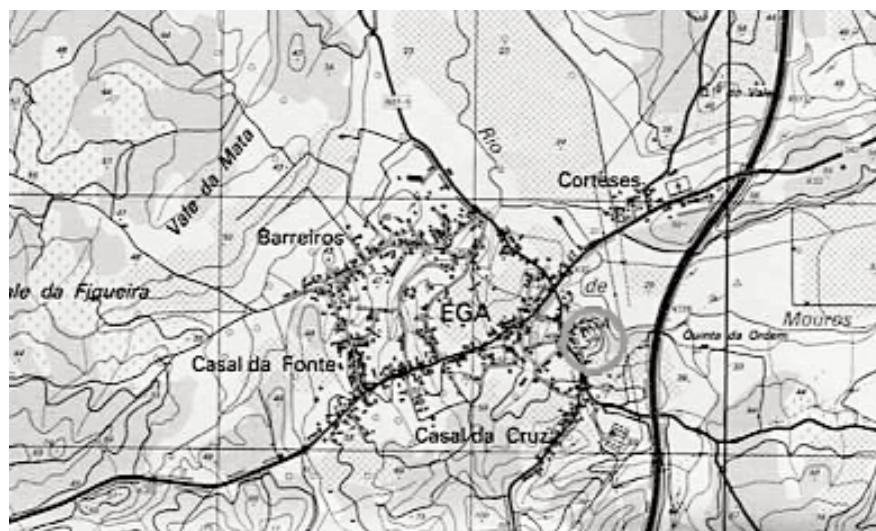


Figura 2 – Localização do Paço da Ega (C.M.P. 1/25 000, Folha N.º 250 – Redimensionada).

lações nos castelos de Montemor-o-Velho, Soure, Penela e Arouce (BARROCA: 2003, 103). No século XII a região de Coimbra é ainda alvo de várias investidas muçulmanas que não garantem a estabilidade dos povoados rurais. Em 1128 o extenso território de Soure é doado pela Coroa aos Templários no sentido de acautelar a defesa e o alargamento do reino. Nesta época, o território de Soure compreendia uma vasta região que se estendia de Condeixa-a-Velha até Pombal, com três pólos de povoamento importantes: Ega, Redinha e Pombal (MARQUES: 1986; 352).

A partir da Baixa Idade Média aumentam as fontes documentais disponíveis para o estudo do povoamento rural da região de Coimbra ou do Baixo Mondego em geral (COELHO: 1983). Todavia, são ainda muitas as fontes documentais, bem como os vestígios arqueológicos, que continuam por estudar e publicar de forma rigorosa, atenta e, sobretudo, actualizada.

2. O PACO DA EGA

O Paço dos Comendadores da Ega encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público desde Fevereiro de 2002 (5/2002, DR 42 de 19/02/2002) pois constitui-se como um exemplar único de raro significado histórico e importância artística e cultural do antigo castelo transformado em residência senhorial manuelina. Caracteriza-se pela sua planta quadrangular e pela sobriedade da sua volumetria, maciça e austera. O Paço ou Castelo constitui-se como importante ponto de referência na região, implantado no sopé de um outeiro sobranceiro ao Rio de Mouros, que o ladeia na sua vertente norte e nordeste. Destaca-se da envolvente pelo seu isolamento, dominando a paisagem com a sua fachada sóbria e fechada.

O Paço da Ega desenvolve-se numa estrutura em U que demarca o pátio central e

ostenta um telhado de duas águas em todos os corpos. Apresenta cerca de 29 metros de largura por cerca de 33 metros de comprimento. O único acesso ao Paço é feito a sul, através de um portal simples com moldura em canta-ria e verga superior em asa de cesto, aberto numa parede de alçado recuado relativamente aos corpos laterais, constituindo-se como a fachada principal. O pátio é rectangular e autónomo e apresenta duas escadarias de acesso ao 1º andar: uma no canto noroeste do pátio, outra mais ou menos a meio da ala nascente. Cada fachada apresenta alçados particulariza-dos nas dimensões, número e estilo dos vãos, sem interferir na unidade de conjunto. Portas e janelas apresentam grande simplicidade e os vãos exteriores são muito desiguais, de verga simples ou arco abatido, com impostas chanfradas. Destaca-se a janela da fachada norte, de vão duplo separado por mainel espiralado e arcos de volta plena. Detectam-se várias características do período medieval na sua fei-ção sóbria e fechada, nas técnicas construtivas utilizadas, com persistências muçulmanas no pátio de expressão autónoma, independentes das gramáticas decorativas das épocas moderna e contemporânea.

Não parece acaso a existência do cabeço de Alencarce e dos sítios de Alencarce de Cima e Alencarce de Baixo, localizados a cerca de 4 km da povoação da Ega, a meio caminho de Soure. Serão os lugares situados *além do qasr*, do *al-Qasr*, no plural *Qusur* e com o diminutivo *qusayr*, que não significa mais que o genérico termo castelo, com as suas variantes do diminutivo, já utilizado no Oriente (ZOZAYA: 2008, 99). Ainda hoje em dia, junto das populações locais, é esta a forma de denominação do Paço da Ega: o castelo.

As fontes documentais islâmicas fornecem escassas e dispersas informações acerca da ocupação do território de *Madinat Qulumbriyya*, centro de um vasto distrito (‘amal)

onde se instalaram alguns grupos berberes. As crónicas árabes referem que a cidade capitulou a Abd-al-Aziz. As crónicas cristãs indicam um Aidulpho que terá beneficiado com um tratado, sucedendo-lhe o seu filho, Athanagildo. Apesar do texto puder ser forjado, a *Monarchia Lusitana*, de Bernardo de Brito, faz «menção a *Alboacem iben Tarif*, a quem Abd-al-Aziz encarregou, em 716, do governo de Coimbra e de toda a sua comarca. Para a segunda metade do século VIII, o governador muçulmano seria Meruán iben Muza, que favorecia os monjes» do Mosteiro do Lor-vão. Conquistada pelo Conde Hermenegildo Peres em 878, Coimbra será recuperada por Almançor em 987, assim como Condeixa e Montemor-o-Velho, permanecendo sob domínio islâmico até à reconquista definitiva de 1064 (CATARINO: 2005; 203).

A povoação da Ega integrava-se, no início do século XII, no território de Soure, que se estendia de Condeixa-a-Velha até Pombal, doado por D. Teresa, em 1128, à Ordem do Templo, cuja posse foi confirmada por D. Afonso Henriques, após a Bata-lha de S. Mamede. Estas serão as primeiras referências documentais cristãs da povoação da Ega, integrada nos territórios de fronteira de Condeixa e Soure, dependentes de Coimbra. São bastante escassas as fontes documentais que referem o castelo ou a povoação da Ega no período medieval. Fora da alçada da Sé de Coimbra, cujo espólio documental é bastante rico e esclarecedor, estes domínios dos Templários não deixaram muitas informações escritas para o seu estudo. Os poucos documentos conhecidos, pelo menos para o século XII e inícios do século XIII, são o Foral dos Templários dado à povoação da Ega pelo Mestre Estevão de Bel-monte no ano de 1231, e as bulas pontifícias que regem o longo e aturado litígio decorrido entre a Sé de Coimbra e os Templários pela posse das Igrejas da Ega, Redinha e Pombal. De destacar que esta contenda foi objecto de especial atenção por parte dos pontífices romanos, sendo que ao longo da segunda metade do século XII quase todos os papas se preocupam e pronunciam sobre esta questão (MARQUES: 1986).

Os castelos dos Templários em Portugal assumem grande importância na organi-zação da defesa do reino, principalmente nos séculos XII e XIII. Detentora de vastos territórios e várias fortificações, a Ordem do Templo é responsável pela cons-trução de algumas estruturas defensivas, bem como pela realização de obras de remodelação em muitos castelos, promovendo a introdução de inúmeras inovações ao nível da arquitectura militar (BARROCA: 2001b; 164-165). Com a extinção da Ordem do Templo em 1312, a povoação da Ega passou para a alçada da Ordem de Cristo, constituindo-se, então, como sede de comenda. Instituída como comenda, tornam-se abundantes, a partir do século XVI, as informações disponíveis acerca do Paço da Ega, documentado nos vários *Tombos* e *Autos de Visitação* da Ordem de Cristo, depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa (MATOSO: 1970 e DIAS: 1979).

Nos inícios do século XVI, o comendador de Ega, D. Fernando de Sousa, enceta grandes obras de remodelação no antigo castelo, promovendo a construção do paço manuelino. Estes trabalhos tiveram início nos anos de 1508-1509 e são atri-buídos a Marcos Pires, que nessa mesma época dirigiu a 1ª fase das obras de



Figura 3 – Fotografia com Perspectiva do Castelo ou Paço da Ega durante os trabalhos de recuperação, já depois da picagem dos paramentos (Julho 2007).

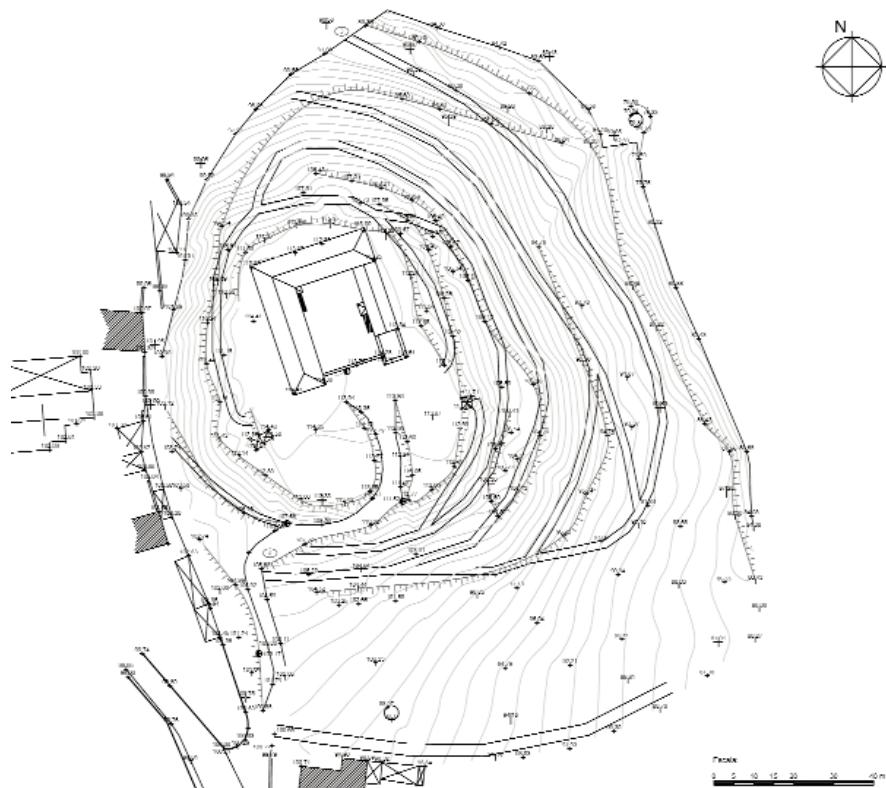


Figura 4 – Levantamento topográfico do Castelo da Ega.

reconstrução da igreja matriz da vila (DIAS: 1982; 273). O Auto da Visitação feita em 1508 à Comenda da Ega, Comenda-mor da Ordem de Cristo, fornece-nos uma série de informações acerca da arquitectura do Paço, que estava na altura muito degradado, tendo sido ordenado pelos visitadores a realização de vários trabalhos de recuperação. «*Junto da dicta egreja tem a hordem huum assentamento de casas que sempre foy apousentamento dos comendadores moores o qual apousentamento he todo çarrado sobresi e se serve per huum soo portal e haa das portas a dentro nove casas sobradadas a saber huuma salsa grande e outra em que contem os homes e tres cameras e huuma guardarroupa e outra casa grande e duas casas de homes e huum celeiro terreo e duas estrebarias e outras tantas casas terreas debaixo das sobradadas e som todas em huum andar o qual assentamento estaa em huum teso arredado da vila huum boom jogo de beesta e por que os ditos visitadores acharom o dito apousentamento per partes danificado mandarom ao dicto comendador moor que elle o fezesse correger fazendo nelle algumas obras e asi na sobredita egreja segundo se pela dicta visitaçam achavaa».* O paço tinha assim doze salas, nove sobradadas e três térreas, mas como não estavam «*tam bem repairadas como cumpre*», foram mandadas «*correger*». Derrubaram-se paredes, restauraram-se soalhos, portas, janelas, telhados, etc. As imensas e variadas informações fornecidas por este documento tornam-se todavia difíceis de desctrinçar: a arquitectura do edifício seria substancialmente diferente tornando assim complicada a identificação de muitos espaços e compartimentos referenciados. Porém, são hoje ainda bem evidentes os elementos que datam desta grande reforma do paço, antigo castelo feito sede de comenda, habitação rural e residência senhorial de estilo manuelino, baseada na exploração agro-pecuária das

áreas envolventes durante todo o período da época moderna (DIAS: 1979; 55-60 e DIAS: 1982; 278-280).

Com a extinção das Ordens Religiosas, ocorrida em 1834, procede-se à expropriação dos vários prédios urbanos e rurais da igreja a favor do Estado. Nessa altura, o Paço da Ega terá passado para a mão de proprietários privados, vendido, como muitos outros imóveis, em hasta pública. No início do século XX, o castelo é adquirido pelo professor Falcão e sua esposa, que aqui instalam a sua residência e as salas de aulas da Escola Primária que aqui funcionou, até finais de 1930. Depois de sucessivamente roubado e vandalizado, após o 25 de Abril de 1974 o Paço é, aos poucos, transformado em Casa do Povo, Serviços Médico Sociais, Farmácia, Associação Cultural e Recreativa. Em 1992, o PDM de Condeixa-a-Nova inclui uma ficha do Paço da Ega para ser classificado como Imóvel de Interesse Concelhio e, em 2002, como já foi referido, o Paço é finalmente classificado como Imóvel de Interesse Público, pela importância do seu valor patrimonial (5/2002, DR 42 de 19/02/2002). Edifício de raro significado histórico, o Paço da Ega apresenta em si mesmo, na variedade das suas portas, janelas e paredes, a sua constante reformulação e reutilização, desde a sua fundação em tempos medievais. As inúmeras soluções técnicas, construtivas, materiais e arquitectónicas identificadas são bem reveladoras das transformações sucessivas que sofreu.

3 – A ANÁLISE DOS PARAMENTOS

Os trabalhos de picagem dos paramentos efectuados no âmbito deste Projecto de Recuperação do Paço da Ega revelaram a riqueza e a diversidade arquitectónica das diferentes soluções e técnicas construtivas utilizadas no edifício. Com efeito, o imóvel caracteriza-se pela

variedade dos aparelhos e técnicas de construção, bem como pela multiplicidade de portas e janelas, com estilos e dimensões muito desiguais, com simples vergas recortadas, sem quaisquer ornamentações naturalistas, que se caracterizam pelas vergas recortadas em sanefa e as ombreiras chanfradas, nos exemplares mais抗igos, ou simples cantarias rectas e picotadas, para os períodos mais recentes. Com cronologias que seguem desde o período medieval, passando pela época manuelina até à época contemporânea, estes elementos reflectem as várias obras de remodelação que sofreu este espaço. O trabalho de picagem dos paramentos e respectiva remoção de antigos rebocos revelaram novos dados que tendem a valorizar a riqueza e a diversidade do edifício. Para além de permitir inferir uma leitura em unidades estratigráficas do edificado, revelou a existência de uma pluralidade de técnicas e aparelhos construtivos, demarcando antigas portas e janelas emparedadas, bem como elementos de colunas, ombreiras, vergas e soleiras reaproveitadas, etc.

As quatro inscrições romanas identificadas nos paramentos do Paço da Ega são importantes testemunhos arqueológicos que importa assinalar. Constituem-se, a par com uma pedra almofadada reaproveitada numa fachada do pátio, como os únicos vestígios desta cronologia. Em todos os trabalhos de escavação e acompanhamento efectuados ao longo desta intervenção não foram detectados quaisquer materiais de época romana. As inscrições parecem ser provenientes de alguma *villa* romana das proximidades, como S. Fipo, ou mesmo da antiga cidade de Conimbriga. As quatro epígrafes encontram-se fragmentadas e reaproveitadas na construção do edifício: a Epígrafe 1 servia como verga de uma porta, as Epígrafes 2 e 3 rea-



Figura 5 – Pormenor do alcado sul do Paço, antes do início da intervenção.



Figura 6 – Perspectiva fachada nascente durante os trabalhos de picagem dos paramentos.

proveitadas numa janela, e, a Epígrafe 4, inserida no aparelho construtivo de uma parede da ala poente. As inscrições encontram-se parcialmente fracturadas e apresentam grande parte do texto cortado ou danificado. As Epígrafas 1, 2 e 3 constituem-se como grandes estelas funerárias em calcário; a Epígrafe 4 resume-se a um pequeno fragmento com poucas letras legíveis. Um rigoroso estudo epigráfico será oportunamente apresentado.

Compreender o desenvolvimento histórico de um edifício através da simples observação das suas técnicas construtivas é uma tarefa que requer a maior delicadeza. Os castelos não são construídos num só momento... São «objectos pluries-tratificados» (MORA-FIGUEIROA, 1987, 53), a cada instante adaptados às necessidades dos seus ocupantes, reconstruídos e remodelados em conformidade com as suas características físicas, as funcionalidades pretendidas no momento, os meios e recursos disponíveis, etc.

O edifício do Paço da Ega revela elementos estruturais de diferentes épocas, alguns dos quais se conseguem individualizar distintamente. De maneira muito sucinta, podemos afirmar que, em primeiro lugar, se destaca uma base de assentamento mais antiga e mais larga, que parece corresponder à construção primordial da estrutura do castelo mas poderá relacionar-se também com outras obras de remodelação de uma estrutura já preexistente. Este muro de fundação bem nítida a norte, sul e nascente, parece ter servido de base a todas as construções e remodelações futuras. Foi escavado numa sondagem de diagnóstico (Sondagem 2) e remete para uma época de construção do século X-XI mas encontra-se, todavia, precedido por níveis de ocupação islâmicos anteriores. Na fachada nascente do castelo, por exem-



Figura 7 – Perspectiva dos paramentos – Fachada poente.

47
plo, parece identificar-se o aparelho construtivo mais antigo ainda preservado. Poderá considerar-se uma espécie de «proto-soga y tizón» com paralelos muito semelhantes na muralha muçulmana de Segóvia e no Qasr Jarana, na Jordânia. Esta técnica construtiva representa o começo de um aparelho murário ordenado na horizontal e na vertical em fiadas de pedra de grande dimensão intercaladas com fiadas de pedra miúda. Será uma técnica tipicamente omíada, com cronologias que recuam ao século VIII, entre 723 e 756 (ZOZYA: 2008; 106). O aparelho de construção que lhe sucede, muito alterado por remodelações posteriores mas muito homogéneo e presente ao nível da base de todo o edificado, caracteriza-se pelos mesmos blocos e pelas pedras facetadas mas agora de tamanho menor que o anterior, que também alternam com fiadas de pedras mais estreitas. Este aparelho construtivo, designado por «manpostería de hiladas regularizadas» apresenta horizontes cronológicos balizados entre os séculos X-XI e XIII (PAVÓN MALDONADO:

1999), e tem paralelos, por exemplo, no castelo de Montemor-o-Velho (BARROCA: 2005; 116). Os paramentos de época moderna e contemporânea, por seu turno, distinguem-se, de uma forma geral, pela utilização de pedra miúda e pelo constante reaproveitamento de restos de materiais de construção em cerâmica, ou seja, fragmentos de telhas e tijoleiras. A diversidade dos aparelhos e técnicas construtivas é também notória ao nível das argamassas utilizadas, de diferentes tonalidades e elementos constituintes².

4 – SONDAgens DE DIAGNÓSTICO

O Plano de Trabalhos autorizado previa a abertura de três sondagens de diagnóstico, com 4 x 4 metros, até à profundidade de níveis arqueológicos ou, na sua ausência, até ao solo geológico. A implantação da Sondagem 1 e da Sondagem 3 foi feita tendo em conta áreas afectas ao projecto de execução, enquanto a Sondagem 2, prevista junto à porta de entrada, foi ligeiramente desviada (pelos dificuldades de circulação que provocava, visto tratar-se da única entrada para o edifício) e marcada junto ao arranque de uma parede, no canto nascente, paralela à fachada sul do imóvel³.

A Sondagem 1 foi implantada no pátio central do Paço da Ega, no local onde se previa a abertura de uma caixa para colocação de infra-estruturas. Inicialmente escavada com 4 x 4 metros, foi posteriormente alargada para 5 x 5 metros, devido à identificação de uma calçada junto aos perfis, detectada quase à superfície, com uma fina camada de assentamento que antecedia os níveis geológicos de base, estreitos em termos arqueológicos. Este nível de circulação em calçada, com arestas muito vivas e pouco desgaste, parece datar das obras de remodelação aqui efectuadas no início do século XX, no tempo do Prof. Falcão. Toda a

área poente da quadrícula encontrava-se bastante revolvida, fruto da instalação de infra-estruturas recentes. Identificaram-se vários fragmentos de material de construção e de cerâmica doméstica comum de Época Moderna e Contemporânea. Esta sondagem permitiu confirmar, pelo menos nesta área do pátio do Paço da Ega, a total ausência de potencial arqueológico, posteriormente confirmada no âmbito de trabalhos de acompanhamento arqueológico.

Abaixo descrevemos mais pormenorizadamente os resultados obtidos na escavação das Sondagens 2 e 3 por constituírem-se como os mais relevantes ao nível dos vestígios de cronologia medieval, nomeadamente, de filiação islâmica. Posteriormente, escavaram-se ainda as Sondagens 4 e 5, cujos resultados não serão aqui desenvolvidos pois revelam-se pouco significativos no conjunto.

4.1 – Sondagem 2

A Sondagem 2, com 4 x 4 metros, foi escavada junto à fachada sul do Paço da Ega, no canto nascente, na direcção do arranque de uma parede, com o objectivo de

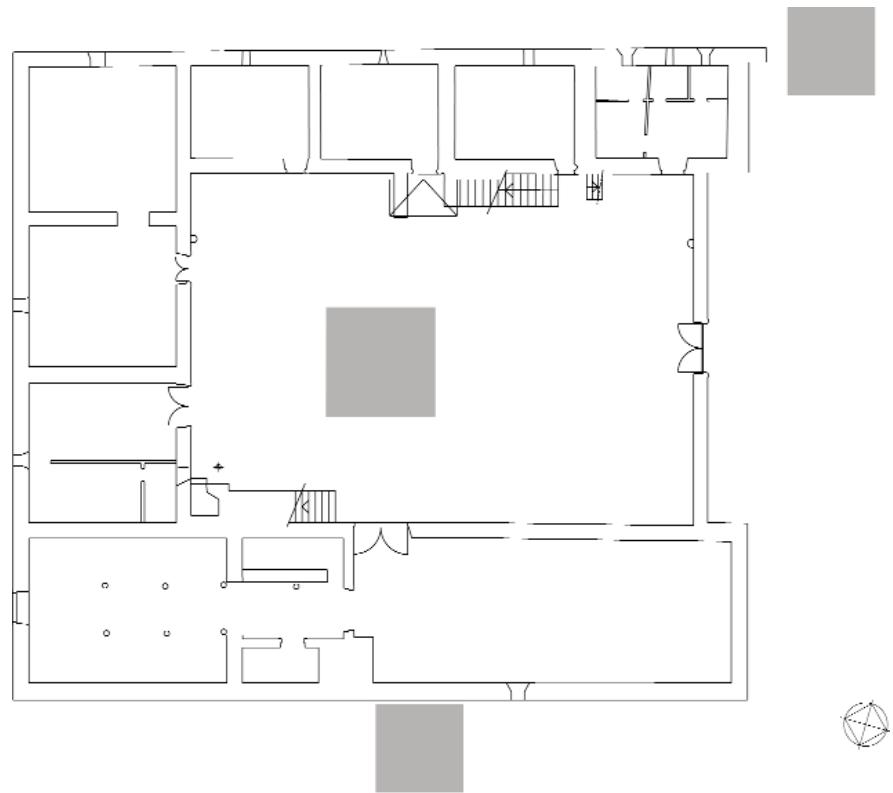


Figura 8 – Implantação Sondagens de diagnóstico 1, 2 e 3 sobre planta do edificado existente antes do início da intervenção.

analisar a sua planta e cronologia. Confirmou-se o prolongamento da estrutura para sul e constatou-se a existência de várias camadas de revolvimento muito recentes, que destruíram os contextos estratigráficos da área envolvente. Apenas se conservavam intactos os níveis de fundação da dita estrutura, com materiais arqueológicos de época medieval, mais propriamente de filiação islâmica. Nessas camadas detectaram-se, também, ainda que de forma residual, alguns fragmentos de cerâmica manual, de cronologia pré-histórica. Informações orais referem a existência de pelo menos mais dois compartimentos nesta zona da fachada sul do Paço, cujas paredes em ruína ainda estariam visíveis nos finais do século XX. Toda esta área terá sido revolvida e nivelada aquando da construção da casa para tiro aos pratos, implantada na encosta. Obras realizadas nos anos oitenta terão também aberto outras valas e uma fossa para escoamento de águas residuais.

A escavação desta sondagem permitiu registar que esta estrutura mural (U. E. 5) atravessa o quadrado no sentido norte-sul, prolongando-se para sul, para áreas não escavadas. Construída com pedra calcária e argamassa de cal, apresenta cerca de 85 a 90 centímetros de largura no topo e cerca de 1,10 metros de largo na base de fundação. Tem aproximadamente 1,86 metros de altura máxima preservada. Este

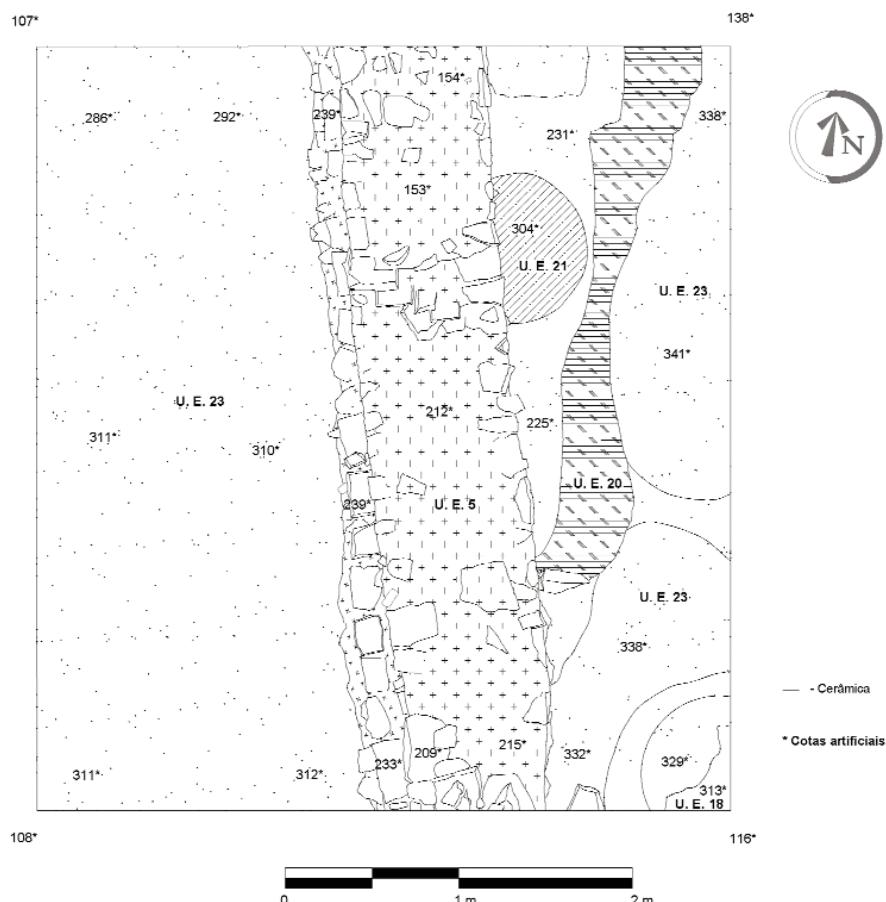


Figura 9 – Desenho de pormenor – Plano Final – Sondagem 2.

muro corresponde ao prolongamento da parede ainda visível na fachada sul e constitui-se como a base de fundação do edifício do Paço, bem visível na base das paredes das fachadas nascente e norte do imóvel antes do início da intervenção.

O muro escavado apresenta na face interna, a poente, uma base de fundação com um rebordo mais alargado, com cerca de 20 centímetros, delimitado por um cabouco de fundação bem recortado, que continha apenas fragmentos de cerâmica de construção muito triturados. Por outro lado, na face nascente do muro, encontramos um talude em argamassa de cal, com um declive acentuado e bem pronunciado. Sem cabouco de fundação a norte, a parede parece encostar aos níveis geológicos de saibro muito compacto de cor amarelada, formando uma espécie de estrutura em alambor. A camada de fundação registada a nascente (U. E. 15) permite datar a estrutura com segurança, devido à abundância e homogeneidade dos materiais arqueológicos exumados. Neste estrato de terra de cor castanha escura, quase preta, compacta e argilosa, identificou-se uma grande densidade de carvões, fragmentos metálicos, abundantes fragmentos de material de construção e de cerâmica doméstica comum de filiação islâmica, que parece remeter maioritariamente para horizontes cronológicos dos séculos X e XI. Regista-se, ainda, alguma pedra miúda, pequenos nódulos de argamassa, fragmentos de ossos animais e conchas de bivalves.

Esta sondagem revelou ainda a existência de estruturas em negativo, identificadas na área nascente da quadrícula, que parecem prolongar-se para zonas não escavadas. Individualizaram-se a base de dois silos, de cronologia Alto Medieval, anulados aquando da construção desta estrutura mural (U. E. 5), bem como duas fossas em negativo, que se prolongam para nascente. Os silos são estrutu-

ras de armazenamento e conservação de alimentos típicos do povoamento da Alta Idade Média, nomeadamente de filiação islâmica, e, a nível regional, estão identificados no castelo de Montemor-o-Velho (BARROCA: 2005; 117) e em Coimbra (SANTOS e REVEZ: 2004). O espólio arqueológico recolhido na Sondagem 2 apresenta-se extremamente importante para a análise e interpretação do edifício do Paço da Ega. Os materiais aqui exumados permitem aferir a cronologia de construção da primitiva fortificação, cujos muros, pelo menos ao nível da base, ainda se conservam como base de sustentação das paredes mais recentes, reconstruídas e remodeladas na Época Moderna e na Época Contemporânea.

4.2 – Sondagem 3

A Sondagem 3, com 4 x 4 metros, foi implantada junto à fachada poente do castelo, numa área onde se previa a passagem de algumas infra-estruturas do imóvel. Todavia, a escassos centímetros de profundidade revelou-se uma necrópole que se estende para zonas não escavadas (para norte, sul e poente). Tendo em conta a densidade dos enterramentos identificados, optou-se, após a consulta das instituições da tutela, pela suspensão dos trabalhos de escavação e posterior alteração do projecto de execução da obra, garantindo o não revolvimento desta área cemiterial. Como já mencionado, os trabalhos de antropologia decorreram sob a direcção da Doutora Eugénia Cunha, docente da Universidade de Coimbra. Para além das reduções ou deposições secundárias, identificaram-se dois ossários, e oito sepulturas, das quais se exumaram 13 (treze) esqueletos completos.

Esta necrópole parece constituir-se em aterro por toda a fachada poente e sudoeste do Paço da Ega. A diferença de cotas para o nível



Figura 10 – Sondagem 2 – Plano final.



Figura 11 – Sondagem 3 – Cobertura de sepultura de inumação.

de circulação normal nas outras fachadas e no interior do edifício chega a ser superior a dois metros. As estruturas funerárias identificadas, sepulturas e ossários, encontravam-se bem delimitadas, numas camadas argilosas, muito plásticas e com abundantes materiais arqueológicos. Destacam-se os materiais, ainda que resi-



Figura 12 – Sondagem 3 – Esqueleto 3.



Figura 13 – Sondagem 3 – Plano final.

duais, de filiação pré-histórica, a abundância dos materiais de filiação islâmica e os materiais da Baixa Idade Média cristã.

Todas as sepulturas apresentavam uma cobertura bem estruturada e constituída por cerâmica de construção e lajes calcárias de média e pequena dimensão.

As sepulturas escavadas, de dimensões muito reduzidas, apresentavam forma rectangular ou ovalada e estavam orientadas, na maioria, com a cabeceira para Oeste e os pés para Este. Não se regista qualquer espólio funerário associado.

O abundante espólio arqueológico recolhido nas camadas de revolvimento que caracterizam esta necrópole, apesar de ainda se encontrar em fase de estudo, desenho e classificação, parece remeter estes enterramentos para uma cronologia da Baixa Idade Média, dos séculos XIV e XV.

5 – O ESPÓLIO ARQUEOLÓGICO

O abundante espólio arqueológico identificado ao longo desta intervenção revela-se extremamente significativo para a compreensão da ocupação deste espaço. Constitui-se, na sua maioria, por fragmentos de cerâmica de construção, fragmentos de cerâmica doméstica comum, metais, ossos e argamassas de diversas cronologias. Se, por um lado, muitos materiais arqueológicos foram exumados em autênticos níveis de entulho ou revolvimento, outros há, exumados em níveis selados, que permitem uma análise diacrónica rigorosa, em contextos estratigráficos bem definidos e de cronologias bastante recuadas. A grande densidade e variedade de materiais arqueológicos identificados em trabalhos de acompanhamento ou escavação foi devidamente acondicionada e encontrava-se em fase de estudo: inventário, desenho, fotografia, descrição e classificação mas contaremos em breve apresentar uma rigorosa análise dos materiais detectados.

Ao nível do material lítico, destaca-se o importante acervo epigráfico de cronologia romana e a grande variedade dos elementos escultóricos ou arquitectónicos identificados em níveis de entulho, nomeadamente no

moroço da Sala 4 e as bases de colunas, as soleiras, as pedras picotadas, etc. reaproveitadas nas paredes.

A cerâmica de construção e a cerâmica doméstica comum, de diversas cronologias, são os materiais arqueológicos mais abundantes. Ao nível dos trabalhos de escavação, como ao nível dos trabalhos de acompanhamento, faremos uma referência sumária aos materiais mais importantes. Os materiais cerâmicos mais antigos parecem remeter para um horizonte do Neo-Calcolítico e da Idade do Bronze. Com efeito, tanto na escavação da Sondagem 2 como na Sondagem 3, identificaram-se vários fragmentos de cerâmica manual e nórdulos de barro de cabana que remetem seguramente para estas cronologias.

As cerâmicas islâmicas exumadas ao longo desta intervenção no Paço da Ega constituem-se como um importante conjunto, muito homogéneo e abundante, que parece remeter para cronologias do período califal, dos séculos X e XI, podendo recuar ao século IX. Com efeito, destaca-se o espólio identificado na base do muro da Sondagem 2 (na U. E. 15, nomeadamente), bem como os abundantes fragmentos cerâmicos recolhidos nas camadas que envolvem os enterramentos escavados na Sondagem 3; sem esquecer os materiais detectados em níveis de superfície ou revolvimento. Das cerâmicas da Baixa Idade Média e da Época Moderna, destaca-se a abundância da cerâmica de construção e da cerâmica doméstica comum, com a ocorrência de vários fragmentos de vidrados de chumbo, nomeadamente os alguidares, potes e talhas de cor verde ou amarelada, bem como algumas faianças, com decoração pintada a azul e vinoso.

No que respeita aos artefactos metálicos recolhidos ao longo desta intervenção destaca-se a quantidade, qualidade e diversidade de pregos e tachas, bem como algumas escórias, e outras tantas moedas (a maior parte de cro-

nologia contemporânea). Importa destacar as duas moedas exumadas na Sondagem 3, bem como os cravos de ferradura e a lâmina da faca islâmica identificados na Sondagem 2.

6 – AS CERÂMICAS ISLÂMICAS

Nos fragmentos de cerâmica islâmica identificados no castelo da Ega apenas se registou a presença de cerâmica doméstica comum. Denota-se a total ausência da cerâmica de importação e a ausência de cerâmica vidrada de filiação islâmica. A maioria dos materiais detectados encontra-se muito fragmentada. Todavia, o espólio recolhido constitui-se como um conjunto muito homogéneo de material, apesar da pouca variedade formal e do predomínio das formas fechadas. Em termos de fabrico, as peças são de muito boa qualidade, com pastas homogéneas e compactas, de cores cremes, castanhas, laranjas e avermelhadas, denotando a utilização do torno rápido. O espólio islâmico exumado reporta maioritariamente a horizontes cronológicos do período califal, do século X-XI. Regista-se, contudo, a presença de alguns materiais mais antigos, que parecem recuar ao século IX, de pastas mais escuras e mais grosseiras e de fabrico a torno lento.

Ao nível dos tipos formais e dos padrões decorativos, registam-se, de uma maneira geral, as seguintes considerações: tigelas, pratos e cacoilas são elementos muito raros, destacando-se a recolha de alguns pequenos bordos que parecem corresponder a testos ou tampas. Os alguidares, sendo recipientes de armazena-



Figura 14 – Bordo e asa de jarrita e fragmentos de asas identificados na Sondagem 2.

mento amplamente difundidos e utilizados, estão representados em alguns fragmentos de bordos triangulares e paredes de fabrico grosseiro e pastas claras. O singular grupo dos púcaros, jarritos ou jarritas, encontra-se representado em pequenos fragmentos de bordos, colos, asas ou fundos. Por seu turno, abundam os fragmentos de bilhas, cântaros e jarros. Estes recipientes típicos de transporte e armazenamento de água estão densamente representados, nomeadamente, com vestígios de pintura a branco.

Em termos tipológicos, as panelas e potes são a forma mais abundante. Têm grande expressividade numérica no conjunto mas relativamente pouca variedade formal. Morfológicamente, predominam os bordos de forma triangular e as asas planas ou de fita, verticais, de secção ovóide e arranque a partir do bordo, com

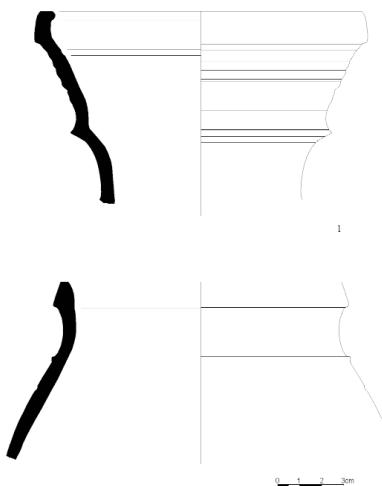


Figura 15 – Fragmentos de cerâmica doméstica comum de filiação islâmica.

1. Fragmento de bordo de bilha ou cântaro.
Bordo moldurado, com ressalto interno e externo. Colo estriado e envasado. Pasta compacta de cor alaranjada com finas calcites e quartos. Superfícies alisadas e englobadas de cor creme. Cozedura oxidante. Diâmetro do bordo: 134 mm int. Espessura do bordo: 8 mm. Espessura paredes: 7 mm
Número de Inventário: Ega/07-S2-15-3.

2. Fragmento de bordo de panela de forma triangular, alongado e com ressalto exterior.
Pasta compacta de cor castanha clara com grande densidade de finas calcites, arenitos e micas. Superfícies alisadas e englobadas de cor acastanhada. Cozedura oxidante. Diâmetro do bordo: 122 mm int. Espessura do bordo: 7 mm. Espessura paredes: 5 mm
Número de Inventário: Ega/07-S2-15-2.

3. Fragmento de bordo de panela de forma triangular, com ressalto interno e exterior. Colo curto e corpo globular
Pasta compacta de cor alaranjada com finas calcites e micas. Superfícies alisadas e englobadas de cor laranja acastanhada. Cozedura oxidante. Diâmetro do bordo: 112 mm int. Espessura do bordo: 9 mm. Espessura paredes: 8 mm
Número de Inventário: Ega/07-S2-15-1.

4. Fragmento de bordo de panela de forma triangular, alongado e com ressalto exterior.
Pasta compacta de cor alaranjada com finas e médias calcites, arenitos e micas. Superfícies alisadas e englobadas de cor laranja acastanhada. Cozedura oxidante. Diâmetro do bordo: 162 mm int. Espessura do bordo: 5 mm. Espessura paredes: 8 mm
Número de Inventário: Ega/07-S2-15-6.

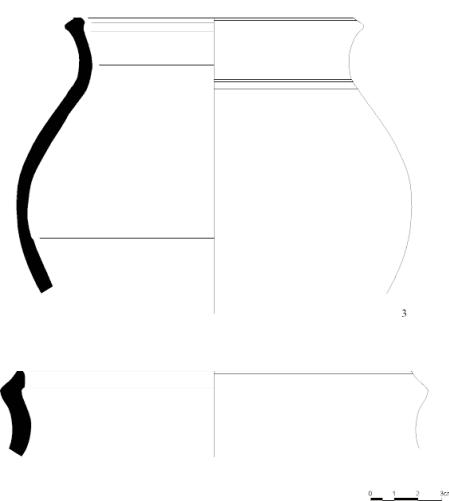


Figura 16 – Fragmentos de cerâmica doméstica comum de filiação islâmica.

paralelos em Coimbra (CATARINO e FILIPE: 2005). Apresentam, geralmente, corpos globulares e fundos planos ou ligeiramente côncavos. Em todo o espólio cerâmico identificado ao longo desta intervenção no Paço da Ega destaca-se a ausência total de punções nas asas, tão características nesta região do país e densamente identificadas nos espólios cerâmicos de Conimbriga e de Coimbra.

No que concerne aos modelos decorativos, denota-se a utilização da pintura a branco como técnica dominante, à semelhança do que acontece em Coimbra (CATARINO *et al.*: 2009; 347). As pinturas são executadas diretamente nas superfícies alisadas ou engobadas e apresentam motivos simples de traços paralelos ou linhas onduladas. Na alcáçova de Santarém exumaram-se cerâmicas com motivos pintados muito semelhantes aos da Ega (VIEGAS e ARRUDA: 1999; 105-186). Excepcionalmente registam-se alguns fragmentos com pintura a negro. Está também presente a aplicação de cordões plásticos e a utilização de caneluras. Mais raramente, identifica-se a incisão de ondeados nos colos das peças.

Nas cerâmicas islâmicas identificadas no Paço da Ega regista-se a predominância das cozeduras oxidantes e ao nível do tratamento das superfícies assinala-se a utilização dos engobes ocres ou de tonalidades vermelhas e acastanhadas.

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objectivos desta intervenção prendem-se com a avaliação do interesse arqueológico, científico e patrimonial do Paço da Ega, bem como com a minimização de impactes de obra no âmbito do projecto de recuperação desenvolvido. Procedeu-se à abertura de sondagens de diagnóstico e desenvolveram-se várias tarefas no âmbito de trabalhos de acom-

panhamento arqueológico, tanto ao nível do subsolo como ao nível dos paramentos. Procurou-se, assim, conciliar os dados adquiridos na pesquisa histórica com os elementos da análise arquitectónica e os resultados arqueológicos obtidos em escavação.

Identificaram-se estruturas, estratigrafias e materiais arqueológicos de várias cronologias, nomeadamente, pré-históricas, medievais e modernas. Destacam-se os níveis de fundação de um muro, de filiação islâmica, dos séculos X-XI, identificados na Sondagem 2, junto à fachada sul do edifício; bem como a área de necrópole, detectada na escavação da Sondagem 3, na área poente do Paço, com cronologias da Baixa Idade Média, dos séculos XIV-XV. A picagem dos paramentos, por seu turno, permitiu a análise das várias técnicas e dos aparelhos construtivos utilizados, com a descoberta de novos elementos, nomeadamente, antigas portas e janelas emparedadas, materiais reaproveitados, etc. Embora a área escavada seja muito reduzida, parece-nos extremamente relevante as características da fortificação e a homogeneidade do espólio cerâmico do período islâmico identificado.

A estrutura original do castelo, sobre o qual se fez o paço manuelino, parece efectivamente corresponder a uma fundação do século X, podendo recuar ao século IX, sendo depois continuamente ocupado, reconstruído e remodelado até aos nossos dias. Assente em estruturas mais antigas, a planta da fortificação primitiva seria idêntica à actual, mas com um prolongamento para sul, que poderia corresponder a uma defesa reforçada da porta através de uma torre, desenhando-se no cabeço numa planta subquadrangular. A estrutura inicial apresenta-se construída com eixos ortogonais bem definidos e teria uma dimensão considerável, ligeiramente superior à actual (o muro da Sondagem 2 prolonga para cerca de 40 metros a fachada nascente do castelo). A



Figura 17 – Fragmentos de cerâmica com pintura a branco.



Figura 18 – Fragmentos de cerâmica com cordões plásticos.

robustez da estrutura principal, tão denunciadora do seu carácter defensivo e de controlo sobre o território, estaria envolvida em linhas de muralhas, detectadas na encosta (também várias vezes referidas nos estudos de Mário Barroca) e constituí-

das por grandes blocos de tufo calcário e outras pedras de menor dimensão. A análise da topografia do terreno, bem como os dados obtidos em escavação (Sondagem 2) denunciam uma estrutura em alambor e duas a três linhas de muralhas. Destaca-se o pátio como o coração do espaço intra-muros e evidencia-se a ausência de torres. A rectidão das linhas e a regularidade da construção parece remeter para cronologias mais antigas. Consideramos que a fortaleza deveria possuir cisterna, hoje de localização desconhecida.

De um modo geral, podemos distinguir oito momentos que marcam definitivamente as cronologias de ocupação do cabeço onde se implanta hoje o Paço da Ega:

1. O estabelecimento, mesmo que provisório, de um espaço de *habitat* na Pré-História Recente, testemunhado nos vários materiais arqueológicos detectados na Sondagem 2 e na Sondagem 3, nomeadamente, abundantes fragmentos de cerâmica manual e nódulos barro de cabana, que parecem remeter para uma cronologia do Neo-Calcolítico e Idade do Bronze;
2. Uma fase de ocupação na Alta Idade Média, provavelmente emiral, da qual datarão os vestígios dos silos identificados na Sondagem 2. Com raros materiais arqueológicos associados, estas estruturas sugerem a ocupação humana do local, provavelmente associada a uma rudimentar estrutura defensiva, as chamadas cercas rurais ou um primitivo recinto fortificado, depois reconstruído;
3. A construção do castelo, cuja fundação parece remeter para o período califal, dos séculos X-XI e a ocupação islâmica do castelo até à reconquista cristã, sendo plausível que os níveis detectados correspondam a uma reconstrução de uma fortificação preexistente do período emiral;
4. A doação do castelo à ordem do Templo, efectuada pela Coroa em 1128, marca outro momento na história do edifício, que muito provavelmente terá sido alvo de obras de remodelação, a partir de finais do século XII ou inícios do século XIII;
5. Os finais do século XIV, depois da extinção da Ordem do Templo, e o século XV, parecem vincar um período de alguma degradação do edifício. Dessa época remontam os enterramentos identificados na Sondagem 3 que correspondem a uma necrópole que parece estender-se por toda a ala poente e parte da fachada sul do imóvel;
6. Os inícios do século XVI marcam um período de importantes obras de reabilitação efectuadas no Paço da Ega, residência dos Comendadores da Ordem de Cristo, conferindo-lhe o carácter de residência senhorial manuelina que hoje nos é dada a conhecer;
7. Serão também importantes, ao nível estrutural, algumas modificações e trabalhos de recuperação efectuados nos inícios do século XX, no tempo do Professor Falcão;
8. Por último, uma referência às obras realizadas nos finais dos anos setenta e inícios dos anos oitenta do século XX, com o aproveitamento do espaço para

instalação de várias infra-estruturas de carácter médico, social, comunitário e recreativo.

O castelo poderá ter tido uma função inicial de protecção às comunidades locais, tipo cerca rural, lugar de defesa de um território com respectivos aglomerados envolventes. Desse período parecem ser os silos, as estruturas de armazenamento identificadas na Sondagem 2, que surgem cortadas pela construção do muro correspondente à fundação inicial da fortificação, base de sustentação do edificado hoje existente, ou a uma reestruturação de um recinto defensivo preexistente. Esta estrutura terá assumido funções estritamente militares, juntamente com outros castelos e atalaia operacionais que garantiam um sistema defensivo integrado da cidade e território de Coimbra. Consideramos que o Castelo da Ega terá feito parte da rede de fortificações islâmicas e depois, com o avanço das conquistas e conquistas cristãs, torna-se lugar central dos domínios cristãos, com os Templários à cabeça a partir de 1128. Nos avanços e recuos da reconquista, essa situação ter-se-á verificado em vários outros locais do Garb al-Andaluz, sítios estratégicos na paisagem, próximos de linhas de água, com domínio sobre o espaço geográfico envolvente, a rede viária e os recursos naturais. Refira-se o caso do Castelo de Tomar, onde se registaram várias transformações, acrescentos e sobreposição de estruturas defensivas anteriores à ocupação dos monges guerreiros da Ordem do Templo, vestígios do período visigótico e da época islâmica (*PONTE et al., 1998 e PONTE et al., 2002*).

Para além das questões formais ou arquitectónicas, parece-nos bastante interessante assinalar a concepção e utilização da planta quadrangular nas construções defensivas. Nesse sentido importa relembrar a dimensão simbólica do castelo medieval e a problemática da construção das fortificações com motivos

semióticos e políticos de afirmação do poder sobre o território, residência de tropas e governadores locais (AZUAR RUIZ, 2005, 156). Os castelos são cabeças visíveis, representantes do Estado, defensores de um sistema e de um modelo político e social. A estabilidade reflecte-se nas formas geométricas e damos os exemplos dos castelos omíadas de planta quadrangular de Mérida, Sevilha, Trujillo, El Vacar, Castelo das Relíquias, entre outros, sem esquecer, naturalmente, a alcáçova de Coimbra, de carácter palatino (SOLER & ZOZAYA, 1989 e CATARINO: 2005, 205-206).

No processo de estudo e compreensão da história da construção e ocupação deste castelo da Ega não poderá ser esquecida a sua próxima localização da antiga cidade de Conimbriga nem a correlação com os dados histórico-arqueológicos obtidos no Baixo Mondego em geral. Todavia, compreender o sítio durante a fase islâmica e aprofundar a sua posterior condição durante o período cristão, medieval e moderno, só com mais escavações arqueológicas e outras investigações documentais. A superficialidade das estruturas identificadas no Paço da Ega demonstra a ausência de níveis de deposição secundária e remetem para um nível de circulação em cotas muito idênticas às actuais. De relembrar que os poucos níveis de pavimento conservados foram detectados quase à superfície, a poucos centímetros de profundidade e com cronologias muito recentes. Os níveis de assentamento detectados, precedidos de níveis de revolvimento, dificultam a precisão das cronologias de ocupação. A destruição recente, no último século, de grande número de estruturas e estratigrafias dificulta a compreensão deste espaço. Contudo, a potencialidade do pouco ainda conservado, rico em informações e dados arqueológicos, parece bastante relevante e significativo para o conhecimento da continuidade de ocupação

desta fortificação medieval de fundação islâmica, ocupada pelos Templários, feita Paço Senhorial da Ordem de Cristo, residencial rural, lugar central das vivências e memórias das populações locais até aos nossos dias.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1988), *Roman Portugal*, vol. II, fasc. 2, Warminster.
- ALARCÃO, J. (2004), *In Território Colimbríe*, Trabalhos de Arqueologia, 38, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.
- ALMEIDA, M.; NEVES, M. J.; AUBRY, T. e MOURA, M. H., (1999) «Geo e Arqueoestratigrafia do sítio Arqueológico do Vale das Buracas – Dados preliminares», *Encontros de Geomorfologia*, Universidade de Coimbra, 1999, 187-193.
- AZUAR RUIZ, R. (2005) «Las técnicas constructivas en la formación de al-Andalus», *Arqueología de la Arquitectura*, 4, pp. 149-160.
- BARROCA, M. J. (1996/1997), «A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Século XII», *Portugalia*, Nova Série, vols. XVII-XVIII, pp. 171-209.
- BARROCA, M. J. (2001a), «Os Castelos das Ordens Militares em Portugal (Sécs. XII a XIV)», *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, pp. 535-548.
- BARROCA, M. J. (2001b), «The castles of the Templars in Portugal and the organisation of the defence of the kingdom during the 12th century», *Historia Antiqua*, 7/2001, pp. 159-166.
- BARROCA, M. J. (2003), «Arquitectura Militar», *Nova História Militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. 1, coord. José Mattoso, Círculo de Leitores, pp. 95-121.
- BARROCA, M. J. (2005), «O Castelo de Montemor-o-Velho nos séculos X a XIII», *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 111-126.
- CATARINO, H. (2008), «A Marca Inferior em Portugal na época de Almansor: hipóteses de trabalho e os exemplos de Viseu e Coimbra», *La Península Ibérica al filo del año 1000- Congreso Internacional Almanzor e su Época (Córdoba, 14 a 18 Octubre de 2002)*, Fundación Prasa, Córdoba, pp. 123-146.
- CATARINO, H. (2005), «Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbí) e as escavações na Universidade de Coimbra», *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Palmela, Câmara municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 195-214.
- CATARINO, H. (1997/1998), «O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica – povoamento e recintos fortificados», 3 vols., *al-ulyā*, n.º 6, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, Loulé.
- CATARINO, H. (1995-1997), «Arqueologia do período islâmico em Portugal: breve perspectiva», *O Arqueólogo Português*, Série IV, 13/15, pp. 457-484.
- CATARINO, H.; FELIPE, S. e SANTOS, C. (2009), «Coimbra islâmica: uma aproximação aos materiais cerâmicos», *Xelb. Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve. O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos (Silves, 23, 24 e 25 de Outubro de 2008)*, Silves, pp. 335-376.
- CATARINO, H. e FELIPE, S. (2005), «Madinat Qulumbriya: arqueologia numa cidade de fronteira», *Al-Ândalus Espaço de Mudança. Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*. Seminário Internacional, Mértola, pp. 73-85.
- COELHO, M. H. C. (1983), *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, Imprensa Nacional/Casa da moeda, Lisboa.
- CORREIA, V. (1919), *Monumentos e Esculturas*, Lisboa, 135-141.

- DIAS, P. (1979), *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510. Aspectos artísticos*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- DIAS, P. (1982), *A Arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença: 1490-1540*, Tese de doutoramento, Coimbra.
- IZQUIERDO BENITO, R. (2005) «Una ciudad de la Marca Media: Vascos (Toledo)», *Arqueología y Territorio Medieval*, 12.2, Universidad de Jaen, pp.35-55.
- MARQUES, M. A. F. (1986), «O litígio entre a Sé de Coimbra e a Ordem do Templo pela posse das Igrejas de Ega, Redinha e Pombal», *Jornadas Sobre Portugal Medieval – Leiria/83*, Leiria, pp. 349-366.
- MATOSO, A. M. V. (1970), *Subsídios para o estudo das Comendas da Ordem de Cristo de Soure e Ega*, Tese de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Polícpoiado, Coimbra.
- MONTEIRO, A. J. N. (1994) – «Crasto de Soure», *Informação Arqueológica*, n.º 9, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, pp. 56 – 58.
- MORA-FIGUEIROA, 1987, «Arquitectura Militar Cristiana de la Edad Media Española: Estado de la Cuestión», *II Congreso de Arqueología Medieval Española*, Vol. II, Madrid, pp. 50-58.
- MOURA, M. H.; AUBRY, T. J. (2001), «Paleoecología da Caça–Recolección do Baixo Mondego», Relatório de Sondagens, 2001, Base de Dados do IPA «Endovélico».
- PAVÓN MALDONADO, B. (1999), *Tratado de Arquitectura Hispano-Musulmana*, vol. II, *Ciudades y Fortalezas*, CSIC, Madrid.
- PESSOA, M. (1986), «Subsídios para a Carta Arqueológica do Período Romano na área de Conimbriga», *Conimbriga*, XXVI, 53-75.
- PONTE, S. da; MIRANDA, J. (1998), «Castelo Templário e Convento de Cristo. A ocupação paleocristã e muçulmana», *Al-Madan*, II Série, n.º 7, Centro de Arqueologia de Almada, pp. 175-177.
- PONTE, S. da; FERREIRA, R. e MIRANDA, J. (2002), «Intervenção arqueológica no castelo de Tomar», *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, pp. 423-438.
- RODRIGUES, M. A., Coord. (1999), *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*, Edição crítica. Texto integral, Arquivo da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- SANTOS, J. C.; REVEZ, A. L. (2004), *Adaptação do Edifício da Coimbra Editora, 2ª Fase da Intervenção Arqueológica*, Relatório Polícpoiado, Coimbra.
- SOLER, A.; ZOZAYA, J. (1989), «Castillos omeyas de planta cuadrada: su relación funcional», *III Congreso de Arqueología Medieval Española*, Actas, Vol. II – Comunicaciones, Universidad de Oviedo, Oviedo, pp. 265-274.
- VENTURA, L. (1986) – «Soure na sua História: algumas reflexões», *Locus – Revista da Associação de Investigação do Território*, n.º 1, Soure, pp. 39-49.
- VIEGAS, C.; ARRUDA, A. M. (1999) «Cerâmicas islâmicas da Alcáçova de Santarém», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, número 2, volume 2, pp. 105-186.
- VILAÇA, R. (1988), «Subsídios para o estudo da Pré-História Recente do Baixo Mondego», *Trabalhos de Arqueologia*, 5, Instituto Português do Património Cultural, Lisboa.
- ZOZAYA, J. (2008), «La trama defensiva del Valle del Duero», Primeres Jornades Científiques Ocorde. *Fars de L'Islam. Antigues Alimares D'Al-Andalus. Actes del Congrés Celebrat a Barcelona i a Bellaterra els dies 9 i 10 de Novembre de 2006*, Ediciones Arqueológicas y Patrimonio, EDAR, Barcelona, pp. 89-121.

CARTOGRAFIA

Carta Militar de Portugal, 1/250 000, Série M 586, Folha n.º 3, Edição 3, Instituto Geográfico do Exército, 1998.

Carta Militar de Portugal, 1/25 000, Série M 888, Folha n.º 250, Edição 3, Instituto Geográfico do Exército, 2002.

NOTAS

1 Esta intervenção arqueológica foi promovida pelo proprietário do imóvel, Doutor Francisco Corte-Real Gonçalves, sendo que a execução do projecto esteve a cargo da empresa *Irmãos Grilo, Construções, Lda*. O apoio logístico foi partilhado pela empresa de arqueologia *Munis, Serviços de Arqueologia, Lda.*, na pessoa da Dra. Mónica Ginja que colaborou em alguns momentos ao longo do decorrer dos trabalhos. Cedidos pelo dono de obra e empreiteiros, António José Grilo e João Grilo, que também participaram nesta intervenção, colaboraram em diferentes fases do processo os Senhores Armindo Bispo, António dos Santos, Carlos Antunes e Joaquim Coelho. Os trabalhos de natureza antropológica efectuados no âmbito das escavações da necrópole identificada na Sondagem 3 foram dirigidos pela Doutora Eugénia Cunha, docente na Universidade de Coimbra, e contaram com a colaboração das então estudantes Dulce Fernandes, Marta Borges e Marta Furtado. A todos agradecemos o apoio e a amizade prestada.

2 No sentido de salvaguardar a informação histórico-arqueológica fornecida após a análise primária dos paramentos, procedeu-se ao levantamento fotográfico exaustivo de todos os alcoados do edifício, tanto ao nível interno como externo. Mediante a elaboração de uma malha nivelada de 1 x 1 m, fotografou-se pormenorizadamente todo o imóvel até ao nível do 1º andar, tornando possível a reconstituição gráfica e integral dos vários aparelhos e técnicas construtivas utilizados. Também se procedeu à recolha e acondicionamento de amostras de argamassas e materiais de construção associados.

3 As sondagens arqueológicas realizadas foram posteriormente seladas. As estruturas identificadas foram isoladas por geotêxtil, a que se seguiu uma grossa camada de saibro e o nivelamento com as terras da escavação. Com o recurso a meios mecânicos e manuais, protegeram-se assim os vestígios da erosão, regularizando-se as cotas de circulação.

EM TORNO DA CERÂMICA PINTADA A BRANCO. UMA PROPOSTA DE DIACRONIA PÓS-ISLÂMICA NA SANTARÉM MEDIEVAL

HELENA SANTOS*

MARCO LIBERATO**

A construção de um condomínio fechado, denominado *Villa Rosa Palace*, no centro histórico de Santarém, implicaria, pela sua localização e por imperativo de projecto – uma vez que o novo edifício será dotado de uma cave – a escavação integral da área de implantação. No entanto, até ao momento, foram escavados apenas mil metros quadrados, de um total de mil e duzentos que serão afectados pela abertura das fundações, em duas campanhas coordenadas por Helena Santos¹, que decorreram entre Agosto e Novembro de 2007 e Junho e Setembro de 2008, tendo sido identificadas cerca de 2400 unidades estratigráficas.

Situado num local de charneira entre os dois principais núcleos de povoamento medieval, a Alcáçova – núcleo genésico da urbe, com ocupação desde a Proto-História – e o Planalto de Marvila (Figura 1), a compreensão das sucessivas ocupações humanas permitirá, após o tratamento de toda a informação, ilustrar de forma eloquente os ritmos de expansão urbana da cidade. A partir dos dados que possuímos actualmente, podemos avançar que a mesma só atingiu esta zona em época indeterminada, mas anterior aos séculos XI-XII, momento em que se inicia o abandono e colmatação de grandes estruturas negativas, geralmente interpretadas como silos.

Até este momento, o local terá sido ininterruptamente utilizado como espaço de necrópole, sendo que esta adscrição funcional se inicia logo em período romano alto-imperial, a julgar pelo *ustrinum* e pelas sepulturas de incineração escavadas,

tendo-se prolongado durante a Alta Idade Média, identificando-se enterramentos cujo espólio pode ser atribuído ao período visigodo e, sobrepondo-se a estas inumações, surge nova necrópole, com a orientação tipificada pela religião islâmica, não sendo possível aferir rigorosamente a época do seu abandono. Constatase, no entanto, que a abertura das grandes estruturas negativas, que já referimos, interceptou vários enterramentos em decúbito lateral.

A ocupação desta área após o abandono da necrópole foi, durante grande parte da Idade Média, caracterizada pela presença de actividades que, pelo perigo e incômodo que significam para a vida urbana, eram geralmente afastadas das zonas de maior densidade populacional. Para além dos campos de fossas que este local sucessivamente albergou até finais do século XV, uma série de actividades típicas das periferias das urbes como a metalurgia, a presença de fornos para a produção cerâmica ou a curtiação de peles, foram as estruturas

* lenamps@hotmail.com

** Instituto de Estudos Medievais da FCSH /Universidade Nova de Lisboa.

mais comuns, pelo que, em muitos locais, a estratigrafia anterior não foi destruída por grandes campanhas de construção, como viria a ocorrer na Baixa Idade Média. Assim, foi possível exumar uma série de contextos que, não obstante corresponderem em geral a deposições secundárias, permitem para além da análise macroscópica da evolução urbana de Santarém, estabelecer com bastante segurança a diacronia das produções cerâmicas que serviram os escalabitanos, entre os séculos XI e XVI.

De entre os arqueofactos exumados, os recipientes pintados a branco atraíram desde logo a atenção dos redactores. De facto, muito embora alguns autores tenham já referido a sobrevivência desta opção decorativa para além do período islâmico, nomeadamente em Lisboa (GOMES, 2003, p. 662), Palmela (FERNANDES, 1992, p. 89), Montemor-o-Novo (PEREIRA, 2005, p. 139), ou Idanha-a-Velha (DUARTE, 2000, p. 111), para citar exemplos apenas do centro e sul do actual território nacional, nalgumas circunstâncias, nomeadamente no que a Santarém diz respeito, alguns investigadores, sempre que se encontram em presença desta solução, tendem a recuar a atribuição cronológica para período islâmico mesmo quando a datação contextual desaconselharia claramente essa opção.

Pretendemos com esta pequena notícia sinalizar o início de um estudo mais aprofundado que, esperamos, permita a médio prazo balizar cronologicamente as nuances estilísticas e formais que esta técnica foi sofrendo, até desaparecer definitivamente do registo arqueológico, já nos alvores da Modernidade. Assinala-se, no entanto, que em virtude do lento processo de inventariação e seriação de todos os materiais exumados, os dados aqui apresentados são absolutamente preliminares. Foram tidas em conta essencialmente unidades estratigráficas em que surgiram peças

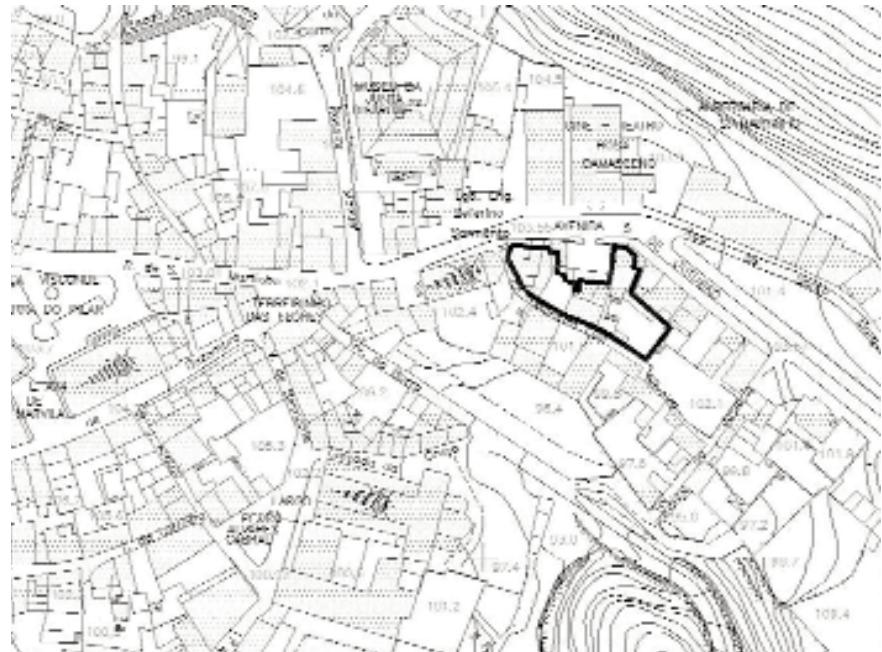


Figura 1 – Localização da escavação arqueológica.

muito completas e contextos menos sujeitos a perturbações posteriores, garantia de que tratávamos com conjuntos artefactual coerentes, do ponto de vista formal e cronológico. Privilegiam-se portanto as colmatações de estruturas negativas



Figura 2 – Vista parcial da intervenção, onde se evidencia a profusão de estruturas negativas.

bem como grandes lixeiras, com origem em actividades metalúrgicas que pela sua composição adquirem colorações muito escuras, facilitando a monitorização de qualquer perturbação que tenha ocorrido num momento posterior à sua deposição.

Em todos os períodos e espaços, são os momentos de transição que tendem a escapar ao registo arqueológico, quer pela natural vigência de soluções de continuidade quer pela reduzida intensidade, nos primeiros tempos, de influxos dos novéis comportamentos e opções culturais. Pelo exposto, no momento actual da investigação apenas um contexto examinado – o enchimento de uma estrutura negativa que foi registada como [91] – parece ter sido depositado durante a segunda metade do XII ou nos inícios do século XIII, num momento em Santarém estava já integrada politicamente no Reino de Portugal.

Muito embora a peça pintada a branco que aqui se apresenta (Inventário: A) tenha os seus paralelos mais aproximados em produções tardo-islâmicas, no fundo correspondendo a uma versão com várias asas e apoio de tampa das taças carenadas de pé anelar que surgem frequentemente em sítios almóadas (GÓMEZ MARTINEZ, 2001, p. 144) – cujo contacto com o protótipo pode ter ocorrido a partir da importação de exemplares vidrados – a restante cerâmica anuncia tendencialmente uma cronologia mais tardia, como as candeeiras de depósito aberto e pé alto (Inventário: C), que se generalizam no actual território nacional a partir da segunda metade do século XII (GONÇALVES, 2007, p. 645). Também a panela apresentada, (Inventário: B) de perfil bi-troncocónico e lábio triangular, parece estar ausente do repertório cerâmico escalabitano, durante o domínio islâmico (VIEGAS e ARRUDA, 1999, pp. 105-186.), mas possui bastantes semelhanças formais com tipologias presentes a partir do século XIII (MENDES, PIMENTA, VALONGO; 2002, p. 272.).

Mas é a presença de um relativamente elevado número de numismas nesta unidade estratigráfica, sete espécimes, que parece anunciar definitivamente uma cronologia cristã para este depósito, uma vez que os contextos islâmicos são geralmente caracterizados pela raridade de numerário (DOMENECH BELDA, GUTIÉRREZ LLORET, 2006, p. 349). Numa delas, muito embora infelizmente o seu restauro, assumido pela Câmara Municipal de Santarém, não tenha sido efectuado em tempo útil para surgir nesta publicação², a patine deixa observar parte do relevo, nomeadamente um motivo em dupla voluta no possível anverso, que a parece enquadrar como cunhagem de D. Afonso Henriques (LEMOS, 1981-1983, p. 199).

Numa primeira análise, consideramos que a sobrevivência desta opção decorativa estaria intimamente relacionada com a presença do elemento muçulmano, ou mudéjar, nos momentos posteriores à conquista cristã. No entanto, outros elementos poderão indicar que mesmo os colonizadores setentrionais integraram a técnica nas suas preferências. Assim interpretamos a ocorrência das panelas com os típicos punctionamentos nas asas, mas que utilizam a pintura a branco (Inventário: D-E). A hipótese daquela opção ter uma origem anterior ao domínio islâmico, «precedendo-o e sobrevivendo-lhe», em regiões com uma presença muçulmana menos acentuada, como no caso de Conimbriga, (MAN, 2006, p. 157), não pode ser totalmente descartada, uma vez que, mesmo em Santarém, não é abso-

lutamente desconhecida durante os séculos XI-XII (LOPES; RAMALHO, 2001, p. 55), muito embora as pastas e o tipo de cozedura não sejam de todo coincidentes com os protótipos nortenhos, ao invés dos exemplares recolhidos nesta escavação.

Se estes elementos surgem em unidades estratigráficas cujos materiais são pouco homogéneos formal e cronologicamente, o que nos impede de afirmar definitivamente qual o seu período de utilização na Santarém medieval, as suas características, nomeadamente o tipo de pasta muito escura e de qualidade inferior, são absolutamente coincidentes com as produções de Arouca entre o IX e XII (SILVA, 2006-2007, p. 74) e formalmente muito semelhantes às de outras localidades setentrionais, como Léon (MARTINEZ PEÑIN, 2007, p. 88), pelo que a hipótese de corresponderem ao registo material da chegada de contingentes populacionais, aquando da conquista definitiva da cidade, oriundos do Centro e Norte da Península, nos parece a mais verosímil. De resto, o exemplar recolhido em Leiria (LOPES, 2001, p. 36), localidade onde não é conhecida ocupação alto-medieval, parece invalidar a sua presença como uma solução de continuidade à imagem do ocorrido na região conimbricense, o que parece reforçar esta linha interpretativa.

A pintura a branco continuaria a ser utilizada durante toda a Idade Média, sendo que, datadas dos finais do século XIII, inícios do século XIV, foram identificadas as unidades [829] e [407], ambas correspondendo a sedimentos que sinalizam a condenação de duas estruturas negativas. Muito embora seja problemático avançar com considerações genéricas a partir de uma amostragem reduzida, daí exumada esta opção decorativa parece surgir agora aplicada apenas a recipientes para armazenamento e consumo de líquidos, sendo que a decoração se restringe a motivos lineares,

não parecendo existir um significado simbólico na sua organização, surgindo indiscriminadamente conjuntos de 4, 5 ou 6 linhas. Comparativamente às produções do período islâmico, o traço tende a ser mais largo e o pigmento mais espesso, mas a diferença fundamental são, sem dúvida, as formas sobre as quais é aplicada (Inventário: F-M), absolutamente semelhantes a peças exumadas em Lisboa e datadas, como trecentistas contextualmente, a partir de importações originárias de Santoingue (GASPAR; AMARO 1997, 337-345.).

A técnica terá entrado definitivamente em mutação – e em decadência – nos finais da Idade Média, uma vez que representa nessa cronologia uma opção totalmente residual, tendo sido identificados uma série de fragmentos de púcaros com características muito bem definidas. Todos os fragmentos aqui apresentados provêm do depósito [939] – que corresponde ao despejo de materiais relacionados com a actividade metalúrgica, cuja presença de escória lhe conferiu uma forte tonalidade negra – depositado na segunda metade do século XV, embalando produções de pasta branca, vidradas a verde, amarelo ou combinando as duas cores, muito comuns no sul do País durante estas cronologias (LIBERATO, 2006, p. 17), sendo que a pintura a branco surge apenas em cerca de 0,5% das cerâmicas recolhidas nesta unidade estratigráfica.

Desde logo o tratamento da peça é notavelmente diverso das produções anteriores, sendo engobada antes de receber a pintura com uma argila de tom vermelho-acastanhado, o que se traduz num contraste mais acentuado entre a superfície das peças e o pigmento apli-

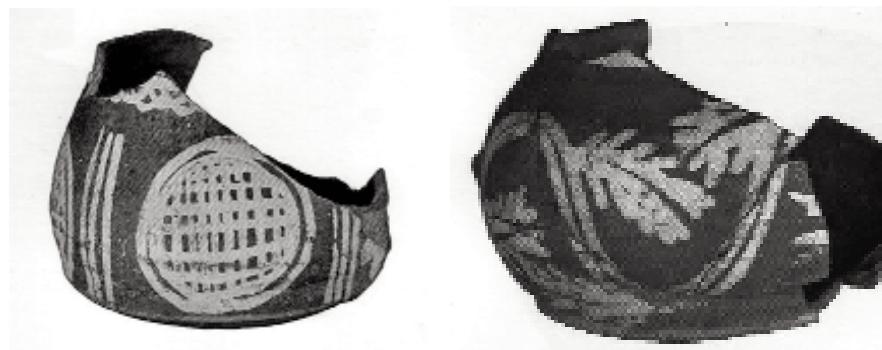


Figura 3 – Peças da Praça Marques Sá da Bandeira, Santarém.

cado. Também os motivos sofrem uma alteração profunda, preterindo-se então o esquematismo em favor de composições mais realistas, vulgarmente de inspiração vegetal (Inventário: N-Q). Outras peças cerâmicas, com perfil bastante mais completo, provenientes de escavações mais antigas, realizadas na Praça Marquês Sá da Bandeira e actualmente depositadas na reserva do Museu Municipal de Santarém (AMADO e MATA, 2004, pp. 104 e 105) confirmam estas observações.

Claramente acompanhando aquela evolução estilística, num dos fragmentos recuperados, está representada uma mão humana, consistente com a apresentação de um motivo bastante caro à cultura islâmica, a *hansa* (Inventário: Q). A partir deste exemplo, colocamos a hipótese de que a cerâmica pintada a branco sobre-vivesse essencialmente no interior da comunidade de mouros forros de Santarém, o que é consistente com o carácter residual da sua presença entre as produções da Baixa Idade Média, quando esta comunidade se encontraria já em decadência, muito embora sejam atestados vários oleiros e oleiras na segunda metade do século XV (BARROS, 2004, p. 65). No entanto, a justaposição da pintura à decoração punctionada poderá, como já afirmámos, indicar que existiu paralelamente uma osmose cultural com o elemento setentrional, chegado à cidade após a conquista cristã.

Resta-nos, por agora, desejar que a conclusão do inventário da intervenção no *Villa Rosa Wallace*, bem como o contacto com outros materiais depositados na reserva do Museu Municipal de Santarém provenientes das várias dezenas de escavações que ocorreram na cidade durante a última década e meia, permitam um retorno mais informado ao tema e a apresentação de conclusões – ou pelo menos de hipóteses de trabalho – bem mais documentadas, seguras e rigorosas.

INVENTÁRIO

A)

Número de Inventário: S.50UT.07 [91] 1986

Tipo de peça: Escudela

Descrição: Pé anelar, com a base em bisel. Paredes rectas divergentes, de perfil troncocónico, terminando em acentuada carena, que enquadra um colo de paredes rectas paralelas. Bordo de perfil em v, com os lábios boleados, formando um encaixe para receber um testo. Apresenta seis asas verticais, de secção para-oval.

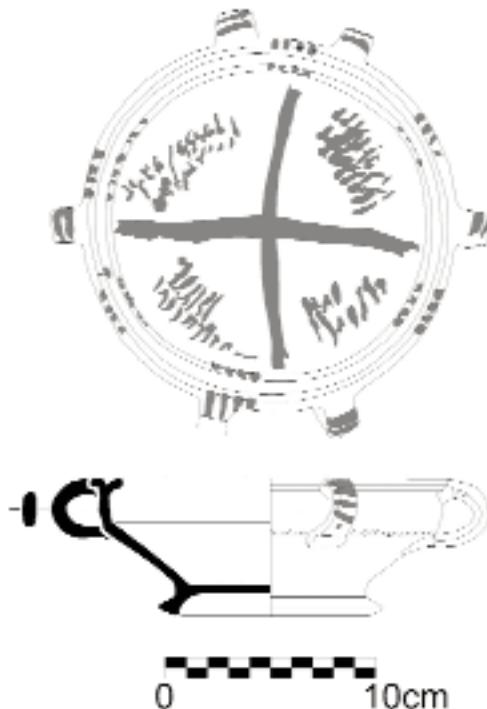
Decoração: Pintura a branco, no fundo um motivo cruciforme delimita quadrelas onde se desenvolvem grupos de dois registos paralelos, oblíquos em relação ao motivo central, compostos por pequenos traços. No bordo, apresenta cinco grupos de quatro traços, interrompidos pela reentrância, sendo que um deles intercepta uma asa. Um outro tem sete linhas. As asas remanescentes são decoradas com um conjunto de quatro linhas horizontais. Acompanhando a carena, foi aplicada uma série de pequenas concavidades, de forma tendencialmente losangular, obtidas por preensão.

Técnica: Montada a torno rápido. Pasta com poucos e.n.p. muito embora alguns tenham calibre razoável (mais de 3mm), sendo identificáveis elementos em calcário. Cor exterior oscilando entre cinzento escuro e cor-de-tijolo clara. Não apresenta sinais de exposição ao fogo, em momento posterior à cozedura.

Proveniência: [91].

Interpretação do contexto: Colmatação de estrutura negativa.

Cronologia proposta: Segunda metade do século XII – primeiras décadas do século XIII.



B)

Número de Inventário: S.50UT.07 [91] 1978

Tipo de peça: Panela.

Descrição: Bojo de perfil bi-troncocónico, com carena mesial, pouco acentuada. Bordo extrovertido com lábio de secção triangular. Asa de fita vertical.

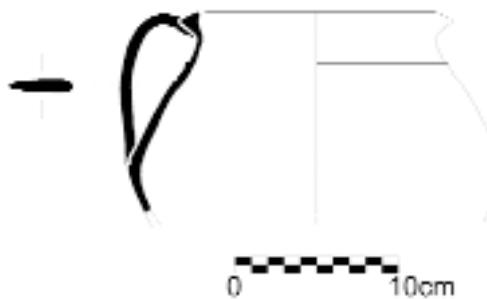
Decoração: Na zona da carena, bem como na extremidade distal do bojo, ligeiramente abaixo do bordo, apresenta caneluras profundas.

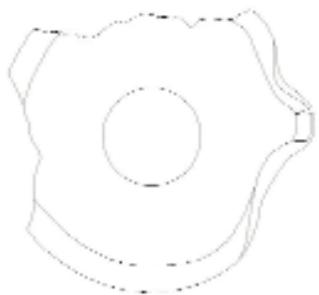
Técnica: Montada a torno rápido. Pasta com muitos e.n.p., de calibres diversos, sendo identificáveis elementos em calcário e em quartzo. Apresenta sinais evidentes de exposição ao fogo, em momento posterior à cozedura.

Proveniência: [91].

Interpretação do contexto: Colmatação de estrutura negativa.

Cronologia proposta: Segunda metade do século XII – primeiras décadas do século XIII.





C)

Número de Inventário: S.50UT.07 [91] 1988

Tipo de peça: Candeia.

Descrição: Pé saliente de base plana. Reservatório de forma circular, com paredes extrover- tidas, estrangulado numa extremidade, definindo o bico. O lábio é biselado, conservando o arran- que de uma asa

Técnica: Montada a torno rápido. Pasta com muitos e.n.p. de calibre fino. Pasta laranja claro. Apresenta sinais evidentes de exposição ao fogo, em momento posterior à cozedura, em todo o depósito, sendo mais intensos junto do bico.

Proveniência: [91].

Interpretação do contexto: Colmatação de estrutura negativa.

Cronologia proposta: Segunda metade do século XII – primeiras décadas do século XIII.



— ■ —



D)

Número de Inventário: S.50UT.07 [750] 6552

Tipo de peça: Panela?

Descrição: Asa de fita.

Decoração: Punctionamentos, aplicados no sentido vertical, bem como duas linhas pintadas a branco.

Técnica: Pasta com poucos e.n.p. de calibre fino. Pasta de tom homogéneo, cinzento-escuro, o que poderá denunciar uma cozedura em ambiente redutor. Não apresenta sinais de exposição ao fogo em momento posterior à cozedura.

Proveniência: [750].

Interpretação do contexto: Nível de ocupação.

Cronologia proposta: Século XII.



E)

Número de Inventário: S.50UT.07 [571] 5117

Tipo de peça: Panela.

Descrição: Colo possivelmente globular, com bordo extrovertido e lábio boleado, sendo que o fragmento não permite definir exactamente o seu perfil, uma vez que corresponde ao encaixe da asa. Esta é fita, aplicada na vertical.

Decoração: Punctionamentos no sentido horizontal, aplicados em grupos de três, a cada extremidade da asa. Entre eles, no sentido vertical, um cordão composto por mais três. Apresenta ainda duas caneluras muito ténues, no bojo, que podem resultar, exclusivamente, do processo de alisamento.

Técnica: Montada a torno rápido. Pasta com muitos e.n.p. de calibre fino. Pasta de tom homogéneo, cinzento-escuro, o que poderá denunciar uma cozedura em ambiente redutor. Não apresenta sinais de exposição ao fogo, em momento posterior à cozedura.

Proveniência: [571].

Interpretação do contexto: Colmatação de estrutura negativa.

Cronologia proposta: Século XII.



F)

Número de Inventário: S.50UT.07 [829] 6965

Tipo de peça: Púcaro.

Descrição: Pé destacado, de perfil tronco-cónico e base «em bolacha». Bojo de perfil cilíndrico e bordo ligeiramente extrovertido, com lábio boleado. As asas têm uma secção para-triangular.

Decoração: No bojo apresenta duas faixas paralelas, compostas por pinceladas que tendem à linearidade, em número de cinco numa face e de seis na outra. O bordo apresentaria composição semelhante, sendo que as pinceladas tendem a interpenetrar-se.

Técnica: Montada a torno rápido. Pasta com razoáveis e.n.p., geralmente de calibre fino, mas com inclusões pontuais de elementos com dimensões superiores a 3mm, sendo identificáveis calários, quartzos e micas. Pasta de tom laranja forte, episodicamente com manchas cinzento-escuras. Não apresenta sinais de exposição ao fogo, em momento posterior à cozedura.

Proveniência: [829].

Interpretação do contexto: Colmatação de estrutura negativa.

Cronologia proposta: Finais século XIII – inícios século XIV



G)

Número de Inventário: S.50UT.07 [829] 6973

Tipo de peça: Jarro.

Descrição: Pé destacado, de perfil tronco-cónico e base «em bolacha». Bojo de perfil cilíndrico e bordo ligeiramente extrovertido, com lábio biselado. As asas têm uma secção oval.

Decoração: No bojo, apresenta um conjunto de quatro linhas paralelas, aplicadas de forma oblíqua, sendo que a sua extremidade distal escorre. No bordo, um conjunto de quatro linhas horizontais ondulantes, paralelas entre si. Na asa, novo conjunto de três linhas. A outra face, muito embora coberta por abundantes concreções calcárias, parece ter decoração semelhante.

Técnica: Montada a torno rápido. Pasta com poucos e.n.p., de calibre fino. Pasta de tom laranja claro, sendo que uma face, bem como as asas apresentam manchas cinzento-escuas. Não apresenta sinais de exposição ao fogo, em momento posterior à cozedura.

Proveniência: [829].

Interpretação do contexto: Colmatação de estrutura negativa.

Cronologia proposta: Finais século XIII – inícios século XIV





H)

Número de Inventário: S.50UT.07 [829] 6966.

Tipo de peça: Jarro.

Descrição: Pé anelar, de perfil para-cónico. Bojo de perfil tronco-cónico e bordo ligeiramente extrovertido, com lábio biselado. A asa remanescente tem uma secção trapezoidal, com o exterior estriado.

Decoração: No bojo apresenta um conjunto de quatro linhas paralelas, aplicadas na vertical. No bordo, tem dois conjuntos de quatro linhas, paralelas entre si, pintadas na horizontal, sendo que a extremidade proximal tem uma curvatura no sentido vertical. Na asa, novo conjunto de quatro linhas horizontais. A outra face é idêntica.

Técnica: Montada a torno rápido. Pasta com muitos e.n.p., de calibre fino, mas com inclusões pontuais de elementos com dimensões superiores a 3mm, sendo identificáveis calcários e quartos. Pasta de tom laranja claro, sendo que junto ao fundo apresenta uma tonalidade laranja forte, marcando a zona que esteve dentro de outro recipiente aquando da arrumação para a cozedura. Uma face, bem como as asas, apresentam manchas cinzento-escuas. Não apresenta sinais de exposição ao fogo, em momento posterior à cozedura.

Proveniência: [829].

Interpretação do contexto: Colmatação de estrutura negativa.

Cronologia proposta: Finais século XIII – inícios século XIV



I)

Número de Inventário: S.50UT.07 [829] 6963.

Tipo de peça: Jarro.

Descrição: Pé anelar, de perfil rectangular. Bojo de perfil tronco-cónico e bordo ligeiramente extrovertido, com lábio boleado. No bojo, tem vestígios do arranque de duas asas verticais.

Decoração: No bojo apresenta um conjunto de seis linhas paralelas, aplicadas obliquamente. No bordo, tem um conjunto de seis linhas ondulantes paralelas entre si, pintadas na horizontal. A outra face seria idêntica, faltando o bordo.

Técnica: Montada a torno rápido. Pasta com alguns e.n.p., de calibre fino. Pasta de tom laranja claro, apresentando pontuais manchas cinzento-escuas. Não apresenta sinais de exposição ao fogo, em momento posterior à cozedura.

Proveniência: [829].

Interpretação do contexto: Colmatação de estrutura negativa.

Cronologia proposta: Finais século XIII – inícios século XIV.

J)

Número de Inventário: S.50UT.07 [829] 6975.

Tipo de peça: Bilha.

Descrição: Base plana, corpo globular e colo cilíndrico com uma moldura plástica na sua extremidade distal. O bordo é extrovertido, com lábio biselado. Asa única, de fita, com perfil triangular.

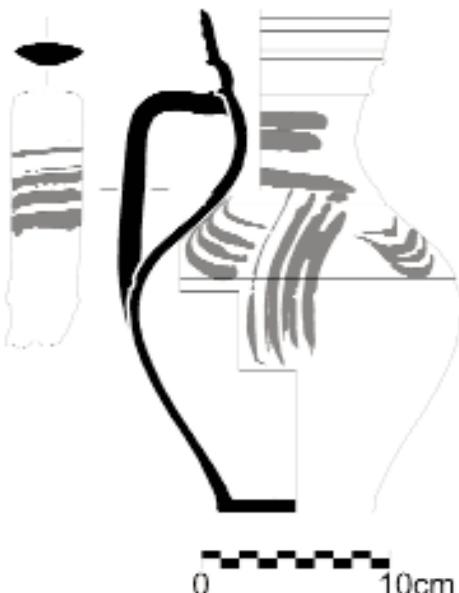
Decoração: No bojo apresenta conjuntos de quatro linhas verticais que intercalam com igual número de linhas horizontais. Esta associação repete-se três vezes. No colo, em metade da sua extensão está pintado um conjunto de quatro linhas, na horizontal, sendo que na outra metade são apenas três, de traço mais largo. Na asa, um conjunto de quatro linhas, pintadas na horizontal.

Técnica: Montada a torno rápido. Pasta com alguns e.n.p., de calibre fino, embora ocasionalmente surjam grandes desengordurantes (mais de 5mm). Pasta de tom laranja claro, apresentando pontuais manchas cinzento-escuras. Não apresenta sinais de exposição ao fogo, em momento posterior à cozedura.

Proveniência: [829].

Interpretação do contexto: Colmatação de estrutura negativa.

Cronologia proposta: Finais século XIII – inícios século XIV.



L)

Número de Inventário: S.50UT.07 [829] 6967.

Tipo de peça: Bilha.

Descrição: Base plana, corpo bi-tronco-cónico, definido por acentuada carena mesial. O colo, pouco pronunciado, termina numa moldura plástica. O bordo é extrovertido, apresentando três caneluras, com lábio biselado. Asa única, com perfil oval.

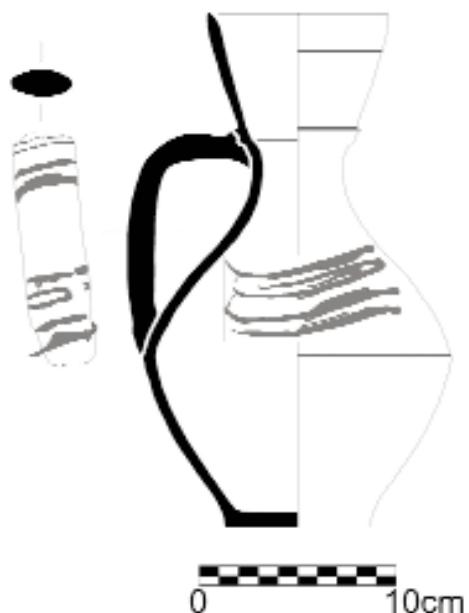
Decoração: No bojo apresenta um conjunto de cinco linhas oblíquas, semelhantes nas duas faces. A asa está pintada com dois conjuntos de linhas verticais, um junto ao colo com quatro elementos e outro, na extremidade proximal, com cinco.

Técnica: Montada a torno rápido. Pasta com muitos e.n.p., de pequeno calibre. Pasta de tom arroxeados, apresentando pontuais manchas cinzento-escuro e laranja claro. Não apresenta sinais de exposição ao fogo, em momento posterior à cozedura.

Proveniência: [829].

Interpretação do contexto: Colmatação de estrutura negativa.

Cronologia proposta: Finais século XIII – inícios século XIV.





M)

Número de Inventário: S.50UT.07 [407] 4134

Tipo de peça: Jarro.

Descrição: Pé destacado, de perfil tronco-cónico e base «em bolacha». Bojo de perfil cilíndrico e bordo ligeiramente extrovertido, com lábio boleado. As asas têm uma secção para-triangular.

Decoração: No bojo apresenta um conjunto de cinco linhas paralelas, aplicadas de forma oblíqua. No bordo, um conjunto de cinco linhas ondulantes, paralelas entre si. Na asa novo conjunto de três linhas. A outra face seria semelhante, muito embora só tenha sobrevivido o bojo.

Técnica: Montada a torno rápido. Pasta com alguns e.n.p., de calibre fino. Pasta de tom laranja claro. Não apresenta sinais de exposição ao fogo, em momento posterior à cozedura.

Proveniência: [407].

Interpretação do contexto: Colmatação de estrutura negativa.

Cronologia proposta: Finais século XIII – inícios século XIV.



N)

Número de Inventário: S.50UT.07 [939] 7311

Tipo de peça: Púcaro?

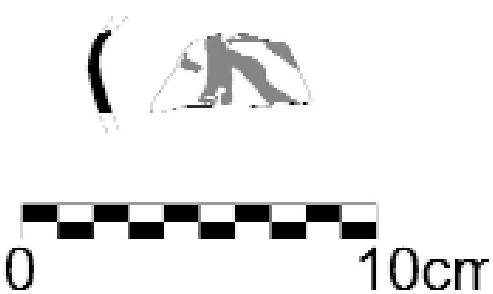
Descrição: Dois registos de pintura a branco, um que poderá ser a extremidade de um motivo vegetalista, o outro consistindo em duas linhas curvas.

Técnica: Montada a torno rápido. Pasta com muitos e.n.p., de calibre fino. Pasta de tom laranja claro, coberta com um engobe vermelho-acastanhado. Não apresenta sinais de exposição ao fogo, em momento posterior à cozedura.

Proveniência: [939].

Interpretação do contexto: Despejo relacionado com actividade metalúrgica.

Cronologia proposta: Segunda metade do século XV.



O)

Número de Inventário: S.50UT.07 [939] 7312

Tipo de peça: Púcaro?

Descrição: Motivo pintado a branco que poderá corresponder a um caule.

Técnica: Montada a torno rápido. Pasta com muitos e.n.p., de calibre fino. Pasta de tom laranja claro, coberta com um engobe vermelho-acastanhado. Não apresenta sinais de exposição ao fogo, em momento posterior à cozedura.

Proveniência: [939].

Interpretação do contexto: Despejo relacionado com actividade metalúrgica.

Cronologia proposta: Segunda metade do século XV.

P)

Número de Inventário: S.50UT.07 [939] 7313

Tipo de peça: Púcaro.

Descrição: Base plana, com canelura profunda marcando o contacto com o bojo, possivelmente globular. Apresenta arranque de asa.

Decoração: Motivo estilizado, representando uma espiga ou caule pintado a branco.

Técnica: Montada a torno rápido. Pasta com muitos e.n.p., de calibre fino. Pasta de tom laranja claro, coberta com um engobe vermelho-acastanhado. Não apresenta sinais de exposição ao fogo, em momento posterior à cozedura.

Proveniência: [939].

Interpretação do contexto: Despejo relacionado com actividade metalúrgica.

Cronologia proposta: Segunda metade do século XV.



Q)

Número de Inventário: S.50UT.07 [939] 7315

Tipo de peça: Púcaro.

Descrição: Bojo possivelmente globular. Apresenta arranque de asa.

Decoração: Apresenta uma representação de mão humana, possivelmente esquerda, devido à localização do mindinho. Um outro motivo, formado por uma base semi-circular de onde partem três linhas verticais, pode ter o mesmo significado ainda, que menos realista, observando-se a base de um terceiro motivo que seria semelhante. As outras duas linhas presentes não permitem descortinar qualquer representação.

Técnica: Montada a torno rápido. Pasta com muitos e.n.p., de calibre fino. Pasta de tom laranja claro, coberta com um engobe vermelho-acastanhado. Não apresenta sinais de exposição ao fogo, em momento posterior à cozedura.

Proveniência: [939].

Interpretação do contexto: Despejo relacionado com actividade metalúrgica.

Cronologia proposta: Segunda metade do século XV.



BIBLIOGRAFIA

AMADO, Carlos, MATA, Luís (coord.), *Santarém e o Magreb: encontro secular (970-1578): catálogo da exposição / Museu Municipal de Santarém*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2004.

BARROS, Maria Filomena Lopes de Barros, «Os mouros de Santarém. A comuna e os espaços» in AMADO, Carlos, MATA, Luís (coord.), *Santarém e o Magreb: encontro secular (970-1578): catálogo da exposição / Museu Municipal de Santarém*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2004.

DOMENECH BELDA, Carolina, GUTIÉRREZ LLORET, Sonia, «Viejas y nuevas monedas en la ciudad emiral de Madīnat Iyyūh (el Tolmo de Minateda, Hellín, Albacete)», *Al-Qantara*, XXVII, Julho-Dezembro, 2006, pp. 337-374.

FERNANDES, Isabel Cristina F.; CARVALHO, A. Rafael, «Cerâmicas baixo-medievais da casa n.º 4 da Rua do Castelo (Palmela)». in *Actas das I Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, 1992, pp. 77-96.

DUARTE, Susana, «Cerâmicas de Idanha a Velha: contributo para o estudo dos motivos decorativos», *O Arqueólogo Português*, série 4, vol. 18, 2000, pp. 99-140.

GASPAR, Alexandra, AMARO, Clementino, «Cerâmicas dos séculos XIII-XV da cidade de Lisboa». in *La céramique médiévale en Méditerranée. Actes du Vème Congrès I' AIECM2*. Aix-en-Provence: Narration Éditions, 1997, pp. 337-345.

GOMES, Ana, «Cerâmica pintada a branco dse Lisboa», in *Actes du VIIème Congrès International sur Céramique Médiévale en Méditerranée*, Tessalónica, Grécia, 11 a 16 de Outubro de 1999, Atenas, Ministère de Culture / Caisses de Recettes Archéologiques, pp. 659-668.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, «Cerâmica» in *Museu de Mértola – arte islâmica*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2002, pp. 107-168.

GONÇALVES, Maria José, PIRES, Alexandra, MENDONÇA, Carolina, «Evolução tipológica de um conjunto de utensílios de iluminação de um arrabalde islâmico de Silves», *Vipasca. Arqueologia e História*, 2ª série, n.º 2, 2007, pp. 643-653.

LIBERATO, Marco, *Imagens de Evoramonte medieval: materiais e quotidianos*, Estremoz, Câmara Municipal de Estremoz, 2006.

LEMOS, Paulo A.F. de, «Moedas dos primeiros reis. Evolução dos seus tipos», *Nrmus*, 2ª série, volume IV-VI, Porto, Sociedade Portuguesa de Numismática, 1981-1983, pp. 197-202.

- LOPES, Carla do Carmo; RAMALHO, Maria M.B. de Magalhães, «Presença islâmica no convento de S. Francisco de Santarém» in *Garb – Sítios islâmicos do sul Peninsular*, Lisboa: IPPAR; Badajoz: Junta de Extremadura, 2001, pp. 31-88.
- LOPES, Gonçalo, «Cerâmicas medievais da Torre de Menagem do castelo de Leiria» in *Torre de Menagem do castelo do Leiria*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, pp. 29-37.
- MAN, Adriaan de, *Conimbriga. Do Baixo Império à Idade Média*, Lisboa, Edições Silabo, 2006.
- MARTÍNEZ PEÑIN, Raquel, *Estudio de la cerámica medieval del Castro de los Judíos, Punte Castro (León). Campaña de 1999*, León, Universidad de León, 2008.
- MENDES, Henrique, PIMENTA, João, VALONGO, António, «Cerâmicas medievais provenientes da escavação da Travessa da Lameira n.º 21 – Centro Histórico de Santarém» *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 5, n.º 1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2002, pp. 259-276.
- PEREIRA, Manuela, «Silos do castelo de Montemor-o-Novo: o espólio cerâmico», *Almansor: Revista de Cultura* (2ª Série), n.º 4, 2005, pp. 109-145.
- SILVA, António Manuel S. P., RIBEIRO, Manuela C. S.; «Cerâmica medieval das escavações no castelo de Arouca. Ensaio de análise morfotipológica», *Portugália, Nova Série*, Vol. XXVII-XXVIII, 2006-2007, pp. 69-88.
- VIEGAS, C., ARRUDA, A.M., «Cerâmicas islâmicas da Alcáçova de Santarém», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 2, n.º 2. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 1999, pp. 105-186.

NOTAS

- 1 Em data anterior, ocorreu uma campanha de sondagens e programa-se ainda uma quarta intervenção para terminar as medidas de minimização. Os redactores não participaram, nem se prevê a sua colaboração, em nenhum destes trabalhos.
- 2 A Câmara Municipal de Santarém assegurará o tratamento de alguns metais provenientes das escavações, nomeadamente moedas, importante contributo para a uma rigorosa integração cronológica das realidades intervencionadas, que aqui aproveitamos para agradecer.

A CERÂMICA ISLÂMICA NAS REGIÕES DE LISBOA E SETÚBAL

JACINTA BUGALHAO*

ISABEL CRISTINA FERNANDES**

O conhecimento histórico-arqueológico sobre o povoamento da região de Lisboa e Setúbal em época islâmica é uma realidade em construção que tem vindo a ser impulsionada essencialmente pelo contributo arqueológico. O presente estudo constitui a primeira abordagem global aos conjuntos cerâmicos de época islâmica conhecidos nesta região, no âmbito do projecto CIGA, Cerâmica Islâmica do Gharb al-Ândalus (BUGALHAO, *et alli*, 2010).

I. REGIAO DE LISBOA

Do conjunto de sítios arqueológicos de época islâmica referenciados na península de Lisboa, uma parte significativa encontra-se insuficientemente estudada e publicada, quer ao nível dos contextos que integram e sua cronologia, quer principalmente ao nível do espólio arqueológico que forneceram. Os conjuntos cerâmicos estudados e publicados, ainda que preliminarmente, são muito reduzidos, permanecendo inéditas colecções muito relevantes, tanto de contextos urbanos como rurais. De alguns sítios conhecem-se apenas notícias e referências muito vagas aos conjuntos cerâmicos ou uma ou outra peça mais relevante, impossibilitando uma análise evolutiva de conjunto. Em outros casos, as informações conhecidas referem-se a apresentações e comunicações públicas e/ou informações orais, por

vezes em relação a conjuntos que estão em fase de investigação, mas ainda inéditos.

Concluindo, no tipo de análise pretendida neste trabalho são necessárias referências aos conjuntos técnicos e decorativos em presença, bem como referências à integração cronológica, de preferência com fundamentação estratigráfica e com recurso a paralelos seguros. Esta situação é rara no conjunto em estudo, acentuando a desproporção entre a informação preliminar ou generalista e a informação útil realmente disponível.

1. SÍTIOS URBANOS

1.1. Sintra

Da cidade de Sintra não se conhecem quaisquer cerâmicas de época emiral.

No período califal-taifa, do Castelo dos Mouros, Sintra, conhecem-se contextos e estruturas de função habitacional, de armaze-

* CEAUCP/CAM / IGESPAR, IP.

** CEAUCP/CAM / Museu Municipal de Palmela.

namento (silos) e de despejo, documentando-se a presença de cerâmica comum e cerâmica pintada a branco (panelas, jarrinhas, tigelas, cãntaros, tampas, taças e candis), cerâmica vidrada melada (candis) e melada com manganes (tigela), verde e manganés (tigelas), cerâmica pintada a vermelho (jarrinha), com aplicações plásticas (pote) e um alguidar com decoração incisa (COELHO, 2000). Registam-se também fragmentos de corda seca parcial (COELHO, 2002). Na fase das primeiras taifas, está igualmente referenciada ocupação na Vila de Sintra (arrabalde) com contextos (silos e níveis de ocupação) e espólio cerâmico na Rua das Padarias, na Rua Gil Vicente (informação oral de Catarina Coelho) e no Palácio Nacional de Sintra (conjunto ainda inédito, proveniente de intervenção arqueológica dirigida por Armando Sabrosa).

- 72
- 1. Núcleo Arqueológico Rua Correeiros
 - 2. Mandarim Chinês
 - 3. Claustro da Sé
 - 4. Alcáçova do Castelo
 - 5. Fundação FRESS
 - 6. São João da Praça
 - 7. São Lourenço
 - 8. São Vicente de Fora
 - 9. Praça da Figueira
 - 10. Rossio
 - 11. Zara / Rua Augusta
 - 12. Teatro Romano
 - 13. Rua da Judiaria
 - 14. Termas do Cássios
 - 15. Encosta de Santana
 - 16. Rua do Ouro
 - 17. Casa dos Bicos
 - 18. Armazéns Sommer
 - 19. Palácio Penafiel
 - 20. Rua de São Mamede
 - 21. Rua das Pedras Negras
 - 22. Largo das Portas do Sol
 - 23. Rua dos Correiros
 - 24. Largo das Alcaçarias
 - 25. Rua Padaria / Bacalhoeiros
 - 26. Teatro Romano – Sul
 - 27. Largo Chafariz de Dentro
 - 28. Rua de São Miguel
 - 29. Pátio da Sra. da Murça
 - 30. Rua Garret
 - 31. Rua do Comércio/Julião
 - 32. Rua dos Remédios
 - 33. Palácio do Marquês de Angeja
 - 34. Liceu Gil Vicente
 - 35. Aljube / Rua Augusto Rosa
 - 36. Travessa dos Machados
 - 37. Rua de São Nicolau, 107-111
 - 38. Necrópole da Mouraria
 - 39. Necrópole de São Vicente de Fora

A ocupação almorávida do recinto fortificado de Sintra regista uma continuidade em relação à fase das primeiras taifas (COELHO, 2000), o mesmo sucedendo no seu arrabalde (informação oral de Catarina Coelho).

1.2. Lisboa

Da cidade portuária e rica referida pelas fontes islâmicas conhecemos as muralhas, com os seus diversos torreões, aparelhos e paramentos, ainda bem visíveis em muitos troços e também perceptíveis em diversos locais intervencionados arqueologicamente. Esta estrutura integrava a alcáçova e a medina, espaços urbanizados dos quais se conhecem contextos habitacionais (com destaque para a Praça Nova no Castelo de São Jorge, o Claustro da Sé e os Armazéns Sommer). Conhecem-se também estruturas de despejo (Casa dos Bicos e Aljube / Rua Augusto Rosa) e de armazenamento (Teatro Romano) e vestígios de uma eventual mesquita (no Claustro da Sé).

Também os arrabaldes (o ocidental – entre a muralha e o esteiro e a margem do Tejo – e o oriental, Alfama) se estendiam por uma área considerável mais do que duplicando a cidade amuralhada. Destes arrabaldes conhecemos igualmente estru-



turas habitacionais e domésticas (Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, Praça da Figueira e no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros – NARC), estruturas de despejo (NARC), Mandarim Chinês, Praça da Figueira, Rossio, Zara / Rua Augusta, Largo Chafariz de Dentro) e de armazenamento (Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, Praça da Figueira, Largo das Portas do Sol, Palácio Condes de Penafiel, Rua da São Mamede). Ainda nos arrabaldes da cidade, salienta-se igualmente a identificação de um conjunto importante de estruturas e contextos de produção oleira (no NARC, Mandarim Chinês e Largo das Alcaçarias) e vestígios diversos desta produção noutros locais (nomeadamente no Largo do Chafariz de Dentro e na Rua dos Correeiros).

Da cidade islâmica conhecem-se ainda alguns núcleos de povoamento peri-urbano com silos (Igreja de São Lourenço, Mosteiro de São Vicente de Fora, Encosta de Santana – Martim Moniz e Rua Garrett).

Relativamente às necrópoles da cidade não foi ainda possível identificar qualquer contexto *in situ*, conhecendo-se apenas referências documentais, toponímicas e os achados isolados relativos às necrópoles da Mouraria, de São Vicente de Fora e da Madragoa (BUGALHÃO, 2009).

1.2.1. Período Califal (século X)

Na cidade de Lisboa não se conhecem quaisquer cerâmicas de época emiral, remontando à fase califal as primeiras ocupações e cerâmicas conhecidas. Na medina, no Claustro da Sé de Lisboa recolheram-se taças e jarrinhos com pintura vermelha (AMARO, 2001). No NARC, em pleno arrabalde ocidental, foi identificada uma sucessão estratigráfica desta época que forneceu alguns exemplares de peças fabricadas a torno lento (nomeadamente, panelas), taças vidradas com uma grande diversidade de óxidos (branco, amarelo, melado claro, melado esverdeado, verde), peças com vidrado parcial irregular (normalmente castanho) e peças de cerâmica comum de fabrico muito cuidado, por vezes com pintura branca (BUGALHÃO *et alii*, 2007: 321; BUGALHÃO *et alii*, 2008: 121). Neste sítio foram igualmente recolhidas cerâmicas pintadas a vermelho (jarrinhos e jarro) de época califal (BUGALHÃO e GÓMEZ MARTÍNEZ, 2005: 252). Na Encosta de Santana (Martim Moniz), já fora da cidade, identificaram-se silos nos quais foi recolhida cerâmica comum e pintada a branco (panelas, jarros, jarrinhos, copo e candil) e uma tigela vidrada melada com manganés, também de época califal (CALADO e LEITÃO, 2005).

1.2.2. Período das primeiras taifas (século XI)

Na época das primeiras Taifas, a cidade de Lisboa vive um momento de grande crescimento e acentuada integração na cultura material islâmica, conforme testemunham os inúmeros vestígios conhecidos na cidade.

Na alcáçova do Castelo de São Jorge, no impressionante conjunto habitacional aí identificado, recolheu-se cerâmica comum e cerâmica pintada a branco, distribuída pelas funções de mesa (copos, púcaros, jarrinhos, garrafas, jarras, taças, tigelas, malgas), cozinha e fogo (panelas, alguidares, tampas e fogareiros) e armazenamento (cântaros) (GOMES *et alii*, 2001; GOMES, 2003). Regista-se também cerâmica de mesa pintada a vermelho de fabrico local e importado, cerâmica vidrada melada com manganés (tigelas, bilhas e jarrinhos), corda seca parcial de fabrico local e importação (jarrinhos e bilhas) (GOMES *et alii*, 2009). Ainda no castelo, no Beco do Forno, foram identificados silos que forneceram cerâmica comum, cerâmica pintada de mesa, cozinha e armazenamento, bem como tigelas e jarrinhos vidradas monocromas (GOMES *et alii*, 2009a).

Na medina, continua a registar-se ocupação no Claustro da Sé, com a presença de estruturas habitacionais e de despejo e a recolha de cerâmica comum e pintada a branco, de mesa e cozinha, uma garrafa com pintura vermelha importada e tigelas em verde e manganés (AMARO, 2001). Nesta zona urbana, conhecem-se ainda vestígios islâmicos no Teatro Romano, Aljube/Rua Augusto Rosa, Palácio do Marquês de Angeja e Travessa dos Machados cujas coleções cerâmicas islâmicas não estão ainda estudadas. Junto à muralha, na frente ribeirinha foram intervencionados os, Armazéns Sommer (contextos ainda inéditos) e a Casa dos Bicos, Lisboa, onde estão referenciados «vestígios islâmicos ténues» e louça de mesa, cozinha e candis (AMARO; 1994: 110), vestígios que seguramente integram contextos de cronologia taifa.

No arrabalde Ocidental, estão documentados contextos habitacionais e domésticos (fundações, habitações, estruturas e contextos de despejo) e conjuntos cerâmicos desta fase no NARC, com cerâmica comum e pintada a branco

na loiça de mesa (tigelas, jarrinhas, taças, garrafas, jarros e púcaros), de cozinha e fogo (panelas, caçoilas, tampas, alguidares e fogareiros), de armazenamento (cântaros, talhas e potes) e de iluminação (candis e lanternas); cerâmica vidrada (tigelas, taças e candis); cerâmica vidrada melada com manganés (tigelas), cerâmica pintada a vermelho de produção local e importação (tigelas, taças e jarrinhas); verde e manganés (importado de regiões distintas: Sevilha, Córdova, Dénia), com a presença de tigelas, jarrinhas e candis; corda seca parcial de produção local (jarrinhas, garrafa, jarro) e importações (provavelmente da região levantina); raros exemplares de cerâmica manual e ainda uma possível forma de pão em cerâmica incisa e punçãoada (BUGALHAO e FOLGADO, 2001; BUGALHAO e GOMEZ MARTINEZ, 2005; BUGALHAO *et alli*, 2007; BUGALHAO *et alli*, 2008).

No mesmo arrabalde, identificou-se, no Mandarim Chinês, uma olaria que terá labrado no final da fase taifa, produzindo cerâmica vidrada (tigelas, taças, garrafas, candis e tampas), estampilhada vidrada e cerâmica com vidrado parcial (tigelas) (BUGALHAO e FOLGADO, 2001; BUGALHAO *et alli*, 2004).

Por fim, mesmo junto ao limite exterior SO da muralha, na Rua dos Bacalhoeiros, identificaram-se contextos possivelmente habitacionais e recolheu-se cerâmica comum e cerâmica pintada a branco (panelas e jarrinhas), tigelas carenadas em vidrado melado, tigelas em verde e manganés e corda seca parcial (FERNANDES *et alli*, 2006: 62-63).

Ainda neste arrabalde são conhecidos outros vestígios urbanísticos diversos, alguns dos quais muitíssimo relevantes, no Palácio Condes de Penafiel, Rua da São Mamede, Calçada do Correio Velho, Rua das Pedras Negras, Rua dos Correeiros e Praça da Figueira, onde de certo foram recolhidos importantes conjuntos cerâmicos de época taifa, que contudo permanecem inéditos.

Em Alfama (arrabalde Oriental) foi identificada uma olaria que terá produzido cerâmica comum, cerâmica pintada a branco e cerâmica vidrada (Dias *et alli*, 2009). Também aqui estão referenciadas intervenções ainda inéditas sobre contextos islâmicos, provavelmente de época taifa, no Largo das Portas do Sol, no Pátio da Senhora da Murça, na Rua São João da Praça, na Rua da Judiaria, na Rua de São Miguel, no Largo do Chafariz de Dentro e na Rua dos Remédios.

Na envolvente directa e periurbana da cidade, registaram-se contextos desta época, nomeadamente silos na Igreja de São Lourenço, com a presença de cerâmica comum, pintada a branco e vermelho, cerâmica vidrada, corda seca total e parcial (AMARO, 2000), destacando-se uma jarrinha pintada a branco (Lisboa Subterrânea, 1994: 237). O mesmo sucede na Encosta de Santana (Martim Moniz) com cerâmica comum, cerâmica pintada a branco e pintada a vermelho (panelas e jarrinhas) e tigela em verde e manganés (CALADO e LEITÃO, 2005).

1.2.3. Período Almorávida (finais do século XI – primeira metade do século XII)

O Gharb al-Ândalus e a região de Lisboa em particular são especialmente ilustrativos para identificar as expressões materiais da primeira metade do século XII, pois foi neste período, em 1147, que esta cidade foi definitivamente tomada pelos cristãos, abundando os contextos estratigráficos de abandono, bem datados, contemporâneos da conquista de Lisboa.

Em Lisboa, na alcáçova, são conhecidos bons contextos de época almorávida no Castelo de São Jorge onde marcam presença abundantes e muito diversificados conjuntos de loiça de mesa, cozinha e armazenamento em cerâmica comum e cerâmica pintada a branco (GOMES *et alli*, 2001; GOMES, 2003). Ocorrem igualmente cerâmicas vidradas estampilhadas (tigelas), vidradas a branco e verde (tigelas), vidradas a melado e manganés (tigelas, bilhas e jarrinhas), vidradas bicromas – verde e castanho (tigelas, pequenos potes e jarrinhas), vidradas monocromas meladas e esverdeadas (tigelas, pequenos potes e jarrinhas) e vidradas parciais (tigelas, jarrinhas, potes e panelas) (GOMES *et alli*, 2009). Surge também corda seca total importada (tigelas e, em menor número, algumas formas fechadas) e de fabrico local com utilização de vidrado negro (tigelas), bem como cerâmica pintada a negro importada (cântaros, bilhas, tigela), cerâmica pintada a vermelho (GOMES *et alli*, 2001) e uma tigela em verde e manganés de origem africana (produção conhecida igualmente em Mértola e Silves). Por fim registam-se candis em cerâmica comum e vidrada (Castelo..., 2009: 39).

Ainda na alcáçova, nos silos do Beco do Forno foi recolhida cerâmica comum, cerâmica pintada, dos serviços de mesa, cozinha e armazenamento; cerâmica vidrada – monocromia, bicromia, melada com manganés (tigelas e jarrinhas); e tigelas em corda seca total (Gomes *et alli*, 2009a).

Descendo pela medina, nas escavações do Teatro Romano (Lisboa), em con-

textos habitacionais, de armazenamento e despejo, recolheu-se uma jarrinha em corda seca parcial ou vidrado parcial (Lisboa Subterrânea, 1994: 236) e peças vidradas a amarelo, melado e manganés e tigela em corda seca total (FERNANDES, MARQUES e TORRES, 2008: 168-9).

No Claustro da Sé recolheu-se cerâmica comum e pintada a branco, de mesa, de armazenamento e de cozinha, tigelas vidradas meladas, por vezes com manganés (AMARO, 2001) e uma taça em corda seca total (Lisboa Subterrânea, 1994: 236).

Em Alfama, junto à muralha, nos contextos habitacionais, de armazenamento e de despejo da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, foram identificados níveis almorávidas, com cerâmica comum e pintada a branco, de mesa e cozinha; cerâmica pintada a vermelho (tigelas); tigelas vidradas a melado com manganés; tigelas carenadas vidradas a melado com manganés e estampilhadas e pequenas bilhas vidradas (GOMES e SEQUEIRA, 2001: 106).

Passando para o arrabalde Ocidental, no NARC, em níveis habitacionais e domésticos almorávidas, recolheu-se cerâmica comum e pintada a branco de mesa, cozinha, armazenamento, fogo e iluminação, já referida. Ocorrem igualmente: tigelas carenadas, vidradas e estampilhadas; tigelas e jarrinhas vidradas a melado e manganés; candis vidrados e vidrados parcialmente; taça com pintura vermelha, importada; cerâmicas pintadas a preto, importadas, talvez de região levantina; tigelas em corda seca total, importadas eventualmente da região de Almeria; tigela em verde e manganés importada, provavelmente da região da Marca Média (BUGALHAO e FOLGADO, 2001; BUGALHAO e GOMEZ MARTINEZ, 2005; BUGALHAO *et alii*, 2008). Neste período laborou no NARC uma olaria que produziu cerâmica comum e cerâmica pintada a branco, com decoração incisa e aplicações plásticas, nos grupos de loiça de mesa (tigela, garrafas, jarrinha, jarros, púcaros, taças), cozinha e fogo (panelas, alguidar, caçoila, tampas, fogareiro), armazenamento (cântaro, talhas, pote) e ainda alcatruzes (BUGALHAO, GOMES e SOUSA, 2003; BUGALHAO *et alii*, 2008; DIAS *et alii*, 2008).

No Mandarim Chinês, nesta fase, ocorrem igualmente contextos habitacionais e domésticos de despejo, embora mal conservados, onde se regista cerâmica comum, pintada a branco, vidrada e decorada; nos serviços de mesa (tigelas, jarrinhas, taças e jarros), de cozinha (panelas, caçoila, tampas e alguidares) e de armazenamento (cântaros) (BUGALHAO *et alii*, 2007). A olaria mantém-se em laboração, produzindo cerâmica comum e pintada de cozinha (panelas, alguidares, caçoilas e tigelas), mesa (jarrinhas, jarros e púcaros) e armazenagem (talhas); talhas com decoração incisa; cerâmica vidrada (tigelas, taças, garrafas, candis e tampas); tigelas estampilhadas vidradas e com vidrado parcial (BUGALHAO *et alii*, 2004; BUGALHAO *et alii*, 2008).

Na actual loja da Zara na Rua Augusta foi registada a construção, utilização e abandono de um poço. Nos níveis associados, recolheu-se cerâmica comum e cerâmica pintada a branco de cozinha (panelas, caçoila, alguidar), mesa (jarrinhas, jarros, tigelas, taças, copos) e armazenamento (potes, talha, cântaros); cerâmica melada e verde e corda seca (FERREIRA *et alii*, 2000).

Num local provavelmente já situado na margem direita do esteiro da Baixa, na Rua de São Nicolau, identificou-se um nível arqueológico com cerâmica comum e pintada a branco, de mesa e cozinha (DIOGO e TRINDADE, 2000).

Eventualmente de época almorávida é também a «camada com espólio islâmico» identificada no Rossio (VALE e FERNANDES, 2002: 110), bem como os contextos identificados na Rua do Ouro e que ainda permanecem inéditos.

Na faixa periurbana, persiste a ocupação na Encosta de Santana (Martim Moniz), com a ocorrência, nesta época, de cerâmica comum, pintada a branco e pintada a vermelho (jarrinhas, panelas, caçoilas, copo, e candil) (CALADO e LEITAO, 2005).

No Mosteiro de São Vicente de Fora, foram escavados silos entulhados com materiais (FERREIRA, 2001) que nos parecem datar dos séculos XII-XIII. Situação semelhante poderá verificar-se com os silos da Rua Garrett referidos por Félix Alves Pereira (1924).

2. SÍTIOS RURAIS

O território da cidade está ainda deficientemente conhecido. Desta época conhecem-se alguns aglomerados fortificados (Senhor da Boa Morte e Torres Vedras). Destacam-se também os núcleos de povoamento rural romano com persistência de ocupação, em Sintra (Villa romana de Santo André de Almoçageme, Villa romana de São Miguel de Odriñhas, Villa romana Granja dos Serrões), em Loures (Villa romana de Frielas), em Vila Franca de Xira (Castanheira do Ribatejo), em Cascais (Villa romana do Alto Cidreira, Villa romana de Freiria, Villa romana de Miroiços – Malveira, Villa Romana de Caparide, Casais Velhos, Villa romana de Vilares, Casal do Clérigo, Zabriges e Zambujal) e a Villa romana de Oeiras. Os vestígios de povoamento em época

islâmica ocorrem igualmente em aglomerados sem ocupação anterior, documentados em Mafra (Vale Casal Mourão), Sintra (Colares e Tapada do Inhaca), Cascais (Alapraia e Alcabideche) e em Loures (Casal do Mortal). Encontramos ainda alguns núcleos de povoamento litoral com ocupação deste período, como Cascais e eventualmente Espigão Ruivas, bem como raros e insuficientemente confirmados achados subaquáticos. Por fim nesta região estão ainda referenciadas algumas necrópoles em Sintra (Telhal, Tapada do Inhaca e, eventualmente, Granja dos Serrões) e Cascais (Arneiro, Rossio Pelado – Murches e Miroiço – Manique).

2.1. Torres Vedras

Regista-se a presença de cerâmicas califais-taifa em silos nos Paços do Concelho de Torres Vedras, onde foi recolhida cerâmica comum, pintada a branco, pintada a vermelho e pintada a preto, de loiça de mesa, cozinha, armazenamento, em reportório razoável (LUNA e CARDOSO, 2002).

2.2. Casal de Vale Mourão, Mafra

No período califal-taifa, surge o núcleo de povoamento rural (estruturas habitacionais e de apoio à actividade agrícola e lixeiras) de Vale Casal Mourão, Mafra, onde se registou, nesta fase, cerâmica comum de mesa (jarros, jarrinhas, tigelas, taças, púcaro), cozinha (panelas, tampas, alguidares), armazenamento (bilhas, potes, cântaros) e iluminação (candil); cerâmica pintada a branco (cântaro); cerâmica pintada a vermelho (panela); e com aplicações plásticas (púcaros, potes, e alguidar). Este núcleo continua a ser ocupado, registando-se de época almorávida: cerâmica comum: mesa

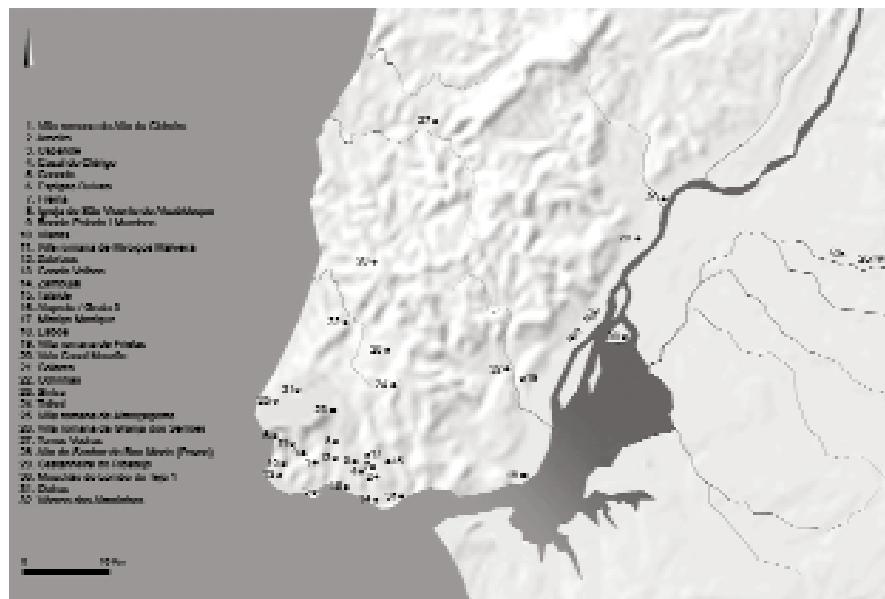
(jarros, jarrinhas, tigelas, taças, púcaro), de cozinha (panelas, tampas, alguidares), de armazenamento (bilhas, potes, cântaros) e de iluminação (candil); cerâmica pintada a branco (cântaro); cerâmica vidrada (garrafa), cerâmica pintada a vermelho (panela); cerâmica com decoração incisa (caçoilas) e com aplicações plásticas (púcaros, potes, e alguidar) (SOUZA *et alli*, 2009).

2.3. Alto do Senhor da Boa Morte (Povos), Vila Franca de Xira

Para o período emiral, dá-se como provável a presença de cerâmicas neste pequeno povoado fortificado. Na fase califal-taifas, regista-se a ocorrência de um reportório formal abundante de cerâmica comum e pintada a branco – mesa, cozinha, armazenamento; cerâmica vidrada verde e melada com manganés; corda seca parcial (garrafa e jarrinha); cerâmica pintada a vermelho (taças e tigelas); e talhas com decoração incisa e aplicações plásticas. No período almorávida, ocorre cerâmica comum e pintada a branco: loiça de cozinha, mesa e armazenamento e talha com decoração incisa (BANHA, 1998).

2.4. Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira

No período emiral, estão documentados conjuntos cerâmicos em Castanheira do Ribatejo, onde foram identificados silos e contextos habitacionais, com a presença de um conjunto constituído por panela e pote em cerâmica comum, alguidar em cerâmica fabricada em torno lento e com decoração incisa e uma talha também



de torno lento e com aplicações plásticas. Na fase califal-taifa, identificaram-se silos neste povoado e recolheu-se cerâmica comum, pintada a vermelho e pintada a preto, num conjunto que integra loiça de mesa, cozinha, armazenamento (BATALHA, 2009).

2.5. Frielas, Loures

Dos silos que se sobrepõem à *Villa* romana de Frielas estão publicadas cerâmicas comuns e pintadas a branco em panelas, cântaros, jarritas, tigelas (SILVA e BARBOSA, 2003) e um fragmento de corda seca parcial (SILVA, 2004), conjunto que nos parece de época almorávida.

2.6. Casal do Mortal, Loures

Regista-se a referência a cerâmicas medievais em posição secundária – num contexto de enchimento / nivelamento para a construção de casal agrícola (NEVES *et alii*, 2009), que nos parecem de cronologia islâmica.

2.7. Colares, Sintra

No período califal-taifa há a referir silos em Colares, onde foi recolhida cerâmica comum e pintada a branco desta época (CAETANO, 2000: 38; COELHO, 2002).

2.8. São Miguel de Odrinhas, Sintra

Na *Villa* romana, recolheram-se fragmentos cerâmicos atribuíveis aos séculos VIII-X (COELHO, 2010).

2.9. Granja dos Serrões, Sintra

Nesta *Villa* romana ocorreram materiais islâmicos dispersos (Processos C-3245 e S-3245 do Arquivo de Arqueologia do IGESPAR, IP).

2.10. Santo André de Almoçageme, Sintra

Segundo informação oral de Catarina Coelho, na *Villa* romana de Santo André de Almoçageme, foi recolhida cerâmica comum e pintada a branco do século XI.

2.11. Tapada do Inhaca, Sintra

Na Tapada do Inhaca, foram identificados contextos islâmicos habitacionais e de armazenamento (Património Metropolitano, 2002) não se conhecendo qualquer referência a cerâmicas desta época.

2.12. Oeiras

Foi exumado no centro histórico de Oeiras, no piso térreo da Rua das Alcássimas (área adjacente à implantação de um mosaico romano), um conjunto de fragmentos de cerâmica muçulmana situáveis entre os séculos X e XI, correspondentes a: tigelas, caçarolas, bilhas trilobadas, púcaros e um alquidar em cerâmica comum, alguns com decoração pintada a branco, a almagre, linhas incisas e canelados. Registou-se também um fragmento vidrado melado com vestígios de manganés (FERNANDES *et alii*, 2009: 97-116).

2.13. Alto da Cidreira, Cascais

No Alto da Cidreira, foram também identificados silos na *Villa* romana, que forneceram cerâmica comum (CARDOSO, 1991: 47), datável dos séculos VIII-IX (informação oral de Guilherme Cardoso). Numa intervenção posterior, que incidiu sobre outros silos, recolheu-se cerâmica comum, pintada a branco e pintada a vermelho, de cozinha e mesa (NETO *et alii*, 2007: 157) que poderá ser datada da fase califal-taifa (informação oral de Nuno Neto).

2.14. Caparide, Cascais

Os silos identificados na área da *Villa* romana de Caparide foram entulhados em

momentos distintos, referenciando a diacronia ocupacional deste importante aglomerado de época islâmica. Um primeiro conjunto de silos é entulhado ainda no período emiral (podendo atingir o califado), fornecendo cerâmica comum, cerâmica manual e a torno lento, cerâmica pintada a branco, cerâmica incisa, cerâmica com aplicações plásticas nos conjuntos de mesa (taças, jarros, jarras), cozinha (alguinaires, panelas) e armazenamento (cântaros, potes, talhas, tampas) (RODRIGUES, 2005). Registam-se níveis aparentemente almorávidas nos silos que se localizam na envolvente da *villa*, nos quais se recolheu: cerâmica comum, cerâmica pintada a branco (cozinha, armazenamento e mesa), talhas com decoração incisa e estampilhada; cerâmica pintada a vermelho, nomeadamente uma tigela (RODRIGUES e CABRAL, 1990; NETO *et alii*, 2008). Destes contextos provém também uma panela pintada a branco (RODRIGUES e CABRAL, 1990; CARDOSO, 1991: 82) idêntica à produção do NARC.

2.15. Casal do Clérigo, Cascais

Neste sítio está registado um nível com cerâmica muçulmana (ENCARNACAO e CARDOSO, 1996).

2.16. Freiria, Cascais

Verifica-se a presença de silos na *villa* e cerâmica comum e manual de época emiral, eventualmente califal (comunicações e informação oral de Guilherme Cardoso).

2.17. Vilares, Cascais

Esta *villa* também regista cupação islâmica

com silos (CARDOSO *et alii*, 2000) e com cerâmica de época islâmica (NIEUWENDAM e SANTOS, 2008: 2).

2.18. Miroços, Malveira, Cascais

Neste sítio regista-se ocupação emiral-califal, embora sem referência à cerâmica (CARDOSO, *et alii*, 2009: 222; informação oral de Guilherme Cardoso).

2.19. Zabrides, Cascais

Aqui foi identificada uma estrutura de época islâmica com abundante cerâmica (CARDOSO *et alii*, 2000).

2.20. Casais Velhos, Cascais

Está referenciada a presença de silos islâmicos, nesta *villa* romana (CARDOSO, 1991: 50).

2.21. Alcabideche

Em Alcabideche, junto à Igreja de São Vicente, registam-se silos com cerâmica comum e pintada a branco, em formas de cozinha e mesa (CARDOSO *et alii*, 2009: 57), que poderá ser de época califal-taifa.

2.22. Zambujal, Cascais

Neste núcleo de povoamento rural foram identificados silos de época islâmica (comunicações apresentadas por Guilherme Cardoso e Severino Rodrigues).

2.23. Alapraia, Cascais

Está referenciado um silo implantado sobre o corredor da Gruta 3 da necrópole neo-calcolítica das Grutas Artificiais de Alapraia (CARDOSO, 1991: 63).

2.24. Cascais, vila – Cascais

Neste pequeno aglomerado piscatório antigo foi recolhida uma tigela em cerâ-

mica comum, uma forma fechada com pintura branca e um fragmento de jarrinha em corda seca parcial (CARDOSO e RODRIGUES, 1991: 56 e 57). O conjunto poderá ter uma cronologia taifa-almorávida.

2.26. Espigão Ruivas, Cascais

Neste local sobranceiro a um porto natural, regista-se a ocorrência de possíveis materiais medievais (CARDOSO e ENCARNACAO, 1993: 150).

2.27. Várzea de Almoinhas, Loures

Referência a sítio com presumíveis funções portuárias de cronologia alto medieval (séculos VI-VII) (Sistema Endovélico, IGESPAR, CNS: 24351, <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endovelico/>).

2.28. Mouchão do Lombo do Tejo 1, Vila Franca de Xira

Referência a achados na pesca de arrasto em meio fluvial, incluindo uma panela eventualmente islâmica (Sistema Endovélico, IGESPAR, CNS: 23015, <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endovelico/>)

3. NECRÓPOLES

Por fim, na península de Lisboa, estão referenciadas algumas necrópoles em Sintra: Telhal (FERREIRA, 2008), Tapada do Inhaca (Património Metropolitano, 2002) e eventualmente Granja dos Serrões (Património Metropolitano, 2002); e em Cascais: Arneiro (CARDOSO, 1991: 86; Cardoso e Encarnação, 1994); Rossio Pelado, Murches (CARDOSO, 1991: 43); Talaíde – necrópole anterior que pode ter atingido o século VIII (CARDOSO, CARDOSO e GUERRA, 1995: 326); e a necrópole da *Villa* romana de Miroço, em Manique, cuja utilização poderá igualmente ter atingido o início do período islâmico (Cardoso e Encarnação, 1999).

II. REGIAO DE SETÚBAL

Antes dos anos 90 a presença islâmica na Península de Setúbal e no Baixo Sado era apenas reconhecida pelas fontes escritas cristãs e islâmicas e, mesmo estas, com referências pouco abundantes. Foram os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no âmbito de um projecto de regeneração do castelo de Palmela (PRAC) que

evidenciararm pela primeira vez a importância do legado islâmico na região. Alguns anos mais tarde, por ocasião da reconversão do convento de Aracoeli a pousada de turismo, o castelo de Alcácer do Sal é também objecto de análise arqueológica, com resultados entusiasmantes para o período muçulmano, particularmente o almóada.

Entretanto outros núcleos de povoamento, com carácter rural, foram registados em prospecções e alguns deles escavados, como são os casos da alcariça do Alto da Queimada (Palmela) ou do sítio do Creiro (Setúbal). Em termos de estruturas militares, para além dos castelos correspondentes a Palmela (*Balmalla*) e a Alcácer do Sal (*Qasr Abi Dânis*), há a registar os castelos de Almada, Coina-a-Velha e Sesimbra. Nos dois primeiros não se desenvolveram investigações de campo para o período em estudo, subsistindo apenas alguns exemplares cerâmicos recolhidos em acções prospectórias, e, em Sesimbra, das escavações levadas a efeito, não resultaram dados muito significativos para o período islâmico.

As leituras estratigráficas dos sítios escavados e o estudo dos materiais cerâmicos têm permitido concluir por uma ocupação ao longo de todo o período islâmico, entre os séculos VIII e inícios do XIII. Sublinhe-se que a precoce conquista cristã da margem esquerda do Tejo envolveu a península de Setúbal, na segunda metade do séc. XII, num processo de agitação militar marcado pela alternância de poderes cristão e muçulmano, que culminou com a invasão almóada. O poderoso centro de gestão da guerra que Alcácer do Sal (*Qasr al-Fath*) então constituía, fez prolongar até 1217, no Baixo Sado, a presença muçulmana.

Esta realidade encontra-se plasmada na cultura material, de que as cerâmicas são o melhor exemplo. Assim, podemos reconhecer na península de Setúbal uma precoce presença islâmica, de época emiral e califal, legendada

pelas cerâmicas de pastas claras com pintura a almagre, pelas formas de perfil em S, às vezes associadas a fabricos a torno lento, pelas decorações verde e manganés da primeira fase. Alcácer do Sal parece ter fornecido idênticas produções, embora não estejam devidamente divulgadas. Para as fases das primeiras taifas / almorávida os registos são muito abundantes, com ampla representação numa variada série de cerâmicas comuns, nas peças pintadas a branco, nas verde e manganés e nas decorações a corda seca parcial e total. A derradeira fase, almóada, tem uma expressão limitada em Palmela e está muito bem representada em Alcácer do Sal, com a vantagem de a definição cronológica da tomada e perda (1191-2 / 1217) permitir o enquadramento preciso destas cerâmicas.

1. SÍTIOS URBANOS

1.1 Palmela

1.1.1. Castelo

O castelo de Palmela situa-se defronte a Setúbal e ao estuário do Sado, a cerca de 250 m de altitude. No *terminus* do conjunto de elevações da pré-Arrábida, dele se vislumbram as planícies que se estendem para norte e leste, abarcando toda a margem sul da desembocadura do Tejo. É simples perceber que uma tão benéfica localização, dos pontos de vista militar e administrativo, justificou a ocupação continuada do espaço durante todo o período islâmico. As escavações arqueológicas desenvolvidas na alcáçova permitiram obter sequências estratigráficas de boa fiabilidade, proporcionando leituras bastante seguras de contextos que ofereceram cerâmica e outros materiais e que, nalguns casos, foram confirmadas por análises C14.

A alcáçova do *hisn Balmalla*, como o designou AL-HIMYARI (1938: 23, 24), foi um espaço destinado à residência do poder militar local e respectiva guarnição. Foram registadas e escavadas várias estruturas de habitação, adossadas à muralha norte, e outras, junto à muralha nascente, que se identificaram como pertencentes à área da guarnição militar. O conjunto inclui numerosos silos e fossas e uma cisterna.

Foi na primeira dessas áreas (salas 1, 4 e 5) que se obtiveram os melhores resultados estratigráficos, legendando uma ocupação sequencial desde os sécs. VIII-IX até ao séc. XII / inícios do XIII. As intervenções que tiveram lugar na ponta nordeste e leste do castelo não apresentaram sempre a mesma fiabilidade: o nível 6 constituía uma lixeira com materiais muçulmanos (almóadas) e cristãos dos sécs. XII a XIV. Contudo, os níveis seguintes mostraram uma maior coerência, com datações entre os sécs. IX-X e o XII.

Os conjuntos cerâmicos recolhidos são, para a fase omíada, constituídos por uma predominância de formas fechadas – panelas, púcaros e pucarinhos –, embora também se registassem algumas caçarolas. As enquadráveis no período emiral incluem peças feitas a torno lento ou manuais, prevalecendo as cozeduras redutoras. São desta fase as decorações a almagre (tons vermelhos-alaranjados) sobre pastas beges ou rosadas, depuradas, com combinações geométricas várias (linhas rectas e onduladas). Ocorrem também a pintura a branco, as decorações digitadas, incisas, algumas executadas a pente. Estão presentes, ainda que sejam escassos, os vidrados esverdeado-melados. Recolheram-se fragmentos de corda-seca parcial e de verde e manganés enquadráveis no período califal. Uma das peças mais notáveis do castelo de Palmela é a taça verde e manganés com a representação de uma figura humana sentada, interpretada como uma figura de «homem santo», associada a um cantil e uma jarra, com cronologia de finais do califado/inícios das taifas (FERNANDES, 1999: 639-652; 2004: 154-162).

Durante as primeiras taifas e no período almorávida as soluções formais e decorativas multiplicam-se, com prevalência para os ornatos de pintura a branco sobre pastas escuras (cozedura redutora). Os revestimentos vidrados melados, transparentes, combinados com decorações de óxido de manganés, tornam-se frequentes e registam-se também os esmaltados verdes e castanhos, alguns com brilho metálico, usados na face interna das formas abertas. Os exemplares de verde e manganés, embora se trate de fragmentos de peças, são mais frequentes nesta fase, com decoração geométrica e vegetalista, sendo o esmalte estanífero o revestimento de base predominante. Regista-se também a corda seca total, em formas abertas.

Para o período almóada (finais do séc. XII) o melhor conjunto provém da área escavada junto à muralha norte-nascente: panelas, cântaros, anforetas de pasta branca, com base rematada em ônfalo, esmaltados verdes lisos ou com decoração incisa, alguns estampilhados (um deles com a «mão de Fátima») e um cantil de pasta rosa e pintura a vermelho acastanhado.

Noutras áreas escavadas do castelo identificaram-se também cerâmicas muçulmanas de várias fases, ainda que sem uma contextualização estratigráfica coerente:

a sacristia da igreja de Santa Maria e o fosso poente (FERNANDES, 2001: 190-193; 2004: 145-196; 2005: 320-323; 2008: 45-47; FERNANDES e CARVALHO, 1993: 45-56; 1997: 327-335).

1.1.2. Rua de Nenhures

Os testemunhos da vivência muçulmana na área urbana de Palmela são ainda pouco conhecidos. A Rua de Nenhures é, até ao momento, o melhor estudo, encontrando-se o espólio respectivo em fase de análise e tratamento. No sector poente do espaço escavado nesta rua, que se situa junto à descida do castelo, escavaram-se 21 silos de origem muçulmana. No interior de alguns dos silos, na última camada, exumaram-se fragmentos de cerâmica comum, alguns com pintura a branco, enquadráveis no séc. XII (almóadas e anteriores) (FERNANDES e SANTOS, 2008: 69-71).

Mencionem-se ainda alguns outros sítios do centro histórico de Palmela que sofreram intervenções arqueológicas e onde surgiram alguns fragmentos de cerâmica comum muçulmana (sécs. XI-XII), ainda que se trate de achados pontuais: Rua do Castelo nº 4, Hospital da Misericórdia e Mercado Velho.

1.2. Alcácer do Sal

Qasr Abî Dânîs surge nas informações do historiador Ibn Hayyân, por alturas da fitna do séc. IX. A família berbere dos Banû Dânîs, proveniente de Coimbra, vem instalar-se em Alcácer, em 875-876 (PICARD e FERNANDES, 1999: 70-71). O povoado, na orla do castelo, desenvolve-se fortemente no reinado de 'Abd al-Rahmân III, assumindo-se como um centro defensivo importante da costa Atlântica ocidental, tirando partido da abundância de madeiras, da proximidade das explorações de minério e da naveabilidade do Wâdî Shatûbar.

O espólio cerâmico exumado em Alcácer do Sal é abundante e rico, cobrindo todo o período da presença islâmica no Gharb, até à conquista cristã da cidade em 1217. Da fase omíada conhecem-se taças, candis, panelas e bilhas em cerâmica comum, com pintura a branco sobre pastas de cozedura oxidante, pintura a vermelho-alaranjado sobre pasta branca, como em Palmela, e alguns exemplares com decorações a verde e manganês e a corda seca parcial. No período taifa / almorávida mantém-se a variedade formal e abundam os vidrados, registando-se corda seca total.

Mas é sem dúvida do período almóada o conjunto cerâmico mais expressivo de Alcácer. Estão presentes, entre outros: os estampilhados esmaltados com múltiplas composições de elementos geométricos, epigráficos, arquitectónicos; os vidrados melados, alguns com decoração a negro; os vidrados verdes; exemplares de taças decoradas com cordões verticais; panelas e taças com caneluras; os esgrafitados

(simples ou associados a corda seca parcial), a cerâmica dourada e um fragmento de cerâmica moldada (CARVALHO e FARIA, 1994: 101-111; PAIXÃO, FARIA e CARVALHO, 1994: 215-264; PAIXÃO e CARVALHO, 2001: 199-229; PAIXÃO, FARIA e CARVALHO, 2001: 197-209; CARVALHO, FARIA e FERREIRA, 2008).

Na área portuária de Alcácer do Sal (sítio do Museu Municipal Pedro Nunes), foram também identificadas cerâmicas da fase omíada¹ e em escavações de emergência na Igreja do Senhor dos Mártires registou-se um fragmento de taça almóada estampilhada, sem vidrado².

1.3. Almada

Almada é o centro urbano da margem sul do Tejo mais referido pelas fontes islâmicas e cristãs do período da *reconquista*. Umas e outras destacam as explorações de ouro e a grande abundância de peixe como os seus principais atractivos, a que se junta a qualidade de posto avançado de vigilância da desembocadura do Tejo e do porto de Lisboa.

Os sítios de Almada com registos de cerâmica muçulmana são: a Rua da Judiaria, a Rua Rodrigues de Freitas, a Quinta de Castro.

O sítio arqueológico da Rua da Judiaria, nos arrabaldes de Almada, é interpretado como um armazém de mercador num contexto industrial. O conjunto de 26 silos aí registados revelou enchimentos situáveis entre os séculos XII e XV (ANTUNES e BARROS, 2000: 35). Do período islâmico são descritos um fundo e vários fragmentos de um pequena jarra (ANTUNES e BARROS, 2000: 58).

Numa área de silos da Rua Rodrigues Freitas foram recolhidos fragmentos de cerâmica pintada a negro e a branco, entendida como do séc. XII /inícios do XIII, de tradição muçulmana (SABROSA e ESPÍRITO SANTO, 1992: 10 e 12).

A Quinta de Castros (antes designada Alvalade), fora de área urbana (Pragal), forneceu espólio do período califal ao período almóada (IDEM: 36). É descrita uma peça atribuída aos sécs. X-XI: fundo de taça vidrada a amarelo com pingos verdes e estampilhas; várias peças almóadas: uma asa com decoração em bandas paralelas a almagre, um fragmento de depósito de candil com arranque de asa; duas panelas, uma delas com bandas verticais pintadas a branco (ANTUNES e BARROS, 2000: 58-59).

2. SÍTIOS RURAIS

2.1. Alto da Queimada (Palmela)

A alcaria do Alto da Queimada está implantada na crista da Serra do Louro e foi intervenção arqueologicamente entre 1996 e 2005. Trata-se de um aglomerado ligado às actividades agro-pastoris, definido por um conjunto de habitações que se dispõem ao longo da cumeada e que inclui um pequeno espaço religioso (mesquita rural). A alcaria do Alto da Queimada foi habitada desde o emirato até ao final do califado/inícios das primeiras taifas, observando-se ocupações autóctones anteriores.

A variedade formal e decorativa das cerâmicas recolhidas encontra claro paralelismo nas da alcáçova do castelo de Palmela para os sécs. IX a inícios do XI. Sublinhe-se a frequência das amostras para o período de transição visigótico-emiral (séc. VIII e anteriores): peças elaboradas a torno lento e manuais, de pasta muito grosseira, sem decoração ou com incisões irregulares, por vezes onduladas. Registámos uma boa variedade de formas, com maior escassez das abertas: panelas, púcaros, pucarinhos, bilhas, talhas, potes, caçarolas e tigelas, pesos de rede. Em peças muçulmanas surge decoração pintada a al-



gre, a branco, a alaranjado, mais raramente a decoração a pente, incisa, o vidrado melado simples ou com decoração a óxido de manganés, o esmalte, a decoração a verde e manganés e a corda seca parcial (FERNANDES, 2004: 278-284; FERNANDES, 2008: 39-51; FERNANDES e CARVALHO, 1999: 519-525).

2.2. Setúbal, Tróia, Creiro, Praia dos Coelhos

Em **Setúbal** estão identificados pelo MAEDS três locais com ocupação muçulmana: Praça do Bocage (zona sudoeste), Largo da Misericórdia e, mais recentemente, uma área de necrópole. Os dois primeiros forneceram cerâmica dos sécs. XI e XII (SOARES, 2000: 122-123). Na área referida da Praça do Bocage foram identificados estratos do séc. IX e do período almóada, estes com registo de silos escavados nas areias da praia, correspondendo a um povoamento sazonal. São apresentadas três peças abertas almóadas (SOARES, 2002: 250). Encontra-se também publicada a referência a uma panela do emirato, de perfil em S, recolhida na Rua Fran Pacheco (CARVALHO, 2007: 311 e 317).

Defronte a Setúbal, em **Tróia**, na área portuária, foi recentemente recolhido um fragmento de bilha de pasta bege com pintura castanho-avermelhada que se classificou de emiral/califal (CARVALHO, FARIA e FERREIRA, 2008: 44).

No **Creiro**, na costa da Arrábida, um sítio romano ligado à produção de conservas de peixe, forneceu cerâmicas do período almorávida e almóadas, comuns e com

vidrado melado e verde – panelas, taças de carena acusada e de parede curva, um alguidar (SILVA e COELHO-SOARES, 1987: 228-237).

Próximo do Creiro, na **Praia dos Coelhos / Galápos**, acções de prospecção identificaram algumas cerâmicas dos sécs. X-XI – fragmentos revestidos a vidrado melado, dois deles decorados a manganés, alguns fragmentos de panelas e uma forma aberta atribuída pelos autores ao final do emirato (CARVALHO e SOUSA, 2003: 188).

2.3. Coina-a-Velha

O castelo de Coina-a-Velha situa-se na elevação do Casal do Bispo (Azeitão), entre Almada e a Arrábida, com visibilidade para Palmela e Sesimbra. Trata-se de um sítio com ocupação romana, islâmica e cristã, de que restam poucos vestígios, à excepção de uma cisterna abobadada e alguns troços de muralha. A sua localização, numa linha mais interior e centrada da península, determinou-lhe um papel importante no controle da fértil região rural envolvente, no período muçulmano.

Nunca ocorreram escavações arqueológicas no castelo de Coina-a-Velha e as acções prospectórias foram pontuais e limitadas pelo facto de o castelo se encontrar hoje na posse de privados. De época islâmica recolheram-se alguns fragmentos de cerâmica comum, alguns com pintura a branco sobre pastas de cozedura redutora, enquadráveis nos sécs. X a XII (FERNANDES, 2004: 57-58).

2.3. Sesimbra: Castelo, Praia, Lapa do Fumo, Lapa do Forte do Cavalo, Azóia, Porto da Baleeira

O **castelo de Sesimbra**, sobre o Atlântico, era sem dúvida o reduto melhor posicionado na península de Setúbal para a vigilância marítima entre os estuários do Tejo e do Sado.



As fontes islâmicas não se lhe referem mas a sua função militar, provavelmente também como *ribât* e castelo-refúgio, complementar de outras fortificações e sítios de vigia da ponta da Azóia e da costa da Arrábida, conferia-lhe decerto um papel relevante na defesa do território inter-estuarino.

Os trabalhos de restauro empreendidos pela DGEMN em 1933-1945 tornaram visível um conjunto de silos que deverão ter origem muçulmana e as escavações arqueológicas aí realizadas ofereceram alguma cerâmica islâmica ou de tradição islâmica. Encontram-se referenciadas cerâmicas do séc. XII (CARVALHO, 2009: 178), entre elas um conjunto de panelas, púcaros, copo, jarrinha e tigela (FERREIRA, 2009: 30). A presença muçulmana na **praia de Sesimbra** é testemunhada por fragmentos cerâmicos do emirato inicial identificados em escavações desenvolvidas na rua adjacente à fortaleza de Santiago (FERREIRA, 2009: 26-27).

São várias as grutas e abrigos da região de Sesimbra e da Arrábida onde se reconhecem vestígios de época islâmica. Lugares de refúgio, de recolhimento eremítico ou de *ribât*, estas grutas eram ocupadas temporariamente. A **Lapa do Fumo** é a melhor estudada, com registos de numismas muçulmanos, nomeadamente quirates do séc. XII cunhados em Beja e Silves (MARINHO, 1968) e dirhams almóadas (FERREIRA, 2009: 31). Para além das moedas, recolheram-se na gruta cerâmicas com cronologia entre os sécs. X e XII: uma taça com pintura a branco no interior e no bordo, uma bilha com decoração incisa e pintura a branco e dois fragmentos de bilhas de pasta negra igualmente decorados a branco (CARVALHO e FERNANDES, 1996: 21-23). Perto do Forte do Cavalo, numa outra lapa, a **Lapa do Forte do Cavalo**, foram recolhidas cerâmicas tardio antigas / emirais e cerâmicas dos sécs. X-XI: um bordo de panela de perfil em S, um fragmento de candil

e um fragmento de panela com bandas brancas (CARVALHO, 2009: 183).

Para a **Azóia**, perto do Cabo Espichel, encontra-se registado o recente achado de uma placa em madeira, epigrafada (Gruta 4 de Maio) e fragmentos de cerâmica tardo-antiga / emiral. No **Porto da Baleeira**, cabo Espichel, foram referenciadas duas peças: um fragmento de panela classificada como emiral e uma outra panela califal/taifas (CARVALHO, 2009: 184-187).

2.4. Outros sítios

Em Santa Catarina de Sítimos (Alcácer do Sal), terá sido recolhido um bordo de cerâmica emiral³. Do castelo do Torrão (Alcácer do Sal) provém um fragmento de cerâmica emiral e três fragmentos do século XII (CARVALHO, 2008: 20-22)⁴.

Os sítios urbanos de Sines e Santiago do Cacém aparecem referenciados no mapa como muçulmanos mas sem que isso signifique conhecimento, até ao momento e através de publicação, de cerâmicas islâmicas daí provenientes. É, no entanto, reconhecida a importância que ambos os sítios deverão ter assumido em época islâmica e seguramente a arqueologia virá a revelar novidades neste campo.

III. Conclusões

Da síntese acima apresentada podemos deduzir que, para o período emiral na região de Lisboa, continuam a conhecer-se apenas alguns contextos rurais que apresentam continuidade de ocupação do período romano e tardo-antigo. Na região de Setúbal esta continuidade existe em meio rural e também em sítios urbanos, como no caso de Palmela e de

Alcácer do Sal, no entanto sem uma clara aferição de possíveis iatos. Embora os conjuntos cerâmicos de transição sejam ainda mal conhecidos, parece verificar-se efectivamente uma tendência de continuidade relativamente à cultura material antiga, com a presença de produções manuais e de torneado lento, por vezes com decoração incisa e aplicações plásticas, em reportórios formais pouco diversificados.

Na fase califal, época de consolidação económica e cultural no al-Ândalus, verifica-se na região de Lisboa um ligeiro aumento do número de sítios rurais, perdurando a ocupação de alguns pré-existentes e surgindo novos assentamentos. Registam-se também os primeiros conjuntos cerâmicos urbanos em Sintra e em Lisboa. Este período está bem representado em Palmela, Alcácer do Sal e Alto da Queimada.

Os conjuntos cerâmicos tornam-se mais diversificados, tanto a nível de produções, como de características técnicas e reportório formal (com o surgimento dos primeiros candis), identificando-se também os primeiros exemplos de importação de recipientes cerâmicos (com pintura a vermelho) em Lisboa. A cerâmica comum a torno coexiste agora com produções vidradas de várias colorações.

No período das primeiras taifas, verifica-se uma distribuição idêntica no povoamento rural, para a região de Lisboa / Estuário do Tejo, e uma intensificação dos vestígios urbanos conhecidos em Sintra e principalmente em Lisboa. Em Palmela a paisagem rural parece igualmente manter-se. A tendência de diversificação dos conjuntos cerâmicos continua, com um variado reportório formal na cerâmica comum e expande-se particularmente o uso da pintura a branco e do revestimento vidrado (por vezes combinando distintos óxidos). O vidrado melado com motivos decorativos em manganés torna-se frequente, nomeadamente aplicado às tigelas carenadas. Nas técnicas ornamentais mantém-se a presença da decoração incisa, das aplicações plásticas e surge a estampilhagem. Em Lisboa, documentam-se contextos de produção oleira de cerâmica comum, pintada a branco, vidrada, vidrada estampilhada e vidrada parcial, estando igualmente comprovadas as produções locais de cerâmica pintada a vermelho e corda seca parcial. Na região do Sado não se conhecem olarias muçulmanas mas ocorrem cerâmicas com idênticas soluções decorativas, incluindo as cordas secas e as verde e manganés. Nesta fase, as importações marcam presença nos contextos urbanos e, embora em menor escala, nos rurais, nomeadamente de verde e manganés e corda seca parcial. Em Palmela regista-se já corda seca total.

Sob o domínio almorávida, em níveis que quase sempre expressam a permanência das populações, com evidente continuidade cultural, decresce o número de sítios rurais. O Alto da Queimada, cuja ocupação não vai além das primeiras taifas, é um bom exemplo. Na cidade de Lisboa, regista-se globalmente um maior número de contextos relacionados com esta fase pré-conquista cristã.

Os conjuntos de cerâmica (comum, pintada a branco e vidrada) conservam as anteriores categorias técnicas e a diversidade decorativa, mas verifica-se uma evolução clara em algumas formas cerâmicas, tanto ao nível dos contextos de consumo como de produção oleira. A cerâmica pintada a vermelho de produção local e de

importação regista uma difusão considerável na cidade de Lisboa e no seu território rural, tal como a cerâmica estampilhada sob vidrado. Na região de Lisboa, ao nível das importações, surge a corda seca total e a pintura a preto, a par do verde e manganés.

Em ambas as regiões, nas fases taifa e almorávida, generaliza-se o consumo de recipientes cerâmicos produzidos localmente, a par das cerâmicas importadas, de uso mais restrito. A cidade de Lisboa decerto funcionaria como centro produtor e distribuidor de cerâmica no território envolvente, o que não invalida a presença de produtos provenientes de centros oleiros de outras regiões.

No período almóada, sem expressão a norte do Tejo, são atestadas evidências na margem sul, esporádicas em Almada e na região de Sesimbra / Arrábida e consistentes nos centros urbanos do Sado. Os vidrados estampilhados, as anforetas de fundo em ônfalo, os cantis são algumas das formas e decorações presentes em Palmela. Alcácer do Sal, pólo de radicação do poder almóada durante vinte e seis anos, apresenta toda a gama formal e decorativa típica das suas produções cerâmicas, incluindo o esgrafitado e a cerâmica dourada.

O estudo da cerâmica da cidade Lisboa tem sido apoiado, nos últimos anos, pela arqueometria, numa linha de investigação que coloca métodos geoquímicos de análise e de interpretação ao serviço da caracterização deste material arqueológico, com resultados muito significativos. Este trabalho, desenvolvido por uma equipa do Departamento de Química do Instituto Tecnológico e Nuclear, envolveu análises químicas de amostras de cerâmicas e argilas pelo método instrumental de análise por activação com neutrões (AAN), e a determinação de concentrações de elementos químicos relevantes, por vezes complementadas com estudo mineralógico.

Num primeiro e importante momento, este trabalho desenvolveu-se no âmbito do projecto GHARB (DIAS, PRUDÊNCIO e GOUVEIA, 2001), envolvendo o estudo de amostras cerâmicas de Lisboa – Mandarim Chinês (produções de cerâmica comum e cerâmica pintada a branco daquela olaria), Castelo de São Jorge e Claustro da Sé – Convento de São Francisco de Santarém e Castelo de Alcácer do Sal. De seguida, no âmbito do projecto POILIX (DIAS *et alii*, 2008) estudaram-se amostras cerâmicas de barreiros da cidade de Lisboa (incluindo amostras de um depósito argiloso identificado na Encosta de Santana, Martim Moniz) e contextos de produção e consumo do NARC e Mandarim Chinês (incluindo já cerâmica vidrada). Finalmente, numa colaboração entre a equipa do ITN e investigadores do IPPAR (com a participação de arqueólogos da Câmara Municipal de Lisboa), foram analisadas amostras do Castelo de São Jorge, Fundação Ricardo Espírito Santo Silva (DIAS *et alii*, 2009) e da olaria do Largo das Alcaçarias (DIAS *et alii*, 2009a). No total foram analisadas 408 amostras, devendo salientar-se que este estudo incidiu sobre contextos de cronologia taifa-almorávida.

As conclusões desta linha de investigação foram muito relevantes e aconselham vivamente a sua continuação em âmbito geográfico mais amplo e dirigida a produções cerâmicas específicas, de distribuição territorial alargada no Gharb. De entre as principais conclusões obtidas até ao momento, destacam-se:

– Lisboa dispunha de uma «indústria» oleira abundante que se abastecia de argila nos diversos barreiros locais (afloramentos argilosos miocénicos) e que, aparentemente, garantia o abastecimento básico da cidade ao nível do consumo de recipientes cerâmicos.

– Não existia diferenciação ao nível das argilas utilizadas para fabricar cerâmica comum, pintada a branco e vidrada.

– A cerâmica consumida em Lisboa (Castelo de São Jorge, Claustro da Sé, NARC e Mandarim Chinês) era maioritariamente constituída por produções locais (nomeadamente ao nível da cerâmica comum, pintada a branco e vidrada), embora seja possível também identificar a presença de materiais exógenos, ou seja, provavelmente importações. Situação idêntica se verificou em Santarém e Alcácer do Sal, cidades que também deviam dispor de olarias locais que garantiam o seu abastecimento básico ao nível dos recipientes cerâmicos, mas que igualmente consumiam materiais importados.

– Em Lisboa produzia-se cerâmica comum, pintada a branco, vidrada, vidrada estampilhada, vidrada parcialmente, incisa, com aplicações plásticas, pintada a vermelho, corda seca parcial e corda seca total. Quanto à cerâmica pintada a vermelho, foi considerada uma produção de imitação, uma vez que coexiste com peças importadas. A corda seca parcial de Lisboa é hoje uma produção confirmada, embora não se conheça ainda qualquer olaria que a fabricasse e as suas produção e distribuição estejam ainda tenuemente caracterizadas. Também no caso da corda seca total se verificou a presença de exemplares fabricados localmente.

– Confirmou-se a presença de cerâmicas importadas em quase todas as categorias técnicas referidas, comprovando o gosto da cidade pelo consumo diversificado. Destacam-se as importações de cerâmica pintada a ver-

melho, nas quais se detectou uma identificação geoquímica entre exemplares de Lisboa e Alcácer do Sal, podendo assim corresponder a importações de origem idêntica. Quanto às cerâmicas pintadas a preto, comprovou-se a importação de todos os exemplares estudados. A cerâmica verde e manganés também era importada, embora neste caso as semelhanças geoquímicas possam indicar a existência de um fabrico regional, a par das importações propriamente ditas, situação que carece de aprofundamento. As importações de corda seca parcial e total também marcam presença.

IV. BIBLIOGRAFIA

- AI-HIMYARI, *La Péninsule ibérique au Moyen-Age d'après le «Kitâb al-Rawd al-Mi'tar Fi Habar al-Aktâr»*. Texte arabe des notices relatives à l'Espagne, au Portugal et au sud-ouest de la France, tx. et tr. E. Lévi- Provençal, Pub. Fondation de Goeje, nº XII, Leiden, 1938.
- AMARO, Clementino (1994), «Casa dos Bicos: sítio com dois milénios de História». In *Lisboa Subterrânea*. Instituto Português de Museus, Lisboa, pp. 110-111.
- AMARO, Clementino (2000), *Palácio Rosa – Igreja de São Lourenço (Mouraria – Lisboa). Relatório dos trabalhos arqueológicos*. Processo S – 13790, Arquivo de Arqueologia IGESPAR, IP.
- AMARO, Clementino (2001), «Presença Muçulmana no Claustro da Sé de Lisboa – três contextos com cerâmica islâmica». In *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, IPPAR / Junta de Extremadura, Lisboa, pp. 165-197.
- ANTUNES, Luís Pequito e BARROS, Luís de (2000). Catálogo da exposição: «O Passado como Expressão do Presente». Núcleo Medieval / Moderno de Almada Velha, Câmara Municipal de Almada, Almada.
- BANHA, Carlos M. dos Santos (1998), «As cerâmicas do Alto do Senhor da Boa Morte (Povos): estudo preliminar». In *Cira*, 7. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Vila Franca de Xira, pp. 75-109.
- BATALHA, Luísa (2009), «Cerâmica Islâmica». In *A villa romana da Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira)*. Trabalhos arqueológicos efectuados no âmbito de uma obra da EPAL. s.l., EPAL. pp. 121-130.
- BUGALHÃO J.; CATARINO, H.; CAVACO, S.; COVA-NEIRO, J.; FERNANDES, I. C.; GOMES, A.; GÓMEZ MARTÍNEZ, S.; GONÇALVES, M. J.; GRANGÉ, M.; INÁCIO, I.; LOPES, G.; SANTOS, C., (2010), «Ciga: projecto de sistematização para a cerâmica islâmica do Gharb al-Ândalus», In *Xelb*, nº 10, pp. 455-476.
- BUGALHÃO, Jacinta (2009), «Lisboa Islâmica: uma realidade em construção» In *Xelb nº 9 – Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve – O Gharb no al-Ândalus: sínteses e perspectivas de estudo* (Silves, 23, 24 e 25 de Outubro de 2008). Câmara Municipal de Silves/Museu Municipal de Arqueologia, Silves. pp. 377-392.
- BUGALHÃO, Jacinta e FOLGADO, Deolinda (2001), «O arrabalde ocidental da Lisboa islâmica: urbanismo e produção oleira». In *Arqueologia Medieval*, 7. Campo Arqueológico de Mértola, Porto, pp. 111-145.
- BUGALHÃO, Jacinta, GOMES, Ana Sofia e SOUSA, Maria João (2003), «Vestígios de produção oleira islâmica no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa». In *Arqueologia Medieval*, 8. Edições Afrontamento, Porto, pp.129-191.
- BUGALHÃO, Jacinta, GOMES, Ana Sofia, SOUSA, Maria João (2007), «Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental da Lisboa islâmica (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarim Chinês)». In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 10: 1. Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 317-343.
- BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Sofia; SOUSA, Maria João; FOLGADO, Deolinda; GONZÁLEZ-TINTURÉ, Antónia; MORENO-GARCÍA, Marta; DIAS, Maria Isabel; PRUDÊNCIO, Maria Isabel (2008), «Produção e consumo de cerâmica islâmica em Lisboa: conclusões de um projecto de investigação». In *Arqueologia Medieval*, 10, Edições Afrontamento, Porto, pp. 113-134.
- BUGALHÃO, Jacinta, GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2005), «Lisboa, uma cidade do Mediterrâneo islâmico». In *Actas do Seminário Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Palmela/Porto, Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras do Porto, pp. 237-262.
- BUGALHÃO, Jacinta, SOUSA, Maria João e GOMES, Ana Sofia (2004), «Vestígios de produção oleira no Mandarim Chinês, Lisboa». In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7: 1. Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 575-643.
- CAETANO, Maria Teresa (2000), *Colares. Sintra*, Câmara Municipal de Sintra. p. 163.
- CALADO, Marco e LEITÃO, Vasco (2005), «A ocupação islâmica na Encosta de Sant'Ana (Lisboa)». In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8: 2. Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 459-470.
- CARDOSO, G.; CARDOSO, J. L.; GUERRA, M. F. (1995), «A necrópole tardio-romana e medieval de Talaíde (Cascais). Caracterização e integração cultural. Análises não destrutivas do espólio metálico». In *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 5. Oeiras, pp. 315-339.
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (1991), «Alguns tipos de cerâmica dos sécs. XI a XVI encontrados em Cascais». In *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*. Lisboa 1987. Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, pp. 575-585.
- CARDOSO, Guilherme e ENCARNAÇÃO, José d', (1993), «Sondagem no Espigão das Ruivas (Alcabideche, Cascais)». In *Al-madan*, 2, II Série, pp. 150.
- CARDOSO, Guilherme e ENCARNAÇÃO, José d', (1994), «Cemitério Medieval do Arneiro». *Informação Arqueológica*, 9, IPPAR, Lisboa, pp. 59.
- CARDOSO, Guilherme e Encarnação, José Manuel dos Santos (1999), *Relatório de Escavação da Villa Romana de Miroíço – Manique (Concelho de Cascais)*. 1999 (documento policopiado). Processo n.º S – 11300, Arquivo de Arqueologia do IGESPAR, IP.
- CARDOSO, Guilherme (1991), *Carta Arqueológica do concelho de Cascais*. Câmara Municipal de Cascais, Cascais.
- CARDOSO, Guilherme; CABRAL, João; ENCARNAÇÃO, José d'; e TRINDADE, Lurdes (2000), «Sondagens de emergência no Concelho de Cascais. Sítios de Vilares e Zabrilzes». In *Al-madan*, 9, p. 9.
- CARDOSO, Guilherme; MIRANDA, Jorge; TEXEIRA, Carlos A. (2009), Registo fotográfico de Alcabideche e alguns apontamentos histórico-administrativos. Junta de Freguesia de Alcabideche, Alcabideche, p. 468.

- CARVALHO, A. Rafael (2007), «O baixo Sado, da antiguidade tardia até à fase emiral: Algumas reflexões sobre continuidades e rupturas». In *Subsídios para o Estudo da História Local*, Vol. 3, Anos 2004 e 2005, Setúbal, pp. 303-318.
- CARVALHO, A. Rafael (2008), «A musalla do Hisn Turrus / Torrão. Uma hipótese de trabalho». In *Al-Madan online – adenda electrónica*, II Série (16), Dezembro 2008, pp. 1-26.
- CARVALHO, A. Rafael (2009), «A antiguidade tardia e a islamização da costa Sesimbrense». In *Manuel Calado et al., O Tempo do Risco – Carta Arqueológica de Sesimbra*, Câmara Municipal de Sesimbra, pp. 172-191.
- CARVALHO, A. Rafael, FARIA, João C. (1994), «Cerâmicas muçulmanas do Museu Municipal de Alcácer do Sal». In *Arqueologia Medieval*, 3. Edições Afrontamento, Porto, pp. 101-111.
- CARVALHO, A. Rafael; FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (1996), «Algumas Cerâmicas Muçulmanas da Lapa do Fumo (Sesimbra)». In *Sesimbra Cultural*, nº 5, pp. 21-23.
- CARVALHO, A. Rafael; FARIA, João C.; FERREIRA, Marisol A. (2008), *Alcácer do Sal Islâmica. Arqueologia e História de uma Madina do Garb al-Ândalus (séculos VIII – XIII)*. Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Alcácer do Sal.
- CARVALHO, A. Rafael; SOUSA, Vítor Rafael de (2003), «A presença tardo-romana e muçulmana na Praia dos Coelhos / Galápos (Setúbal): Notícia Preliminar». In *Al-Madan*, 2ª Série, nº 12, Centro de Arqueologia de Almada, p. 187-188.
- COELHO, Catarina (2000), «A ocupação islâmica do Castelo dos Mouros (Sintra): interpretação comparada». In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3: 1. Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 207-225.
- COELHO, Catarina (2002), «O Castelo dos Mouros (Sintra)». In *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb. Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, Palmela, p. 389-395.
- COELHO, Catarina (2010), «Ruínas arqueológicas de São Miguel de Odriñas: a propósito da campanha de 1997». In *Arqueologia e História*, 58-59. Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 119-142.
- DIAS, M. I., PRUDÊNCIO, M. I., GOUVEIA, M. A., GOMES, A. & GASPAR, A. (2009), «Tecnologias de produção de cerâmicas pintadas dos séculos XI a XII do Castelo de São Jorge (Lisboa, Portugal)». In *Actas del Congreso International de Céramica Medieval en el Mediterráneo*. Cuidad Real. Asociación Española de Arqueología Medieval. Tomo II, pp. 963-966.
- DIAS, M. I., PRUDÊNCIO, M. I., GOUVEIA, M. A., GOMES, A. & GASPAR, A., (2009a), «Evolução das tecnologias de produção de cerâmicas pintadas dos séculos XI a XVI na cidade de Lisboa». In *Actas del Congreso International de Céramica Medieval en el Mediterráneo*. Asociación Española de Arqueología Medieval, Ciudad Real, Tomo II, pp. 509-514.
- DIAS, Maria Isabel, PRUDÊNCIO, Maria Isabel, BUGALHÃO, Jacinta, GOMES, Sofia, BRUM, Maria João Sousa e FOLGADO, Deolinda (2008), «A produção de cerâmicas no arrabalde ocidental da Lisboa islâmica – primeiros resultados arqueométricos». In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro, Setembro de 2004; A ocupação islâmica da Península Ibérica [Promontoria Monográfica, 11]. Universidade do Algarve, Faro, pp. 157-167.
- DIAS, Maria Isabel; PRUDÊNCIO, Maria Isabel; GOUVEIA, Maria Ângela (2001), «Arqueometria de cerâmicas islâmicas das regiões de Lisboa, Santarém e Alcácer do Sal (Portugal): caracterização química e mineralógica». In *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*. IPPAR/ Junta de Extremadura, Lisboa, pp. 257-281.
- DIOGO, A. M. Dias e TRINDADE, Laura (2000), «Intervenção arqueológica na Rua de São Nicolau, n.º 107/111 (Lisboa)». In *Arqueologia e História*, 52, pp. 231-252.
- ENCARNAÇÃO, José Manuel dos S. e CARDOSO, Guilherme (1996), Relatório das Sondagens efectuadas na Villa Romana do Casal do Clérigo (Cascais). Novembro de 1996 (documento policopiado). Processo n.º S – 06010, Arquivo de Arqueologia do IGESPAR, IP.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (1999), «Uma taça islâmica com decoração antropomórfica proveniente do Castelo de Palmela». In *Arqueologia Medieval*, 6. Edições Afrontamento, Porto, pp. 79-99.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2002), «O Castelo de Palmela: herança islâmica e domínio da Ordem de Santiago». In *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Palmela, 2000, Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, Lisboa, pp. 571-578.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2003), «Revestimentos e decoração em cerâmica islâmica de Palmela- Portugal». In *Actes du VII Congrès International sur la Céramique Médiévale en Méditerranée*, Tessalónica, Grécia, 11 a 16 de Outubro de 1999. Ministère de Culture / Caisses de Recettes Archéologiques, Atenas, pp. 639-652.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2004), *O Castelo de Palmela. Do islâmico ao cristão*. Edições Colibri – Câmara Municipal de Palmela.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2005), «Palmela no período da reconquista». In M. J. Barroca e I. C. Fernandes (Coord.), *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*. Actas dos seminários realizados em Palmela e Porto em 2003, Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Palmela, pp. 311-325.
- FERNANDES, Isabel Cristina F. (2008), «Alcaria do Alto da Queimada», «Castelo Islâmico», «Trabalhar o ferro, preparar a guerra». In FERNANDES e SANTOS, Roteiro da Exposição *Palmela Arqueológica: Espaços, Vivências, Poderes*. Município de Palmela, Palmela, pp. 39-51.
- FERNANDES, Isabel Cristina F.; CARDOSO, João Luís e ANDRÉ, M. da Conceição (2009), «Cerâmicas muçulmanas do Centro Histórico de Oeiras». In *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17, Câmara Municipal de Oeiras, Oeiras, pp. 97-115.
- FERNANDES, Isabel Cristina F.; CARVALHO, A. Rafael (1993), *Arqueologia em Palmela – 1988/92*. Catálogo da exposição com o mesmo nome, Outubro, Palmela.
- FERNANDES, Isabel Cristina F.; CARVALHO, A. Rafael (1997), «Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Palmela». In *Actas do VI Congrès International sur la Céramique Médiévale en Méditerranée*, Aix-en-Provence, 13-18 Novembro 1995, pp. 327-336.
- FERNANDES, Isabel Cristina F.; CARVALHO, A. Rafael (1999), «Elementos Para o Estudo da Ruralidade Muçulmana na Região de Palmela». In *Actas do II Congresso de Arqueologia Peninsular*, Setembro 1996, Zamora, pp. 517-526.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira e SANTOS, Michelle Teixeira (coord.) (2008), *Palmela Arqueo-*

- lógica. Espaços – vivências – poderes. Roteiro da Exposição.* Palmela: Câmara Municipal de Palmela/Museu Municipal, Palmela.
- FERNANDES, Lídia; MARQUES, António e TORRES, Andreia (2008), «Ocupação baixo medieval do Teatro Romano de Lisboa: a propósito e uma estrutura hidráulica, as cerâmicas vidradas e esmaltadas». In *Arqueología Medieval*, 10, Porto, pp. 159-183.
- FERNANDES, Lídia, MARQUES, António, FILIPE, Victor, CALADO, Marco (2006), «Intervenção arqueológica na Rua dos Bacalhoeiros (Lisboa, 2005-2006)». *Al-madan*, 14, II Série, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, pp. 60-65.
- FERREIRA, Ângela Maria G. (2008), Trabalhos de Arqueologia. Relatório Preliminar. Escavação Arqueológica do Telhal. 2008-10-09 (documento photocopiado). Processo n.º 991/007, Arquivo de Arqueologia do IGESPAR, IP.
- FERREIRA, Fernando E. Rodrigues (2001), «Os silos medievais de São Vicente de Fora». In *Arqueologia e História*, 53. Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 49-66.
- FERREIRA, Luís F. Pinhal (2009), *Da Pedra ao Acorde – O Castelo de Sesimbra*, Sextante Ed., Lisboa.
- FERREIRA, Mulize, RAMOS, Rita e JORGE, Ana (2000), «Zara. Rua Augusta. Relatório de Escavação. Processo S – 15596», In Arquivo de Arqueologia, IGESPAR, IP.
- GOMES, Ana (2003), «Cerâmica pintada a branco de Lisboa». In *VII Congrès International sur la Céramique Médiéval en Méditerranée*. Ed. Ch. Bakirtzis, Atenas, pp. 659-668.
- GOMES, Ana, GASPAR, Alexandra, GUERRA, Sandra, VALONGO, António, PIMENTA, João, PINTO, Paula, MENDES, Henrique, e RIBEIRO, Susana (2009), «A cerâmica vidrada da alcáçova do Castelo de S. Jorge». In *Actas del Congreso International de Céramica Medieval en el Mediterráneo*. Cuidad Real. Asociación Española de Arqueología Medieval, Tomo I, pp. 399-404.
- GOMES, Ana, GASPAR, Alexandra, PIMENTA, João, VALONGO, António, PINTO, Paula, MENDES, Henrique, RIBEIRO, Susana, GUERRA, Sandra (2001), «A cerâmica pintada de época medieval da Alcáçova do Castelo de São Jorge». In *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa, IPPAR / Junta de Extremadura, pp. 119-163.
- GOMES, Ana, GASPAR, Alexandra, VALONGO, António, PINTO, Paula, GUERRA, Sandra, RIBEIRO, Suzana, MENDES, Henrique Calé e PIMENTA, João (2009), «Cerâmicas medievais provenientes do Beco do Forno – Castelo de S. Jorge». In *Actas del Congreso International de Céramica Medieval en el Mediterráneo*. Cuidad Real. Asociación Española de Arqueología Medieval, Tomo II, pp. 955-966.
- GOMES, Ana, SEQUEIRA, Maria José (2001), «Continuidades e descontinuidades na arquitectura doméstica do período islâmico e após a conquista da cidade de Lisboa: escavações arqueológicas na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva». *Arqueología Medieval*, 7, Edições Afrontamento, Porto, pp. 103-110.
- LUNA, Isabel e CARDOSO, Guilherme (2002), «Escavações arqueológicas nos Paços do Concelho de Torres Vedras». In *Al-madan* 11. Centro de Arqueologia da Almada, Almada, p. 252.
- MARINHO, J. R. (1968), *Moedas muçulmanas de Beja e Silves (um achado muçulmano no concelho de Sesimbra)*, Sesimbra.
- NETO, Nuno; REBELO, Paulo; SANTOS, Raquel e FONTES, Tiago (2007), «Neoépica, Lda. Principais intervenções em 2007. Intervenção arqueológica na ZEP do Alto do Cidreira». *Al-madan*, 15, II Série. Almada, Centro de arqueologia de Almada, p. 5.
- NETO, Nuno; REBELO, Paulo; SANTOS, Raquel e FONTES, Tiago (2008), «Silos Islâmicos de Caparide». *Arqueología Medieval*, 10, Porto, Edições Afrontamento, pp. 105-111.
- NEVES, M. J.; FÉLIX, P.; GAMEIRO, C.; DIAS, G. (2009), *Casal do Mortal / Terrenos do futuro hospital de Loures – Sondagens prévias para diagnóstico arqueológico. Relatório Final de Intervenção de Arqueologia Preventiva*. Dryas Arqueologia. Coimbra. Processo 2003/1(528), Arquivo de Arqueologia, IGESPAR, IP.
- NIEUWENDAM, Lurdes; SANTOS, Raquel – (2008) «Villa Romana de Vilares – Cascais. Trabalhos arqueológicos em 2007-2008». In *Almadan on line*, 16, II Série. Almada, p. 2-3.
- PAIXÃO, António Cavaleiro e CARVALHO, António Rafael (2001), «Cerâmicas Almoadas de Al-Qasr Al-Fath (Alcácer do Sal)». In *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*. IPPAR/ Junta de Extremadura, Lisboa, pp. 199-229.
- PAIXÃO, António; FARIA, João Carlos; CARVALHO, A. Rafael (1994), «O Castelo de Alcácer do Sal. Um projecto de arqueologia urbana». In *Bracara Augusta*, Actas do Encontro de Arqueologia Urbana de Braga, vol. XLV, nº 97 (110), pp. 215-264.
- PAIXÃO, António Cavaleiro; FARIA, João Carlos; CARVALHO, A. Rafael (2002), «Aspectos da presença Almóada em Alcácer do Sal (Portugal)». In *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500). Actas sobre o Simpósio Internacional sobre Castelos*, 369-383, Lisboa / Palmela, Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela.
- PAIXÃO, António; FARIA, João Carlos; CARVALHO, A. Rafael (2001), «Contributo para o estudo da ocupação muçulmana no castelo de Alcácer do Sal: o Convento de Aracoeli». In *Arqueología Medieval*, nº 7, pp. 197-209, Edições Afrontamento, Porto.
- PEREIRA, Féliz Alves (1924), «Antiquités». *O Arqueólogo Português*. 1ª série: 26, p. 171-186.
- PICARD, Christophe e FERNANDES, Isabel Cristina F. (1999), «La défense côtière au Portugal à l'époque musulmane: l'exemple de la presqu'île de Setúbal». *Archéologie Islamique*, 8-9, (1998), Maisonneuve & Larose, Paris, pp. 67-94.
- RODRIGUES, José A. Severino (2005), *A presença medieval na vila romana de Caparide. Vivências continuadas. Trabalho apresentado na Cadeira «Relatório Final»*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Curso História Variante Arqueologia. Docente Rosa Varela Gomes (documento photocopiado).
- RODRIGUES, J. A. Severino e CABRAL, João (1990), «Silos medievais de Caparide». In *Arquivo de Cascais*, 9. Câmara Municipal de Cascais, Cascais, pp. 63-73.
- SABROSA, Armando e ESPÍRITO SANTO, Paulo (1992), «Almada Medieval / Moderna, um Projecto de Investigação». In *Al-Madan*, II Série, nº 1, pp. 5-12.
- SILVA, Ana Raquel (2004), «A villa de Frielas: tempo, espaço e funcionalidade». *Arqueología como documento*. Câmara Municipal de Loures, Loures, pp. 11-19.
- SILVA, Ana Raquel e BARBOSA, Pedro Gomes (2003), «Cerâmica de tradição muçulmana da villa romana de Frielas (Loures)». In *Arqueología Medieval*, n.º 8. Porto. Edições Afrontamento. pp. 109-127.

- SILVA, C. Tavares da, COELHO-SOARES, Antónia (1987), «Escavações arqueológicas no Creiro (Arrábida). Campanha de 1987». In *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 7, pp. 221-237.
- SOARES, Joaquina (2000), «Arqueologia urbana de Setúbal: problemas e contribuições». In *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida* (Trabalhos de Arqueologia: 14). Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 101-130.
- SOARES, Joaquina (2002), «MAEDS – Trabalhos arqueológicos, Novas estratigrafias para a História de Setúbal». In *Al-madan*, 11. Centro de Arqueologia da Almada, Almada, pp. 250-251.
- SOUSA, Ana Catarina de Freitas Alves Bravo de; MIRANDA, Marta Alexandra Vasconcelos Tomaz; SOUSA, Elisa Rosa Barbosa de; CARVALHO, Liliana Adelaide Veríssimo (2009), *Vale do Casal Mourão – Relatório final. 2009-01-09* (documento policopiado). Processo n.º S – 30745, Arquivo de Arqueologia, IGESPAR, IP.
- VALE, Ana e FERNANDES, Lídia (2002), «Intervenção arqueológica na Praça de D. Pedro IV (Rosário) em Lisboa». *3º Encontro de Arqueologia Urbana – Actas*, Almada, Câmara Municipal de Almada, pp. 109-121.
- Património Metropolitano (2002), *Património Metropolitano: Inventário geo-referenciado do Património da Área Metropolitana de Lisboa*, CD-ROM, AML.
- Castelo de São Jorge. Núcleo Museológico (2009), Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa/EGEAC, EM, 82 p.
- VV.AA., (1998), *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Instituto Português de Museus, Lisboa.
- VV.AA. (1994), *Lisboa Subterrânea*. Instituto Português de Museus, Lisboa.

NOTAS

- 1 Dados apresentados oralmente pela arqueóloga Marisol Ferreira em conferência proferida em Sines, 2009.
- 2 Escavações dirigidas por A. Cavaleiro Paixão. A referência a esta cerâmica encontra-se num poster exibido no núcleo museológico da igreja do Senhor dos Mártires.
- 3 Informação oral prestada pelo arqueólogo António Rafael Carvalho.
- 4 Para além da referência bibliográfica, seguimos as indicações orais do arqueólogo.

A CERÂMICA VERDE E MANGANÉS DO CASTELO DE SINTRA

CATARINA COELHO*

1. INTRODUÇÃO AO SÍTIO

Os trabalhos arqueológicos realizados, entre 1993 e 2001, no Castelo de Sintra, vulgarmente denominado «dos Mouros» permitiram pôr a descoberto um pequeno núcleo habitacional localizado numa área delimitada pela fortificação e a primeira linha de muralhas. Esta área encontra-se no patamar de vertente imediatamente a Sul da Capela de São Pedro de Canaferrim, onde em 1981 foi efectuada uma intervenção arqueológica. Aquando do início da escavação da nova zona optou-se por designá-la com o mesmo topónimo, acrescentando-lhe apenas a referência *locus* 2, na sequência do primeiro.

Este é um espaço extramuros do recinto fortificado principal, onde foi possível, apesar da exiguidade da área intervencionada (apenas 60 m² aproximadamente), obter dados significativos para a caracterização da presença islâmica nesta cidade do Garb al-Àndalus.

Os trabalhos arqueológicos efectuados até 2001 permitiram identificar diversos contextos conservados do Neolítico antigo, Idade do Bronze e Época Medieval pré e pós-reconquista.

Os vestígios materiais e estruturais da ocupação islâmica do Sítio de São Pedro de Canaferrim – balizada entre os séculos IX-XII – apontam para a existência de uma área habitacional, com silos para o armazenamento e conservação de alimentos (Fig. 3a), fora do espaço privilegiado do recinto fortificado, mas numa vertente

morfológica, climatérica e estrategicamente favorável à implantação deste tipo de estruturas (Coelho, 2000).

Ao longo das seis campanhas identificou-se uma pequena estrutura habitacional com pelo menos dois compartimentos bem delimitados. Porém, o reconhecimento de dois troços de muros subjacentes àquela construção, bem como de uma estrutura de combustão sob a parede separadora das duas divisões, contribuiu para adensar a complexidade interpretativa das diversas ocupações durante a época islâmica, ainda que confirme a larga diacronia de ocupação do sítio.

2. INTRODUÇÃO AOS CONTEXTOS

O estado de remobilização de grande parte dos contextos do *locus* 2 de São Pedro de Canaferrim originou a ocorrência de fragmentos de cerâmica verde e manganés em ambientes diversos, muitas vezes de caracterização

* Arqueóloga. Câmara Municipal de Sintra. e-mail: catgcoelho@gmail.com

dúbia, e quase sempre descontextualizados das camadas originais.

Foram recolhidos fragmentos nas unidades relacionadas com os estratos superficiais (UE's 0, 18, 19, 24), formados sobretudo por escorrências de vertente, pela derrocada de pequenos e instáveis muros de suporte, bem como decorrentes do plantio massivo de árvores em meados do século XIX. Esses exemplares acabaram muitas vezes por colar com fragmentos provenientes de níveis de abandono conservados.

Acresce que, durante a Baixa Idade Média, a área do castelo de Sintra terá sido pontualmente ocupada pelos exércitos opositores ao Mestre de Avis, no contexto da Crise de 1383-85, resultando como testemunhos desta ténue ocupação os vestígios de uma estrutura de combustão, junto à qual foram recolhidos 4 fragmentos que aparentemente constituem produções de verde e manganés, certamente remobilizados das unidades estratigráficas limítrofes.

De forma idêntica, a presença de uma estrutura de sepultura pertencente ao campo santo da igreja românica de São Pedro de Canaferrim, a Norte, provocou alterações nos contextos preexistentes, pelo que no enchimento da referida sepultura foi recolhido um fragmento do tipo de produção cerâmica em estudo (Ferreira, Simões e Coelho, 2000).

Por outro lado, exumaram-se exemplares em ambientes de abandono quer das estruturas propriamente ditas, quer dos distintos níveis de ocupação (UE's 1, 2, 21, 34, 45, 79 e 82 – derrube).

A maior percentagem de exemplares (43%, correspondendo a 73 peças) provém, no entanto, do ambiente de lixeira, que se encontrava concentrado nas traseiras do muro estrutural da habitação, num área exígua confinada a Norte pelos penedos graníticos.

Esta área era composta por estratos de ter-

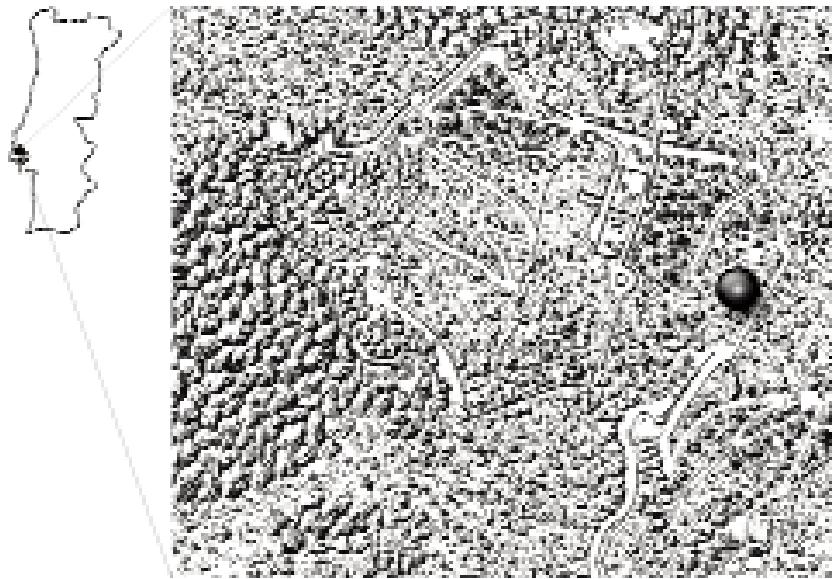


Figura 1 – Localização do designado *locus* 2¹.

ras escuras compactas mas de diferentes colorações, daí resultando a individualização das diversas unidades estratigráficas (35, 36, 40, 51), de formação descontínua, mas rápida. Da sua composição constava, para além de carvões, um avultado conjunto de materiais arqueológicos, entre telhas e artefactos metálicos, com especial expressão para os fragmentos cerâmicos, de entre um conjunto notável de restos faunísticos (ca. de 5 kg) cujo estudo arqueozoológico confirma o consumo de ovinos e caprinos (73%), vaca (7%), porco (2%) e veado (15%) de entre outras espécies cinegéticas, como coelho, perdiz e galinha (Davis, 2003).

Quanto à área de implantação dos silos verificou-se que esta terá correspondido numa derradeira fase de ocupação do sítio a uma ampla zona de lixeira, através da colmatação das várias estruturas, algumas das quais possivelmente em simultâneo.

Constatou-se, igualmente, que alguns dos silos deverão ter sido apenas entulhados antes da ocupação do designado compartimento 1, uma vez que parte destas estruturas se encontravam parcialmente cobertas pelo pavimento correspondente a essa fase.

Ainda que seja revestida de grande complexidade a identificação / individualização dos diversos silos em planta, optou-se por escavar os vários estratos correspondentes aos enchimentos dos mesmos, de acordo com a sua identificação no terreno, tendo em conta os contornos das paredes das próprias fossas. Desta forma foi possível verificar que os silos 1 e 2 foram cortados pelo silo 3 que, por sua vez, foi cortado pelo silo 4. Este, por seu turno, cortou os silos 5, 6 e 7; este último também cortado pelos silos 6 e 8.

Destaque-se que os silos foram quase sempre identificados na base, sendo por isso mesmo a individualização dos seus conteúdos muito difícil de estabelecer (Fig. 3b).



Figura 2 – Planta do sítio arqueológico.

Para além disso, a existência neste local específico de uma marcante ocupação do Neolítico antigo, testemunhada exclusivamente pela identificação de estruturas negativas – fossas –, e respectivos conteúdos (Simões, 1999), dificultou a atribuição dos vestígios estruturais dos silos unicamente à presença islâmica desta estrutura habitacional. Aliás, questionámo-nos, frequentemente, se a presença das fos-

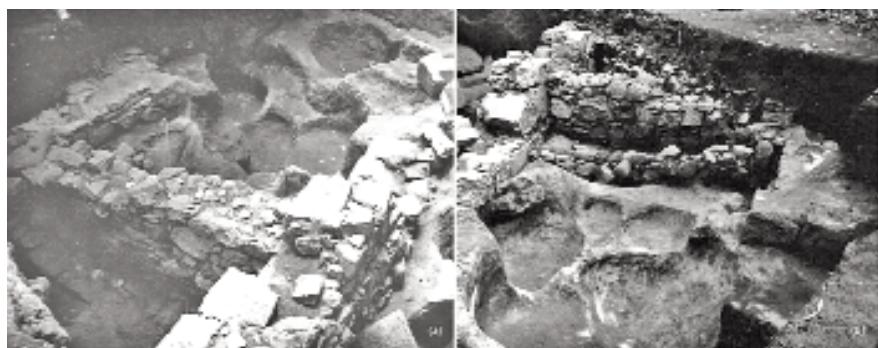


Figura 3. Perspectivas gerais do *locus* 2.

sas neolíticas não estaria a induzir a existência dos silos medievais, tendo em perspectiva a derradeira utilização destas estruturas como área de abandono / lixeira.

Porém, do conjunto das unidades estratigráficas associadas ao enchimento dos silos (UE's 8, 52, 84, 95, 97, 104) advêm diversos fragmentos de cerâmica decorada a verde e manganés, que se encontravam associados a um conjunto diversificado de cerâmica comum, corda seca total e parcial, de entre numerosos vestígios de fauna mamalógica e avifauna (ca. de 2 kg).

As colagens efectuadas entre diversos fragmentos de distintas unidades estratigráficas comprovam, assim, a grande remobilização de peças verificada nos contextos de lixeira e abandono e, sobretudo, provocada pela implantação dos vários silos que perfuraram os contextos anteriormente preservados.

Dos estratos de ocupação propriamente ditos registaram-se 6 fragmentos de cerâmica verde e manganés, um dos quais associado à estrutura de combustão identificada no canto do compartimento nascente.

Sistematizando, podemos afirmar que na estrutura habitacional identificada, a presença dos silos se encontra associada a um compartimento único evidenciando originalmente um local de resguardo de produtos alimentares. Por outro lado, confirmou-se que a implantação da casa islâmica destruiu grande parte dos eventuais testemunhos conservados das ocupações humanas anteriores.

3. DESCRIÇÃO DO CONJUNTO CERÂMICO

Do vasto e diversificado acervo artefactual exumado isolou-se um conjunto de 169 fragmentos de cerâmica decorada a verde e manganés.

Destes foi possível identificar a forma em

158 dos casos, pelo que apenas 11 foram classificados como indeterminados.

Quanto à contagem dos fragmentos classificáveis, optou-se por agrupá-los da seguinte forma:

- os fragmentos que não colam mas que parecem ser de outras peças não foram contabilizados individualmente, sendo associados àquelas;
- individualizaram-se os fragmentos que não colam mas que se parecem com outras peças, muito embora quer a pasta, quer a coloração, apresentem claras distinções ou parecenças diminutas.

3.1. Ficha de inventário adoptada

A colecção foi classificada de acordo com a proposta de Helena Catarino (1997-98), afinalada para a coloração das pastas e superfícies de acordo com a amostra em estudo. Em paralelo, associaram-se as designações assumidas por Rosselló-Bordoy (1991) na sua sistematização de nomenclatura cerâmica.

Porém, para as definições de paralelos formais e temáticos recorremos às múltiplas tipologias disponíveis, concretamente para a área da Meseta e Córdoba, bem como ao *corpus* de Retuerce e Zozaya (1986), para além da procura de paralelos em outros trabalhos de índole mais diversificada.

3.2. Caracterização dos fragmentos

A colecção é composta maioritariamente por fragmentos de parede (98), seguindo-se os bordos (60) e, finalmente os fundos, conjunto nitidamente residual (11).

Foi possível registar um claro predomínio das formas abertas, concretamente tigelas e malgas vidradas, de maior ou menor dimen-

são, integrando as séries *ataifor* e *jofaina* de Rosselló-Bordoy, que atingem 85% da amostra. As formas fechadas são francamente residuais (apenas 8%), não tendo sido possível obter um desenho concreto destes exemplares com exceção para uma única peça (Figura 9: 16).

A 7% dos exemplares, pela sua dimensão, não foi possível atribuir qualquer classificação formal do tipo Aberta / Fechada.

3.3. Tipologias

Identificaram-se 6 tipos quanto à forma, constituindo o grupo das tigelas ou malgas vidradas, série *ataifor*, o mais representativo do conjunto analisado:

- Tigelas ou malgas vidradas: 78% (gr. *tayfur* de Rosselló, 1991, p. 167; tipos 5 e 7 do inv. de H. Catarino; série 1 e 7 de Rosselló-Bordoy e 20 e 21 de Bazzana);
- Pequenas tigelas ou malgas vidradas: 7% (gr. *tayfur* de Rosselló, 1991, p. 167; tipos 5 e 7 do inv. de H. Catarino; série 1 e 7 de Rosselló-Bordoy e 20 e 21 de Bazzana);
- Infusas, cantarinhas ou bilhas: 4% (tipo 10 do inv. de H. Catarino; série 3B de Rosselló-Bordoy);
- Jarrinhas: 3% (gr. *Yarra* de Rosselló, 1991, p. 165; tipo 8 do inv. de H. Catarino; série 3 e variantes de Rosselló-Bordoy e formas 15 e 16 de Bazzana),
- Pequenos potes: 1% (gr. *Quilla* de Rosselló, 1991, p. 164; tipo 12 do inv. de H. Catarino; série 12 de Rosselló-Bordoy, forma 2, 3 e 4 de Bazzana),
- Púcaros: 1% (tipo 9 do inv. de H. Catarino; série 4 e variantes de Rosselló-Bordoy, formas 6, 13 e 14 de Bazzana).

Quanto à tipologia dos bordos, e tendo em atenção que só 61 fragmentos exibem esta parte da peça, existe mais uma vez um grupo em claro destaque – *lábio/bordo em semicírculo*, resultando as restantes categorias uniformemente distribuídas.

Os fragmentos de fundo são claramente residuais em todo o conjunto, perfazendo apenas 7% do mesmo, distribuindo-se equitativamente entre pé anelar (5 frag.) e fundo plano (5 frag.), sendo que apenas um apresenta base desenvolvida.

O grupo maioritário desta colecção corresponde aos fragmentos simples de parede que como se esperaria atinge uma maior percentagem na classificação de *convexa divergente* (79%, correspondendo a 133 unidades).

Do ponto de vista das pastas propriamente ditas, observa-se um claro predomínio das cozeduras oxidantes, não sendo contudo de desprezar as pastas com cozeduras irregulares, compostas por colorações muitas vezes formadas pela associação de distintas e contrastantes tonalidades.

Assim, as pastas de coloração alaranjada (26%), rosada (18%) e creme rosada (23%) aparecem no topo da lista classificativa, seguidas das pastas cremes esbran-

quiçadas ou acinzentadas (14%). Um quinto grupo corresponde às cozeduras irregulares (18%) que integram colorações tão díspares como «cinzenta e laranja», «creme e laranja», «rosada e acinzentada», «creme rosada e laranja» e, ainda, «creme e rosada».

A elevada percentagem da presença de materiais desengordurantes de *pequena dimensão ou mesmo raros e invisíveis a olho nu* (ambas totalizando 82%) é justificada pela depuração das pastas para o fabrico deste tipo de peças de mesa de alta qualidade.

Os elementos não plásticos observados macroscopicamente revelam a presença maioritária de areias (27%), seguindo-se os feldspatos (21%) e a associação de micas e feldspatos (11%). Claro está que esta identificação será de certo modo falível dado o tipo de observação efectuado. Trata-se apenas de uma estimativa, naturalmente reversível pela análise microscópica das pastas em causa.

Associando-se estes dados quer às formas, quer aos temas decorativos, é possível relacionar algumas das peças a centros produtores peninsulares já amplamente difundidos. Seria, pois, importante analisar arqueometricamente alguns destes exemplares de forma a obter dados mais específicos, contribuindo, deste modo, para a caracterização da circulação destes produtos no al-Ândalus.

Relativamente ao tratamento das superfícies das peças analisadas destacam-se significativamente os fragmentos que no anverso e no reverso ostentam o recurso à aplicação de vidrado transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado (119 frag. sup. int. e 65 frag. sup. ext.). Seguem-se, numa ocorrência menor, os vidrados melados (9 frag./30 frag.), os esbranquiçados (17 frag./27 frag.) e os amarelos claros esverdeados (6 frag./25 frag.).

As superfícies externas vidradas a verde (9 frag.) assumem a supremacia entre o grupo de todas as outras colorações de ocorrência residual.

Já nas superfícies internas é a coloração creme amarelada (11 frag.) aquela que sequencia os grandes grupos anteriores.

Quanto à análise da conjugação das colorações das duas superfícies das peças verifica-se um claro predomínio dos fragmentos que em ambos os casos apresentam vidrado transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado. Por outro lado, confirma-se que os fragmentos cujos reversos apresentam vidrados melados, esbranquiçados, amarelos esverdeados, verdes e cremes amarelados ostentam maioritariamente os anversos com vidrado transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado. A única excepção reside em cerca de uma dezena de exemplares conjuntamente vidrados interna e externamente com uma coloração esbranquiçada.

4. MOTIVOS DECORATIVOS

Tendo em conta os dados obtidos para a coloração e tratamento das superfícies dos fragmentos estudados registou-se quase em exclusivo a aplicação dos temas

decorativos nos anversos cobertos com vidrado transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado. Exceptua-se uma peça onde foram pintados *círculos e segmentos de círculos* ostentando vidrado esbranquiçado, bem como motivos geométricos em superfícies internas meladas e amarela esverdeadas.

A localização dos motivos decorativos ocorre natural e maioritariamente na superfície interna em 62% das peças, sendo apenas 2% na área do bordo. Simplesmente 4% correspondem a decoração localizada na superfície externa relacionados com as formas fechadas.

Os temas decorativos integram a panóplia já amplamente documentada na bibliografia (Fig. 10). Assim, em 36% dos casos não foi possível determinar qual o motivo expresso e 36% não ostentavam decoração.

Os motivos decorativos distribuem-se *grosso modo* equitativamente, à excepção dos *temas vegetalistas/florais* (gr. B-3-a-1-D e gr. B-3-a-1-F-4 de Retuerce y Zozaya, 1986) em 29 dos exemplares e os *geométricos* em 12 fragmentos. O *cordão da eternidade* (gr. B-3-a-1-C de Retuerce y Zozaya, 1986) surge representado em 3 fragmentos e os motivos *zoomórficos* (gr. B-3-a-1-E de Retuerce y Zozaya, 1986) em apenas 1, tal como os *círculos e segmentos de círculos* (gr. B-3-a-1-B de Retuerce y Zozaya, 1986).

5. PARALELOS

Para a amostra disponível, como era esperável, encontramos paralelos em diversos sítios do al-Ândalus.

Assim, no capítulo da temática *vegetalista/floral* existem paralelos no Castelo Velho de Alcoutim (Catarino, 1997/1998, Est. 48.4), nas colecções de Lisboa/Rua dos Correeiros, no conjunto de materiais importados (Buga-Ilhão e Folgado, 2001, n.º 48), numa peça reco-

lhida em Mértola (Macias, 1992, Fig. 5), num fragmento idêntico recolhido em Valência (Bazzana, 1991, p. 357), respectivamente para quatro fragmentos do Castelo de Sintra (Fig. 8: 16, Fig. 7: 2, Fig. 5: 5 e 8).

No tema concreto da *flor-de-lótus* registam-se semelhanças (Fig. 5: 3) com uma peça de Niebla (Pérez Macias e Bedia, 1993, Fig. 17), e aparentemente também em Lisboa (Bugalhão, Gomes e Sousa, 2007, n.º 3250).

No âmbito dos motivos *geométricos* (Fig. 5: 9) registam-se, entre outros, paralelos em Badajoz (Valdez Fernández et. al., 2001, Fig. 4) e concretamente no tema dos *círculos e segmentos de círculos* (Fig. 8: 8) semelhanças na peça de Cervera/Madrid (Retuerce, 1986, Fig. 21.5).

Relativamente aos temas *zoomórficos* verificaram-se paralelos para um exemplar (Fig. 9: 15) no Castelo Velho de Alcoutim (Catarino, 1997/1998, Est. 46.6) e no Antic Portal de Magdalena/Lérida (Esco, Giralt e Sénac, 1988, p. 63, n.º 25), para representações de aves.

Apurou-se que, de um modo geral, os fragmentos recolhidos no castelo de Sintra encontram exemplares análogos em diversos contextos peninsulares, desde os óbvios de Córdoba – Madinat al-Zahara e Cercadilla –, passando por Valência, área da Meseta, Badajoz, Mértola, Alto Algarve Oriental e, claro está, Lisboa.

A localização de Sintra na região de Lisboa, centro urbano palco de múltiplos intercâmbios quer regionais, quer de longa distância, pela presença de variadas rotas marítimas, terrestres e fluviais justifica esta constatação.

De todo o conjunto caracterizado claramente por fabricos importados, destaca-se um grupo residual que poderá corresponder a produções regionais, duvidamos locais (Figs. 7: 10 e 12) eventualmente semelhantes aos registados anteriormente nos ateliers já identifica-

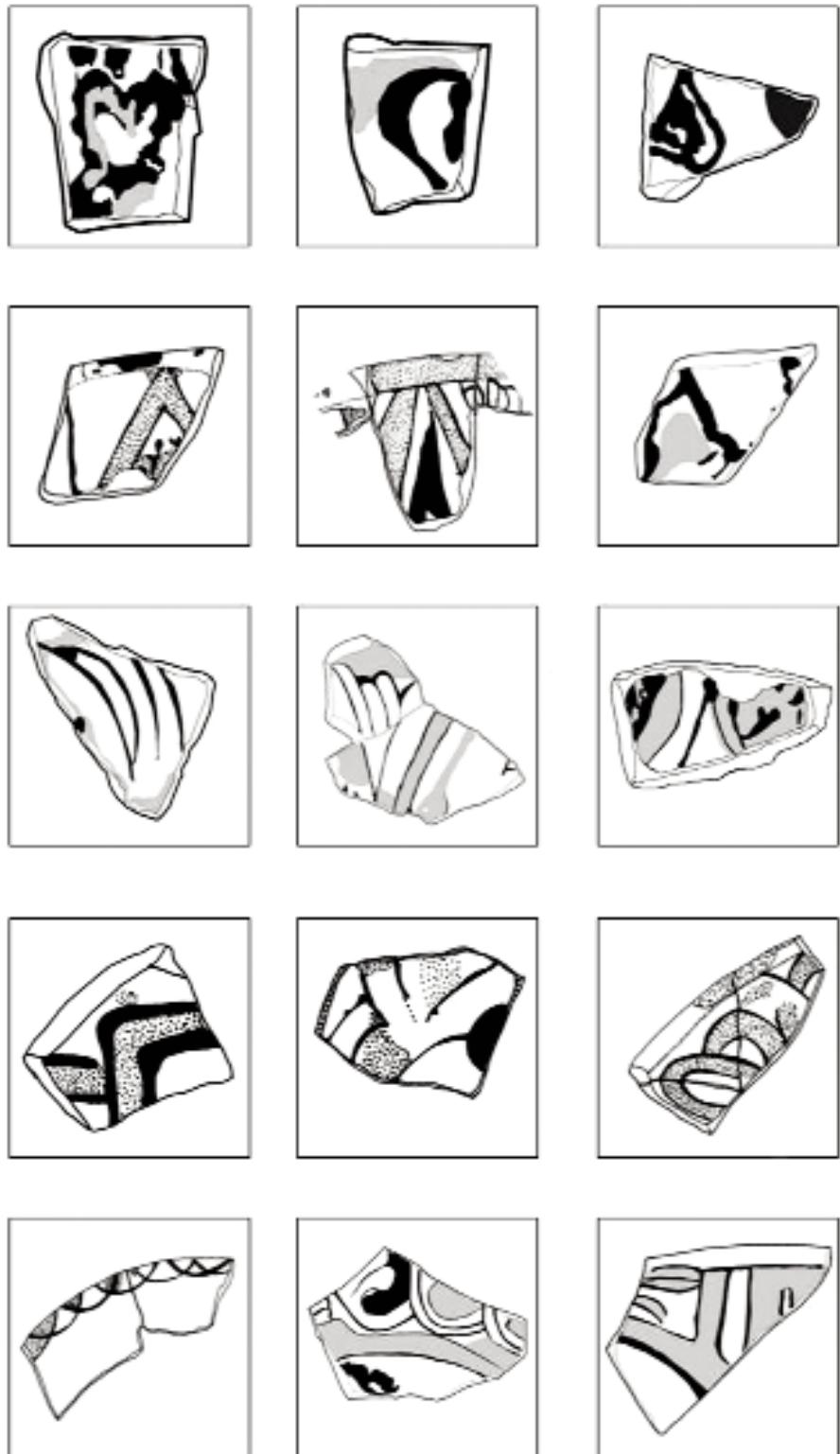


Figura 4 – Quadro síntese dos principais motivos decorativos registados.

dos em Lisboa (Bugalhão e Gomez, 2001) e justificados pela «existência de produções de imitação, [pelo que] a importação de procedimentos técnicos inovadores e a reprodução de motivos decorativos claramente originários de centros oleiros localizados nos centro do Al-Ândalus podem considerar-se reflexos da integração da região de Lisboa na civilização islâmica mediterrânea medieval» (Bugalhão e Gómez, 2005, p. 259).

Aliás, a existência já confirmada de um forno cerâmico em Sintra atribuível à Baixa Idade Média – associado à edificação do denominado Palácio da Vila (Sabrosa, Carvalho e Julião, 2003) – poderia, de algum modo, pressupor a herança de uma tradição oleira local, para a qual, desafortunadamente, não temos os mais remotos indícios.

A similitude de algumas das peças exumadas com exemplares recolhidos na área de Badajoz, justificar-se-á, para os fragmentos atribuídos ao período pós-califal, pela dominação político-administrativa do reino aftássida sobre a região de Lisboa, o que permitiria uma maior preferência de produtos desta esfera económica. Realce-se, efectivamente, a recolha numa camada de revolvimento de um *dirham* de cunhagem de Umar al-Mutawakkil – 1067-1095.

6. CRONOLOGIAS

A análise tipológica dos bordos, fundos e motivos decorativos patentes nesta colecção aponta maioritariamente para um conjunto coeve do século XI, muito embora possam ser indexados alguns paralelos ao catálogo meseteno (Retuerce, 1998 – forma A tipos 08.a, 08.b, 09, 12.b e 13.b) na transição do século X-XI.

Existe, porém, um fragmento de pequena tigela vidrada (Fig. 8: 7) cujo tratamento de superfícies parece apontar para uma fase mais tardia, mas efectivamente com paralelos formais em Calatalifa (Retuerce Velazco, 1998, tipo A.12.E, n.º 47), ainda igualmente do período califal.

CONCLUSÃO

No que diz respeito ao sítio arqueológico, propriamente dito, confirmou-se a relevância deste núcleo habitacional projectando-o para ambientes califais, tal como já havia sido adiantado nos trabalhos anteriormente apresentados (Coelho, 2000; 2002).

A recolha, num local de exíguas dimensões, de um conjunto tão diversificado como o que aqui se apresentou, para mais no exterior do recinto amuralhado principal, pressupõe a existência de um núcleo populacional economicamente desenvolvido e sócio-culturalmente dinâmico.

Em conclusão, os dados agora divulgados reiteram, uma vez mais, a importância da *madinat Sintara* no contexto dos centros urbanos do Garb al-Ândalus.

CATÁLOGO

Figura 5, n.º 1

Fragmento de bordo.

Pasta cor alaranjada, homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo melado/interno esbranquiçado.

Bordo de lábio com ressalto externo.

Dim.: esp. bordo: 6,5mm; esp. parede: 6mm.

Inv.: CSP2(95)[19]2

Cron.: X-XI

Figura 5, n.º 2

Fragmento de bordo.

Pasta cor creme, homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo/interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Bordo em semicírculo.

Dim.: d. bordo: 280mm; esp. bordo: 8,5mm; esp. parede: 6mm.

Inv.: CSP/M/81/263

Cron.: X-XI

Figura 5, n.º 3

Fragmento de bordo.

Pasta cor irregular (rosada e acinzentada), homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo verde/interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelo.

Bordo em semicírculo.

Dim.: d. bordo: 310mm; esp. bordo: 6,5mm; esp. parede: 5mm.

Inv.: CSP3(98)[36]4

Cron.: X-XI

Figura 5, n.º 4

Fragmento de bordo.

Pasta cor creme rosada, homogénea, c.n.p. finos. Superfícies decoradas a verde e manganés (?) com vidrado externo melado/interno melado.

Bordo em semicírculo.

Dim.: d. bordo: 170mm; esp. bordo: 9mm; esp. parede: 8mm.

Inv.: CSP1(94)[8]5

Cron.: X-XI

Figura 5, n.º 5

Fragmento de bordo.

Pasta cor creme, homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado

externo/interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Bordo em semicírculo.

Dim.: d. bordo: 270mm; esp. bordo: 6mm; esp. parede: 5,5mm.

Inv.: CSP2(95)[0]3

Cron.: X-XI

Figura 5, n.º 6

Fragmento de bordo.

Pasta cor rosada, homogénea, c.n.p. finos. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo amarelo claro esverdeado/interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Bordo em semicírculo

Dim.: d. bordo: 228mm; esp. bordo: 8mm; esp. parede: 7mm.

Inv.: CSP3(98)[24]4 / [35]2

Cron.: X-XI

Figura 5, n.º 7

Fragmento de bordo.

Pasta cor creme, homogénea, c.n.p. finos e raros.

Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo/interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Bordo em semicírculo

Dim.: d. bordo: 244mm; esp. bordo: 7mm; esp. parede: 6,5mm.

Inv.: CSP2(95)[0]15

Cron.: X-XI

Figura 5, n.º 8

Fragmento de bordo.

Pasta cor creme, homogénea, c.n.p. finos e raros.

Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo amarelo claro esverdeado / interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Bordo em semicírculo.

Dim.: d. bordo: 286mm; esp. bordo: 8,5mm; esp. parede: 7mm.

Inv.: CSP2(95)[0]9

Cron.: X-XI

Figura 5, n.º 9

Fragmento de bordo.

Pasta cor creme rosada, homogénea, c.n.p. finos e médios. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo melado / interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Bordo em semicírculo.

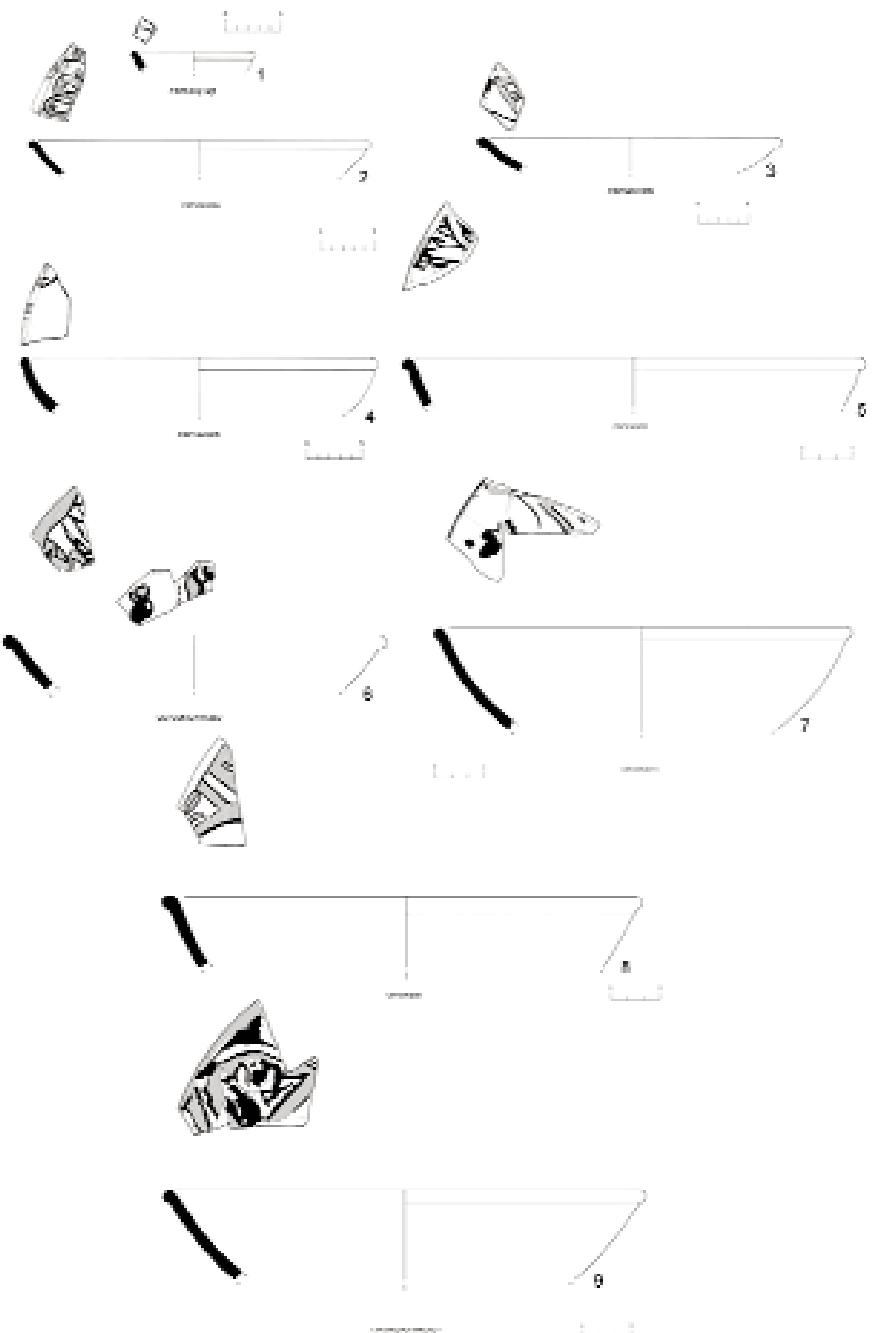


Figura 5.

Dim.: d. bordo: 282mm; esp. bordo: 7,5mm; esp. parede: 6,5mm.

Inv.: CSP2(95)[24]3 / 3(98)[35]21

Cron.: X-X

Figura 6, n.º 1

Fragmento de bordo.

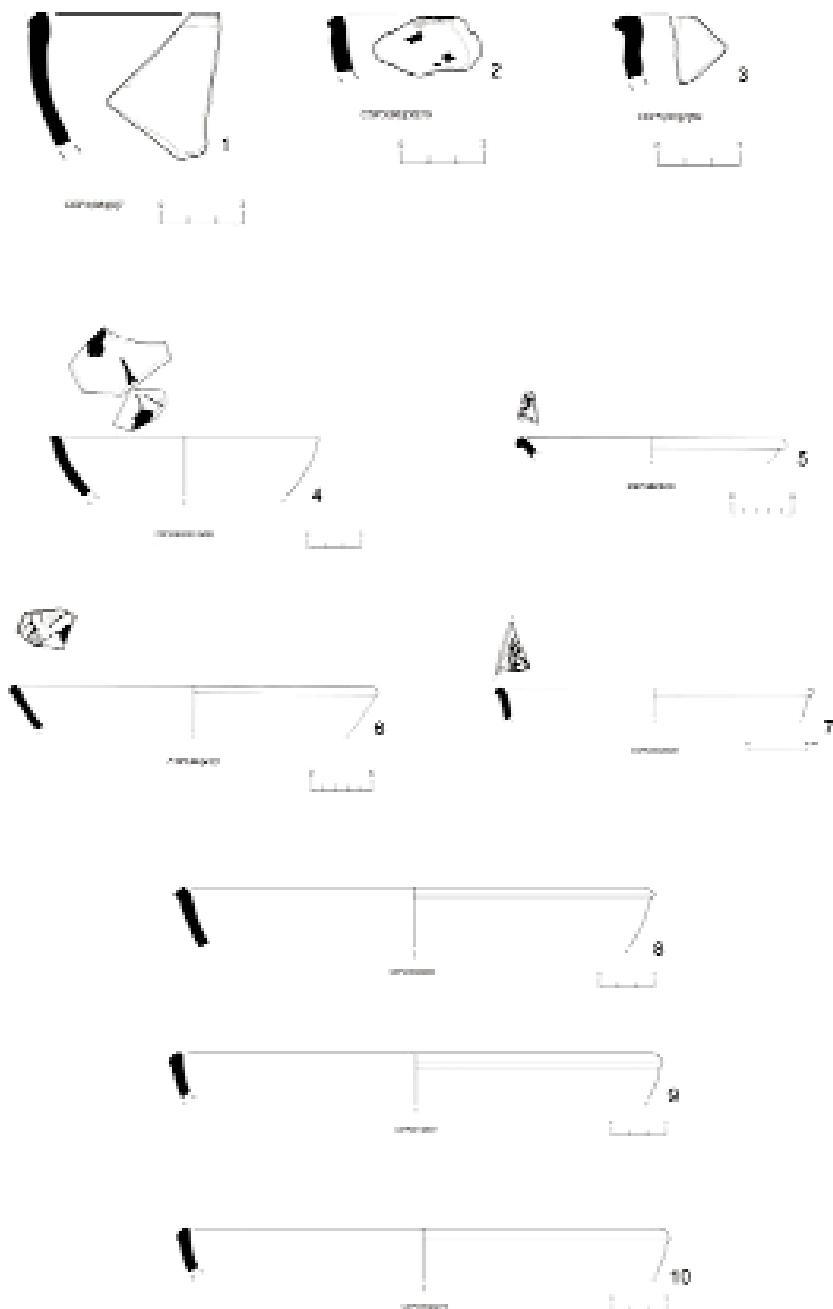


Figura 6.

Pasta cor creme rosada, homogénea, c.n.p. finos. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo amarelo claro esverdeado/interno creme amarelado.

Bordo em semicírculo.

Dim.: esp. bordo: 7,5mm; esp. parede: 6mm.

Inv.: CSP3(98)[0]7

Cron.: X-X

Figura 6, n.º 2

Fragmento de bordo.

Pasta cor alaranjada, homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo amarelo claro esverdeado/interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Bordo com inflexão e espessamento externo.

Dim.: esp. bordo: 6mm; esp. parede: 6,5mm.

Inv.: CSP3(98)[36]19

Cron.: X-XI

Figura 6, n.º 3

Fragmento de bordo.

Pasta cor rosada, homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo verde/interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Bordo com inflexão e espessamento externo.

Dim.: esp. bordo: 10mm; esp. parede: 6mm.

Inv.: CSP5(00)[2]69

Cron.: X-XI

Figura 6, n.º 4

Fragmento de bordo.

Pasta cor rosada, homogénea, c.n.p. finos. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo/interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Bordo com inflexão e espessamento externo.

Dim.: d. bordo: 140mm; esp. bordo: 5,5mm; esp. parede: 5mm.

Inv.: CSP3(98)[36]1 / [40]6

Cron.: X-XI

Figura 6, n.º 5

Fragmento de bordo.

Pasta cor alaranjada, homogénea, c.n.p. finos. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo esbranquiçado/interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Bordo em semicírculo

Dim.: d. bordo: 212mm; esp. bordo: 8,5mm; esp. parede: 6mm.

Inv.: CSP3(98)[34]3

Cron.: X-XI

Figura 6, n.º 6

Fragmento de bordo.

Pasta cor rosada, homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo/interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Bordo triangular.

Dim.: d. bordo: 300mm; esp. bordo: 8mm; esp. parede: 5,5mm.

Inv.: CSP3(98)[45]5

Cron.: X-XI

Figura 6, n.º 7

Fragmento de bordo.

Pasta cor irregular (rosada e acinzentada), homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo/interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Bordo em semicírculo.

Dim.: d. bordo: 270mm; esp. bordo: 8mm; esp. parede: 6mm.

Inv.: CSP5(00)[36]48

Cron.: X-XI

Figura 6, n.º 8

Fragmento de bordo.

Pasta cor irregular (alaranjada e acinzentada), homogénea, c.n.p. finos. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo verde/interno esbranquiçado.

Bordo triangular.

Dim.: d. bordo: 252mm; esp. bordo: 8mm; esp. parede: 6mm.

Inv.: CSP3(98)[0]209

Cron.: X-XI

Figura 6, n.º 9

Fragmento de bordo.

Pasta cor irregular (rosa com núcleo cinzento), homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo/interno melado.

Bordo triangular.

Dim.: d. bordo: 242mm; esp. bordo: 7mm; esp. parede: 8mm.

Inv.: CSP6(01)[90]1

Cron.: X-XI

Figura 6, n.º 10

Fragmento de bordo.

Pasta cor creme rosada, homogénea, c.n.p. finos e médios. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo melado/interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Bordo triangular.

Dim.: d. bordo: 258mm; esp. bordo: 7,5mm; esp. parede: 6mm.

Inv.: CSP5(00)[0]215

Cron.: X-XI

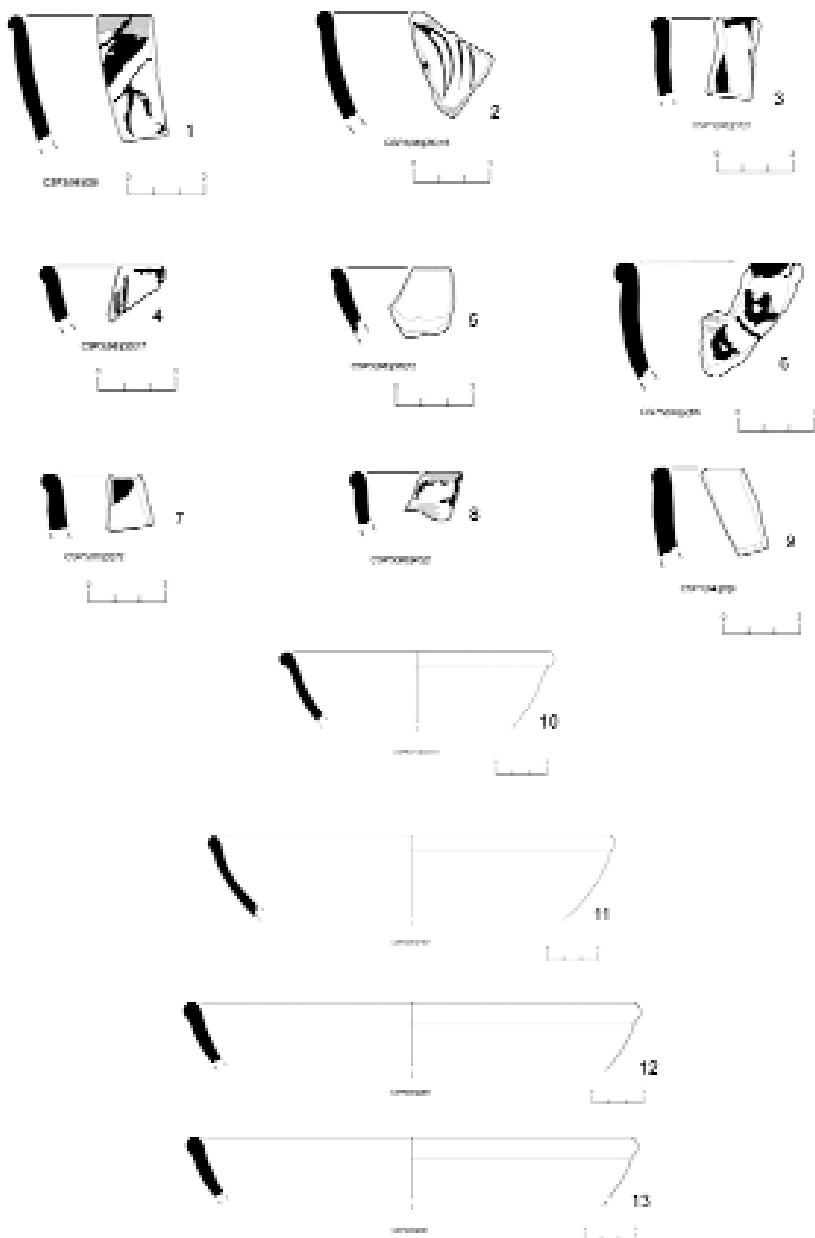


Figura 7.

Figura 7, n.º 1

Fragmento de bordo.

Pasta cor creme rosada, homogénea, c.n.p. finos e médios. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo melado/interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Bordo em semicírculo.

Dim.: esp. bordo: 7mm; esp. parede: 6,5mm.

Inv.: CSP3(98)[0]8

Cron.: X-XI

Figura 7, n.º 2

Fragmento de bordo.

Pasta cor creme rosada, homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo/interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Bordo em semicírculo

Dim.: esp. bordo: 7,5mm; esp. parede: 6,5mm.

Inv.: CSP3(98)[35]15

Cron.: X-XI

Figura 7, n.º 3

Fragmento de bordo.

Pasta cor creme, homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo melado/interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Bordo em semicírculo

Dim.: esp. bordo: 7mm; esp. parede: 5,5mm.

Inv.: CSP3(98)[31]1

Cron.: X-XI

Figura 7, n.º 4

Fragmento de bordo.

Pasta cor irregular (creme rosada e laranja), homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo amarelo claro esverdeado/interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Bordo em semicírculo

Dim.: esp. bordo: 6,5mm; esp. parede: 6mm.

Inv.: CSP3(98)[35]17

Cron.: X-XI

Figura 7, n.º 5

Fragmento de bordo.

Pasta cor rosada, homogénea, c.n.p. finos. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo melado/interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Bordo em semicírculo.

Dim.: esp. bordo: 5,5mm; esp. parede: 6,5mm.

Inv.: CSP3(98)[36]12

Cron.: X-XI

Figura 7, n.º 6

Fragmento de bordo.

Pasta cor irregular (rosada e acinzentada), homogénea, c.n.p. finos. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo amarelo claro esverdeado/interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Bordo em semicírculo.

Dim.: esp. bordo: 9mm; esp. parede: 7mm.

Inv.: CSP5(00)[2]66

Cron.: X-XI

Figura 7, n.º 7

Fragmento de bordo.

Pasta cor irregular (rosada e acinzentada), homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo melado/interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Bordo em semicírculo

Dim.: esp. bordo: 7mm; esp. parede: 7mm.

Inv.: CSP5(00)[2]72

Cron.: X-XI

Figura 7, n.º 8

Fragmento de bordo.

Pasta cor rosada, homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo/interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Bordo em semicírculo

Dim.: esp. bordo: 6,5mm; esp. parede: 5mm.

Inv.: CSP3(98)[45]2

Cron.: X-XI

Figura 7, n.º 9

Fragmento de bordo.

Pasta cor rosada, homogénea, c.n.p. finos. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo melado/interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Bordo em semicírculo.

Dim.: esp. bordo: 7,5mm; esp. parede: 7mm.

Inv.: CSP1(94)[8]9

Cron.: X-XI

Figura 7, n.º 10

Fragmento de bordo.

Pasta cor alaranjada, homogénea, c.n.p. finos e médios. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo branco por vezes irisado/interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelo.

Bordo em semicírculo.

Dim.: d. bordo: 156mm; esp. bordo: 8mm; esp. parede: 5,5mm.

Inv.: CSP6(01)[52]101

Cron.: X-XI

Figura 7, n.º 11

Fragmento de bordo.

Pasta cor rosada, homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo/interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Bordo em semicírculo.

Dim.: d. bordo: 230mm; esp. bordo: 7mm; esp. parede: 6mm.

Inv.: CSP2(95)[18]1

Cron.: X-XI

Figura 7, n.º 12

Fragmento de bordo.

Pasta cor alaranjada, homogénea, c.n.p. finos. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo esbranquiçado/interno esbranquiçado.

Bordo em semicírculo.

Dim.: d. bordo: 256mm; esp. bordo: 10mm; esp. parede: 6mm.

Inv.: CSP5(00)[2]65

Cron.: X-XI

Figura 7, n.º 13

Fragmento de bordo.

Pasta cor irregular (rosada e acinzentada), homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo/interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amareulado.

Bordo em semicírculo

Dim.: d. bordo: 244mm; esp. bordo: 6,5mm; esp. parede: 6mm.

Inv.: CSP2(95)[0]6

Cron.: X-XI

Figura 8, n.º 1

Fragmento de bordo.

Pasta cor alaranjada, homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo esbranquiçado / interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amareulado.

Bordo adelgaçante.

Dim.: esp. bordo: 5mm; esp. parede: 5,5mm.

Inv.: CSP3(98)[36]6

Cron.: X-XI

Figura 8, n.º 2

Fragmento de bordo.

Pasta cor alaranjada, homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo / interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amareulado.

Bordo com lábio direito ou bordo boleado sem inflexão.

Dim.: d. bordo: 96mm; esp. bordo: 7mm; esp. parede: 6mm.

Inv.: CSP1(93)[1]19

Cron.: X-XI

Figura 8, n.º 3

Fragmento de bordo.

Pasta cor creme rosada, homogénea, c.n.p. finos e

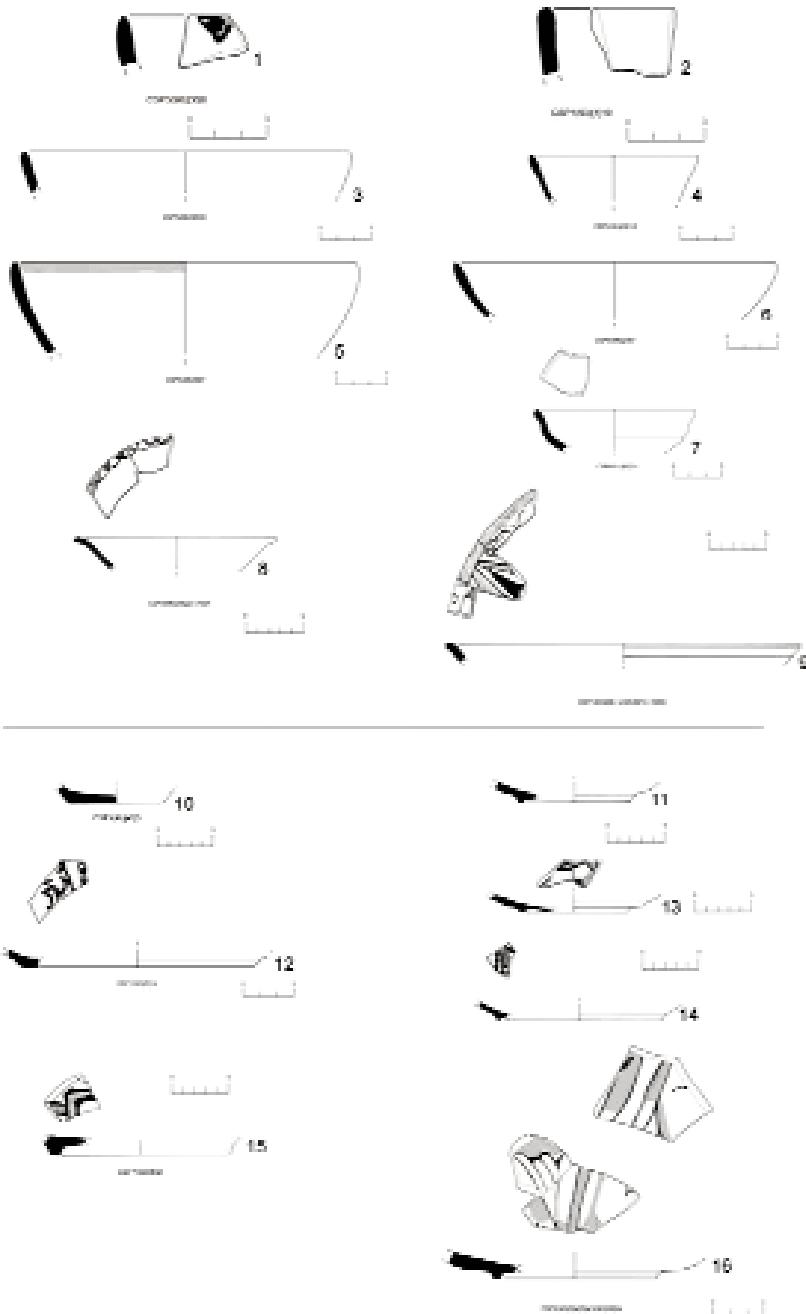


Figura 8.

raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo / interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amareulado.

Bordo de lábio direito ou bordo boleado sem inflexão.

Dim.: d. bordo: 192mm; esp. bordo: 5,5mm; esp. parede: 6mm.

Inv.: CSP3(98)[36]33

Cron.: X-XI

Figura 8, n.º 4

Fragmento de bordo.

Pasta cor creme rosada, homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo / interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Bordo adelgaçante.

Dim.: d. bordo: 96mm; esp. bordo: 4,5mm; esp. parede: 3mm.

Inv.: CSP2(95)[0]210

Cron.: X-XI

Figura 8, n.º 5

Fragmento de bordo.

Pasta cor creme rosada, homogénea, c.n.p. finos. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo esbranquiçado / interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Bordo adelgaçante.

Dim.: d. bordo: 198mm; esp. bordo: 5mm; esp. parede: 5,5mm.

Inv.: CSP3(98)[36]7

Cron.: X-XI

Figura 8, n.º 6

Fragmento de bordo.

Pasta cor rosada, homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo melado / interno creme amarelado.

Bordo adelgaçante.

Dim.: d. bordo: 88mm; esp. bordo: 5mm; esp. parede: 5,5mm.

Inv.: CSP3(98)[24]7

Cron.: X-XI

Figura 8, n.º 7

Fragmento de bordo.

Pasta cor creme rosada, homogénea, c.n.p. finos. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo esbranquiçado / interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Bordo com lábio boleado com inflexão externa sem ressalto.

Dim.: d. bordo: 96mm; esp. bordo: 5mm; esp. parede: 4mm.

Inv.: CSP6(01)[82]31

Cron.: X-XI

Figura 8, n.º 8

Fragmento de bordo.

Pasta cor alaranjada, homogénea, c.n.p. finos e médios. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo / interno esbranquiçado.

Bordo com lábio boleado com inflexão externa sem ressalto.

Dim.: d. bordo: 180mm; esp. bordo: 5mm; esp. parede: 4mm.

Inv.: CSP3(98)[35]22 / [40]4

Cron.: X-XI

Figura 8, n.º 9

Fragmento de bordo.

Pasta cor rosada, homogénea, c.n.p. finos e médios. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo melado / interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Bordo com lábio boleado com inflexão externa sem ressalto.

Dim.: d. bordo: 230mm; esp. bordo: 6mm; esp. parede: 5mm.

Inv.: CSP1(93)[0]6 / 2(95)[0]13 / 3(98)[36]3

Cron.: X-XI

Figura 8, n.º 10

Fragmento de fundo.

Pasta cor rosada, homogénea, c.n.p. finos. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo creme rosado / interno creme amarelado.

Fundo de pé plano.

Dim.: d. fundo: 80mm; esp. fundo: 7mm; esp. parede: 6mm.

Inv.: CSP3(98)[40]5

Cron.: X-XI

Figura 8, n.º 11

Fragmento de fundo.

Pasta cor irregular (creme rosada e laranja), homogénea, c.n.p. finos e médios. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo / interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Fundo de pé anelar.

Dim.: d. fundo: 110mm; esp. fundo: 6mm; esp. parede: 6mm.

Inv.: CSP3(98)[36]35

Cron.: X-XI

Figura 8, n.º 12

Fragmento de fundo.

Pasta cor creme, homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo / interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Fundo plano com base desenvolvida.

Dim.: d. fundo: 136mm; esp. fundo: 5mm; esp. parede: 4mm.

Inv.: CSP1(93)[0]14

Cron.: X-XI

Figura 8, n.º 13

Fragmento de fundo.

Pasta cor alaranjada, homogénea, c.n.p. finos. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo / interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Fundo de pé anelar.

Dim.: d. fundo: 70mm; esp. fundo: 5mm; esp. parede: 4,5mm.

Inv.: CSP3(98)[35]7

Cron.: X-XI

Figura 8, n.º 14

Fragmento de fundo.

Pasta cor creme rosada, homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo verde / interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelo.

Fundo plano com pé anelar.

Dim.: d. fundo: 150mm; esp. fundo: 6mm; esp. parede: 5mm.

Inv.: CSP1(93)[1]30

Cron.: X-XI

Figura 8, n.º 15

Fragmento de fundo.

Pasta cor rosada, homogénea, c.n.p. médios e grossos. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo melado / interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelo.

Fundo de pé anelar.

Dim.: d. fundo: 160mm; esp. fundo: 10mm; esp. parede: 9mm.

Inv.: CSP1(93)[5]3

Cron.: X-XI

Figura 8, n.º 16

Fragmento de fundo.

Pasta cor rosada, homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo / interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelo.

Fundo de pé anelar.

Dim.: d. fundo: 96mm; esp. fundo: 6,5mm; esp. parede: 6mm.

Inv.: CSP2(95)[0]4 / [0]5 / 3(98)[36]24

Cron.: X-XI

Figura 9, n.º 1

Fragmento de parede.

Pasta creme rosada, homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo amarelo claro esverdeado / interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelo.

Parede convexa divergente.

Dim.: esp. parede: 6mm.

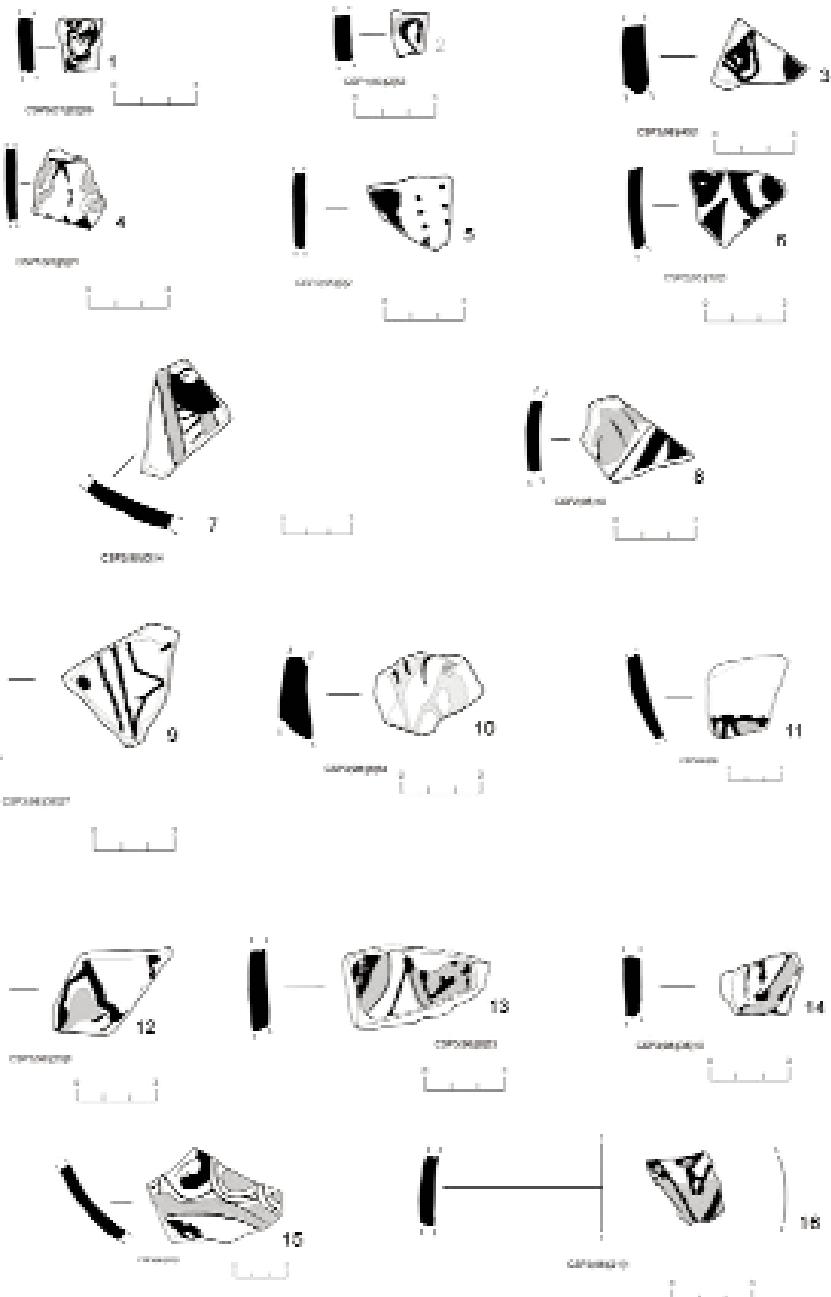
Inv.: CSP6(01)[82]89

Cron.: X-XI

Figura 9, n.º 2

Fragmento de parede.

Pasta cor irregular (creme rosada e laranja), homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde

**Figura 9.**

e manganés com vidrado externo melado / interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelo.

Parede rectilíneas, de corpo plano ou em disco

Dim.: esp. parede: 6mm.

Inv.: CSP1(93)[2]53

Cron.: X-XI

Figura 9, n.º 3

Fragmento de parede.

Pasta cor alaranjada, homogénea, c.n.p. finos e médios. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo verde/interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Parede convexa divergente.

Dim.: esp. parede: 8mm.

Inv.: CSP3(98)[45]1

Cron.: X-XI

Figura 9, n.º 4

Fragmento de parede.

Pasta cor alaranjada, homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo / interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Parede convexa divergente.

Dim.: esp. parede: 5mm.

Inv.: CSP1(93)[6]21

Cron.: X-XI

Figura 9, n.º 5

Fragmento de parede.

Pasta cor creme, homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo castanho alaranjado / interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Parede convexa divergente.

Dim.: esp. parede: 4mm.

Inv.: CSP2(95)[0]2

Cron.: X-XI

Figura 9, n.º 6

Fragmento de parede.

Pasta cor creme rosada, homogénea, c.n.p. finos. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo esbranquiçado / interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Parede convexa divergente

Dim.: esp. parede: 5mm.

Inv.: CSP2(95)[18]3

Cron.: X-XI

Figura 9, n.º 7

Fragmento de parede.

Pasta cor creme rosada, homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo / interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Parede convexa divergente

Dim.: esp. parede: 6,5mm.

Inv.: CSP2(95)[0]14

Cron.: X-XI

Figura 9, n.º 8

Fragmento de parede.

Pasta cor creme rosada, homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo / interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Parede convexa divergente

Dim.: esp. parede: 6,5mm.

Inv.: CSP2(95)[0]10

Cron.: X-XI

Figura 9, n.º 9

Fragmento de parede.

Pasta cor alaranjada, homogénea, c.n.p. finos e médios. Superfícies decoradas a verde e manganés com (vestígios) vidrado externo castanho, tonalidade ocre escuro/interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Parede convexas divergentes.

Dim.: esp. parede: 8mm.

Inv.: CSP3(98)[36]37

Cron.: X-XI

Figura 9, n.º 10

Fragmento de parede.

Pasta cor creme rosada, homogénea, c.n.p. finos. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo amarelo claro esverdeado / interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Parede convexas divergentes.

Dim.: esp. parede: 6mm.

Inv.: CSP3(98)[8]54

Cron.: X-XI

Figura 9, n.º 11

Fragmento de parede.

Pasta cor alaranjada, homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo melado / interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Parede convexas divergentes.

Dim.: esp. parede: 5,5mm.

Inv.: CSP3(98)[0]9

Cron.: X-XI

Figura 9, n.º 12

Fragmento de parede.

Pasta cor alaranjada, homogénea, c.n.p. finos e médios. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo amarelo claro esverdeado/interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Parede convexas divergentes.

Dim.: esp. parede: 7mm.

Inv.: CSP3(98)[35]8

Cron.: X-XI

Figura 9, n.º 13

Fragmento de parede.

Pasta cor creme, homogénea, c.n.p. finos. Superfí-

cies decoradas a verde e manganés com vidrado externo melado / interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Parede convexas divergentes.

Dim.: esp. parede: 6mm.

Inv.: CSP3(98)[8]53

Cron.: X-XI

Figura 9, n.º 14

Fragmento de parede.

Pasta cor creme rosada, homogénea, c.n.p. finos. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo creme amarelado / interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Parede convexas divergentes.

Dim.: esp. parede: 5mm.

Inv.: CSP3(98)[35]10

Cron.: X-XI

Figura 9, n.º 15

Fragmento de parede.

Pasta cor irregular (alaranjada e acinzentada), homogénea, c.n.p. finos e raros. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo esbranquiçado / interno transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado.

Parede de curvatura convexa ou corpo globular.

Dim.: esp. parede: 7mm.

Inv.: CSP3(98)[35]3

Cron.: X-XI

Figura 9, n.º 16

Fragmento de parede.

Pasta cor irregular (rosada e acinzentada), homogénea, c.n.p. finos. Superfícies decoradas a verde e manganés com vidrado externo transparente sobre engobe esbranquiçado ou amarelado / interno verde.

Parede de curvatura convexa ou corpo globular.

Dim.: esp. parede: 4,5mm.

Inv.: CSP3(98)[21]1

Cron.: X-XI

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Nathalie; SIMÕES, Teresa e COELHO, Catarina (2000), *Paleodemografia e Paleopatologia de uma amostra populacional da Necrópole Medieval de São Pedro de Canaferrim (Sintra)*. Poster apresentado ao 6th Annual Meeting of European Association of Archaeologists (Lisboa, 10 a 17 de Setembro).

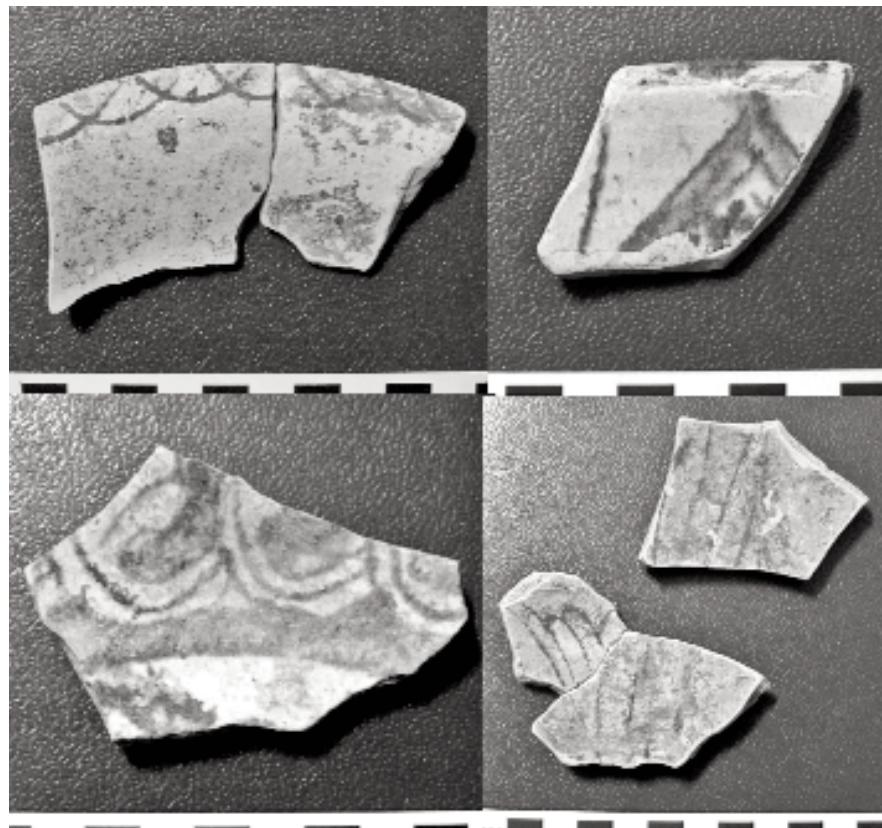


Figura 10.

BAZZANA, André (1991), «La céramique verte e morado califale à Valence: problèmes morphologiques et stylistiques», in IV C.C.M.M.O. Lisboa, 1987, pp. 349-358.

BUGALHÃO, Jacinta e FOLGADO, Deolinda (2001), «O arrabalde ocidental da Lisboa islâmica: urbanismo e produção oleira», *Arqueologia Medieval*, n.º 7. Porto: Edições Afrontamento, pp. 111-145.

BUGALHÃO, Jacinta e GOMEZ MARTÍNEZ, Susana (2005), «Lisboa, uma cidade do Mediterrâneo islâmico», in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, coord. M. J. Barroca e I. C. F. Fernandes. Palmela / Porto: Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 237-262.

BUGALHÃO, Jacinta; GOMES, Sofia e SOUSA, Maria João (2007), «Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental da Lisboa islâmica (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarim Chinês)», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 10, n.º 1. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 317-343.

CATARINO, Helena (1997/98), «O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica – povoamento rural e recintos fortificados». *Al-Ulyā*, n.º 6, vol. 1 a 3. Loulé: Câmara Municipal de Loulé, pp. 5-1306.

COELHO, Catarina (2000), «A ocupação islâmica do Castelo dos Mouros (Sintra): interpretação comparada». *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 3, número 1. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, pp. 207-225.

COELHO, Catarina (2002), «O Castelo dos Mouros (Sintra)», in *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Mil anos fortificações na Península Ibérica e Magreb: 500-1500* (Palmela, 3 a 8 de Abril). Palmela/Lisboa: Câmara Municipal de Palmela/Edições Colibri, pp. 389-395.

- DAVIS, Simon (2003), «Animal remains from the Moslem Period site of São Pedro de Canaferrim, Castelo dos Mouros, Sintra, Portugal», *Trabalhos do CIPA*, n.º 89. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- ESCO, Carlos; GIRALT, Josep y SÉNAC, Philippe (1988), *Arqueología islámica en la Marca Superior de Al-Andalus*. Diputación de Huesca.
- FUERTES SANTOS, Mª del Camiño (1995), «Un conjunto cerámico post-califal procedente del yacimiento de Cercadilla, Córdoba», *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba: Universidad de Córdoba, pp. 265-291.
- FUERTES SANTOS, Mª del Camiño (2000), «La evolución de la cerámica medieval de Cercadilla, Córdoba: Estado de la cuestión», *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba: Universidad de Córdoba, pp. 217-232.
- GOMEZ MARTÍNEZ, Susana (1993), La Cerâmica «Verde y Morado» de Mértola (Portugal), *Arqueología Medieval*, n.º 3. Porto: Edições Afrontamento, pp. 113-132.
- GOMEZ MARTÍNEZ, Susana (2005), «La cerâmica islâmica entre Tajo y Duero», in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, coord. M. J. Barroca e I. C. F. Fernandes. Palmela/Porto: Câmara Municipal de Palmela/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 215-220.
- MACIAS, Santiago (1992), «Silos 4 e 5 de Mértola. Uma proposta de datação do espólio cerâmico», *Arqueología Medieval*, n.º 1. Porto: Edições Afrontamento, pp. 27-33.
- PÉREZ MACIAS, Juan Aurelio e BEDIA, Juana (1993), «Un lote de cerámica islámica de Niebla». *Arqueología Medieval*, n.º 2. Porto: Edições Afrontamento, pp. 55-62.
- RETUERCE, Manuel y ZOZAYA, Juan (1986), «Variantes geográficas en la cerámica omeya andalusí: los temas decorativos», in *III C.C.M.M.O.* Siena-Faenza, 1984, pp. 69-128.
- RETUERCE VELASCO, Manuel (1998), *La cerámica andalusí de la Meseta*, 2 tomos, Col. Gran Estudios. Madrid: Ed. CRAN.
- ROSSELLÓ-BORDOY, Guillermo (1991), *El nombre de las cosas en AL-Andalus: una propuesta de terminología cerámica*. Palma de Mallorca: Museo de Maiorca/S.A-C (Monografies d'Art i Arqueologia 1).
- ROSSELLÓ-BORDOY, Guillermo (1994), «Arqueología e información textual: el utilaje en la cocina andalusí». *La alimentación en las culturas eslámicas*. Colección de Estudios Editados por Manuele Morín y David Waines. Madrid: Agencia Española de Cooperación Internacional, pp. 37-87.
- SABROSA, Armando; CARVALHO, Emanuel e JULIÃO, Teresa (2003), «Um forno medieval no Palácio da Vila (Sintra)», *Almadan*, IIª série, n.º 12. Almada: Centro de Arqueología de Almada, pp. 196-197.
- SIMÕES, Teresa (1999), *O sítio neolítico de São Pedro de Canaferrim, Sintra: contribuições para o estudo da neolitização da Península de Lisboa*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- VALDÉS FERNÁNDEZ, Fernando et al. (2001), «La cerámica andalusí de la ciudad de Badajoz. Primer período (siglos IX-XII), según los trabajos en el antiguo hospital militar y en el área del aparcamiento de la C/ de Montesinos», in *Garb. Sítios islâmicos do Sul peninsular*. Lisboa/Mérida: IPPAR/Junta de Extremadura, pp. 377-399.

NOTAS

- 1 Base cartográfica: extracto da planta da Vila de Sintra, levantamento do Capitão J. A. Abreu Victal, ed. 1850.

A CERÂMICA ISLÂMICA NO ALENTEJO

SUSANA GÓMEZ MARTÍNEZ*

MATHIEU GRANGE**

GONCALO

INTRODUÇÃO

Sendo o Alentejo a região mais extensa do Gharb al-Àndalus e contando com uma ocupação islâmica muito prolongada no tempo, seria de esperar um nutrido conjunto de estudos sobre cerâmica de este período. No entanto, as publicações existentes abrangem, proporcionalmente, poucos sítios e com informações muito desiguais entre elas.

A maior parte dos estudos publicados refere-se a sítios que foram objecto de intervenções arqueológicas sistemáticas no âmbito de projectos de investigação desenvolvidos entre as décadas de 80 e 90 do século XX, com destaque para os estudos concernentes a Mértola (uma síntese em GÓMEZ, 2006), Alcaria Longa (BOONE, 1992; 1993; 1994; 1996) e Mesas do Castelinho (GUERRA e FABIÃO 2002; FABIÃO e GUERRA, 1991 e 1993).

Os recentes achados da última década, derivados da intensa actividade arqueológica preventiva e de emergência, ainda não obtiveram os progressos na investigação sobre a cerâmica islâmica que seria de esperar. No entanto, existem algumas excepções, como os estudos sobre as cerâmicas encontradas durante os trabalhos de minimização de impactes da barragem do Alqueva (GÓMEZ *et alii*, 2009), e algumas escavações de emergência em cidades como Évora (TEICHNER, 1994; 1998 e 2006; PAULO, 2000).

* Investigadora do programa Ciência 2008 da FCT. Universidade de Coimbra/CEAUCP – CAM.

** Doutorando pela universidade de Paris 1 Panthéon-Sorbonne (UMR/CEAUCP-CAM), bolsheiro FCT.

Existem, ainda, importantes conjuntos cerâmicos encontrados em escavações antigas que aguardam um estudo aprofundado. O lote cerâmico exumado no Castro da Cola por Abel Viana (1958 e 1960) é especialmente importante, mas apenas tem sido objecto de estudos parciais (GÓMEZ, 1998).

1. SÍTIOS URBANOS

1.1. Mértola

Mértola é, sem dúvida, o sítio do Alentejo com maior informação no que diz respeito à cerâmica de época islâmica. As escavações sistemáticas e de emergência realizadas desde 1978 pelo Campo Arqueológico de Mértola, sob a direcção de Cláudio Torres, permitiram recolher um vasto espólio de cerâmicas que abrange uma cronologia entre o século IX e o final do domínio muçulmano da cidade (GÓMEZ, 2006).

Os conjuntos cerâmicos mais importantes,

110 tanto pela sua quantidade como pelo seu enquadramento estratigráfico, são os provenientes do interior do Castelo, os exumados na Alcáçova do Castelo e os encontrados nas escavações da Hospedaria Beira Rio no arrabalde da cidade. O surgido no Castelo, nos contextos de abandono de estruturas de habitação situadas no interior do recinto fortificado, possui maioritariamente uma cronologia de época omíada, entre os séculos X e XI. Dos três primeiros quartéis do século XII data o conjunto homogéneo de cerâmicas encontradas no arrabalde da cidade (LOPES e GÓMEZ, 2007; GÓMEZ, LOPES e SANTOS, 2009). A Alcáçova do Castelo, pela sua vez, forneceu dois lotes de peças diferenciados: por um lado, os objectos abandonados no bairro almóada após a conquista de Mértola em 1238 e que correspondem ao período tardo-almóada e, por outro lado, um conjunto, extraordinariamente heterogéneo, de peças exumadas entre os entulhos do criptopórtico-cisterna, que inclui peças de cronologia muito diversa que abrange desde os séculos IX e X até meados do século XIII.

A ausência de níveis estratigráficos claros dos dois primeiros séculos do domínio islâmico de Mértola impede-nos de caracterizar em profundidade os materiais cerâmicos dos séculos VIII e IX. No entanto, no criptopórtico foram localizadas algumas peças cujos paralelos em outras estações do al-Ândalus permitem datá-las à volta do século IX e X. Encontramos panelas com uma única asa e perfil em «s», algumas cântaras de pequenas dimensões e jarros ricamente decorados com finos traços de pintura branca ou vermelha.

No que diz respeito a cerâmicas vidradas de importação, apenas foram encontrados dois fragmentos de formas fechadas, provavelmente jarros, revestidos de vidrado melado ao interior e castanho-chocolate sobre motivos incisos ao exterior, com paralelos em Pechina em Almeria (ACIEN e MARTÍNEZ, 1989).

Conhecemos muito melhor as cerâmicas de época califal e taifa (segunda metade do século X e século XI), especialmente através do espólio encontrado nas escavações do interior do Castelo (CANDÓN *et alii*, 2001). Destacam, pela sua abundância, as panelas de uma única asa com formas bastante simples de perfil em «s» ou com colo canelado, e panelas globulares de colo estreito y duas asas. A loiça de mesa compunha-se, maioritariamente, por jarrinhas com uma ou duas asas, bilhas de duas asas e gargalo estreito, e tigelas de paredes curvas. Uma parte significativa de este conjunto, apresentava motivos geométricos de pintura branca desenhados, por regra geral, com traços finos, e raros exemplares de pintura vermelha.

Junto a estes objectos, fruto do fabrico local, encontramos algumas peças de maior requinte, diferentes tanto nas pastas como nas técnicas de fabrico e na decoração. Entre elas encontramos as tigelas de paredes curvas e base anelar, com vidrado monocromático melado, ou combinando o fundo branco ou melado com motivos traçados com óxido de manganés. Contamos com duas peças de corda seca parcial: a primeira é uma jarrinha decorada com imprecisos motivos fitomórficos de factura bastante tosca e a segunda é um excepcional copo de paredes rectas com uma inscrição, infelizmente incompleta, na qual podemos ler *baraka kamila*, «benção perfeita». Também pertencem ao século X algumas cerâmicas vidradas em verde e manganés. Por regra geral, trata-se de bilhas de paredes globulares e tigelas de fundos planos com paralelos em Madinat al-Zahra. Os exemplares desta técnica datados no século XI, possuem bases planas ou ligeiramente convexas com anéis verticais (GÓMEZ 1994a e 1994b).

É notável o espólio datável do século XII, especialmente a magnífica coleção de corda seca total que consta de tigelas e bilhas de uma grande diversidade iconográfica. As escavações do arrabalde forneceram, também, um significativo conjunto no qual reconhecemos elementos herdeiros do final da época omíada como, por exemplo, o candil de bico cumprido muito facetado. No entanto, outras peças apresentam características formais e técnicas novas que se desenvolverão durante o período almóada. As maiores novidades encontram-se na cerâmica de cozinha onde surgem formas inexistentes em época omíada como as panelas globulares com pronunciadas carenas no ombro e as esféricas sem colo nem base bem demarcadas, e as caçoilas carenadas e de incipientes aplicações plásticas verticais que, excepcionalmente, aparecem com pintura branca no seu interior. Entre as jarras e jarrinhas, dominam as cerâmicas pintadas em branco sobre pastas avermelhadas e, pontualmente, pintura vermelha ou preta sobre pastas brancas. Também aparecem jarras e jarrinhos que encontramos com pasta branca e paredes de «casca de ovo», em vários casos decorados com corda seca parcial, ou com pasta avermelhada, e vidrado em melado ou combinando o melado com traços de manganés. No âmbito das tigelas encontramos muitos exemplares vidrados em melado, em melado e manganés, e em corda seca total. Conta-se, igualmente, com alguns exemplares decorados com verde e manganés, com reflexo metálico, ou com a técnica do esgrafitado, que constituem importações raras do levante peninsular.



Figura 1.

O conjunto mais nutrido é de época tardo-almóada. A partir da segunda metade do século XII, detectamos uma enorme diversidade formal que responde, em parte, a um significativo aumento da especialização funcional dos objectos cerâmicos. Esta diversificação une-se, frequentemente, a uma certa estandardização das formas por todo o território do al-Ândalus.

São igualmente de referir algumas mudanças no que respeita às decorações. No momento final da ocupação islâmica de Mértola, notamos como a percentagem de decorações policromáticas diminui a favor das combinações de duas cores (a cor da base e a cor do desenho) e da monocromia simples. Esta mudança significalou um notável aumento das técnicas ornamentais que recorrem ao relevo como meio de expressão: o estampilhado, a incisão e o molde. Em consequência, a diversidade técnica é enorme: temas incisos, cordão digitado, motivos estampilhados ou aplicados com molde, pintura em branco, preto ou vermelho, vidrados verdes, brancos ou melados, todos eles combinados com motivos ornamentais em manganés ou incisos e estampilhados sob o revestimento vidrado, vidrados

policromáticos em verde e manganés, corda seca total e parcial, reflexo metálico, esgrafitados importados do Sharq al-Ândalus e um imenso número de combinações de todas estas técnicas. Associada a esta mudança nas técnicas, encontramos uma renovação da iconografia na qual aumentam consideravelmente os motivos geométricos e aparecem temas novos como a HAMSA, mal chamada «mão de Fátima».

No que diz respeito ao repertório formal, merecem especial destaque as grandes talhas, que costumavam assentar sobre suportes aproximadamente cilíndricos, o cantil destinado especificamente para o transporte de pequenas quantidades de água, e as cântaras. Para o armazenamento de alimentos utilizaram-se um conjunto de vasos heterogéneo tanto nas formas como nos tamanhos e nos acabamentos. A tipologia de loiça de cozinha é bastante diferente da que conhecemos de época omíada. Nas panelas, encontramos dois tipos novos: a panela de corpo globular e colo pouco desenvolvido e a panela de corpo troncocónico. No que respeita às caçoilas, a sua presença em época almóada é muito mais numerosa do que em períodos anteriores e com formas muito mais diversificadas, destacando-se, pela sua profusão, a caçoila de aplicações plásticas verticais (mais conhecida na literatura científica espanhola como *cazuela de costillas*). Também é novidade a presença em algumas peças de cozinha de revestimentos vidrados transparentes ou melados. No entanto, a maior parte da loiça de cozinha continua a não ser vidrada.

Em época almóada generaliza-se também o uso de fogareiros como fogões alternativos à clássica lareira. Os alguidares aparecem sob duas formas essencialmente: de paredes extrovertidas e de paredes verticais. Aparece um novo tipo de alguidar pequeno e munido de pequenos pés cónicos. As marcas de fogo de

alguns destes recipientes denotam claramente o seu uso como braseiras, possivelmente para manter alguns alimentos quentes. No entanto, outras peças não contiveram qualquer tipo de brasas embora puderam ter a mesma utilidade servindo-se de água muito quente.

A loiça de mesa é igualmente mais variada do que a conhecida do período omíada. Encontramos diversas vasilhas destinadas a servir líquidos: bilhas, garrafas e grandes jarros aguamanís. A maior diversidade, especialmente no que diz respeito a técnicas de fabrico e decoração, corresponde a tigelas e jarrinhos. Estas últimas podem apresentar pastas claras e porosas e, frequentemente uma grelha ou filtro entre o colo e o bojo. No que diz respeito às formas abertas, mantiveram-se formas de tigela bastante arcaicas, como a de base plana e paredes curvas. Junto delas encontramos, também, formas fortemente carenadas e com pé anelar alto e diagonal.

Outra mudança significativa se encontra nos objectos destinados à iluminação. No último quartel do século XII são abandonados os candis de bico cumprido e em época tardo-almóada, só encontramos as candeias com depósito de combustível aberto. Estas candeias podiam apresentar-se sobre um pé muito alto apoiado num suporte plano em forma de pratinho. Um outro objecto de iluminação é uma espécie de lanterna, de forma fechada com um orifício frontal, asa para pendurar e um apêndice cônico no interior a volta do qual se colocaria o combustível.

1.2. CASTRO DA COLA

O Castro da Nossa Senhora da Cola situa-se no Concelho de Ourique a 12 km. de esta localidade. Trata-se duma estação de prolongada ocupação humana, que se estende desde a época pré-romana até o início da

Idade Moderna. A importância do Castro da Cola foi reconhecida na época renascentista e o sítio foi regularmente objecto do interesse dos investigadores; no entanto, só Abel Viana, entre os anos 50 e 60 do século XX, realizou intensivas campanhas de escavação arqueológica (VIANA 1958, VIANA 1959, VIANA 1960) que deram lugar a um rico espólio de cerâmica islâmica.

Nas suas publicações, Abel Viana caracteriza sucintamente algumas das cerâmicas encontradas. Através das imagens dos artigos referidos anteriormente podemos distinguir um conjunto de cerâmicas de época omíada onde se individualiza cerâmica comum, ocasionalmente com cordão digitado, com pintura vermelha ou branca e vidrados melados. Apenas a cerâmica de verde e manganés teve um estudo mais pormenorizado (GÓMEZ, 1998). Destacam-se algumas tigelas sem base anelar de época califal e um lote de peças datadas do século XI caracterizadas por uma notável homogeneidade técnica.

Também se reconhecem, no conjunto ilustrado por Abel Viana, exemplares dos séculos XII e primeira metade do século XIII, caracterizados pela presença de motivos estampilhados, ocasionalmente com revestimentos vítreos, presumivelmente verdes, e cerâmicas de corda seca total.

1.3. ALJUSTREL

O Castelo de Aljustrel, detentor de uma diacronia que abrange desde o Calcolítico até a Idade Média, foi objecto de escavações desde a década de 60 do século XX, mas que apenas tiveram resultados científicos precisos desde finais dos anos setenta (ESTORNINHO *et alii*, 1994 e RAMOS *et alii*, 1996). Actualmente, a Câmara Municipal de Aljustrel desenvolve escavações arqueológicas sistemáticas em parceria com a Universidade de Huelva, dirigidas por Juan Aurelio Pérez Macías e Artur Martins, que deram lugar a uma comunicação no âmbito deste encontro proferida pela Dr.^a Alexandra Krus infelizmente inédita.

Pouco se sabe dos materiais mais antigos (séculos IX ao XIII), dos quais apenas se especifica a presença de cerâmicas pintadas a branco (RAMOS *et alii*, 1996: 20).

Mais significativo é o conjunto de época almóada, no qual encontramos cerâmica comum de pastas vermelhas e claras, em bastantes casos pintadas em branco ou em vermelho, vidrados melados ou verdes, ocasionalmente com temas incisos ou estampilhados sob o revestimento vítreo. São bastante frequentes as caçoilas com aplicações plásticas verticais de época tardo-almóada (*idem*: 20).

1.4. BEJA

A importância da cidade de Beja na Idade Média não se tem visto correspondida por uma abundância equivalente em estudos arqueológicos. Todos eles centrados

no interior da *madina*, recolhem cerâmicas tardias na sua maior parte, principalmente do século XII.

Abel Viana (1946) registou sucintamente alguns achados dispersos e casuais em vários pontos da cidade (Rossio da Barreira, Castelo, Praça da República, Jardim Público e outros) destacando-se a presença de candis, tigelas em melado e em melado com motivos em manganés, vidrado branco e vidrado verde datados nos séculos XII e primeira metade do século XIII, a excepção dos candis com cronologias dos séculos XI-XII.

O estudo mais completo, da autoria de Fernando Branco Correia (1991), corresponde ao espólio encontrado na Rua D. Dinis, datável, no seu conjunto, nos finais do século XII ou inícios do XIII. Nele se encontram presentes caçoilas carenadas brunidas, ocasionalmente com várias asas verticais, e panelas globulares, jarrinhas com motivos pintados em branco e de pasta branca com paredes de cascara de ovo e filtro, jarras e tigelas vidradas em melado com motivos em manganés, alguns fragmentos de corda seca total, e um notável grupo de talhas estampilhadas, em alguns casos revestidas parcialmente de vidrado verde.

Nas escavações da Rua do Sembrano, espaço musealizado recentemente, foram encontradas algumas cerâmicas islâmicas dos séculos XII e inícios do XIII, não muito numerosas em proporção ao interesse do sítio, entre as que se destaca uma magnífica bilha em corda seca total, uma candeia alta e varias peças vidradas em melado.

As intervenções mais recentes, enquadradas no Programa Polix, foram parcas em estudos que referissem cerâmicas islâmicas. Apenas foram publicados, até agora, alguns fragmentos encontrados na Praça da República, datáveis nos séculos XI-XII, entre os que se encontram um candil e várias tigelas vidradas em melado e manganés (PINTO, 2007).

1.5. Moura

Na cidade de Moura o espólio de época islâmica é pouco nutrido. Proveniente de recolhas casuais, principalmente do convento de Santa Clara e da Rua do Sete-e-Meio (MACÍAS, 1993), abrange cronologias entre o século X e o século XII. Conta com tigelas ornamentadas com a técnica do verde e manganés de época califal. Do século XI são várias tigelas revestidas com esta mesma técnica, vidradas em melado e manganés ou em corda seca total, vários candis que por vezes apresentam corda seca parcial, e uma bilha e uma jarrinha vidradas em melado com traços de manganés.

1.6. Évora

A cidade de Évora teve desde os anos oitenta do século XX trabalhos de esca-

vação importantes, sendo de destacar os realizados a volta do Templo Romano, dirigidos pelo Instituto Arqueológico Alemão. As diversas intervenções no interior da *madina* revelaram um rico e variado espólio de época islâmica com cronologias entre o século X e o século XII (TEICHNER, 1994; 1998 e 2006; e PAULO, 2000) que aguarda um estudo alargado de conjunto.

Consta de algum exemplar de época emiral (TEICHNER, 1994: Abb.8.7). De época califal e taifa data a maior parte das cerâmicas, um conjunto heterogéneo no qual encontramos cerâmica pintada a branco, vidrados em melado, melado e manganés, verde e manganés e alguns exemplares de corda seca parcial. Também se constatam corda seca total do século XII (CAMPOMOS, 2000: 231; BALESTEROS, 2007) e talhas estampilhadas de época almóada.

2. SÍTIOS RURAIS

2.1. Alcaria Longa (Mértola)

O sítio de Alcaria Longa, situado no Concelho de Mértola, aproximadamente a 25 km da vila, foi objecto de escavações arqueológicas sistemáticas entre 1988 e 1996 dirigidas por James Boone (BOONE, 1992; 1993; 1994; 1996; 2001) da Universidade de Novo México (USA). Os trabalhos puseram ao descoberto várias habitações e estruturas relacionadas com a metalurgia datadas entre os séculos X e XII.

As escavações desta alcaria forneceram um conjunto notável de cerâmica comum, pintada a branco, vidrada em melado, em melado com motivos em manganés e em verde. Especial destaque merecem alguns candis com decoração de corda seca parcial e uma telha com uma inscrição cursiva, de leitura incerta, gravada quando a peça ainda não tinha sido cozida.

2.2. Queimada (São João dos Caldeireiros, Mértola)

No âmbito da linha de investigação desenvolvida por James Boone (2001) foram estudados alguns sítios arqueológicos da transição entre a Antiguidade Tardia e o período islâmico, situados na zona sudoeste do conselho de Mértola, nas proximidades do sítio citado anteriormente.

Um destes sítios, que foi objecto de sondagens arqueológicas, é Queimada, um pequeno casal rústico com ocupação emiral, que abrange os séculos VII e X. O espólio cerâmico de este sítio é muito reduzido, e consiste em um fragmento de *terra sigillata* clara e fragmentos de cerâmica comum de fabrico manual e a torno.

2.3. Raposeira (São João dos Caldeireiros, Mértola)

No âmbito do mesmo projecto de investigação, foi escavado um outro sítio semelhante ao anterior e próximo a ele, denominado Raposeira. Neste caso foram identificados dois níveis de ocupação: uma fase antiga com uma cronologia semelhante à Queimada (séculos VII-IX) e o mesmo tipo de materiais (*terra sigillata* clara e cerâmica comum manual e a torno), e uma fase mais tardia (séculos X-XI) à qual pertencem cerâmicas comuns torneadas e alguns fragmentos vidrados em melado (BOONE, 2001).

2.4. Costa 2 (São João dos Caldeireiros, Mértola)

Ainda nesse mesmo projecto, foi escavado um outro sítio semelhante, Costa#2, datado nos séculos X-XI, onde apenas foi documentada cerâmica comum torneada (BOONE, 2001).

2.5. Mesas do Castelinho (Santa Clara, Almodôvar)

No âmbito dum projecto de investigação sistemática dirigido pelos professores Carlos Fabião e Amílcar Guerra (FABIÃO e GUERRA, 1991; 1993; GUERRA e FABIÃO, 2002) foi escavado o pequeno castelo rural de Mesas do Castelinho. As escavações de finais dos anos oitenta e inícios dos noventa do século XX, identificaram um recinto ovalado, rodeado de um fosso defensivo, de aproximadamente 700 ou 800 m², parcialmente destruído, do qual se conservam duas torres rectangulares maciças e algumas paredes. Especialmente relevante foi a escavação de duas fossas que terão sido utilizadas como silos.

O espólio cerâmico deste sítio, datado dos séculos X-XI é bastante rico. Nele se destacam as panelas com uma única asa, de perfil em «s» ou com o colo cilíndrico estriado, e globulares com duas asas, em tudo semelhantes as encontradas em Mértola ou em Alcoutim. As jarrinhas e púcaros de pastas avermelhadas costumam apresentar motivos pintados em branco, preto ou vermelho com traços finos. Na louça de mesa, são abundantes os exemplares de tigela revestida de vidrado melado, melado com motivos em manganés, e branco com decoração em verde e manganés. Merecem destaque, também, uma jarrinha em corda seca parcial y um candil.

2.6. Castelo de Serpa

As sondagens realizadas no Castelo de Serpa em 1984 e 1985 (SOARES e BRAGA, 1986) permitiram testemunhar uma estratigrafia que abrange desde a Idade do Ferro ao período medieval. O espólio islâmico encontrado nestas escavações, data dos séculos X a XII e consiste essencialmente em cerâmica comum, em alguns casos pintada a branco ou com motivos incisos, tigelas vidradas em melado, em melado ou branco com motivos em manganés ou ornamentadas em verde e manganés, e jarrinhas em corda seca parcial e em vidrado verde. Também se constata um candil vidrado em melado com cronologia do século X.

2.7. Cidade das Rosas (Serpa)

Nas proximidades de Serpa se encontra a vila romana de Cidade das Rosas onde também se constata uma ocupação islâmica. O estudo das cerâmicas islâmicas foi realizado por Manuel Retuerce (1986) e nele se documenta um rico espólio com uma cronologia entre o século X e o século XII. Os elementos mais destacados são a cerâmica pintada a branco ou a vermelho, fragmentos ornamentados em verde e manganés, em corda seca total, corda seca parcial, e vidrados em branco ou em melado, frequentemente combinando com motivos em manganés.

2.8. Monte da Cegonha, Vidigueira

Nas escavações realizadas na vila romana da Cegonha, no concelho da Vidigueira, foram encontradas várias peças islâmicas, que aguardam um estudo pormenorizado, encontradas em silos ou camadas que referenciaram lareiras. A cronologia destes materiais abrange desde o início do século X até ao final do século XII (LOPES e ALFENIM, 1994: p. 499).

2.9. Noudar, Barrancos

O Castelo de Noudar, no concelho de Barrancos, teve uma longa diacronia que abrange desde a Idade do Ferro até época contemporânea. As escavações realizadas ao longo dos anos oitenta e inícios dos noventa, permitiram constatar dois níveis de ocupação de época islâmica: um datado dos séculos X-XI e outro dos séculos XII-XIII (REGO, 2003). O espólio cerâmico de época islâmica é bastante variado, embora não muito volumoso. Nele podemos constatar, uma jarrinha de corda seca parcial, alguns fragmentos de corda seca total e de verde e manganés e uma jarrinha com motivos incisos de época omíada. Dos séculos XII e primeiras décadas do XIII, documentam-se uma grande talha e fragmentos de outra com motivos estampilhados, panelas bitroncocónicas com pronunciada carena no ombro e globulares, caçoilas com superfícies brunidas e um cantil (*idem*: 79-81).

2.10. Monte Roncanito 10 (Alqueva, Reguengos de Monsaraz)

O programa de minimização de impactes sobre o património arqueológico da Barragem do Alqueva permitiu identificar e escavar alguns sítios de carácter rural de pequena dimensão ao longo de todo o território (MARQUES, 2002; SANTOS e ABRANCHES, 2002). Os estudos dos materiais destes minúsculos assentamentos encontram-se em processo de publicação. Um dos mais relevantes é o sítio de época omíada de Monte Roncanito 10, no concelho de Reguengos de Monsaraz (GÓMEZ *et alii*, 2009) onde foram encontradas cerâmicas de fabrico manual e torneado e um fragmento de candil revestido a vidrado verde.

2.11. Juromenha (Alandroal)

O Castelo de Juromenha, concelho de Alandroal, teve uma reconhecida importância desde época romana até o século XIX. As escavações realizadas nele, desde 1988, por Fernando Branco Correia e Christophe Picard (1992) não chegaram a atingir plenamente níveis de ocupação islâmicos; no entanto, puderam identificar cerâmicas com cronologia entre o século X e primeiras décadas do XIII, nomeadamente,

fragmentos com vidrado melado, em alguns casos com motivos em manganés, um fragmento de candil vidrado em melado esverdeado, uma asa de um copo vidrado em verde com um motivo estampilhado, um fragmento decorado em verde e manganés e outro de corda seca total.

2.12. Montemor-o-Novo

A ocupação humana no Castelo de Montemor-o-Novo poderá remontar-se à Pré-História, mas apenas a partir da Antiguidade Tardia se constatam testemunhos fiáveis da existência de um povoado neste sítio (PEREIRA, 2007). Como no caso anterior, as escavações realizadas no sítio desde 2002 não atingiram, ainda, níveis islâmicos de ocupação, mas forneceram alguns fragmentos de cerâmica comum com traços de pintura branca e de tambor revestido de vidrado verde, de cronologia duvidosa, e um fragmento de talha com motivos estampilhados de rosetas e da HAMSA, a chamada «Mão de Fátima» (ver o artigo de Manuela Pereira neste mesmo volume).

2.13. Cemitério Municipal/Várzea da Salamoia, Sta. Maria, Odemira

O sítio do Cemitério Municipal de Odemira, situado a pouca distância do núcleo amuralhado do Cerro do Castelo de Odemira (actual «Núcleo Antigo»), foi alvo de sondagens de diagnóstico realizadas em 2002 por J. Vilhena. Esses primeiros trabalhos conduziram à identificação de um conjunto de estruturas negativas, pertencentes provavelmente à zona periférica de um estabelecimento rural, dedicada a actividades artesanais diversas. O seu posterior uso como lixeira doméstica conduziu ao seu enchimento com numerosos resíduos, entre os

quais materiais líticos, escórias de redução do minério de ferro, e um abundante espólio cerâmico (VILHENA e GRANGÉ, 2007). A continuação dos trabalhos neste sítio desde 2008 sob a responsabilidade de M. Grangé permitiram a identificação de um silo e de uma fossa enchida com lajes de xisto e grauvaque, provavelmente ligada à extracção e talhe dessas rochas. Optámos por um estudo em conjunto dos materiais das campanhas de 2002, 2008 e 2009, pelo que o espólio cerâmico encontra-se ainda em curso de tratamento, que necessita também um esforço de remontagem inter-UE/s.

Apesar do facto de que o estudo ceramológico encontrar-se ainda em curso, o estudo preliminar (VILHENA e GRANGÉ, 2007) aponta para uma cronologia enquadrável no séc. IX para as fossas escavadas em 2002. Foi, nomeadamente, identificado um conjunto de cerâmicas de cozinha consistindo em panelas manuais de perfil em «S» com paredes tendencialmente verticais, colo alto e lábio não saliente arredondado. As pastas são geralmente grosseiras, com abundantes inclusões de quartzo, e mostram cozedura irregular predominantemente redutora. Junto a essas panelas, aparecem caçoilas manuais de fundo plano, consistindo numa placa circular de argila, sobre a qual foram colocadas as paredes cuja montagem foi feita mediante a técnica dos rolos. Resulta uma forma aberta de paredes rectilíneas divergentes, ligeiramente curvas, com lábio arredondado ou introvertido. Em ambos casos, as superfícies internas como externas apresentam-se rugosas, sem tratamento cuidadoso. Aparecem também panelas realizadas a torno, de base convexa, corpo ovóide canelado, colo curto e espessamento externo do bordo, mostrando nalguns exemplares arranques de asa. Não receberam tratamentos de superfície particulares, mostrando como única decoração algumas incisões lineares na junção entre o colo e o corpo. Desta-

cam-se também grandes fragmentos de talhas de armazenamento, de paredes espessas (> 2 cm), de pasta tosca de cor castanha escura. Mostram impressões de cordões, dispostas horizontalmente. Os poucos fragmentos de bordo são introvertidos, com lábio arredondado de espessamento interior e exterior.

A maioria das peças realizadas a torno consiste em cerâmicas de mesa, essencialmente contentores de líquidos de tipo jarrinha, bilha ou cântaro mais propriamente «islamizantes», nos quais se podem individualizar essencialmente dois fabricos. Primeiro, as cerâmicas de pasta calcária cor-de-rosa clara, de textura muito friável, com inclusões de xisto azul, quartzo e cerâmica, correspondendo exclusivamente a pequenas jarrinhas de colo alto e bilhas, mostrando num caso vestígios ténues de pintura almagra. O segundo tipo corresponde a jarrinhas, bilhas e cântaros de pasta bege clara, com engobe branco, mostrando frequentemente uma decoração de pintura cinzenta escura (óxido de manganés) aplicada seja com os dedos (nas asas das bilhas), seja com pincelada nas peças mais pequenas como jarrinhas (é de notar que só se conhece um fragmento de cântaro deste fabrico, sem decoração). Ambos tipos de fabrico foram encontrados no Cerro do Castelo do Alferce (Monchique, Faro), em contextos enquadráveis no séc. IX (DE MEULEMEESTER, GRANGÉ e DEWULF, 2006). Esses dados constituíram a base para a datação deste espólio e os materiais associados. Nomeadamente, as panelas de perfil em «S», que remetem mais propriamente para exemplares «de transição» encontrados no Baixo Sado (Alcácer do Sal e Alto da Queimada, cf. FERNANDES e CARVALHO, 1999; e PAIXÃO e CARVALHO, 2001), são geralmente datadas do período «visigótico-emiral», seja dos séc. VII e/ou VIII. Aqui, a sua associação com materiais mais claramente «islâmicos» parece sugerir a continuação deste tipo de materiais no séc. IX, provavelmente na primeira metade desta centúria. Note-se também a ausência de cerâmica vidrada nos contextos postos a descoberto.

2.14. Cerro do Castelo das Bouças, S. Salvador, Odemira

O Cerro do Castelo das Bouças apresenta muitas afinidades com um grupo de pequenos sítios de altura conhecido pela prospecção no alto Algarve oriental, e datados do chamado período «visigótico-emiral» na base da ausência de sigillata tardia e de cerâmica vidrada (CATARINO, 1998). Relativamente ao Cerro do Castelo das Bouças, a ausência de materiais datáveis em superfície justificaram a realização, em 2000, de uma campanha de sondagens de diagnóstico (J. Vilhena). Numa dessas sondagens, apareceu o canto de um fundo de cabana escavado no substrato xistoso (VILHENA e GRANGÉ, 2007). O fundo da cavidade foi nivelado mediante uma camada de argila compacta e fragmentos de cerâmica em posição secundária, que integram o horizonte cerâmico mais antigo: correspondem com utensílios já em desuso, utilizados como materiais de construção. O segundo horizonte corresponde aos materiais, encontrados nos contextos de abandono da cabana e de derrube das suas paredes de barro cru.

Entre os materiais do grupo 1 (solo da cabana), destaca-se um grande pote ovóide de fabrico manual e paredes alisadas de cor castanha, apresentando elevada espessura, mas irregular, denotando um afeiçoamento das paredes com rolos. As superfícies mostram traços de raspagem bastante agressiva. Este material remete para exemplares «visigóticos» de Mérida. A sua associação com um pequeno fragmento de asa pendente de secção sub-circular parece confirmar essa hipótese de datação.

Os materiais do horizonte de abandono são bastante fragmentados. Aparecem nomeadamente pequenos fragmentos de cerâmica calcária cor-de-rosa e fragmentos de talha de armazenamento com marca de cordão (cf. ponto 2.13). Além de isso, aparecem fragmentos de cerâmica manual e a torno, destacando-se uma panela aparentemente ovóide, com colo cilíndrico curto e bordo triangular extrovertido, assim como fragmentos de asas de fita com depressão central, pertencentes a cãntaros.

2.15. Cerro do Castelo de Vale de Gaios, S. Luís, Odemira

Trata-se de um estabelecimento fortificado sobranceiro à Ribeira do Torgal (afluente do Mira), coroando a parte cimeira de uma elevação cónica de forte declive. A sua provável identificação com o estabelecimento de *Tarqala* (conservado no hidrônimo «Torgal») citado pelo geógrafo *Yāqūt* no séc. XIII, assim como as suas características morfológicas (muralha elíptica de 2 m de espessura, entrada em cotovelo, torres maciças e fraco perímetro do recinto delimitando uma área de 0,5 há), deixa supor uma fortificação talvez ligada ao poder central. Sondagens praticadas em 2000 e 2001 por J. Vilhena permitiram evidenciar contextos com cerâmica islâmica na zona do dispositivo de entrada (VILHENA e GRANGÉ, 2007).

As cerâmicas da primeira fase, anterior à construção da entrada em cotovelo, apresentavam-se muito roladas, mas foi possível identificar pequenos fragmentos de cerâmica calcária cor-de-rosa, remetendo, no estado actual dos conhecimentos, ao século IX (ver pontos 2.13 e 2.14). O espólio da segunda fase (camada de ocupação posterior à edificação da porta e anterior ao seu derrube) apresentava-se menos fragmentado, e permitiu a identificação de um horizonte cronológico coerente, remetendo aos séculos X-XII. Destaca-se um conjunto de caçoilas carenadas de bordo extrovertido com inflexão marcada, que encontram paralelos formais no Castelo de Palmela, remetendo para os séculos XI-XII. É de salientar a presença de cerâmica vidrada, infelizmente encontrada fora de contexto, consistindo num pequeno fragmento de tigela de vidrado melado, decorado com traços de manganés.

CONCLUSÃO

O panorama, que a bibliografia revela sobre estudo da cerâmica de época islâmica no Alentejo, não é muito satisfatório. Tanto em contextos urbanos como

rurais, o conhecimento das cerâmicas islâmicas é bastante incompleto, existindo profundas lacunas cronológicas e um fraco conhecimento das formas e a sua evolução. Em consequência, estamos muito longe de conhecer as distintas produções da região e os seus âmbitos de distribuição.

Apenas nos territórios meridionais do Alentejo, os estudos da cerâmica permitem vislumbrar um quadro geral sobre esta cerâmica. No caso de Mértola, contamos com uma sequência cronológica mais ou menos completa e uma tipologia bastante apurada que nos permitem fazer algumas comparações com os territórios vizinhos estabelecendo relações de proximidade nas produções, especialmente com o castelo rural de Mesas do Castelinho, mas também com os de Alcoutim (Castelo Velho e Castelo das Relíquias). Da mesma maneira, algumas formas detectadas no Baixo Mira apresentam paralelos formais mais evidentes com o que se conhece no Baixo Sado. Este e outros dados fornecidos pelas cerâmicas fazem duvidar fortemente da utilidade das actuais divisões administrativas (Baixo Alentejo / Algarve; Baixo Alentejo / Baixo Sado) como instrumento de análise para a cerâmica do Gharb al-Andalus.

BIBLIOGRAFIA

- ACIÉN ALMANSA, Manuel e MARTÍNEZ MADRID, Rafael (1989), Cerámica islámica arcaica del sureste de al-Andalus. *Boletín de Arqueología Medieval*. Madrid: Asociación Española de Arqueología Medieval. ISSN 0213-6090. n.º 3 (1989) pp. 123-135.
- BALESTEROS, Carmen e GONÇALVES, Gerardo (2007), Intervenções arqueológicas no centro histórico de Évora. *Monumentos*. Lisboa: DGEMN. ISSN 0872-8747. n.º 26 (2007) pp. 156-163.
- BOONE, James L. (1992), The first two seasons of excavations at Alcaria Longa: A Califal-Taifa period rural settlement in the lower Alentejo of Por-

- tugal. *Arqueología Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250. n.º 1 (1992) pp. 51-64.
- BOONE, James L. (1993), The third season of the excavations at Alcaria Longa. *Arqueología Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250. n.º 2 (1993) pp. 111-126.
- BOONE, James L. (1994), Rural settlement and islamization in the Lower Alentejo of Portugal. Evidence from Alcaria Longa. In *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana. Encuentro Internacional de Arqueología del sudoeste*. Huelva-Niebla, 1993. Huelva: Grupo de Investigación Arqueológica del Patrimonio del Suroeste, Universidad de Huelva. ISBN 84-604-9615-5. pp. 527-545.
- BOONE, James L. (1996), Uma sociedade tribal no Baixo Alentejo Medieval?. *Arqueología Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250. n.º 4 (1996) pp. 25-36.
- BOONE, James L. (2001), Tribalism, Ethnicity, and Islamization in the Baixo Alentejo of Portugal: Preliminary results of investigation into transitional period (AD 550-850) rural settlements. *Era*. Lisboa: Era, Arqueología/Colibri. ISSN 0874-9701. n.º 4 (2001) pp. 105-121.
- CANDÓN, Alicia *et alii* (2001), Mértola en torno al año mil. In *Actas del V Congreso de Arqueología Medieval, Valladolid, Marzo de 1999*. Valladolid: Junta de Castilla y León. ISBN 84-7846-966-4. Vol. 2. pp. 559-567.
- CORREIA, Fernando (1991), Um conjunto cerâmico árabe-medieval de Beja. In *Actas do IV Congresso Internacional A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. pp. 373-385.
- CORREIA, Fernando e PICARD, Christophe (1992), Intervenção arqueológica no Castelo de Juromenha. *Arqueología Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250. n.º 1. (1992) pp. 71-89.
- DE MEULEMEESTER, J.; GRANGÉ, M.; DEWULF, J. (2006), Novos dados sobre o povoamento alto-medieval na Serra de Monchique (séc. VI-IX): sondagens estratigráficas no Cerro do Castelo do Alferce (2004). In *Actas do 3º Encontro de arqueologia do Algarve (Silves, 2005)*. Vol. 1: *Comunicações e Conferências*. Silves: Câmara Municipal (Xelb, 6). ISBN 972-8505-16-7 pp. 261-280.
- ESTORNINHO, A. *et alii* (1994), O povoamento da área de Aljustrel. Seu enquadramento na faixa piritosa alentejana. In *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana. Encuentro Internacional de Arqueología del sudoeste*. Huelva-Niebla, 1993. Huelva: Universidad de Huelva. ISBN 84-604-9615-5. pp. 27-36.
- FABIÃO, Carlos e GUERRA, Amílcar (1991), O povoado fortificado de Mesas do Castelinho, Almodôvar. In *Actas das IV Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. pp. 305-319.
- FABIÃO, Carlos e GUERRA, Amílcar (1993), Uma fortificação Omíada em Mesas do Castelinho (Almodôvar). *Arqueología Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250. n.º 2 (1993) pp. 85-102.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (1994a), La cerámica «Verde y Morado» de Mértola (Portugal). *Arqueología Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250. n.º 3 (1994) pp. 113-132.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (1994b), Variantes técnicas y formales de la cerámica «verde y morado» de Mértola (Portugal). In *Actas del IV Congreso de Arqueología Medieval Española. Alicante*. 1992. Alicante: Asociación Española de Arqueología Medieval. ISBN 84-87032-23-0. T. III. pp. 779-786.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (1998), Cerâmica de verde e manganes do Castro da Cola. In *Actas das 2^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo. Tondela. 22 a 25 de Março de 1995*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. pp. 57-65.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2006), *Cerámica Islámica de Mértola: producción y comercio* [Em linha]. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid. [Consult. 14 Nov. 2007]. Disponível em Internet: <URL: http://cisne.sim.ucm.es/search*spi-S7/X?SEARCH=susana+gomez+martinez&searchscope=7&SORT=D>. ISBN 84-669-2568-6. 4041 pp.
- GÓMEZ, Susana; LOPES, Virgílio; SANTOS, Ana Rita (2009), Cerámicas del Arrabal de Mértola (Portugal). Contexto y Uso de los Objetos en un Espacio Portuario Andalusí. In *IX Congresso Intenzionale AIECM2. Poster sessione 3 del nome del uso dello spazio* [Em linha]. Venezia: Laboratorio di Archeología Medieval presso Laboratorio di Archeologia 1 Dipartimento di Scienze dell'Antichità e del Vicino Oriente – Università Ca' Foscari, 2009. [Consult. 2010-06-14]. Disponível em WWW: <URL: http://www.arcmed-venezia.it/Ixaiecm2/posters/03_nome_spazio.pdf>.
- GÓMEZ, Susana *et alii* (2009), Evidências materiais da ocupação Islâmica da margem direita do Guadiana. *Xelb. Silves*: Câmara Municipal de Silves/Museu Municipal de Arqueologia. ISBN 978-972-8505-24-0. n.º 9 (2009) pp. 685-694.
- GUERRA, Amílcar e FABIÃO, Carlos (2002), Mesas do Castelinho, Almodovar: uma fortificação rural islâmica do Baixo Alentejo. In *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb. Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Palmela: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela. ISBN 972-772-308-X. pp. 171-176.
- LOPES, Virgílio e GÓMEZ-MARTÍNEZ, Susana (2007), O arrabalde ribeirinho de Mértola e a evolução dos espaços periurbanos da cidade entre a Antiguidade e o Período Islâmico. *VIPASCA. Arqueología e História* [CD-ROM]. Aljustrel. ISBN 978-989-95001-9-8. n.º 2. 2^a série (2007) pp. 690-697.
- LOPES, C.; ALFENIM, R. (1994), A vila romana do Monte da Cegonha. In *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana. Encuentro Internacional de Arqueología del sudoeste*. Huelva-Niebla, 1993. Huelva: Universidad de Huelva. ISBN 84-604-9615-5. pp. 485-502.
- MACIAS, Santiago (1993), Moura na Baixa Idade Média: elementos para um estudo histórico-árqueológico. *Arqueología Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250. n.º 2 (1993) pp. 127-157.
- MARQUES, João António F. (2002), Panorâmica dos Trabalhos Arqueológicos Efectuados no Bloco 14 (Medieval/Moderno, Bacia do Degebe e Reguengos a Sul do Álamo). *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. ISSN 0871-066X. II.^a série, n.º 11 (Dezembro de 2002) pp. 145-151.
- PAULO, Luís Campos (2000), Achados Islâmicos e Mudéjares no Centro Histórico de Évora. *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora. ISSN 0871-1992. 2^a Série. n.º 4 (2000) pp. 219-236.

- PEREIRA, Maria Manuela dos Santos (2007), Intervenção Arqueológica em Sta. Maria da Vila no Castelo de Montemor-o-Novo. *Vipasca Arqueologia e História* [CD-ROM]. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel. ISBN 978-989-95001-9-8. n.º 2. 2ª série (2007) pp. 513-518.
- PINTO, Maria Adelaide (2007), Praça da República de Beja. *Vipasca Arqueologia e História* [CD-ROM]. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel. ISBN 978-989-95001-9-8. n.º 2. 2ª série (2007) pp. 519-530.
- RAMOS, Carlos; MARTINS, Artur; MURALHA, João e ESTORNINHO, Alexandra (1993), O Castelo de Aljustrel, campanhas de 1989 e 1992. *Vipasca*. n.º 2 (1993) pp. 11-40.
- REGO, Miguel (2003), A ocupação islâmica de Noudar. *Arqueologia Medieval*. Porto: Edições Afrontamento. ISSN 0872-2250. n.º 8 (2003) pp. 69-82.
- RETUERCE VELASCO, Manuel (1986), Cerâmica islâmica de Cidade das Rosas, Serpa (Portugal). In *Actas del Segundo Coloquio Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo Occidental. Toledo. 1981*. Madrid: Ministerio de Cultura. ISBN 84-505-5832-6. pp. 85-92.
- SANTOS, Heloisa Valente dos e ABRANCHES, Paula Barreira (2002), Ocupações do Período Medieval e Moderno nos Concelhos de Moura e Mourão. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. ISSN 0871-066X. II.ª série, n.º 11 (Dezembro de 2002) pp. 152-157.
- SOARES, António Monge; BRAGA, José Rodrigues (1986), Balanço provisório da intervenção arqueológica já realizada no Castelo de Serpa. *Arquivo de Beja*. Beja: Câmara Municipal de Beja. 2ª série, Vol. III (1986) pp. 167-198.
- TEICHNER, Felix (1994), Évora. Vorbericht über die Ausgrabungen am Römischen Tempel (1986-1992). *Madridrer Mitteilungen*. Mainz: Verlag Philipp Von Zabern. ISSN 3-8053-1586-4. n.º 35 (1994) pp. 336-358.
- TEICHNER, Felix (1998), A ocupação do centro da cidade de Évora da época romana à contemporânea. Primeiros resultados da intervenção do Instituto Arqueológico Alemão. In *Actas das 2ªs Jornadas de cerâmica medieval e pós-medieval*. Tondela: Câmara Municipal de Tondela. pp. 17-31.
- TEICHNER, Félix (2006), Die mittelalterliche und neuzeitliche Fundkeramik aus den Grabungen des Deutschen Archäologischen Institutes in Évora (Alentejo, Portugal). *Madridrer Mitteilungen*. Deutsches Archäologisches Institut. ISSN 3-8053-1586-4. n.º 47 (2006) pp. 295-409.
- VIANA, Abel (1946), Museu regional de Beja. Alguns objectos da Idade do Bronze, da Idade do Ferro e da época Romana; Cerâmica argárica; Cerâmica árabe. *Arquivo de Beja*. Beja. Vol. II (1946).
- VIANA, Abel (1958), Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja. Vol. XV (1958) pp. 3-56.
- VIANA, Abel (1959), Notas históricas arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja. Vol. XVI (1959) pp. 3-48.
- VIANA, A. (1960), Notas históricas arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. Senhora da Cola. *Arquivo de Beja*. Beja. Vol. XVII (1960) pp. 138-231.
- VILHENA, Jorge e GRANGÉ, Mathieu (2007), Premières données archéologiques sur le Baixo Mira durant le haut Moyen-âge (VII^o-XI^o siècle), Études de cas et problématiques générales. *VIPASCA. Arqueologia e História* [CD-ROM]. Aljustrel. ISBN 978-989-95001-9-8. n.º 2. 2ª série (2007) pp. 524-558.

CERÂMICAS ISLÂMICAS DO CASTELO DE MONTEMOR-O-NOVO

MANUELA PEREIRA*

O CASTELO DE MONTEMOR-O-NOVO

A localização do Castelo de Montemor-o-Novo constitui um dos factores que mais impulsionaram o crescimento dos primeiros aglomerados humanos que aqui se estabeleceram. O núcleo muralhado situa-se numa plataforma elevada com amplo domínio visual e com um curso de água que o flanqueia a Sul. As ter-



Vista Sul do Castelo de Montemor-o-Novo.

* Arqueóloga. Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

ras férteis em seu redor e as abundantes fontes de água subterrânea fazem dele o sítio ideal para o estabelecimento das populações muito provavelmente ainda durante a época pré-histórica.

O achamento de objectos pré-históricos, nomeadamente machados, em prospecções de superfície no espaço intra-muralhas e nas vertentes não chega ainda para se confirmar a existência de um povoamento pré-histórico, uma vez que as populações medievais acreditavam que estes objectos, também chamados «pedras de raio», poderiam evitar trovoadas.

Apesar de muitos autores afirmarem a existência de um castro romano baseados na arquitectura da Porta da Vila, recentes estudos de arqueologia da arquitectura, revelaram que se trata de uma porta claramente medieval por ser posterior à estrutura da Torre em que se encaixa e que sabemos ser do século XIV.

A existência de seis lajes de época visigótica (3 frisos, 1 ábaco, uma imposta e uma possível estela funerária) parece indicar a exis-

tência de uma pequena comunidade já com uma basílica cristã associada (Pereira, 2007, pp. 5-16).

Quanto à época islâmica, todos os autores que se têm debruçado sobre o Castelo de Montemor-o-Novo são unânimes em considerar a existência de um povoado desta época no local. A sua localização estratégica entre algumas das mais importantes cidades do Gharb como Évora, Santarém, Lisboa e Alcácer do Sal, aliadas às suas características defensivas levam-nos a considerar como altamente improvável o não aproveitamento deste sítio para o estabelecimento de um povoado com características defensivas.

Jorge Fonseca, no artigo «A vila intra-muros de Montemor-o-Novo. Contributo para o seu estudo» faz uma confrontação entre a estrutura urbana das cidades islâmicas e a vila intra-muros de Montemor-o-Novo, chegando à conclusão que as semelhanças são óbvias (Fonseca, 1993). De facto, para além das semelhanças na implantação no território, o local onde se encontra o Paço do Alcaides

apresenta-se como o ideal para o espaço da alcáçova moura com a sua mesquita própria onde se encontra a igreja de S. João Baptista que muitos autores (Andrade, 1977; Maçarico, 2007 entre outros) apresentam como a evolução de uma *Kubba* árabe. Já na área da Medina, mas próximo da entrada da alcáçova, ficariam os açouges e a mesquita mais importante, posteriormente convertida na Igreja de Santa Maria do Açougue (designação do século XIII), mais tarde designada como Santa Maria da Praça e depois Santa Maria da Vila. A Norte, Nascente e Poente, localizar-se-iam os bairros populares ou arrabaldes.

Se por um lado as características físicas e topográficas do sítio levam a crer na existência de uma comunidade islâmica, por outro a inexistência de referências na documentação histórica coeva e de objectos materiais até 2003 levavam-nos a considerar até essa data a época islâmica em Montemor com algumas reservas.

O PROJECTO DE INVESTIGACAO ARQUEOLÓGICA PARA O CASTELO DE MONTEMOR-O-NOVO

Em 2002 iniciou-se um processo de escavações arqueológicas no Castelo de Montemor-o-Novo que tem tido continuidade até 2009 através do projecto «Intervenção arqueológica em Santa Maria da Vila no Castelo de Montemor-o-Novo», integrado no Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos do extinto Instituto Português de Arqueologia.



Fortificações e sítios islâmicos do Sul Peninsular (adaptação de Fernandes, 2004)



Ruínas do Paço dos Alcaides e primitiva alcáçova.

Tal como o próprio nome do projecto indica, estas escavações centraram-se essencialmente na zona associada à área da antiga paróquia de Santa Maria da Vila, uma vez que um dos principais objectivos desta intervenção era a identificação da Igreja com o mesmo nome. Esta igreja de Santa Maria da Vila é, a par de Santa Maria do Bispo, a igreja mais antiga da vila intra-muros de Montemor, não sendo de colocar de parte a hipótese de se tratar de uma adaptação de uma mesquita a igreja cristã, devido à utilização recorrente do topónimo Santa Maria em casos semelhantes. É também a única das quatro igrejas existentes para a qual se desconhece a localização.

Embora até ao momento não tenha ainda sido identificada esta igreja, foi já possível colocar a descoberto mais de mil metros quadrados da malha urbana medieval e moderna da vila de Montemor-o-Novo, com as suas habitações e complexos sistemas de recolha e armazenamento de água associados, as suas ruas, uma das várias adegas de produção de vinho que segundo a documentação histórica aqui existiria, vários silos de armazenamento de cereais, um edifício de grandes dimensões que identificámos como uma casa apalaçada ou a Sinagoga medieval, posteriormente adaptada a cadeia da vila, entre muitas outras estruturas de uma das zonas mais nobres da vila medieval e moderna de Montemor-o-Novo.

OS SILOS DO CASTELO DE MONTEMOR

Embora durante as escavações arqueológicas tenham sido identificados alguns silos integrados no interior das habitações dos séculos XVI e XVII, a inutilização e posterior entulhamento destas estruturas negativas é normalmente mais antiga, sendo o espólio daqui proveniente datado até ao século XV, inícios do XVI.

Sendo o Alentejo uma zona cerealífera por excelência e tendo em conta a necessidade da preservação dos grãos de cereal durante longos períodos de tempo, a utilização dos silos, também chamados durante a época medieval de «covas de pão», é largamente difundida mantendo-se a sua utilização até finais do século XV. Depois de inutilizados da sua função original os silos são utilizados como lixeira e depósitos de resíduos de cozinha (Catarino, 1995, p.129).

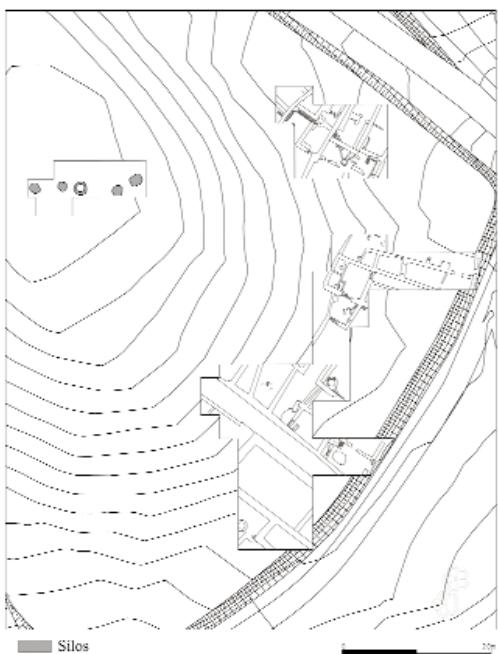
Na zona mais alta do Castelo e sem qualquer estrutura associada foram identificados cinco silos implantados em linha e com orientação Norte/Sul escavados nas campanhas de 2003 e 2005.

Até ao século XVII desconhece-se a existência de celeiros gerais em Montemor-o-Novo (Pereira *et al.* 2005). No entanto sabemos que as paróquias, sobretudo as mais abastadas como era o caso de Santa Maria da Vila e Santa Maria do Bispo possuíam zonas de armazenamento de cereais que mais não deveriam ser que silos escavados na rocha.

De facto a descoberta destas 5 estruturas numa zona em que a rocha aflora praticamente à superfície e sem quaisquer estruturas habitacionais ou de outro carácter associadas, aliada ao local onde se implantam estas «covas de pão», leva-nos a



Enquadramento dos silos na planta geral do Castelo



Implantação da área dos silos na planta das sondagens arqueológicas

colocar a hipótese de se tratar dos celeiros da freguesia/paróquia de Santa Maria da Vila.

A escolha deste local para implantação



Agulha de roca.



Torre de roca.

destes silos deve estar relacionada com as próprias características da rocha – de fácil corte e com o facto de se tratar de uma zona muito ventosa, condição essencial para a preservação dos alimentos.

Quatro destes silos são depressões escavadas na rocha de dimensões variáveis e, em três destes casos, aparentemente sem qualquer revestimento de superfícies. Num destes silos encontraram-se alguns blocos de barro fresco, sempre junto às paredes que poderão estar relacionados com uma adaptação da técnica de revestimento que Ibn Luyun, autor árabe medieval, recomendava para a conservação dos cereais «os grãos devem-se guardar da humidade e do sol [...]. Também é necessário colocar palha nos lados e fundo dos silos, com o que se evita o perigo da humidade, e é muito melhor, em vez de palha colocar esteiras de junco (Catarino, 1997/98, p 735).

O quinto silo a que também chamamos silo/cisterna não se enquadra na normal tipologia dos silos por possuir paredes rectas e em alvenaria de pedra e argamassa e atingir uma profundidade de quatro metros. Possui seis degraus em pedra que saem das paredes – 3 a Sul e a Oeste, alternados. Estes degraus serviriam em princípio como auxílio à descida ao fundo do silo quando se efectuasse a limpeza do mesmo. Uma vez que se tratam de paredes com um grau de impermeabilização elevado, poderíamos apontar a sua utilização como cisterna de armazenamento de água. No entanto, e tendo em conta o contexto em que este silo/cisterna se enquadra é mais provável que se trate de um silo de armazenamento de líquidos – azeite ou vinho – ou de outro tipo de produtos alimentares que requeressem outros cuidados no seu armazenamento.

Destes cinco silos apenas dois, incluindo o silo/cisterna revelaram materiais arqueológicos de época islâmica ainda que associados a materiais mais recentes.

ESPÓLIO ARQUEOLÓGICO DE EPOCA ISLÂMICA

Todo o espólio arqueológico de época islâmica identificado no interior da vila intra-muros de Montemor-o-Novo é proveniente de silos, o que se poderá explicar por um abandono primitivo destas estruturas no contexto diacrónico da ocupação do espaço da vila. O seu entulhamento é feito assim com restos de lixeiras e entulhos onde se poderiam encontrar materiais de épocas mais recuadas.

Para além dos silos que falámos anteriormente foi recuperado um objecto de decoração claramente atribuída ao período islâmico e que identificámos como agulha de roca num silo atrás do edifício do Convento da Saudação. Este silo, a avaliar pelo espólio que se encontrava nas últimas unidades estratigráficas escavadas parece ter sido abandonado no contexto dos acontecimentos políticos e militares que se seguiram à crise de 1383/85. De facto, dos níveis finais deste silo foram recolhidas mais de duas dezenas de moedas, 7 brincos ou contas de colar em filigrana de prata e cinco chaves. A concentração de espólio deste tipo parece estar associada a contextos de instabilidade política, económica e social característica

deste período. Nas camadas intermédias deste silo foi encontrada esta agulha de roca, com cerca de 7 cm. de comprimento, em osso, com decoração em círculos concéntricos, characteristicamente islâmicos.

Para além da agulha de roca foi igualmente encontrada uma torre de roca, morfologicamente muito idêntica às de Mértola e Silves. Esta peça foi identificada no interior do silo/cisterna a que anteriormente nos referimos. Num dos seus traços horizontais é ainda possível observar-se vestígios de pintura de coloração vermelha.

AS CERÂMICAS

O único conjunto de cerâmicas claramente atribuído ao período islâmico é proveniente do primeiro silo escavado, no conjunto dos cinco silos identificados no monte mais alto de castelo, e a que já nos referimos.

Trata-se de um conjunto de cinco fragmentos de cerâmica comum sem presença de qualquer indício de bordo ou fundo pelo que não nos é possível estabelecer a forma a que pertenciam ou a função a que estavam destinados. Todos estes fragmentos apresentam contudo as tradicionais bandas brancas que nos permitem, em princípio, integrá-los na cultura material de época islâmica. De facto, na alcáçova do Castelo de S. Jorge, em Lisboa foram encontrados exemplares de cerâmicas de pintura branca que segundo os autores do respectivo estudo se poderão integrar entre meados do século XI e inícios do século XIII, abrangendo assim um espaço temporal de cerca de 50 anos de dominação Cristã o que



Fragmentos de cerâmica comum com bandas brancas.

demonstra a existência de continuidade pelo menos no que à cultura material diz respeito (Gomes, *et al.*, 2001, p. 162).

Na verdade, tendo em conta o espólio numismático identificado no silo de onde estas cerâmicas são provenientes, podemos afirmar que as suas cronologias se encontram muito próximas daquelas apontadas para os contextos do Castelo de S. Jorge. As moedas aqui encontradas pertencem na sua totalidade aos reinados de D. Afonso Henriques e D. Sancho I, coincidentes, portanto, com os contínuos avanços e recuos dos exércitos cristãos e muçulmanos que esta zona do Alentejo conheceu até ao terceiro quartel do século XII.

Para além destes cinco fragmentos de cerâmica que, apesar das bandas brancas nos colocam ainda algumas dúvidas quanto à sua integração na cultura material islâmica, foi encontrado um objecto cerâmico que pelas suas características é claramente atribuído ao período Almóada. Trata-se de um fragmento da parede de uma talha com decoração estampilhada.

As talhas são recipientes de armazenamento, tendo como principal função a conservação dos líquidos e outros alimentos sólidos que nelas se guardavam. Por assumirem por vezes dimensões consideráveis deveriam permanecer imóveis num compartimento da casa destinado a dispensa. As talhas decoradas, como é claramente o caso do exemplar de



Fragmento de talha com decoração estampilhada.

Montemor, poderiam ficar num local mais visível da casa (Torres *et al.*, 2003, p.127).

Neste fragmento estão presentes dois motivos diferentes. O primeiro, de que subsistem 7 matrizes tem como motivo a mão de Fátima, filha de Maomé. Este motivo é muito recorrente em cerâmicas muçulmanas, sobretudo da época Almóada, uma vez que se acreditava que esta representação pudesse afastar os espíritos maléficos que lançariam mau-olhado para os alimentos conservados no interior destes utensílios (Khawli, 1993, p. 69).

O segundo motivo de que só possuímos uma matriz é composto por motivos vegetalistas enquadrado, em cima, por duas estrelas de seis pontas e, em baixo, por duas estrelas de oito pontas (ver desenho). Segundo Abdallah Khawli, também as estrelas de seis e oito pontas são típicas do período islâmico e um dos temas mais utilizados nas estampilhas (idem, p. 68). Este tipo de decoração é sobretudo utilizado durante o período almóada como propaganda contra os almorávidas (Acién Almansa, 1996, p.186).

Apesar de grande parte das talhas com este tipo de decoração possuir vidrado no seu exterior, no fragmento que possuímos não são visíveis quaisquer vestígios de vidrado. A pasta é de coloração avermelhada – 2.5 YR 6/6 (Munsell, 2000) – com elementos não plásticos de pequena e média dimensão constituídos essencialmente por quartos. Possui uma ligeira aguada da mesma cor da pasta em ambas as superfícies.

Existem vários paralelos para talhas com este tipo de decoração; no entanto, pela proximidade geográfica e pelos amplos estudos de que têm sido alvo destacamos as talhas com decoração estampilhada de Mértola (Khawli, 1992, p. 17).

As restantes cerâmicas identificadas neste silo não possuem qualquer característica particular que nos permita afirmar que se tratam de



Pormenor da mão de Fátima.

cerâmicas de época islâmica uma vez que as formas presentes possuem uma longa diacronia de utilização que se prolonga por vezes até ao século XV e XVI.

Para além das cerâmicas deste silo foi encontrado, numa sondagem não muito



Desenho do fragmento de talha.



Fragmento de tambor.

longe da área dos silos, mas a uma cota muito superficial e portanto descontextualizado, um fragmento de cerâmica que identificámos como tambor.

Apesar de este tipo de peças ser relativamente rara, inclusivamente ao nível peninsular, a orientação do colo e as características do bordo apontam para que se trata claramente de um tambor. Não encontrámos quaisquer paralelos para este tipo de peças em contextos medievais ou modernos. De facto, os únicos paralelos que possuímos encontram-se em Silves e no Castelo Velho de Alcoutim. Embora os exemplares de Silves e de Alcoutim sejam em cerâmica comum e o de Montemor apresente pasta clara com revestimento a vidrado verde com reflexos dourados, a morfologia da peça e as dimensões do bordo coincidem na perfeição com o exemplar de Silves (Gomes, 2002, p. 491) e com alguns de Alcoutim (Catarino, 1997/98, p. 381).

CONCLUSOES

Apesar de grande parte dos materiais arqueológicos de época islâmica identificados no Castelo de Montemor-o-Novo terem sido encontrados descontextualizados e de não terem ainda aparecido quaisquer níveis estratigráficos claramente islâmicos, podemos já falar sem qualquer reserva de uma ocupação islâmica na colina do castelo.

A falta de fontes escritas leva-nos a crer que se tratava de um pequeno povoado essencialmente de características defensivas e de ligação entre cidades importantes do Gharb como Lisboa, Évora e Santarém. O principal núcleo ou alcáçova situar-se-

-ia onde actualmente se encontram as ruínas do Paço dos Alcaides que, à época, deveria possuir muralha própria. Os bairros populares situar-se-iam nas encostas a Norte, Este e Oeste.

A construção de uma cisterna no interior do recinto do Paço dos Alcaides impossibilita a realização de escavações arqueológicas no local. Estamos contudo confiantes que a encosta Ocidental do Paço dos Alcaides, pela sua localização, deva ter sido das primeiras zonas da vila intra-muros a ser abandonada, não se encontrando aqui, pelo menos em tão grande escala, a pressão urbanística que vamos encontrar durante os séculos XV e XVI noutras zonas da vila intra-muros, mais próximas do acesso ao novo arrabalde a Norte e que vieram danificar estruturas e estratos arqueológicos mais antigos.

É nosso objectivo, nos próximos anos, iniciar aqui escavações arqueológicas de modo a podermos comprovar esta teoria e identificar os tão desejados níveis islâmicos no Castelo de Montemor-o-Novo.

BIBLIOGRAFIA

- ACIÉN ALMANSA, Manuel (1996), «Cerámica y propaganda en época almohade», in *Arqueología Medieval*, n.º 4, Campo Arqueológico de Mértola.
- ANDRADE, A. A. Banha de (1977), *Breve história das ruínas do Antigo Burgo e Concelho de Montemor-o-Novo*, Cadernos de história de Montemor-o-Novo, n.º 3, edição do Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo e de «A Defesa», Évora.
- CATARINO, Helena (1995), «Cerâmicas Tardo-Medievais/Modernas do Alto Alentejo: a escavação de um silo na vila do Crato», in *Actas das 1.ºs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e Resultados para o seu estudo*, Câmara Municipal de Tondela.
- CATARINO, Helena (1997/98), «O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados» in *Al'ulyā*, n.º 6, vols. 1, 2 e 3.

- FERNANDES, Isabel Cristina F. (2004), *O Castelo de Palmela. Do Islâmico ao Cristão*, Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela.
- FONSECA, Jorge (1993), «A Vila intra-muros de Montemor-o-Novo. Contributo para o seu estudo», in *Almansor. Revista de Cultura*, n.º 11.
- GOMES, Ana et al. (2001), «A cerâmica pintada de época medieval da Alcáçova do Castelo de S. Jorge», in *Garb. Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, IPPAR.
- GOMES, Rosa Varela (2002), *Silves (Xelb) uma cidade do Gharb Al-Andalus: a Alcáçova, Trabalhos de Arqueología*, n.º 35, Instituto Português de Arqueologia.
- KHAWLI, Abdallah (1992), «Lote de cerâmica epigráfica em estampilhagem de Mértola», in *Arqueologia Medieval*, n.º 1, Campo Arqueológico de Mértola.
- KHAWLI, Abdallah (1993), «Introdução ao estudo das vasilhas de armazenamento de Mértola Islâmica», in *Arqueologia Medieval*, n.º 2, Campo Arqueológico de Mértola.
- MAÇARICO, Luís Filipe (2007), «Os heterónimos de um mistério: Azoias, Cubas e Morábitos no imaginário popular. O caso de Montemor-o-Novo», in *Almansor. Revista de Cultura*, n.º 6, 2.ª série.
- Munsell Soil Color Charts (2000), GretagMacbeth.
- PEREIRA, Manuela et al. (2005), «Silos do Castelo de Montemor. O espólio cerâmico», in *Almansor. Revista de Cultura*, n.º 4, 2.ª série.
- PEREIRA, Maria Manuela S. (2007), «Vestígios de época visigótica no Castelo de Montemor-o-Novo», in *Almansor. Revista de Cultura*, n.º 6, 2.ª série.
- TORRES, Cláudio et al. (2003), «Os nomes da cerâmica medieval. Inventário de termos», in *Actas das 3.ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e Resultados para o seu estudo*, Câmara Municipal de Tondela.

CERÁMICAS ISLÁMICAS DE ALMONASTER LA REAL Y ARACENA (HUELVA)

E. ROMERO BOMBA*

T. RIVERA JIMENEZ*

J. A. PEREZ MACIAS*

Desde hace unos años la Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía está desarrollando el Plan de Arquitectura Defensiva de Andalucía (Fondevilla Aparicio, 2008; Fondevilla, López, Rivas y Rastrojo, 2008). En el marco de este proyecto hemos llevado a cabo intervenciones arqueológicas en diversos castillos de la Sierra de Huelva: Cumbres de San Bartolomé, Cumbres Mayores, Santa Olalla del Cala, Cala, Torre de las Harinas (Zufre), Aroche, Almonaster la Real y Aracena (Romero Bomba, 2003; Romero y Rivera, 2004a y 2004b; Rivera y Romero, 2005; Pérez, Rivera y Romero, 2005; Rivera y Romero, 2007). Aunque estas intervenciones no estaban dirigidas al estudio de la evolución del poblamiento en esos asentamientos, en las distintas campañas de limpieza y sondeos para resolver problemas concretos de la arquitectura de estas fortalezas, se ha distinguido una etapa de construcción islámica en los castillos de Aroche, Almonaster la Real, Zufre, y Aracena, tanto por las técnicas de edilicias empleadas como por los materiales cerámicos asociados a las unidades estratigráficas. En este trabajo vamos a presentar el elenco cerámico islámico de Almonaster la Real y Aracena por su interés añadido de contribuir a aclarar problemas históricos todavía en discusión.

LA SIERRA DE HUELVA EN LAS FUENTES DOCUMENTALES ÁRABES

Las primeras citas a localidades de esta zona se remontan a época emiral. En

tiempos del emir al-Ḥakān (822 d.C.) el geógrafo musulmán Abū ‘Ubayd al-Bakrī nos comenta que los distritos (*aqālīm*) de la jurisdicción de Sevilla (*Kūra*), entre ellos *al-Munastīr*, habían recaudado más de treinta y cinco mil dinares. Todos los investigadores están de acuerdo en señalar que este topónimo se corresponde con la localidad actual de Almonaster la Real, que desde época emiral habría sido una de las comarcas del distrito sevillano. Es el asentamiento islámico de mayor proyección de toda la Sierra de Huelva por el magnífico estado de conservación de su mezquita (Jiménez Martín, 1975), pero no deja de presentar problemas, pues la fecha del siglo X asignada a la mezquita ha sido discutida por la cronología de algunos de sus elementos, entre ellos la inscripción de una columna del siglo XI (Barceló, 2001) y el empleo sistemático de aparejo de ladrillo, considerado de la segunda mitad del siglo XII (Araguas, 2003).

Desde el siglo X d.C., las fuentes árabes citan otros lugares que han sido identificados

* HUM 838, Universidad de Huelva

con otras poblaciones de la sierra. La fuente más importante de este momento es Ahmad al-Rāzī que menciona a *Arun/Awrūš*, identificado con Aroche, y *Qaṭrašāna*, que la mayor parte de los investigadores sitúan en la Sierra de Aracena. Tanto al-Udrī y al-Bakrī en el siglo XI, e Ibn Gālib en el s. XII recogen en la descripción de la *Kūra* de Sevilla los *aqālīm* de *al-Munastīr* y *Qaṭrašāna*, que se han reducido a Almonaster la Real y Cortegana en la Sierra de Huelva.

Awrūš puede reducirse al despoblado califal del Llano de la Torre (Aroche), muy próximo a esta población. La prospección y excavación de este yacimiento ha demostrado que se abandonó en el siglo X, probablemente en el momento de las continuas revueltas muladies por todo el suroeste de al-Ándalus, que fueron particularmente violentas en las jurisdicciones de Niebla y Beja (Pérez Macías, 2006). Una vez abandonado este asentamiento, o destruido, el lugar se volvió a poblar en la segunda mitad del siglo XI, pero ya en el emplazamiento del actual Aroche, donde a lo largo del siglo XII se construyó un pequeño castillo (*ḥiṣn*) de tapial. Las cerámicas del Llano de la Torre se proponen como ajuares característicos de las poblaciones muladies (Fernández Gabaldón, 1989), y las investigaciones arqueológicas nos informan también que la producción de hierro, tradicionalmente en manos muladies o cristianas, fue una de las principales actividades de esta población (Pérez Macías, 1989).

Mayores problemas existen en la situación de *Qaṭrašāna*. La identificación de *Qaṭrašāna* con Cortegana se ha propuesto por el parecido de nombres y la supuesta existencia de un municipio romano, *Corticata*, una de las ciudades de la lista de la Geografía de Ptolomeo. Estaríamos en una supuesta evolución fonética de *Qaṭrašāna* en Cortegana, pero la evidencia arqueológica y la situación geográfica lo desmienten. Las excavaciones efectuadas en el

Castillo de Cortegana en la fase de apoyo a la restauración no han aportado materiales islámicos, sino bajo-medievales y modernos (Valor, López y Casquete, 1999). Y por otro lado, los textos son claros y reiterativos, se encontraba en el conjunto de sierras donde nace el río Tinto, y en Cortegana nace el río Chanza. El río Tinto nace en el oriente de la sierra, en el término municipal de Zufre (Rivera de Jarama), y habría que entender por montes de *Qaṭrašāna* su correspondiente bajo-medieval, la Sierra de Aracena, tal como ya defendiera R. Valencia (1988). En este sentido, el nombre de Aracena también se ha propuesto como evolución del topónimo *Qaṭrašāna* (Lévi Provençal, 1953), con lo cual el criterio filológico no es fiable, y su situación sólo puede resolverse desde el punto de vista histórico y arqueológico. No es coherente situar las dos cabeceras de distrito apenas a 10 km, dejando gran parte de la Sierra de Huelva perteneciente a Sevilla muy lejos de los centros de distrito.

Por todas estas cuestiones se ha propuesto que si se sigue el discurso geográfico de la conquista hospitalaria de la zona (Pérez Embid, 1975), el camino entre Beja y Sevilla, este topónimo correspondería a Aracena (Pérez Macías, 2001), pues sólo se cita la toma de Aroche y Aracena. Se ha supuesto que este camino es de origen romano, pero ninguna fuente arqueológica y documental lo prueba por ahora (Jiménez Martín, 2006). Es probable que fuera de origen islámico, para comunicar Sevilla con sus distritos de la sierra de Huelva, como parece evidente por los topónimos de Arroyo de la Plata y Venta de la Plata. No se nombra a Almonaster, que queda fuera de ese trazado, pero es incomprensible el silencio sobre Cortegana, que estaría sobre ese camino. La repoblación cristiana respetó los términos del distrito islámico de Aracena, y según un documento de 1262 su término era el que tenía «*en tiempo de Myramomenin*» (Casquete del Prado, 1993, 60), el equivalente al Priorato de Aracena y posterior Principado de Aracena (Pérez-Embido Wamba, 1995), que mantuvieron ese territorio hasta que se produjo en los inicios de la Edad Moderna la lenta segregación de términos. A pesar de la falta de niveles de ocupación islámica en el castillo de Cortegana, J.M. Sánchez y M. Valor siguen defendiendo la reducción de *Qaṭrašāna* en Cortegana (Sánchez y Valor, 2004). Señalan que existen en el castillo Cortegana cerámicas islámicas, en contradicción con el primer informe de la excavación y sin que se presenten estos materiales. En definitiva, una postura en la que se obvian los argumentos geográficos e históricos en contra sin rebatirlos con pruebas arqueológicas. Las cerámicas que vamos a presentar del castillo de Aracena pueden ayudar a resolver este problema.

Una última propuesta es la de A. Jiménez Martín, quien indica que podría corresponder a Zufre (Jiménez Martín, 2005). Es coherente desde el punto de vista administrativo y arqueológico, pero aquí si nos parece que hay que tener en consideración el criterio filológico, pues es complicada una evolución fonética que transforme el nombre árabe de *Qaṭrašāna* en la castellana *Sufre*, que es como se recoge en los primeros documentos bajomedievales castellanos. A juzgar por su cerca de tapial, sí sería otra importante medina islámica, y su nombre se ha relacionado con los árabes *Surj/impuesto* (Asín Palacios, 1940) o *Sajra/peña* (Valencia Rodríguez,

1988). Menos crédito nos merece su relación con *suber/alcornoque* (Romero Gómez, 2008).

Otro asentamiento islámico que puede estar recogido por las fuentes árabes es el castillo y medina de Santa María/Santa Marta, en el término municipal de Santa Olalla del Cala (Romero y Rivera, 1999; Pérez, Rivera y Romero, 2005), identificado por A. Jiménez con el *ḥiṣn al-Juṣānī* que se cita en el camino de Sevilla a Badajoz (Jiménez Martín, 2006). Picard ha señalado también que Santa Olalla del Cala correspondería a la estación de *Shant Ulaliya* en el camino de Sevilla a Mérida (Picard, 2000), pero no hemos encontrado este topónimo en los itinerarios de al-Andalus de al-Idrīsī (Abid Mizal, 1989), y el castillo de Santa Olalla del Cala no tiene niveles de ocupación islámica (Romero y Rivera, 2010). El nombre castellano puede corresponder a una repoblación con poblaciones de origen mozárabe de la zona de Toledo.

CERÁMICAS ISLÁMICAS DE ALMONASTER LA REAL

Hemos tenido la oportunidad de realizar dos campañas de intervención arqueológica en el Castillo de Almonaster la Real en los años 2006 y 2007. La intervención de 2006 estuvo motivada como apoyo a las obras de emergencia a emprender ante el estado de ruina y deterioro que presentaba el lienzo norte del recinto. Se trata de un lienzo de tapial que conserva el adarve, y en su parte superior restos del almenado, así como aún resultan perceptibles huellas de encintado. Una vez caracterizadas y delimitadas las distintas unidades constructivas, se recuperó de la fábrica de tapial un interesante conjunto de materiales, especialmente cerámicos, que nos han permitido conseguir una datación bastante precisa de su construcción. Destaca un reposadero de tinaja vidriado en verde que nos remiten a una cronología de la primera mitad del siglo XIII (figura 1.1).

La segunda intervención del año 2007 se encuadraba en una actuación más amplia, que comportó la realización de un estudio histórico y de revisión bibliográfica, la ejecución de obras auxiliares de apoyo a la intervención arqueológica, consistentes en el desbroce y limpieza de los paramentos murarios, y el estudio y análisis paramental de la parte del recinto no realizado en la campaña del año 2006. La intervención comenzó con la delimitación de las zonas de actuación (Unidades de Limpieza) de los lienzos del castillo. En el desarrollo posterior de la intervención planteamos en este sector del castillo cuatro sondeos estratigráficos. Los materiales recuperados en el Sondeo 1 remiten a cronologías medievales cristianas y modernas, tanto para las unidades sedimentarias como las unidades constructivas, a excepción hecha de la unidad sedimentaria S1/US-9, del siglo XII. La secuencia estratigráfica del Sondeo 2 es muy sencilla. Las dos primeras unidades resultaron un nivel completamente estéril (S2/US-1), y un vertedero contemporáneo (S2/US-2). A continuación de los niveles anteriores se depositó un nivel (S2/US-3) muy alterado de tierras finas de color marrón, con materiales del siglo XV. Incorporados

en este nivel encontramos tres elementos constructivos, una alineación de mampuestos (S2/UC-1), una atarjea (S2/UC-2) y una estructura muraria de dirección Norte-Sur (S2/UC-4). A fin de no afectar a los elementos constructivos aparecidos en el desarrollo de la excavación decidimos ampliar la anchura del corte, y en esta ampliación documentamos un nivel sedimentario (S2/US-5), que responde a la preparación del terreno para el asiento de la atarjea. Bajo S2/US-5 aparece un nuevo nivel de deposición (S2/US-7), nivel de textura arcillosa y color grisáceo, del que hemos recuperado materiales arqueológicos significativos, entre otros algunos fragmentos vidriados en verde de una pila de abluciones almohade (figura 1.5). También aparece una nueva atarjea (S2/UC-5), y a partir de aquí aparece una unidad deposicional de color rojizo, muy compactada (S2/US-8), que destaca sobre todo por sus materiales, cerámicas comunes cuyas formas remiten a los siglos X-XI. Inserta en esta unidad documentamos una tercera atarjea construida con mampuestos a uno y otro lado, que corresponde al mismo momento constructivo que US-8, fase fundacional del recinto. El Sondeo 3 es el más interesante desde el punto de vista de la ocupación, y alcanzó una potencia de más de 3,5 m. La primera de las unidades excavadas (S3/US-1), es el nivel de tierra vegetal, de apenas 10 cm de espesor, y contiene materiales de distinta época, entre ellos materiales de desecho contemporáneos. Bajo la misma y hasta la cota 96,21, documentamos una nueva unidad (S3/US-2), de color grisáceo, e igualmente con materiales de distinta época, y entre ellos modernos y contemporáneos. Ambas unidades son claramente de conformación reciente, formadas por procesos de erosión y arrastre de material hacia el exterior del recinto. El tercer nivel sedimentario (S3/US-3) estaba formado por cuatro deposiciones funerarias que hemos podido documentar.

tar de forma completa, tres de ellas pertenecientes a individuos adultos, y otra a un individuo joven, que interpretamos como un enterramiento colectivo, tipo fosa común, probablemente de personas fallecidas como consecuencia de una epidemia. Bajo S3/US-3 documentamos una primera unidad constructiva (S3/UC-1), un nivel de suelo de cal, y bajo él dos nuevos niveles de deposición (S3/US-4 y S3/US-5). US-4 es un nivel de textura grava-osa y color grisáceo, en el que se mezclan materiales de los siglos XII y XIII, pero no podemos concretar si se trata de un nivel almohade o cristiano. El nivel US-5 es un nivel de derrumbe, con numerosos fragmentos de teja, y sus materiales no permiten tampoco una precisar su cronología. El nivel inferior (S3/US-6) es también nivel sedimentario, y los materiales remiten a una cronología entre finales del siglo XII y primera mitad del XIII. Este nivel a su vez sepultaba un nuevo nivel constructivo (S3/UC-2), un suelo de cal, que consideramos como el nivel de uso del recinto en época almohade. Inmediatamente debajo de S3/UC-2 aparece otro nivel sedimentario (S3/US-7), de matriz marrón oscura y tonalidades rojizas. Este nivel presenta gran cantidad de materiales cerámicos, sobre todo cerámicas comunes, similares en forma a los ataifores de tipología almohade. Más antiguo que este nivel es un nivel de tonalidad marrón y textura arcillosa, estéril en lo relativo a la presencia de materiales arqueológicos (S3/US-8). Le sigue un nuevo nivel sedimentario (S3/US-9), con materiales muy atípicos, del que no podemos precisar por ello su cronología. Continúa en profundidad un nivel de derrumbe (S3/US-10), que relacionamos con otra estructura (S3/UC-4), pero carece de materiales significativos. De forma paralela a la de S3/US-10 se deposita otro nivel (S3/US-11), un nivel potente, de hasta 0,71 metros, con numerosos fragmentos cerámicos, que asig-

namos a los siglos X-XI por las formas y decoraciones (verde y manganeso). La columna estratigráfica termina con dos nuevos niveles (S3/US-13 y 14), el primero con presencia de mampuestos, y únicamente matriz terrosa el segundo, cuyos materiales cerámicos vuelven a remitir a los siglos X y XI, pues incluyen también pequeños fragmentos de galbos de ataifores con decoración en verde y morado califales. En la última de las unidades de intervención, el Sondeo 4, con niveles formados recientemente como consecuencia de fenómenos de arrastre de materiales desde zonas topográficamente más elevadas, únicamente destaca el nivel de base (S4/US-4), tierras de color marrón oscuro, con cerámicas de los siglos X y XI.

La valoración previa de los resultados obtenidos en la ejecución de los sondeos estratigráficos nos permite precisar la cronología de base de la muralla, que debemos remitir al siglo X, y definir en el castillo importantes reformas en épocas almohade (tapial con encintados) y bajo-medieval cristiana (torres circulares). Entre las cerámicas islámicas de estos sondeos se encuentran representados los siguientes tipos:

1. Ataifores

– De cuerpo hemisférico achatado y borde engrosado (figura 2, 1).

Esta forma de ataifor corresponde al tipo II de la serie I de Roselló (1978). Su cronología se ha situado a fines del siglo XII y siglo XIII. Para Retuerce Velasco (1998) es una forma predominante en la zona oriental de al-Andalus, pero están presentes también en yacimientos meridionales, como Baños de Meca, y del Suroeste, como Saltés.

– De cuerpo carenado (figura 2, 2).

Se encuadra en el tipo IIIa de Roselló (1978) y dentro del tipo A.25 de Retuerce (1998), quienes fechan estas formas de ataifor en el periodo africano, siglos XII y XIII. En el Suroeste aparece en los niveles almohades de los yacimientos mejor conocidos, Saltés, Mértola, Silves, entre otros.

– De cuerpo en forma de casquete esférico y borde saliente (figura 2, 3 y 4).

Es un tipo de ataifor propio del período africano. Aparece en contextos del siglo XII en Niebla (Benabat y Pérez, 2003) y sus yacimientos rurales (Pérez Macías, 2002a), en Saltés (Bazzana y Bedia, 2005), y en otros yacimientos del Suroeste, como Silves (Varela Gomes, 1988), Mértola (Torres, 1987), Cerro da Vila (Martins de Matos, 1991), Vale do Boto (Catarino, Arruda y Gonçalves, 1981), etc. Es una forma que se asocian a imitaciones de modelos chinos y fatimíes de reflejo dorado, y perdura desde los modelos de fines del siglo X hasta época almohade, recibiendo todo tipo de decoraciones, reflejo dorado, blanco y verde, etc. A partir del siglo XII predomina el vidrio transparente con motivos en negro y en época almohade vidrio transparente con motivos estampillados en el fondo interior.



Figura 1.

2. Jarritos y jarritas

– Jarritos (figura 3, 5 y 6).

Dentro de este grupo destacan los cuellos cilíndricos y la ausencia de decoración, pero es una forma de larga perduración, desde época emiral hasta época almorávide (Retuerce y Zozaya, 1991).

– Jarritas (figura 3, 1 a 3).

Algunos fragmentos de bordes corresponden a jarritas de cuello abocinado, pero no se conserva el desarrollo del cuerpo. Pueden ir decoradas con pintura negra y roja. Este tipo de jarritas de cuello acampanado, algunas con filtro, aparecen en contextos de los siglos XII y XIII, entre otros asentamientos en Mértola (Gómez Martínez, 2004), Silves (Varela Gomes, 1988), Niebla (Benabat y Pérez, 2003), Sevilla (Pleguezuelo y Lafuente, 1995), Jerez de la Frontera (Montes y González, 1987), y Caños de Meca (Abellán Pérez, 1982).

3. Marmitas

– Marmitas de cuerpo ovoide y borde saliente (figura 4, 1 y 2).

Es un tipo que arranca ya de momentos tardorromanos (Caballero, Mateos y Retuerce, 2004), se consolida en época tardorromana y visigoda, y perdura hasta época taifa, hasta el siglo XI, en la que aparecen nuevas formas, sobre todo en el período de dominio norteafricano en los siglos XII y XIII. En época islámica es una de las formas más representativas desde época califal hasta el siglo XI, como nos demuestra la estratigrafía de Cercadilla en Córdoba (Fuertes Santos, 2002). Para Gutiérrez Lloret (1988) es una forma con claros paralelos de época tardorromana y visigoda y define los momentos emiral y califal hasta entrado el siglo XI d.C., momento en el que serían reemplazadas por el nuevo tipo de marmita que define nuestro tipo siguiente. Se documenta en yacimientos como Guardamar del Segura (Azuar y Gutiérrez, 1989), Pechina (Castillo y Martínez, 1993), Bizmiliana (Acién y Martínez, 1989), y Peñaflor y Cerro Miguelico (Salvatierra y Castillo, 2002). Aparece también en algunas villas romanas reocupadas en época islámica, como Milreu (Teichner, 1993). En el

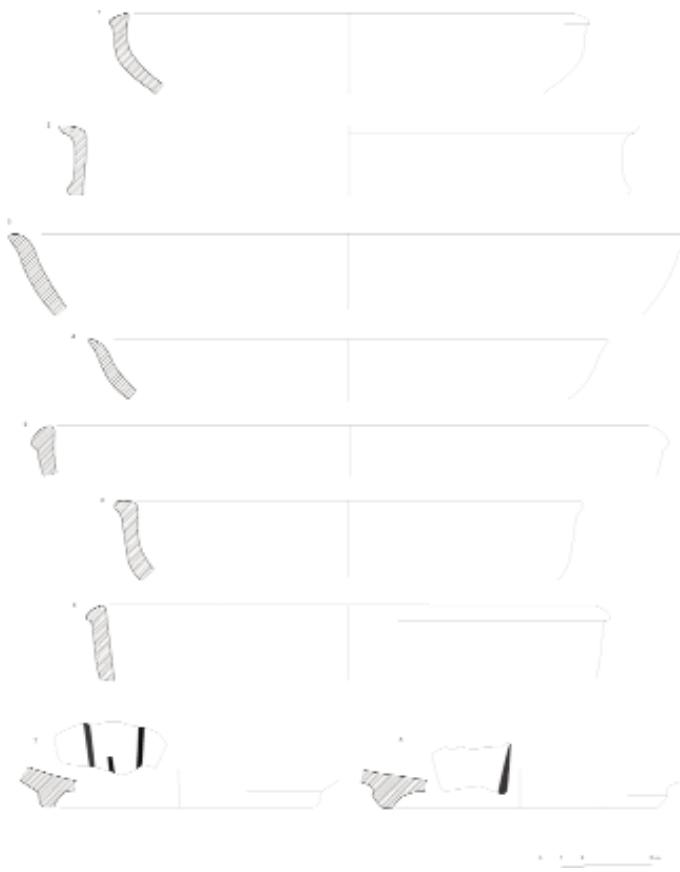


Figura 2.

suroeste peninsular este tipo de marmita está presente desde época califal en el Llano de la Torre (Pérez Macías, 1989) y perduran hasta el siglo XI en Mértola (Gómez Martínez, 2001), Niebla (Beltrán Pinzón, 2007) y Cabezo de la Mina (Pérez Macías, 2002b). En Almonaster aparecen en los contextos con ataifores verde y morado.

- Marmita de cuerpo ovoide, carena en tercio superior, cuello cóncavo entrante, y borde saliente (figura 4, 5).

Es una forma que se documenta ya en yacimientos epicalifales de la Meseta, como Madrid o Calatalifa, pero con variantes que se mantienen también en momentos almohades de Calatrava la Vieja. Se considera un tipo de largo recorrido, ya que algunos ejemplares de

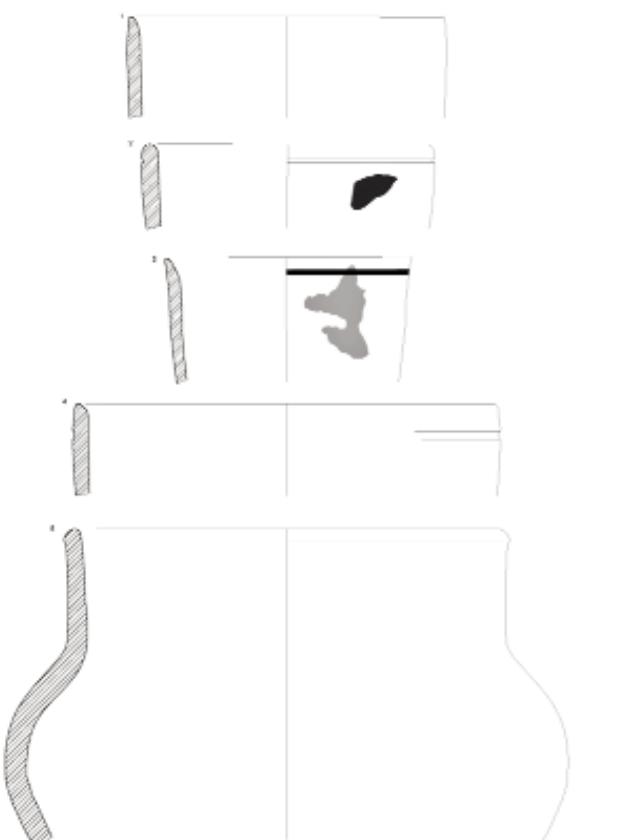


Figura 3.

estas ollas «con escotadura» se conocen en yacimientos de época visigoda. Se generaliza en un momento tardo-califal, y perdura en el periodo africano e incluso en la cerámica bajo-medieval mudéjar (Retuerce Velasco, 1998). En contextos bien fechados de Niebla singulariza una fase de la primera mitad del siglo XII en la Plaza de Santa María (Benabat y Pérez, 2003).

- Marmita de cuerpo ovoide, y cuello troncocónico de borde engrosado (figura 4, 7).

Es una de las variantes de las marmitas almohades de pequeño cuello cilíndrico de borde indicado. Es abundante en los ambientes rurales de Niebla en época almo-



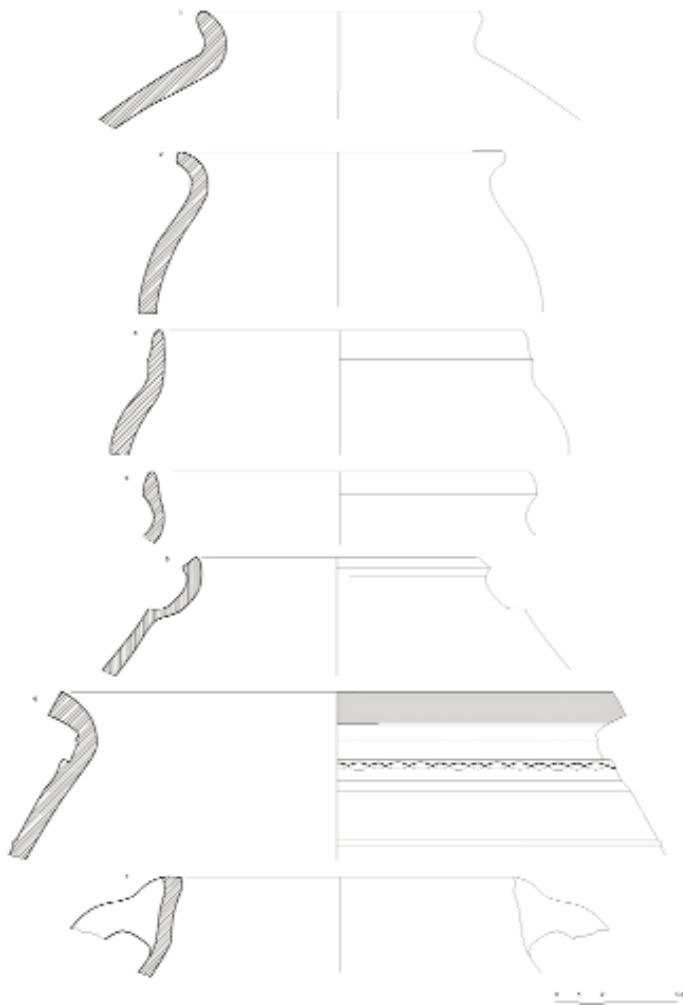


Figura 4.

hade, como La Barrera de Bonares (Pérez Macías, 2002a), y corresponde al tipo F 08 de Retuerce, que las fecha según los hallazgos de Calatrava la Vieja a fines del siglo XII y comienzos del siglo XIII (Retuerce Velasco, 1998), aunque perdura en los Guajares hasta la segunda mitad del siglo XIII (Cressier, Riera y Roselló, 1991).

4. Fuentes

– Fuentes de fondo plano y cuerpo corto troncocónico (figura 5, 1 y 2)

Aparece en los contextos de los siglos X y XI de la zona de Huelva, en el Llano de la Torre (Pérez Macías, 1989) y Cabezo de la Mina (Pérez Macías, 2002b), y con la misma cronología en el Algarve. En Cercadilla define las formas de fuentes y cazuelas de los niveles califales y taifas (Fuertes Santos, 2002b). En los estratos

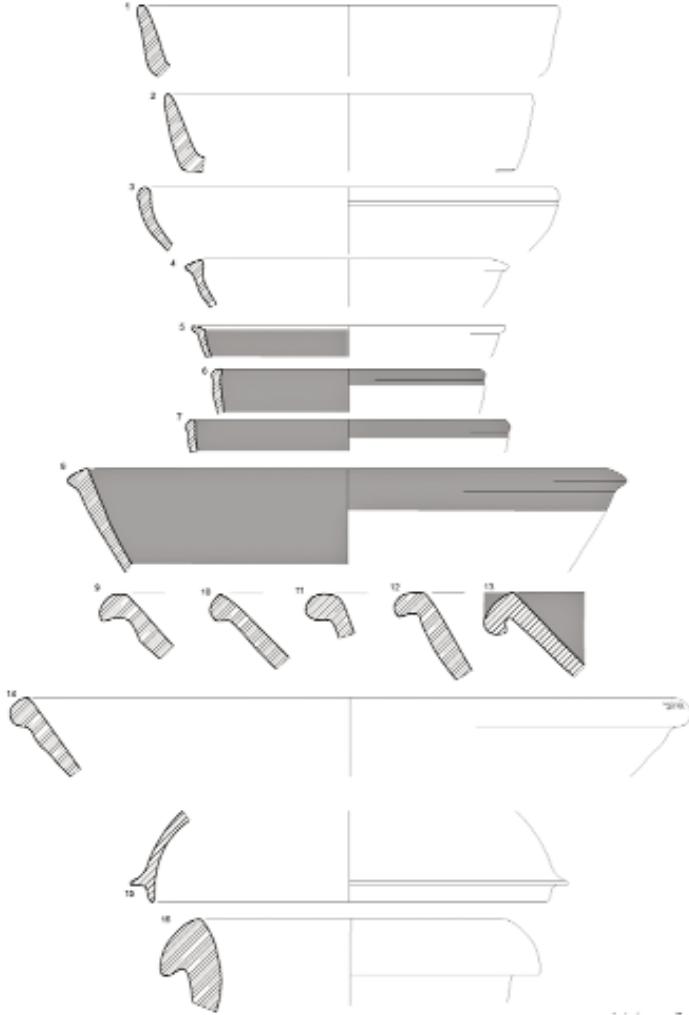


Figura 5.

más profundos de los cortes estas formas están asociadas a los fragmentos de verde y manganeso que hemos mencionado anteriormente.

– Fuentes de cuerpo hemisférico y borde indicado por ranura (figura 5, 3).

Este tipo de fuentes es característica de algunos yacimientos de la zona en los siglos X y XI, en ocasiones con engobes de almagra espatulados al interior. Son abundantes en el asentamiento del Llano de la Torre de Aroche (Pérez Macías, 1989).

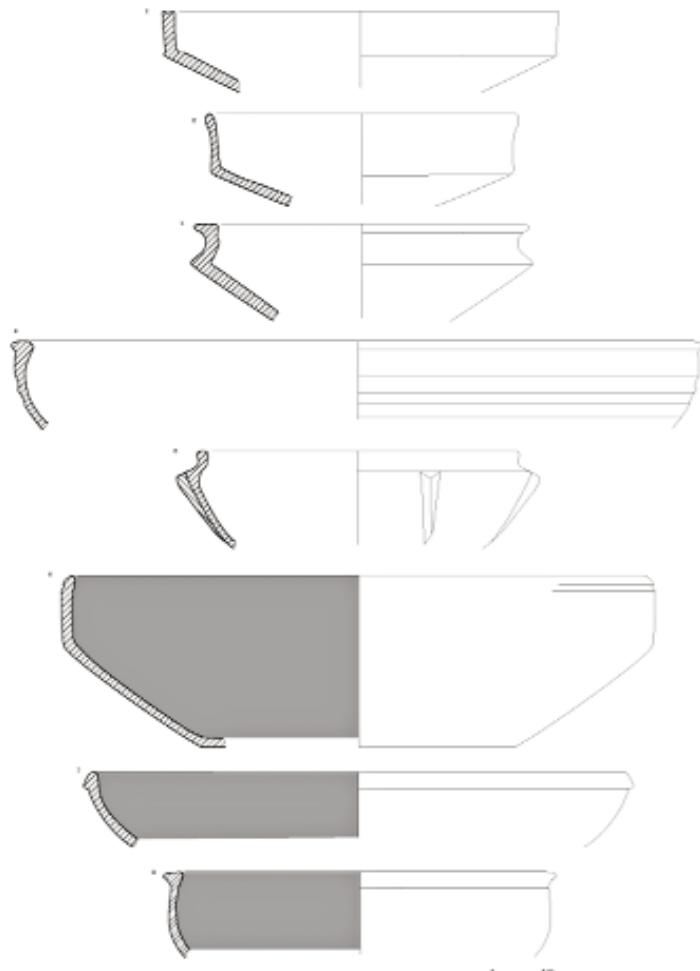


Figura 6.

5. Cazuelas

En general presentan al interior un engobe espeso de almagra espatulado, una técnica de acabado que ya aparece en el asentamiento de Llano de la Torre (Pérez Macías, 1989), y que en Almonaster y Aracena perdura hasta el siglo XIII, pues estas cerámicas aparecen en Almonaster junto a formas almohades.

- Cazuelas de cuerpo convexo y borde engrosado (figura 5, 4).

Esta considerada como una forma propia de época almohade (Fernández Gabaldón, 1987), frecuente tanto en el valle del Guadal-

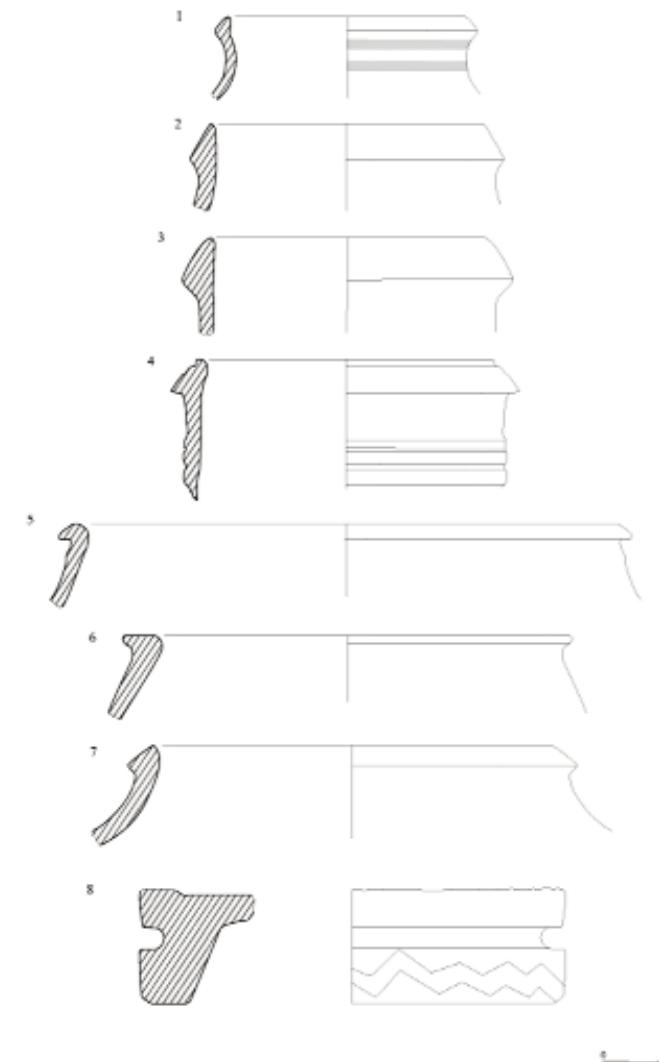


Figura 7.

quivir como en el Suroeste, en Jerez de la Frontera, Mértola, Saltés, etc. En la provincia de Huelva aparecen en asentamientos de los siglos XI y primera mitad del siglo XII (Vidal, Campos, Gómez, y Hernando, 2008).

- Cazuelas de borde saliente biselado al interior (figura 5, 5).

Para Retuerce Velasco (1998) es una forma del período omeya, pero Azuar las fecha en el siglo XI (Azuar Ruiz, 1989) y perduran en Saltés en época almohade (Bazzana y Bedia, 2005).

6. Tapaderas

- Tapaderas con encaje en forma de ala (figura 5, 15).

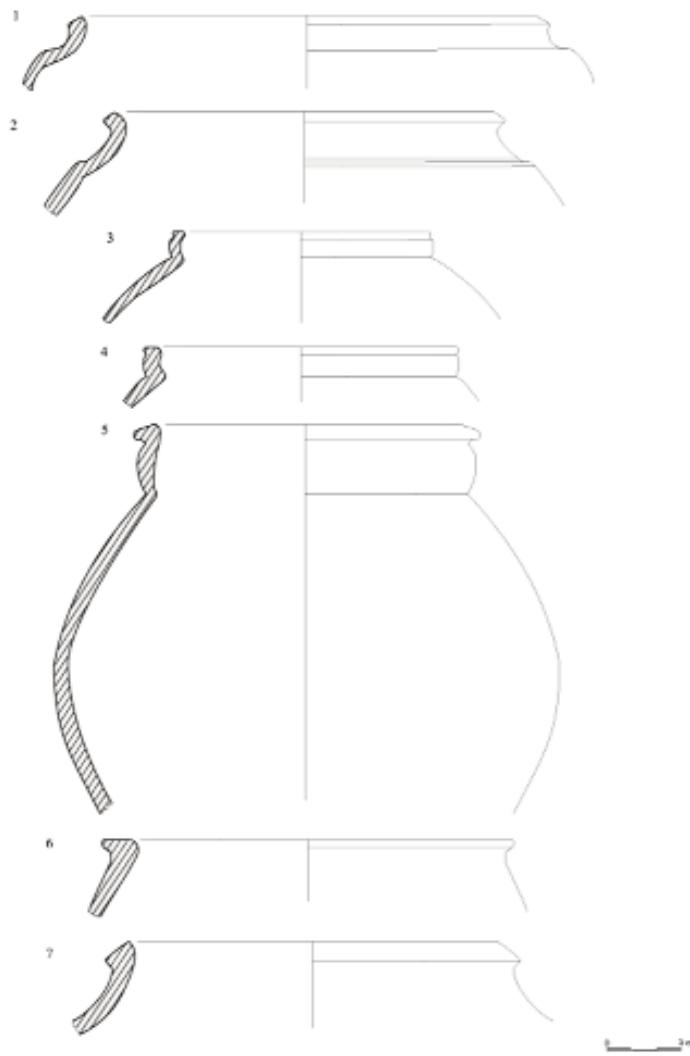


Figura 8.

Es una forma corriente tanto en la zona levantina como en el valle del Guadalquivir y suroeste. Sus contextos se sitúan siempre a fines del siglo XII y primera mitad del siglo XIII (Retuerce Velasco, 1998).

7. Alcadafe

Es una de las formas más abundantes, y tienen gran variedad de bordes, engrosados y vueltos (figura 5, 8 a 14). Como en algunos yacimientos de la Sierra de Huelva y el Andévalo, en ocasiones recibe engobe de almagra al interior, posteriormente espatulado, que parece ser el tipo corriente en estas comarcas, como sucede en el cercano asentamiento de la Cerca Alta (Pérez Macías, 2002c), Llano de la Torre (Pérez Macías, 1989) o la misma Aracena. En menor proporción hay ejem-

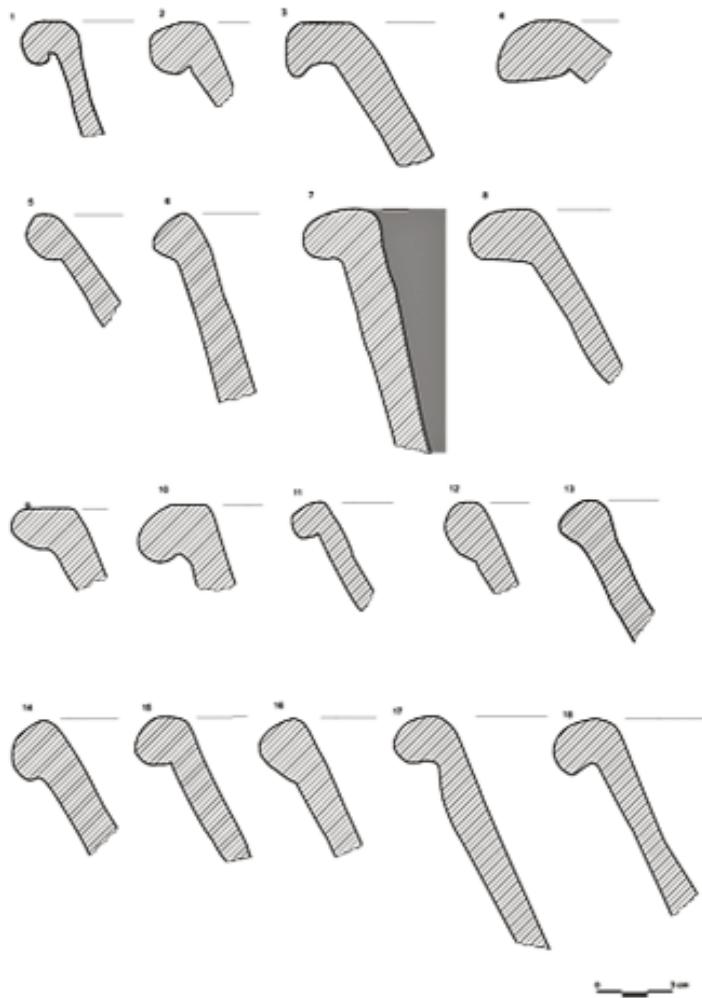


Figura 9.

plares con decoración impresa simulando cordaje en el exterior del borde, fechados en época almohade en Sevilla (Lafuente Ibáñez, 1995).

8. Tinajas

Los modelos de tinaja son de cuello cilíndrico y borde exvasado con engrosamiento triangular (figura 5, 16). Es un tipo que aparece en los asentamientos almohades de la provincia de Huelva, La Barrera (Pérez Macías, 2002a), en Purchena (Pérez y Serrano, 2004), en la Rotura II y Vallelejo I (Pérez Macías, 2002d), y en alquerías periurbanas de Huelva

(Gómez, López y Beltrán, 2001). Perfiles semejantes de tinajas han aparecido, entre otros asentamientos almohades del Suroeste, en Silves (Varela Gomes, 1988) y en el barrio almohade de la Alcaçoba de Mértola, con una cronología de la segunda mitad del siglo XII y primera mitad del siglo XIII (Macías, 1986).

CERÁMICAS ISLÁMICAS DEL CASTILLO DE ARACENA

En el Castillo de Aracena realizamos una intervención arqueológica para aportar datos a la redacción del proyecto de consolidación del inmueble. Las actuaciones arqueológicas han permitido precisar dos fases de ocupación: islámica y bajomedieval, así como definir a Aracena como una villa fortificada entre los siglos XIII al XV. La intervención se ha caracterizado por ser multidisciplinar e intentar abarcar distintos tipos de actividades arqueológicas con la finalidad de obtener una imagen lo más completa posible del yacimiento. Los trabajos han consistido en prospecciones pedestre, aérea y geofísica, control y seguimiento del movimiento de tierras en el tramo Norte de la cerca muraria y análisis paramental de los lienzos y torres conservados. Las técnicas edilicias nos han permitido definir y caracterizar las distintas estructuras arquitectónicas del castillo y de la cerca urbana.

La prospección geofísica nos ha evidenciado la existencia de numerosas estructuras murarias que podrían corresponder a viviendas de la Aracena bajomedieval y de su cerca amurallada. En el interior de la zona amurallada se detectan estancias dispuestas de forma perimetral a los lienzos, mientras en el exterior se observa su disposición siguiendo las curvas de nivel. La densidad de estructuras murarias nos señalan una amplia secuencia temporal de poblamiento.

El material que vamos a presentar procede, sin embargo, de la realización de 10 Unidades de Limpieza de distintos elementos constructivos: Torre Mayor, aljibes, torres y barbacana del castillo, y en la cerca de la villa. En ninguna de ellas se han registrado unidades constructivas de época islámica, pero entre los materiales de algunas unidades sedimentarias de arrastre aparecen cerámicas islámicas conjuntamente con cerámicas bajomedievales cristianas. Entre las cerámicas cristianas predominan los platos de verde sobre blanco y las cubiertas meladas, abundantes en los siglos XIV y XV, con algunas intrusiones del siglo XVI (Columbia Plain), y entre las islámicas, muy abundantes, formas de época almohade, ataifores, cazuelas,

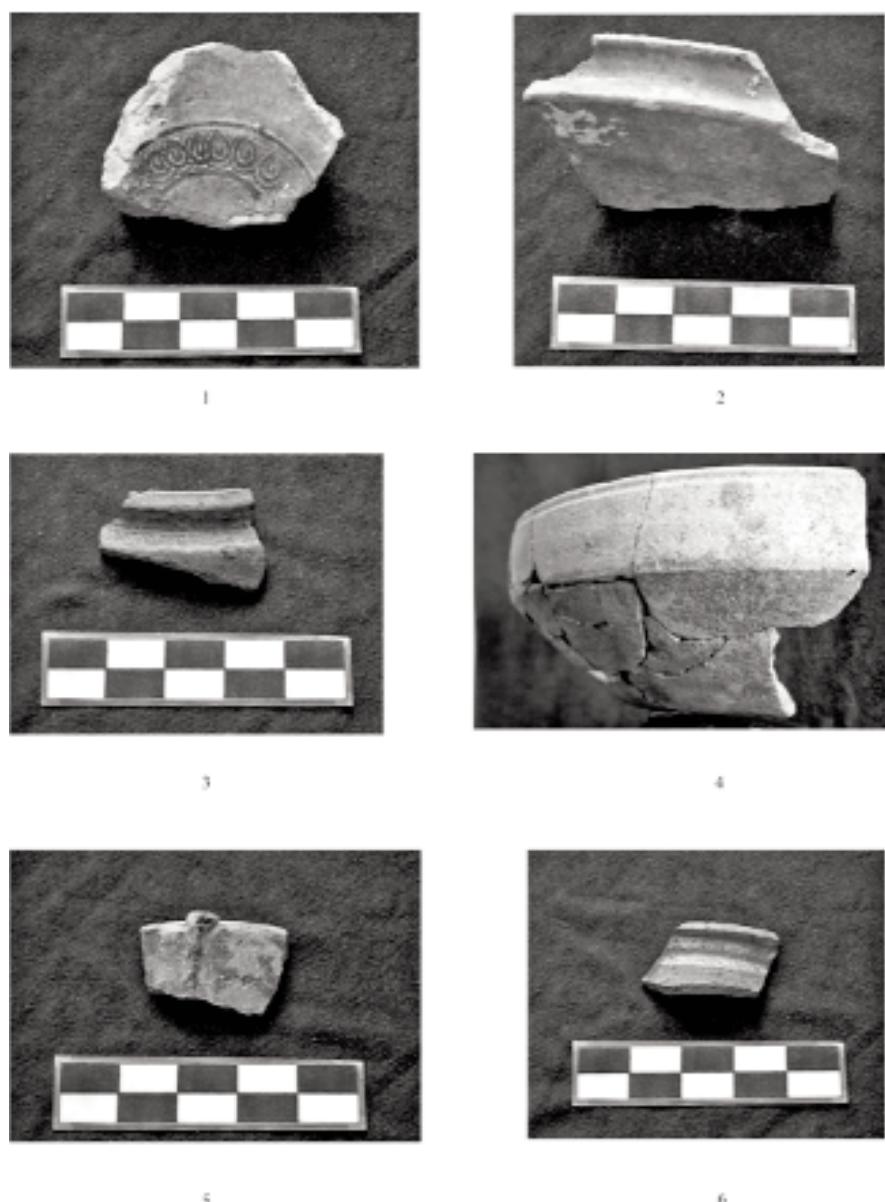


Figura 10.

alcadafes, candiles de cazoletas y de piquera, jarros y jarras, redomas, marmitas, orzas, tapaderas, tinajas y sus reposaderos.

Sus distintos tipos son los que vamos a describir a continuación:

1. Ataifor

– Ataifor de cuerpo carenado y borde recto al exterior (figura 6, 1 y 2). Pueden tener cubierta vítrea transparente, y el solero sería en anillo.

Aparecen en la Meseta (Retuerce Velasco, 1998), en la zona levantina (Azuar Ruiz, 1989), Murcia (Navarro Palazón, 1986), y especialmente en Andalucía y sur de Portugal, Setefilla (Kirchner i Granell, 1990), Jerez de la Frontera (Fernández Gabaldón, 1987), Beca (Cavila Sánchez-Molero, 1992), Torre de Doña Blanca (Mira, 1987), Beja (Brando Correia, 1991), Mértola (Torres, Palma, Rego, y Macías, 1991), Aljezur (Tavares y Varela, 2002), y Silves (Varela Gómez, 1988). Su cronología se ha situado en todos estos yacimientos en época almohade, y será el prototipo de algunas formas de ataifores nazaríes, que evolucionan con la pérdida de moldura del labio (Cressier, Riera y Roselló, 1991). Algunos fondos de ataifor con repié en anillo y vidriado en verde tienen decoración estampillada de piñas en su interior (figura 10, 1), y otros con vidriado melado están decorados con líneas secantes en manganeso.

– Ataifor de cuerpo carenado y borde cóncavo (figura 6, 3).

Corresponde a la variante IIa de Roselló (1978), al tipo A26 de Retuerce (1998) y la forma 4D de Mértola (Gómez Martínez, 2004), tipos que se fechan en los siglos XII y XIII.

2. Jarras de acarreo (figura 7, 1 a 4)

Las jarras de acarreo, el precedente de nuestros cántaros, son una de las formas más abundantes en los asentamientos islámicos (Roselló Bordoy, 1978). En Araçena se distinguen de los tipos cristianos, con gollete convexo, por los cuellos poco desarrollados y el borde engrosado en forma triangular, en alguna ocasión con decoración pintada en blanco.

Marmita

– Marmita de cuerpo ovoide, cuello estrangulado moldurado y borde engrosado al exterior (figura 8, 3 a 5).

Es una forma característica de la fase almohade de Saltés (Bazzana y Bedia, 2005), donde se han llegado a diferenciar cuatro tipos de bordes. Es la forma carac-

terística de época almohade en la mayor parte de los asentamientos andaluces y portugueses, Niebla (Campos, Gómez y Pérez, 2007), Sevilla (Pleguezuelo y Lafuente, 2005), Castillo de Mulva (Teichner, 1998), Setefilla (Kirchner i Granell, 1990), Jerez de la Frontera (Fernández Gabaldón, 1987), Mértola (Torres, Palma, Rego, y Macías, 1991), Silves (Varela Gómez, 1988), Tavira (Maia, 2003), Salir (Catarino, 1992), Loulé (Luzia, 2003), y Palmela (Ferreira, 2004). En los asentamientos rurales islámicos de Niebla, como la noria de la Ollita (Benabat y Pérez, 1999), La Barrera y La Herrería (Pérez Macías, 2002a), y Rotura I (Pérez Macías, 2002d), define el último horizonte de ocupación islámica junto a los ataifores de carena acusada y las cazuelas de costillas verticales al exterior.

– Marmitas de cuerpo ovoide y cuello carenado (figura 8, 2).

Este tipo de marmitas también existe en Almonaster la Real, donde se han indicado los paralelos y la cronología.

4. Fuentes y Cazuelas

– Cazuela de costillas verticales (figura 6, 5).

Es un tipo muy común, tanto en la Meseta, como en Andalucía, Levante y Portugal, y se sitúa a fines del siglo XII y primera mitad del siglo XIII. J. Navarro la considera una forma característica de la primera mitad del siglo XIII que no aparece en la zona situada al norte del río Segura, la zona valenciana y Baleares (Navarro Palazón, 1991). En la Meseta es abundante en los niveles almohades de Calatrava la Vieja (Retuerce Velasco, 1998). En Portugal se documenta en Silves (Valrela Gómez, 1988), Faro (Paulo, 2000), y Mértola (Gómez Martínez, 2004). En Andalucía aparecen ejemplares

parecidos en la zona oriental, en Almería (Duda, 1970) y los Guajares (Cressier, Riera y Roselló, 1991), pero se concentra sobre todo en las comarcas occidentales, Bahía de Cádiz (Abellán, Espinar, Carreras, y Blanco, 1986), Jerez de la Frontera (Fernández Gabaldón, 1987), Mulva (Teichner, 1998), Setefilla (Kirchner i Granell, 1990), Sevilla (Carrasco Martín, 1987), y en la provincia de Huelva en Saltés (Bazzana y Cressier, 1989), Gibraleón (Bedia García, 1987), Niebla (Pérez y Bedia, 1993), y en la mayor parte de los asentamientos rurales que alcanzan hasta época almohade. En Sevilla se ha propuesto que perduran incluso algunos años después de la conquista cristiana de 1248 (Vera y Pina, 2005).

Lo que llama la atención de los ejemplares de Aracena es su escaso diámetro, en ocasiones menor que el que presentan los ataifores, pero este tipo de pequeñas cazuelas de costillas verticales se conocen en yacimientos del entorno de Niebla, como la Barrera, asentamiento en el que se distinguen dos módulos, uno cercano a las cazuelas y otro más próximo a los ataifores, y dentro de ese conjunto no todas las piezas están cubiertas de vidrio transparente (Pérez Macías, 2002a). En Aracena, documentamos tanto ejemplares sin vidrio como con vidriado melado o en verde (figura 10, 5).

– Cazuela de cuerpo convexo y bordes reforzados (figura 6, 4).

Es una forma que ha sido como propia de los siglos XII y XIII, abundante en la zona meridional de al-Andalus (Fernández Gabaldón, 1987).

– Cazuelas con engobe interior de almagra bruñido (figura 6, 6 a 8).

Esta clase de cazuelas no constituyen tipológicamente una forma uniforme, su diferenciación se ha realizado a partir de esta decora-

ción. Sus formas son variadas, desde cuerpos bicónicos con el borde indicado, de bordes reforzados y de cuerpos hemisféricos. Este tipo de decoración, que también se aplica a los alcadafes, como en el caso de Almonaster la Real, parece una característica de las producciones comarcales. La encontramos desde época califal en Aroche hasta época almohade en Almonaster la Real. En Huelva esta decoración se denominó «estilo Mérida», y se consideró como una cerámica del momento de las repoblaciones cristinas, pero como en la Sierra de Huelva aparecía en un contexto con cerámicas islámicas de época almohade (Belén, Fernández-Miranda y Garrido, 1978, 203-207). En la Alcazaba de Badajoz también está documentada desde el siglo XI (Valdés Fernández, 1985).

5. Orzas (figura 7, 5 a 7)

Algunos cuerpos de recipientes pueden corresponder a la formas de pequeñas orzas. Morfológicamente se caracterizan por los cuerpos ovoides y los bordes inclinados al exterior, biselados o reforzados. Podrían corresponder también a formas de marmitas, pero la ausencia de ahumados en las paredes exteriores nos lleva considerarlas como pequeños recipientes de almacenamiento. Este tipo de orzas son corrientes en los asentamientos almohades de Mértola, Silves y Niebla por citar a los más cercanos, en los que existen una gran variedad de tipos, con la tónica común de que las asas no arrancan del borde sino de la parte superior del cuerpo.

6. Alcadafes

Las formas predominantes son los de borde engrosado al exterior o borde vuelto (figura 9) con los característicos tratamientos de espatulado en la superficie interna. Su cuerpo tronco-cónico de base recta ofrece, sin embargo, muchas soluciones en la forma de rematar el borde, engrosado o saliente, aunque como ya señaló Roselló-Bordoy (1985), se mantuvo a lo largo del tiempo sin evoluciones tipológicas. Algunos ejemplares llevan decoración de impresión en el borde simulando cordaje, que se ha señalado como propio de los tipos almohades (Lafuente Ibáñez, 1995).

7. Reposadero de tinaja (figura 7, 8)

Estos objetos, que servían para recoger el agua que exudaban los contendores (tinajas, jarras de acarreo y jarritas) han sido estudiadas en la zona murciana por J. Navarro Palazón (1991). El perfil de nuestro ejemplar no presenta las características paredes perforadas, y su sección se acerca a los reposaderos simples. Piezas similares se conocen en la Meseta, en Calatrava la Vieja (Retuerce Velasco, 1998), y en el Suroeste, en Mértola (Gómez Martínez, 2004) y Silves (Varela Gomes,

1988), todos ellos de cronología almohade, aunque los ejemplares de los Guajares (Cressier, Riera y Roselló, 1991) y los paralelos nazaríes llevan a Retuerce a prolongar su cronología a lo largo de todo el siglo XIII (Retuerce Velasco, 1998). Otros ejemplares han aparecido en Sevilla (Huarte y Lafuente, 2002), Algeciras (Torremocha y Oliva, 2002), y Ceuta (Fernández Sotelo, 1988).

CONCLUSIONES

Existen sensibles diferencias en los dos conjuntos que acabamos de describir. Por una parte, las cerámicas recuperadas en las excavaciones en el castillo de Almonaster la Real nos remiten a un amplio espectro cronológico, desde al menos el siglo X a la primera mitad del siglo XIII. Dentro de las cerámicas más antiguas se encuentran determinados tipos de marmitas y fuentes, que aparecen con piezas de importación, los ataifores con decoración verde y morado. A nivel comarcal ahora esos contextos con cerámicas califales sólo se conocen en Almonaster la Real, Llano de la Torre y Las Peñas en Aroche, y Santa María/Santa Marta en Santa Olalla del Cala. Con respecto a Almonaster la Real, esas cerámicas parecen estar asociadas a una primera fase de la fortificación con mampostería y sería paralela a la construcción de la mezquita. A una segunda fase de la fortificación, la muralla de tapial con encintados y torres cuadrangulares se asocia un conjunto de cerámicas de tipología almohade, entre ellos por su significación el fragmento de pila de abluciones con vidriado verde y decoración estampillada. Según nuestras intervenciones, esta fortificación de tapial no coincidiría con el trazado del castillo cristiano, especialmente en la zona de la puerta de entrada, por lo que las reformas cristianas no afectaron sólo al forrado de mampostería de las torres islámicas de tapial y al añadido de torres circulares de mampostería, sino a una ampliación de su superficie.

En Aracena las cerámicas islámicas no pueden relacionarse por ahora con ninguna unidad constructiva, pues en su mayoría han aparecido en niveles de arrastre de la ladera. Su cronología es almohade, y evidencian que Aracena sería en este momento un asentamiento de cierta entidad, tanto que así aparece recogido en las crónicas de la conquista portuguesa de la Orden del Hospital, base del Priorato de Aracena. Aunque en otro momento habíamos recogido en superficie algún fragmento de ataifor en verde y morado, no existe ningún material que confirme ocupación desde época califal. No obstante, habrá que esperar a que continúen las excavaciones, pues en el castillo se han encontrado monedas de época emiral (Amador de los Ríos, 1983, 761).

Los dos conjuntos cerámicos siguen de cerca los patrones tipológicos más comunes de los repertorios islámicos, pero en su mayor parte son producciones locales de facturas poco cuidadas, con predominio de pastas de tonalidad castaña y escasas cubiertas vitreas. Los vidriados se emplean en las piezas más selectas, en los ataifores, reposaderos de tinaja y pilas de abluciones, probablemente de importación. Del mismo modo son extrañas las decoraciones pintadas. Como producciones locales

destacan las piezas con engobes de almagra, muy abundantes en cazuelas y alcadafes, con paralelos en los yacimientos cercanos del Andévalo (Cerca Alta) y Sierra de Huelva (Aroche). Su cronología es amplia, son muy abundantes en los siglos X y XI, pero se mantienen en menor proporción en los siglos XII y XIII. Estos repertorios islámicos no perduran en época bajomedieval, en la que perviven ciertas series funcionales (cántaros, marmitas o cazuelas), pero con formas netamente diferentes.

En resumen, aunque no tenemos todavía conjuntos que permitan trazar el cuadro de todas las series, estos hallazgos de Almonaster la Real y Aracena traducen un escaso nivel de intercambios y ofrecen un fuerte contraste con los que aparecen en los yacimientos de la campiña de Huelva (Niebla, Huelva, Gibraleón y Tejada la Nueva). Esto no es más que un síntoma de la marginalidad de la zona, un territorio en el que sólo existen pequeños castillos que concentran a poblaciones dedicadas a la metalurgia del hierro, y en el que no se conoce ningún asentamiento rural que indique una explotación agrícola extensiva.

BIBLIOGRAFÍA

- ABELLÁN PÉREZ, A. (1982), «El yacimiento hispano-musulmán de Caños de Meca (Cádiz)», *Boletín del Museo de Cádiz*, III.
- ABELLÁN, J., ESPINAR, M., CARRERAS, A. M^a, y BLANCO, F.J. (1986), «Cerámica hispanomusulmana de la provincia de Cádiz. Primeras piezas halladas en el yacimiento de Caños de Meca», *Segundo Coloquio Cerámica Medieval del Mediterráneo Occidental*, 141-147, Madrid.
- ABID MIZAL, J. (1989), *Al-Idrisi, los caminos de Al-Andalus en el siglo XII*.
- ACIÉN, M. y MARTÍNEZ, R. (1989), «Cerámica islámica arcaica en el sureste de al-Andalus», *Boletín de Arqueología Medieval*, 3, 123-135.
- AMADOR DE LOS RÍOS, R. (1983), *Huelva*, Barcelona.
- ARAGUAS, P. (2003), *Brique et Architecture dans l'Espagne médiévale (XI^e-XIV^e siècles)*, Madrid.

- ASÍN PALACIOS, M. (1940), *Contribución a la toponimia árabe en España*, Madrid.
- AZUAR RUIZ, R. (1989), *Denia islámica. Arqueología y poblamiento*, Alicante.
- AZUAR, R. y GUTIÉRREZ, S. (1989), «Cerámica», *La Rábida Califal de las dunas de Guadamar (Alicante)*, 109-151, Alicante.
- BARCELÓ, C. (2001), «Columnas arabizadas en basílicas y santuarios del Occidente de Al-Andalus», *La Islamización en Extremadura*, Cuadernos Emeritenses, 17, 170-17.
- BAZZANA, A. y CRESSIER, P. (1989), *Shalt?rsh/Saltés (Huelva). Une ville médiévale d'Al-Andalus*, Madrid.
- BAZZANA, A. y BEDIA, J.-Dirs.- (2005), *Excavaciones en la isla de Saltés (Huelva) 1988-2001*, Sevilla.
- BEDIA GARCIA, M. J. (1987), «Avances de los trabajos realizados en el Castillo de Gibraleón (Huelva)», *II Congreso de Arqueología Medieval Española*, II, 103-112, Madrid.
- BELÉN, M. y FERNÁNDEZ-MIRANDA, M. y GARRIDO, J.P. (1978), *Los orígenes de Huelva*, Huelva Arqueológica III.
- BELTRÁN PINZÓN, J.M. (2007), «Registros cerámicos de época Taifa en madina Labla (Niebla, Huelva): un acercamiento tipológico», *Huelva en su Historia*, 12, 53-76.
- BENABAT, Y. y PÉREZ, J.A.
- (1999), «La Ollita, una noria islámica en Niebla», *Huelva en su Historia*, 7, 233-243.
- (2003), «Apunte sobre el ajuar cerámico del siglo XII en Niebla», *Arqueología Medieval*, 8, 119-128.
- BRANCO CORREIA, F. (1991), «Um conjunto cerâmico árabe-medieval de Beja», *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, 373-386, Mértola.
- CABALLERO, L., MATEOS, P. y RETUERCE, M.-Eds.- (2004), *Cerámicas tardorromanas y altomedievales en la Península Ibérica*, Anejos de Archivo Español de Arqueología, XXVIII, Madrid.
- CAMPOS, J.M., GÓMEZ, F. y PÉREZ, J.A. (2007), *III-pla/Niebla. Evolución urbana y ocupación del territorio*, Huelva.
- CARRASCO MARTÍN, M. J. (1987), «Avance al estudio de la cerámica hispanomusulmana de Baños de la Reina Mora», *II Congreso de Arqueología Medieval Española*, 530-538, Madrid.
- CASQUETE DEL PRADO, N. (1993), *Los castillos de la Sierra Norte de Sevilla en la Baja Edad Media*, Sevilla.
- CASTILLO, F. y MARTÍNEZ, R. (1993), «Producciones cerámicas de Bayyana», *La cerámica altomedieval en el sur de al-Andalus* (A. Malpica, Ed.), 67-116, Granada.
- CATARINO, H. (1992), *Cerâmicas Islâmicas do Castelo de Salir*, Loulé.
- (1998), *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados*, al-Ulyha, 6, Loulé.
- CATARINO, H., ARRUDA, A.M. y GONÇALVES, V. (1981), «Vale do Boto. Excavações de 1981 no complexo árabe/medieval», *Clio*, III, 9-27.
- CAVILA SÁNCHEZ-MOLERO, F. (1992), *La cerámica hispanomusulmana de Beca. Los Caños de Meca, Barbate*, Cádiz.
- CRESSIER, P., RIERA, M. y ROSELLÓ, G. (1991), »La cerámica tardo-almohade y los orígenes de la cerámica nasrí», *A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*, 215-246, Mértola.
- DUDA, D. (1970), *Spanisch-islamische Keramik aus Almería vom 12. bis 15. Jahrhundert*, Heidelberg.
- FERNÁNDEZ GABALDÓN, S. (1987), «El yacimiento de la Encarnación (Jerez de la Frontera): bases para la sistematización de la cerámica almorávide en el S.O. peninsular», *al-Qantara*, VIII, 449-474.
- (1989), «El despoblado hispano-musulmán de El Ladrillero (Aroche, Huelva). Datos para el estudio del sustrato indígena onubense en época islámica», *Boletín de Arqueología Medieval*, 3, 205-220.
- (1990), «Primeros datos arqueológicos acerca del Aroche hispanomusulmán (Aroche, Huelva). Estudio de los materiales recogidos en superficie», *Huelva Arqueológica*, XII, 307-378.
- E. FERNÁNDEZ SOTELO, E. (1988), *Ceuta Medieval. Aportación al estudio de las cerámicas (s. X-XV)*, Ceuta.
- FERREIRA, I.C. (2004), *O Castelo de Palmela do islâmico ao cristão*, Lisboa.
- FONDEVILLA APARICIO, J. J. (2008), «Vertebración del Plan de Arquitectura Defensiva de Andalucía en el contexto provincial», *XX Jornadas de Patrimonio de la comarca de la Sierra*, Huelva, 29-68.
- FONTEVILLA, J. J., LÓPEZ, D., RIVAS, C.A. y RASTROJO, J. (2008), *Plan de Arquitectura Defensiva de la provincia de Huelva. Claves territoriales en la articulación de un territorio de frontera*, Huelva.
- FUERTES SANTOS, M.C. (2002a), *La cerámica califal del yacimiento de Cercadilla*, Córdoba.
- (2002b), «La evolución de la cerámica medieval de Cercadilla, Córdoba. Estado de la cuestión», *Anales de Arqueología Cordobesa*, 11, 217-232.
- GARCÍA SANJUÁN, A. (2003), *Evolución histórica y poblamiento del territorio onubense durante la época andalusí (Siglos VIII-XIII)*, Huelva.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, S. (2001), «Mértola Islámica. Los espacios de vivienda», *Actas de las I Jornadas de Cultura Islámica de Almonaster la Real*, 65-98, Sevilla.
- (2004), *La cerámica islámica de Mértola: producción y comercio*, Madrid.
- GÓMEZ, F., LÓPEZ, M.A. y BELTRÁN, J.M. (2001), «Nuevas perspectivas históricas acerca de la Huelva islámica», *Huelva en su Historia*, 10, 29-52.
- GUTIÉRREZ LLORET, S. (1988), *Cerámica común paleoandalusí en el sur de Alicante (Siglos VII-X)*, Alicante.
- HUARTE, R. y P. LAFUENTE, P. (2002) «La cerámica de las excavaciones de la Catedral», *Magna Hispanensis (I): Recuperación de la Aljama Almorávide* (A. Jiménez Martín, Ed.), 403-428, Málaga.
- JIMÉNEZ MARTÍN, A. (1975), *La mezquita de Almonaster*, Huelva.
- (2005), «Mezquitas, castillos e iglesias. Notas sobre la arquitectura del siglo XIII en la Sierra de Huelva», *La Banda Gallega. Conquista y Fortificación de un espacio de frontera (siglos XIII-XVIII)*, J.A. Pérez y J.L. Carriazo (Eds.), Huelva, 121-202.
- (2006), El tramo Orion-Aruci (RAVENN. 317.16-17)», *Archivo Español de Arqueología*, 79, 225-238.
- KIRCHNER I GRANELL, H. (1990), *Etude des céramiques islamiques de Shadhfilah (Setefilla, Lora del Río, Séville)*, Lyon (1990).
- LAFUENTE IBÁÑEZ, P. (1995), »La cerámica almorávide de Sevilla», *El último siglo de la Sevilla Islámica*, 1147-1248, 285-302, Sevilla.

- LÉVI PROVENÇAL, E. (1953), «La description de l' Espagne d'Ahmad al-Rasi». *Al-Andalus*, XVIII.
- LUZIA, L. (2003), «Testemunhos da Ocupação Islâmica em Al-Ulya. Estructuras e Cerâmicas», *Yelb*, 4, 219-234.
- MACÍAS, S. (1986), *Mértola Islâmica. Estudo histórico-arqueológico do Bairro da Alcaçoba (séculos XII-XIII)*, Mértola.
- MAIA, M. (2003), «Fichas do Catálogo», *Tavira, Territorio e Poder*, 301-310, Tavira.
- MARTINS DE MATOS, J.L. (1991), «Cerâmica muçulmana do Cerro da Vila», *A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Mértola, 429-456.
- MIRA, M. (1987), »Cerámica islámica de Torre de D. Blanca (Cádiz). Aproximación a la forma atáfora», *II Congreso de Arqueología Medieval Española*, III, 23-32, Madrid.
- MONTES, C. y GONZÁLEZ, R. (1987), «Excavaciones de urgencia en el casco urbano de Jerez de la Frontera (C/ Barranco, 10), *Anuario Arqueológico de Andalucía/1995*, III, 75-81.
- NAVARRO PALAZÓN, J. (1986), *La cerámica islámica en Murcia*, Murcia.
- (1991), *Una casa islámica en Murcia Estudio de su ajuar (siglo XIII)*, Murcia.
- PÉREZ EMBID, F. (1975), *La frontera entre los reinos de Sevilla y Portugal*, Sevilla.
- PÉREZ-EMBID WAMBA, J. (1995), *Aracena y su sierra. La formación de una comunidad andaluza (siglos XIII-XVIII)*, Huelva.
- PÉREZ MACÍAS, J. A. (1989), «Prospección arqueológica superficial del yacimiento hispanomusulmán de El Ladrillero de Aroche (Huelva)», *Anuario Arqueológico de Andalucía/1987*, III, 323-329.
- (1996) «Excavación de urgencia en el Llano de la Torre (Aroche, Huelva)», *Anuario Arqueológico de Andalucía/1992*, III, 370-376.
- (2001), «Los distritos islámicos de la Sierra de Huelva», *I Jornadas de Cultura Islámica de Almonaster la Real* (J.A. Pérez y Y. Benabat, Eds), Sevilla (2001), 49-62.
- (2002a), *El poblamiento andalusí en la Campaña de Bonares*, Huelva.
- (2002b), «La herrería califal-taifa del Cabezo de la Mina (Lucena del Puerto, Huelva)», *Spal*, 11, 419-432.
- (2002c), «La explotación metalúrgica. La Cerca Alta (Cerro de Andévalo)», *El Territorio Medieval*, II Jornadas de Cultura Islámica (J. A. Pérez Macías, Ed.), 9-26, Huelva.
- (2002d), «El asentamiento rural andalusí en Vallelejo (Rociana del Condado, Huelva)», *Anales de Prehistoria y Arqueología*, 17-18, 509-522.
- (2006), «Renegados, rebeldes y protegidos. Arqueología y poblamiento muladí en el suroeste de al-Andalus», *Espiritualidad y Convivencia en al-Andalus* (Fátima Roldán Castro, Ed.), Huelva, 91-126.
- PÉREZ, J.A., RIVERA, T. y ROMERO, E. (2005), «La fortificación del territorio en época islámica», *La Banda Gallega*, (J.A. Pérez y J.L. Carriazo, Eds.), Huelva, 17-66.
- PÉREZ, J.A. y SERRANO, L. (2004), «La alquería de Purchena (Chucena, Huelva)», *Arqueología y Territorio Medieval*, 11-1, 7-22.
- PLEGUEZUELO, A. y LAFUENTE, Mª P. (2005), »Cerámicas de Andalucía Occidental (1200-1600)», *Spanish Medieval Ceramics in Spain and the British Isles*, BAR International Series, 217-244, Oxford.
- RETUERCE VELASCO, M. (1998), *La cerámica andalusí de la Meseta*, Madrid (1998).
- RETUERCE, M. y ZOZAYA, J. (1991), «Variantes y constantes en la cerámica omeya andalusí», *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Mértola, 353-359.
- RIVERA, T. y ROMERO, E. (2005), «Proyecto de restauración del Castillo de Aroche. El enfoque interdisciplinar en la positivación de criterios de intervención: estudios arqueológicos». *Los castillos. Reflexiones ante el reto de su conservación*, Sevilla, 217-229.
- (2007), «Estudios arqueológicos del castillo de Cumbres de San Bartolomé, Cumbres de San Bartolomé (Huelva), *Vipasca*, 2/2 (2007), 610-619.
- (2010), «Estudios arqueológicos en el Castillo de Almonaster la Real (Huelva)», *IV Encuentro de Arqueología del suroeste peninsular*, Aracena (2008).
- PAULO, D. (2000), *A casa islâmica*, Faro.
- PICARD, C. (2000), *Le Portugal musulman (VIII^e-XIII^e siècle). L'Occident d'al-Andalus sous la domination islamique*, Paris.
- ROMERO BOMBA, E. (2003), «Análisis arqueológico del Castillo de Cumbres Mayores (Huelva)», *Arqueología Medieval*, 8, 57-67.
- ROMERO, E. y RIVERA, T. (1999), «El yacimiento andalusí de Cerro de Sta. María», *XII Jornadas del Patrimonio de la comarca de la Sierra*, Huelva, 239-346.
- (2004a), «Intervención arqueológica en el castillo de Cala (Huelva)», *XVIII Jornadas del Patrimonio de la Sierra de Huelva*, Huelva, 279-292.
- (2004b) «El criterio arqueológico en la restauración de los castillos de la Banda Gallega», *II Congreso Internacional sobre Fortificaciones: conservación y difusión de entornos fortificados*, Sevilla (2004), 137-141.
- (2010) «Secuencia de poblamiento en el castillo de Santa Olalla del Cala (Huelva)», *IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*, Aracena (2008).
- ROMERO GÓMEZ, P.J. (2008), «Acerca de la etimología del topónimo Zufre», *XX Jornadas de Patrimonio de la Comarca de la Sierra*, Huelva, 197-226.
- ROSELLÓ-BORDOY, G. (1978), *Ensayo de sistematización de la cerámica árabe de Mallorca*, Palma de Mallorca.
- SALVATIERRA, V. y CASTILLO, J.C. (2002), *Los asentamientos emirales de Peñaflor y Miguelico. El poblamiento hispano-musulmán de Andalucía Oriental. La Campaña de Jaén (1987-1992)*, Sevilla.
- SÁNCHEZ, J.M^a y VALOR, M. (2004), *El castillo de Cortegana*, Sevilla.
- TAVARES, C. y VARELA, R. (2002), «Primeiros resultados das intervenções arqueológicas no castelo de Aljezur», *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, 347-356, Palma.
- TEICHNER, F. (1998), «Spuren islamischer Besiedlung auf dem Castillo de Mulva (Villanueva del Río y Minas, Prov. Sevilla)?», *Madridner Mitteilungen*, 39, 323-335.
- (1993), «Acerca da Vila Romana de Milreu/Estoi. Continuidade da ocupação na época árabe», *Arqueología Medieval*, 3, 89-100.
- TORREMOCHA, A. y OLIVA, Y. (2002), *La cerámica musulmana de Algeciras. Producciones estampilladas. Estudios y Catálogos*, Algeciras.
- TORRES, C. (1987), *Cerâmica islâmica portuguesa*, Mértola.
- TORRES, C., PALMA, M.P., REGO, M., y MACÍAS, S. (1991), «Cerâmica islâmica de Mértola. Propostas

- de cronología e funcionalidad», *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, 497-538, Mértola.
- VALOR, M., LÓPEZ, J. y CASQUETE, N. (1999), «Intervención de apoyo a la restauración en el proyecto «entorno del castillo de Cortegana». *Anuario Arqueológico de Andalucía/1994, III*, 198-206.
- VALENCIA RODRÍGUEZ, R. (1988), *Sevilla musulmana hasta la caída del Califato*, Madrid.
- VALDÉS FERNÁNDEZ, F. (1985), *La Alcazaba de Badajoz I. Hallazgos islámicos (1977-1982) y tes- tar de la Puerta del Pilar*, Madrid.
- VARELA GOMES, R. (1988), *Cerâmicas musulmanas Do Castelo de Silves*, Xelb, 1.
- VERA, M. y PINA, P. (2005), *La cerámica medieval sevillana (siglos XII al XIV): la producción de Triana*, BAR International Series, Oxford.
- VIDAL, N., CAMPOS, J.M., GÓMEZ, A., y HERNANDO, L. S. (2008), «Arqueología rural islámica en Huelva: la alquería de La Almagra», *Arqueología Medieval*, 10, 65-104.

A CERÂMICA ISLÂMICA DO ALGARVE

GRUPO CIGA - GRUPO DE TRABALHO CERÂMICA ISLÂMICA DO GHARB AL-ANDALUS*

0. APRESENTAÇÃO

As informações históricas e arqueológicas para os cinco séculos da ocupação muçulmana no Algarve são relativamente abundantes, embora continuem a conhecer-se poucos vestígios materiais relativos ao século VIII e sejam mais abundantes os respeitantes aos três últimos séculos da presença islâmica.

Esta região, conquistada por Abdalaziz, em 712/713, foi uma das primeiras Coras / *Kuwar*, ou distritos militares de al-Andalus – *Kura* de Ocsonoba –, tendo a capital na antiga *civitas* romana e sede episcopal visigótica de Ossonoba (que passa a ter as designações de Santa Maria de Ocsonoba, Santa Maria al-Harun e Santa Maria do Gharb). Contudo, em data ainda pouco precisa, o centro urbano mais importante desloca-se para Silves / *Shilb* e, no século XI, o território é dividido em dois reinos de taifas: o de Silves e o de Santa Maria al-Harun. Nos séculos seguintes, com a integração de al-Andalus nos impérios almorávida e almóada, desaparece a denominação de Ocsonoba, substituída pela criação de uma nova província que, segundo o geógrafo Edrici, se chamava Alfacre ou Al-fugar e incluía, para além destas, outras cidades, muitos castelos e lugares.

Os centros urbanos muçulmanos que se conhecem para esta região são, em primeiro lugar, as *mudun* de Santa Maria e de Silves, onde a arqueologia tem permitido reconhecer vestígios cerâmicos a partir de época emiral. Das outras urbes

(algumas de localização ainda incerta) sobressaem as seguintes: *Qastalla* / Cacela Velha, cujos vestígios mais antigos parecem remontar à época califal e taifas; *Tabira*/Tavira e *al-'Uliā* /Loulé, que correspondem a fundações *ex-novo* e *ex-nihilo* e que tiveram o seu maior crescimento urbano durante a época almóada.

No que diz respeito aos espaços rurais, a população deve ter-se estabelecido, desde cedo, em estreito contacto com o mar e as terras de cultivo, por vezes sobre ou junto de antigas *villae* tardo – romanas. Este modelo de continuidade é-nos sugerido pelos vestígios habitacionais e da cultura material de sítios como o Montinho das Laranjeiras (Alcoutim), Vale do Bôto (Castro Marim), Milreu (Estói, Faro), Cerro da Vila (Vilamoura, Loulé) e Tejo do Praio (Quinta do Lago, Loulé). Por outro lado, com a crescente islamização do território, a partir dos séculos X/XI, constata-se o aparecimento de outras alcarias que têm o seu maior desenvolvimento nos séculos XII/XIII, sendo bem representativos os casos de Alcariaias de

* Sub-grupo para o estudo das cerâmicas do Algarve: Helena Catarino, Isabel Inácio, Sandra Cavaco, Jaquelina Covaneiro e Maria José Gonçalves.

Odeleite (Alcoutim), Portela de Messines (Silves), Alcaria de Arge (Portimão), ou Alcaria (Aljezur).

Também os castelos, centros aglutinadores dos espaços rurais, parecem corresponder a momentos distintos da organização administrativa e defensiva. Num primeiro momento, os *husun* omíadas, como Castelo Velho de Alcoutim, Castelo das Relíquias (Alcoutim) e Castelo do Alferce (Monchique), podem localizar-se junto de *villae* com continuidade habitacional na Antiguidade tardia, ou ter mesmo uma ocupação precedente visigótica. Os vestígios materiais revelam um processo de islamização a partir de época emiral, certamente relaciona-

dos com a crise da 1ª Fitna, estando igualmente bem representadas as cerâmicas califais e dos reinos de taifas (Castelo Velho de Alcoutim e Castelo das Relíquias). Por outro lado, a dinâmica do povoamento rural, a partir dos séculos XI/XII, vem a reflectir-se no surgimento de novas fortificações, sobretudo edificadas de taipa, por exemplo o Castelo de Salir (Loulé), o Castelo de Paderne (Albufeira), o Castelo de Albufeira e o Castelo Belinho (Portimão). Estas e outras fortificações, como o Castelo de Aljezur, apresentam vestígios cerâmicos que se centram principalmente na época almóada.

Assim, nas três regiões algarvias (A. Sotavento; B. Algarve Central; C. Barlavento) objecto do presente estudo (Figura 1), podemos considerar que o processo de islamização está confirmado arqueologicamente, tanto nos espaços urbanos como rurais, a partir de época emiral, mas atingindo o seu maior incremento do século XI em diante. Do mesmo modo, a cultura material, mormente as cerâmicas, abrange todos os períodos cronológicos da história do Gharb e inclui todas as formas, técnicas de fabrico e padrões decorativos próprios do território de al-Andalus.



Figura 1.

O SOTAVENTO ALGARVIO

HELENA CATARINO*

JAQUELINA COVANCIRO**

SANDRA

Nos últimos vinte e cinco anos, os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no Algarve Oriental, ou Sotavento algarvio, no âmbito de prospecções e escavações integradas em projectos de investigação, em estudos de impacto e em intervenções de emergência, resultaram na identificação de cerca de centena e meia de sítios com vestígios de ocupação islâmica. Assim, nesta região – concelhos de Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António, Castro Marim e Alcoutim –, os cinco séculos do período em análise estão bem representados em dois núcleos urbanos (Tavira e Cacela), diversos tipos de sistemas defensivos (Castelos de Relvais de Cima, Cerro dos Castelos de Bernalflor, Cerro dos Mouros do Cachopo, Castelo das Relíquias, Castelo Velho de Alcoutim, Castelos de Altamora), incluindo algumas torres de atalaia (Torre de Alcaria Alta, Torre dos Fortes, Torre de Frades, Torre d'Ares?), bem como numerosas povoações rurais, de extensões que vão desde pequenos casais agrícolas e povoados mineiros até às grandes alcarias.

No entanto, no estado actual dos trabalhos desenvolvidos nesta área, são ainda em número reduzido os sítios que foram objecto de escavações arqueológicas, pelo que a amostragem aberta não será muito representativa do conjunto inventariado. Embora se tenham publicado alguns materiais cerâmicos recolhidos em prospecções, por exemplo nas Alcarias de Barranco do Tecedeiro ou nos Castelos de Altamora (CATARINO, 1997/98: 151, 225-226, Est. CXLVIII, Est. CXLIX), optou-se por apresentar aqui unicamente as cerâmicas recolhidas em escavações. Estas

* Departamento de História, Arqueologia e Artes da FLUC e CEAUCP/CAM.

** Câmara Municipal de Tavira e CEAUCP/CAM.

** Câmara Municipal de Tavira e CEAUCP/CAM.

resultaram de campanhas arqueológicas planificadas (projectos de investigação desenvolvidos sobretudo em Alcoutim) e de intervenções de emergência em espaços urbanos (Tavira e Cacela) e sítios rurais (Vale do Bôto e Alcariais de Odeleite).

Dos trabalhos já realizados e vestígios materiais postos a descoberto, apesar de não ser possível, no estado da investigação, abalizar com muita segurança, a partir das cerâmicas, a fase mais antiga da ocupação islâmica (século VIII), podemos realçar, contudo, alguns aspectos que podem ser relevantes para o estudo destas e do próprio processo de islamização.

Em primeiro lugar, os dois núcleos urbanos (*Tabira* e *Qastalla*), únicos mencionados nas fontes escritas árabes, condizem com fundações *ex-novo* já que, nos períodos precedentes (romano / bizantino / visigótico), era a *civitas* de Balsa (Torre d'Ares, Tavira) que estruturava todo o povoamento do Sotavento algarvio. E, pelos embora parcos vestígios

cerâmicos de superfície aí recolhidos, é especável considerar que Balsa ainda estivesse ocupada nos inícios do período islâmico, hipótese que só escavações poderão confirmar ou refutar. Por outro lado, os materiais cerâmicos provenientes das escavações até agora efectuadas em Tavira e Cacela parecem apontar para uma génese destas povoações a partir do século XI, tendo-se desenvolvido principalmente nos períodos almorávida e almóada.

Em segundo plano, constata-se que alguns dos sistemas defensivos são ocupados desde os períodos emiral / califal, originando uma nova estruturação do povoamento. Os materiais cerâmicos recolhidos, por exemplo, no Castelo das Relíquias e no Castelo Velho de Alcoutim, incluem fabricos manuais / torno lento que prolongam modelos precedentes visigóticos; mas é, sobretudo, a partir dos séculos X/XI que a islamização está mais evidenciada, materializada em reestruturações nos espaços defensivos e habitacionais, na edificação de uma mesquita (Castelo Velho de Alcoutim), bem como na chamada cultura material, de que se destacam as peças decoradas a verde e manganês e com a técnica da corda seca parcial.

Por outro lado, o povoamento rural parece ter-se organizado a partir de dois modelos. No primeiro, e ainda que com alguns hiatos pouco explícitos nas estratigrafias até agora reconhecidas, a ocupação islâmica mantém-se na periferia de *villae* romanas, como acontece em Vale do Boto, ou no mesmo espaço destas, como no Montinho das Laranjeiras, onde está comprovada a continuidade de ocupação na Antiguidade tardia, com destaque para a igreja cruciforme com baptistério e necrópole, e no período islâmico, representado nas casas de pátio e materiais cerâmicos que atingem cronologia almóada. O segundo modelo corresponde a núcleos rurais de fundação islâmica, sendo que uns, como os Alcariais de Odeleite,

parecem originar-se a partir do século XI e ter abandono subsequente à reconquista, e outros, como a Aldeia dos Mouros, correspondem a povoações criadas a partir de época almorávida / almóada e continuaram habitadas na Baixa Idade Média.

Finalmente, o espaço rural desta região está ainda representado por estruturas hidráulicas, nomeadamente o Poço da Hortinhola, cuja limpeza, realizada em 1942, permitiu a recolha de materiais cerâmicos. A estrutura, com abertura circular estreita, estará relacionada com a nora de uma alcaria e o estudo das cerâmicas parece indicar uma utilização entre os séculos IX/X e XII.

Pelo exposto, os dados disponíveis permitem evidenciar diferentes formas de ocupação do território e uma cultura material diversificada, que abarca todas as fases do período islâmico. Como pode observar-se nos sítios abaixo analisados, são dominantes as cerâmicas comuns não vidradas, algumas mantendo formas e fabricos que prolongam protótipos anteriores ao século VIII. As cerâmicas decoradas com pintura (sobretudo a branco), as peças vidradas (monocromas e com pintura a óxido de manganês), assim como as decorações em verde e manganês e com a técnica da corda seca estão representadas, desde os períodos califal / reinos de taifas, tanto nos recintos fortificados como em alguns dos núcleos rurais. A partir do século XI tornam-se cada vez mais constantes os fabricos a torno alto e os modelos decorativos almorávidas e almóadas têm a sua melhor representatividade nas cerâmicas de Tavira e de Cacela.

1. SÍTIOS URBANOS

1.1. Cacela Velha

Diversos têm sido os trabalhos arqueológicos realizados na pequena localidade de Cacela Velha, concelho de Vila Real de Santo António. Destes destacam-se as escavações arqueológicas desenvolvidas no Sítio do Poço Antigo.

O Sítio do Poço Antigo é um terreno com cerca de 4 hectares, limitado a sul pela Ria Formosa, a este com a Ribeira de Cacela e a norte com a estrada que liga Cacela Velha a Vila Nova de Cacela. Neste local foram identificadas estruturas habitacionais tendo sido recolhidos materiais arqueológicos que *presentan una homogeneidad cronológica, que corresponde a la primera mitad del siglo XIII, período final de la ocupación almohade en Cacela* (ÁLVARO-SANCHÉZ, 2001: 120).

Do ponto de vista das cerâmicas, foram exumadas formas comuns de cozinha, em especial panelas e caçoilas (*Ibidem*, 132), mas também candis, jarras e jarriças, talhas, alguidares (*Ibidem*, 133-134), sendo que a autora destaca a quase ausência da forma tigela, a qual apenas se encontra representada por dois exemplares, um dos quais decorado a verde manganês¹ (*Ibidem*, 132).

No que concerne a ornamentação das peças, estão presentes diversas técnicas, como a pintura (a branco ou a manganês sobre vidrado melado), a incisão, as caneluras, os vidrados (monocromos ou bicromos), as aplicações plásticas (ditas de

costillas) e as estampilhas, sendo que os motivos mais frequentes na pintura branca são a simplificação da Mão de Fátima e os conjuntos de traços de linhas horizontais e circulares (*Ibidem*, 139).

1.2. Tavira – Medina

Desde 1996 que têm sido realizados trabalhos na área da antiga Medina de Tavira, nomeadamente na agência do Banco Nacional Ultramarino – BNU, na Pen-são Castelo, no antigo Solar dos Corte Real, no Palácio da Galeria, no Parque de Festas e no Convento da Graça. Apesar da área já intervencionada, não existem dados referentes à ocupação islâmica da parte voltada a sul da chamada Colina Genética da cidade.

Estes trabalhos arqueológicos demonstraram uma ocupação a partir do século XI/XII, e até ao século XIII, da face nordeste da colina genética da cidade (BNU, Pen-são Castelo e Solar dos Corte Reais), datada pela presença de cerâmica comum, cerâmica vidrada a verde (por vezes estampilhada) e a melado (por vezes com motivos pintados a manganês), cerâmica com pintura branca, vermelha ou preta, estampilhas sob vidrado, sobretudo, verde, candis e candeias de câmara aberta, cerâmica com decoração em corda seca (total ou parcial) (MAIA, 1999a; MAIA, 1999b; MAIA, 2004: 143; MAIA, 2005; NEVES *et alii*: 2008: 108-109; BASÍLIO; NEVES e ALMEIDA, 2006: 110). Dos objectos exumados desta área da cidade destaque para o denominado Vaso de Tavira (MAIA, 2004; TORRES, 2004) e para um bocal de poço com motivos epigráficos e vegetalistas realizados em corda seca total (BASÍLIO; NEVES e ALMEIDA, 2006: 110).

No que concerne o topo e a face noroeste da colina, foram realizados trabalhos no Palácio da Galeria, no Parque de Festas e no Convento da Graça, tendo sido identificada a última fase da ocupação islâmica em Tavira sendo exumada cerâmica vidrada a melado (com ou sem decoração a manganês) ou a verde (com ou sem estampilhas), cerâmica comum, candeias de câmara aberta (por vezes sobre pé elevado), caçoilas com aplicações plásticas (ditas de *costillas*), e cerâmica comum com pintura a branco, a vermelho ou a negro pintada a branco (MAIA, 2008: 6; CAVACO e COVANEIRO, 2008; COVANEIRO, CAVACO e LOPES, 2008; SIMÃO e PINTO, 2010: 61 – 62; CAVACO e COVANEIRO, no prelo). De realçar a presença de exemplares decorados em corda seca (total e parcial) no Convento da Graça.

1.3. Tavira – Arrabalde

Para além dos trabalhos desenvolvidos na Medina de Tavira, também têm sido realizados trabalhos na área extra-muros, a Bela Fria, onde foi identificado um arrabalde de época almóada, que se estenderia desde as muralhas até, pelo menos, à Ermida de S. Roque. No arrabalde foram exumadas cerâmicas comuns e vidradas,

cerâmicas com pintura a branco, a vermelho ou a preto, cerâmicas vidradas com pintura a manganês ou com estampilha, das quais se destacam os motivos epigráficos (*al-mulk* – o poder – e *al-yumn* – a felicidade) (CAVACO e COVANEIRO, 2008; CAVACO e COVANEIRO, 2009: 441).

Nas proximidades deste arrabalde e junto à face exterior da barbacã foram recolhidos materiais cerâmicos datáveis dos séculos XI e XII, nomeadamente cerâmica comum, cerâmica com vidrado monocromo ou bicromo (com ou sem pintura a manganês), candeias de câmara aberta (com ou sem pé alto), caçoilas ditas de *costillas* (MAIA, 2007: 2 – 3, inventário).

2. SÍTIOS RURAIS

2.1. Castelo Velho de Alcoutim

Situado sobre o rio Guadiana, a cerca de 1km a norte de Alcoutim, o Castelo Velho foi objecto de várias campanhas de escavações arqueológicas que revelaram dois recintos fortificados e um conjunto de estruturas habitacionais (CATARINO, 1997/98: 303-349, 393-404; 1999: 113-132; 2008: 33-48). A fortificação superior, fortim ou pequeno alcácer, apresenta planta rectangular de 22m x 32m de lado, enquanto que a inferior tem cerca de 35/40m por 80m de lado, sendo ambas dotadas de torres quadrangulares adossadas a traços regulares das muralhas. Este pequeno *hisn* com povoação associada foi ocupado desde o período emiral (séculos VIII/X), observando-se transformações e remodelações na época califal/taifas (séculos X/XI) e tendo sido, no actual estado dos conhecimentos, abandonado antes de finais do século XII, dada a ausência de materiais típicos da época almóada (*Ibidem*, 393, 402).

Do abundante espólio recolhido, destacam-se as cerâmicas comuns não vidradas e vidradas. Das primeiras, que incluem um diversificado reportório formal, constam peças de fabrico manual / «torneta» e torno alto de rotação irregular, por vezes decoradas com caneluras, meandros incisos em ondulado e ziguezague, assim como cordões plásticos. Outras são decoradas com pintura (a branco, a negro e a vermelho) e apresentam motivos em séries de bandas horizontais, rectas ou em ondulado e traços diagonais a formar reticulados. Das segundas, destaca-se um fragmento de vidrado monocromo verde claro alcalino sobre decoração incisa, peças decoradas a verde manganês e a corda seca parcial, fragmentos de superfícies vidradas a tom melado claro e pintura a manganês, estando ausentes as cerâmicas de corda seca total e as estampilhadas.

As gramáticas decorativas dominantes são as vegetalistas (flor de lótus, folhas de palma), seguindo-se o cordão da felicidade e os traços em semicírculo e rectos, comuns nas cerâmicas califais e dos reinos de taifas (*Ibidem*, 1997/98: 349-383, Est. IX-LXI). Para além do vasto reportório cerâmico, que inclui um tambor quase completo, também se recolheram malhas de jogo (em cerâmica e em pedra), assim como um conjunto de quarenta e quatro tabuleiros de jogos (do moinho ou trilha, do «alquerque», da «tábula», de tipo «tapatán» ou galo e de «mancala») gravados em placas de xisto (CATARINO, *et alii*, 2007: 654-657).

2.2. Castelo das Relíquias

Sobre um cabeço alongado sobranceiro à Ribeira do Vascão (freguesia de Giões, concelho de Alcoutim), o Castelo das Relíquias terá sido um pequeno burgo fortificado islâmico, onde as escavações, limitadas a duas sonda-

gens, permitiram identificar restos de estruturas habitacionais e parte de dois recintos amuralhados: o primeiro, de planta sub-quadrangular e torres adossadas às muralhas, corresponderia a um pequeno «alcácer» ou alcáçova, de 34/35m por 40m de lado; a partir daí seguia uma segunda linha defensiva, de que se identificaram duas torres, uma das quais no ângulo de dois lanços da muralha, que fechava o topo de toda a plataforma superior do cabeço, e a outra no tramo que descia a encosta voltada para o Vascão (CATARINO, 1997/98: 404-425, 446-452; 1999: 113-132).

Neste centro de um território rural e mineiro (*Ibidem*, 449) foi recolhida cerâmica de cronologias que medeiam os séculos VIII/IX até finais do século XI ou inícios/meados do seguinte, estando aparentemente ausentes as formas e decorações mais típicas da época almóada. Das reduzidas sondagens realizadas podemos observar um conjunto homogéneo de formas cerâmicas que parecem centrar-se na época omíada e epi-omíada.

Do espólio estudado, constata-se o predomínio de cerâmica comum não vidrada, de fabricos manuais (potes e tampa circular com pega superior), de torno lento / torneta (formas fechadas e abertas) e a torno alto, embora de rotação incerta, e os motivos decorativos restringem-se às caneluras no colo de alguns púcaros. A cerâmica vidrada é escassa. Destaca-se, porém, um pequeno fragmento de bojo de púcaro, com caneluras e incisões sob superfícies vidradas monocromas, de cor verde, num fabrico e decoração de tipo Pechina (Almeria), seguindo-se as decorações em verde e manganês, com destaque para uma bilha, as realizadas com a técnica da corda seca parcial e as de superfícies meladas e decoradas, ou não, com traços de manganês (*Ibidem*, 426-445, Est. LXXVI-XCI)

2.3. Aldeia dos Mouros (Vaqueiros)

As escavações efectuadas no povoado abandonado da Aldeia dos Mouros (Freguesia de Vaqueiros, concelho de Alcoutim) revelaram várias estruturas habitacionais que correspondem a uma alcaria, cuja sequência de ocupação se divide em duas fases: a primeira, de fundação em época islâmica, com cronologias entre os séculos IX e XII; a segunda, tardo – islâmica e pós – reconquista, datada entre os séculos XII e XIV/XV (GAMITO, 1994: 545-563).

Dos materiais arqueológicos islâmicos recolhidos evidenciam-se as cerâmicas. A maioria corresponde a fragmentos não vidrados nem decorados e distribui-se por louça de cozinha e de mesa (*Ibidem*: 556, Fig. 3). Dos recipientes de armazenamento destacam-se duas bilhas ou cântaros: uma, quase inteira, decorada com pintura a branco (*Ibidem*: Fig. 4); e a outra, de que resta apenas o fundo e parte do bojo, decorada com escorrimientos de vidrado a verde, de corda seca parcial (*Ibidem*: 557, Fig. 5. 1). Apontam-se ainda alguns fragmentos de tigelas com superfícies vidradas de cor melada e decoração a óxido de manganês (*Ibidem*: 554, Fig. 1. 2-7).

2.4. Montinho das Laranjeiras

Posicionado sobre o rio Guadiana, o sítio do Montinho das Laranjeiras (freguesia e concelho de Alcoutim) corresponde a uma *villa* romana identificada e escavada pela primeira vez no século XIX, por Estácio da Veiga. A continuidade de ocupação está patente na Antiguidade tardia/época visigótica, com a construção de uma igreja de planta cruciforme e necrópole, e no período islâmico, época a que pertencem os restos habitacionais de casas de pátio e um conjunto de materiais arqueológicos que abarcam diferentes fases até ao período almóada (COUTINHO, 2003: 265-278; 2005: 14-18).

Das cerâmicas islâmicas recolhidas, distribuídas em recipientes de cozinha, de mesa e de armazenamento, evidenciam-se os fragmentos, sobretudo de tigelas, com superfícies vidradas, mornamente as meladas, tanto de tonalidades claras como as meladas acastanhadas e esverdeadas, podendo apresentar traços pintados a óxido de manganês. Entre as cerâmicas comuns, indicam-se umas com motivos pintados a branco e outras com aplicação de cordões plásticos digitados (COUTINHO, 1993: 39-54).

2.5. Alcariai de Odeleite

Os Alcariai de Odeleite localizam-se nas cercanias de Odeleite, junto da ribeira com o mesmo nome, no concelho de Castro Marim. Trata-se de uma *qarya* (alcaria), não fortificada, de grandes dimensões, tendo sido identificadas, no decurso da intervenção arqueológica, realizadas pela Empresa Arqueohoj, estruturas habitacionais, nomeadamente seis casas de pátio, uma das quais com latrina, assim como estruturas ligadas à economia agro-pastoril da alcaria, como *um cercado, estruturas de armazenagem e eventuais currais* (SANTOS, 2007: 571, 578).

Com base no estudo das construções e espólio cerâmico recolhido, o autor propõe *uma diacronia ocupacional para este povoado situada entre os séculos XI e XIII* (*Ibidem*, 571). É predominante a cerâmica de uso comum não vidrada, sendo de particular interesse o facto de ter-se encontrado um peso de tear decorado em ambas as faces (*Ibidem*, 584, Fig. 10. C). Algumas peças apresentam-se decoradas com incisões, com cordões plásticos e outras com restos de pintura a branco. Evidencia-se uma talha, quase completa, decorada com cordões plásticos digitados, e um fragmento de bojo de outra, decorada com cordões plásticos e estampilhas, *com motivo zoomórfico de camelos em movimento, carregando uma estrutura de transporte no dorso* (*Ibidem*, 582-583, Fig. 10. E e J).

A cerâmica vidrada, embora menos abundante, contempla peças de superfícies meladas, de tons claros e escuros, algumas com pintura a manganês, estando uma tigela decorada com estampilhada sob vidrado melado. Destacam-se ainda as caçoiolas com aplicações plásticas (ditas de *costillas*), a cerâmica decorada a verde e manganês (tigelas e uma bilha), uma tigela de corda seca total, e fragmentos de

candis não vidrados e vidrados, alguns com pingos verdes, outros com vidrado amarelo delimitado por traço a manganês, evidenciando a técnica da corda seca parcial (*Ibidem*, 2006: 220 – 222; 2007: 582).

Do ponto de vista decorativo, destaque para os motivos geométricos, em traços, arcos de círculo e óculos, os epigráficos, os vegetalistas, peças ornamentadas com cordões plásticos e dedadas e para a presença de estampilhas, como o acima referido motivo zoomórfico com representação de camelos (*Ibidem*, 2006: 221, 223).

6.2. Vale do Boto

O sítio de Vale do Boto (Concelho de Castro Marim) localiza-se a nordeste de S. Bartolomeu de Castro Marim, perto da estação do caminho de ferro, numa área de forte ocupação romana e islâmica, já conhecida desde o século XIX., tendo David Lopes publicado, em 1895, moedas do período almorávida aí encontradas. As prospecções realizadas em 1980 (GONÇALVES *et alii*, 1980: 71-79) e a intervenção de emergência, em 1981 (CATARINO *et alii*, 1981: 9-28), foram efectuadas no âmbito do projecto CAALG (Carta Arqueológica do Algarve) e vieram a revelar vestígios de superfície que se estendem por dois cabeços e vale, sobretudo para sul da via-férrea, que abrangem uma ocupação desde o século I D.C. até ao período almóada, embora verificando-se deslocações topográficas entre as duas épocas.

As escavações, realizadas numa pequena área e durante a abertura de valas para a implantação de uma vinha, vieram a revelar exclusivamente vestígios de época islâmica: sete sepulturas (de um cemitério então já destruído pela vinha) escavadas no substrato arenoso e de fossas estreitas, com os esqueletos em decúbito lateral direito; seis silos transfor-

mados em lixeiras, de onde se recolheu a maior parte do espólio; uma rua que servia de eixo central da povoação, ladeada por restos de construções habitacionais de possíveis casas de pátio (nenhuma integralmente escavada) que pertenceriam a uma pequena alcariça (CATARINO, 1988: 43-69; 1997/98: 246-249).

O conjunto do espólio recolhido – artefactos de metal, de osso e sobretudo cerâmicas – insere-se em cronologias que vão da época emiral / califal até à reconquista cristã do Sotavento algarvio, consumada no século XIII pela Ordem de Santiago. As cerâmicas apresentam um amplo reportório formal e variedade de fabricos, desde os mais grosseiros e manuais / torno lento, aos mais cuidados e a torno alto. Entre as cerâmicas comuns não vidradas podemos apontar as decoradas: motivos de meandros incisos ondulados e caneluras, em alguns colos e principalmente na parte superior de bojos; motivos pintados a branco (raros a castanho avermelhado), em bandas horizontais, verticais, em palmetas, arcos de círculo, séries de traços e dedadas.

Do conjunto das cerâmicas vidradas, são dominantes as de superfícies meladas, sem ou com decoração a óxido de manganés, sobretudo em formas abertas de perfil convexo e carenado, sendo que um fragmento de tigela apresenta, sob o vidrado, pintura em arcos de círculo e uma cartela de estampilhas a contornar o fundo interno. Para além destas, ainda se recolheram alguns fragmentos de taças decoradas a verde e manganés e a corda seca, estando ausentes as caçoilas de dupla carena, vulgarmente designadas de «costillas» (*Ibidem*, 1988: 56-67, 147-163 e Est. I a XXVI; 1997/98: Est. CL a CLIV).

2.7. Balsa – Torre de Ares

Na cidade romana de Balsa (Torre de Ares, Tavira), cujo abandono parece ter sido gradual

a partir dos séculos V/VI (MANTAS, 2003: 93), registaram-se, entre os materiais arqueológicos mais tardios, escassos fragmentos de cerâmicas islâmicas.

Para além de alguns bordos de potes ou panelas de perfil em S (NOLEN, 2003: 139, Est. 29 n.º cr-63-cr 71), que podem reportar-se a uma fase entre a Antiguidade tardia e os inícios da Alta Idade Média, são de referir as peças claramente medievais (*Ibidem*: 161-166). Destacam-se, para o período islâmico, uma pequena bilha de corpo canelado e superfícies vidradas de tom melado (*Ibidem*: Est. 34 n.º mv-4), um candil incompleto, com vestígios de vidrado melado e escorrimientos de pintura (*Ibidem*: Est. 35 n.º mv-7), assim como outros fragmentos de cerâmica comum não vidrada.

2.8. Poço da Hortinhola

Localizado a cerca de 2km a nascente de Moncarapacho, concelho de Olhão, o Poço da Hortinhola foi limpo e parcialmente reconstruído por José Fernandes Mascarenhas em 1942 (GOMES, 1998: 33). Os materiais recolhidos aquando da limpeza deste poço de forma cilíndrica e estreita encontram-se depositados no Museu Paroquial de Moncarapacho e foram publicados por Mário Varela Gomes em 1998. Segundo este autor, *na Hortinhola parece ter existido pequena alcariça*, sendo que J. F. Mascarenhas terá identificado nas proximidades alguns silos (*Ibidem*, 33).

No Museu Paroquial de Moncarapacho encontram-se dois pequenos cântaros em cerâmica comum, não ornamentados, sendo que um deles apresenta uma incisão separando o bordo do colo e uma outra separando o colo do corpo (*Ibidem*, 34), estando datados dos séculos IX-X (*Ibidem*, 40).

Para além dos cântaros foram ainda recolhidos seis alcatruzes, um dos quais depositado no Museu Regional de Lagos (*Ibidem*, 35). Estes objectos que serviram, fixados à cadeia da nora, para elevar água do poço (*Ibidem*, 37) evidenciam três produções distintas, com pastas e acabamentos diferenciados (*Ibidem*, 40).

Com base em paralelos, o autor definiu cronologias distintas para os diferentes alcatruzes, ainda que afirme que estas formas *respondem sobretudo a aspectos funcionais*, sendo por esse motivo, «totalmente insensível às variações da moda» (*Ibidem*, 37). Assim, quatro deles foram datados dos séculos IX-X, um foi atribuído ao século X e o sexto enquadrado nas produções do século XII (*Ibidem*, 40-41).

BIBLIOGRAFIA

- ÁLVARO SANCHÉZ, ROCIO (2001), *Cacela (Algarve – Portugal) en el siglo XIII. Boceto para su estudio*. Tesis Doctoral. Universidad Complutense de Madrid. Policopiado.
- BASÍLIO, Lília; NEVES, Maria João e ALMEIDA, Miguel (2006), «Os materiais cerâmicos da “Lixeira 2” da “Pensão Castelo” – Novos dados sobre a ocupação islâmica de Tavira». In *Actas do 3.º Encontro de Arqueologia do Algarve. Xelb. n.º 6. Vol. II. Silves. Câmara Municipal de Silves*. pp. 105-114.

- CATARINO, Helena; ARRUDA, Ana Margarida e GONÇALVES, Victor (1981), «Vale do Bôto: escavações de 1981 no complexo árabe-medieval». In *Clio*, 3, Lisboa, pp. 9-28.
- CATARINO, Helena (1988), *Para o estudo da ocupação muçulmana no Algarve Oriental*, Provas de Capacidade Científica apresentada à FLUC, Coimbra (policopiado).
- CATARINO, Helena (1992), «Os sistemas defensivos muçulmanos do Algarve Oriental e o Castelo Velho de Alcoutim». In *III Congreso de Arqueología Medieval Española* (Oviedo 1989), Vol. II, Universidad de Oviedo, Oviedo, pp. 296-305.
- CATARINO, Helena (1999), «Cerâmicas omíadas do Garb Al-Andalus: resultados arqueológicos no Castelo Velho de Alcoutim e no Castelo das Relíquias (Alcoutim)», In *Arqueología y Territorio Medieval*, Vol. 6, Universidad de Jaén, pp. 113-132.
- CATARINO, Helena (1997/1998), «O Algarve Oriental Durante a Ocupação Islâmica. Povoamento Rural e Recintos Fortificados». In *al-'ulyā. n.º 6*. 3. vols. Loulé.
- CATARINO, Helena (2005), «História da cultura material de época islâmica e o exemplo de uma cozinha do Castelo Velho de Alcoutim (Algarve)». In *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXVII, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Coimbra, pp. 363-376.
- CATARINO, Helena (2008), «Cerâmicas islâmicas do Castelo Velho de Alcoutim recolhidas em contexto de cozinha». In *Actas das 4^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*. Tondela. 24-27 de Outubro de 2000. Tondela. Câmara Municipal de Tondela. pp. 33-48.
- CATARINO, Helena; DIAS, Fernando; TEIXEIRA, Manuela (2008), «Colecção de tabuleiros de jogos do Castelo Velho de Alcoutim (Alcoutim, Algarve)». In *Vipasca. Arqueología e História*, n.º 2, 2^a Série (Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, Aljustrel, 26-28 de Outubro, 2006), Aljustrel, pp. 654-657.
- CAVACO, Sandra e COVANEIRO, Jaquelina (2008), «Cerâmicas estampilhadas provenientes de Tavira». In *Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve. Xelb. n.º 8*. Volume II. pp. 155-168.
- CAVACO, Sandra e COVANEIRO, Jaquelina (2009), «Um (novo) olhar sobre a Tavira Islâmica». In *Actas do 6.º Encontro de Arqueologia do Algarve. Xelb. n.º 9*. pp. 429-443.
- CAVACO, Sandra e COVANEIRO, Jaquelina (no prelo), «Materiais cerâmicos provenientes de um silo do Bairro Almóada do Convento da Graça – Tavira». In *Arqueología Medieval*. n.º 11. Porto. Edições Afrontamento.
- COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra e LOPES, Gonçalo (2008), «O bairro Almóada do Convento de Nossa Senhora da Graça – Tavira. Notícia preliminar». In *Actas do 4º Congresso de Arqueología Peninsular. Vol. XI – A ocupação islâmica da Península Ibérica. Promontoria Monográfica*. Universidade do Algarve. p. 51-62.
- COUTINHO, Hélder M. R. (1993), «Cerâmica Muçulmana no Montinho das Laranjeiras». In *Arqueología Medieval*. n.º 2. Porto. Edições Afrontamento. p. 39-54.
- COUTINHO, Hélder M. R. (2003), «Os buyut do Montinho das Laranjeiras (Alcoutim), escavações de 2000», *Xelb 4. Actas do 1º Encontro de Arqueologia do Algarve* (Silves, 2001), Silves, pp. 265-278.
- COUTINHO, Hélder M. R. (2005), *As ruínas do Montinho das Laranjeiras (Alcoutim)*, Arqueologia. Algarve, Câmara Municipal de Alcoutim.
- GAMITO, Teresa Júdice (1994), «O povoamento islâmico da serra do Caldeirão. O caso da Aldeia dos Mouros (Vaqueiros, Alcoutim)». In *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana. Encuentro Internacional de Arqueología del sudeste*. Huelva-Niebla. 1993. Huelva. Universidad de Huelva. p. 545-563.
- GOMES, Mário Varela (1998), «Cerâmicas islâmicas do poço da Hortinhola (Moncarapacho, Olhão)». In *Actas das 2^a Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela. Câmara Municipal de Tondela. pp. 33-41.
- GONÇALVES, Victor S.; CATARINO, Helena e ARRUDA, Ana Margarida (1980), «O sítio romano-árabe do Vale do Boto: notícia da sua identificação». In *Clio*, 2, Lisboa, pp. 71-79.
- GONÇALVES, Victor S.; ARRUDA, Ana Margarida e CATARINO, Helena (1984), «Três intervenções sobre a arqueologia no Algarve». In *Clio – Arqueologia*, 1, Lisboa, pp. 191-196.
- MAIA, Maria Garcia Pereira (1999a), *Relatório Intercalar das Escavações Realizadas no Centro Histórico de Tavira*. Exemplar policopiado.
- MAIA, Maria Garcia Pereira (1999b), *Lendas das Mouras Encantadas de Tavira. Catálogo da Exposição*. Tavira. Câmara Municipal de Tavira. Campo Arqueológico de Tavira.
- MAIA, Maria Garcia Pereira (2004), «O Vaso de Tavira e o seu contexto». In Teresa Gamito (ed.) *Portugal, Espanha e Marrocos. O Mediterrâneo e o Atlântico. Actas do Colóquio Internacional*. Faro. Universidade do Algarve. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Centro de Culturas Árabe, Islâmica e Mediterrânea. pp. 73-166.
- MAIA, Maria Garcia Pereira (2005), *Relatório Correspondente à Segunda Fase dos Trabalhos Arqueológicos nas Ruínas de Corte Reais*. Policopiado.
- MAIA, Maria Garcia Pereira (2007), *Acompanhamento arqueológico do desaterro e movimentações de terras para a execução do Projecto Integrado de Desenvolvimento Turístico das Muralhas de Tavira. Relatório*. Policopiado.
- MAIA, Maria Garcia Pereira (2008), *Relatório das sondagens arqueológicas realizadas pela Associação Campo Arqueológico de Tavira, no «Parque das Festas», antigo horto /logradouro do Palácio da Galeria*. Policopiado.
- MAIA, Maria Garcia Pereira; FERNANDES, Carla; LOPES, Marco e CAVACO, Sandra (2003), *Tavira. Território e poder*. Catálogo da Exposição. Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia. Câmara Municipal de Tavira.
- MANTAS, Vasco Gil (2003), «A Cidade de Balsa». In: MAIA, Maria; FERNANDES, Carla; LOPES, Marco e CAVACO, Sandra (Coord. Científica), (2003): *Tavira. Território e Poder*. Catálogo da Exposição. Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia. Câmara Municipal de Tavira. pp. 85-94.
- NEVES, Maria João et alli (FERREIRA, Maria Teresa; BASÍLIO, Lília e ALMEIDA, Miguel) (2008), «Pensão Castelo» (Santa Maria, Tavira, Faro): um caso de inumação individual no seio de uma lixeira islâmica». In *Actas do IV Congresso de Arqueología Peninsular. Promontoria Monográfica*. n.º 11. Universidade do Algarve. pp. 107-115.
- NOLEN, Jeannette U. Smith (1994), Cerâmicas e vidros de Torre de Ares (Balsa) incluindo o espólio ósseo e medieval. Lisboa, Instituto Português de Museus / Museu Nacional de Arqueologia.
- SANTOS, Filipe João Carvalho dos (2006), «O povoado

- islâmico dos alcarias de Odeleite. Uma Qarya no Algarve Oriental. Primeiros resultados arqueológicos». In. *Promontoria*. Ano 4. n.º 4. Universidade do Algarve. p. 161-265.
- SANTOS, Filipe João Carvalho dos (2007), «O povoado rural (Qarya) dos Alcarias de Odeleite». In. *Vipasca. Arqueologia e História*. n.º 2. 2.ª Série. pp. 571-589.
- SIMÃO, Inês e PINTO, Marina Paiva (2010), *Sondagens arqueológicas de diagnósticos. Antigo Parque de Festas, Tavira. Relatório dos trabalhos arqueológicos*. Policopiado.
- TORRES, Cláudio (2004), *O Vaso de Tavira. Uma proposta de interpretação*. Mértola. Campo Arqueológico de Mértola.
- VV. AA. (1998), *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Ministério da Cultura, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

NOTAS

1 (...) *fechado en el siglo X, pero dentro de contexto almohade, probablemente procedente de material reutilizable para la construcción* (*Ibidem*, 132).

O ALGARVE CENTRAL

HELENA CATARINO*

ISABEL INÁCIO**

Para o Algarve Central – concelhos de Faro, S. Brás de Alportel, Loulé e Albufeira – os vestígios islâmicos até agora conhecidos provêm principalmente de prospecções e cartas arqueológicas concelhias, seguindo-se escavações preventivas e de emergência, sendo em número reduzido os estudos inseridos em projectos de investigação direcionados para o estudo do período em análise.

Neste território, que se estende do Litoral e Barrocal até à Serra do Caldeirão, situam-se dois centros urbanos islâmicos: Ossonoba (Faro), a primeira capital da *Kura* de Ocsonoba, mais tarde transferida para Silves; e Loulé (*Madinat Al-'Uliā*), uma cidade de fundação islâmica, em época pouco precisa, mas com grande crescimento urbano no período almóada.

Também os castelos até agora escavados na região – Salir, Paderne e Albufeira – permitem atribuir-lhes uma fundação islâmica, embora tardia, certamente criados como centros de distritos rurais. Não são aí reconhecíveis vestígios de época omíada, mas estavam já densamente habitados nos séculos XII/XIII, centrando-se assim a sua ocupação durante o período almóada.

Pelo contrário, os principais sítios rurais até agora escavados parecem ter-se desenvolvido no mesmo espaço ou na periferia de antigas *villae* romanas. As continuidades de ocupação estão bem presentes sobretudo em Milreu (Estói, Faro) e no Cerro da Vila (Vilamoura, Loulé), de onde provêm materiais cerâmicos desde a época emiral. O primeiro sítio terá sido abandonado antes do califado e da difu-

são das cerâmicas decoradas a verde e manganes, enquanto que o segundo parece ter o seu momento de maior desenvolvimento nos séculos X/XI.

Por outro lado, o sítio do Tejo do Praio (Almancil, Loulé) parece ter surgido na periferia de uma *villa* romana (Quinta do Ludo) e os vestígios aí identificados abrangem uma maior diacronia, a partir dos séculos IX/X, estando também presentes as cerâmicas decoradas com a técnica da corda seca total e as peças decoradas com estampilhas, que caracterizam as fases posteriores ao século XI.

Assim, dos nove sítios agora apresentados, apenas um espaço urbano (Faro) e os núcleos rurais acima mencionados revelaram cerâmicas omíadas (emirais / califais). Se, por um lado, nas prospecções no sítio do Cerro da Mesquita 1 (concelho de S. Brás de Alportel) se encontraram cerâmicas balizadas entre os séculos XI e XIII, as escavações nos outros arqueossítios (Loulé, Albufeira, Salir e Paderne) mostram a sua contemporaneidade

* Departamento de História, Arqueologia e Artes da FLUC e CEAUCP/CAM.

** Arqueóloga, CEAUCP/CAM.

e a maior relevância de contextos estratigráficos e vestígios materiais são das épocas almorávida e almóada.

1. SÍTIOS URBANOS

1. 1. Faro – Medina

O centro urbano de Faro foi alvo de várias intervenções arqueológicas, das quais resultaram a identificação de contextos arqueológicos com materiais de cronologia islâmica, destacando-se, entre os primeiros vestígios, os assinalados por Abel Viana no Largo da Sé (VIANA, 1949). Contudo, só a partir das últimas décadas do século passado é que a Arqueologia Urbana veio a revelar uma maior uniformidade de contextos deste período, patente em estruturas habitacionais e silos, com materiais que atestam a presença islâmica, bem representada sobretudo nas cerâmicas.

Dessas intervenções, sobressaem as efectuadas sob a direcção de Teresa Júdice Gamito na Rua do Município – Quintal da Judiciária –, onde foi identificado um bairro habitacional de artífices, e na Horta da Misericórdia, situada nas traseiras da Sé, que revelou a presença de uma zona habitacional mais abastada (GAMITO, 2003: 46-65; GONÇALVES e SILVA, 2009: 597-604). Seguem-se outras escavações preventivas e de emergência, nomeadamente no Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique (ÁLVARO SÁNCHEZ, 2009: 445-463) e, fora das antigas muralhas, as realizadas no Cine-Teatro Farense (BRAZUNA e RAMOS, 2007: 536-541).

No espaço interior da medina islâmica, os materiais arqueológicos exumados no Quintal da Judiciária e na Horta da Misericórdia apresentam tipologias que foram enquadradas nos séculos VIII/IX a XII/XIII (GAMITO, 2003: 55,

58, 61-62). E estes espaços evidenciam uma continuidade de ocupação desde o período romano até às épocas moderna e contemporânea.

Entre outros conjuntos de artefactos, estão presentes as panelas de corpo canelado e pintura a branco, as caçoilas de superfícies vidradas a castanho, as tampas (com e sem decoração pintada), as tigelas, sobretudo as vidradas de cor melada e decoração a óxido de manganês, as tigelinhas de pasta avermelhada com decoração a branco, os copos e as jarrinhas com pintura a branco, as bilhas decoradas com a técnica da corda seca parcial, ou as revestidas a vidrado cor de mel ou verde (PAULO, 2000; GAMITO, 2003). São ainda de referir os fragmentos de grandes talhas, de armazenamento, vidradas a verde e decoradas com estampilhas, típicas do século XII/XIII, bem como alguns cântaros decorados com motivos pintados (PAULO, 2000: 48-51). No que diz respeito aos contentores de fogo foram exumados os típicos candis, de bico de pato, que podem apresentar decoração a corda seca parcial, e as candeias, de câmara aberta e bico, em cerâmica não vidrada, ou revestidas com vidrado cor de mel (*Ibidem*, 53-62; GAMITO, 2003: 121-122).

Também as intervenções arqueológicas, sob direcção de Dália Paulo e Nuno Beja, realizadas no Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique, permitiram reconhecer uma sequência ocupacional desde a proto-história. Para a época em análise, destaca-se uma grande fossa de onde se exumou um conjunto de recipientes cerâmicos, a maioria em bom estado de conservação, cuja baliza cronológica se situa entre finais do século XI e meados do seguinte (ÁLVARO SÁNCHEZ, 2009: 445-463).

Ao contrário da diversidade tipológica e funcional, desde os recipientes de cozinha (panelas e caçoilas), de armazenamento (potes, talhas e cântaros), de mesa (tigelas, taças, jarritos/as e pequenas bilhas), entre outros, como candis, fogareiros, alguidares, alcatruzes e tampas (*Ibidem*: 453-454), nota-se uma certa uniformidade de técnicas decorativas, predominando a pintura sobre superfícies não vidradas. Os motivos decorativos, de finos traços pintados a branco, são sobretudo geométricos, de linhas horizontais, verticais, reticulados, arcos de círculo e pontos, destacando-se ainda os padrões vegetalistas, nomeadamente foliáceos (*Ibidem*: 454-462, Fig. 1-16).

1.2. Faro – Arrabalde

Fora das muralhas romanas / medievais, na área de arrabalde e onde se estabeleceu o bairro da mouraria, que posteriormente foi horta – Horta da Mouraria – e funcionou como tal até ao século XIX (BRAZUNA e RAMOS, 2007: 537), as escavações realizadas no Cine-Teatro Farense (localizado entre a rua Vasco da Gama e a rua de Santo António) permitiram reconhecer vestígios de época islâmica, destacando-se um contexto de lixeira – identificado na sondagem 8 –, cujos materiais cerâmicos evidenciam uma coerência cronológica centrada em torno dos séculos XI e XII (*Ibidem*: 538, 540).

O conjunto cerâmico estudado é constituído principalmente por recipientes uti-

litários de cozinha, de mesa, de armazenamento e outros, destacando-se as panelas, as caçoilas e sertãs / frigideiras, as tigelas, os jarros e jarrinhos, um bule de bico vertedor, as bilhas, os alguidares, os potes e talhas, assim como fragmentos de candis, de alcatruzes de nora e malhas de jogo (*Ibidem*: 538 e Fig. 3 a 8).

No que respeita aos recipientes não vidrados, evidenciam-se alguns motivos decorativos, por exemplo os cordões plásticos, nomeadamente no bordo de uma malga, e as linhas incisas onduladas, numa sertã / frigideira, assim como os motivos pintados a branco sobre pastas e superfícies avermelhadas, ou a óxido de ferro sobre superfícies e pastas claras, presentes sobretudo em jarrinhos (*Ibidem*: 538, 539).

Dos exemplares com superfícies vidradas, destacam-se as tonalidades meladas, das mais claras às mais escuras (acastanhadas) e outras em melado com manchas esverdeadas, em caçoilas e tigelas, podendo estas apresentar também traços de pintura a óxido de manganês. Ainda que em número mais reduzido, também se recolheram cerâmicas decoradas a verde e manganês, mormente em tigelas, e com a técnica da corda seca parcial, esta presente numa jarrinha e em fragmentos de candis, com pingos vidrados no disco (*Ibidem*: 538, 539, 540).

1.3. Loulé – Medina

A cidade de Loulé tem sido objecto de intervenções arqueológicas sistemáticas, principalmente desde finais do século XX, sob a responsabilidade da equipa técnica do Museu Municipal de Arqueologia (LUZIA, 2009). Em resultado dessas intervenções foram identificados vários tipos de estruturas – desde as habitacionais, as hidráulicas, com destaque para os banhos (*hamman*), alguns silos e troços defensivos das suas muralhas de taipa –, e exumou-se abundante espólio arqueológico de cronologia islâmica.

No espaço urbano junto ao tramo norte da muralha, evidenciam-se, em primeiro lugar, as cerâmicas recolhidas nas escavações da Cerca do Convento, que foram alvo de estudo monográfico / catálogo (*Ibidem*, 1996: 51-73; 2003). O conjunto analisado demonstra bem a intensa ocupação neste sector da *madinat al-'Uliā*, com particular incidência para a última fase de ocupação islâmica, embora tenham sido identificados alguns materiais que podem remontar aos séculos X/XI (*Ibidem*, 2003: 15-16).

Entre outras intervenções preventivas, no interior do espaço amuralhado, destacam-se as realizadas na Alcaidaria, que revelaram restos de estruturas habitacionais (musealizadas numa das salas do Museu Arqueológico Municipal), as da Casa do Senhor Carrilho, onde se identificou uma fundição, as do n.º 3 da Ruas das Bicas Velhas, onde se encontraram os banhos, ou ainda as escavações na Rua da Barbacã, n.º 31, onde apareceu um tramo do sistema hidráulico da cidade. Em todas se recolheram recipientes cerâmicos, maioritariamente de cronologia almóada (LUZIA, 2006: 90).

O repertório formal / funcional das cerâmicas islâmicas de Loulé é diversificado e sobressai, em particular, a louça de cozinha: as panelas, de corpo globular e que podem apresentar caneluras no bojo, com fundo plano ou ligeiramente abaulado; os púcaros com colo alto cilíndrico, corpo globular e base ligeiramente abaulada; as caçoilas de corpo carenado, fundo plano e duas asas verticais; as tampas, de corpo tronco cônico invertido e pega central, e os alguidares, de corpo tronco cônico invertido, um dos quais em cerâmica manual (*Ibidem*, 1996: 51-73; 2003; 2006: 78-91).

Nas formas características da louça de mesa destacam-se as jarrinhos, com superfícies alisadas, por vezes cobertas com engobe de cor acastanhada e pintura a branco; os bules, de corpo globular e bico vertedor, podendo apresentar pintura a branco sobre engobe escuro; as malgas, de corpo hemisférico ou carenado e pé anelar cobertas com vidrado melado, por vezes com decoração interna a óxido de manganês, e as malgas carenadas, de corpo tronco cônico e fundo aplano, com cordões plásticos verticais (vulgo de «costillas»), cobertas com vidrado cor de mel.

Entre os materiais exumados encontram-se ainda os cântaros, alguns de pastas esbranquiçadas, caneluras no bojo e fundo em ônfalo, as candeias de receptáculo aberto, os fogareiros, os pequenos potes de seis asas, que podem apresentar vidrado castanho ou mera pintura a branco e, finalmente, as grandes talhas estampilhadas, normalmente cobertas por vidrado verde, exemplares emblemáticos do século XII/XIII.

Em síntese, nas diversas intervenções arqueológicas até agora efectuadas no interior da medina, não há quaisquer vestígios anteriores à época islâmica e são as fases almorávida e almóada as que têm melhor consonância com a pluralidade do espólio até agora recolhido.

1.4. Loulé – Arrabalde

O cemitério islâmico foi identificado nos finais do século passado e estava, seguramente, já na periferia norte dos arrabaldes. Situava-se junto de um dos eixos viários – a ainda hoje conhecida Estrada de Portugal – que partia de uma das portas da cidade e seguia para norte, passando pelo castelo de Salir.

Ainda que só parcialmente escavado, as intervenções de emergência realizadas na «Quinta da Boavista» permitiram, assim, descobrir um vasto conjunto de sepulturas, cuja baliza cronológica se pode situar em época almorávida / almóada.

Entre o espólio recolhido também se encontravam cerâmicas, embora em número reduzido e muito fragmentadas. Destacam-se algumas formas comuns vidradas e não vidradas, nomeadamente de candis, de bilhas e tigelas (LUZIA, 1999: 150-151, Fig. VI-VIII).

2. SÍTIOS RURAIS

2.1. Milreu

O sítio arqueológico de Milreu (Estói, Faro) situa-se a cerca de 7km a noroeste de Faro, tendo sido alvo de intensas campanhas de intervenções arqueológicas desde finais do século XIX, que colocaram à vista uma monumental *villa* romana. As escavações permitiram identificar uma activa ocupação deste espaço (em período romano e tardo antigo), adaptando-o às realidades e necessidades de cada momento da vivência no local.

A ocupação islâmica está documentada através de testemunhos epigráficos, gravados numa das colunas do edifício de culto, e de um pequeno conjunto de cerâmicas identificadas num dos sectores deste importante arqueossítio algarvio (TEICHNER, 1994: 91, 94).

A cerâmica exumada, embora muito fragmentada, apresenta várias técnicas de fabrico: manual, torno lento / torneta e torno alto. Algumas peças, como uma bilha ou os candis, apresentam pastas claras, com decoração pintada em vários tons de castanho, com motivos geométricos (*Ibidem*, 94).

O grau de fragmentação do conjunto exumado, bem como as suas características técnicas dificultam a atribuição de uma cronologia precisa a estes materiais. Contudo, a presença de cerâmica de pasta clara decorada, aliada à ausência de decoração a verde e manganês e com a técnica da «corda seca» permite atribuir uma cronologia de ocupação até inícios do século X (*Ibidem*, 97).

2.2. Cerro da Mesquita 1

O sítio do Cerro da Mesquita 1 localiza-se no Barrocal algarvio, na encosta de um cerro, cerca de 4km a sueste de S. Brás de Alportel, concelho e freguesia a que pertence. Trabalhos de prospecção, realizados em 2002, permitiram a identificação de uma alcaria, tendo sido recolhidos fragmentos de cerâmica comum vidrada e não vidrada, correspondentes a louça de cozinha, de mesa e de armazenamento e transporte.

Destaca-se a presença de cerâmica com motivos decorativos pintados a negro, fragmentos com superfícies vidradas de cor melada, podendo apresentar decoração a óxido de manganês, e cerâmica decorada a «corda seca» total (ESTRELA, 2003: 321). No geral, os materiais recolhidos apontam para uma cronologia entre o século XI e XIII (PEREIRA e KHAWLI, 2007: 181).

2.3. Castelo de Salir

O Castelo de Salir localiza-se na sede de freguesia do mesmo nome, concelho de Loulé, e insere-se num sistema defensivo islâmico de carácter regional, equivalendo ao centro de um território rural de épocas almorávida / almóada, de que restam visíveis, na actualidade, quatro torres e restos de muralhas edificadas em taipa, bem como algumas estruturas arqueológicas, presentemente integradas no Pólo Museológico de Salir.

As escavações, realizadas num pequeno sector da zona poente do castelo, permitiram reconhecer um tramo da muralha e respectivo adarve, um conjunto de espaços habitacionais que correspondem a seis casas de pátio (nenhuma integralmente escavada), sete silos escavados na rocha, uma rua e canalizações que atraíam compartimentos habitacionais e desaguam em aberturas na muralha (CATARINO, 1992: 9-51; 1995: 9-30; 1997/1998: 452-517; 1999/2000: 77-128; 2001: 693-705).

As cerâmicas são os materiais arqueológicos dominantes e apresentam uma certa homogeneidade de fabricos e de decorações, em recipientes de uso culinário,

de mesa, de armazenamento e outras utilizações. O conjunto dos contextos arqueológicos identificados aponta para cronologias centradas no século XII e primeira metade do século XIII, correspondendo a peças tipicamente dos períodos almorávida e almóada.

Entre as louças de cozinha, predominam as panelas de corpo globular e asas a partir do colo, seguidas de grandes tigelas e/ou frigideiras não vidradas, sobretudo as de corpo carenado, algumas com asas, e as caçoilas de superfícies vidradas de cor melada e decoração com cordões plásticos verticais (vulgo de «costillas»). Para o serviço de mesa anotam-se as pequenas garrafas e as tigelas com superfícies vidradas, de tonalidades meladas e acastanhadas, algumas com decoração a óxido de manganês, assim como jarros, «jarritas» e púcaros, que podem apresentar traços de pintura, principalmente a branco. Seguem-se os recipientes de armazenamento e transporte, como os potes, as talhas, os cíntaros, e ainda os alguidares, alguns em cerâmica manual muito grosseira, as tampas e as candeias de recipiente aberto e as de pé alto (*Ibidem*, 1992.a; 1997/98: 488-505, Fig. 38, Est. CIII – CXXXIII; 1999/2000: 98-102, Est. 5-14).

As técnicas decorativas são pouco diversificadas. Domina a pintura, em bandas e meandros de cor branca, sobre superfícies avermelhadas, alaranjadas ou cinzentas, mas algumas peças mostram traços a negro de manganês, sobre superfícies creme amareladas. Em menor escala, refiram-se as caneluras, os cordões plásticos, as estampilhas, os motivos impressos e os incisos em meandros ondulados. Nas superfícies vidradas de tons melados e acastanhados, notam-se traços de manganês em semicírculos ou círculos secantes, e nas cerâmicas estampilhadas, apesar do seu estado de fragmentação, parecem predominar os motivos geométricos e vegetalistas (*Ibidem*, 1997/98: 811, 813, 815).

2.4. Castelo de Paderne

O Castelo de Paderne localiza-se no topo de um cerro, ladeado pela ribeira de Quarteira, a cerca de 12km para norte de Albufeira (sede de concelho) e a 2,5km a sul da povoação de Paderne (sede de freguesia). Trata-se de uma fortificação de taipa, edificada em época almóada, que apresenta planta trapezoidal e, no exterior do lado nordeste da muralha, uma ainda imponente torre albarrrã de planta quadrangular.

As campanhas de escavação arqueológica (CATARINO, 1994: 73-88; CATARINO e INÁCIO, 2006: 281-298) permitiram o reconhecimento de estruturas habitacionais (uma casa de pátio completo e os restos de outras, sobrepostas por habitações tardo-medievais e modernas), que estão articuladas com arruamentos internos e sistemas de canalizações, e ainda estruturas de armazenamento (cisterna e silos). Os materiais exumados apresentam um conjunto coeso de cerâmicas islâmicas dos séculos XII e XIII, incluindo as tardo-almóadas e as importações nazaris.

De uma pequena amostragem do espólio total, as cerâmicas de cozinha (pane-

las e frigideiras) são as mais representativas. Em cerâmica comum, as panelas apresentam, com pequenas variações, colo curto, corpo globular, com caneluras, e fundo abaulado; as frigideiras, com perfil carenado e fundo plano, podem ter duas ou mais asas (CATARINO e INÁCIO, 2006: 291).

Do conjunto estudado evidenciam-se as tigelas, de corpo curvo – convexo ou carenado e pé anelar, com superfícies de cor melada escura ou verdes, podendo apresentar uma cartela circular com motivos estampilhados, no fundo interno da peça; as caçoilas de dupla carena, com cordões plásticos verticais (de tipo «costillas»), vidradas de tons melados acastanhados; um jarro de superfícies vidradas, de tonalidade amarelo limão e decoração a manganês; dois pequenos potes, de corpo troncocónico e superfícies vidradas a castanho, que podem ter servido de especieiros, lamparinas ou tinteiros (*Ibidem*, 2006: 292, Fig. 4. 1-6, Fig. 5. 1-2).

Os recipientes de armazenamento e transporte estão representados através de cíntaros, um profusamente decorado com traços de óxido de manganês sobre pasta e superfícies claras, e um cíntaro (ou «âncora») de pasta e superfícies bege, caracterizado por corpo fusiforme, decorado com caneluras, e apresentando fundo em ônfalo (*Ibidem*, Fig. 5. 7 e 8). Refira-se igualmente os fragmentos de grandes talhas, decoradas com motivos estampilhados sob superfícies cobertas de vidrado verde, e ainda a decoração em «corda seca» presente numa bacia, ou vaso de quarto, de corpo cilíndrico e bordo rectangular (*Ibidem*: 290, Fig. 4. 7-8).

2.5. Albufeira

No casco antigo de Albufeira, mais concretamente nos antigos edifícios da Câmara Munici-

cipal e nas ruas adjacentes, foram efectuadas obras de restauro, com vista às instalações do Museu Municipal de Arqueologia, tendo sido identificadas algumas estruturas (silos e uma cisterna) que forneceram material de cronologia islâmica tardia.

As cerâmicas recolhidas correspondem a púcaros, panelas, jarra, bules, taças carenadas, decoradas com aplicação de cordões verticais, cântaros e talhas. O conjunto apresenta características maioritariamente almóadas, embora algumas peças possam remontar a período almorávida (GOMES, 2001: 344). No que concerne à decoração das peças, estão presentes as caneluras, a pintura a branco ou a negro, e os vidrados verdes e melados, alguns com pintura a óxido de manganês.

2.6. Cerro da Vila (Vilamoura)

O sítio do Cerro da Vila situa-se num dos extremos da actual povoação de Vilamoura (concelho de Loulé). Esta importante *villa* romana do litoral algarvio, com continuidade de ocupação nas épocas visigótica e islâmica, foi objecto de investigação arqueológica, dirigida por José Luís de Matos, desde os anos '70 e '80 do século XX. Recentemente tem sido alvo de outras intervenções e estudos, a cargo do Instituto Arqueológico Alemão.

Os vestígios da época islâmica ocupam alguns dos espaços da aglomeração romana e estão patentes em silos, assim como em adaptações e reutilizações de alguns dos edifícios pré-existentes. Contudo, as acções de intervenção e conservação das estruturas romanas escamotearam, em grande parte, a organização das construções desta povoação durante a época islâmica.

A maioria das cerâmicas exumadas apresenta tipologias típicas de contextos domésticos,

enquadráveis principalmente nas formas de louça de cozinha e de mesa. Os materiais (panelas, púcaros, potes, jarros, bilhas, tigelas / malgas, caçoilas e candis) apontam para uma ocupação balizada desde o século VIII até aos séculos X-XI (MATOS, 1983: 375-390; 1986: 149-154; 1991a: 429-472; 1991b: 75-83).

Algumas das cerâmicas apresentam tipologias filiadas numa tradição que vem da época tardio – romana, como os jarros trilobados, as bilhas de bocal redondo com bordo canelado ou lábio externo ou as caçoilas com perfil contracurvado e bordo oblíquo (TEICHNER, 2005: 133, 135). Já as tigelas, ou malgas, vidradas meladas ou esverdeadas, com pé anelar ou fundo ligeiramente abaulado, com decoração a óxido de manganês, ou as decorações em verde e manganês, apresentam características tipicamente islâmicas datáveis dos séculos X/XI (MATOS, 1983: 377).

Também estão presentes as jarrinhas de colo cilíndrico e corpo globular ou carenado, com decoração baseada em motivos pintados a branco; as panelas de corpo globular e colo cilíndrico, algumas das quais com pintura a branco, e os candis de bico de pato, alguns dos quais com superfícies vidradas, de cor melada ou em verde-escuro, bem como exemplares decorados com a técnica da corda seca parcial.

Cabe ainda registar o facto de neste sítio arqueológico se ter produzido cerâmica islâmica. As escavações realizadas na zona da marina de Vilamoura permitiram identificar um forno de cerâmica, onde se produziram recipientes vidrados e não vidrados, com cronologia centrada no século XI (MATOS, 1985: 77).

2.7. Tejo do Praio – Quinta do Lago

O sítio do Tejo do Praio localiza-se no complexo turístico da Quinta do Lago (freguesia de Almancil, concelho de Loulé), concretamente no loteamento e campo de golfe de S. Lourenço. Foram realizadas várias campanhas arqueológicas, a cargo da UNIARQ, entre 1988 e 2001, que permitiram colocar a descoberto um espaço habitacional, silos e uma necrópole islâmica.

Foram exumados vários materiais cerâmicos com cronologia entre os séculos IX e X-XI (ARRUDA *et alii*, 2003: 259). Estão representadas as formas de cozinha e de mesa, como panelas, púcaros e jarrinhas, caçoilas e malgas carenadas, taças de pé anelar e pequenas bilhas vidradas.

As peças em cerâmica comum podem apresentar pintura a branco, a negro ou de tom castanho avermelhado, sobre pastas claras. Os exemplares vidrados são de cor amarelada ou melada, por vezes com decoração a manganês, estando igualmente presente a decoração em verde e manganês e «corda seca» total e parcial. Também foram identificadas cerâmicas com decoração estampilhada, em motivos florais e vegetalistas, assim como os motivos impressos no fundo de malgas vidradas.

BIBLIOGRAFIA

- ÁLVARO SÁNCHEZ, Rocio (2009), «Luces y sombras en el Faro musulmán. En torno a algunos aspectos de la tipología cerámica del sondeo 1/AO68/UE 101 del Museo Faro». In *Xelb 9. Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve – O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo* (Silves, 23, 24 e 25 de Outubro de 2008). Câmara Municipal de Silves/Museu Municipal de Arqueologia, pp. 445-464.
- ARRUDA, Ana M.; ALMEIDA, R. R. e FREITAS, V. T. de, (2003), O Sítio Islâmico do Tejo do Praio, Quinta do Lago, Loulé: uma primeira análise e caracterização, *Xelb 4. Actas do 2º Encontro e Arqueologia do Algarve*, Câmara Municipal de Silves, Silves, pp. 247-264.
- BRAZUNA, Sandra; RAMOS, A. C. (2007), «Intervenção Arqueológica no Cine-Teatro Farencense». In. *VIPASCA. Arqueologia e História*. n.º 2. 2.ª Série. Aljustrel. pp. 536-541.
- CATARINO, Helena (1992a), *Cerâmicas islâmicas do Castelo de Salir*. Catálogo do Museu Municipal de Arqueologia. Loulé. Câmara Municipal de Loulé.
- CATARINO, H. (1992b), «A fortificação muçulmana de Salir (Loulé). Primeiros resultados arqueológicos». In *al-'ulyā* n.º 1, Loulé, pp. 9-51.
- CATARINO, H. (1994), «O Castelo de Paderne (Albufeira): resultados da primeira intervenção arqueológica». In *Arqueologia Medieval*. 3, Porto, pp. 73-88.
- CATARINO, H. (1995), «O Castelo de Salir: Resultados da escavação dos silos». In *al-'ulyā*. n.º 4. Loulé. pp. 9-30.
- CATARINO, H. (1997/1998), «O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados». In *al-'ulyā*. n.º 6. 3. vols. Loulé.
- CATARINO, H. (1999/2000), «O Castelo de Salir: escavações da campanha de 1998». In *Al'Ulyā*, n.º 7, Loulé, pp. 77-128.
- CATARINO, H. (2001), «Castelos e território do Algarve em vésperas da reconquista: a fortificação de Salir no alfoz de Loulé». In *Actas V Congreso de Arqueología Medieval Española*, Vol. II (Valladolid, 1999), Junta de Castilla y León, pp. 693-705.
- CATARINO, Helena e INÁCIO, Isabel (2006), «Vestígio do urbanismo islâmico no Castelo de Paderne: Uma primeira abordagem». In *Xelb 6. Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve*, vol. I, Câmara Municipal de Silves, Silves, pp. 281-298.
- ESTRELA, Susana (2003), «Levantamento Arqueológico no Concelho de S. Brás de Alportel – Balanço de dois anos de trabalhos». In *Xelb 4. Actas do 2º Encontro e Arqueologia do Algarve*, Câmara Municipal de Silves, Silves, pp. 307-324.
- GAMITO, Teresa J. (2003), *O Algarve e o Magreb (711-1249)*. Universidade do Algarve, [s.l.].
- GOMES, Mário V., (2002), «Castelo de Albufeira: novos contributos para o seu conhecimento». In *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (5000-1500)*. *Actas sobre o Simpósio Internacional sobre Castelos*, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, Lisboa /Palmela, pp. 337-346.
- GONÇALVES, Célia e SILVA, T. (2009), «O período islâmico em Faro – Resultados preliminares». In *Xelb 9. Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve*, Museu Municipal de Arqueologia, Câmara Municipal de Silves, Silves, pp. 597-604.
- LUZIA, Isabel, (1996), «O espólio cerâmico da cerca do convento». In *al-'ulyā*, n.º 5, Câmara Municipal de Loulé, Loulé, pp. 51-73
- LUZIA, I., (1999/2000), «A escavação arqueológica de emergência do cemitério muçulmano da “Quinta da Boavista”/Loulé». In *al-'ulyā*, n.º 7. Loulé. Câmara Municipal de Loulé. pp. 129-185.
- LUZIA, I., (2003a), *Cerâmicas islâmicas da Cerca do Convento / Loulé*, Museu Municipal de Arqueologia de Loulé, Loulé.
- LUZIA, I., (2003b), «Testemunhos da Ocupação Islâmica em Al-'Ulyā: Estruturas e Cerâmicas». In *Xelb 4. Actas do 2º Encontro e Arqueologia do Algarve*, Museu Municipal de Silves, Silves, pp. 219-234.
- LUZIA, I., (2006), «Primeiros dados para o estudo do sistema hidráulico islâmico de Loulé». In *Xelb 6; Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve*, vol. I, Museu Municipal de Arqueologia, Câmara Municipal de Silves, Silves, 2006, pp. 83-92.
- MATOS, José Luís de (1983) – «Malgas árabes do Cerro da Vila». In *O Arqueólogo Português*, Série IV, vol I, pp. 375-390.
- MATOS, J. L. (1985), *Forno de cerâmica (Cerro da Vila) – 1982. «Informação Arqueológica»*, n.º 5, Lisboa, p. 77.
- MATOS, J. L., (1986) – Céramique musulmane du Sud de Portugal. *Segundo Coloquio Internacional de Cerámica Medieval en el Mediterráneo Occidental*. Toledo, 1981, Madrid, pp. 149-154.
- MATOS, J. L., (1991a), «Cerâmica muçulmana do Cerro da Vila». In *IV Congresso Internacional, a cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, pp. 429-472.
- MATOS, J. L., (1991b), «Influencias orientais na cerâmica muçulmana do Sul de Portugal». In *Estudos Orientais*, vol. II, Lisboa, pp. 75-83.
- PAULO, Dália, (2000), *A Casa Islâmica. The Islamic House*. Faro, Câmara Municipal de Faro.
- PEREIRA, Angelina e KHAWLI, A. (2007), «Dois amuletos islâmicos de S. Brás de Alportel». In *Xelb 8. Actas do 5º Encontro e Arqueologia do Algarve*, vol. II, Câmara Municipal de Silves, Silves, pp. 177-186.
- TEICHNER, Félix (1994), «Acerca da Vila Romana de Milreu/Estoi. Continuidade da ocupação na época árabe». In *Arqueologia Medieval*. n.º 3. Porto, Edições Afrontamento. p. 89-100.
- TEICHNER, F., SCHIERL, T. (2005), «Cerro da Vila (Algarve, Portugal). Aldeia do Mar na época islâmica». In *Al-Ándalus, Espaços de mudança. Balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais*. Mértola, pp. 123-139.
- VIANA, Abel (1949), *Restos de Ossonoba, no Largo da Sé, em Faro*. Separata dos n.ºs 39 a 46 da *Revista do Sindicato Nacional do Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores*. Lisboa.

O BARLAVENTO ALGARVIO

MARIA JOSÉ GONCALVES

O Barlavento corresponde ao espaço mais ocidental do actual Algarve e é aquele que se mantém sob o domínio islâmico durante um período de tempo mais prolongado. Esta área teve desde cedo a actual cidade de Silves como centro de poder, cujo porto é referido em fontes documentais árabes desde o século IX (COELHO, 1989: 131) e, o seu castelo, mencionado em fontes do século X (*Idem*: 50). É nesta altura que aquele aglomerado urbano, já referido como *madinat*, alcança a capitalidade da província de *Ocsonoba*. Na centúria seguinte esta região torna-se autónoma, assumindo a *Xilb*, desde aqui, um protagonismo assinalável no já vasto território sob domínio muçulmano.

Na dependência de Silves encontrar-se-iam uma série de pequenas aldeias, casais e castelos rurais, que também funcionavam como guarda avançada na defesa da cidade. Este é, aliás, um modelo de organização territorial adoptado em período de dominação islâmica, cuja existência em Silves se comece a confirmar, na sequência dos, já muitos trabalhos arqueológicos, realizados.

1. SÍTIOS URBANOS

Desde há cerca de 30 anos que se desenvolvem de modo sistemático trabalhos arqueológicos na cidade de Silves. Devem destacar-se os realizados no interior da alcáçova, iniciados nos anos 80 do século XX e, ainda em curso (GOMES, 1988; 2002; 2009). Na Almedina, o desentulhamento do Poço-Cisterna Almóada (GOMES e GOMES, 1992; GOMES, 2006), a escavação do pátio que lhe estava anexo e da

Torre Albarrã associada (GOMES, 2006); os trabalhos que ocorreram na Casa e no Salão Paroquial (GOMES, 2006); os da zona da Arrochela (GOMES, 2010); o desentulhamento da Cisterna da Rua do Castelo (GAMITO, 2003; 2005) e, mais recentemente, vastíssimas áreas intervencionadas no âmbito das obras do Programa Polis (VIEIRA e CHANOCA, 2006a; 2006b). Também na zona baixa da cidade se desenvolveram inúmeras intervenções arqueológicas, nomeadamente na Rua Cândido dos Reis (FERREIRA *et alii*, 2008), no Teatro Mascarenhas Gregório (RAMOS, 2006), no Empreendimento do Castelo (SANTOS e ABRANCHES, 2008a; 2008b; 2010) e sob a actual Biblioteca Municipal (GONCALVES, 2008), área que corresponderia ao Arrabalde Oriental da cidade.

1.1. Sílves – Alcáçova

A alcáçova evidencia uma grande diacronia de ocupação islâmica, balizada entre os séculos

VIII e XIII. Daqui se exumou um conjunto vassíssimo de cerâmicas encontrando-se presentes a maioria das formas conhecidas e todos os tipos de ornamentação utilizados em período islâmico. Neste significativo conjunto apenas se destaca a estranha presença de cerâmica «verde e manganês» e «corda seca parcial» em níveis com atribuição cronológico-cultural ao período emiral (GOMES, 2003: 470) e a rara presença na cidade, de cerâmica dourada.

1.2. Silves – Almedina

Na Almedina a ocupação islâmica parece remontar, de igual modo, ao século VIII, evidência patente no pátio anexo ao Poço-Cisterna Almóada, através da presença de cerâmica de características semelhantes à identificada na designada Camada 8 da Alcáçova, esta datada por radiocarbono para o período emiral (GOMES e GOMES, 1992: 289). A mesma realidade se constatou na intervenção arqueológica realizada junto da torre albarrã localizada nas proximidades do Museu Municipal de Arqueologia, local onde, as designadas Camadas 5 (occidental) e 6, conteriam materiais atribuídos aos séculos VIII-IX (GOMES, 2006: 73). Noutras zonas da Almedina, como na Arrochela ou na área Paroquial, a ocupação parece ser um pouco mais tardia mas culmina, como em toda a cidade, em meados do século XIII.

Tal como sucede na Alcáçova a diversidade de formas presentes é enorme e, entre as técnicas de fabrico se constata a cerâmica manual e a cerâmica modelada ao torno. As soluções ornamentais são muito diversificadas, abrangendo todo o repertório decorativo habitual em contextos islâmicos, com exceção da louça dourada. Também aqui se encontra documentada cerâmica pintada nas cores branca, vermelha e negra em todas as épocas, a cerâmica incisa, de igual modo presente desde o período

emiral ao período Almóada, os vidrados monocromos e policromos, as estampilhas e as aplicações plásticas, sob a forma de cordões digitados no período emiral e de «costillas» em período Almóada pleno.

Os trabalhos arqueológicos na Almedina estão neste momento em grande desenvolvimento, no âmbito dos trabalhos de requalificação urbana do Centro Histórico, aguardando-se a divulgação dos resultados que, certamente, acrescentarão quantidade significativa de informação àquela que até agora se coligiu.

1.3. Silves – Arrabalde

Contam-se, no espaço que corresponderia ao antigo Arrabalde Oriental, com um conjunto significativo de intervenções arqueológicas, que permitiram caracterizar de forma segura o momento da sua génese e os seus tempos de pervivência. A expansão da cidade para a zona centro-este terá ocorrido em meados do século XI e mantido uma forte dinâmica de ocupação que perdura até ao final da ocupação islâmica.

Nas vastas áreas intervencionadas identificou-se a grande maioria de formas cerâmicas utilizadas no quotidiano das populações em época islâmica, incluindo fragmentos de um vaso do «tipo Tavira». No tocante à ornamentação predomina a cerâmica pintada, à qual se segue a cerâmica vidrada, monocroma e policroma, destacando-se abundante conjunto de cerâmica «verde e manganês», de influência Norte Africana, a ornamentar grandes tigelas (GONCALVES, 2010). De salientar ainda a presença de fragmentos cerâmicos – descontextualizados – pertencentes a duas distintas peças, cujas superfícies apresentam vidrado de cor castanha chocolate e pequenos relevos moldados, cerâmica habitualmente atribuída a oficinas de Pechina muito temporâs. A cerâmica estampilhada é, de igual modo abundante mas, face à realidade presente na Almedina e na Alcáçova, constata-se a ausência total de cerâmica esgrafitada para as últimas décadas de ocupação.

2. SÍTIOS RURAIS

Embora sejam inúmeros os sítios rurais cartografados com alegada ocupação islâmica no território de Silves, apenas uma parte muito ínfima beneficiou de trabalhos arqueológicos e, de entre estes, é ainda menor o número daqueles que efectuaram estudos concernentes à cerâmica. Destacamos aqui o estudo de Maria Mulize Ferreira para os púcaros do sítio da Portela, que constituiu o tema do seu trabalho de mestrado (FERREIRA, 2009), sendo exemplo único de um estudo atinente à cerâmica em contexto rural para a zona mais ocidental do Algarve.

2.1. Alcaria da Portela (S.B. de Messines)

A Alcaria da Portela foi parcialmente escavada na sequência dos trabalhos de minimização de impacte arqueológico, no âmbito da construção da A2 e permitiu

identificar área de habitat e área de necrópole (PIRES e FERREIRA, 2003). A alcaria evidenciou ampla diacronia de ocupação – entre os séculos VIII e XIII – e ofereceu um vasto conjunto cerâmico onde predominava a cerâmica comum. Em termos de forma os púcaros assumem a maior representação, seguindo-se-lhe as panelas, as bilhas, as caçoilas, as taças, os alguidares e ainda os jarros, as redomas, os cantis, os potes e as talhas, estes últimos tipos com percentagens residuais (*Idem*: 305).

A cerâmica ornamentada é pouco representativa sendo a pintada a branco, vermelho ou negro, aquela que surge em maior quantidade. Foi ainda identificada cerâmica incisa, cerâmica com aplicações plásticas, um fragmento de cerâmica de corda seca parcial e, em quantidade significativa, cerâmica vidrada, de cor verde e melada. Esta última apresentava, nalguns casos, traços de manganês.

2.2. Alcaria de Alvor (Portimão)

Os achados de superfície (recolhidos por José Bentes e depositados no Museu de Portimão) e os que Teresa Júdice Gamito exumou no âmbito de intervenção arqueológica levam a arqueóloga a considerar que aquela vila, com ocupação desde a Idade do Ferro, terá configurado uma alcaria em período de dominação islâmica (GAMITO, 2007: 86). Sobre a cerâmica apenas se pode referir a existência de cerâmica comum e alguma vidrada (*Ibidem*) e, a única forma publicada, uma panela de perfil em S, remete para uma produção em contexto emiral.

2.3. Alcaria d'Arge (Portimão)

Espaço localizado numa colina sobranceira à confluência da Ribeira de Boina com o Rio Arade foi parcialmente intervencionado na sequência dos trabalhos de minimização de impacte arqueológico, no âmbito da construção do troço de ligação da A22 entre Alcantarilha e Lagos. Os trabalhos colocaram a descoberto um conjunto de estruturas que configurariam uma habitação de grande dimensão, com um pátio central em torno do qual se distribuíam cerca de uma vintena de compartimentos, no subsolo dos quis se abriam onze silos. Esta circunstância remeteu os autores para uma interpretação compatível com casal agrícola ou alcaria (SABROSA, HENRIQUES e SOARES, 2005: 205-211).

A importância do sítio motivou a conceção de um projecto de investigação que objectiva o estudo dos materiais cerâmicos, que se encontra ainda em curso. O conjunto cerâmico aponta para uma concentração em torno dos séculos XII-XIII e apresenta grande variedade formal. Presentes, encontram-se também, diversas soluções ornamentais, onde se incluem a pintura a branco, vermelho e preto, os vidrados verde, castanho e melado – de entre este último grupo, evidencia-se um conjunto que ostenta traços de manganês –, o verde e manganês, as aplicações plásticas e a

estampilhagem. Confrontando esta tão grande diversidade ornamental, em meio rural, com a dimensão da habitação, julgamos ser de considerar tratar-se de uma Almunia pertença de família abastada do centro de poder – Silves –, acessível também por via fluvial e localizada a escassos dez quilómetros de distância.

2.4. Castelo de Alferce (Monchique)

Parece tratar-se de um povoado fortificado, com origem no Bronze Final, ocupação Tardo-Antiga e reocupação em época emiral (MEULEMEESTER, GRANGE e DEWULF, 2006: 268). O sítio foi intervencionado nos anos 50 do século XX por Abel Viana, Octávio da Veiga Ferreira e José Formosinho mas os dados mais consistentes são agora facultados por estudos mais recentes da responsabilidade de Mathieu Grangé. O material cerâmico estudado – pouco representativo porque também pouco representativas foram as sondagens efectuadas em face da dimensão do sítio – mostraram, no domínio da ocupação islâmica, uma ocupação entre os séculos VIII e final do IX. A documentar os primeiros momentos estão, sobretudo, panelas produzidas manualmente ou ao torno lento, tendo sido também identificados fragmentos de caçolla, cântaro e talha (*Idem*: 275). Em fase posterior os materiais observados foram modelados ao torno rápido e oferecem maior diversidade formal, surgindo púcaros e jarrinhos. Neste último conjunto alguns dos fragmentos evidenciam pintura com manganês ou óxido de ferro, na fase mais antiga a ornamentação visível restringe-se às aplicações plásticas e aos motivos incisos (*Idem*: 276).

2.5. Castelo da Nave (Monchique)

Prospecções arqueológicas levadas a cabo

por Abel Viana, José Formosinho e Octávio da Veiga Ferreira, nos anos 40 do século XX, identificaram o local que interpretaram como um castro romanizado (GRANGE e DEWULF, 2006: 89). Trabalhos mais recentes, da responsabilidade de Mathieu Grangé, concluem tratar-se de um povoado fortificado com um momento de ocupação inicial enquadrável no século X (*Idem*: 99), testemunhada por cerâmicas produzidas manualmente e, um outro, em torno dos séculos XI e XII (*Idem*: 102), onde se enquadram diversos tipos formais, como panelas, caçoulas e alguidares no grupo da cerâmica de cozinha; tigelas e bules, no âmbito da cerâmica de mesa e; cântaros e jarros, no conjunto que forma a cerâmica de transporte. Estas cerâmicas são sobretudo comuns, no entanto, alguns fragmentos mostram traços incisos ou pintados a branco, enquanto outros evidenciam acabamento vidrado, de cor melada.

2.6. Barradas de Odiáxere (Lagos)

Implantado no topo de uma plataforma sobranceira à confluência de dois cursos de água, o sítio foi objecto de uma intervenção de salvamento no âmbito dos trabalhos de minimização de impacte arqueológico no traçado do IC4 – lanço Lagos-Lagoa – e parece ter tido ocupação continuada desde o Neolítico Final até ao período islâmico.

A área escavada ofereceu apenas um muro que, muito provavelmente, integraria o complexo habitacional, um tanque e um conjunto numeroso de fossas de tipologias diversas, algumas delas geminadas que, segundo os autores, poderão ter configurado fornos de cerâmica (SILVA e SILVA, 2005: 78).

A sua localização, em pleno barrocal algarvio, a dispersão dos materiais arqueológicos e a tipologia das estruturas, remetem para a pos-

sibilidade de, em período de dominação islâmica, a área ter albergado um casal agrícola ou uma pequena alcaria.

De entre a quantidade significativa de materiais cerâmicos identificaram-se formas muito diversificadas. As panelas são o utensílio maioritariamente representado, seguidas de púcaros. Encontram-se também presentes tigelas, jarrinhos, jarros, potes, bules, talhas, cântaros, bilhas, alguidares e candis, sendo de salientar a presença de um almofariz.

Embora alguma cerâmica tenha sido produzida manualmente, o que não é singular em meio rural e em épocas mais recuadas, a maior parte foi produzida ao torno e não apresenta decoração. Ainda assim é significativa a cerâmica ornamentada, sobretudo com recurso à incisão, pintura nas cores branca, vermelha e negra, ou vidrada na cor melada, por vezes com traços de manganês. As aplicações plásticas, sob a forma de cordão digitado estão, de igual modo, presentes.

A análise morfológica das peças tal como os aspectos ornamentais apontam para uma diacronia de ocupação do sítio, em fase de ocupação islâmica, que se inicia no período emiral (séculos VIII-IX) e não se prolonga para além do século XI (*Idem*: 93).

2.7. Monte Canelas (Lagos)

Localizado numa colina designada por «Cabeço dos Mouros», os trabalhos arqueológicos ali realizados ocorreram na sequência da necessidade de minimização de impacte negativo sobre património arqueológico, no âmbito da construção de uma moradia. Trabalhos anteriores haviam evidenciado ocupação pré-histórica e islâmica. Os então realizados confirmaram a existência de uma zona de habitat islâmico sem, contudo, se perceber qual a sua extensão.

A maioria dos vestígios atribuídos à época islâmica são estruturas negativas inicialmente utilizadas como silos e posteriormente reaproveitadas como fossas. É do seu enchimento que provêm formas cerâmicas sob a forma de panelas, caçoulas, púcaros, alguidares, jarros e jarras, cântaros e taças. Alguns destes recipientes ostentavam ornamentação, maioritariamente sob a forma de pintura de cor branca, vermelha e negra. As incisões encontram-se presentes nalgumas superfícies e um dos fragmentos de taça é decorado a verde e manganês. Embora os autores (MORAN, PARREIRA e SANCHEZ LIRANZO, 2006) atribuam ao conjunto uma cronologia centrada no século XII, recuando a baliza inferior ao século X, a observação que fazemos do grupo publicado, não permite alongar o espectro cronológico além do século XI.

2.8. Castelo de Aljezur

Localizado na periferia do actual núcleo urbano, beneficiou de fácil acesso ao

mar através da ribeira de Aljezur. De acordo com os arqueólogos responsáveis pelos trabalhos arqueológicos, o castelo integraria o sistema defensivo que, nos séculos XII-XIII, defendia o território de Silves (SILVA e GOMES, 2002: 347). Este albergava conjunto de estruturas habitacionais, algumas delas erguidas em período anterior à construção da muralha.

O conjunto cerâmico é, do ponto de vista formal, bastante diversificado mas cronologicamente homogéneo e bem centrado na 2^a metade do século XII – 1^a metade do século XIII, sendo as cerâmicas de cozinha e as de armazenamento as mais expressivas. No conjunto da loiça de cozinha a panela é a forma mais representada. Seguem-se-lhe os cântaros e os jarros mas, outras formas como as caçoitas, as taças, as garrafas, os alguidares e as talhas estão também presentes.

Esta colecção, de um modo geral, apresenta grandes afinidades formais e decorativas com as cerâmicas em uso na cidade de Silves durante o período de dominação Almóada.

As opções ornamentais evidenciam grande diversidade observando-se pintura de cor branca e vermelha; motivos incisos; cerâmica vidrada monocroma nas cores branca, verde, castanha – esta materializada nas características caçoitas de «costillas» – e melada, alguma ostentando traços de manganês e, ainda, a cerâmica estampilhada sobre fragmento de talha.

2.9. Ribat da Arrifana (Aljezur)

Localizado na Ponta da Atalaia, cerca de 1Km para norte da Arrifana, o Ribat, designado pelo mesmo nome, evidenciou testemunhos de três mesquitas com *qiblas* e respectivos *mihrabs*, devidamente orientados para Meca, bem como alguns compartimentos anexos (GOMES e GOMES, 2004: 483).

O conjunto cerâmico parece ser reduzido, tendo em consideração a dimensão da área escavada (*Idem*: 561). As taças e as panelas são os conjuntos mais representativos, aos quais se seguem os alguidares, os bules, as frigideiras, os cântaros, as garrafas e os jarros, surgindo os potes e os fogareiros em quantidades residuais.

Tratando-se de um local ocupado por monges guerreiros é de supor que a simplicidade devia pautar as suas condutas em detrimento da ostentação o que, inevitavelmente, se reflectirá na ornamentação dos objectos do seu quotidiano. Assim, a maioria do material cerâmico não evidencia decoração e, aquele que a ostenta, recorre maioritariamente à pintura, nas cores branca, vermelha ou negra. Verifica-se a existência de cerâmica incisa e de cerâmica com aplicações plásticas, bem como de cerâmica vidrada de cor verde, castanha e melada, esta última, por vezes complementada com traços de manganês.

Embora os responsáveis pelos trabalhos arqueológicos considerem as cerâmicas tipologicamente condicentes com o tempo de vida do Ribat de Ibn Qasí (*Idem*: 571), muitas das formas cerâmicas permitem fazer recuar um pouco, o momento de fundação daquele local de culto.

2.10. Barranco da Alcaria (Aljezur)

O local situa-se sobranceiro à ribeira da Alcaria, a cerca de 4km de Aljezur e concentra, numa encosta de declive pouco acentuado, um conjunto de quatro silos, provavelmente associados a habitat que, fazendo jus ao topónimo, poderia estar integrado em pequena aldeia, em tempo de dominação islâmica.

Formalmente o conjunto cerâmico é diversificado, encontrando-se representados, por ordem percentualmente decrescente, os jarros /jarras, as panelas, as jarrinhas, os púcaros, os cântaros, as taças, os alguidares, os bules e as garrafas. Em termos ornamentais o material cerâmico é muito pobre resumindo-se quase exclusivamente à pintura, nas cores branca, vermelha e negra, embora se verifique também o recurso aos motivos incisos e, dois dos fragmentos, apresentem as superfícies vidradas.

De acordo com a responsável pela intervenção arqueológica, os materiais que se referiram detêm um espectro cronológico que medeia entre o século VIII e o século XII (Silvério, 2001: 51).

BIBLIOGRAFIA

- COELHO, António Borges (1989), *Portugal na Espanha Árabe*, 2 volumes, Editorial Caminho, Lisboa.
- FERREIRA, Maria Mulize (2009), As formas de Barradas Surayba da Kura de Uhfunuba ou de Silb. Um ensaio para o estudo das cerâmicas islâmicas do Povoado da Portela 3. Dissertação de Mestrado em Pré-história e Arqueologia. Universidade de Lisboa (texto policopiado).
- FERREIRA, Sónia Duarte; ESTRELA, Carla Lemos; PAULO, Luís Campos; SILVA, Telmo (2008), Intervenção Arqueológica na Rua Cândido dos Reis: novos dados sobre o urbanismo islâmico da cidade de Silves, in *Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 25 a 27 de Outubro de 2007)*, Câmara Municipal de Silves, pp. 131-138.
- GAMITO, Teresa Júdice (2003), A cisterna árabe da Rua do Castelo – Silves, in *Xelb 4 – Actas do 1º*

- Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 27, 28 e 29 de Setembro de 2001)*, Câmara Municipal de Silves, pp. 235-246.
- GAMITO, Teresa Júdice (2005), A cisterna árabe e a sua possível ligação à mesquita maior da cidade, *Monumentos 23*, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, pp. 56-61.
- GAMITO, Teresa Júdice (2007), *O Algarve e o Magrebe (711-1249)*, Universidade do Algarve, Faro.
- GOMES, Rosa Varela (1988), Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Silves, *Xelb 1*, Câmara Municipal de Silves.
- GOMES, Rosa Varela (2002), Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus: território e cultura, *Trabalhos de Arqueologia* n.º 23, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.
- GOMES, Rosa Varela (2003), Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus: a Alcáçova, *Trabalhos de Arqueologia* n.º 35, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.
- GOMES, Rosa Varela (2006), Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus: o núcleo urbano, *Trabalhos de Arqueologia* n.º 44, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.
- GOMES, Rosa Varela (2009), O Castelo de Silves – Contributos da investigação recente, in *Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve – O Gharb no Al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo – Homenagem a José Luís de Matos* (Silves, 23 a 25 de Outubro de 2008), Xelb 9, Câmara Municipal de Silves, pp. 477-488.
- GOMES, Rosa Varela (2010), Silves (Xelb), uma cidade do Gharb al-Andalus: A zona da Arrochela, *Trabalhos de Arqueologia* n.º 51, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa.
- GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (1992), Os dispositivos defensivos de Silves, in *Actas do III Congreso de Arqueología Medieval Española*, Universidade de Oviedo, pp. 287-295.
- GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela (2004), O Ríbat da Arrifana (Aljezur-Algarve), Separata da *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. II – n.º 1, Município de Aljezur.
- GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela, coord. (2007), *Ribat da Arrifana. Cultura material e espiritualidade*, Catálogo de Exposição Associação do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur / Município de Aljezur.
- GONCALVES, Maria José (2008), *Silves islâmica: o Arrabalde Oriental e a dinâmica de ocupação do espaço adjacente*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Universidade do Algarve (policopiado).
- GONCALVES, Maria José (2010), Objectos de troca no Mediterrâneo Antigo: cerâmica «verde e manganês» de um Arrabalde Islâmico de Silves, *Arqueologia Medieval 11*, Edições Afrontamento, Porto, pp. 25-41.
- GRANGE, Mathieu; DEWULF, Joke (2006), O Cerro do Castelo da Nave (Monchique): imagem de superfície de um assentamento islâmico no Vale da Ribeira de Boina, in *Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve* (Silves, 21 a 23 de Outubro de 2005), Xelb 6, vol. II, Câmara Municipal de Silves, pp. 87-104.
- MEULEMEESTE, Johny; GRANGE, Mathieu; DEWULF, Joke (2006), Novos dados sobre o povoamento Alto-Medieval na Serra de Monchique (século VI-IX). Intervenção arqueológica no Cerro do Castelo de Alferce, Monchique, Faro, in *Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve* (Silves, 21 a 23 de Outubro de 2005), Xelb 6, vol. I, Câmara Municipal de Silves, pp. 261-281.
- MORAN, Elena; PARREIRA, Rui; SACHEZ LIRANZO, Olga (2005), Monte Canelas (Alcalar, Portimão). Trabalhos arqueológicos de salvamento de um habitat de época islâmica no Barrocal Algarvio, in *Actas do 2º Encontro de Arqueologia do Algarve* (Silves, 17 e 18 de Outubro de 2003), Xelb 5, Câmara Municipal de Silves, pp. 133-156.
- PIRES, Alexandra; FERREIRA, Mulize (2003), Povoado Islâmico da portela 3: Resultados preliminares, in *Actas do 1º Encontro de Arqueologia do Algarve* (Silves, 27, 28 e 29 de Setembro de 2001), Xelb 4, Câmara Municipal de Silves, pp. 279-306.
- RAMOS, Ana Cristina (2006), Arqueologia Urbana em Silves. A Intervenção no Teatro Gregório Maceira, in *Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve* (Silves, 20, 21 e 22 de Outubro de 2005), Xelb 6 – vol. I, Câmara Municipal de Silves, pp. 51-70.
- SABROSA, Armando; HENRIQUES, Fernando Robles; SOARES, Isabel (2005), A «Alcaria» de Arge – Portimão, in *Actas do 2º Encontro de Arqueologia do Algarve* (Silves, 17 e 18 de Outubro de 2003), Xelb 5, Câmara Municipal de Silves, pp. 201-212.
- SANTOS, José Costa; ABRANCHES, Paula Barreira (2008a), Urbanismo do Arrabalde de Silves em Vésperas da Reconquista, in *Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve* (Silves, 25 a 27 de Outubro de 2007), Câmara Municipal de Silves, pp. 255-262.
- SANTOS, José Costa; ABRANCHES, Paula Barreira (2008b), Um fosso da Silves Islâmica, in *Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve* (Silves, 25 a 27 de Outubro de 2007), Câmara Municipal de Silves, pp. 149-154.
- SANTOS, José Costa; ABRANCHES, Paula Barreira (2010), O Arrabalde da Silves Islâmica. A intervenção arqueológica do Empreendimento do Castelo. *Arqueologia Medieval 11*, Edições Afrontamento, pp. 89-102.
- SILVA, António; SILVA, Ricardo Costeira (2005), Resultados da Intervenção no Sítio Arqueológico de Barradas (Odiáxere, Lagos). *Revista Portuguesa de Arqueologia* 8, n.º 2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 55-106.
- SILVA, Carlos Tavares; GOMES, Rosa Varela (2002), Primeiros resultados das escavações arqueológicas no Castelo de Aljezur, in *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, Lisboa, pp. 347-356.
- SILVERIO, Silvina (2001), *Sítios Islâmicos de Alcaria – Aljezur (séculos VIII-XIII)*. Memórias Arqueológicas 1. Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur / Câmara Municipal de Aljezur.
- VIEIRA, Ana Isabel; CHANOCA, Cristina (2006a), O Largo da Sé: resultados preliminares de uma intervenção de salvaguarda, in *Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve* (Silves, 20, 21 e 22 de Outubro de 2005), Xelb 6 – Vol. I, Câmara Municipal de Silves, pp. 71-82.
- VIEIRA, Ana Isabel; CHANOCA, Cristina (2006b), Fossas e silos do eixo Porta da Azóia-Rua do Saco (Silves), in *Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve* (Silves, 20, 21 e 22 de Outubro de 2005), Xelb 6, vol. II, Câmara Municipal de Silves, pp. 115-130.

FORMAS DE CERÂMICA ALMÓADA PROVENIENTES DO CONVENTO DA GRAÇA (TAVIRA)

TÂNIA DINIZ*

JAQUELINA COVANEIRO**

SANDRA CAVACO***

RESUMO

Os materiais arqueológicos aqui apresentados são provenientes da escavação arqueológica realizada na Cerca do Convento de Nossa Senhora da Graça onde foi identificado um bairro de época almóada.

O estudo da cerâmica proveniente desse local possibilitou uma aproximação à realidade quotidiana das populações que aí residiram nos finais do século XII/inícios do século XIII.

Palavras-Chave: Cerâmica almóada.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo foi realizado por Tânia Dinis no âmbito de um trabalho de seminário no decurso da licenciatura em Arqueologia e História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tendo contado com o apoio técnico de Jaquelina Covaneiro e Sandra Cavaco.

É inquestionável a importância da cerâmica como fonte material no estudo das populações e do seu quotidiano. De facto, no que respeita as fontes materiais, a

cerâmica assume-se como a fonte por excelência, uma vez que é um vestígio muito abundante e pode oferecer maior quantidade e variedade de informação (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2006: 3).

Desta forma, a cerâmica é, no fundo, um veículo privilegiado que nos põe em contacto directo com a pessoa, já que através dela podemos conhecer não apenas uma cultura, mas também as pessoas que a formaram (FERNÁNDEZ NAVARRO, 2008: 10).

Mas que informação se pode retirar da cerâmica? Segundo Orton, Tyers e Vince a cerâmica de uma escavação arqueológica pode proporcionar evidência para a datação; evidência para a distribuição (comércio) e evidência para a função e/ou status (1997: 38), opinião partilhada por Susana Gómez: *la cerámica no es apenas un elemento para determinar la cronología de un determinado yacimiento arqueológico, sino también resulta vital en la caracterización de aspectos sociales de la población que la utilizó uma vez que o estudio de la fun-*

* Arqueóloga. tania_diniz@hotmail.com.

** Arqueóloga. Câmara Municipal de Tavira. jcovaneiro@cm-tavira.pt.

*** Arqueóloga. Câmara Municipal de Tavira. scavaco@cm-tavira.pt.

ción de las piezas y la forma en que fueron utilizadas é uma vía de aproximación no sólo de las actividades cotidianas de los usuarios sino también como muestra de su desarrollo económico (2006: 4).

Os trabalhos arqueológicos levados a cabo no Convento de Nossa Senhora da Graça puseram a descoberto um número significativo e diversificado de material arqueológico, nomeadamente cerâmica.

O estudo da cerâmica deverá equacionar aspectos tão diversos como a análise da matéria-prima utilizada no fabrico de um certo objecto ou o seu estudo enquanto produto final, oriundo de uma dada comunidade humana. Desta forma, a possibilidade de obter informação respeitante a relações comerciais e económicas, vias de circulação ou difusão de conhecimentos técnicos e estilos é maior.

2. O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

O Convento de Nossa Senhora da Graça (Tavira), (Foto 1) foi intervencionado no âmbito da adaptação do edifício a pousada da Enatur. A intervenção arqueológica decorreu entre 2002 e 2006 no interior e no exterior do edifício conventual, bem como na Calçada de Santa Maria e na área adjacente à fachada principal do convento (Foto 2). Foi possível identificar a presença de diversos níveis de ocupação humana, que vão da Idade do Ferro até à época medieval/cristã e moderna, passando pelo período islâmico.

Relativamente ao bairro almóada identificado na cerca do convento (Figura 1), constatamos que o esquema das habitações é similar ao modelo de casas citadinas usado na Península Ibérica (Syasa, Cacela Velha, Mértola, etc.) e no Magreb durante o período em análise. O espaço de cada casa era organizado em torno de um pátio central descoberto, a partir

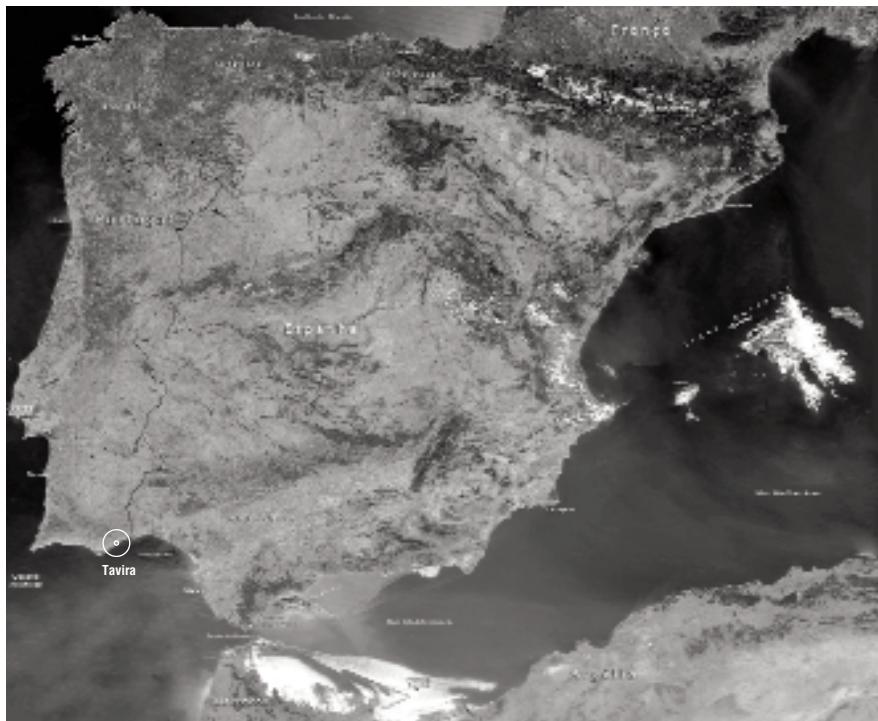


Foto 1 – Localização da cidade de Tavira.



Foto 2 – Vista área da cidade de Tavira com a localização do Convento de Nossa Senhora da Graça.

do qual se distribuíam os restantes compartimentos (salão, alcova, latrina e cozinha). Este é um tipo de organização arquitectónica tipicamente mediterrânica.



Figura 1 – Vista parcial do bairro almóada (finais do século XII e inícios do século XIII)

Até ao momento foram realizados apenas estudos parcelares dos materiais exumados, não tendo ainda sido realizado um estudo sistemático da totalidade dos mesmos. No entanto, constatamos que os materiais cerâmicos são enquadráveis nas produções da primeira metade do século XIII, estando representadas panelas, caçoilas, alguidares, tampas, tigelas, talhas, candeias de câmara aberta com ou sem pé alto, peças de jogo, pias de abluições, etc. Do ponto de vista ornamental, estão presentes a técnica de corda seca (total e parcial), a estampilha, o vidrado, a pintura e a incisão.

No que concerne os contextos arqueológicos de proveniência das peças, verificamos que os materiais cerâmicos são provenientes de níveis de ocupação, de abandono e de incêndio.

De acordo com Santiago Macias, poderá ser difícil indicar com precisão a utilização específica de uma forma tipológica já que uma mesma peça poderia assumir várias funções, pelo que, do ponto de vista arqueológico, é difícil identificar a utilização concreta de cada peça. Assim, resta-nos apenas colocar hipóteses quanto às suas funções e constatar se são, ou não, compatíveis com as sugestões

existentes nos tratados de cozinha (MACIAS, 1996: 107).

No entanto, optamos por associar determinadas peças a um uso ou utilização específica – mesmo sabendo que poderão ter funcionalidade diversa – como é o caso das caçoilas que iam directamente ao fogo mas também poderiam ser utilizadas no serviço de mesa.

2. LOUCA DE COZINHA

2.1. Panela

Entre o espólio exumado encontram-se vários exemplares deste utensílio básico de

cozinha, reflexo da sua importância no mundo hispano-muçulmano.

Os exemplares encontrados possuem um volume considerável para receber alimentos, estando a impermeabilidade da peça garantida pelo engobe.

A panela seria colocada directamente ao fogo sendo que os dados históricos sugerem que poderia ser tapada ou ser colocada sob outra panela com água. O objectivo desta «pirâmide» era o de aquecer a água da panela superior para que quando o caldo da panela inferior terminasse, pudesse ser adicionada a água da panela superior, reduzindo o tempo de cozedura.

Esta é uma forma com um uso intenso, facto que contribuiria para uma deterioração natural e um tempo de vida útil curto. A sua substituição seria feita consoante as posses do proprietário (MACIAS, 1996: 116).

A panela de perfil mais completo apresenta bordo introvertido, lábio quadrangular, colo curto cilíndrico, corpo globular, duas asas verticais de secção oval e pintura a branco (pouco perceptível). De cozedura oxidante, os enp são pouco frequentes e de pequena dimensão. As caneluras são feitas a partir do «correr» pela peça de um instrumento arredondado, o que deixa estrias no canal da secção em forma de «U». Esta panela é a típica panela almóada, tendo sido encontrado paralelo em Mértola (CR/CC/0006).

Do conjunto estudado, três panelas possuem bordo extrovertido com inflexão e sem ressalto e lábio boleado. Apresentam resíduos de calcário no interior, exterior e fracturas. Um outro fragmento apresenta pintura a branco. Este tipo de decoração é executado através da aplicação de barbotina com corantes específicos ou tintas de água.

A aplicação da tinta é feita com recurso a uma espátula, directamente com os dedos (caso tenha suficiente consistência), ou ainda

com pincel (se estiver bastante diluída). A pintura é realizada previamente à cozedura, caso contrário, a pintura iria desvanecer-se com o uso da peça, quer por contacto humano, quer por contacto com elementos líquidos.

Na aplicação da pintura o torno assume um papel de destaque, uma vez que este permite a realização de motivos geométricos (linhas e bandas paralelas de disposição horizontal), criados pelo movimento de rotação do torno (CARO, 2002: 92-93).

2.2. Caçoila

As caçoilas em análise apresentam na sua maioria engobe, bem como marcas de fogo e resíduos de calcário. Estes recipientes de média dimensão caracterizam-se por base circular e escassa altura. Estas características facilitam a confecção de cozinhados a fogo «lento», nomeadamente guisados. Alguns textos indicam que o peixe deveria ser cozinhado em caçoilas de argila ou vidradas (MACIAS, 1996: 117).

Os exemplares da amostra apresentam, de um modo geral, caneluras e bordos sinuosos de forma a receber a tampa. Entre eles destacamos um exemplar que apresenta bordo extrovertido, lábio com depressão para tampa, corpo troncocónico invertido, carena média marcada, oito asas verticais de secção oval. Das oito asas de secção oval que possuía, apenas seis se encontram conservadas. Entre cada asa foi colocado um pequeno mamilo sendo que apenas cinco se encontram preservados. A peça, cujas paredes foram engobadas, apresenta marcas de fogo na superfície externa. A superfície interna apresenta marcas de uso, sendo que no fundo foi pintado a branco um possível «Cordão da Eternidade».

Algumas caçoilas apresentam duas asas de secção oval. O bordo é extrovertido, com inflexão e sem ressalto e lábio semi-circular. Alguns exemplares ostentam engobe, marcas de fogo e resíduos de calcário no interior e exterior. Uma delas apresenta o diâmetro menor e pintura a branco no bordo, embora pouco visível, tendo sido encontrados paralelos em Mértola (CR/CC/0107).

Existem ainda exemplares com cordões plásticos verticais e vidrado em ambas as superfícies sendo possível encontrar em Mértola (CR/VC/0048) paralelos para estas peças.

3. ARMAZENAMENTO, TRANSPORTE E CONSERVACAO

3.1. Cântaro

Os cântaros apresentam corpo globular ou abaulado, com duas asas e base plana, tendo por vezes pasta porosa, características ideais para conservar e transportar água. Um dos cântaros mais representativos do conjunto estudado possui

bordo vertical, lábio espessado ao exterior e colo cilíndrico recto. A superfície exterior apresenta pintura a vermelho (óxido de ferro).

Dos fragmentos estudados, um apresenta bordo extrovertido, sem inflexão e lábio boleado, sendo que o bordo e a superfície exterior ostentam pintura a vermelho. Outro dos fragmentos apresenta fundo côncavo e pintura a vermelho tendo sido identificado paralelo em Múrcia (M-18-84-10d-56).

3.2. Talha

A talha caracteriza-se por apresentar corpo esférico e bordo amplo. Tinha como função a conservação de alimentos sólidos (frutos secos, cereais, etc.) ou líquidos, sendo por este motivo impermeável. Existem talhas de diferentes tamanhos, de acordo com as necessidades dos habitantes da casa, podendo as mesmas ostentar símbolos, muitas vezes estampilhados, alguns dos quais com um forte simbolismo profiláctico [frases propiciatórias, *hamsa* (mão de Fátima), etc.] destinados a evitar a corrupção do apreciado líquido (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2001a: 66). É possível que algumas fossem colocadas sobre suporte em lugar de destaque dentro de casa (MACIAS, 1996: 110).

O fragmento de talha em análise encontra-se estampilhado com motivos fitomórficos (palmetas), geométricos (rede de rombos) e fitomórfico inscrito em geométrico. Na superfície interna foi aplicado engobe branco e na superfície externa foi aplicado engobe amarelo e vidrado verde (apenas as estampilhas com palmetas se encontram vidradas). Apresenta resíduos de calcário no interior.

4. LOUCA DE MESA

4.1. Taça

Este tipo de recipiente apresenta dimensões variadas, paredes altas e fundo côncavo. As peças de maior dimensão serviriam como travessa ou saladeira e os mais pequenos serviriam como pratos. Segundo Rosselló Bordoy, os seus antecedentes a nível utilitário e formal, seriam os *phiale* gregos, o *kilix* e as *patéras* tardo-romanas (ROSSELLÓ BORDOY, 1978: 15).

As peças em estudo ostentam vidrado monocromo ou bicromo. A utilização do vidrado como acabamento é eminentemente utilitária, uma vez que facilita a limpeza das mesmas e evita a alteração dos alimentos pelo contacto com o barro (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2006: 515).

No conjunto estudado está presente um fragmento que apresenta pé em coroa, vidrado bicromo, de coloração laranja, e decoração geométrica. Foi estudado um outro fragmento que ostenta bordo extrovertido, com inflexão e sem ressalto e lábio boleado, com vidrado bicromático, de coloração amarela, e decoração indetermi-

nada. Foi identificada em Faro peça similar (U. Alg. Lab 23).

Outra das peças tem pé em coroa, com vidrado de coloração verde-água em ambas as superfícies, sendo que em Silves foi reconhecida uma peça semelhante (C2-3). Uma das taças estudadas ostenta bordo extrovertido, com inflexão e ressalto, lábio boleado e caneluras na superfície interna. Em ambas as superfícies estão presentes resíduos de calcário.

Quanto às tacinhas, estas apresentam menores dimensões quando comparadas à forma anterior e profundidades diversas. Seriam utilizadas no consumo de caldos, sopas e molhos, podendo também ser utilizadas para beber ou para a apresentação de pequenas iguarias, sendo ainda possível que fossem usadas no consumo individual de alimentos (Macias, 1996: 120).

Um dos fragmentos estudados apresenta pasta esbranquiçada e porosa. O bordo é extrovertido, com inflexão e sem ressalto e o lábio triangular. Outras duas peças apresentam bordo extrovertido e sem inflexão e lábio boleado, sendo que apresentam aguada em ambas as superfícies. Foram identificados paralelos em Maiorca (Gral 2171 e Gral 2172).

4.2. Tigela

A tigela é uma das formas mais frequentes entre o espólio cerâmico exumado, possivelmente pelo facto de ser uma peça básica no serviço de mesa. A sua pouca profundidade poderá dever-se ao facto de ser usada no consumo de alimentos sólidos, para apresentar manjares de frutas e doces sem líquidos.

Tal como a taça, a tigela poderia servir para o uso individual ou colectivo de alimentos. Os exemplares identificados até ao momento no Convento da Graça apresentam vários tama-

nhos, facto que poderá indicar uma utilização diversificada.

Um dos fragmentos apresenta fundo em coroa com muitos elementos não plásticos de grande dimensão, tendo sido encontrado paralelo em Silves (Q14/C2-6). Uma outra peça apresenta bordo extrovertido, com inflexão e sem ressalto e lábio triangular, com vidrado integral, de coloração verde-garrafa. Por último, uma das tigelas ostenta bojo carenado e vidrado de coloração alaranjada, denotando-se o cuidado posto no vidrado da superfície exterior, tendo sido encontrado paralelo em Silves (C2-6).

4.3. Púcaro.

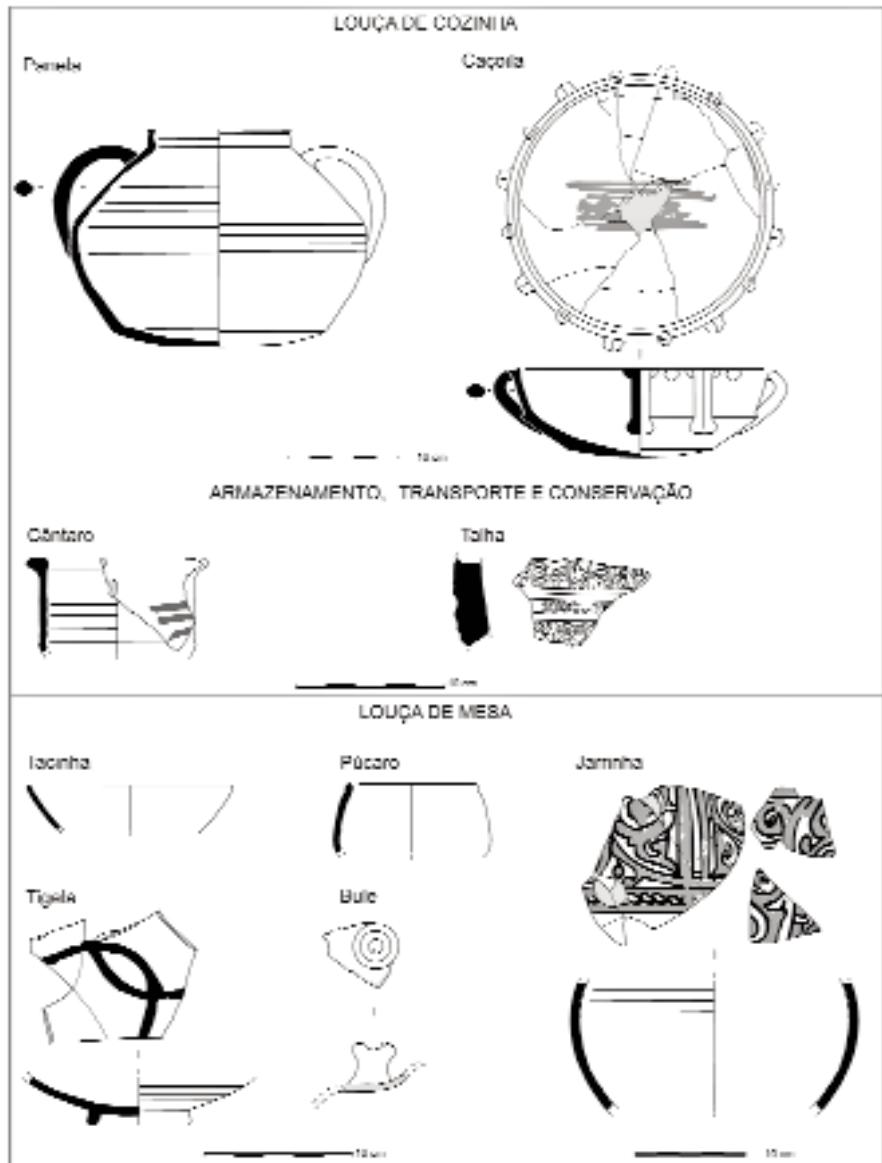
O púcaro podia ser usado quer no consumo individual, quer no consumo colectivo de líquidos.

O único fragmento identificado encontra-se vidrado a melado e possui bordo introvertido, lábio arredondado e corpo globular. Apresenta pasta de coloração vermelha (Munsell 10 R 5/8), com desengordurantes de dimensão pequena e frequência média.

4.4. Bule.

O bule pode ter sido utilizado para aquecer água ou para a servir, previamente aquecida, à mesa. Morfológicamente apresenta um pequeno gargalo na parte globular da peça e, no lado contrário, uma asa para que se possa verter o conteúdo. A parte superior é aberta para que possa ser introduzida água.

Do único fragmento estudado desta forma apenas se conserva o gargalo. Apresenta pasta de coloração vermelha (Munsell 2.5 YR 4/8) no exterior, com enps de dimensão pequena e frequência baixa. Sobre a pasta foi



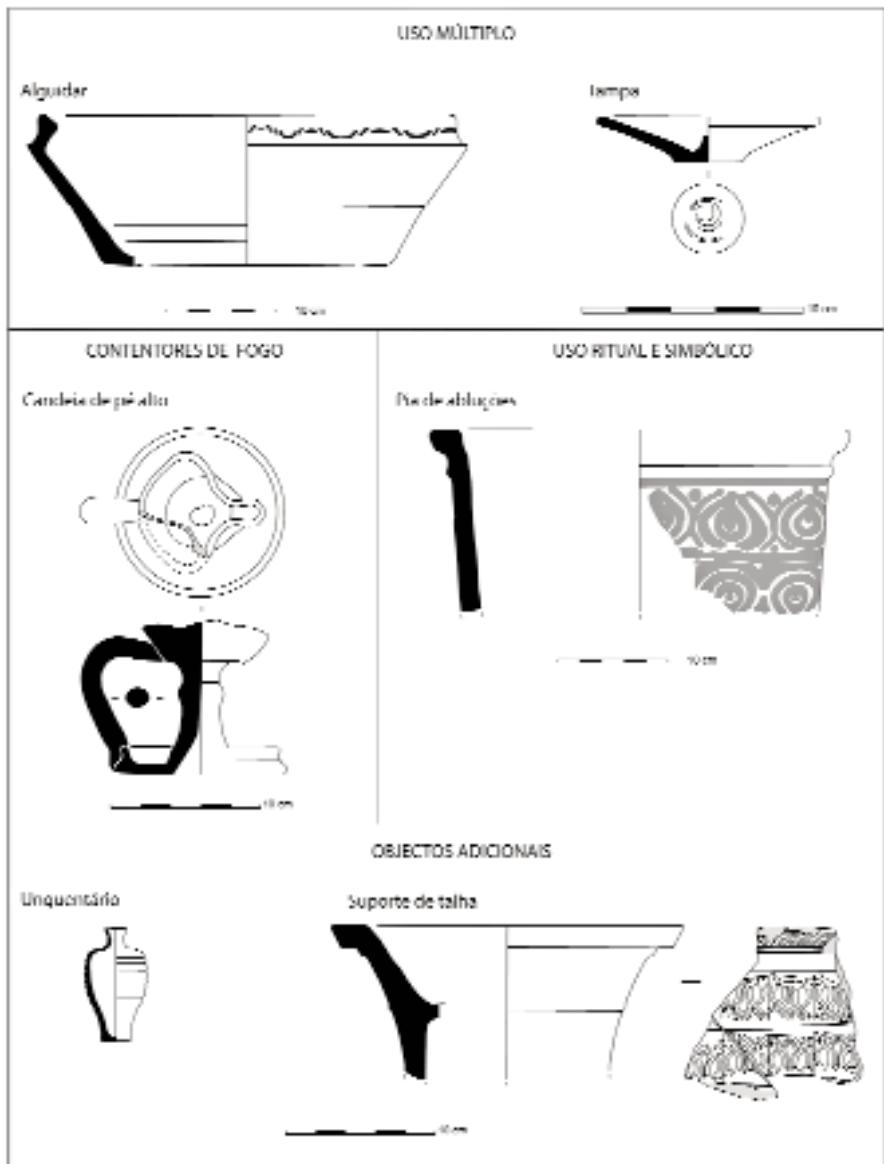
Estampa I.

aplicada aguada enegrecida tendo sido encontrado paralelo em Silves (Cast. Q. 74/C2).

4.6. Outras formas: Jarro / Jarrinha e Garrafa.

Estes recipientes seriam utilizados no serviço de mesa. Segundo Rosselló Bordoy, o jarro de mesa poderia ainda ter a função de biberão ou bilha, podendo apresentar uma asa e um bico vertedor ou gargalo (1978: 40).

O fragmento de jarro identificado apresenta bordo trilobado, extrovertido e sem



Estampa II.

inflexão, lábio boleado e colo troncocónico. A peça encontra-se revestida a vidrado verde-água, em algumas áreas mal conservado. Foi encontrado paralelo em Múrcia (M-18-84-VD-2).

A jarrinha apresenta decoração a corda seca parcial. Os motivos são geométricos e fitomórficos nomeadamente, palmetas, rosetas, traços verticais e um «Cordão da Eternidade», tendo sido encontrado paralelo decorativo em Mértola (CR/CS (P) 0001).

O único fragmento de garrafa identificado apresenta corpo globular, base plana e vidrado monocromático de coloração laranja. Em Múrcia foi reconhecida peça similar (M-18-1-36-27).

5. USO MÚLTIPLO

5.1. Algúdar

O algúdar é considerado de uso múltiplo. De um modo geral, apresenta grande dimensão, forma troncocónica invertida e base ampla. Poderia servir como vasilha para lavar a loiça e/ou roupa, mas também para amassar o pão.

Um dos exemplares apresenta cozedura oxidante e pasta de coloração branca. O bordo introvertido apresenta lábio quadrangular com estrias de forma ondulada e o corpo troncocónico invertido, com carena alta marcada, termina numa base plana. Em Múrcia foi reconhecida uma peça similar (M-18-1-41-48).

5.2. Tampa

A tampa seria utilizada para fechar jarros, tigelas e outros recipientes de forma a conservar os alimentos sólidos ou líquidos aí contidos, sendo ainda utilizada, como complemento, na confecção de alimentos. Consoante a morfologia da peça, a tampa cobre o recipiente através do encaixe da base da tampa no colo da peça ou através do encaixe do bordo da tampa no bordo da peça.

Algumas das tampas encontradas apresentam bordo extrovertido, lábio arredondado, corpo troncocónico invertido, base plana e pega em botão.

6. CONTENTORES DE FOGO

6.1. Candeia de câmara aberta e Candeia de pé alto

As candeias têm a missão de originar luz. Para o efeito é colocada uma substância combustível (azeite, gordura animal ou vegetal) na câmara onde é colocado o pavio.

Entre as peças identificadas destaca-se um exemplar de uma candeia de pé alto. Possui bordo extrovertido, lábio arredondado, bico pinçado, base plana assente em pé alto sobre prato de sustentação, asa vertical de secção circular. Apresenta marcas de utilização na boca trilobada.

7. Objectos adicionais

7.1. Suporte de Talha

O suporte de talha apresenta uma dupla função. Se por um lado servia para conferir uma maior estabilidade à talha, por outro servia para aproveitar a água que repassava e escorria pelas paredes da talha (GÓMEZ MARTÍNEZ, 2001b: 163).

A peça em análise apresenta bordo extrovertido, lábio em aba e corpo troncocónico invertido. O fabrico é similar ao das talhas, apresentando pasta grosseira e esponjosa, onde se destaca o elevado número de elementos não plásticos, nomeadamente, cerâmica moída. A superfície externa foi coberta por uma fina camada de argila de cor esbranquiçada, sobre a qual foram aplicadas as estampilhas: rede de rombos no lábio e fitomórfico inscrito em geométrico no corpo.

7.2. Unguentário / Pequena Garrafa (?)

O reduzido tamanho desta forma coloca algumas questões relativamente à sua funcionalidade. Poderiam tratar-se de brinquedos ou de objectos usados para transaccionar produtos alimentares, sendo utilizados como amostra. Não será de colocar de parte a hipótese de se tratarem de exercícios de perícia do oleiro (*Ibidem*, 150).

Um dos exemplares em análise apresenta

bordo extrovertido, lábio arredondado, colo troncocónico invertido, corpo piriforme invertido e base plana. A pasta é de coloração amarelo pálido e as superfícies apresentam-se engobadas.

8. USO RITUAL E SIMBÓLICO

8.1. Pia de abluções

As pias de abluções eram utilizadas nas abluções rituais prévias à oração e, possivelmente, na higiene pessoal. Existem pias sem ornamentação, outras porém (como os exemplares em estudo) encontram-se profusamente ornamentadas com motivos em corda seca total.

A primeira pia apresenta vidrado verde-água no interior com motivos vegetalistas. A singularidade desta peça prende-se à beleza da sua decoração e ao uso da técnica da corda seca total.

A segunda peça apresenta bordo ligeiramente extrovertido, lábio em aba, corpo cilíndrico recto. O corpo ostenta olhos de pavão que perscrutam a alma do utilizador em busca de pecados. Este tipo de simbologia aparece em pias de abluções encontradas em locais tão distintos como Marraquexe, Madinat al-Zahra, Jaen ou Triana (Sevilha), sendo que um dos exemplares deste último local é muito semelhante ao exemplar de Tavira (DÉLÉRY, 2006: 418).

9. CONCLUSOES

O estudo deste pequeno lote de materiais cerâmicos permitiu constatar a preponderância das formas associadas ao serviço de mesa, transporte e armazenamento. É possível que este facto se possa relacionar com um tempo de vida útil curto, uma vez que requerem uma renovação constante, além de serem essenciais às actividades domésticas.

Por outro lado, destacam-se peças como a pia de abluções ou a jarrinha em corda seca parcial, quer pela sua decoração, quer pela técnica utilizada.

De um modo geral, as peças apresentam engobe em ambas as superfícies. As peças vidradas podem apresentar vidrado monocromático ou bicromático com destaque para o vidrado de cor verde e de cor castanho.

No que concerne a decoração constatamos que predominam os motivos geométricos e fitomórficos. Entre eles destacamos os círculos, os olhos de pavão e o «Cordão da eternidade».

A intervenção arqueológica realizada permitiu, igualmente, recolher informação respeitante à alimentação (fauna mamalógica, malacológica, ictiológica, etc.), à actividade têxtil (cossóiro, torre de roca, etc.), aos objectos de adorno (conta, placa de arqueta, etc.) ou objectos de carácter lúdico (dado, pedra de jogo, etc.).

BIBLIOGRAFIA

- BORRÁS GUALIS, Gonzalo M. (2000), *El Islam. De Córdoba al Mudéjar*. Sillex.
- CARO, Antonio (2002), *Ensaya sobre cerámica en arqueología*. Sevilla. Agríja Ediciones.
- CAVACO, Sandra e COVANEIRO, Jaquelina (2009), «Um (novo) olhar sobre a Tavira Islâmica». In. *Xelb*. n.º 9. Silves. Museu Municipal de Silves. pp. 429-443.
- CAVACO, Sandra e COVANEIRO, Jaquelina (no prelo), «Materiais cerâmicos provenientes de um silo do Bairro Almóada do Convento da Graça – Tavira». In. *Arqueología Medieval*. 11.
- COVANEIRO, Jaquelina e CAVACO, Sandra (2005), «Casas Islâmicas da Cerca do Convento da Graça – Tavira. Notícia Preliminar». In. *Arqueología Medieval*. n.º 9. Porto. Edições Afrontamento. pp. 77-82.
- DÉLÉRY, Claire (2006), *Dynamiques économiques sociales et culturelles d'al-Andalus à partir d'une étude de la céramique de cuerda seca (seconde moitié du Xe siècle – première moitié du XIIIe siècle)*. Tese de doutoramento. Toulouse. 7 vols. Exemplar policopiado.
- FERNÁNDEZ NAVARRO, Esteban (2008), *Tradición tecnológica de la cerámica de cocina de época almohade-nazarí*. Granada. Edição de autor.
- GOMES, Rosa Varela e GOMES Mário Varela (2001), *Palácio Almóada da Alcáçova de Silves*. Catálogo da Exposição. Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2001a), «A cerâmica islâmica de Mértola». In. *Arte Islâmica*. Museu de Mértola. Campo Arqueológico de Mértola. Câmara Municipal de Mértola. pp. 63-69.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2001b), «Catálogo. Cerâmica». In. *Arte Islâmica*. Museu de Mértola. Campo Arqueológico de Mértola. Câmara Municipal de Mértola. p. 107-167.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (2006), *La Cerámica Islámica de Mértola: Producción y comercio*. [Online]. [28.12.2009]. Madrid. Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid. Disponível em <http://www.ucm.es/BUCL/tesis/ghi/ucm-t27826.pdf>.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; e DÉLÉRY, Claire (2002), *Cerâmica de corda seca de Mértola*. Campo Arqueológico de Mértola.
- MACIAS, Santiago (1996), *Mértola Islâmica. Estudo Histórico - Arqueológico do Bairro da Alcáçova (séculos XII-XIII)*. Campo Arqueológico de Mértola.
- MACIAS, Santiago (1998), «Casas Urbanas e quotidiano no Gharb al-Andalus». In. *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia. pp. 109-120.
- MACIAS, Santiago e TORRES, Cláudio (2001), *Arte Islâmica*. Campo Arqueológico de Mértola.
- NAVARRO PALAZÓN, Julio (1991), *Una Casa Islâmica en Murcia*. Estudio de su ajuar (siglo XIII). Murcia. Centro de Estudios Árabes y Arqueológicos «Ibn Arabi».
- ORTON, Clive; TYERS, Paul e VINCE, Alan (1997), *La cerámica en arqueología*. Barcelona. Ediciones Crítica.
- PAULO, Dália (2000), *A Casa Islâmica*. Catálogo. Museu Arqueológico Municipal. Faro. Câmara Municipal de Faro.
- ROSELLÓ BORDOY, Guillermo (1978), *Ensaya de Sistematización de la cerámica árabe en Mallorca*. Palma de Mallorca. Instituto de Estudios Baleáricos.
- TORREMOCHA SILVA, Antonio e OLIVA COZAR, Yolanda (2002), *La cerámica Musulmana de Algeciras*. Producciones estampilladas. Estudios y Catálogo. Algeciras. Fundación Municipal de Cultura «José Luis Cano».
- TORRES, Cláudio (1987), *Cerâmica Islâmica Portuguesa (catálogo)*. Campo Arqueológico de Mértola. Munsell-soil color charts – Year 2000 Revised Washable Edition. New Windsor. GretagMacbeth.

CERÂMICA ALMÓADA PROVENIENTE DE UMA HABITACAO NO ARRABALDE DE SILVES CONTRIBUTO PARA O CONHECIMENTO DA CULTURA MATERIAL ALMOADA

INÊS SIMAO

1. O CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

Durante as obras de recuperação e remodelação do Teatro Gregório Mascarenhas, em Silves, a identificação de contextos arqueológicos preservados motivou a realização de uma intervenção arqueológica, a cargo da empresa Era Arqueologia e sob a direcção técnica da Dr.^a Ana Cristina Ramos, (Ramos, 2004).

Localizado entre a Rua Cândido dos Reis, a Rua Diogo Manuel e a Rua dos Operários, freguesia e concelho de Silves, este teatro foi inaugurado em 1909 e ocupou um importante papel na vida cultural da cidade durante o século XX. Nos anos oitenta, o edifício foi classificado como património de interesse concelhio e comprado pela Câmara Municipal de Silves. Já nos anos noventa, foi compreendida a necessidade de realizar uma recuperação do seu espaço, iniciando-se os trabalhos de reabilitação no ano de 2003.

Os primeiros trabalhos de acompanhamento arqueológico, a cargo da Câmara Municipal de Silves, permitiram identificar um conjunto de contextos arqueológicos preservados, de cronologia islâmica, que motivaram a posterior escavação arqueológica. Encontramo-nos afinal muito próximo do centro histórico da cidade, numa zona do antigo arrabalde islâmico, junto a uma das entradas principais do recinto amuralhado, (Porta do Sul ou de Loulé).

Nas quatro sondagens entretanto realizadas foram observadas realidades que correspondem a uma ocupação habitacional deste espaço e que se juntam a outros sítios arqueológicos já identificados do arrabalde islâmico de Silves, com os seus bairros habitacionais que se expandem em redor da zona amuralhada da medina e

onde se instalaram as características habitações islâmicas.

Tratou-se de mais uma intervenção arqueológica de emergência em contexto urbano que permitiu identificar um fragmento da história desta cidade, mostrando como o património arqueológico urbano se tem vindo a destacar na compreensão da evolução temporal e espacial dos centros urbanos, permitindo conhecer uma série de informações sobre as sociedades que aí foram habitando, e contribuindo para um aumento da nossa riqueza cultural, identitária e patrimonial.

Foi possível identificar diferentes espaços habitacionais com as suas compartimentações, bem como outros equipamentos domésticos, nomeadamente canalizações, fossas, uma latrina, tanques ou lareiras. Observou-se alguma complexidade ao nível das fases de ocupação, apontando-se uma cronologia entre os séculos X e XIII.

A Casa II destaca-se como o espaço habitacional que foi possível caracterizar com maior

exactidão, apresentando, no seu último momento de ocupação, uma maior elaboração arquitectónica. Estamos perante uma habitação organizada em torno de grande pátio central lajeado, em redor do qual se distribuem os espaços habituais da casa islâmica: um vestíbulo junto à entrada; uma zona de cozinha, com a sua lareira; um salão e uma latrina como exemplo das preocupações com a hidráulica e higiene doméstica, (Ramos, 2007).

2. O CONJUNTO CERÂMICO

É o conjunto de cerâmica proveniente desta habitação (Casa II) que se pretende apresentar, contribuindo para melhor conhecer a cultura material local, o quotidiano e as formas de vida da sociedade islâmica em Silves. Este espólio cerâmico foi recolhido nos principais compartimentos da casa, nomeadamente o ambiente III (cozinha), o ambiente V (átrio de acesso à habitação), o ambiente VI (salão) e o ambiente XVII (pátio central).

Caracteriza-se por apresentar peças extremamente fragmentadas, surgindo na sua maioria pequenas porções de paredes de cerâmica comum, sem decorações, das quais não é possível apresentar uma definição formal. Mesmo assim é possível afirmar que este conjunto apresenta alguma variedade tipológica e que nos permite encontrar alguns exemplos das formas mais difundidas e presentes no mundo islâmico almóada.

Assim, ao nível tipológico observa-se alguma variedade formal e especialização do serviço doméstico, tendo sido identificadas onze formas que se adaptam às suas funções e às necessidades quotidianas desta sociedade.

As **loças de cozinha** representam o conjunto de recipientes de uso culinário diverso e destacam-se como as formas mais abundantes. O seu fabrico caracteriza-se essencial-



Figura 1 – Vista geral da Casa II.



Figura 2 – Planta da Casa II. (Imagem cedida por Ana Cristina Ramos e pela Era Arqueologia S.A.).

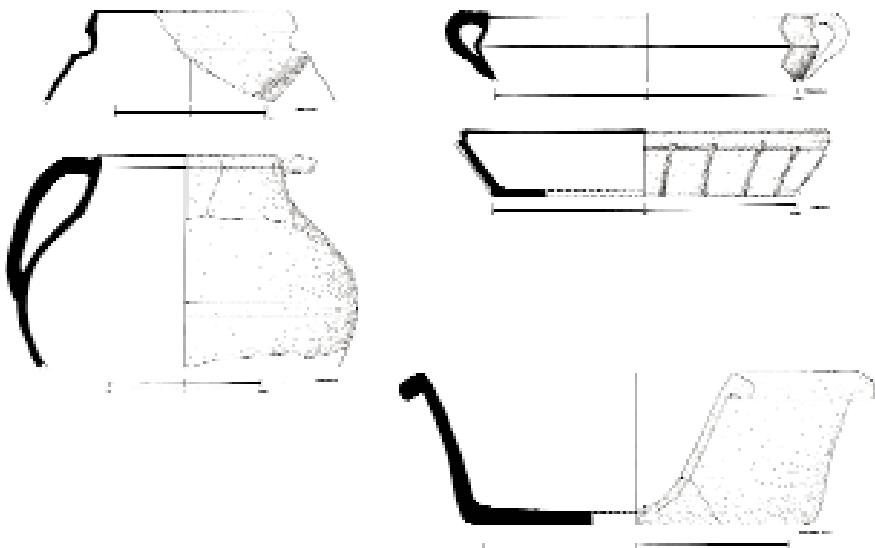


Figura 3 – Loiça de mesa – panelas, caçoilas e alguidar.

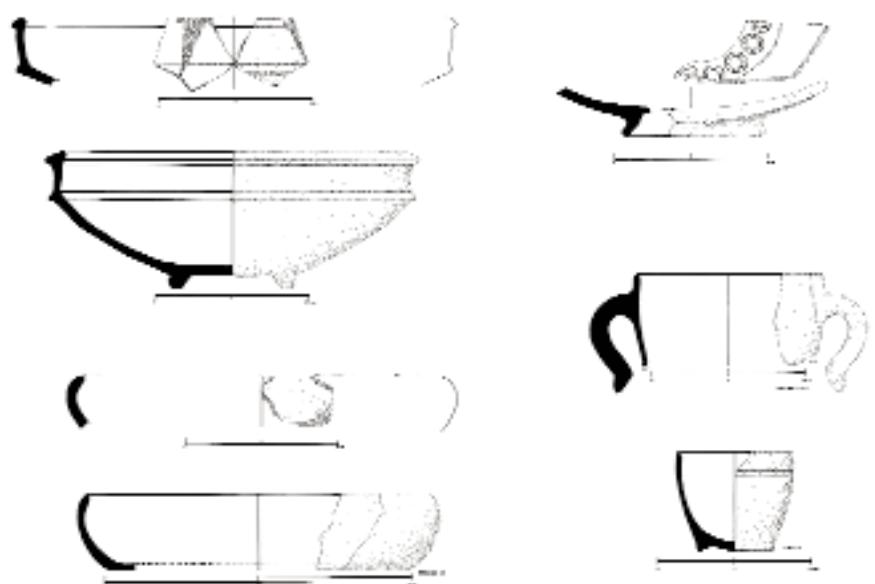


Figura 4 – Loiça de mesa – taças, jarra, copo.

mente por preocupações de carácter funcional, reduzindo o seu aparato decorativo (simples pinturas, incisões ou caneluras) e apresentando preocupações com o tratamento das superfícies interiores das peças (vidrados, brunidos ou alisados).

As panelas surgem como o recipiente de uso mais comum da cozinha islâmica, ocorrendo alguns exemplares característicos de contextos almóadas; as caçoilas surgem como as formas abertas, para cozinhar, e estão representadas por grandes exemplares em cerâmica comum, de corpo carenado, ou pelas características caçoilas de *costillas*, de superfícies vidradas e com aplicações plásticas verticais

em redor do corpo; os alguidares aparecem como uma forma de uso muito polivalente com diferentes dimensões, corpos troconcónicos e bordos de perfil semi-circular, sub-rectangular ou triangular.

As peças mais ricas e com maiores preocupações decorativas vão pertencer ao **serviço de mesa**, como seria de esperar, sendo nelas que se pode observar as decorações que melhor representam a tradição islâmica. As taças surgem como o elemento mais representativo deste serviço, utilizadas para servir os diferentes pratos e alimentos, com diferentes tamanhos, tipologias e tratamentos decorativos. Neste conjunto destacam-se as taças com carenas acusadas sobre pé alto e anelar, vidradas a melado e com decoração a manganês ou vidradas a verde com decoração estampilhada, e as taças de cerâmica comum, com paredes hemisféricas e bordos simples circulares, sobre fundos planos.

Associadas ao transporte e consumo de líquidos surgem formas como as jarras de colo cilíndrico, corpo globular e decorações pintadas a branco, vermelho ou negro, procurando um contraste cromático; as garrafas de corpo globular ou piriforme, sobre fundos planos ou pés anelares e com as superfícies vidradas; e um copo cilíndrico e de paredes altas.

O conjunto de vasilhas e recipientes para **armazenamento** e transporte de alimentos está representado pelos habituais cântaros, forma de grande pervivência, de colo alto e cilíndrico, corpo ovóide e asas fitiformes, com decoração pintada; as grandes talhas de espessas paredes em cerâmica comum ou os exemplares com decoração estampilhada tão característicos do período almóada; e os potes caracterizados pela diversificação de formas e tamanhos, dividindo-se em dois grupos principais: em cerâmica comum com decoração pintada na superfície externa ou com as superfícies vidradas.

Estão ainda representados outros objectos de uso quotidiano como as tampas que se adaptam às formas do serviço de cozinha ou de mesa ou os objectos de iluminação.

Ao nível das **tampas** surgem dois tipos distintos: os característicos testos em cerâmica comum, de forma troncocónica invertida e um tipo mais associado ao serviço de mesa pelas suas preocupações decorativas, como as superfícies esmaltadas, de forma hemisférica e com pronunciada moldura que encaixa sobre a peça a cobrir.

A **iluminação** da habitação fazia-se com os habituais candis, surgindo neste caso formas com reservatório aberto, por vezes sobre pé alto, e com superfícies vidradas.

Ao nível decorativo e de tratamento de superfícies este conjunto caracteriza-se pela presença de alguma variedade, estando representadas as opções próprias deste mundo islâmico, com grande destaque no entanto para o uso do vidrado.

Como referido, o uso do vidrado vai destacar-se surgindo predominantemente peças com vidrados monocromáticos em tons verdes, melados, castanhos e amarelos. Estão também presentes peças com vidrados melados e decoração a manganês ou com vidrados verdes associados a decoração estampilhada. Foi ainda possível notar uma utilização cada vez mais funcional deste tipo de revestimento com o surgimento de vidrados de carácter utilitário em peças da loiça de cozinha como as panelas e as caçoilas ou em recipientes de armazenamento mais especializados como alguns potes, garrafas e talhas.

Ao nível dos motivos decorativos utilizados observam-se motivos geométricos, fitomórficos muito esquemáticos e pseudo-epigráficos. Estas decorações vão surgir sobre o bordo, ao longo da superfície interna da peça e, maioritariamente, ao centro, no fundo.

A pintura vai surgir em tons de branco, ver-

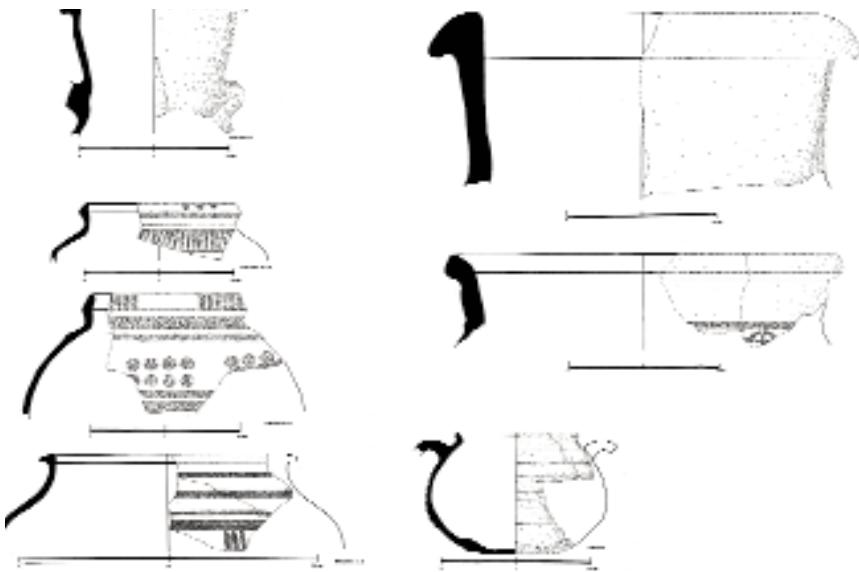


Figura 5 – Loiça de armazenamento – Cântaro, talhas e potes.

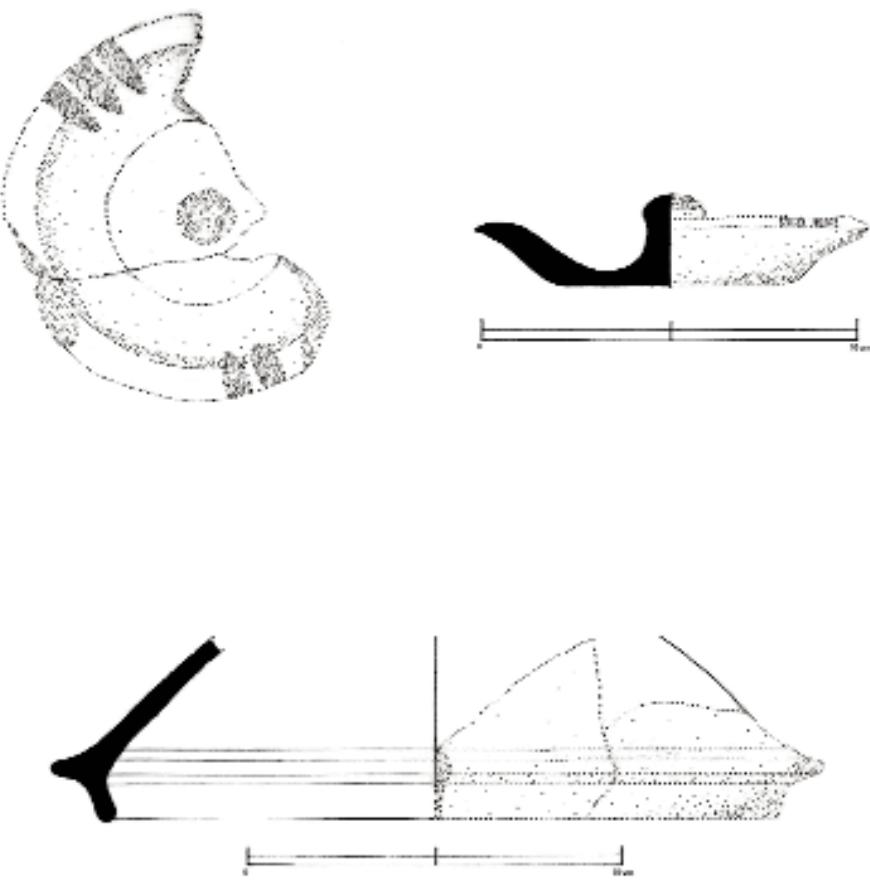


Figura 6 – Tampas.



Gráfico 1 – Decorações presentes no conjunto cerâmico.

melho ou preto, procurando um contraste cromático com a pasta, e está principalmente presente em formas fechadas como as jarras, os potes, os cãntaros ou algumas panelas. Localiza-se sobre os bordos demarcando-os, em redor dos colos ou sobre as paredes. Os motivos ornamentais são na totalidade motivos geométricos, principalmente as conjugações de séries de traços horizontais e verticais, rectos ou ondulados, sobre os colos; simples traços horizontais sobre o bordo ou conjugações de traços horizontais, verticais, círculos e ondulações sobre os bojos.

Surgem também alguns fragmentos residuais com decoração estampilhada, incisa, plástica, ou em corda seca.

Decoração Estampilhada - Motivos decorativos	Decoração Pintada - Motivos decorativos

Tabela 1 – Decoração estampilhada e pintada – motivos decorativos.

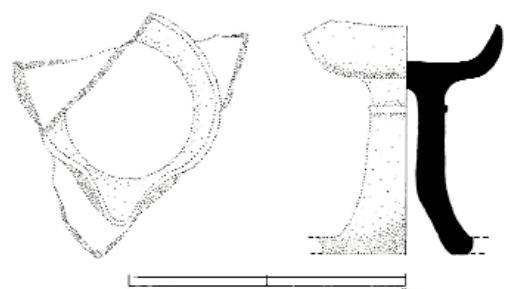
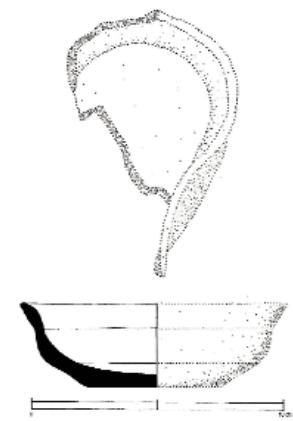


Figura 7 – Candis de reservatório aberto.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trata-se então de um espólio cerâmico com uma cronologia marcadamente almóada, da segunda metade do século XII, primeira metade do século XIII.

Encontramo-nos perante um conjunto cerâmico proveniente da última fase de ocupação de uma habitação islâmica no arrabalde de Silves. Este espaço urbano, marcado por diferentes remodelações, deverá ter sido abandonado com a mudança do poder islâmico para o cristão, nesta cidade, num momento em que a dinastia almóada reinava no *al-Andalus*. A análise das cerâmicas utilizadas pelos seus últimos ocupantes permite encontrar características marcantes da cerâmica deste período, com

algumas tipologias muito habituais na cerâmica desta altura.

Para este conjunto foi possível encontrar paralelos em diversos outros locais do *al-Andalus* com presença almóada, nomeadamente nas zonas de Silves (Gomes, 1999), Mértola (Macias e Torres, s.d.), Lisboa (Buga-Ihão e Folgado, 2001; Gaspar e Gomes, 2001), Alcácer do Sal (Paixão e Carvalho, 2001 e 2002), Palmela (Fernandes, 2001) ou Santarém (Lopes e Ramalhos, 2001; Ramalho et alii, 2001). Importa notar a correspondência entre as formas agora analisadas e as tipologias apresentadas para outros locais marcantes do *Gharb* como as referenciadas por Helena Catarino para o Algarve Oriental, (Catarino, 1997) e por Susana Gómez Martínez para Mértola, (Gómez Martínez, 2006). Notámos também importantes paralelos com outras colecções de cerâmica de Silves, nomeadamente as analisadas por Rosa Varela Gomes (Gomes, 1999), provenientes da zona da alcáçova e de outros espaços habitacionais da cidade. A presença de formas e decorações semelhantes nesta grande área do *Gharb* permite compreender o espalhar do gosto almóada, acompanhado pelo surgimento de peças mais estandardizadas e universais, característica deste momento, nomeadamente a caçoila de *costillas*; as taças com carenas acusadas sobre pé alto e anelar; as talhas decoradas com estampilhas; ou os candis de reservatório aberto, por vezes sobre pé alto.

Importa também referir que continuam ainda a surgir algumas tipologias de uso prolongado durante a presença islâmica, nomeadamente as taças de paredes hemisféricas e bordos simples circulares, sobre fundos planos; as jarras com colo cilíndrico, corpo globular e decorações pintadas; ou os cântaros com caneluras ou decorações pintadas sobre o bojo.



Figura 8 – Fragmentos com decoração em corda seca e com decoração a melado e manganês.

BIBLIOGRAFIA

- BENABAT HIERRO, Yolanda e PEREZ MACIAS, (2003), «Apunte sobre el ajuar cerámico del siglo XII en Niebla», *Arqueología Medieval*, n.º 8, Porto, Edições Afrontamento, pp. 119-127.
- BUGALHAO, Jacinta e FOLGADO, Deolinda, (2001), «O Arrabalde Ocidental da Lisboa Islâmica; urbanismo e produção oleira», *Arqueología Medieval*, n.º 7, Porto, Edições Afrontamento, pp. 111-145.
- CATARINO, Helena, (1997), *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica: povoamento rural e recintos fortificados*, Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Al-ulyā, n.º 6 (1997-1998), Loulé, Arquivo Histórico Municipal, 3 vol.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, (2001), «A península de Setúbal em época islâmica», *Arqueología Medieval*, n.º 7, Porto, Edições Afrontamento, pp. 185-209.
- GASPAR, Alexandra e GOMES, Ana, (2001), «Resultados preliminares das escavações arqueológicas no Castelo de S. Jorge», *Arqueología Medieval*, n.º 7, Porto, Edições Afrontamento, pp. 95-110.
- GOMES, Rosa Varela, (1999), *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus. Arqueología e Historia (séculos VIII-XIII)*, Tese de doutoramento em História, especialidade Arqueología, Lisboa, UNL, FCSH.
- GOMEZ MARTINEZ, Susana, (2006), *Cerâmica Islâmica de Mértola: producción y comercio*, Madrid, Servicio de Publicaciones de la Universidad Complutense de Madrid, [Recurso Electrónico], <http://cisne.sim.ucm.es>.
- LOPES, Carla do Carmo e RAMALHO, Maria M.B., (2001), «Presença islâmica no Convento de São Francisco de Santarém», *Garb. Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa, IPPAR, p. 31-88.
- MACIAS, Santiago e TORRES, Cláudio, (coord.), (s.d.), *Museu de Mértola. Arte Islâmica. Catálogo*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, Câmara Municipal de Mértola.
- PAIXAO, António Cavaleiro e CARVALHO, António Rafael, (2001), «Cerâmicas Almóadas de Al-Qasr Al-Fath (Alcácer do Sal)», *Garb. Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa, IPPAR, pp. 199-230.
- , (2002), «Aspectos da presença Almóada em Alcácer do Sal (Portugal)», *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, Edições Colibri, pp. 369-383.
- RAMALHO, Maria M. et alii, (2001), «Vestígios da Santarém Islâmica – Um silo no convento de S. Francisco», *Arqueología Medieval*, n.º 7, Porto, Edições Afrontamento, pp. 147-183.
- RAMOS, Ana Cristina, (2004), *Trabalhos Arqueológicos no âmbito da recuperação do Teatro Gregório de Maceira, Silves*, Relatório Final dos Trabalhos Arqueológicos, Lisboa, Era – Arqueología, S.A.
- (2007), «Arqueología Urbana em Silves. A intervenção no Teatro Gregório de Maceira», *Xelb 6. Revista de Arqueología, Arte, Etnología e História. Actas do 3º Encontro de Arqueología do Algarve*, Vol. I Comunicações e Conferências, Silves, Museu Municipal de Arqueología, Câmara Municipal de Silves, pp. 51-70.

A IMPORTÂNCIA DOS OBJECTOS PARA A LEITURA DO PASSADO

A CHAMADA *MAO DE FÁTIMA* NA CERÂMICA DO AL-ANDALUS. O OLHAR DO ANTRÓPOLOGO

LUÍS MACARICO*

RESUMO

Esta comunicação aborda a Mão e a sua Simbologia, bem como alguns elementos para uma cronologia das denominadas «Mãos de Fátima» nas cerâmicas do Al-Andalus, encontradas por arqueólogos portugueses, em Mértola, Silves e Tavira.

Fontes Árabes e Espanholas permitem revisitá-lo este símbolo, definido como nem religioso nem anti-religioso, de bom augúrio para uns, supersticioso para outros, de sorte e não amuleto para outros ainda, pois na opinião destes estaremos na presença de um sinal de «bilad», que significa pertença à terra de origem, símbolo étnico-cultural.

Haverá então algo de novo a dizer sobre o assunto, estudado por Abdallah Kwali e António Rei?

O presente trabalho pretende sistematizar o que se sabe acerca do tema, procedendo à inventariação e revisitação dos diversos utensílios cerâmicos, além do desafio para uma proposta de exposição, em torno dos objectos e da consequente leitura do passado, que é possível efectuar a partir deles.

No artigo «A Arqueologia como semiologia da cultura material», o professor Jorge Alarcão afirma que «Os objectos são coisas que falam» e que por isso, «Não podemos analisar o significado de um objecto sem remetermos para uma consciência que o investe de significado e transforma o objecto numa fala, em algo que diz algo...»¹.

Aplicando estas reflexões ao espólio cerâmico, descoberto em Mértola, Silves e

Tavira, ocorre-nos formular algumas interrogações. Segundo a professora Susana Gómez-Martínez, a proclamada *Mão de Fátima* surge como tema novo, na cerâmica da época almóada (séculos XII e XIII), que era mais diversificada, com técnicas e iconografia renovada (Gómez-Martínez: 2001: 65-66) A investigadora do Campo Arqueológico de Mértola escreveu que a cerâmica é reflexo de aspectos culturais como o imaginário e o horizonte simbólico de um povo (Ibidem: 2002: 7)

Imagen do Poder, dominação, actividade, hospitalidade, bênção, jura e protecção, a mão integra diversos sistemas culturais. Da Índia para o Oriente, atravessando a Pérsia e a China, esta mão poderosa e benéfica chegou ao Mediterrâneo

Reflectindo sobre este símbolo, Leite de Vasconcelos escreveu que «A Mão, emblema do poder, tornou-se um dos mais antigos e protectores amuletos. A mão cortada ao inimigo torna-se talismânica no Egito»². E, discernindo sobre o poder da mão, acrescentou:



Batente-mão numa porta da parte antiga de Mértola, 15 de Fevereiro de 2009.



Par de batentes-mão em porta lateral, em Houmt-Souk, Ilha de Djerba, Tunísia, Outubro de 2007.



Batente-mão, em porta da parte antiga de Mértola, 15 de Fevereiro de 2009.

«Dedo anelar: crença medieval, já vinda dos sacerdotes egípcios, de que ia um nervo do coração até esse dedo: por isso, ouro ou pedra preciosa postos nesse lugar eram talismã activo contra o mal e contra feitiço»³.

Abdallah Kawhli, escorado em alguns autores, asseverou tratar-se de um símbolo protector, fosse no caso das talhas ou da cerâmica de corda, retiradas do seu sono de séculos, designadamente na encosta do castelo de Mértola em 1886, o qual defendia alimentos e consumidores.

No entanto, e após ter escutado alguns amigos tunisinos – como o comerciante de frutos secos de Houmt Souk, Ghomrasni Mabrouk, natural de Khsar Hadada, ou o professor e homem de cultura Bechir Kouniali, pintor de renome, fundador do antigo Museu das Artes e Tradições Populares de Jerba, os quais rejeitaram a apelidada *Mão de Fátima*, argumentando que se tratava de um símbolo decorrente de costumes pagãos e supersticiosos contrários ao Islão, causou-me alguma perplexidade a citação atribuída a Khawli, nas Actas das 2^{as} Jornadas de Cerâmica de Tonela, onde se certifica ser esta mão «símbolo da divindade para os muçulmanos».

Esta acepção foi reiterada em diversos artigos de inúmeros autores. António Rei, que estudou esta «excepção» ao princípio da «quase ausência de representações humanas» na civilização islâmica⁴ corroborou a hipótese da maior utilização deste símbolo popular ter acontecido no período da dinastia berbere dos Almóadas, referindo que se conhecem algumas dezenas de exemplares.

Utilizando os vocábulos talismã e protecção, António Rei admite a ideia romântica (a classificação é do professor Cláudio Torres) de «nas portas do início do 3º milénio, em Portugal, talvez mais tradicionalmente no sul, continuamos encontrando muitos batentes com a forma de mãos, absolutamente idênticos a muitos que enchem ainda muitas portas e portais em todo o Magrebe».

Ora, identificar estes batentes, que se baseiam num punho fechado e deitado, com uma «inevitável origem islâmica, atendendo à extraordinária semelhança de forma e função que estas peças apresentam na Península Ibérica e no Magrebe»⁵, quando a invocada *Mão de Fátima* é uma mão levantada e aberta, parece-nos efabulatório, dado que não há notícia destas mãos aparecerem nas portas, antes do século XIX (e recorro de novo ao professor Cláudio, em aulas do Mestrado «Portugal Islâmico e o Mediterrâneo e à excelente obra de Marie France Lacoue Labarthe «Les Heurtoirs de Bordeaux»).

Supomos que estes batentes de porta poderão ser produto da criatividade de uma arquitectura, que terá partido da Europa para o Norte de África, durante o colonialismo francês e por isso a semelhança cá e lá desses utensílios. Cardeira da Silva no seu «Islão Prático», referindo-se aos batentes em forma de mão, de Marrocos, deixou uma pista para essa hipótese, escrevendo «Mãos de Fátima, como ficaram conhecidas pelos franceses»⁶.

Importa salientar que não se questiona o facto de, como está escrito no artigo de Alya «Porte-Bonheur L'Essentiel est d'y croire»⁷, que a mencionada *Mão de Fátima* une o Mediterrâneo. Apenas parece excessivo afirmar que essa Mão é símbolo de divindade para os muçulmanos.

«Por baixo do mundo visível – garante Alya – reina um mundo ameaçador, combatido por costumes profilácticos, supersticiosos, partilhados pelos seguidores das três religiões do Mare Nostrum através de diversos amuletos», sendo a designada *Mão de Fátima* o segundo objecto mais utilizado, a seguir ao olho, presente no imaginário popular da antiga Ifryqia.

Fomos reler Basílio Pavón Maldonado, um dos autores âncora das interpretações assumidas por alguns investigadores, no que concerne a esta «mão que nos chama», citando uma frase feliz de Santiago Macias.

«No subconsciente dos granadinos, – elucida Pavón Maldonado – alimentado pelas suas velhas crenças religiosas, primava, como símbolo de protecção urbana, uma mão com antebraco – encarnação abstracta da divindade – que aparecia em muitas das portas de Alhambra (...) eram símbolos tão habituais (...) como a cruz para os cristãos. A Mão só, libertava do mau-olhado, a mão com antebraco implicava a protecção divina»⁸.

Olhando por exemplo para a Mão (sem antebraco) reproduzida nas talhas de Mértola, e face a esta leitura de Pavón Maldonado, extrapolar para uma significação com conotações sagradas, será questionável.

É igualmente Pavón Maldonado que nos previne que «tais crenças são vigentes hoje em dia no Oriente islâmico e principalmente no Norte de África, onde as artes industriais as divulgaram excessivamente»⁹.

Cabe aqui avalizar que os tunisinos atrás referidos, insistiram no facto da proliferação da citada *Mão de Fátima* se traduzir num objecto para consumo turístico.

Naquele artigo de Pavón Maldonado lemos ainda que «A Mão talismã pode passar a ser ou desempenhar um papel puramente ornamental em qualquer tipo de recipientes cerâmicos»¹⁰.

Diz também este autor, que para o mundo islâmico, além das referidas pelos investigadores mencionados, foram encontradas interpretações diversificadas da mão, como «emblema de hospitalidade e generosidade», «símbolo dos cinco preceitos do Islão», «símbolo do Poder e da Providência»¹¹.

Malek Chebel, em «Le corps dans la tradition au Magreb», afirma que este símbolo se encontra na vida dos magrebinos, do nascimento até à morte, designando-o por símbolo de acompanhamento.

Não se trata, como se vê, de um emblema exclusivamente consagrado à protecção divina, mas de um símbolo com uma amplitude de significados, que não suporta leituras redutoras.

Pedro Paulo Funari, na sua obra «Arqueologia» atesta que esta ciência «tem privilegiado os artefactos dos segmentos dominantes das sociedades estudadas como objectos admiráveis, justamente pelo seu carácter elitista»¹².

Citando Bourdieu, Funari lembra que «os cientistas dominantes são aqueles que conseguem impor uma definição de ciência segundo a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem»¹³.

Ora, *mea culpa*, na bibliografia, quer do professor Rei, quer do Campo Arqueológico, é supracitado um artigo da minha lavra – «A Função Antropológica da



Batente-mão numa porta da Rua Dr. Afonso Costa, frente à qual foi descoberto um mausoléu do séc. VI d.C., 15 de Fevereiro de 2009.



Batente-mão, em porta da parte antiga de Almada, 9 de Abril de 2009.



Batente-mão e a chamada «Mão de Fátima», frente a frente, na Rua Serrão Martins de Mértola, Julho de 2009.



Batente-mão, em porta de Granada, Maio de 2009.



Par de batentes-mão fora do vulgar, em porta da parte antiga de Montemor-o-Novo, Dezembro de 2009.



Par de batentes-mão, em porta da parte antiga de Santarém, Agosto de 2009.

Aldraba», publicado na Arqueologia Medieval, aferindo explanações, que neste momento, com a pertinência das dúvidas aqui partilhadas, tenho dificuldade em continuar a defender.

Aparte estas perplexidades, interessa agora formular algumas perguntas e sugestões:

- 1 – Os objectos descobertos (talhas, cerâmica de corda) onde a nomeada *Mão de Fátima* aparece, eram pertença de uma elite ou de toda a população? Que estórias contam? Podemos falar de objectos biográficos, designação utilizada por Janet Hoskins?
- 2 – As talhas e cerâmicas de corda, encontradas com aquela mão, são específicas do sul de Portugal ou comuns noutros locais do Gharb Al-Andalus?
- 3 – Será mais rigoroso dizer que a Khamsa (Mão, em árabe) / *Mão de Fátima* (para os ocidentais)¹⁴ constitui um símbolo da religião popular ou que se trata de um instrumento profano, associado à credice supersticiosa?
- 4 – Caso seja amuleto protector, porque se exibe e não se oculta? É que o amuleto integra a panóplia de feitiços, cuja eficácia só se consuma, se estiverem resguardados dos olhares perigosos... ou será, como li na Internet, um signo de «bilad», ou seja, de pertença? Ou ainda, como escreveu Pavón Maldonado, um mero adorno?
- 5 – É curioso verificar que não sendo credível que a figa seja encarada como símbolo cristão, discriminada pela ciência como instrumento de credice, se aceite que a cognominada *Mão de Fátima*, readaptação de vários signos de antigas civilizações da Bacia do Mediterrâneo, apareça em estudos de cariz científico, exclusivamente ligada à simbologia muçulmana, como objecto propiciador da protecção divina.
Não haverá aqui alguma contradição? E não será conveniente revisitar as fontes para clarificar dúvidas?
- 6 – Quais as fontes científicas que podem sustentar as leituras do divino e do talismânico? Em futuro ensaio explanaremos e sistematizaremos os dados entretanto recolhidos e daremos o nosso contributo para esta discussão.
- 7 – Finalmente, porque não uma série de iniciativas, nomeadamente uma exposição e um debate, que permita reflectir esta temática e as suas problemáticas?

No que concerne à exposição, e tendo em conta a pertinência das questões levantadas, propõe-se o esboço de uma possível orientação para essa aventura, a ser trabalhada como é óbvio, por uma equipa. Nomeadamente:

- a) Texto esclarecedor sobre a Khamsa / *Mão de Fátima*, enquanto simbólica abrangente.
- b) Imagens desta Mão em Pavón Maldonado e outras fontes.
- c) Imagens da Khamsa no Magrebe actual.

- d) Imagens deste utensílio no Paquistão e nos países do Médio Oriente.
- e) Objectos cerâmicos de Mértola, Silves e Tavira.
- f) Depoimentos em multimédia.
- g) Batentes de porta em forma de mão: verdade ou ideia romântica?

Termino recordando uma frase do professor Cláudio Torres: «O artefacto arqueológico, o património oculto e esquecido, representando o gesto e a voz daqueles que nunca tiveram história, alem de abrir portas insuspeitas do passado, trilhando caminhos quantas vezes opostos às sugestões do documento escrito, toca directamente a alma as pequenas comunidades, solidifica memórias e pode mesmo justificar a procura de uma dignidade perdida»¹⁵.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

- AAVV, «Los Jarrones de la Alhambra simbología y Poder», Granada: Patronato de la Alhambra y Generalife, Consejería de Cultura, Junta de Andalucía, 2006-2007.
- AAVV, «Arqueología Medieval Española II Congresso Madrid 19-24 Enero 1987», Tomo II: Comunicaciones, Madrid, 1987, pp. 678-687.
- ABDALLAH, Chadly Ben, «Fêtes Religieuses et Rythmes de Tunisie», Tunis, J.P.S. Editions, 1988.
- AYOUB, Abderrahman, «Signes et Symboles en Tunisie», Ministère de la Culture, de la Jeunesse et des Loisirs, Agence de Mise en Valeur du Patrimoine et de Promotion Culturelle, 2003.
- CIRLOT, Eduardo, «Dicionário de Símbolos», Lisboa, D. Quixote, 2000.
- CHABEL, Malek, «Le Corps dans la tradition au Maghreb», Paris, PUF, 1984, pp. 62-63.
- CHEVALIER, J. GHEERBRANDT, A., «Dicionário dos Símbolos», Lisboa, Teorema, 1994.
- GÓMEZ-MARTÍNEZ, Susana (coord.), «Alcáçova do castelo de Mértola 1978-2008 Trinta Anos de Arqueologia», Câmara Municipal de Mértola, 2008.
- GÓMEZ-MARTÍNEZ, Susana, «Objetos del Gharb Al-Andalus», in VENTURA, Maria da Graça A. Mateus «O Mediterrâneo Ocidental: Identidades e Fronteira», Lisboa, Colibri, 2002, pp. 241-264.
- LACOUE-LABARTHE, Marie France; GÉMIN, Pierre, «Heurtoirs de Bordeaux», Pau, ed. Princi Réguer, 2000.
- MACIAS, Santiago, «Mértola o último porto do Mediterrâneo», Campo Arqueológico de Mértola, 2006, p. 394.
- MACIAS, Santiago, «Aspectos do quotidiano no ocidente islâmico», in AAVV «Marrocos-Portugal Portas do Mediterrâneo», Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses», 1999, pp. 57-61.
- MACIAS, Santiago, «Mértola Islâmica Estudo Histórico-Arqueológico do Bairro da Alcáçova (séculos XII-XIII)», Campo Arqueológico Mértola, 1996, pp. 81, 83, 107 e 108.
- MORRIS, Desmond; COLLET, Peter; MARSH, Peter; O'SHANGNESSY, Marie, «Os Gestos Suas Origens e Significado», Publicações Europa América, s/d.
- SETHOM, Samira, «Khomsa et poisson», in AAVV «Signes et Symboles dans l'Art Populaire Tunisien». 1976.
- SETHOM, Samira, *et alli*, «Signes & Symboles dans l'Art Populaire Tunisien», Tunis, Société Tunisienne de Diffusion, 1976.
- SILVA, Maria Cardeira da, «Um Islão Prático», Oeiras, Celta, 1999.



Pormenor de mão em peça cerâmica.

TORRES, Cláudio, LOPES, Virgílio, MACIAS, Santiago, *et alli*, «Alcáçova do castelo de Mértola 1978-2008 Trinta Anos de Arqueologia», Câmara Municipal de Mértola, 2008.

TORRES, Cláudio, «A Civilização Islâmica – última síntese Mediterrânea», «Museu de Mértola. Arte Islâmica», Campo Arqueológico e C. Municipal de Mértola, 2001.

TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago, «Apogeu da Civilização Islâmica no Ocidente Ibérico» in «Memória de Portugal O Milénio Português», coordenação de Roberto Carneiro, Círculo de Leitores, 2001.

TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago, «O Legado Islâmico em Portugal», Círculo de Leitores, 1998.

TRESIDDER, Jack, «Os Símbolos e o seu Significado», Círculo de Leitores, 2000.

VASCONCELLOS, J. Leite de, «Etnografia Portuguesa», volume IX, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. Páginas 66, 256 e 260.

ENCICLOPEDIAS

Encyclopédia Einaudi (1 – Memória-História: Memória, por Jacques Le Goff) Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997.

LEWIS, B., PELLAT, C., SCHACT, J., «Encyclopédie de l'Islam», Tomo II-C-G. Paris, Leyde E. J. Brill, G-P Maisonneuve 8, Larouse SA, 1977, Fátima: pp. 861-870.

Artigos

ALYA, «Porte-Bonheur L'Essentiel est d'y Croire», revista da TUNISAIR, Outubro de 2002, pp. 68-69.

BENFOUGHEL, Tatiana, «Entre Tradition et Modernité», «Qantara», n.º 20, Julho/Setembro 1996, pp. 42-46.

- COVANEIRO, J; CAVACO, S; LOPES, G., «O Bairro Almóada do Convento de Nossa Senhora da Graça – Tavira. Notícia Preliminar», in Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, Promontoria Monografia, UALG, 2009.
- CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaquelina, «Cerâmicas estampilhadas provenientes de Tavira», in Actas do V Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 25 a 27 Out 2007), volume II, Xelb, 2008, pp. 155-168.
- GOMES; Rosa Varela, «Cerâmicas almóadas do Castelo de Silves», in AAVV «A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental, Lisboa 16-22 Nov 1987», Campo Arqueológico de Mértola, 1999, pp. 397-403.
- KWAHLI, Abdallah, «Introdução ao Estudo das Vasilhas de Armazenamento de Mértola Islâmica», «Arqueologia Medieval», n.º 2, Afrontamento, Porto, pp. 63-78.
- KWAHLI, Abdallah, «Arcos Estampilhados da Cerâmica Islâmica de Mértola», «Arqueologia Medieval», n.º 3, Afrontamento, Porto, s/d, pp. 133-145.
- KWAHLI, Abdallah, «A Mão de Fátima e a sua Representação na Arte Hispano-Muçulmana. Cerâmica Estampilhada de Mértola», in «Arqueología del Entorno del Bajo Guadiana», Actas del Encuentro Internacional de Arqueología del Suroeste, Huelva, 1994, pp. 605-618.
- KWAHLI, Abdallah, «A Mão de Fátima e a sua Representação na Arte Hispano-Muçulmana. Cerâmica Estampilhada de Mértola», in Encuentro de Arqueología del Suroeste Huelva Niebla, org. Grupo de Investigación Arqueología del Suroeste e Campo Arqueológico de Mértola, s/d, pp. 423-429.
- MACIAS, Santiago; TORRES, Cláudio, «Consumo Alimentar e Utensílios de Cozinha», in DIOGO, João Manuel e ABRAÇOS, Hélder Chilra «Actas das 2.ºs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval Métodos e resultado para o seu estudo», Tondela 22 a 25 de Março de 1995», Câmara Municipal de Tondela, 1998, pp. 67-79.
- MAÇARICO, Luís Filipe, «Aldrabs e Batentes de Montemor-o-Novo: Um Olhar Antropológico», «Almansor», n.º 4, 2.ª série, 2006, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Abril 2006.
- MAÇARICO, Luís Filipe, «A Função Antropológica da Aldraba. Da Origem Simbólica à Morte Funcional», «Arqueologia Medieval», n.º 8, Porto, Afrontamento, 2003, pp. 301-312;
- NAÏM, Samia, «Du heurtoir à l'antichambre: les noms de la porte», Espaces et Sociétés du Monde Árabe (Maghreb-Machrek), Paris; La Documentation Française, 1989, pp. 216-225.
- PAVON MALDONADO, Basílio, «Arte y emblemas en la España musulmana», in «Al-Qantara», volume VI, 1985, pp. 397-450.
- POLICARPO, António, «Uma confraria muçulmana-sufi na origem do S. João da Ramalha? Mito ou realidade?» in «Anais de Almada», revista cultural n.º 2, Divisão de História Local e Arquivo Histórico, Câmara Municipal de Almada, 1999, pp. 75-99.
- REGOURD, Annick et LORY, Pierre, «Bulletin d'Études Orientales Sciences Occultes et Islam», Tome LXIV, Institut Français de Damas, 1992, p. 40.
- REI, António, «A “Mão de Fátima” Uma imagem ritual islâmica de proteção», in «O corpo e o gesto na Civilização Medieval», Actas do colóquio, IEM & NCE, FCSH-UNL, Colibri, 2005, pp. 179-186.
- ZOZAYA, Juan, «Aperçu général sur la céramique espagnole» in AAVV «la céramique en Méditerranée occidentale Xe-XVe siècles Valbonne 11-14 Septembre 1978» Paris, Colloques Internationaux CNRS, n.º 584, 1980.
- ZIC-NISSEN, Johanna, «Malaga jugs, submersed in 1362 and Alhambra vases. A study in decoration and iconography» in ZOZAYA, Juan (Coordinador), «Segundo Coloquio Internacional de Ceramica Medieval en el Mediterráneo Occidental», Ministério da Cultura, 1986, pp. 443-454.

Catálogos e folhetos:

- «Portugal Islâmico os últimos sinais do Mediterrâneo», catálogo da exposição, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 266-267.
- GOMES, Rosa Varela e GOMES, Mário Varela «Palácio Almoada da Alcáçova de Silves», Lisboa, 2001, p. 71.
- MACIAS, Santiago, «Casas urbanas e quotidiano no Gharb al-Ándalus», in AAVV «Portugal Islâmico Os Últimos Sinais do Mediterrâneo», Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 109-120.

AGRADECIMENTOS:

Doutor Abdallah Kwhali, Professor Doutor António Rei, Professor Doutor Cláudio Torres, Doutora Filipa Medeiros, Filipa Rodrigues, Professor Doutor Luís Filipe Oliveira, José Marreiros, Doutora Lígia Rafael, Rute Fortuna, Doutora Sandra Cavaco, Professor Doutor Santiago Macias, Professora Doutora Susana Gomez-Martinéz.

DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS:

Blogues

- <http://www.aldraba.org.pt/> (consultado entre 2006 e 2007)
- <http://aaldraba.blogspot.com> (consultado entre 2005 e 2007)
- <http://vemosouvimoselemos.blogspot.com> (consultado entre 2004 e 2006)
- <http://aguasdosal.blogspot.com> (consultado entre 2004 e 2007)
- <http://monsaraz.blogspot.com> (consultado entre 2006 e 2007)
- <http://linguagemdasportas.blogspot.com/> (consultado entre 2006 e 2007)

<http://adufe.weblog.com.pt/> (consultado entre 2005 e 2006)
<http://monsarazemfotos.blogspot.com/> (consultado em 2006)
<http://batente.blogspot.com/> (consultado entre 2006 e 2007).

Sites

<http://www.les-ziboux.rasama.org/significations-main-fatima-khomsa.html> (consultado em 18-12-2008 – 15: 53)
<http://aminour.unblog.fr/tag/representations-symboliques/la-main/> (consultado em 18-12-2008 – 15: 57)
<http://islamoncoeur.xooit.com/t3896-La-main-de-Fatma-Khamsa.htm> (consultado 18-12-2008 – 16: 09)
<http://www.orientalement.com/q4019-main-de-fatma.html> (consultado em 18-12-2008 – 16: 25)
<http://www.mesk-ellil.com/?p=421> (consultado em 18-12-2008 – 16: 54)
<http://tunisdivagation.blogspot.com/2007/10/khomsa-la-main-de-fatma.htm> (consultado em 18-12-2008 – 19: 06)
http://www.harissa.com/D_forum/Culture_Tune/loriginedelakhamsa.htm (consultado em 18-12-2008 – 19: 22)
http://dlafrette.neuf.fr/La_main_de_Fatma/khamsa.htm (consulta em 18-12-2008)
<http://lugaresdosul.blogspot.com/2008/04/mos-de-ftima.html>
<http://www.solilang.net.pdf/extraitstunisie.pdf>

NOTAS

- 1 Alarcão, Jorge, «Revista de Guimarães n.º 105, 1995, pp. 21-44.
- 2 Leite de Vasconcelos (1985), «Etnografia Portuguesa», volume IX, IN-CM, p. 256.
- 3 Ibidem, p. 66.
- 4 Rei, António, «A Mão de Fátima» Uma imagem ritual islâmica de protecção», Actas do Colóquio «O Corpo e o Gesto na Civilização Medieval», IEM & NCEM, FCSH-UNL, Colibri, 2005, pp. 179-186.
- 5 Idem.
- 6 Silva, Maria Cardeira da «Islão Prático», Oeiras, Celta, 1998.

- 7 Alya, «Porte-Bonheur L'Essentiel est d'y croire», TunisAir.
- 8 Pavon Maldonado, Basílio, «Arte y emblemas en la España musulmana», in «Al-Qantara», volume VI, 1985, pp. 397-450.
- 9 Ibidem.
- 10 Ibidem, p. 435.
- 11 Ibidem.
- 12 Op. Cit. p. 104.
- 13 Ibidem, p. 107.
- 14 Em Novembro de 2009, seis meses após a apresentação da presente comunicação, descobri na Web um texto de Hafid Mokadem, onde é dito que «os batentes em forma de uma mão fechada com uma bola que se encontram em inúmeras portas de Rabat, nada têm em comum com o amuleto tradicional. Trata-se de um tema europeu muito recente, introduzido em Marrocos, após o Protectorado» (in Gaultier-Kurhan, Caroline «Le patrimoine culturel marocain», Université Senghor d'Alexandrie, Maisonneuve & Larose, 2003). Este autor diz isso mesmo na sua tese de licenciatura sobre as portas de Rabat-Salé, existente na Biblioteca do Campo Arqueológico de Mértola: La Porte Hispano-Mauresque de Rabat-Salé, Institut National des Sciences de L'Archeologie et du Patrimoine, Rabat, 1991-1992.
- 15 Por outro lado, na obra «Signes & Symboles Dans L'Art Populaire Tunisien, 1976, Samira Sethom escreve preto no branco: «La Khomsa que les occidentaux ont traduit à tort par «main de Fátima» (Op. Cit. 46).

- 15 Torres, Cláudio, Lopes, Virgílio, Macias, Santiago *et al.*, «Alcáçova do castelo de Mértola 1978-2008 Trinta Anos de Arqueologia», Câmara Municipal de Mértola, 2008, p. 7.

ESTÉTICA EM TRÂNSITO: A PARTILHA DO ORNAMENTO DA CERÂMICA DO GHARB AL-ÂNDALUS COM OUTROS ARTEFACTOS

FRANKLIN PEREIRA*

Sem ser exaustiva, a listagem de ornamentos da cerâmica islâmica do Gharb al-Andalus (a partir do que existe publicado) é a seguinte:

- 1 – flor de quatro pétalas sobre quadrado (cada canto entre duas pétalas);
- 2 – cordão da Eternidade/trança de dois e três cordões;
- 3 – folha de acanto estilizada;
- 4 – flor de quatro, cinco, seis e sete pétalas;
- 5 – moldura em estilização floral assente em estrutura de espiral colocada alternadamente ao longo de uma linha
- 6 – Árvore da Vida
- 7 – Nó da Eternidade/8 Duplo
- 8 – quadrado com círculos nos cantos

Muitos destes desenhos encontram-se noutras peças da época paleocristã (6A), islâmica (1A, 3A, 3B, 4A, 5A, 8A) e moçárabe (4B) portuguesa, assim como em obras do al-Andalus que ficou sob domínio espanhol (3C, 5D, 8B); os exemplos encontram-se em peças de metal, pedra, têxtil e couro. Repetem-se em muitas peças do Médio Oriente mediterrânico, mostrando o confluir de temas e estilizações transaccionadas nas rotas comerciais de então. Também se encontram na arquitectura peninsular, islâmica e mudéjar. Neste último caso, o recurso a elementos da cultura do «infiel» sugere o alto apreço que a nova elite cristã tinha pelos

elementos estéticos herdados. O desvanecer destes elementos com a chegada do Renascimento permite considerar uma «limpeza estética», e o enquadramento num estilo europeu. Mesmo não sendo um manual prático nem um catálogo de estéticas, alguns dados do famoso «*Livro dos Regimentos dos Oficiais Mecânicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa*», de 1572, mostram a época de transição entre o «mourisco» e o «Romano» nalgumas oficinas (talha, sapataria, selaria).

Dessa mesma época, os mais antigos estofo em couro bovino lavrado (1B, 2A, 3D, 5B, 7A) e pespontado (8E) contêm elementos visuais decorrentes da cultura califal e das seguintes: tratam-se de estéticas «paradas no tempo» do antigo Gharb, onde os mestres correeiros do séc. XVI/ XVII inicial – mudéjares, se não de sangue, pelo menos de formação cultural e técnica – se foram inspirar para lavrar os estofo de peças de assento, reservadas para os elementos da hierarquia cristã, quando o «sentar-se à mourisca» foi sendo limitado aos ele-

* frankleather@yahoo.com

mentos femininos do palácio ou casa senhorial. Também no couro dourado / guadameci, aplicado em revestimento de paredes (os «panos d'armor»), coxins e frontais de altar (1C), mostram, no séc. XVI, esquemas arcaicos.

Por outro lado, o estudo da cultura material do sul ibérico permite encontrar elementos antigos, que, eliminados da cultura da corte, ficaram remetidos ao reportório estético das sociedades mais marginalizadas e de menor peso económico, como camponeses e pastores; são o chifre (8D), a madeira (4C, 8C), a cabaça, o barro (4E, 5E), o metal (6B) e o couro – em quadros (6C), em safões (5C e 6D, estes de 1916) e sacos de ombro (4D) – que recebem estas maneiras de ornamentar, fazendo parte duma herança e de marcas de pertença e identidade. Um caso interessante é a costura (2B) dos tão utilitários artefactos em couro que, pela fragilidade desta matéria-prima, raramente sobrevivem aos séculos; diria que tal costura, resistente e também elegante, é a matriz de inspiração dos entrançados noutros materiais, não só da época islâmica, mas anteriores, como o mosaico romano.

Um caso muito curioso é o uso do quadrado com círculos nos cantos (8). A nível da arquitectura, uma série de edifícios islâmicos apresenta como planta este esquema; é o caso de Medina (planta da mesquita omeya, anos de 705-715), Susa, Samarra, Kufah, palácios de Khirbat Miniah e Khirbat al-Mafjar, castelo de Jabal Says, Anjar (também com torres redondas exteriores nos cantos; o recinto amuralhado data de 714-715), Qasr al-Hayr al-Gharbi (datado de 724-727), Qasr al-Hayr al-Sharqi (728-729), Qasr al Tuba, Qasr Bayir, e Mashtta. O mesmo esquema foi utilizado na planta do recinto fortificado de Ukhaidir, a 120 km a sul de Bagdad, hoje em ruínas; é o único palácio abássida construído em zona desértica e data de 778. Tal como os palácios omeyas, na sua planta encontram-se torres redondas

nos quatro cantos do quase quadrado, e outras torres ao longo dos lados. O mesmo acontece no palácio da Aljafería, construído em 1065, da taifa de Saragoça; é também um exemplo de que este simples esquema decorativo pode ser símbolo e arquétipo. Tomando em consideração a relação entre arquitectura e ornamentação (arquitectónica, e não só), e a presença da dinastia omeya nos séculos iniciais e mais imponentes do al-Andalus, pode-se entender melhor o recurso ao esquema da planta de um edifício emblemático e esta decoração em artefactos diversos: tratar-se-á de um verdadeiro «carimbo de pertença» a uma cultura. Num edifício senhorial, na vila alentejana de Marvão, encontra-se, como moldura de pedra duma janela, o mesmo esquema de quadrado com círculos nos cantos.

Graças a um material sólido – como a cerâmica –, com o contributo de outras manufacturas espalhadas nos séculos e nas geografias, há possibilidade de criar uma vasta rede de contribuições visuais que definem muitas raízes do nosso património cultural.

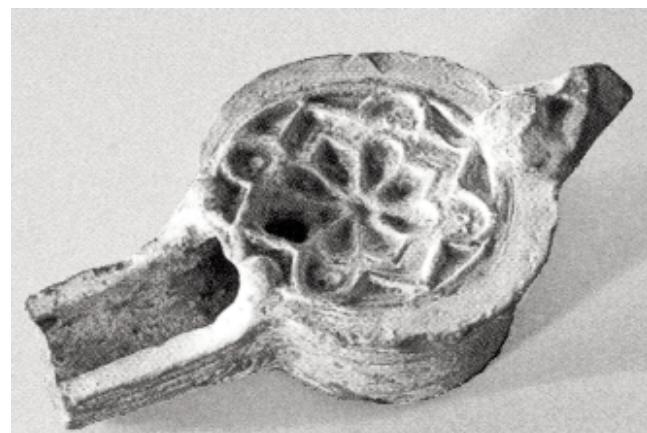
1. FLOR DE QUATRO PÉTALAS SOBRE QUADRADO (CADA CANTO ENTRE DUAS PÉTALAS)



Cerâmica do Gharb.



1 A – moeda.



Cerâmica do Gharb.

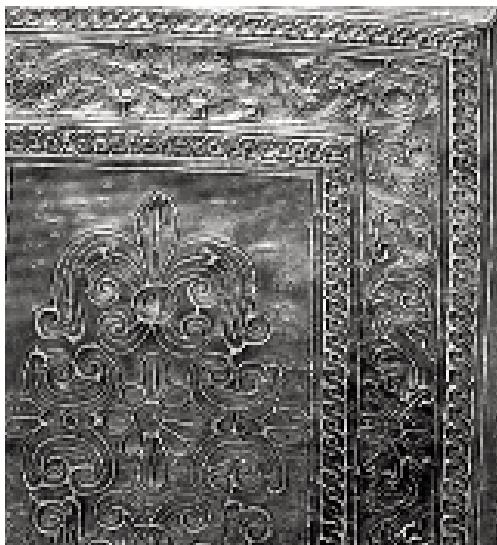
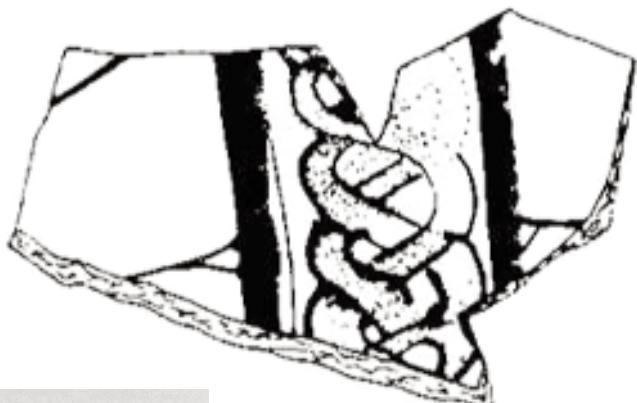


1 B – Detalhe de estofo em couro bovino lavrado com goiva em V cortante; séc. XVI/XVII inicial.

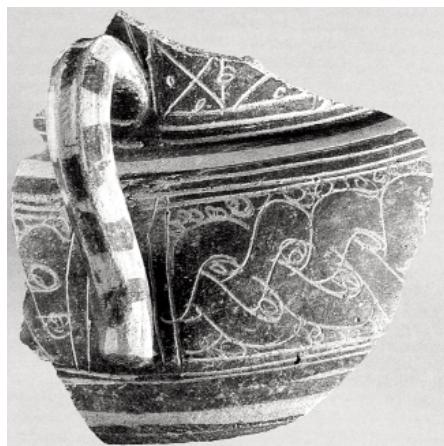


1 C – Motivo em frontal de altar em couro dourado/guadameci.

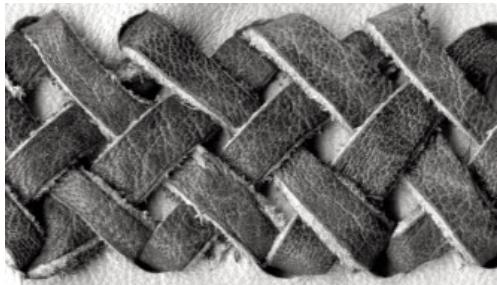
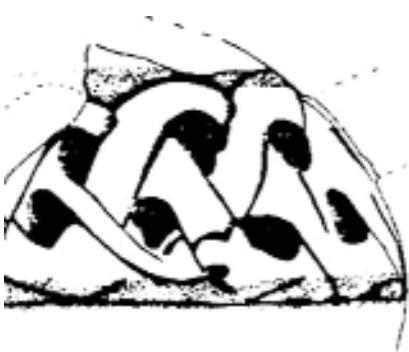
2. CORDÃO DA ETERNIDADE/TRANCA DE DOIS E TRÊS CORDOES



2 A – Detalhe de estofo em couro bovino lavrado com goiva em V cortante; séc. XVI/XVII inicial.



Cerâmica do Gharb.

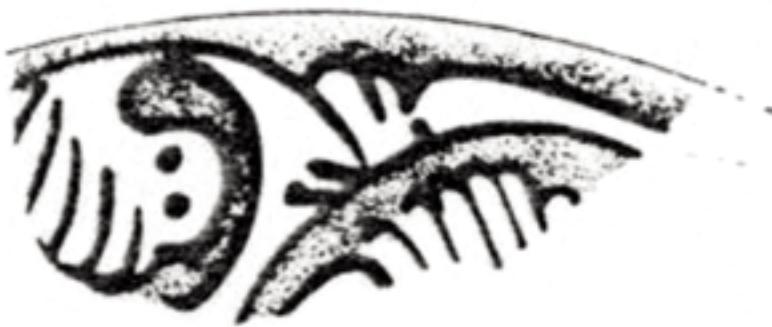


2B – Costura do couro.

3 – ACANTO ESTILIZADO



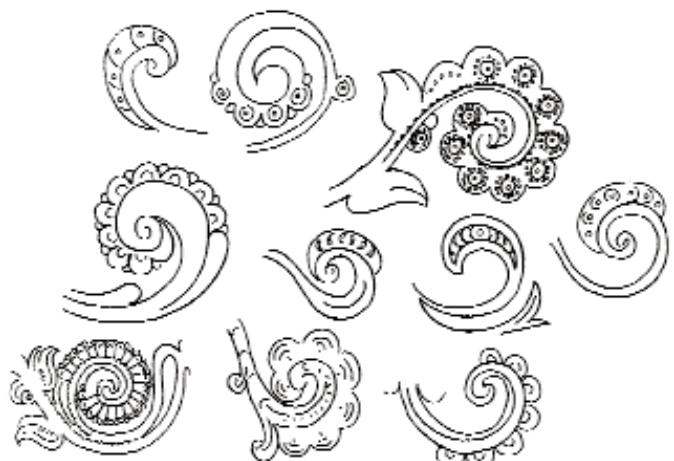
Cerâmica do Gharb.



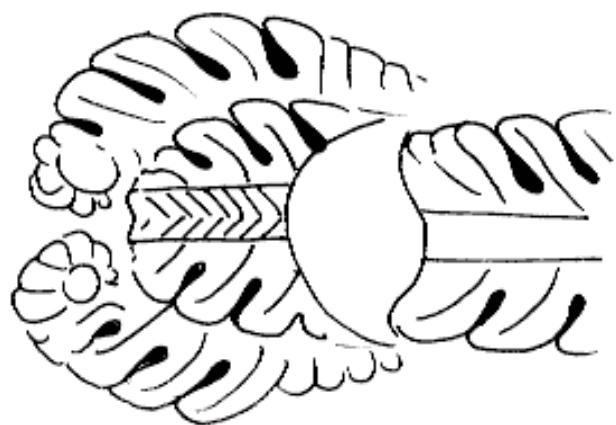
Cerâmica do Gharb.



3 A – marfim.



3 D – estilização do acanto nos estofos em couro bovino lavrado com goiva em V cortante, sécs. XVI/XVII inicial.

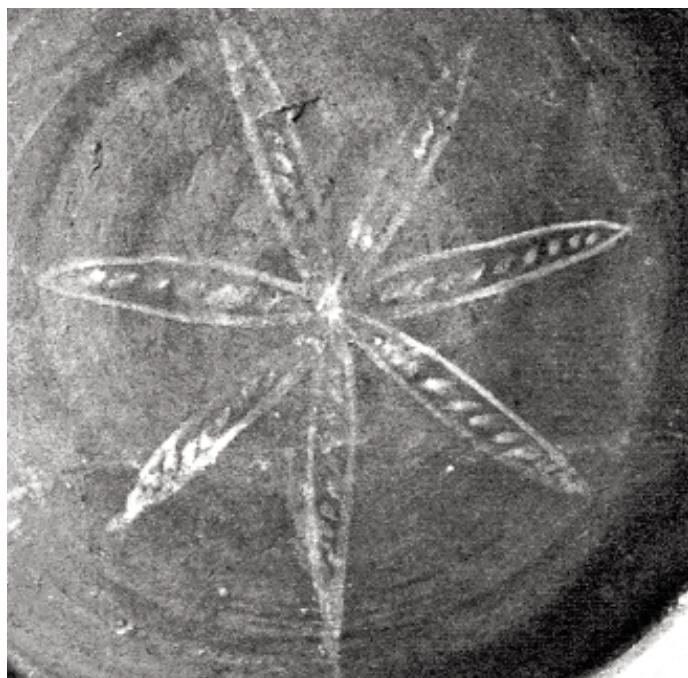


3 B – Detalhe de capitel em pedra.



3 C – estilização do acanto na arte ibero-muçulmana, sécs. VIII-XIII.

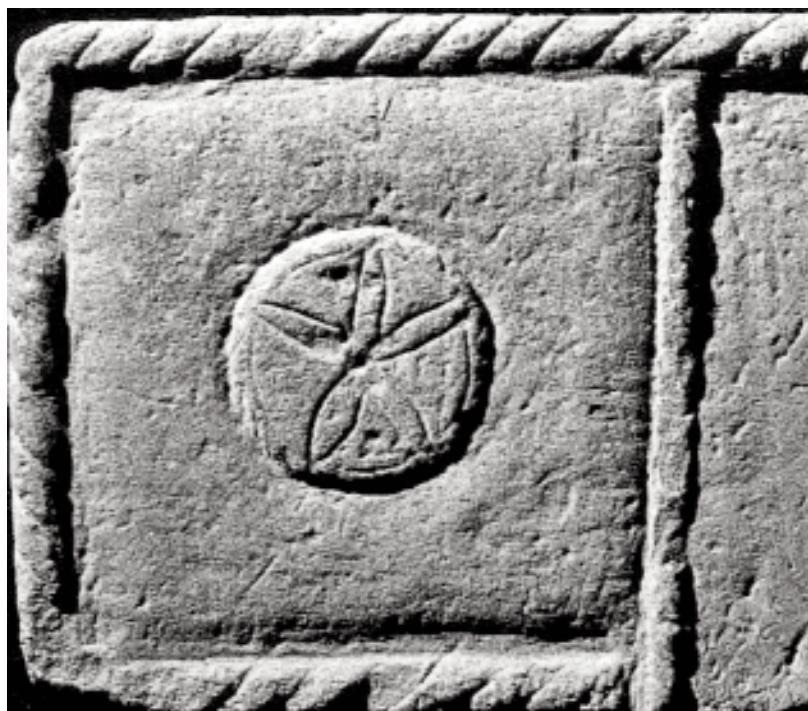
4. FLOR DE QUATRO, CINCO, SEIS E SETE PÉTALAS



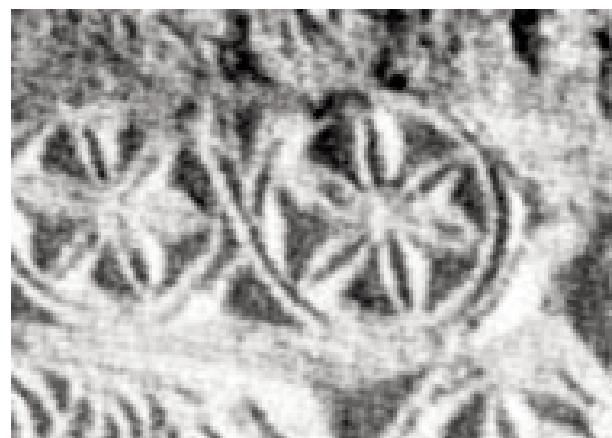
Cerâmica do Gharb.



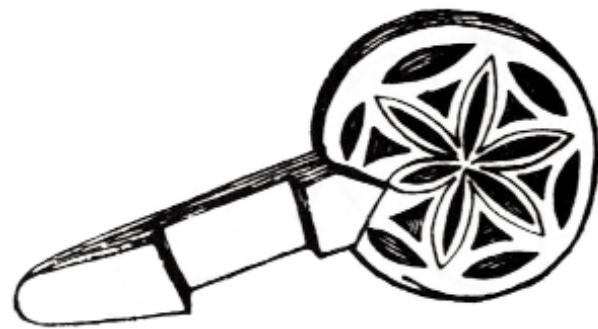
Cerâmica do Gharb.



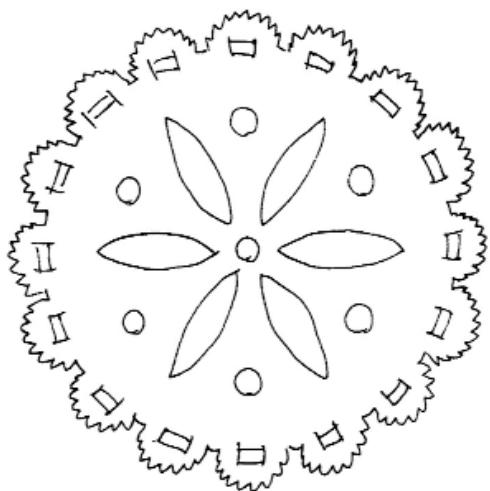
4 A – Detalhe de molde para amuleto, em xisto.



4 B – Detalhe de ajimez, em pedra.



4 C – Cagueda em madeira.



4 D – Detalhe de motivo em saco de pastor; couro de cabra e de cão.



4 E – Detalhe de cerâmica de Nisa.

5. MOLDURA EM ESTILIZACAO FLORAL ASSENTE EM ESTRUTURA DE ESPIRAL COLOCADA ALTERNADAMENTE AO LONGO DE UMA LINHA



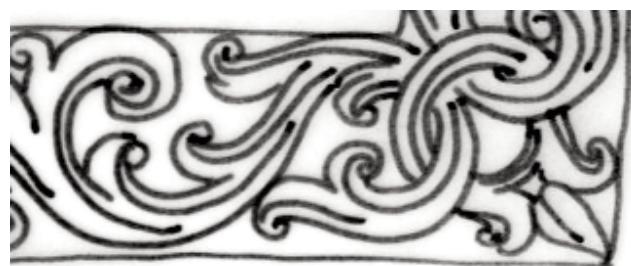
Cerâmica do Gharb.

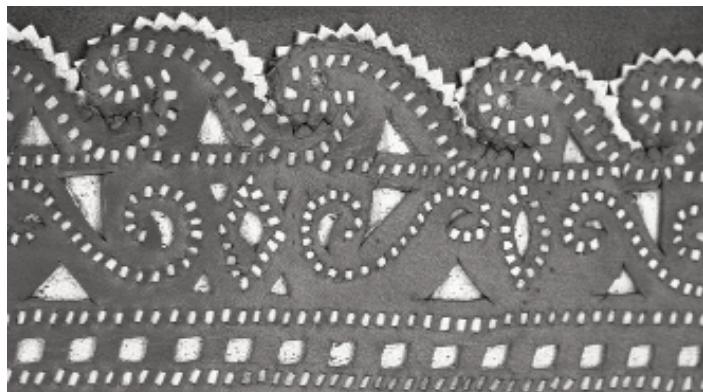


5 A – Detalhe de candil em metal.



5 B – Desenhos de detalhes de estofos em couro bovino lavrado com goiva em V cortante.





5 C – Detalhe de borda de saíões de Aroche (Aracena); couro bovino fino e couro branco de cão.

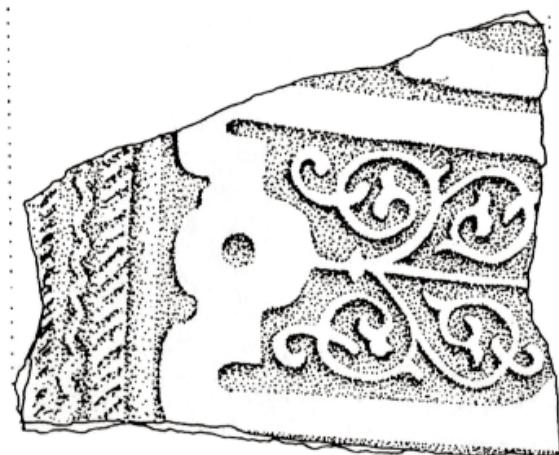


5 D – Detalhe de aljava de Granada, séc. XV; couro de cabra e pergaminho.



5 E – Detalhe de cerâmica de Nisa.

6 – ÁRVORE DA VIDA



Cerâmica do Gharb.



Cerâmica do Gharb.



200

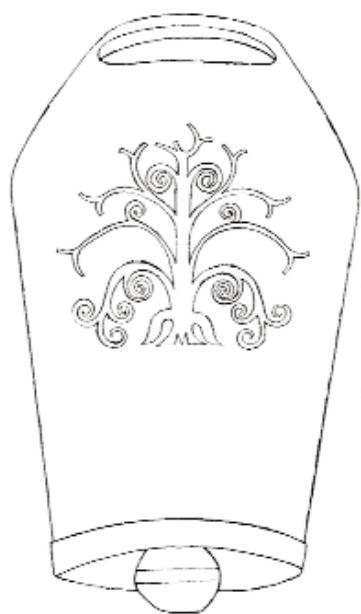
6 A – Detalhe de pedra tumular na Basílica Paleocristã de Mértola; séc. VI.



6 D – Detalhe de safões de Aroche, Aracena, de 1916; couro de cabra e couro branco de cão.

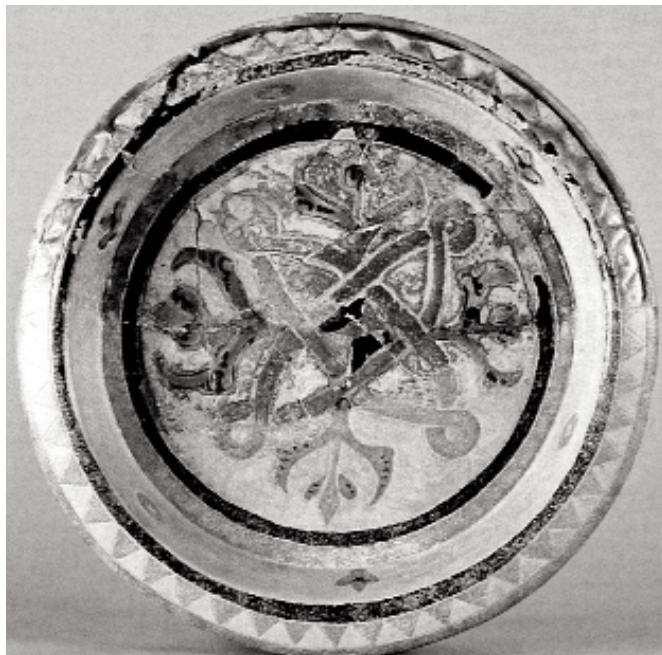


6 C – Detalhe de quadro em couro, com motivo de vaso na técnica do «calado», frequente nos safões.

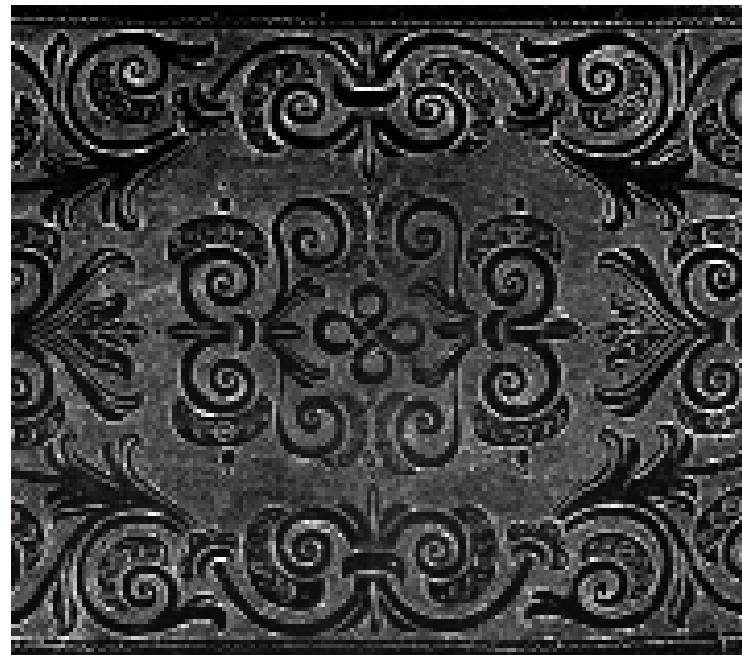


6 B – Campainha de bovino; metal.

7 – NÓ DA ETERNIDADE/ 8 DUPLO

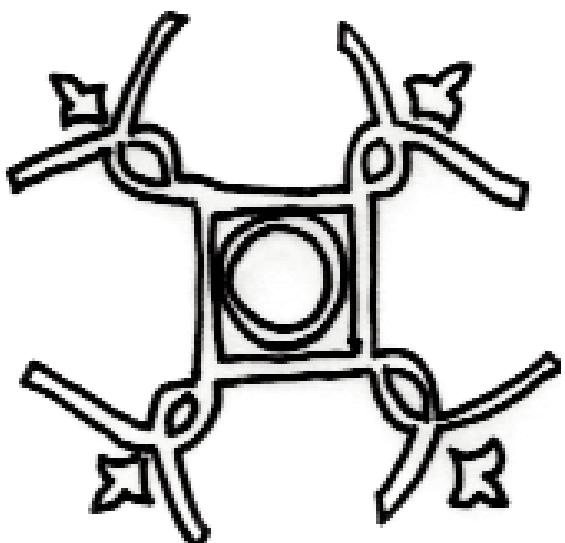


Cerâmica do Gharb.



7 A – Detalhe de estofo em couro bovino lavrado com goiva em V cortante.

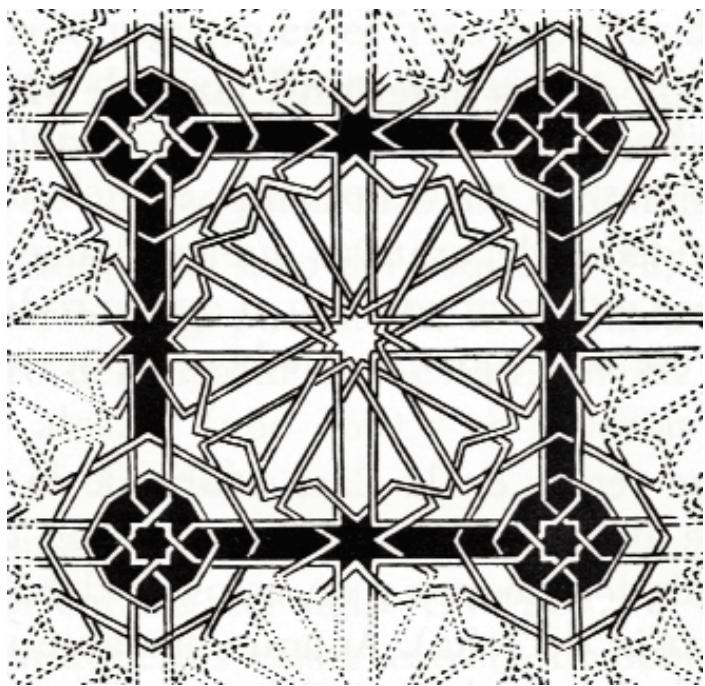
8 – QUADRADO COM CÍRCULOS NOS CANTOS



Cerâmica do Gharb.



8 A – Moeda islâmica de Lisboa, séc. XII; metal.



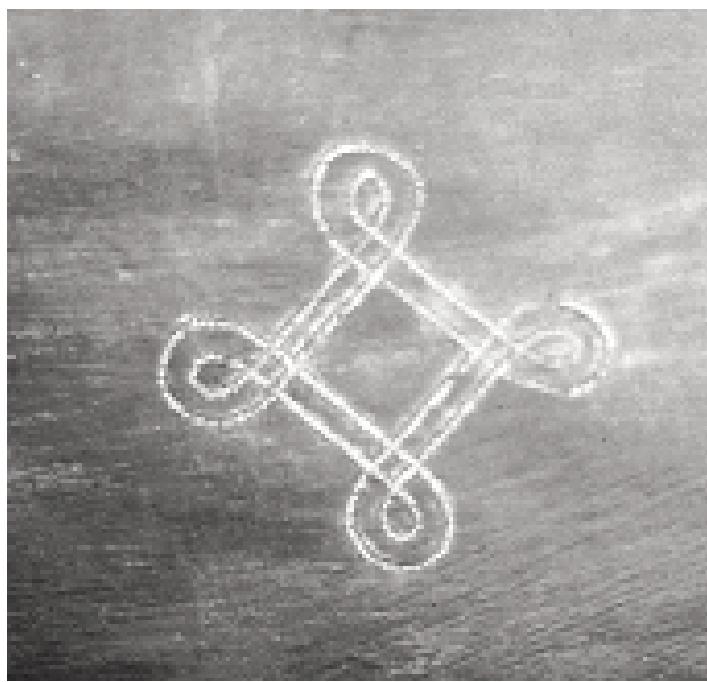
8B – Azulejo do Alhambra de Granada.



8 C – Carimbo para bolos; madeira.



8 D – Detalhe de chifre/contentor para azeitonas ou azeite.



8 E – Motivo pespontado em assento em couro bovino, séc. XVI/XVII inicial.

A SEPULTURA MEDIEVAL DO ALTO DA QUINTINHA (MANGUALDE)

PEDRO PINA NÓBREGA*

FILIPA NETO**

CATARINA TENTE***

1. INTRODUÇÃO

O sítio do Alto da Quintinha localiza-se na periferia da actual cidade de Mangualde, junto ao cruzamento da Estrada Nacional 16 com a Estrada Nacional 234 (Coord. 40°36'36" N; 7°46'36" O de Greenwich), freguesia e concelho de Mangualde, distrito de Viseu.

Em Julho de 2005, durante os trabalhos de abertura de uma vala para a implantação do apoio 5 da linha de electricidade que ligou a Sub-estação de Mangualde ao Viso, foi descoberta uma estrutura sepulcral com vestígios osteológicos. Alertadas as autoridades locais e o Ministério Público, constatou-se tratar-se de um achado arqueológico e por isso foi contactada a Câmara Municipal, para a qual, a essa data, Pedro Pina Nóbrega prestava serviço. Confirmando tratarem-se de vestígios arqueológicos, foi informada a GNR de que deveria dar conhecimento do achado ao extinto Instituto Português de Arqueologia (IPA), como entidade da administração do património cultural competente à data, de acordo com o artigo 78º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

Visitado o local com a Dr.^a Gertrudes Branco, técnica da extensão de Viseu do extinto IPA, e um representante da EDP Distribuição, acordou-se que a escavação seria efectuada pelo arqueólogo avencido da Câmara Municipal de Mangualde,

* Instituto de Arqueologia e Paleociências das UNL e UALg. <http://www.pedropinanobrega.net>.

** IGESPAR IP fneto@igespar.pt

*** Instituto de Arqueologia e Paleociências das UNL e UALQ, catarina.tente@saop.pt.

Nesta visita constatou-se que os trabalhos de escavação efectuados por uma máquina pesada destruído a parte inferior de uma sepultura, arrastando as lajes de cobertura e os ossos que se encontravam no seu interior, e que entretanto haviam sido recolhidos pelos trabalhadores num saco plástico. Registava-se

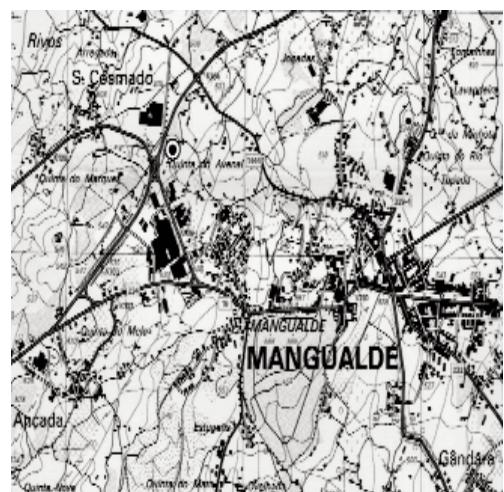


Figura 1 – Localização da zona intervencionada num extracto da folha n.º 189 da C. M P. escala 1: 25 000

ainda uma cavidade associada a uma laje que se pensava tratar de uma segunda sepultura, mas tal não se veio a verificar.

2. INTERVENCAO ARQUEOLÓGICA

Os trabalhos de escavação realizaram-se entre 1 e 4 de Agosto sob responsabilidade de Pedro Pina Nóbrega, coadjuvado por um operário da empresa prestadora de serviços para a EDP Distribuição e por Pedro André Almeida Gil, estudante do ensino secundário e hoje estudante de Arqueologia na FLUP. O levantamento topográfico foi elaborado pelo topógrafo Tiago Rodrigues da EDP Distribuição. O estudo do espólio osteológico exumado foi efectuado por Filipa Jorge Neto.

A estratégia baseou-se na desmontagem de unidades estratigráficas até ao leito da sepultura sem recurso a meios mecânicos. Registou-se fotograficamente as várias fases do trabalho e elaborou-se o respectivo levantamento topográfico. As terras que se encontravam no interior da vala e as que se encontravam no exterior foram crivadas em malha de 3mm.

Atendendo ao facto de no início pensarmos se tratarem de duas sepulturas, definimos dois sectores, o A a Oeste e o B a Este. No entanto, depois de levantada a primeira unidade estratigráfica do sector B, correspondente à camada

Orientação: 270º N

Comprimento total: 191cm.

Comprimento da cabeceira: 18cm

Largura da cabeceira: 22cm.

Largura dos ombros: 28cm.

Largura a meio do corpo: 52cm.

Largura aos pés: 20cm.

Profundidade média: 33cm

Quadro 1 – Descrição métrica da sepultura.

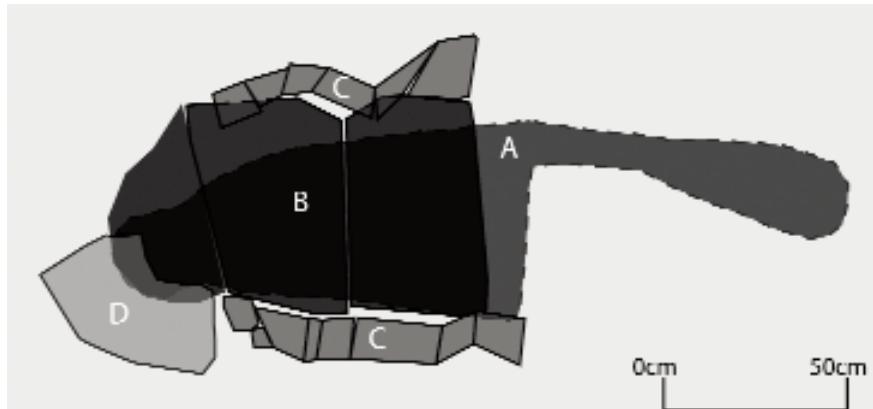


Figura 2 – Planta da sepultura.

(A – leito da sepultura; B – lajes de cobertura; C – calços; D – prováveis lajes da primeira cobertura).



Figura 3 – Vista da sepultura antes de retirarem as lajes.

(As setas indicam as prováveis lajes da cobertura anterior).

superficial encontrámos logo o substrato geológico, neste caso granito. Depois de uma análise atenta do perfil deste sector, e por comparação com o do sector A,

chegámos à conclusão de que a laje que lá se encontrava faria parte do próprio substrato geológico.

No substrato geológico, composto por granito deteriorado, foi escavada uma sepultura em profundidade, onde foi depositado o esqueleto, que foi coberta por lajes. De forma a consolidar as lajes, as suas fendas foram preenchidas por terra e telha de fabrico grosseiro, e as laterais, zonas de união com o substrato geológico, foram preenchidas com calços de granito. Na zona da cabeceira foram identificadas lajes, a uma cota superior à das lajes de cobertura, que cremos poderão corresponder à cobertura anterior. O espaço aberto no substrato geológico para a elaboração da sepultura foi preenchido com terra, cerca de 33 cm. Com o decorrer dos anos foi formada uma camada superficial profundamente «minada» por raízes de árvores.

No final dos trabalhos, de acordo com a técnica da extensão de Viseu extinto IPA, a sepultura foi de novo coberta com as terras retiradas, e o apoio foi colocado no local previsto não afectando a zona escavada.

3. ANÁLISE ANTROPOLOGICA

Devido às condições do achado o trabalho de bioantropologia apenas foi possível de ser realizado em laboratório, tendo tido a análise osteobiográfica os seguintes objectivos principais:

- Averiguar o estado de conservação do achado e entender os processos tafonómicos responsáveis pelas alterações nas superfícies ósseas;
- Identificar o número mínimo de indivíduos (NMI);
- Efectuar o estudo das ossadas de modo a possibilitar aferir o sexo e idade à morte do(s) indivíduo(s);
- Realizar a análise morfológica dos ossos, com o intuito de obter estaturas e graus de mobilidade e actividade dos indivíduo(s);
- Pesquisar paleopatologias que possam ter afectado o(s) esqueleto(s) e inclusive ter sido responsável pela causa da morte.

Este trabalho consistiu na limpeza, marcação, e tratamento das ossadas, dando-se particular atenção ao estado de conservação das mesmas. A inventariação das peças osteológicas seguiu as recomendações existentes em Buikstra e Ubelaker (1994), tendo para tal sido criada uma tabela com referência ao número de inventário, descrição do osso e respectivo grau de preservação óssea. Deste modo, foi possível, metodologicamente, avaliar o estado de conservação do esqueleto, inclusivamente detectar áreas anatómicas melhor conservadas. Nesta fase dos trabalhos de laboratório procedeu-se ainda à tentativa de colagem de fragmentos ósseos que foram posteriormente ensacados individualmente com a respectiva etiqueta identificadora.

De um modo geral, os vestígios osteológicos identificados na sepultura do Alto da Quintinha apresentam um estado de preservação baixo, verificando-se melhor conservados os ossos longos dos membros superiores e inferiores, com excepção do perónio, e em seguida os ossos do crânio (Fig. 4). As restantes áreas anatómicas do esqueleto (extremidades e esqueleto axial) encontram-se em número reduzido ou totalmente ausentes, observação particularmente incidente nas vértebras, factor que veio condicionar fortemente os resultados da análise paleobiológica.

Para esta deficiente preservação óssea, muito terão contribuído factores tafonómicos de ordem natural, nomeadamente a acidez dos solos graníticos e a presença de raízes, que terão agido negativamente sobre as superfícies ósseas, visível pelas estriações longitudinais e a textura áspera que os ossos apresentam (Micozzi, 1991).

Em termos de resultados, identificaram-se dois indivíduos, com base em dois fragmentos de úmero do lado esquerdo e dois fragmentos dos ossos temporais também do lado esquerdo (Hermann *et al.*, 1990).

A estimativa de idade à morte de ambos os indivíduos tornou-se numa tarefa bastante limitativa, uma vez que o mau estado de conservação do osso coxal e a elevada fragmentação do crânio, acima já descrito, apenas possibilitou o diagnóstico a partir das observações do estado da união epifisária dos ossos longos (Ferembach *et al.*, 1980) corroborado por eventuais marcas ou lesões degenerativas nos ossos. Assim foi possível constatar a presença de dois indivíduos adultos, não sendo, no entanto, possível determinar com melhor exactidão a idade à morte.

O diagnóstico sexual, foi considerado a partir da medição da cabeça do fémur, tendo por base os pontos de cisão desenvolvidos por Wasterlain (2000), cuja classificação correcta

atinge cerca de 87 a 89% de fiabilidade. As medições antropométricas realizadas em ambas as cabeças dos fémures exumados indicaram tratarem-se de ossos pertencentes ao género masculino – respectivamente 46,41mm e 47,01mm. O facto de se tratarem de ossos de lados distintos, bem como a respectiva observação morfológica, levanta a hipótese de se tratarem do mesmo indivíduo, devendo, contudo, a este respeito ter-se as devidas reservas.

No que diz respeito ao estudo morfológico dos ossos recuperados na sepultura do Alto da Quintinha, foi dada prevalência ao estudo da análise métrica, recorrendo aos parâmetros desenvolvidos para o efeito (Steele e Bramblett, 1988; Bass, 1995; Buikstra e Ubelaker, 1994), uma vez que a investigação de caracteres discretos se tornou numa tarefa inexplorável.

Deste modo, foi possível calcular a estatura de um único indivíduo, tendo como base o fémur direito que se encontra quase completo e de acordo com a metodologia proposta por Mendonça (2000). Os resultados apontam para uma estatura média de 170 cm (quadro 2), valor que se enquadra nos valores normais para um indivíduo do sexo masculino.

Foram igualmente efectuadas medições antropométricas no sentido de se obterem índices de robustez e achatamento. Estes dados pretendiam contribuir para reflexões ao nível da biomecânica, padrões de actividade e tipos de mobilidade das populações (Brothwell, 1981; Ruff, 2000). Apenas num fémur direito e em duas tibias, esquerda e direita, foi possível obter resultados, verificando-se o fémur um osso pouco robusto (valor de 19), com um achatamento médio e um índice pilástrico fraco e as tibias, aonde não foi possível obter índices pilástricos, sem achatamento. Uma vez que não é possível comprovar se os ossos longos analisados pertencem ao mesmo

	Fórmula de Regressão	Valor (cm)	Resultado (cm)
Comprimento fisiológico	$47.18+0.2663*cf$	46,1	$169,9 \pm 6,90$
Comprimento máximo	$46.89+0.2657*cm$	46,3	$169,9 \pm 6,96$

Quadro 2 – Cálculo da estatura para o fémur de acordo com Mendonça (2000).

indivíduo, torna-se precipitada qualquer conclusão. Não obstante, os dados obtidos parecem evidenciar ossos que morfologicamente se enquadram em padrões de actividade reduzida ou de menor esforço físico (Lovejoy, 1985; Larsen, 1997).

Finalmente, a análise de paleopatologias ou lesões degenerativas nos esqueletos, que tem um contributo fulcral para avaliar o estado sanitário de populações, o seu modo de vida e identificar causas de morte, foi limitada uma vez mais pela fraca conservação dos ossos. A ausência de ossos longos completos e do eixo vertebral impossibilitaram não só a pesquisa de lesões degenerativas como as artroses e entesopatias, como também vestígios de outras lesões patológicas. O único tipo de lesão observada foi a periostite, ou lesão infecciosa não específica, que procede de um ataque de um microorganismo virulento ao nível do exterior do córtex do osso e que, dependendo também da reacção do hospedeiro, pode atacar todo o córtex atingindo a medula óssea (Cunha, 1994). A frequência deste tipo de lesões no periósteo em populações arqueológicas é comum, fazendo da periostite um bom indicador do grau e estado de saúde ou enfermidade de uma população (Campillo, 2001), podendo representar doenças causadas por bactérias e infecções virais, algumas endémicas (mais raramente epidémicas), doenças infecciosas, desordens nutricionais, trauma ou uma variedade de síndromas congénitos (Powell, 1991, *apud* Cunha, 1994). Esta afecção observa-se mais facilmente nas tibias, não sendo o Alto da Quintinha excepção, aonde se detectou um grau ligeiro, caracterizado por pequenas estrias planas de deposição delgada (Cunha, 1994), o que indica que o indivíduo em causa terá provavelmente tido contacto com um foco de infecção, sem que daí adviesse alguma condição patológica mais séria. Relativamente à patologia oral, o mau estado de conservação do único fragmento de maxilar superior recuperado, inviabilizou igualmente qualquer pesquisa e resultados.

4. CONSIDERAÇOES FINAIS

4.1. Cronologia

A presença de restos ósseos de dois inumados e do que parece ser uma sobreposição de lajes de cobertura na zona superior da cabeceira da sepultura, vem comprovar, uma vez mais, que a reutilização dos sepulcros é uma prática comum neste mundo funerário. A identificação de dois indivíduos não significa, aliás, que estes tivessem sido os únicos a ser aí inumados, uma vez que a deficiente conservação do material ósseo poderá ter determinado a decomposição total de restos osteoló-



Figura 4 – Esqueleto 1 (fotografia de José Paulo Ruas).



Figura 5 – Os dois úmeros do lado esquerdo (fotografia de José Paulo Ruas).

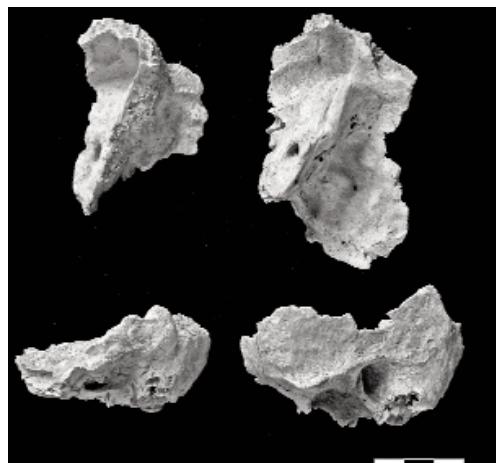


Figura 6 – Fragmentos dos temporais esquerdos (portções petrosas) – vista superior e lateral (fotografia de José Paulo Ruas).

Sítio	Contexto	Código do Laboratório	Datação BP	$\delta^{13}\text{C}$ (‰)	Calibração (cal AD)	
					1 σ	2 σ
Alto da Quintinha	osso	Sac-2333	1080 ± 50	– 17,98	890-1020	810-1040

Quadro 3 – Datação da sepultura do Alto da Quintinha, calibrada fazendo uso da curva IntCal04.

gicos de inumações ainda anteriores. Com efeito, a conservação óssea em sepulturas escavadas no granito é uma situação rara, ocorrendo por norma em cemitérios anexos a igrejas, onde a utilização intensiva do espaço funerário aporta muita matéria orgânica aos solos, reduzindo desta forma a ação ácida dos mesmos sobre alguns dos enterramentos, sobretudo os mais recentes. Esta situação é muito comum em cemitérios mais tardios, como os da plena e baixa Idade Média ou mesmo de época moderna. É, principalmente por esta razão, que o sítio do Alto da Quintinha se torna fundamental para o estudo das sepulturas escavadas na rocha.

A raridade do achado e a escassez de dados cronológicos precisos para o mundo funerário rupestre foram as razões que justificaram a realização de uma datação de radiocarbono por método convencional. Para tal, utilizou-se um dos fémures recuperados, por ser o osso que mais conservou colagénio, tornando

verosímil que a data obtida corresponda à inumação mais recente e, desse modo, seja impossível ter uma ideia do tempo decorrido entre ambos os enterramentos (e, logo, da cronologia total de utilização do sepulcro), questão que só poderá ser resolvida através de datações AMS dos dois úmeros esquerdos ou dos parietais recuperados.

A datação obtida para esta sepultura antropomórfica aponta, com maior probabilidade, para a sua utilização durante o século X. Relativamente à cronologia das sepulturas antropo-

mórficas já muito se escreveu, mas nem sempre com dados concretos que sustentassem as cronologias apontadas. Neste aspecto, é de referir a escavação do claustro do Convento de Santa Marinha da Costa por ser um dos poucos contextos com estratigrafia onde se pôde propor uma evolução crono-tipológica. Na sequência do estudo da necrópole associada aos edifícios religiosos suevo-visigodo e galaico-astur, Mário Barroca definiu uma evolução na arquitectura dos sepulcros no sentido do antropomorfismo já durante os níveis de ocupação galaico-asturianos, mais precisamente durante o século XI (Barroca, 1987, p. 138). Ora, a sepultura do Alto da Quintinha é, pelo menos, do século anterior, o que mostra que as sequências crono-tipológicas definidas para determinados contextos não podem ser extrapoladas para outros e, muito menos, usadas como paralelo para a datação de sepulturas rupestres em espaço rural não associadas a edifícios religiosos, como é o caso.

Semelhantes em termos tipológicos são também as duas sepulturas escavadas no Verão de 2008 no sítio do Aljão, a cerca de 13 km do Alto da Quintinha, na margem oposta do Mondego. Têm em comum o facto de serem antropomórficas e apresentarem coberturas em lajes de granito seladas com pequenas pedras e fragmentos de cerâmicas de construção (reaproveitadas estruturas próximas de cronologias mais antigas). Uma destas sepulturas estava ainda selada e a outra conservava apenas parte da sua cobertura, pois as lajes que a cobriam foram removidas por uma lavra do terreno nos anos de 1980. Infelizmente, nenhuma apresentava conservação orgânica, o que inviabiliza um estudo bioantropológico dos inumados e dos rituais associados. No entanto, a identificação de vários pedaços de carvão – que parecem ser resultantes de uma cobertura em madeira da Sepultura 2, cujo negativo ficou marcado na rocha na área de ligação da cabeça com o corpo

- poderá dar alguma informação cronológica para a utilização desta necrópole, através da sua datação absoluta. Neste caso em particular, e provavelmente à semelhança do que ocorre com o contexto da sepultura do Alto da Quintinha, estas sepulturas estão integradas numa necrópole da qual se conhecem até ao momento nove sepulturas (Tente, 2007, p. 80).

Assim, quanto à cronologia de utilização das sepulturas antropomórficas escavadas na rocha, a única certeza que poderemos ter é que as mesmas tiveram uma larga diacronia, estando por vezes ainda em utilização em pleno século XV, como documenta a datação obtida para um enterro da necrópole de Marialva, que oscila entre 1400 e 1620 (Cunha, Umbelino, Tavares, 2001).

O resultado do Alto da Quintinha parece indicar a sua contemporaneidade com o castelo roqueiro do Penedo dos Mouros (Gouveia), onde existe também uma sepultura antropomórfica escavada na rocha. Neste sítio arqueológico, situado a cerca de 15 km do Alto da Quintinha, foram obtidas duas datações de radiocarbono para o nível de destruição da estrutura defensiva construída em madeira que aí existiu, que colocam o acontecimento precisamente no século X (Tente, 2007, p. 50). Contudo, neste caso não há qualquer relação estratigráfica entre a sepultura e os vestígios da estrutura defensiva, pelo que aquela pode ser anterior ou posterior ao século X, ainda que na escavação arqueológica não se tenham ainda identificado ocupações posteriores à destruição documentada.

A datação de radiocarbono abre ainda uma outra porta para o estudo do indivíduo datado. Com efeito, o resultado de $\delta^{13}\text{C}$ apresenta um valor ligeiramente inferior a -18‰ , o que sugere provisoriamente uma componente marinha na dieta do indivíduo. Este dado terá ainda de ser validado através da confirmação daquele valor e da determinação do respectivo $\delta^{15}\text{N}$, análises que se pretende levar a cabo proximamente. Caso se confirme a suspeita de uma componente aquática o inumado do Alto da Quintinha será um importante caso para o estudo da mobilidade destas gentes, entre o litoral e a Beira Interior, durante a Alta Idade Média.

4.2. Inserção regional

Conhecem-se sepulturas escavadas na rocha em toda a área do planalto do vale do rio Mondego, as quais mereceram diversos estudos específicos, entre os quais algumas teses de mestrado (Marques, 2000; Lourenço, 2007; Tente, 2007). No espaço que envolve o sítio do Alto da Quintinha, estão identificadas várias pequenas necrópoles escavadas na rocha e alguns casos de sepulturas isoladas. Aliás, esta área geográfica caracteriza-se, na Alta Idade Média, pela existência de numerosos vestígios deste tipo de inumações, as quais raras vezes se integram em agrupamentos de mais de cinco sepulturas, sendo o mais comum o aparecimento de sepulturas isoladas ou grupos de duas ou três. Este tipo de sítios tem sido interpretado como o reflexo de um povoamento disperso, constituído essencialmente por pequenos casais e quintas.

Assim, não é de estranhar que num raio de cerca de 10 km em redor do Alto da Quintinha se conheçam várias sepulturas escavadas no granito, ocorrendo um elevado número de sepulturas isoladas, como são os casos das sepulturas de Presas, Quinta do Grilo, Quinta da Raposa, Carvalha Gorda, Cova da Moira, Laje, Lajinha, Tapada, Cancela, Peliteiro, Cova da Moira, Quinta da Calçada, Fraqueiro, Pesadoiros, Quinta do Espinhal, Trogal, Santa Marinha (Marques, 2000, pp. 68-92, Mendes, 2003, Nóbrega, 2004 e 2007, Tavares, 1999 e 2007). Apenas estão documentadas duas necrópoles com mais de quatro sepulturas no actual concelho de Mangualde: o sítio de Campas, na freguesia de Mangualde, com sete sepulturas, e a necrópole das Quelhadas, em Cassurrães, com seis sepulturas (Gomes e Carvalho, 1992, p. 99-100, 136-137). A única excepção é a necrópole da Igreja Matriz de Mangualde, escavada nos anos de 1980 por Nunes Pinto, onde se identificaram 44 sepulturas. Contudo, a cronologia desta necrópole remonta a momentos mais tardios ao século X e, por isso, não teria sido contemporânea do Alto da Quintinha (Pinto, 1983). No caso desta necrópole, a relação directa com um edifício religioso é igualmente a razão para se terem agregado tantos sepulcros neste espaço, o que não ocorre com os outros vestígios funerários medievais conhecidos nesta área.

As circunstâncias do achado apenas permitiram identificar a sepultura objecto de estudo no presente texto. Porém, é provável que a mesma não esteja isolada, a crer nas referências orais que referem o aparecimento de mais ossadas nas imediações. Se tal se confirmar, a sepultura estará portanto inserida numa necrópole cuja dimensão é, por agora, impossível de determinar.

A cerca de 1Km a Este-Sudeste situa-se a antiga Igreja Matriz de Mangualde, que teve a sua fundação num *monasterium* medieval do séc. XI, que, por sua vez, se implantou numa zona de forte presença romana (Alves, 1990, p. 12; Gomes e Carvalho, 1992, p. 86).

Curiosamente, ou talvez não, a forma predominante nestas sepulturas do actual concelho de Mangualde é a antropomórfica, conhecendo-se, num universo de 73 exemplares, apenas oito não antropomórficas (Marques, 2000, pp. 68-92, Mendes, 2003, Nóbrega, 2004 e 2007, Tavares, 1999 e 2007). A disparidade entre estes dois tipos de sepulcros não é tão evidente na margem direita do Mondego, onde em 160 sepulturas apenas cerca de 93 são antropomórficas (Tente, 2007, p. 85-90). A realidade é igualmente diferente no que concerne ao agrupamento de sepulturas já que, em particular no sector mais montante do vale, se conhecem necrópoles rupestres de maior dimensão, chegando às dezenas de sepulturas, como é o caso de S. Gens, em Celorico da Beira (Lobão, Marques e Neves, 2006).

4.3. Conclusão

Face à diversidade de tipos de arquitectura e de implantações e também à possibilidade de, na maioria dos casos, não haver qualquer espólio artefactual ou restos osteológicos preservados, é fundamental que todos os casos de sepulturas que

reúnem condições de preservação óssea ou que se encontrem integrados em estratigrafias arqueológicas, sejam estudados e datados por C¹⁴. Só deste modo se poderão estabelecer balizas temporais sólidas para a utilização deste tipo de comportamento funerário, mesmo que essas balizas temporais sejam aplicáveis apenas a regiões relativamente restritas. Não será demais sublinhar também que o estudo dos ossos, quer no domínio da bioantropologia, quer da arqueometria, tem a vantagem de nos fornecer informação directa sobre estas gentes medievais.

AGRADECIMENTOS

O nosso agradecimento ao Doutor António Monge Soares pela sua sempre disponibilidade para participar, ajudar e ensinar nas temáticas relativas às datações radiométricas. Um obrigado especial ao José Paulo Ruas pelas suas excelentes fotografias que documentam este trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, A. (1990), *Igreja Matriz de Mangualde*. Mangualde: Câmara Municipal de Mangualde.
- BARROCA, M. J. (1987), *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV)*. Dissertação para Provas Públicas de Capacidade Científica, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto.
- BASS, W. M. (1995), *Human Osteology. A field guide and manual*. Missouri: Missouri Archaeological Society.
- BROTHWELL D. R. (1981), *Digging Up Bones: the Excavation, Treatment and Study of Human Skeletal Remains*. London: British Museum.
- BRUZEK, J. (2002), A method for visual bone determination of sex, using the hip bone. *American Journal of Physical Anthropology*. 117, p.157-168.
- BUIKSTRA, J., UBELAKER, D. (1994), *Standards for data collection from human skeletal remains*. Vol. 44. Arkansas: Arkansas Archaeological Survey Research Series.

- CAMPILLO, D. (2001), *Introducción a la Paleopatología*. Barcelona: Ediciones Bellaterra.
- CUNHA E. (1994), Paleobiología das Populações Mediavais Portuguesas. *Os casos de Fão e São João de Almedina*. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra.
- CUNHA, E., UMBELINO, C., TAVARES, T. (2001), A Necrópole de São Pedro de Marialva. Dados antropológicos. *Estudos*. 1. Lisboa: IPPAR, p. 139-143.
- FEREMBACH, D. S., I.; STOUKAL, M. (1980), Recommendations for age and sex diagnosis of skeletons. *Journal of Human Evolution*. 9, p. 517-549.
- HERRMANN, B., HUMMEL, S., PIEPENBRINK, H., SCUTKOWSKI, H. (1990), *Praehistorische anthropologie. Leitfanden der Fels – und Labormethoden*. Berlin: Pringer Verlag.
- GOMES, L. F. C., CARVALHO, P. S. De (1992), *O património arqueológico do concelho de Mangualde*. Mangualde: Câmara Municipal de Mangualde.
- LARSEN, C. S. (1997), *Bioarchaeology: Interpreting behaviour from the human skeleton*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LOBÃO, J., MARQUES, A. C. e NEVES, D. (2006), Património arqueológico de Celorico da Beira: subsídios para o seu inventário e estudo. *Praça Velha*. 19. Guarda, p. 15-37.
- LOURENÇO, S. (2007), O povoamento alto-medieval entre os rios Dão e Alva. *Trabalhos de Arqueologia*. 50. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- LOVEJOY, C. O., MEINDL, R. S., PRYSBECK, T. R., MENSORTH, R.P. (1985), Chronological metamorphosis of the auricular surface of the illium: a new method for the determination of adult skeletal age at death. In: *Am. J. Phys. Anthropol.* 68, pp. 15-28.
- MARQUES, J. A. De M. (2000), *Sepulturas escavadas na rocha na região de Viseu*. Viseu [s.n].
- MENDES, N. C. (2003), Vestígios arqueológicos: Freguesia de Póvoa de Cervães. *Anim'arte*. Viseu. 47, pp. 20-25.
- MENDONÇA, M. C. (2000), Estimation of Height from the length of Long Bones in a Portuguese Adult Population. In *Am. J. Phys. Anthropol.* 112, pp. 39-48.
- MICOZZI M. (1991), *Postmortem Change in Human and Animal Remains – A systematic approach*. Springfield: Charles C. Thomas Publisher.
- NÓBREGA, P. P. (2005), Sepulturas escavadas na rocha. *Boletim Municipal O Zurão* [on-line]. 5, Dez. 2005 [consultado em 08-12-2008], p. 21. Disponível em <http://issuu.com/pedropinonobrega/docs/cmm_sercht>.
- NÓBREGA, P. P. (2007), Sepulturas escavadas na rocha da freguesia de Quintela de Azurara. *Beira Alta* [on-line]. 66: 3-4 [consultado em 08-12-2008], p. 247-192. Disponível em <http://issuu.com/pedropinonobrega/docs/ba_serqta>.
- PINTO, A. N. (1983), Notas sobre a necrópole medieval da igreja matriz de Mangualde. *Mundo da Arte*. Coimbra. 16, pp. 67-70.
- RUFF, C. B. (2000), Biomechanical analyses of archaeological human skeletons. In Katzenberg, M. A.; Saunders, S. R., eds. – *Biological Anthropology of the Human Skeleton*. New York: Wiley-Liss, pp. 71-102.
- STEELE, D. G., BRAMBLETT, C. A. (1988), *The Anatomy and Biology of the Human Skeleton*. Texas: Texas A&M University Press.
- TAVARES, A. L. M. (1999), *Sepulturas escavadas na rocha no concelho de Mangualde*. Mangualde: Associação Cultural Azurara da Beira.
- TAVARES, A. L. M. (2007), *Sepulturas escavadas na rocha das freguesias de Cunha Baixa e Espinho: contributos para a história da alta Idade Média numa micro-região*. Mangualde: Grupo Cultural e Recreativo de Santo Amaro de Azurara.
- TENTE, C. (2007), *A Ocupação Alto-medieval da Encosta Noroeste da Serra da Estrela*. Trabalhos de Arqueologia, 47. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- UBELAKER, D. (1989), *Human Skeletal Remains: Excavations, Analysis, Interpretation*. 2^a edition. Washington: Taraxacum Washington.
- WASTERLAIN, S. (2000), *Morphé – Análise das proporções entre os membros, dimorfismo sexual e estatura de uma amostra da coleção de esqueletos identificados do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra*. Dissertação apresentada à Universidade de Coimbra para a obtenção do Grau de Mestre em Evolução Humana, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- WHITE T. D. (2000), *Human Osteology*. [s.n]: Academic Press.

Nota:

Texto entregue para publicação em Novembro 2008. Na dissertação de doutoramento de Catarina Tente (2010 – Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego, Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL) foram apresentados os resultados das análises dos isótopos $\delta^{13}\text{C}$ e $\delta^{15}\text{N}$.

A ECONOMIA ALIMENTAR DOS MUSULMANOS E DOS CRISTÃOS DO CASTELO DE PALMELA: UM CONTRIBUTO

JOÃO LUIS CARDOSO*

ISABEL CRISTINA F. FERNANDES**

1. O CASTELO DE PALMELA NA ÉPOCA ISLÂMICA

O castelo de Palmela situa-se num morro com cerca de 250 m de altitude, sobranceiro ao Sado e à Arrábida, com um domínio visual notável sobre a planície que se estende a norte até ao Tejo e para lá das suas margens, até Lisboa e Sintra. A poente, as colinas da Pré-Arrábida completam o conjunto paisagístico que surpreende todos os que dele desfrutam. A esta diversidade geográfica associa-se a generosidade dos solos na planura e a proximidade dos rios e do Atlântico, proporcionando múltiplos atractivos à fixação humana.

As potencialidades geo-estratégicas decorrentes deste enquadramento (Fig. 1), fizeram de Palmela um lugar de preferência do ponto de vista militar e consequentemente um centro do poder político e administrativo da região. Esta situação constata-se para todo o período islâmico, se considerarmos as evidências arqueológicas e algumas referências dos textos muçulmanos e cristãos. Admitimos que a presença islâmica no sítio tenha ocorrido numa fase precoce do período Omíada, sustentando-nos na referência a um sinete aparecido em Palmela em 1772, com inscrição datada de 790-791 e cujo paradeiro é hoje desconhecido (Barroca, 2000, III, p. 53), no achado de dirhams omíadas na encosta sul do castelo (Antunes, 1999, p. 133) e ainda nas características morfológicas de algumas cerâmicas recolhidas em contexto arqueológico. É, no entanto, a partir do último

quartel do séc. IX, com a radicação dos Banū Dânis em Qasr Abî-Dânis (Alcácer do Sal) e o domínio da região por esta família berbere, que a islamização da Arrábida e de Palmela se terá tornado efectiva. Al-Râzî indica-nos que «*No limite das regiões de Beja e de Lisboa, estão as montanhas chamadas Montes dos Banu Benamocer e que os habitantes denominam de Arrábida (al-Râbita)*» (*La Description de l'Espagne d'Ahmad al-Râzî*, 1953, p. 90). Terá sido nesta altura erguida a fortificação, correspondendo sensivelmente ao espaço da alcáçova, depois alargada para poente, muito provavelmente um albacar para protecção de gado.

Da fértil região envolvente, povoada de casais e alcarias, provinham os recursos tributários do distrito castral encabeçado por Palmela.

São amplos, no castelo de Palmela, os testemunhos arqueológicos para os períodos califal, das primeiras taifas, almorávida e almóada. Muito escassas, as referências escritas limi-

* Universidade Aberta e Academia Portuguesa da História. arqueolo@univ-ab.pt

** Serviço de Arqueologia e GEsOS – Câmara Municipal de Palmela. ifernandes.cm-palmela.pt

tam-se a *Al-Himyari*, um autor do século XIV que o designa por *Hisn Balmalla* (Al-Hymyari, 1938, p. 23, 24) e a autores cristãos nos relatos da gesta da *reconquista* ou na documentação régia desse período.

2. TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS REALIZADOS

Os trabalhos arqueológicos no castelo iniciaram-se em 1992, por ocasião da implementação de um programa de recuperação do monumento, que contemplava o seu prévio estudo histórico-arqueológico. Entre essa data e 2005 realizaram-se várias campanhas dentro da alcáçova, na igreja de Santa Maria, que está adossada ao muro poente da cidadela, e no exterior da mesma, para reconhecimento do traçado do fosso, na encosta norte.

A previsível presença islâmica foi confirmada de forma absoluta, abundantemente testemunhada por materiais do quotidiano e por restos de edificados, na maior parte das vezes registados em contexto e balizados entre os séculos VIII-IX e XII.

As espécies osteológicas que foram objecto do estudo a que se refere este artigo, provêm de espaços distintos da alcáçova (Fig. 2):

- uma área a norte, as chamadas «galerias», salas que faziam parte de quartéis militares do séc. XVII;
- uma área central, onde se localizam estruturas de armazenamento de água e de outros consumíveis (cisterna e silos) e a residência dos governantes do castelo no período muçulmano;
- uma área a nascente, junto à muralha, onde se registaram níveis da segunda metade do séc. XII e dos séculos XIII e XIV, evidenciando um período conflituoso entre muçulmanos e cristãos, de 1147 a 1194.

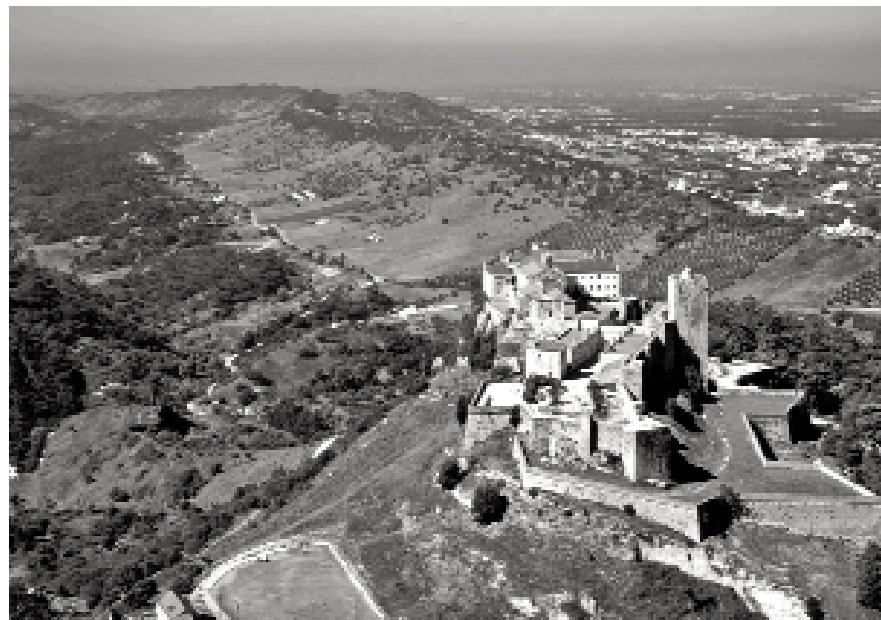


Figura 1 – O castelo de Palmela no contexto paisagístico da pré-Arrábida.

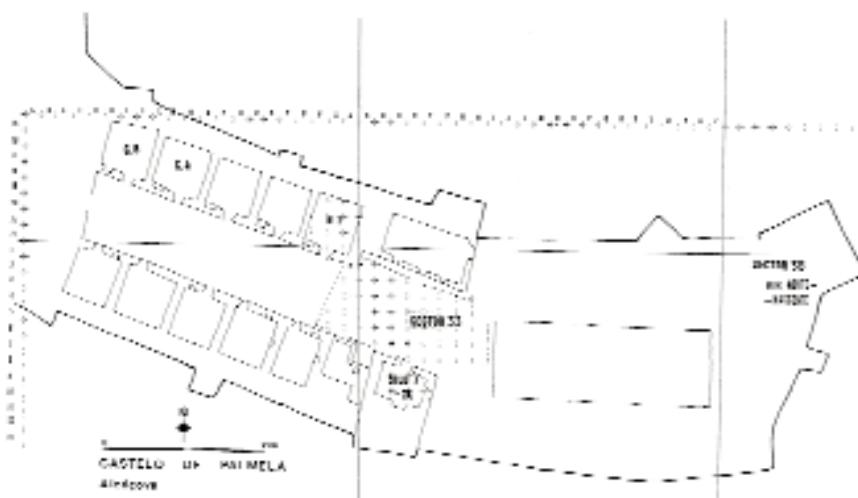


Figura 2 – Planta da alcáçova do castelo de Palmela com a localização dos sítios de proveniência do espólio ósseo agora estudado.

As galerias que forneceram mais e melhor informação foram a 1, a 4 e a 5, onde se exumaram vários exemplares deste estudo. Na área escavada registaram-se habitações adossadas à muralha, que devem corresponder às moradias dos governantes do castelo, datadas do séc. IX e seguintes. Foram construídas em pedra calária local e cobertas de telha de canudo, pintada a branco ou com decoração incisa, sendo as paredes por vezes revestidas a estuque pintado. É complexa a estratigrafia que resultou dos trabalhos mas de boa fiabilidade, permitindo datar contextos antigos, escassamente documentados no território do Gharb al-Andalus.

Os estratos estudados situam-se entre a fase do Emirato e a fase Almóada e encontravam-se associados a cerâmicas e a alguns objectos de metal e osso.

Da área central da alcáçova exumou-se a maior parte do espólio ósseo estudado, recolhido nos silos de origem muçulmana e que foram posteriormente usados como lixeira pelos portugueses (Fig. 3) e nos níveis estratigráficos subjacentes à necrópole de freires da Ordem de Santiago, instalada em estratos islâmicos dos sécs. XI-XII. Trata-se de um conjunto de 16 sepulturas que deveria integrar o primeiro edificado da Ordem de Santiago em Palmela, a quem o castelo havia sido doado em 1186. Sob este cemitério registaram-se estruturas de habitat e silos do período muçulmano, alguns dos quais forneceram espólio datável do Califado. Como se disse, a área residencial dos governantes muçulmanos adossava à muralha norte da alcáçova, espaço depois igualmente escolhido pelos portugueses para a instalação dos seus núcleos de poder religioso e militar (Fig. 4).

A área nascente corresponde às primeiras ocupações portuguesas do castelo e à derradeira presença muçulmana. Destinava-se seguramente à guarnição do castelo. Subsistem traços de uma gestão de guerra no sector 38 (muralha norte-nascente), com vestígios de fornos de forja, decerto usados para suprir as necessidades mais prementes em armamento e outras espécies afins, de que se exumaram vários exemplares, além de loiça doméstica, com destaque para as típicas canequinhas em uso pelos militares cristãos (Fig. 5). A unidade estratigráfica 6, sobretudo nos primeiros subníveis, é uma amalgama desta realidade, oferecendo espólio almóada e cristão dos sécs. XII-XIII, em suma, ilustrando a fase belicosa do final da *reconquista* na península da Arrábida, pelo menos até à tomada de Alcácer do Sal (1217).

É pois da dieta alimentar das elites radicadas no castelo e das suas guarnições que este estudo nos fala, proporcionando uma visão do que seriam as suas práticas cinegéticas, a selecção das peças para consumo e algumas das formas da sua preparação culinária.

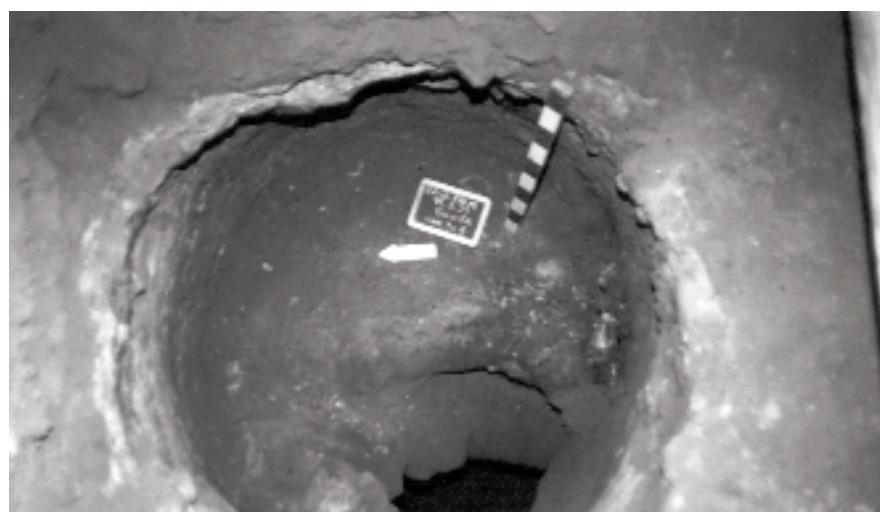


Figura 3 – Silo 7A em processo de escavação.

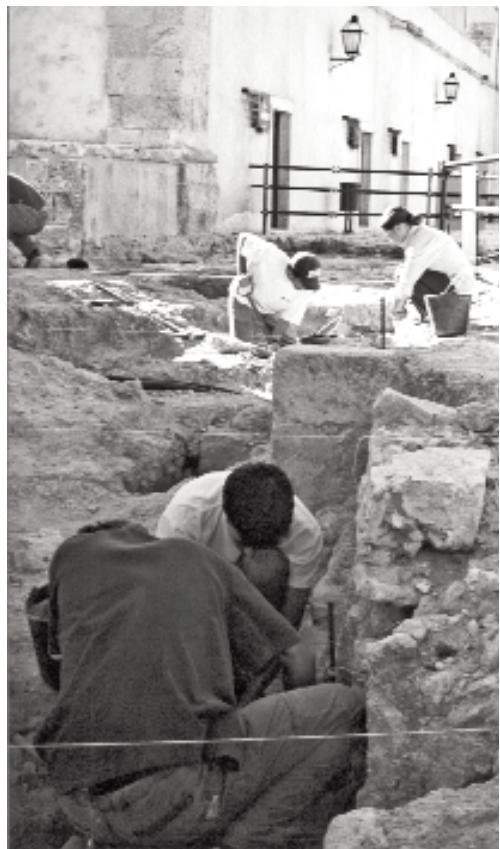


Figura 4 – Aspecto das escavações arqueológicas na área central da alcáçova (sector 33).

3. ESTUDO DOS MATERIAIS FAUNÍSTICOS

2.1 Princípios metodológicos

O material osteológico adiante descrito resultou das diagnoses efectuadas no decurso das sessões de trabalho realizadas ao longo do último trimestre do ano de 2000, no castelo de Palmela, onde se conservavam os referidos materiais.

O elevado volume de material visto, e a sua representatividade, apesar de corresponder apenas a uma parte da totalidade do material recolhido, justificou a publicação dos resultados obtidos, concretizada pelo presente estudo, sem embargo de os estudos actualmente em curso poderem completá-los, sobretudo em

domínios que não foram intencionalmente abordados, como a biometria e a sua eventual variação ao longo do tempo, designadamente dos bovinos, ovinos e caprinos, com evidente interesse para o conhecimento dos processos de domesticação adoptados tanto por muçulmanos como por cristãos. Sobre esta temática existe, aliás, interessante contributo que merece aprofundamento (Davis, 2007).

Também não foi objecto do presente trabalho a exploração das diferenças morfológicas apontadas por diversos autores entre alguns segmentos anátomicos de ovinos e caprinos, susceptíveis de providenciarem a respectiva separação (Zeder & Pilaar, 2010). Com efeito, tal separação, do ponto de vista estritamente económico – perspectiva que é a dominante na abordagem adoptada no presente estudo – não

assume especial relevância, já que, ainda hoje, são comuns os rebanhos mistos de ambas as espécies, embora do ponto de vista ecológico haja diferenças entre elas, suportando as cabras ambientes mais secos e agrestes.

Outra dificuldade bem conhecida corresponde à diferenciação entre o porco doméstico e o javali. Embora existam já alguns estudos biométricos que permitam em certos ossos caracterizar essas diferenças (Albarella *et al.*, 2005), as mesmas basearam-se essencialmente no tamanho e na robustez dos ossos homólogos, critério que foi também seguido. Sendo provável que, no período muçulmano, se respeitasse a lei corânica, que interdita o consumo de carne de porco, o «animal imundo», é provável que a ocorrência de suídeos em contextos desta época se fique a dever à caça do javali, situação já verificada em Portugal, no contexto islâmico almóada de Mesas do Castelinho, Almodôvar (Cardoso, 1994). Com efeito, a forte robustez de alguns exemplares e a morfologia de outros (designadamente das defesas superior e inferior), não deixa grandes dúvidas quanto àquela conclusão; por outras palavras, sempre que é possível a diagnose, no que concerne a contextos islâmicos do castelo de Palmela, é à forma selvagem que os materiais se reportam. Confirmação complementar do acerto das diagnoses realizadas, é o facto de se ter verificado que o único conjunto seguramente atribuível a porco doméstico corresponde a época tardia, onde materiais muçulmanos se encontram misturados com produtos da dominação cristã.

Na contabilização dos restos identificados seguiu-se o critério de valorizar a peça anatómica tal como foi encontrada. Tal significa que um dente isolado, para aquele cálculo, foi considerado equivalente de um fragmento mandibular ainda com diversos dentes conservados nos alvéolos, os quais, vistos isoladamente, seriam considerados como vários restos independentes. Por outro lado, não foram consideradas as esquírolas, os fragmentos de costelas e as vértebras, cuja identificação anatómica, embora nalguns casos fosse possível, seria morosa e não conduziria a volume significativo de informação acrescida.

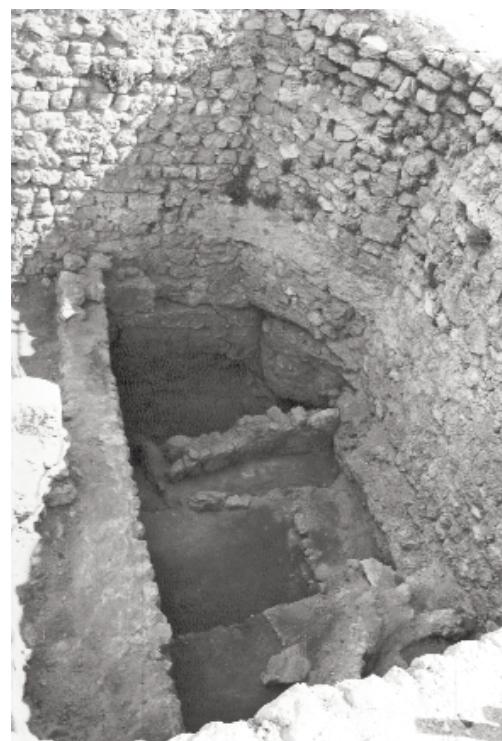


Figura 5 – Área escavada junto às muralhas Norte/Nascente da alcáçova, onde se registou a Unidade Estratigráfica 6, com materiais almóadas e cristãos (séculos XII a XIV).

2.2. Inventário

Gal. 4 – 18/7/95 N 18 / O 18 C. 15 (Silo) para C. 14. Islâmico. Séculos VIII-IX

Ovis / Capra (tudo compatível com 1 único ind.)

- ossicone
- porção proximal de crânio c/ occipital
- hemimandíbula c/ P/3, P/4, M/1, M2 e M/3 com fraco ou nulo desgaste; marcas de corte no arranque do ramo ascendente, que falta
- Rádio de subadulto c/ falta de epífise dist. Marcas de corte na extr. art. prox.
- omoplata inc.
- porção de ilíaco
- diáfise de tíbia c/ marcas de corte

- porção de diáfise tibial (lado oposto à anterior)
- metade distal de fêmur de subadulto, com falta de epífise dist.

Oryctolagus cuniculus

- 1 porção cranial
- 2 hemimandíbulas de lados opostos (mesmo indivíduo?)
- 1 hemimandíbula de menores dimensões

Gal. 1 – 15/7/95 X21/Z21 C. 19A. Islâmico. Século IX (?)

Bos taurus

- 2 porções de ramo horizontal de mandíbula de lados opostos
- porção de ramo horizontal de mandíbula de juvenil
- M/3 c/ desg. forte
- M/2 c/ desg. forte
- M/1 c/ desg. forte } mesmo indivíduo
- porção de ilíaco
- extremidade articular distal de húmero
- extremidade articular proximal de tíbia

Ovis / Capra

- porção craniana
- M/3 não desgastado; M/2 e M/1 pouco gastos (mm. ind.?)
- M/2 pouco gasto
- esquírola da diáfise de húmero, roído
- porção mesial e distal de rádio de subadulto (falta da extremidade articular distal)
- extremidade articular proximal de metacárpico com marcas de fogo
- 1ª falange de subadulto, c/ extremidade articular proximal em falta

Cervus elaphus

- osso do carpo

Oryctolagus cuniculus / Lepus sp.

- metade proximal de tíbia

Gal. 1 – 28/7/95 X20 10C. Islâmico. Séculos IX-X

Bos taurus

- osso do carpo

- porção mesial de diáfise de rádio
- 2 fragmentos de omoplatas de lados distintos

Ovis / capra

- metade distal de húmero

Canis familiaris

- fragmento de omoplata conservando superfície articular com o húmero

Cervus elaphus

- porção proximal de metatársico
- porção distal de rádio
- esquírola proximal, com parte da superfície articular, de metacárpico

Oryctolagus cuniculus / Lepus sp.

- acetabulum (coelho)
- metade proximal de tíbia de grandes dimensões (lebre?)

Gal. 1 – 25/9/94 Z 20 C. 9B. Islâmico. Séculos IX-X

Bos taurus

- côndilo de vértebra com marcas de fogo

Pecten maximus

- 2 fragmentos (da mm. concha?)

Patella sp.

- 1 valva

Gal. 5 – 23/11/93. N 18 / O 18 C10 (argila vermelha). Islâmico. Nível de incêndio. Século IX a finais século X ou início do XI

Ovis / Capra

- porção anterior do ramo horizontal mandibular com diastema, conservando P/3 e P/4
- 2 ossicones aproximadamente completos
- 2 diáfises de rádios, um deles uniformemente acinzentado (indício de calor generalizado)

- diáfise de húmero de juvenil
 - metade distal de húmero
 - porção de extremidade proximal de húmero com parte da articulação proximal
 - cúbito de subadulto, com falta de epífise proximal
 - metade proximal de diáfise de tíbia
 - 2 diáfises de tíbia
 - porção de osso coxal
 - diáfise de metacárpico de grandes dimensões
 - metade proximal de metacárpico
 - metade proximal de metatársico
- Obs.:** não se evidencia a fractura intencional dos ossos para ensopados.

Cervus elaphus

- 2 porções uniformemente acinzentadas de omoplata (do mesmo exemplar?), uma delas fracturada intencionalmente por cutelo conservando parte da superfície articular com o húmero
- esquírola de rádio, com porção de cúbito soldado
- extremidade distal de fémur totalmente incarbonizado (coloração uniforme interna e externa, acinzentada, devido provavelmente a incêndio)

Gal. 5 – 14/10/92. I 17 C 10a. Nível Islâmico. Séculos X-XI (com muitos carvões e escórias de ferro)

Sus cf. scrofa

- porção de ramo horizontal de mandíbula, com diastema e alvéolo do canino
- fragmento de canino superior
- porção de maxilar c/ canino, de indivíduo infantil
- omoplata de grandes dimensões

Bos taurus

- calcâneo incompleto de juvenil

Ovis / Capra

- metade distal de húmero

Cervus elaphus

- cabeça de fémur, com marcas punctiformes de caninos (cão?)

- extremidade distal de rádio com marcas de fogo
- côndilo articular distal de metápodo, queimado (coloração castanho-anegrada)
- astrágalo muito queimado (coloração castanho-anegrada)
- 1ª falange

Gal. 4 – 15/12/92. M 17 C 6 (por cima das pedras). Islâmico. Séculos XI-XII

Sus sp.

- corpo de metápodo de juvenil

Bos taurus

- epífise distal de tíbia de juvenil
 - epífise distal de húmero de juvenil
 - extremidade proximal de metatársico
- } mesmo indivíduo (?)

Ovis / Capra

- fragmento de côndilo articular de mandíbula
- fragmento de ilíaco

Sector 33. 4/3/1997. D3. C. 5. Séculos XI-XII (Islâmico)

Bos taurus

- extremidade articular distal de húmero
- extremidade distal de diáfise de rádio de indivíduo subadulto (falta da epífise distal)
- metade proximal de metacárpico com numerosas marcas de cutelo na diáfise, por onde se efectuou o seccionamento do osso

Ovis / Capra

- diáfise de húmero, com ambas as extremidades em falta

Camelo

- extremidade art. dist. de húmero

Cervus elaphus

- extremidade de haste seccionada por serragem em ambas as extremidades (furador?)

Sector 28. 17/12/97. X 2 / Z 2. Enchimento do silo 11. Séculos XI--XII. Islâmico

Bos taurus

- cúbito incompleto, com marcas de corte por cutelo, que secionam obliquamente a extremidade proximal
- extremidade proximal de metatársico

Ovis / Capra

- hemimandíbula c/ D/2, D/3, D/4, M/1 e M/2 (juvenil)
- porção de hemimandíbula c/ D/2, D/3, D/4 compatível c/ a anterior
- metatársico de juvenil c/ falta da epífise distal

Cervus elaphus

- 2 porções diafisárias de húmeros distintos

Gal. 4. 15/12/93. 18. 6b (pouca telha e estuque). Séculos XI-XII? Islâmico

Bos taurus

- grande esquírola de diáfise de húmero
- metade proximal de metatársico

7/7/97. G 7. Silo 9. Nível 1. Silo de cujo enchimento restava apenas o nível da base, com materiais dos séculos IX-X

Sus scrofa (de grande tamanho)

- cabeça de fémur, cortada por cutelo
- calcâneo
- metacárpico
- extremidade distal de metápodo

Bos taurus

- esquírola de diáfise de húmero

Ovis / Capra

- metade proximal de diáfise de tibia
- metade proximal de metacárpico

Cervus elaphus

- porção de diáfise de metápodo indeterminado

Oryctolagus cuniculus

- 2 fémures de lados e tamanhos distintos

Sector 33. 25/2/97. D B. C 5 (lixeira preta). Séculos XI-XII. Islâmico

Bos taurus

- M3 c/ desgaste quase nulo
- porção proximal de diáfise de tibia de juvenil
- 3^a falange

Ovis / Capra

- 2 omoplatas, uma de juvenil outra de subadulto
- extremidade distal de húmero
- superfície articular distal de fémur de juvenil
- porção distal de tibia
- metade distal de tibia c/ falta de cabeça devido a soldagem inexistente (juvenil)
- 1^a falange de subadulto

Oryctolagus cuniculus

- 2 fémures completos
- 1 osso coxal completo

Sector 33. 27/3/97. A2. C. 5B (lixeira). Séculos XI-XII. Islâmico

Bos taurus

- porção proximal de fémur
- extremidade distal de tibia, c/ marcas de corte a toda a volta, para separação da diáfise
- epífise proximal de tibia de juvenil, s/ soldagem à diáfise
- extremidade proximal de tibia, com marcas de roidelas de cão (caninos) na superf. art. proximal
- porção de osso coxal
- porção de superfície articular distal de metápodo com marcas de corte
- astrágalo
- 2 2^{as.} falanges

Ovis / Capra

- porção de um ossicone de cabra
- porção de maxilar c/ P3, P4 e M1
- porção de maxilar de lado oposto ao anterior c/ D4, M2 e M3
- porção proximal c/ superfície articular conservada de omoplata
- diáfise de tíbia de juvenil c/ marcas de corte junto de uma das extr.
- metatársico inteiro

Cervus elaphus

- astrágalo totalmente incarbonizado
- 3^a falange

Sector 33. 25/2/97. D3 C5 (lixeira preta). Contexto islâmico dos séculos XI-XII, na área onde, em finais do século XII -inícios do século XIII, a Ordem de Santiago instalou o seu cemitério, abrindo nestes níveis as covas para as sepulturas dos freires

Sus sp.

- diáfise de húmero com falta de ambas as epífises
- porção de osso coxal

Bos taurus

- 2 fragmentos de cíbitos, c/ sup. articular c/ o húmero parcialmente conservado
- epífise distal de diáfise rádio de indivíduo juvenil
- extremidade proximal de rádio
- porção de osso coxal
- calcâneo com falta da extremidade distal, mutilada por roidela
- 1^a falange
- 3^a falange

Ovis / Capra

- rádio, com falta da epífise distal (indivíduo juvenil)
- porção proximal de fémur
- metade distal de tíbia
- tíbia, com falta da extremidade proximal de indivíduo subadulto

- metacárpico, com falta de parte da extremidade proximal
- metacárpico, com falta da extremidade distal, por corte e torsão

Cervus elaphus

- porção proximal de rádio de indivíduo de grandes dimensões

Sector 33. 27/3/97. A2 C. 5B (lixeira). Contexto islâmico dos séculos XI-XII, na área onde, em finais do século XII-inícios do século XIII, a Ordem de Santiago instalou o seu cemitério, abrindo nestes níveis as covas para as sepulturas dos freires

Bos taurus

- 2^a falange, com corte por cutelo, feito longitudinalmente
- porção de ramo ascendente mandibular, com o côndilo e o processo coronóide conservado

Cervus elaphus

- esquírola de diáfise de fémur de parte proximal; idem, de parte distal
- porção proximal de diáfise de fémur, com falta da cabeça (epífise proximal), por corte
- extremidade distal de tíbia (semelhante aos anteriores), com corte por percussão e torsão da parte inferior da diáfise
- porção proximal de diáfise de tíbia
- astrágalo

Ovis / Capra

- porção proximal de omoplata, conservando a superfície articular com o húmero
- porção mesial de omoplata
- omoplata de juvenil, incompleta
- porção proximal de diáfise de rádio de indivíduo de grande tamanho, partido por percussão na parte proximal e por torsão (fractura helicoidal) na distal
- diáfise de rádio, com marcas de caninos na extremidade distal
- metade distal de diáfise de rádio, com falta da epífise (subadulto?) e com a extremidade proximal partida por cutelo (percussão)
- metade distal de tíbia, partida na diáfise por percussão

- diáfise de fêmur com falta de ambas as extremidades (subadulto?)
- extremidade distal de húmero
- astrágalo
- epífise distal de tíbia de indivíduo subadulto
- metade proximal de fêmur de juvenil, com falta da epífise proximal
- metade distal de húmero de juvenil, com falta da epífise distal
- ramo horizontal de mandíbula de juvenil, c/ D/3, D/4 e M/1 (ovelha)
- porção proximal de diáfise de rádio, c/ marcas de corte por faca e mordidela de cão
- calcâneo de juvenil, com falta da epífise distal
- metade distal de diáfise de húmero, com falta da epífise distal (juvenil)
- 1^a falange de juvenil, com falta da epífise proximal
- calcâneo de adulto, com abatimento da tábua óssea por dentada (canino de cão?)
- porção de diastema mandibular
- fragmento de osso mandibular c/ M/2, com desgaste quase nulo
- M/1 ou M/2 com desgaste fraco
- M/1 ou M/2 incompleto, com desgaste fraco
- 2 porções de diáfise de metatársicos diferentes
- fragmento (esquírola) de diáfise de húmero
- extremidade articular proximal (epífise) de tíbia de juvenil
- fragmento de cúbito de juvenil, com parte de superfície articular com o húmero conservada
- fragmento proximal de cúbito parcialmente soldado ao rádio, conservando-se parte da superfície articular de ambos os ossos
- porção de osso coxal incarbonizado, com marcas de corte

Oryctolagus cuniculus

- tíbia incompleta de subadulto, com falta da epífise proximal

Pecten maximus

- porção de grande concha de vieira escurecida pelo fogo

Sector 33. 10/12/97. C 2 C 5 (lixeira base). Contexto islâmico dos séculos XI-XII, na área onde, em finais do século XII-inícios do século XIII, a Ordem de Santiago instalou o seu cemitério,

abrindo nestes níveis as covas para as sepulturas dos freires

Bos taurus

- extremidade articular proximal de rádio e cúbito, em 2 peças compatíveis, partidos intencionalmente por percussão (c/ abatimento da tábua óssea do rádio) e torsão

Ovis / Capra

- diáfise de tíbia com falta de ambas as extremidades (juvenil?)

Cervus elaphus

- porção de ramo ascendente mandibular
- porção de osso coxal
- extremidade distal de tíbia
- extremidade distal de diáfise de tíbia, com falta da epífise

Sector 33. 26/11/97. A 2 / A 3. C. 5 C (derrube). Contexto islâmico dos séculos XI-XII, na área onde, em finais do século XII-inícios do século XIII, a Ordem de Santiago instalou o seu cemitério, abrindo nestes níveis as covas para as sepulturas dos freires

Sus sp.

- porção de osso mandibular de juvenil, com parte de ramo ascendente e da zona condilar conservada
- grande metacárpico de javali

Bos taurus

- porção de omoplata
- esquírola proximal de rádio, com parte da superfície articular conservada
- porção de osso coxal
- 1^a falange c/ marcas de corte por faca (finas e lineares)

Ovis / Capra

- ramo horizontal mandibular c/ P/2 (no alvéolo), P/3, P/4, M/1, M/2 e M/3 (ainda parcialmente no alvéolo). Indivíduo subadulto.
- M/1 ou M/2 c/ desgaste fraco
- D/4

- porção de diáfise mandibular, c/ marca de percussão c/ abatimento da tábua externa
- porção de osso coxal c/ parte da cavidade articular c/ o fémur conservada
- metade distal de tíbia

Cervus elaphus

- porção distal de tíbia partida intencionalmente na parte inferior da diáfise
- 1^a falange

Sector 33. 27/11/97. B 3 / C 3-C 5. Contexto islâmico dos séculos XI-XII, na área onde, em finais do século XII-inícios do século XIII, a Ordem de Santiago instalou o seu cemitério, abrindo nestes níveis as covas para as sepulturas dos freires

Bos taurus

- esquírola correspondente a diáfise tibial de indivíduo de grandes dimensões

Ovis / Capra

- rádio completo, apenas com falta da epífise distal (subadulto)

Oryctolagus cuniculus

- 2 coxais de lados opostos (do mesmo indivíduo ?)

Sector 33. 27/3/97. A 3 / A 4. C 5 D. Contexto islâmico dos séculos XI-XII, na área onde, em finais do século XII-inícios do século XIII, a Ordem de Santiago instalou o seu cemitério, abrindo nestes níveis as covas para as sepulturas dos freires

Bos taurus

- porção mesial de diáfise de rádio
- extremidade distal de rádio
- extremidade proximal de diáfise de tíbia

Ovis / Capra

- fragmento de ossicone de *Capra*

- esquírola de porção proximal de diáfise de fémur
- metade distal de diáfise de fémur com falta de epífise distal (subadulto / juvenil)

Oryctolagus cuniculus

- Metade proximal de tíbia

Gal. 5 – 3/10/92. H 17 4A (por cima da fossa 2). Século XII. Final da ocupação islâmica

Ovis / Capra

- M\2 com desgaste fraco
- lobo de M/1 ou M/2 desprovido de desgaste
- extremidade distal de diáfise de húmero
- esquírola de diáfise de húmero
- metade distal de metacárpico, com marca de corte na superfície articular distal por cutelo
- côndilo da articulação distal de metápodo

Cervus elaphus

- porção de osso coxal

Oryctolagus cuniculus / Lepus sp.

- metade proximal de tíbia (*Lepus*?)
- coxal (*Oryctolagus*)

Sus cf. scrofa

- defesa inferior de javali
- 1^a falange

Sector 33. 4/4/97, 26/3/1999 e 29/3/1999. Silo 7 A. Século XII. Final da ocupação islâmica

Sus sp.

- porção de ramo horizontal de mandíbula de indivíduo juvenil c/ D/2 s/ desgaste

Ovis / Capra

- porção anterior de metacárpico de indivíduo juvenil (compatível c/ o anterior)
- 2^a falange de indivíduo juvenil

- M\2 com desgaste fraco, de indivíduo adulto e robusto
- M\2 com desgaste fraco
- cíbito
- rádio com falta da extremidade distal
- porção de ilíaco com marcas de fogo
- metatársico com falta de ambas as extremidades articulares
- metacárpico com falta de ambas as extremidades articulares
- 1^a falange de ind. juvenil, c/ falta da sup. art. prox. e c/ marcas de fogo
- 4 1^{as}. falanges c/ falta da sup. art. prox.
- 2 sup. art. prox. de 1^{as} falanges
- 3 2^{as}. falanges

Oryctolagus cuniculus / Lepus sp.

- coxal incompleto
- omoplata incompleta

Gal. 1 – 23/7/99 X22 / Z22 Q X1 / Z1. Camada por debaixo das inumações. Nível Islâmico do século XII, que pode ter contaminação da ocupação cristã dos séculos XII-XIII

Bos taurus

- M/1 c/ desgaste muito acentuado, partido pela base da coroa
- 1^a falange

Ovis / Capra

- porção de hemimandíbula com D/4 e M/1 (juvenil)
- M\3 com desgaste quase nulo
- M\2 e M\1 com desgaste muito fraco
- P\4 c/ desg. muito fraco
- metade distal de húmero
- porção de diáfise de rádio
- porção de diáfise de tíbia

Oryctolagus cuniculus / Lepus sp.

- osso maxilar incompleto
- hemimandíbula
- porção proximal de fémur
- 2 porções proximais de tíbias (de grandes dimensões, talvez de *Lepus*)

Sector 33. 13/7/1998. F 7. Silo 15. Cam. 2. Contexto indefinido, que tanto pode ser islâmico como cristão da reconquista. É mais provável tratar-se de espólio islâmico, embora não seja possível datá-lo

Sus sp.

- Metatársico de javali

Sus cf. scrofa

- fragmento de madíbula c/ P/1 – P/2 – P/3
- fragmento de maxilar esq. c/ M\3 com grande desgaste e de elevadas dimensões
- 1^a falange c/ marcas de corte

Ovis / Capra

- esquírola de porção distal de diáfise de fémur
- metade distal de tíbia

Oryctolagus cuniculus

- metade proximal de cíbito
- metade proximal de fémur

Muralha Norte. Sector 38 1/8/2001. C-D 1-2 C. 6. Contexto dos finais do século XII ou século XIII, com materiais almóadas e cristãos.

Bos taurus

- porção proximal de rádio, c/ depressão circular no centro da diáfise provocada por pancada, para extracção do tutano
- diversos fragmentos de esqueleto axial (costelas, uma vértebra)

Ovis / Capra

- hemimandíbula c/ D/3, D/4, M/1, M/2 c/ desg. fraco
- fragmento de hemimandíbula, c/ D/3
- fragmento de diastema de hemimandíbula
- diáfise de rádio c/ olecrâneo do cíbito

Cervus elaphus

- M/3 c/ desg. forte, incluído em osso mandibular
- esquírola proximal de metatársico com a superfície articular parcialmente conservada

Oryctolagus cuniculus

- 2 coxais, de lados opostos
- 1 extr. de fêmur

Pagrus pagrus

- 1 osso dental

Cerastoderma edule

- 1 valva

Mytilus sp.

- 2 fragmentos

Muralha Norte. Sector 38. 1/8/2001. C/D-1/2. C. 6. Contexto indefinido dos finais do século XII ou século XIII, com materiais almóadas e cristãos

Sus cf. scrofa

- porção de maxilar com P/4, M/1, M/2 e M/3 c/ forte desgaste (mesmo indivíduo?)
- porção de maxilar, com canino e P/1
- hemimandíbula com M/3 de grandes dimensões e forte desgaste
- hemimandíbula com D/3, D/4 e M/1, este c/ desgaste nulo
- porção mesial de hemimandíbula d, c/ M/1, M/2 e M/3; o M/1 e o M/3 estão inclusos sem desgaste
- porção anterior de hemimandíbula, c/ canino (fêmea), P/2, P/3, P/4 e fragmento de M/1
- canino inferior de macho, correspondente apenas a porção mesial
- incisivo
- fragmento de omoplata com marcas de corte na extremidade articular e na parte posterior
- tíbia de juvenil, c/ falta de ambas as extremidades articulares
- extremidade articular distal de tíbia, de grandes dimensões

– metacárpico

- metacárpico de grandes dimensões

Sus cf. domesticus

- porção de maxilar c/ P/1, P/2, P/3 e P/4 c/ fraco desgaste
- porção de maxilar c/ P/3 e P/4 c/ desgaste médio
- porção de mandíbula c/ P/4 M/1, M/2 e M/3 com forte desg. salvo M/3 c/ desg. nulo. Observa-se marca de corte perpendicular ao osso mandibular na face labial
- fragmento distal de hemimandíbula, c/ M/3 c/ desg. nulo
- porção de osso maxilar c/ canino, P/3, P/4, M/1, M/2 e M/3, ainda no alvéolo
- metade proximal de rádio

Sus sp.

- porção anterior de mandíbula c/ 4 incisivos
- canino inferior (fêmea) c/ desgaste forte
- 2 pré-maxilares de juvenis, c/ incisivo e D/1, de lados opostos (mm ind.?)
- fragmento de canino inferior de macho
- incisivo central

Bos taurus

- porção de ramo ascendente mandibular
- fragmento de hemimandíbula inferior c/ M/1 e M/2 c/ desgaste forte
- segmentos de costelas de *Bos taurus* cortadas transversalmente
- apófise vertebral dorsal de grande tamanho
- fragmento de hemimandíbula c/ P/4, M/1 e M/2 muito desgastada
- M/2 c/ desgaste fraco
- porção proximal de húmero e, com falta da superfície articular
- porção mesial de diáfise de rádio de lado indeterminado
- metatársico completo

Ovis / Capra

- hemimandíbula, c/ P/3, P/4, M/1 e M/2 c/ desgaste médio
- M/2 c/ desgaste fraco
- porção de maxilar c/ M/2 e M/3 sem desgaste, ainda nos alvéolos

- diáfise de metacárpico de juvenil estalada e escurecida pelo fogo
- ossicone
- porção de hemimandíbula de juvenil c/ D/2, D/3 e D/4 c/ desgaste nulo
- porção de hemimandíbula c/ M/1 e M/2 c/ desgaste nulo
- porção de ramo ascendente de mandíbula
- porção mesial de omoplata
- diáfise de fêmur de lado indeterminado
- 2 metades distais de tibias, de lados opostos, partidas pelo meio da diáfise
- metade distal de húmero
- extremidade distal de húmero de juvenil c/ falta da epífise
- cúbito de juvenil
- rádio de juvenil, compatível c/ o cúbito anterior, com falta de ambas as epífises
- tibia de juvenil c/ falta das 2 epífises
- metade proximal de metacárpico
- fragmento de osso coxal
- astrágalo

Cervus elaphus

- porção de armação fracamente incarbonizada

Oryctolagus cuniculus

- fragmento de omoplata
- metade proximal de húmero
- rádio completo
- metade proximal de tibia

Sepia officinalis – 4 fragmentos de rostro

Pagrus pagrus – 1 hemimandíbula e 1 dental

Cerastoderma edule – 4 valvas

Patella sp. – 1 valva

Mytilus sp. – 3 fragmentos

Venerupis decussatus – 2 valvas

Ostrea edulis – 6 valvas

Solen sp. – 1

Helix sp. – 2 conchas

Torre dos telegrafistas – 18/4/97. Silo 7 – C. 3. Século XIII /inícios século XIV. Cristão

Sus sp.

- omoplata incompleta
- vértebra cervical c/ marcas de corte
- cúbito fracturado na extremidade distal e com falta da epífise proximal
- calcâneo incompleto na epífise
- 2 esquírolas proximais de 2 metápodos
- metápodo de juvenil, c/ falta da epífise distal
- 1^a falange
- 2^a falange

Ovis / Capra

- omoplata de juvenil
- superfície articular da omoplata com o húmero (juvenil)
- extremidade proximal de diáfise de húmero c/ falta da epífise (juvenil)
- esquírola de diáfise distal de húmero, cortada obliquamente por cutelo
- 2 fragmentos de ossos coxais
- extremidade proximal de tibia
- epífise distal de fêmur (juvenil)
- metacárpico inteiro
- extremidade distal de diáfise de fêmur (juvenil)

Cervus elaphus

- porção mesial de diáfise de tibia fracturada intencionalmente nas 2 extremidades

4. DISCUSSAO

4.1. Distribuição diacrónica dos restos estudados

No Quadro 1 indica-se a distribuição dos restos pelas diferentes épocas a que pertencem e os contextos em que foram

	<i>Bos Taurus</i>					<i>Ovis / Capra</i>					
	Crânio	Cintura escapular	Ossos dos membros	Cintura pélvica	Ossos das extremidades	Crânio	Cintura escapular	Ossos dos membros	Cintura pélvica	Ossos das extremidades	
Séculos VIII-IX						3		4	1		
Século IX	5	2	1			3		2		2	
Séculos IX-X		2	2		1	3		11	1	4	
Séculos X-XI					1			1			
Séculos XI-XII	2	1	20	3	14	<	6	30	3	11	
Século XII fim da ocupação islâmica						4		4	1	16	
Século XII com materiais cristãos do século XIII	5		3		2	15	1	14	1	3	
Século XIII / início XIV cristão							2	5	2	1	
Total	12	5	26	3	18	44	9	71	9	37	

Quadro 1.

identificados, o que permitiu a apresentação das considerações seguintes. No cálculo da biomassa, admitiu-se que um boi de raça não melhorada, como a mertolenga, pudesse equivaler a uma média de 8 cabeças de ovino-caprino e a duas de veado.

Séculos VIII-IX – Ao início da presença islâmica reportam-se 12 restos classificáveis (3,4% do total). A maioria corresponde a ovino-caprinos, com 8 restos; estão presentes elementos das diversas partes do esqueleto, mesmo as peças de menor valor alimentar sugerindo que o esquartejamento das carcaças era feito no local. O coelho, certamente bravo, é a segunda espécie representada, resultante de actividade cinegética nos campos próximos.

Século IX – A este período da presença islâmica correspondem 17 restos classificáveis

(4,8% do total). O conjunto, muito mais diversificado que o anterior, é dominado pela presença do boi doméstico (8 restos), o qual evidencia o aproveitamento de todas as partes do esqueleto, desde o crânio até às extremidades dos membros, sugerindo esquartejamento local das carcaças. Quanto aos ovino-caprinos, representados por 7 restos, igualmente reveladores do aproveitamento integral das carcaças no local; tendo presente que a relação média de peso unitário é de cerca de 1 para 8, poder-se-ia deduzir que o consumo da carne de bovino detinha a primazia, não fosse a amostra ser demasiado escassa para ser concludente a tal respeito. Note-se que dos 8 restos de boi doméstico identificados, 5 pertencem a elementos cranianos, incluindo dentes, conduzindo a uma inflação da amostra, com o consequente desvio observado. Além do coelho, o veado está também representado vestigialmente, em ambos os casos, por um exemplar.

Séculos IX-X – Os 40 restos identificados (11,2% do total) repartem-se por um maior número de espécies que o conjunto anterior. A componente doméstica é, como seria de esperar em um contexto urbano, largamente predominante. O boi doméstico – representado por 5 restos, sendo 2 da cintura escapular (omoplata), 2 dos membros, e 1 da extremidade dos mesmos – reflecte, por comparação com os restos de ovino-caprinos, no total de 19 restos, onde estão presentes todos os segmentos anatómicos do esqueleto, uma proporção certamente próxima da realidade: assim, a quantidade de carne consumida de boi doméstico, seria cerca do dobro da

<i>Sus scrofa / domesticus</i>					<i>Cervus eaphus</i>					<i>Oryctolagus / Lepus</i>					
Crânio	Cintura escapular	Ossos dos membros	Cintura pélvica	Ossos das extremidades	Crânio	Cintura escapular	Ossos dos membros	Cintura pélvica	Ossos das extremidades	Crânio	Cintura escapular	Ossos dos membros	Cintura pélvica	Ossos das extremidades	Total
									1	4		1		12	
		1		3		2	3		3			3	1		17
3	1						2		3						40
1		1	1	2	2		10	1	4			4	3		11
2				1				1			1	1	2		135
21	1	3		4	2				1	2	1	9	2		90
	1	1		6			1								19
27	3	6	1	16	4	2	16	2	12	6	2	18	8		357

carne de ovino-caprinos. A componente cinegética não era, contudo, negligenciável, revelando acréscimo face ao período anterior, já que se identificaram 5 restos de veado e 4 de javali, a par de outros 4 de coelho bravo.

Séculos X-XI – Trata-se de período escassamente representado, pois apenas se identificaram 11 restos (3,1% do total), desprovidos de representatividade. Com efeito, se tais resultados fossem levados à letra, tender-se-ia a concluir que se estaria perante uma época de forte contributo cinegético, já que 4 correspondem a javali, 2 a veado e 3 a coelho bravo. O boi doméstico está ausente e o grupo dos ovino-caprinos apenas representado por 2 restos. Face à distribuição dos segmentos anatómicos, é provável que as peças de caça fossem transportadas inteiras para o local onde seriam esquartejadas (pelo menos o javali), o que se afigura compatível com as práticas da época.

Séculos XI-XII – A este período da ocupação islâmica do local corresponde o maior número de restos identificados: 135, correspondentes a 37,8% do total. A maior amostragem disponível é acompanhada por distribuição dos segmentos anatómicos das espécies presentes que abarcam todos os sectores do esqueleto. Tal situação reforça as conclusões anteriores, indicando que as carcaças dos animais – fossem domésticos ou selvagens – eram transportadas inteiras para o local, onde seriam desmembradas.

A presença de 26 restos de boi doméstico comparada com os 80 restos de ovino-caprinos é susceptível de indicar a relação mais provável existente entre o consumo de carne daqueles dois grupos, em época islâmica, concluindo-se que, por cada kg de carne de ovelha/cabra, se consumia cerca de 2,8 kg de carne de bovino.

No tocante à componente cinegética, avulta a caça ao veado, espécie representada por 17 restos, com evidente predomínio dos ossos dos membros (10 restos), o que significa que se consumia apenas cerca de 3 vezes mais carne de bovino que de veado. A este conjunto somam-se os 5 restos de javali, e os 11 restos de coelho bravo, que reforçam a importância da fauna caçada na alimentação, embora sempre minoritária, no cômputo geral, como seria natural em comunidade de carácter urbano, como se disse.

Século XII – Ao final da presença islâmica no local correspondem 33 restos (9,2% do total). Nota-se a completa ausência do gado bovino, que detinha anteriormente a primazia em termos de contribuição calórica na alimentação, sendo de destacar que, dos 25 restos de ovino-caprinos, 16 correspondem aos segmentos das extremidades dos membros, valor difícil de explicar apenas por consumo culinário. É provável que tal situação se possa relacionar com a prática do despejo de restos de preparação de peças de carne, uma vez que 11 delas (incluindo metápodos e falanges) provêm do enchimento de um silo (Silo 7 A, Camada 4), pertencendo provavelmente a um único indivíduo juvenil. As restantes espécies presentes assumem carácter vestigial: é o caso do javali (3 restos), do veado (1 resto) e do coelho bravo (4 restos).

Séculos XII-XIII (com elementos da presença cristã) – Com 90 restos identificados, ascende, em termos numéricos ao segundo maior conjunto, correspondente a 30,8%. Foi o único conjunto em que se tentou a separação entre o porco doméstico e o javali, com base no tamanho e na robustez relativos, embora houvesse materiais em que a destrinça não foi possível. Naturalmente que a presença de tão elevada quantidade de restos de suídeos (14 exemplares) se deve a contributo dos cristãos, designadamente no que concerne à espécie doméstica, por eles especialmente consumida. No conjunto, os bovinos estão representados

por 9 restos, distribuídos pelos sectores craniano, ossos dos membros e extremidades, e os ovino-caprinos por 34 restos, o que significa relação entre a importância alimentar dos dois grupos não muito diferente da anteriormente encontrada, com cerca de duas vezes mais de carne de bovino consumida. O veado continua presente, embora com efectivos muito baixos (apenas três restos); ao contrário, o coelho bravo está representado por 14 restos, dominando os ossos dos membros.

Séculos XIII-XIV – Trata-se de contexto exclusivamente cristão, infelizmente representado apenas por 19 restos classificáveis (5,3%); com efeito, seria de muito interesse o estabelecimento de comparações entre a dieta seguida por muçulmanos e aquela praticada por cristãos. Com os escassos elementos disponíveis, nota-se a tendência, já observada no conjunto anterior, para uma maior representação relativa dos suídeos, com 8 restos, e para uma completa ausência de bovinos, substituídos pelos ovino-caprinos, com 10 restos. A escassez de veado, a que corresponde apenas 1 resto, parece confirmar a tendência anterior do declínio desta espécie.

As considerações apresentadas mostram que, ao longo do tempo, a composição relativa das espécies que integram cada um dos conjuntos considerados não sofreu alterações abruptas, exceptuando a nítida tendência para o acréscimo pelo consumo de suídeos – certamente domésticos – relacionado com a conquista do local pelos cristãos.

Outra conclusão interessante é a importância que os bovinos desempenharam em época islâmica, conhecendo-se a especial predilecção daquelas populações pelo consumo de carne de ovinos e caprinos. Com efeito, os valores encontrados mostram que a carne de bovino teve via de regra mais importância do que a originária dos rebanhos de ovelhas e cabras, que serviam também para outros fins (produção de leite e de lã). Estes resultados não foram confirmados com o alargamento de amostragem estudada, que evidenciou uma importância menor dos bovinos na época islâmica, comparada com a atingida na época cristã (informação de C. Detry).

Enfim, a carne resultante da caça ao javali e ao veado complementou, de forma consistente, o abastecimento proteico das populações islâmicas, podendo assim considerar-se como ponto assente a utilização gastronómica do javali, tal como em outros contextos islâmicos portugueses, como as Mesas do Castelinho, Almodôvar (Cardoso, 1994).

Séculos	VIII-IX	IX	IX-X	X-XI	XI-XII	XII	XII-XIII	XIII-XIV
Nº. de restos	12	17	40	11	135	33	90	19
<i>Bos taurus</i>	0	47,0	12,5	0	19,2	0	11,1	0
<i>Ovis/Capra</i>	66,7	41,2	47,5	9,1	48,1	75,8	37,8	52,6
<i>Sus</i> sp.	0	0	10,0	36,4	3,7	9,1	32,2	42,1
<i>Cervus elaphus</i>	0	5,9	20,0	45,4	12,6	3,0	3,3	5,3
<i>Oryctolagus cuniculus</i>	33,3	5,9	10,0	0	5,3	12,0	15,6	0

Quadro 2 – Distribuição percentual das espécies identificadas por contextos.

Enfim, a distribuição dos restos por segmentos anatómicos mostra que, estando globalmente presentes todos eles, as carcaças das diversas espécies identificadas terão sido transportadas para o local, onde foram esquartejadas, exceptuando talvez os bovinos, dada a escassez dos elementos cranianos (dentes, ossicones), de menor valor alimentar, os quais no entanto estão presentes.

Para precisar a evolução da importância do consumo alimentar das diferentes espécies identificadas, calcularam-se as percentagens relativas ao total dos restos de cada um dos conjuntos considerados. Os resultados obtidos resumem-se no Quadro 2.

Por terem sido pouco significativos o número de restos recolhidos nos contextos dos séculos VIII-IX, IX e X-XI, a discussão será efectuada essencialmente com os resultados correspondentes aos contextos mais numerosos, dos séculos XI-XII e XII-XIII, o primeiro exclusivamente islâmico, o segundo já com inclusões de materiais cristãos, embora se desconheça em que quantidade.

Assim, parece ser significativo o nítido acréscimo da preferência de suínos, sobretudo domésticos, no contexto mais recente, pelas razões atrás expostas. Também a captura de veado se atenuou, o que revela provavelmente a rarefacção da espécie nos bosques das redondezas, em resultado da sobre-exploração, já que não parece existirem razões de outra natureza, pois tanto os cavaleiros muçulmanos, como os cristãos, não desprezavam tal exercício cinegético, até como preparação para as lides guerreiras, tal qual o observado nos contextos islâmicos almóadas das Mesas do Castelinho, Almodôvar (Cardoso, 1994). Aliás, o coberto vegetal na época seria propício à existência desta espécie, tal como do javali, igualmente caçado, mas em muito menor quantidade, o que se explica pela menor preferência que, apesar de tudo, a sua captura despertava, exactamente como o verificado naquela outra fortificação islâmica baixo-alentejana. É crível que, então, nos arredores do castelo de Palmela existissem manchas florestais espaços abertos, estendendo-se pela vasta região que se desenvolve para norte, até ao estuário do Tejo.

Em resumo: se o decréscimo nítido de veado entre o contexto exclusivamente islâmico dos séculos XI-XII e o contexto já com materiais cristãos dos séculos XII-XIII, de 12,6% para 3,3%, se pode ficar a dever ao declínio natural da espécie na região, o espectacular aumento dos suínos, de 3,7% para 32,2%, verificado entre ambos os conjuntos, deve-se, por um lado ao aumento das capturas da espécie selvagem, muito apreciada dos cristãos, a par da espécie doméstica, cuja introdução se lhes ficou a dever.

4.2. Idade de abate dos animais

A existência de manadas de bovinos e de rebanhos de ovino-caprinos, proporcionava a disponibilidade permanente, ao longo de todo o ano, de recursos proteicos cuja gestão importava assegurar, por forma a evitar períodos de penúria, mesmo que colmatados pelos recurso à caça, a qual, como se viu, se afigurava em

geral de relevância secundária. Assumia, assim, primacial importância a escolha da idade do abate dos animais.

No caso dos bovinos, há que considerar, para além da produção secundária de leite, a utilização, seguramente muito importante, como animais de tiro. Tal explica a manutenção de indivíduos para além da idade em que atingiam a corpulência máxima, sendo mantidos até ao declínio da suas capacidades. Assim se explica a ocorrência de dentes com desgaste forte, os quais foram identificados especialmente nos conjuntos dos séculos IX, XI-XII e XII-XIII. Mas também há bovinos abatidos em idades precoces, correspondentes a juvenis ou subadultos, como mostram as epífises dos ossos longos ainda não soldadas, a par de dentes com fraco desgaste, mesmo daqueles que são os primeiros a acusarem-no. Tais evidências, a par de ossos de subadultos, foram observadas em exemplares dos séculos IX e XI-XII.

Situação idêntica se verifica no grupo dos ovino-caprinos, com a identificação de numerosos restos de juvenis e subadultos nos conjuntos islâmicos dos séculos VIII-IX, IX, IX-X, XI-XII e XII; no conjunto islâmico com elementos cristãos do século XII-XIII; e, enfim, no contexto cristão dos séculos XIII-XIV, contrastando com a escassez de dentes com intenso desgaste; a assinalável quantidade de restos de indivíduos que não chegaram à idade adulta reflecte, além da gestão dos rebanhos e da preocupação em não exceder o seu número para além dos recursos disponíveis em pastagens, uma certa abundância económica e estato social, realidade que se quadra bem com o facto de no castelo habitarem sobretudo os muçulmanos pertencentes à élite da época.

A preferência pelo consumo de indivíduos juvenis, certamente por razões gastronómicas, explica a existência, também no grupo dos suínos, de restos que reflectem tal realidade.

Assim, provenientes do conjunto dos séculos X-XI, reconheceu-se um fragmento de maxilar pertencente a infantil de javali, por certo apanhado à mão aquando de uma batida; no conjunto dos séculos XI-XII reconheceram-se igualmente diversos juvenis de javali, representados por diáfises de ossos longos com falta das epífises e diversos dentes reciduais inclusos ainda na mandíbula; situação idêntica foi observada no conjunto do século XII, onde existe uma peça que conserva parte da dentição de leite no osso mandibular; enfim, dois pré-maxilares de juvenis, talvez do mesmo indivíduo, e uma tíbia com falta das epífises, foram, por seu turno, registadas no conjunto dos séculos XII-XIII.

Também no contexto já cristão dos séculos XIII-XIV, se reconheceram diversos restos de juvenis, agora pertencentes, com muito maior probabilidade, à espécie doméstica.

Esta situação é compatível com o que anteriormente se disse relativamente à assinalável presença de indivíduos juvenis de ovino-caprinos: a existência de uma população – fosse ela islâmica ou já cristã – vivendo com desfogo económico, que lhe permitia consumir indivíduos ainda em estádio de crescimento, conclusão naturalmente mais aplicável à espécie doméstica, já que os infantis e juvenis de javali seriam capturados ocasionalmente aquando das montarias.

Contrastando com a presença de indivíduos imaturos, ocorrem exemplares de suíno que atestam senilidade: é o caso de enorme M/3 incluso no osso mandibular, com forte desgaste, do século XI-XII e de sequência jugal superior do século XII-XIII, também com desgaste intenso: em ambos os casos os exemplares são compatíveis com javali, não só pelo tamanho mas sobretudo pelo facto de que não faria sentido conservar um porco doméstico até idade avançada.

A ocorrência de indivíduos senis perten-

centes a veado, a outra espécie caçada de grande porte, é também uma realidade, documentada por M/3, pertencente ao conjunto do século XI-XII. Tais animais, pela sua debilidade, tal como os juvenis, eram certamente de mais fácil captura que os que se encontravam na pujança da vida, o que explica a sua presença, mais do que uma deliberada gestão dos recursos cinegéticos, a qual, todavia, constitui também explicação possível.

4.3. Práticas culinárias

As indicações sobre as práticas culinárias de muçulmanos e cristãos resumem-se às marcas de fogo conservadas em peças ósseas, que indicam a prática de grelhados sobre as brasas. Tal situação corresponde à existência de zonas escurecidas localizadas nas superfícies ósseas, em resultado da particular exposição dessas zonas ao fogo, que por vezes produziu estalamentos. É o caso de uma diáfise de metacárpico de juvenil de ovino-caprino, estalada pelo fogo e escurecida, do conjunto islâmico dos séculos XI-XII, além de outras, provenientes dos conjuntos dos séculos IX e XII (final da presença islâmica). Além dos restos de ovino-caprinos, observaram-se marcas de fogo em osso de suíno juvenil dos séculos IX-X (certamente javali) e em ossos de veado dos séculos X-XI, o que ilustra a preferência pelo consumo da caça através de grelhados, como ainda hoje acontece.

Situação completamente diferente é a observada em outros elementos, que denunciam uma acção generalizada do calor, no limite com passagem a tonalidades acinzentadas como as observadas em 2 diáfises de rádios de ovino-caprinos dos séculos IX-X, bem como em ossos de bovino, da mesma época. Neste âmbito, merece destaque uma extremidade distal de fémur de veado, pertencente ao referido conjunto, com coloração uniforme interna e externa acinzentada, incompatível com prática culinária, dadas as altas temperaturas evidenciadas pelas transformações ósseas observadas.

A explicação para tais marcas poderá residir no incêndio que, naquela época, atingiu a fortaleza islâmica, detectado no decurso dos trabalhos arqueológicos, já que a outra alternativa – o arremesso convencional dos fragmentos ósseos para o fogo, depois de consumidos, com o intuito de alimentar as chamas, com a gordura ainda neles contida – é incompatível com a tamanho excessivo de alguns destes restos.

Apesar de os ensopados de ovino-caprinos ser prática muito comum em época islâmica – cuja tradição ainda hoje se reflecte na gastronomia regional – é interessante registar que não se evidenciaram fracturas intencionais das diáfises dos ossos longos daquelas espécies para a produção de nacos de carne que fazem parte daquele prato, ao contrário do que foi observado, por exemplo, nas Mesas do Castelinho (Cardoso, 1994). É provável que a carne fosse cozida em recipientes de maiores dimensões, o que dispensaria a sua partição em nacos, realidade talvez mais compatível com a alimentação de uma guarnição de cavaleiros e militares.

Com efeito, além das marcas de fogo, também as marcas de corte dão indicações sobre o modo de consumo da carne. Embora deste estudo tivessem sido eliminados os segmentos axiais (vêrtebras e costelas), importa referir um conjunto de costelas de bovino cortadas transversalmente, situação que reflecte a técnica de esquartejamento das carcaças, não necessariamente idêntica à actualmente seguida, como foi demonstrado noutros conjuntos de época romana e medieval.

Existem outras marcas de corte, observadas em diversos ossos longos, relacionadas com a desarticulação dos membros, pelo que se situam perto das articulações, correspondentes às extremidades daqueles ossos, produzidas por cutelo.

Em ovino-caprinos, observaram-se tais marcas em ambas as extremidades de diáfises de rádio, dos séculos XI-XII, em extremidade distal de metacárpico, do final da ocupação islâmica (século XII) e em extremidade distal de diáfise de húmero, já de época cristã (séculos XIII-XIV).

De bovino, existe porção proximal de metacárpico, do período islâmico, séculos XI-XII, com numerosas marcas de cutelo e, da mesma espécie e época, uma metade proximal de metatársico que exibe marcas idênticas, comprovando que se tratava de uma técnica conducente ao seccionamento dos membros anterior e posterior. Também com esse objectivo se explica a existência de extremidade distal de diáfise de tíbia ostentando marcas de corte a toda a volta e em uma segunda falange, dos séculos XI-XII, que ostenta extensa superfície oblíqua produzida por cutelo, a qual poderá relacionar-se também com a extracção e o aproveitamento da pele e não com o uso gastronómico daquela extremidade, desprovido de interesse.

De suíno, dos séculos IX-X, é uma cabeça de fémur, cortada por cutelo, relacionada com o esquartejamento do membro posterior e uma omoplata, dos séculos XI-XII, com marcas de corte na extremidade articular.

Marcas de corte também se observam em distintos segmentos anatómicos de outras espécies, igualmente produzidas por cutelo; de veado, observaram em omoplata, proveniente de nível de incêndio dos séculos IX-X, relacionadas com a desarticulação daquele osso com o húmero e em duas porções de ossos longos, um fémur e uma tíbia, com cortes, respectivamente, nas extremidades proximal e distal, seguido, no segundo caso, de percussão e torsão, para completar a separação da peça. Uma segunda vértebra cervical de suídeo, recolhida em nível cristão dos séculos XIII-XIV ostenta extensa marca de corte, destinada a separar o crânio do corpo do indivíduo.

Marcas de fractura por torsão são muito frequentes em todos os tipos de ossos longos, sendo mesmo observadas em exemplares robustos, como em porção distal de tíbia de veado dos séculos XI-XII.

Enfim, as marcas de percussão, com ou sem esmagamento e afundamento da tábuia óssea, relacionam-se directamente com o aproveitamento da medula óssea, matéria de alto valor nutritivo particularmente abundante no interior de certos ossos longos. Assim, duas porções proximais de rádio de bovino dos séculos XI-XII, apresentam-se partidas por percussão com abatimento da tábuia óssea, num caso seguida de torsão, que conduziu a fractura de tipo helicoidal, por forma a garantir a

exposição da medula óssea a qual, naturalmente, seria aproveitada através de cozido. Também em uma porção distal de diáfise de tíbia de ovino-caprino, dos séculos XI-XII foram observadas tais marcas, aqui destinadas simplesmente a seccionar o segmento ósseo.

Outro tipo de marcas, finas e lineares, resultaram da utilização de faca para a separação das partes moles, antes ou depois de cozinhadas, relacionando-se assim, directamente, com o consumo alimentar: foram observadas em porção proximal de diáfise de rádio de ovino-caprino, dos séculos XI-XII, em 1.^a falange de bovino dos séculos XI-XII, tal como em 1.^a falange de suíno, da mesma época.

5. OUTROS MAMÍFEROS TERRESTRES

A raridade, no inventário faunístico, de outros mamíferos terrestres, por vezes de natureza não essencialmente alimentar, conduziram à sua não inclusão no Quadro 2, com base no qual se apresentaram as considerações anteriores. Estão neste caso as seguintes ocorrências.

5.1. *Canis familiaris*

O cão encontra-se documentado directamente apenas por fragmento de omoplata conservando superfície articular com o húmero recolhido na Gal. 1, a 28/7/95 X20 10C, correspondente a conjunto islâmico dos séculos IX-X.

Indirectamente, a presença desta espécie é indicada pelas marcas dentárias conservadas em cabeça de fémur de veado dos séculos X-XI e em extremidade proximal de tíbia de bovino dos séculos XI-XII; um calcâneo de bovino, da mesma época, além de outro de ovino-caprino, com marcas de roidela, com

abatimento da tábua óssea, também observadas na extremidade distal de diáfise de rádio de *Ovis / Capra*, ilustram tal realidade, sem ignorar que, nalguns casos, as marcas se possam atribuir simplesmente a humanos. O cão sempre foi comensal do homem; não espanta, pois, observar o aproveitamento secundário de peças ósseas, depois de aproveitadas pelos habitantes do castelo, especialmente as que possuíam ainda tecidos moles junto das extremidades articulares, que são, naturalmente, aquelas em que se observam maior número de tais marcas.

5.2. *Camelus* sp.

Identificou-se uma extremidade distal de húmero de camelídeo e uma porção de omo-plata, talvez do mesmo animal, recolhidas a 4/3/1997 no Sector 32. Q. D3. C5, pertencente aos séculos XI-XII (época islâmica).

A ocorrência de camelídeos em território português, anteriormente demonstrada para a época provavelmente romana e agora para a época islâmica, deveu-se a introdução humana. Provavelmente de época romana, o único exemplar identificado provém de Conímbriga e foi reportado a dromedário, *Camelus dromedarius* (Cardoso, 1992). A sua presença em tal contexto, explica-se pela atracção que os Romanos – como em geral todos os povos – sempre dispensaram ao exotismo, podendo tal animal ser utilizado em espectáculos públicos ou simplesmente exibido pelo seu proprietário. Recorde-se, aliás, que em Conímbriga, o medalhão central da conhecida «Casa dos Repuxos» representa um dromedário e um elefante, talvez alusivos ou relacionados com a origem ou a antecedente presença do seu proprietário no norte de África, ou simplesmente, em resultado do gosto por tais animais. Recorde-se que o mosaicista trabalhava mui-

tas vezes desenhos padronizados, constantes de livros de modelos, sem acesso directo aos exemplares reproduzidos (Oleiro, 1992, p. 132). No caso presente, a diagnose, para ser mais precisa, requeria o acesso a mais elementos de comparação que os disponíveis em Portugal. Mas, ao contrário do exemplar de Conímbriga, as peças agora estudadas relacionam-se com espécie com a qual as populações islâmicas estavam bem familiarizadas. A sua ocorrência decorre, pois, da sua utilização no transporte de mercadorias e de pessoas, em cujo aproveitamento os cristãos não mostraram interesse. Sendo muito mais abundante nas regiões do sul e levante peninsulares, a presença de camelídeos neste extremo do mundo islâmico deve-se, naturalmente, à circulação comercial e aos contactos culturais, de carácter integrador, propiciando a generalização das mesmas práticas, usos e costumes. Refira-se que, aquando da ocupação de Braga pelo Rei Teodorico II, em 456 d.C., foram os lugares de culto ocupados como estábulos para jumentos, gado e camelos, por certo utilizados como animais de carga (Crónica de Idácio, 1982). No entanto, o facto de este ser animal jovem e de conservar marcas de corte, sugere que foi consumido, prática ainda hoje comum no Médio Oriente,

5.3. *Equus caballus*

Reconheceu-se uma porção anterior de calcâneo faltando-lhe a extremidade distal, recolhida a 27/3/1997 no Sector 33. Q. A2. C5B, pertencente aos séculos XI-XII (época islâmica).

O cavalo é o animal mais utilizado como meio de transporte individual. Porém, mais importante que tal utilização, seria o seu aproveitamento na guerra, como montada, explicando-se deste modo e preferencialmente a sua presença no contexto do castelo islâmico, face à situação então verificada com os cristãos.

5.4. *Ursus arctos*

O urso era animal que ocorreria nos espaços florestais entre Sado e Tejo pontuados de matas, partilhados por veados e javalis. Este animal sobreviveu aos últimos conflitos com os cristãos, pois, embora não se encontre mencionado no Foral de Palmela de 1185, ao contrário de outras espécies selvagens de grande porte, o «zebro», ou «zebra» (equídeo asinino hoje desaparecido), o «gamo» e o «cervo», encontra-se representado por vários segmentos distais (metacárpico, astrágalo e falanges) oriundos de contextos de época cristã dos séculos XIII a XIV: o consumo das patas de urso é ainda hoje considerado uma iguaria.

A ocorrência do urso não admira, dado o contexto em causa: com efeito, a caça deste animal de grande porte revestia-se de evidente prestígio, e encontrava-se deste modo reservada às elites dirigentes, tanto islâmicas como cristãs. Quanto a estas, existem relatos de caçadas, em algumas das quais participou o próprio rei

(Neves, 1980), como aquela em que esteve envolvido o rei D. Dinis, que em luta desigual conseguiu trespassar com um punhal o corpo do animal, tal qual se encontra representado em cachorro da sua arca tumular, conservada no mosteiro de Odívelas. Não espanta, pois, que, além dos restos medievais agora estudados, os únicos de que há notícia provenham também de escavação efectuada em uma fortaleza, o castelo de Leiria, atribuíveis aos finais da Idade Média (Cardoso, 2001).

6. FAUNA ICTIOLÓGICA E MALACOLÓGICA

Apesar da fácil acessibilidade ao litoral estuarino adjacente e da riqueza deste em recursos ali disponíveis em grande abundância e facilmente recolectáveis, verifica-se que a importância que estes detinham para a dieta das populações islâmicas sediadas no castelo é insignificante. Com efeito, dos níveis exclusivamente islâmicos, reconheceram-se apenas dois fragmentos (da mesma concha?), de *Pecten maximus* e uma valva de *Patella* sp., reportáveis aos séculos IX-X e, aos séculos XI-XII, uma valva de *Pecten maximus*. A presença da vieira, espécie apenas disponível no andar infralitoral, mostra que a sua recolha, efectuada com gadanhas ou ancinhos a partir de embarcações costeiras, se justificaria pelo apreço em que o seu consumo era tido: a única valva completa da espécie, apresenta-se escurecida pelo fogo e, não provindo do nível de incêndio dos séculos IX-X, pode concluir-se que a concha foi cozinhada directamente sobre as brasas.

Mais abundante e diversificado, embora sem atingir expressão relevante ao nível do consumo alimentar, é o conjunto dos séculos XII-XIII, com mistura de materiais almóadas e cristãos. A exploração do litoral rochoso está documentada, como no conjunto anterior, pela presença de *Patella* sp. (lapa) e, sobretudo, pela de *Mytilus* sp. (mexilhão), enquanto nas areias estuarinas se poderiam capturar sem dificuldade espécies como *Cerastoderma edule* (berbigão), *Venerupis decussatus* (amêijoia) e *Solen* sp. (navalha); a ostra (*Ostrea* sp.), comum nas partes mais interiores do estuário, constituiria pela quantidade relativa de restos recolhidos, iguaria já apreciada, como aliás se verificava desde pelo menos o período romano, justificando por vezes transporte de centenas de quilómetros de distância (Cardoso & Detry, 2005). Ainda no estuário, seria capturado o choco (*Sepia officinalis*), de que se registaram alguns restos.

O pescado está representado sobretudo pelos *Sparidae* (dourada/pargo), espécies igualmente capturadas no estuário ou próximo dele.

7. CONCLUSÕES

O estudo preliminar dos restos faunísticos de mamíferos recuperados nas escavações realizadas no castelo de Palmela e ora publicado, embora considerado representativo, dado o número de restos identificados ascender a 355, a que se somam

os de espécies de carácter e ocorrência excepcional, como o cão, o camelo e o urso, poderá, quando se concluir o estudo da globalidade do conjunto, ser valorizado e pormenorizado. Note-se que o objectivo primordial do presente estudo correspondia à identificação dos conjuntos faunísticos mais representativos, susceptíveis de contribuírem para o conhecimento de economia alimentar da guarnição islâmica que ocupou o castelo, desde finais do século VIII até à segunda metade do século XII, época em que o mesmo foi conquistado pelos cristãos; complementarmente, afigurava-se de interesse obter elementos sobre a alimentação dos novos ocupantes, por forma a identificar até que ponto os hábitos alimentares se modificaram. Uma vez que se crê tais objectivos terem sido plenamente atingidos, passar-se-á à sumarização dos principais resultados que se lhes referem.

1 – Em todos os grupos faunísticos se reconheceram a globalidade dos segmentos anatómicos que integram as diversas partes do esqueleto. Tal significa que os animais – tanto domésticos como selvagens – eram abatidos dentro ou fora do castelo (seguramente fora, no caso das espécies selvagens) e transportados para o recinto, onde as carcaças eram desmanchadas. Esta realidade parece ilustrada pela ausência absoluta ou quase das segundas e das terceiras falanges de ovino-caprinos e de bovinos, as quais seriam removidas aquando do esfolamento da carcaça, efectuada fora do castelo. Embora presentes, deve ser assinalada a escassez de elementos cranianos de bovinos (ossicones, dentes), sugerindo que as carcaças eram objecto de um esquartejamento preliminar, com remoção das partes de menor valor alimentar, antes do seu transporte ou das suas partes para o interior do recinto murado.

A presença de manadas de bovinos e de

rebanhos de ovino-caprinos indica a existência de boas pastagens nas zonas baixas, imediatamente adjacentes ao alto onde se implantou o castelo, sobretudo na zona especialmente fértil actualmente chamada «Baixa de Palmela», que se estende até Setúbal. Assim, a presença do cão pode ser explicada como guardador de rebanhos, animal de companhia, ou ainda como activo colaborador nas actividades cinegéticas documentadas.

2 – A fauna de mamíferos encontra-se dominada pelos bovinos e pelos ovino-caprinos, tanto em contextos islâmicos como no único contexto exclusivamente cristão. Os bovinos eram animais de pequeno tamanho, de raças ainda não melhoradas; tanto a ovelha como a cabra se encontram seguramente representadas, pela ocorrência de segmentos característicos de uma e de outra das espécies, embora a sua diferenciação em geral não tenha sido possível, nem se justificasse, na óptica dos objectivos enunciados.

3 – A componente cinegética atinge expressão na época islâmica, e, especialmente no conjunto mais numeroso, dos séculos XI-XII, através da presença de veado, mais raramente de javali, espécies que deveriam ser capturadas nas manchas florestais que puntuavam espaços mais abertos, ocupando a vasta planície entre o Sado e o Tejo; a menor representação da segunda deve explicar-se, não tanto pela maior raridade face à primeira, mas sobretudo devido à pouca apetência na procura, dada a proximidade existente com o porco, o «animal imundo» cujo consumo era interditado pelas disposições corânicas. Idêntica situação foi identificada no castelo almóada das Mesas do Castelinho (Almodôvar), encontrando-se o porco doméstico (quando susceptível de ser identificado com certeza), ausente de ambos os contextos. Por

outro lado, a assinalável presença da componente cinegética pode explicar-se também pelo facto de a caça constituir excelente exercício para a guerra, no caso, contra os cristãos.

Enfim, o declínio notável do veado nos contextos cristãos ou com presença de materiais dos novos ocupantes, pode explicar-se pela sua crescente escassez nos domínios onde anteriormente era capturado, situação que atingiu também o urso, representado apenas por escasso número de restos em contexto islâmico dos séculos XI-XII, a ponto de o foral de Palmela, de 1185, já o não referir, ao contrário do veado. Outra explicação pode relacionar-se com a sua substituição pelo porco doméstico, cuja emergência e afirmação é espectacular nos contextos mais tardios, sendo animal de imediato adoptado na alimentação logo que consumada a conquista cristã.

A componente cinegética é completada pela caça ocasional do coelho, sempre representado por escasso número de restos.

4 – Estão presentes, de forma insistente, tanto nos contextos islâmicos, como nos mais tardios, indivíduos juvenis. Se essa realidade pode ser explicada pela mais fácil captura de juvenis ou mesmo infantis de javali, já no que respeita aos bovinos e, sobretudo, aos ovino-caprinos, a sua presença decorre da gestão dos recursos disponíveis. Assim, sendo certo que o número de cabeças de gado não poderia ultrapassar um dado limite, impondo o abate de animais ainda em estádio de crescimento, também é certo que o consumo de juvenis pode reflectir, e tradicionalmente reflecte, a existência de grupos humanos cujo poder económico, ou estatuto social justificaria, pela qualidade gastronómica, o consumo de indivíduos antes de estes atingirem a idade adulta, tal como ainda hoje acontece. Assim, a gestão dos rebanhos seria feita com alguma prodigalidade, remetendo para segundo plano a produção de leite e da lã, comparativamente com a obtenção da carne. Assim, na maioria dos casos, o animal seria abatido logo que atingido o tamanho óptimo para o consumo, o que é revelado pelas extremidades das epífises dos ossos longos, ainda não soldadas às diáfises. Esta realidade é compatível com a existência de uma elite guerreira, sediada no castelo e acompanhada dos seus próximos eiais e faz sentido com a anterior observação de as partes de menor valor alimentar dos bovinos não se encontrarem presentes no inventário.

5 – No tocante ao modo do consumo dos recursos, nota-se que os cozidos seriam dominantes, até pela presença de ossos esmagados, sobretudo de bovinos, com o objectivo de expor a medula óssea, a qual só por aquele processo seria susceptível de aproveitamento; no entanto, não se observou a típica segmentação dos ossos longos de ovino-caprinos, especialmente o húmero, o fémur e a tíbia, correspondente à obtenção de nacos destinados a ensopados ou guisados, como foi evidenciado nas Mesas do Castelinho, Almodôvar. Pelo contrário, as peças seriam partidas segundo a natureza dos segmentos anatómicos – daí as frequentes marcas de cutelo observadas perto das extremidades articulares dos ossos longos – e con-

feccionadas em recipientes de grandes dimensões, mais de acordo com a subsistência de uma importante guarnição militar, como a que seria certamente a que se encontrava ali instalada, tanto em época islâmica como cristã.

A existência nos ossos de manchas escurecidas pelo calor evidencia, em todas as espécies, o recurso a grelhados ou churrascos; porém, tais manchas não se confundem com a generalizada actuação pelo calor, a temperaturas muito mais altas – já que o escurecimento evoluiu nalguns ossos para tonalidades acinzentadas e cobrindo a totalidade da superfície das peças – conotável com incêndio generalizado detectado pela escavação nos níveis dos séculos IX a finais do X-inícios do XI.

6 – Enfim, se a ausência do porco doméstico em contexto islâmico, contrastando com a abundância nos níveis cristãos dos finais do século XIII-inícios do XIV, pode ser explicada por razões de ordem cultural, neste caso religiosa, a presença do camelo, ainda que vestigial, em pleno contexto islâmico dos séculos XI-XII, possui, igualmente, um fundamento cultural, dado ser animal plenamente adoptado pelas populações islâmicas tanto orientais, como norte-africanas e do sul peninsular, das quais as sediadas no castelo de Palmela eram, naturalmente a sua extensão mais ocidental, na ocupação do Gharb al-ândalus.

AGRADECIMENTOS

A Cleia Detry, que actualmente prossegue o estudo sistemático do espólio arqueozoológico exumado no castelo de Palmela, pelas informações gentilmente prestadas.

A Carlos Fabião a referência à presença do camelo em Braga, aquando da ocupação da cidade por Teodorico II.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBARELLA, U.; DAVIS, S.; DETRY, C. & ROWLEY-CONWY, P. (2005), Pigs of the «Far West»: the biometry of *Sus* from archaeological sites in Portugal. *Anthropozoologica*. Paris. 40 (2), pp. 27-54.

AL-HIMYARI, *La Péninsule ibérique au Moyen-Age d'après le «Kitâb al-Rawd al-Mi'tar Fi Habar al-*

-Aktâr». Texte arabe des notices relatives à l'Espagne, au Portugal et au sud-ouest de la France, tx. et tr. E. Lévi-Provençal, Pub. Fondation de Goeje, n.º XII, Leiden, 1938.

ANTUNES, M. Telles (1999), Restos de tesouro de moedas islâmicas nas imediações de Azoia (Sesimbra). *Arqueologia Medieval*. Porto, 6, pp. 133-138.

BARROCA, Mário (2000), *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Vol. III. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

CARDOSO, J. L. (1992), Um camelídeo de Conímbriga. *Conímbriga*. Coimbra. 31, pp. 181-187.

CARDOSO, J. L. (1994), A fauna de mamíferos da época muçulmana das Mesas do Castelinho (Almodôvar). Materiais das campanhas de 1989-1992. *Arqueologia Medieval*. Porto. 3, pp. 201-220.

CRÔNICA DE IDÁCIO, tradução de José Cardoso a partir da edição de A. TRANOY. Braga: Universidade do Minho, 1982.

DAVIS, S. (2007), Zoorarchaeological evidence for Moslem and Christian improvements of sheep and cattle in Portugal. *Journal of Archaeological Science*. 20, pp. 1-20.

FERNANDES, Isabel Cristina F. (2004), *O castelo de Palmela. Do islâmico ao cristão*. Lisboa: Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela.

LÉVI- PROVENÇAL, E. (reconstituição do original árabe e tradução de), «La Description de l'Espagne d'Ahmad Al-Râzî», *Al-Andalus*, Vol. XVIII, C.S.I.C., Madrid-Granada, 1953, pp. 51-108.

NEVES, C. M. B. (1980), *História florestal, aquícola e cinegética. Colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelarias reais*. Lisboa: Direcção-Geral o Ordenamento e Gestão Florestal, 1 (1208 a 1438), p. 201.

ZEDER, M. & PILAAR, S. E. (2010), Assessing the reliability of criteria used to identify mandibles and mandibular teeth in sheep, *Ovis* and goats, *Capra*. *Journal of Archaeological Science*. 37, pp. 225-242.

ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DA NECRÓPOLE ISLÂMICA DE BEJA

MIGUEL SERRA*

RESUMO

Os trabalhos de acompanhamento arqueológico efectuados pela empresa Palimpsesto, Lda. no projecto de remodelação da rede pública de água de Beja, entre 2006 e 2007, levaram à detecção de enterramentos islâmicos em diversas artérias da cidade. Estes novos elementos permitiram redefinir a localização proposta para uma das necrópoles islâmicas de Beja.

Foram identificados 19 enterramentos em 3 núcleos distribuídos ao longo de 225 metros de extensão compreendidos entre a Rua de Mértola e a Rua Gomes Palma.

O ritual funerário, associado à obtenção de uma datação por radiocarbono permite-nos situar a ocupação desta necrópole entre o século X e os inícios do século XI, época para a qual existem escassos vestígios arqueológicos em Beja.

A vasta área de dispersão dos enterramentos detectados revela a presença de uma necrópole de grandes dimensões, coincidente com o estatuto de Beja durante os primeiros séculos do processo de islamização e constitui uma fonte importante de informações para traçar a morfologia urbana da Beja islâmica.

A análise antropológica laboratorial facultou um conjunto de dados sobre o perfil biológico destes indivíduos, assumindo-se como mais um contributo para o conhecimento da paleobiologia das populações durante o período islâmico.

1. INTRODUÇÃO

Entre Outubro de 2006 e Março de 2007 teve lugar um projecto de remodelação do abastecimento à rede pública de água¹ na parte Sul da cidade, entre a Rua Conde da Boavista, no limite Sul do centro histórico e a Rua Rainha Dona Amélia, já exterior ao núcleo primitivo (Fig. 1).

Estes trabalhos consistiam na abertura de valas ao longo de diversas ruas (às já referidas há que acrescentar a Rua das Portas de Mértola, Rua de Mértola, Terreiro dos Valentes, Rua Gomes Palma e Rua Frei Amador Arrais) para remoção das infra-estruturas existentes.

O facto da zona a intervençinar se situar dentro dos limites das áreas de protecção de diversos monumentos e a natureza da própria obra, com afectação directa do subsolo, levaram o IGESPAR, IP a condicionar a execução dos trabalhos ao acompanhamento arqueológico, assegurado pela empresa Palimpsesto, Lda., sob direcção científica do signatário.

* Palimpsesto, Estudo e Preservação do Património Cultural, Lda., miguelserra@palimpsesto.pt.

A escassez de trabalhos arqueológicos nesta área conduzia a uma situação de ausência de informações sobre eventuais afectações de património. O facto de grande parte do traçado de valas a executar se situar em zona exterior às muralhas medievais contribuía para um menor interesse sobre esta periferia, na qual apenas se conheciam alguns trabalhos de arqueologia preventiva de onde não se extraíram dados relevantes (Serra, 2005; Serra *et al.*, 2007: 701).

O elemento mais saliente relacionava-se com a hipotética localização do almocávar compreendido entre o Largo dos Duques de Beja e as Portas de Mértola (Torres e Macias, 1998: 146 e 149), proposta esta baseada no achado de diversas lápides, que se supunha não estarem muito deslocadas do seu lugar de origem (Macias, 2005a: 140). Esta hipótese seria no entanto gradualmente redefinida uma vez que a realização de trabalhos arqueológicos na Rua do Sembrano (Correia, 1994) permitiram a descoberta de contextos domésticos com ocupação até aos séculos XI-XII, levando Santiago Macias a propor que «*Se a ideia da localização da maqbara na zona sudeste continua a fazer sentido – a proximidade em relação ao sítio onde as lápides surgiram continua a ser um dado a ter em conta – o seu ponto preciso de implantação deveria situar-se um pouco mais para este do sítio inicialmente proposto»* (Macias, 2005a: 141).

Esta localização alternativa viria a confirmar-se em parte no decurso dos trabalhos de acompanhamento deste projecto, com a detecção dos enterramentos na Rua de Mértola e Rua Gomes Palma.

Para além destes elementos reportáveis ao período islâmico, foram ainda detectados outros de época romana nos mesmos espaços ocupados pela necrópole, situação aliás esperável, tal como sucede noutros locais onde se verifica esta sobreposição de elementos (Tor-

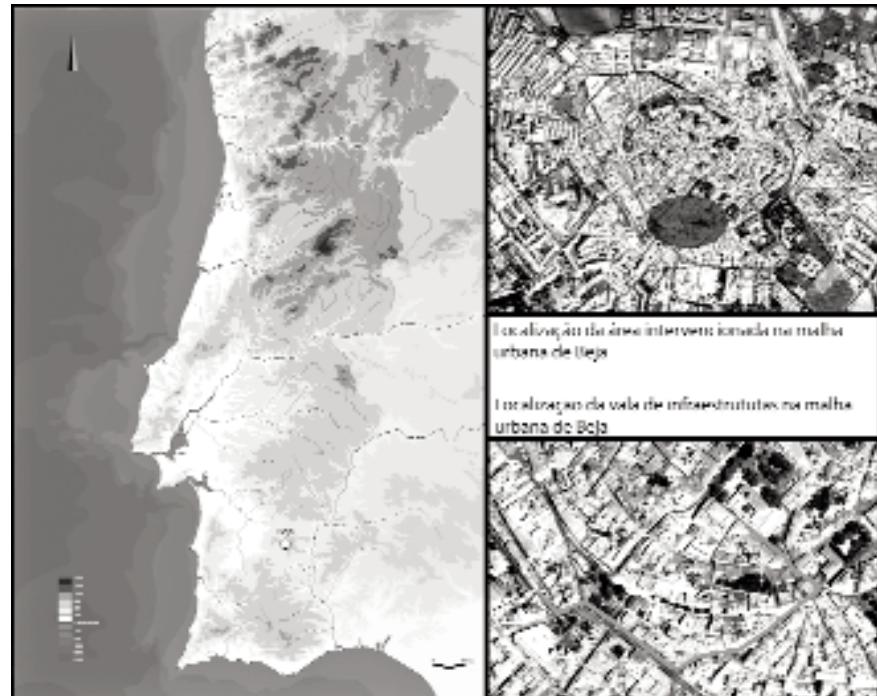


Figura 1 – Localização da área intervencionada.

res e Macias, 1998: 35), reforçada pela descoberta de uma sepultura do século III junto a um dos núcleos com enterramentos islâmicos (Serra, 2009: 649). Ao longo dos trabalhos foram ainda intervencionados outros vestígios que confirmam que esta zona, apesar de periférica, revela uma forte dinâmica de ocupação desde o período romano até ao século XVIII (Serra, 2010).

2. INTERVENCAO

Os locais que permitiram a detecção de enterramentos atribuíveis ao período islâmico situam-se em arruamentos inseridos em plena malha urbana, numa zona situada no exterior do centro histórico, mais precisamente na Rua de Mértola e na Rua Gomes Palma (Fig. 2).

O primeiro núcleo detectado localiza-se na Rua de Mértola, numa zona de circulação pedonal, onde foi possível proceder à exumação de 7 indivíduos na sondagem 1.

Com a continuação dos trabalhos de abertura de vala ao longo desta rua no sentido Nordeste – Sudoeste, foi detectado outro núcleo a cerca de 135 metros do primeiro, localizado em área de circulação viária e na qual foi possível detectar 3 indivíduos, dos quais apenas 2 puderam ser escavados na sondagem 2.

O último conjunto observado localiza-se na Rua Gomes Palma, a cerca de 90 metros para Noroeste do segundo núcleo e era constituído por 9 indivíduos, distri-



Figura 2 – Localização dos enterramentos islâmicos.

buídos pelas sondagens 3 (7 indivíduos) e 4 (2 indivíduos), sendo que nesta última também se detectou uma sepultura estruturada com uma inumação de época romana a que já se fez referência.

Regra geral todos os enterramentos encontravam-se em zonas fortemente antropizadas, nomeadamente pela existência de infra-estruturas, que contribuíram para o mau estado de conservação dos restos osteológicos.

2.1. Estratégia

Previamente ao início dos trabalhos de acompanhamento arqueológico, foi necessário proceder-se à recolha de informação sobre os locais alvo da intervenção, para que a equipa técnica assegurasse um conhecimento exaustivo sobre as realidades arqueológicas expectáveis. Já se aludiu anteriormente à escassa informação arqueológica disponível para este local, mas suficiente para prever a forte possibilidade de detecção da necrópole islâmica.

Esta informação foi complementada com recolhas orais junto de populares, o

que se revelou uma importante fonte pelo facto de nos surgirem menções sobre a existência de esqueletos detectados aquando da construção da rede de abastecimento de águas em meados do século passado.

Assim, quando surgiram os primeiros vestígios osteológicos foi necessário modificar a estratégia inicial, assumindo uma intervenção mais activa que passou pela implementação de novas medidas de minimização com vista à salvaguarda integral dos elementos detectados na zona a afectar pelas valas através de sondagens arqueológicas de caracterização.

Deste modo, reforçou-se a equipa de acompanhamento arqueológico para assegurar uma presença permanente em todas as frentes de obra ao mesmo tempo que outra equipa procedia às diversas escavações².

2.2. Metodologia

Após a detecção dos primeiros vestígios foi necessário começar por compreender a estratigrafia de cada local intervencionado em pormenor, uma vez que estavam sistematicamente afectados pelos trabalhos em curso ou pela existência de infra-estruturas.

Os trabalhos iniciais começaram pela limpeza dos fundos de vala e respectivos perfis, para remoção dos inertes que provocavam dificuldades de leitura do espaço. Em seguida procedeu-se à escavação dos vestígios de época contemporânea, sobretudo relacionados com enchimentos de valas de infra-estruturas, de modo a tornar possível a identificação das manchas de sedimentos que colmatavam as sepulturas.

Após a identificação dos limites de cada sepultura, procedeu-se à sua escavação com o objectivo de recuperar integralmente os esqueletos e todos os ossos humanos afectados pela obra, dedicando atenção a todos os elementos



Figura 3 – Rua de Mértola. Sondagem 1. Enterramentos 1 a 7.

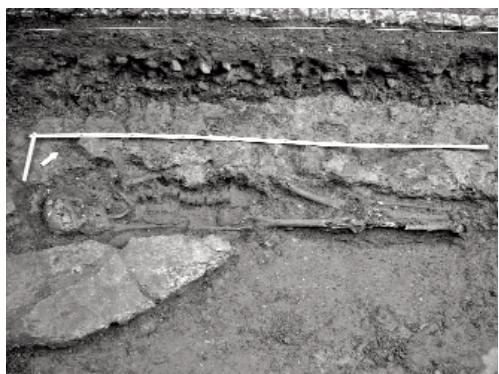


Figura 4 – Rua de Mértola. Sondagem 1. Enterramento 1.



Figura 5 – Rua de Mértola. Sondagem 1. Enterramento 7.

constituintes: sepulturas, esqueletos, unidades e relações estratigráficas, processos tafonómicos, etc. (Neves *et al.*, no prelo).

Os métodos específicos da intervenção antropológica basearam-se nos procedimentos enunciados pelos precursores da *Anthropologie du Terrain* (Crubézy, 2000).

Após a delimitação dos enterramentos, estes foram registados fotograficamente sendo atribuída uma identificação numérica individual. De seguida, foram decapados os vestígios de enterramentos conservando as peças ósseas *in situ*, sempre que possível, até ao levantamento final do esqueleto. Fotografou-se cada enterramento e, em pormenor, casos particulares de lesões. Após o preenchimento da ficha de antropologia de campo efectuou-se o levantamento antropológico individualizado de todas as peças osteológicas, descrevendo-as (tipo de osso, lateraldade, estado de conservação, lesões) e embalando-as separadamente. Sempre que o material o permitiu foram registados os dados relativos à diagnose sexual e determinação da idade à morte, assim como medidas osteométricas (Ferreira, 2006; 2007a; 2007b; 2007c).

2.3. Rua de Mértola

A abertura de valas na Rua de Mértola permitiu a identificação do primeiro indivíduo (Ent. 1) a uma cota muito superficial, localizado sob os níveis de preparação do actual piso de circulação e parcialmente destruído por uma caleira provavelmente de época moderna ou inícios do período contemporâneo.

Os trabalhos mecânicos prosseguiram com redobrado cuidado, o que possibilitou a identificação de alguns ossos dispersos por uma área com cerca de 7,5 metros de comprimento, que viria a originar a marcação da sondagem 1.

Após os trabalhos de limpeza superficial observou-se a existência de mais três sepulturas cortadas por valas de canalizações (Ent. 2, 3 e 5) com os respectivos esqueletos muito incompletos e outras três sepulturas (Ent. 4, 6 e 7) que haviam sido abertas num piso em *opus signinum* de cronologia romana (Fig. 3).

Esta sondagem revelava uma grande concentração de infra-estruturas variadas que causaram sérias perturbações na estratigrafia e motivaram a destruição parcial de vários indivíduos.

O Enterramento 1 (Fig. 4) foi afectado em momentos distintos, primeiro com a construção de uma estrutura abobadada de grandes dimensões, que poderá corresponder a uma conduta de saneamento de inícios do século XX ou fins do século XIX, e mais recentemente pela abertura de uma vala para colocação de uma manilha de saneamento. Também a actual calçada o afectou, perturbando o sedimento que o cobria. A estrutura abobadada afectou o membro superior esquerdo, parte do toráx e da bacia do esqueleto, levando à perda de vários ossos. A abertura da vala para a manilha provocou a destruição dos pés e da articulação do joelho direito. O Enterramento 2 foi cortado ao meio por uma vala para a instalação de tubagens, que também foi a causa da destruição do Enterramento 5 e de parte do Enterramento 3

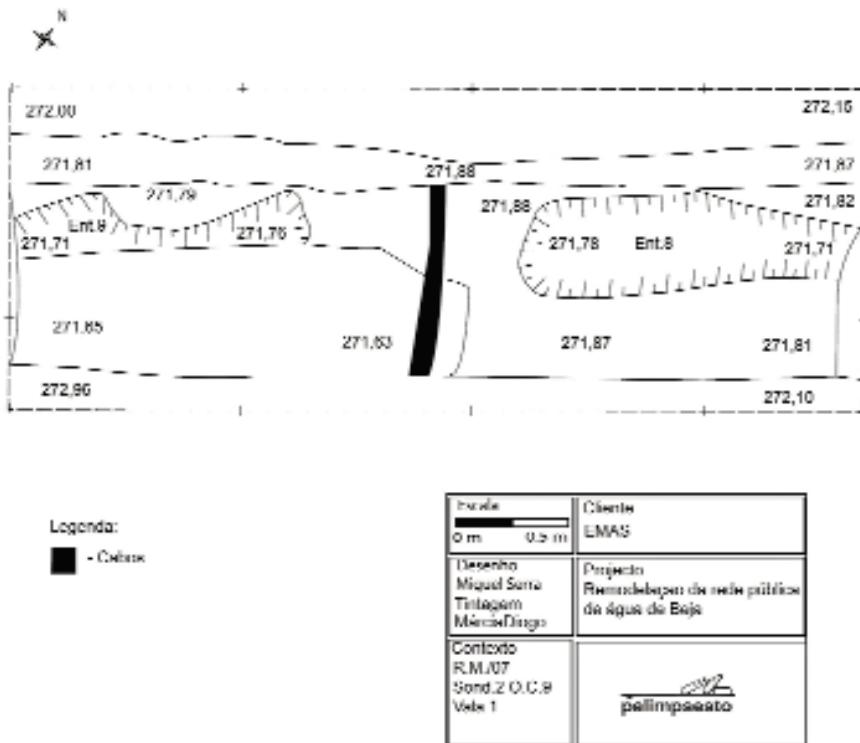


Figura 6 – Rua de Mértola. Sondagem 2. Enterramentos 8 e 9.

(membros inferiores). A preservação dos esqueletos dos Enterramentos 4 e 6 foi prejudicada pela mesma vala que perturbou o Enterramento 1. O Enterramento 6 teve uma afectação reduzida, mas o Enterramento 4 mostrava os membros inferiores completamente destruídos. O Enterramento 7 (Fig. 5) encontrava-se em boas condições de preservação (Ferreira, 2006: 7).

As sepulturas detectadas foram abertas através do corte num piso em *opus signinum* pré existente. Apenas o Enterramento 3 não é seguramente relacionado com este piso, não sendo possível determinar o tipo de sepultura onde foi inumado, devido ao elevado grau de destruição da área circundante.

Todas as inumações são individuais, não se registando sobreposições de enterramentos nas várias sepulturas e não se observando qualquer espólio.

Os indivíduos foram depositados em decúbito lateral direito, com o crânio sobre a face direita, virada a sudeste, com as pernas ligeiramente flectidas e as mãos na zona pública. A disposição das peças ósseas sugere que a decomposição ocorreu em espaço fechado, ou seja, os indivíduos foram inumados envoltos num sudário, tendo sido cobertos com sedimentos (Ferreira, 2006: 8).

Esta sondagem revela uma elevada concentração dos enterramentos, o que constitui um forte indicador da sua continuidade no espaço envolvente, o que não é passível de confirmação numa intervenção desta natureza que condiciona a escavação dos vestígios aos limites da vala.

No extremo Oeste da Rua de Mértola foram detectados mais dois indivíduos exi-

bindo características semelhantes aos intervencionados na sondagem 1.

Ao longo de cerca de 135 metros de vala entre estes dois pontos não se detectaram quaisquer ocorrências relacionadas com a necrópole, apesar de surgirem amiúde vestígios de outras épocas (Serra, 2010: 1359).

Neste segundo núcleo surgiram dois enterramentos em que o material osteológico se apresentava bastante completo, mas num elevado estado de fragmentação, mais uma vez devido à cota muito superficial a que se encontravam.

Implantou-se a sondagem 2, que cobria a área entre os dois enterramentos (Ent. 8 e 9) com cerca de 3,5 de comprimento (Fig. 6).

O Enterramento 8 foi detectado durante a abertura da vala que provocou o corte na zona dos tornozelos, conduzindo à perda dos ossos dos pés (Fig. 7). Durante as limpezas para determinar os limites da respectiva sepultura e para verificar a ocorrência de outros enterramentos na sua proximidade, detectou-se o Enterramento 9, que apresentava alguma afecção provocada pela abertura de uma vala para colocação de cabos eléctricos.

A calçada causou também grandes danos nos enterramentos, não só porque supriu parte dos enchimentos das sepulturas, como também porque provocou a compactação dos sedimentos e a fractura de diversas peças



Figura 7 – Rua de Mértola. Sondagem 2. Enterramento 8.

ósseas. Além disso, houve intrusão das pedras da calçada no enchimento, ficando por vezes os ossos misturados directamente com estas, mais uma vez provocando a sua fragmentação (Ferreira, 2007a: 6, 7).

A perturbação dos níveis estratigráficos nesta zona dificultou a leitura das características



Figura 8 – Rua Gomes Palma. Sondagem 3. Enterramentos 11 a 17.



Figura 9 – Rua Gomes Palma. Sondagem 4. Enterramentos 18 e 20.



Figura 10 – Rua Gomes Palma. Sondagem 3. Enterramento 11.

cas das sepulturas, mas podemos considerar que se tratariam de fossas simples de inumação directamente abertas no solo.

As inumações apresentam características idênticas às observadas nos enterramentos da sondagem 1.

Na limpeza dos cortes foi detectada uma calote craniana pertencente a outro enterramento (Ent. 10) que não foi escavado por a vala não interferir com a sua preservação, sendo apenas georeferenciado e protegido com geotêxtil. O mesmo sucedeu com um conjunto de ossos muito fragmentados que se encontravam misturados com os níveis de preparação da calçada (Ferreira, 2007a: 10, 11).

2.4. Rua Gomes Palma

No prosseguimento da abertura de valas na Rua Gomes Palma foi possível detectar novo núcleo, onde as realidades arqueológicas se encontravam gravemente afectadas pela destruição causada por diversas obras aí realizadas.

Foram intervencionados mais 7 indivíduos na sondagem 3 e 2 na sondagem 4, localizada a apenas 8 metros da anterior (Fig. 8 e 9). É também de destacar a descoberta de uma sepultura de características bastante distintas nesta última sondagem, relacionada com a ocupação romana da cidade e que revela a sobreposição de espaços sepulcrais de períodos distintos.

O conjunto osteológico recuperado na sondagem 3 afigura-se muito incompleto devido a destruições anteriores provocadas pela abertura de valas. Os enterramentos 11 e 12 eram os que apresentavam melhores condições de preservação apesar de estarem cortados em ambas as extremidades da sepultura (Fig 10). Dos restantes enterramentos (Ent. 13 a 17) apenas foi possível recuperar escassos fragmentos ósseos (Ferreira, 2007b).

Também na sondagem 4 a situação era bastante similar, com os dois enterramentos (Ent. 18 e 20) detectados a mostrarem sinais da destruição causada pela ação humana. No caso do enterramento 18 (Fig. 11), registava-se o corte ao nível dos ombros e ao nível dos pés, enquanto que no enterramento 20 apenas se recuperaram alguns fragmentos dos fémures e da rótula esquerda (Ferreira, 2007c). O Enterramento 19 reporta-se a outro período cronológico e não será aqui abordado.

As restantes informações obtidas neste núcleo remetem para a mesma realidade identificada nas sondagens 1 e 2, ou seja, a orientação dos corpos, o tratamento do cadáver, a tipologia das sepulturas e a ausência de espólio fúnebre.

Na restante intervenção nesta rua não se detectaram vestígios que permitissem observar a continuidade da necrópole.

3. ANÁLISE ARQUEOLÓGICA E ANTROPOLOGICA

As informações recuperadas com a escavação deste conjunto de enterramentos ficaram desde logo muito condicionadas com o estado de preservação do material

osteológico, com as destruições que truncaram estas realidades e com a natureza da intervenção que se confinava ao espaço das valas da obra.

Uma das limitações mais óbvias refere-se às considerações que possamos tecer sobre a organização do espaço sepulcral do qual possuímos uma visão muito fragmentada.

Não é de todo viável lançar aqui afirmações muito definitivas sobre os limites, extensão e características de ocupação da necrópole islâmica de Beja uma vez que várias dúvidas nos surgem de imediato.

A detecção de três núcleos com alguma distância entre si poderia desde logo apontar para uma forma de organização multinuclear, mas teremos de ter em atenção que a inexistência de outros enterramentos poderá antes dever-se a factores que conduziram à sua total destruição e não com qualquer forma de organização premeditada (Serra, 2009: 650).

Também não podemos pretender que a extensão da necrópole se restrinja aos núcleos detectados, uma vez que será de supor a sua continuação para outros arruamentos nos quais não existe qualquer informação arqueológica. Será no entanto de propor como limites máximos a sondagem 4 na Rua Gomes Palma (limite Oeste) e a sondagem 1 na Rua de Mértola (limite Este), pelo menos até novos dados nos permitirem uma revisão destas afirmações. Sobre o limite Sul não o poderemos indicar de forma segura, apesar da recolha de algumas informações orais acerca da existência de esqueletos na zona da actual Escola Secundária de Diogo Gouveia (confirmados por intervenções recentes). O limite Norte deverá ficar estabelecido pelo paralelo traçado pela Rua Capitão João Francisco de Sousa que acompanha as muralhas medievais da cidade.

A topografia funerária também é algo limitada pelo facto de apenas termos uma visão sobre uma pequena parte do que terá sido o espaço total ocupado pela necrópole, mas podemos observar algumas características. Apesar de actualmente toda esta área se encontrar urbanizada, é notório que se trata de uma zona de vasta



Figura 11 – Rua Gomes Palma. Sondagem 4. Enterramento 18.

encosta suave com ligeira subida de cotas no sentido Sudeste – Noroeste, portanto completamente virada e exposta a Sudeste tal como a orientação das faces dos indivíduos inumados.

Sobre as práticas funerárias podemos caracterizar esta necrópole como bastante homogénea apesar de algumas incertezas motivadas por contextos muito destruídos.

Foi possível confirmar que as sepulturas eram todas individuais, sem qualquer espólio e abertas em fossa simples, apenas com a diferença que 11 foram directamente escavadas no solo e 7 sobre um piso anterior em *opus signum*. Sobre o enterramento 10 não foi possível obter dados concretos, pois como já foi mencionado, este não foi escavado.

Todos os enterramentos obedecem à mesma orientação, com o corpo deposto em decúbito lateral direito, crânio sobre a face direita virada para Sudeste, pernas ligeiramente flectidas e as mãos na zona púbica. Estas são no entanto considerações generalistas tendo em conta que em muitos casos os enterramentos não se apresentavam completos.

A deposição das peças ósseas sugere que a decomposição terá decorrido em espaço fechado, provavelmente envoltos em sudário (Ferreira e Furtado, 2008: 17).

O mau estado de conservação de alguns esqueletos limitou a escolha de material ósseo enviado para datação por radiocarbono, razão pela qual apenas foi possível datar um esqueleto, o que nos limita na atribuição cronológica segura a todo o conjunto, apesar da sua uniformidade.

A datação obtida no Laboratório de Datação por Radiocarbono do Instituto Tecnológico e Nuclear em Sacavém foi realizada sobre ossos do enterramento 18 e permite situá-lo entre o século X e inícios do século XI (Tabela 1).

O facto da intervenção nesta necrópole ter sido efectuada em contexto de emergência não

impediu a possibilidade de realização de análises antropológicas laboratoriais, elemento essencial para o conhecimento do perfil biológico de cada indivíduo e do perfil demográfico e sanitário da população exumada³.

Da análise paleodemográfica constatou-se que dos 18 indivíduos referenciados 14 são adultos e 4 não adultos. Quanto à idade dos indivíduos adultos, 2 estão na faixa etária entre os 20 a 30 anos, 5 teriam entre 30 a 40 anos e 1 entre 40 a 50 anos. Nos restantes 6 não foi possível determinar a respectiva idade à morte.



Figura 12 – Enterramento 6. Corrente hiperostótica sobre o flanco ântero-lateral direito da 10^a vértebra torácica à 3^a vértebra lombar, compatível com um diagnóstico de hiperostose idiopática difusa (HID).

Ref. do Laboratório	Ref. da amostra	Tipo	$\delta^{13}\text{C}$ (%)	Idade (anos BP)	Data calibrada
SAC-2433	EMAS Ent. 18	Ossos humanos (colagénio)	-20,0	1060±35	*

* Tabela 1

* Ao calibrar a data obtida fazendo uso do programa CALIB 5.0.1 (Stuiver e Reimer, 1993, *Radiocarbon*, 35: 213-230) e com base na curva IntCal04.14C (Reimer *et al.*, 2004, *Radiocarbon*, 46: 1029-1058), obtém-se os seguintes dados:

- para 1 sigma: 903-914 cal AD (0,121021); 969-1019 cal AD (0,878979).
- para 2 sigma: 895-926 cal AD (0,189118); 939-1024 cal AD (0,810882)

Dos 4 indivíduos não adultos, 3 teriam idades compreendidas entre os 3-4 anos e outro entre 7-9 anos.

Em termos de diagnose sexual observou-se a presença de 6 indivíduos do sexo masculino, 1 do sexo feminino e 7 indeterminados.

Em relação à morfometria, verificou-se que o grupo de indivíduos apresenta uma estrutura óssea relativamente robusta e algum dimorfismo sexual, com os homens a atingirem uma estatura média de 167 cm e a mulher com 156 cm de altura, bastante grátil na sua estrutura óssea.

Quanto aos caracteres não métricos, foi possível observar no Enterramento 1 dois caracteres discretos nos dentes: a raiz dupla e a coroa em forma de «peg shaped».

Ao nível da patologia infantil observou-se que o Enterramento 7 mostra microporosidades em várias peças ósseas cujo tipo e localização são compatíveis com um diagnóstico de síndrome cribrosa.

No Enterramento 17 também foi observada uma microporosidade na zona da tuberosidade gluteal de ambos os fémures, cribra femoral simétrica, que poderá também estar relacionada com a síndrome cribrosa. A etiologia desta síndrome prende-se com défices de magnésio associados a carências nutricionais. Os problemas ocorridos durante o crescimento destes indivíduos estão também marcados nos seus dentes na forma de hipoplasias lineares do esmalte dentário.

No que concerne a patologia degenerativa articular, a que mais frequentemente afecta as populações do passado, tendeu a ser ligeira, com excepção do indivíduo do Enterramento 6.

A observação das zonas de inserção musculares (patologia degenerativa não articular) revelou que o indivíduo teria um certo esforço físico no seu dia-a-dia. Neste enterramento foram ainda observadas outras patologias: anquilose e erosão nos ossos das mãos, fusão dos corpos vertebrais, fusão das apófises articulares vertebrais, formação de osso novo reaccional em locais de zonas de inserção tendinosas e lesões nas vértebras torácicas associadas a hiperostose idiopática difusa (Fig. 12).

Também na patologia oral os resultados são abundantes. De salientar o desgaste dentário indicativo de uma alimentação relativamente abrasiva e a grande incidência

de cáries. Os pequenos depósitos de tártaro observados nesta série de Beja poderão estar subrepresentados, pois é comum caírem por acção tafonómica. De realçar o caso do indivíduo do Enterramento 6, com doença periodontal e consequente regressão alveolar que expõem as raízes dos dentes, tornando-as mais susceptíveis aos agentes infecciosos (Fig. 13).

De modo resumido, pode-se afirmar que na análise da patologia dentária, constatou-se um desgaste dentário geral de grau médio a severo, a presença de depósitos de tártaro e de várias cáries, de granulomas periapicais, de um abcesso e de doença periodontal. Estes dados insinuam a ausência de higiene oral e tratamentos dentários e incluiriam alimentos ricos em hidratos de carbono e doces nas suas dietas.

Em relação à patologia congénita, foi observada a ausência dos terceiros molares no indivíduo do Enterramento 1 e no Enterramento 7 confirmou-se que o dente decíduo supranumerário (hiperdontia) também se refere a um caso de defeito congénito.

Em suma, podemos considerar que o reduzido número de indivíduos da amostra, recolhida nesta intervenção, não permite um carácter suficientemente representativo da população viva. É também de destacar a existência de casos patológicos de interesse científico que podem ser observados nos Enterramentos 6 e 7.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de Beja no início da islamização já foi amplamente debatida (Sidorus, 1996; Marin, 2001; Macias, 2005a: 34) apesar da escassez de elementos arqueológicos que nos permitam conhecer de modo preciso a evolução da sua ocupação (Macias, 2005a: 35).

As dificuldades do estudo da Beja Islâmica centram-se na ausência de trabalhos arqueológicos sistemáticos no centro histórico (*Idem*, 2005a: 105), no entanto algumas hipóteses sobre a sua dinâmica urbana têm sido lançadas na expectativa de uma futura confirmação.

A dimensão de Beja islâmica é estimada em cerca de 11 hectares (*Ibidem*, 2005a: 139) correspondentes *grosso modo* ao limite definido pelo pano Sudoeste da muralha e pelo eixo entre o Castelo e o Largo dos Duques de Beja, mas a insegurança das informações existentes levou a que fossem propostas alternativas que sugerem o acantonamento da população no ponto mais alto o que terá conduzido à criação de espaços vazios na restante área urbana que poderia ainda possuir os limites da cidade da Antiguidade Tardia (Macias e Fernandes, 2008).

Do espaço interno poucos elementos existem que nos possibilitem uma visão clara do seu urbanismo, que em parte deverá ser herdeiro de épocas anteriores. Alguns autores destacam uma série de locais cruciais para o conhecimento da Beja islâmica, como a Praça da República, Castelo, Igreja de Santa Maria, antiga Igreja de São João Baptista (Macias e Fernandes, 2008), às quais se deve acrescentar a



Figura 13 – Enterramento 6. Mandíbula onde é possível observar a regressão alveolar acentuada. Norma lateral direita: 1º pré-molar inferior direito com uma grande cária e onde foi detectado um quisto periapical. Norma lateral esquerda: região do 2º pré-molar inferior esquerdo onde foi detectada uma lesão periapical, um abcesso, que se encontrava em processo de remodelação.

área onde se desenvolvia a necrópole agora descoberta.

Um dos principais equipamentos urbanos que sabemos encontrar-se em perfeito estado no século X, são as muralhas (Macias, 2005b: 815), o que se reveste de grande importância para a delimitação da necrópole ao longo do troço Sul.

Outro dado a ter em conta é o facto de não se conhecerem inscrições anteriores ao século XI, tal como sucede para todo o *Gharb* (Borges, 1989: 1-4; Macias, 2005b: 819), o que poderá indicar que as epígrafes de Beja poderão não estar associadas a esta necrópole, mas a outra situada entre o Largo dos Duques de Beja e o Largo de Santa Maria (Macias, 2005a: 141).

Os dados que possuímos sobre contextos ou materiais islâmicos documentados em escavações arqueológicas na cidade de Beja



Figura 14 – Extensão hipotética da necrópole.

são algo dispersos impedindo uma visão global sobre a ocupação efectiva deste período.

Na Praça da República, alvo de trabalhos no âmbito do Programa Polis, apenas conhecemos referências a uma fossa com materiais islâmicos (Pinto, 2007: 523) e um candil datado do século X-XI proveniente de níveis de revolvimento (*Idem*, 2007: 528).

Em local próximo conhecemos mais dados, apesar de tardar a sua publicação exaustiva. Referimo-nos ao Logradouro do Conservatório Regional do Baixo Alentejo onde foram detectadas fossas islâmicas (Lopes, 2003: 154) contendo materiais pré califais e califais inéditos (Macias, 2005a: 103). Este local afirma-se como preferencial para o conhecimento do período islâmico por aí se desenvolverem escavações sistemáticas numa vasta área em pleno centro histórico.

Na Praça de Armas do Castelo foram detectados outros importantes elementos como uma possível muralha islâmica, um conjunto de estruturas e uma forja (Lopes, 2003: 160, 161), assinalando-se a presença de materiais do século XI-XII (Macias, 2005a: 144).

Também na Rua do Sembrano, onde se desenvolveram escavações ao longo de vários anos, conhecemos a existência de materiais do século XI-XII (*Idem*, 2005a: 143).

Outros locais do centro histórico revelam dados de interesse, mas provenientes de trabalhos menos abrangentes ou de difícil comprovação por se referirem a intervenções anti-gas. São os casos do Hospital da Misericórdia onde se detectou um interessante conjunto de materiais do século XII (Correia, 1991; Macias, 2005a: 144), o Largo de Santa Maria onde se assinalam materiais islâmicos (Lopes, 2003: 179) e enterramentos sem atribuição cronológica segura (Viana, 1946: 178; Macias, 2005a: 141) ou a Pousada de São Francisco com um reduzido conjunto de materiais dos séculos XI- XII (Lopes, 2003: 168).

Para além destas informações, surgem ainda alguns achados casuísticos referentes sobretudo a epígrafes, num total de 6, das quais 4 datadas do século XI e XII (Borges, 1989; Macias, 2005a: 140) e vários elementos arquitectónicos (Macias, 2005a: 137).

Recentemente trabalhos arqueológicos preventivos na Escola Secundária Diogo Gouveia permitiram um grande contributo sobre o período islâmico em Beja com a escavação de mais de duas centenas de enterramentos islâmicos, para além de outros atribuídos ao período medieval cristão (Gomes e Santos, 2010). A existência de tão grande concentração de enterramentos islâmicos neste local, permite desde logo redefinir a extensão proposta para a necrópole (Fig. 14).

Na *kura* de Beja são apenas conhecidas três necrópoles que foram alvo de escavações arqueológicas. Para além da necrópole aqui mencionada, deveria existir outra em Beja ainda a necessitar de confirmação arqueológica (Macias, 2005a: 141). As outras situam-se em Moura (Borges e Macias, 1992) e Mértola, sem dúvida a melhor conhecida (McMillan, 1997; Le Bars, 2005; Le Bars, 2007; Macias, 2005a). As outras têm apenas indícios indiretos da sua existência, como a presença de lápides, em Noudar, Serpa e Castro da Cola (Macias, 2005a: 120; Macias, 2008). Para além destas, existem outras relacionadas com pequenas ocupações rurais ou aglomerados secundários como demonstrado nas recentes intervenções em Xancra II (Brazuna e Godinho, 2010) e Ribeira de São Domingos 1 (Miguel e Godinho, 2010).

Perante este cenário será expectável que a escavação desta necrópole em Beja prossiga em futuros trabalhos e se afirme de modo indelével para o conhecimento das populações e dos espaços ocupados durante o período islâmico.

O sucesso da investigação arqueológica destes contextos imbrica necessariamente na capacidade de transmitir o conhecimento produzido ao público de modo a criar mecanismos de responsabilidade social que influam directamente na forma como se actua sobre o património, garantido a sua salvaguarda e protecção. Desta forma assinalam-se as iniciativas já produzidas quer a nível da exposição dos dados obtidos (Serra *et al.*, no prelo), quer na produção de informação direcionada ao público em geral (Serra, 2007).

BIBLIOGRAFIA

- BORGES, A. G. M. (1989), As Inscrições Lapidares Árabes do Museu de Beja, *Arqueologia*, 20, Porto: pp. 98-109.
- BORGES, A. G. M. e MACIAS, S. (1992), Almocavar de Moura, Localização e Epigrafia. *Arqueologia Medieval*, 1: pp. 65-69.
- BRAZUNA, S. e GODINHO, R. (2010), Xancra II (Cuba, Beja): resultados preliminares da necrópole islâmica. Comunicação apresentada ao 4º Colóquio de arqueologia do Alqueva – O Plano de Rega (2002-2010). EDIA, Beja, 24 a 26 de Fevereiro de 2010.
- CORREIA, F. B. (1991), Um conjunto de cerâmica árabe-medieval de Beja. *A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola: pp. 373-386.
- CORREIA, S. (1994), Intervenção arqueológica na Rua do Sembrano – área urbana de Beja. Cam-

- panhas de 1988 a 1990. *V Jornadas Arqueológicas*, vol. 1, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses: pp. 195-202.
- CRUBÉZY, E. (2000), L'étude des sépultures ou du monde des morts au monde des vivants. Ferdiére, A. (dir.). *L'Archéologie Funéraire*. Paris. Collections Archéologiques. Editions Errance.
- FERREIRA, M. (2006), *Rua Portas de Mértola, Beja. Estudo de análise antropológica*. Relatório policopiado, Styx, Coimbra.
- FERREIRA, M. (2007a), *Rua de Mértola, Beja. Estudo de análise antropológica*. Relatório policopiado, Styx, Coimbra.
- FERREIRA, M. (2007b), *Rua Gomes Palma, Beja. Sondagem 3*. Relatório policopiado, Styx, Coimbra.
- FERREIRA, M. (2007c), *Rua Gomes Palma, Beja. Sondagem 4*. Relatório policopiado, Styx, Coimbra.
- FERREIRA, M. e FURTADO, M. (2008), *Necrópole Islâmica de Beja. Estudo de análise antropológica*. Relatório policopiado, Styx, Coimbra.
- GOMES, M. e SANTOS, R. (2010), Entre Mouros e Cristãos. Dados de uma intervenção de emergência na Escola Secundária Diogo Gouveia (Beja). Comunicação apresentada ao *V Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Câmara Municipal de Almodôvar, Almodôvar, 18 a 20 de Novembro de 2010.
- LE BARS, D. (2005), Étude Archeo-Anthropologique de la nécropole musulmane de Rossio do Carmo, Mértola: Bilan des fouilles anciennes (1981-1990). *Arqueología Medieval*, 9: pp. 233-259.
- LE BARS, D. (2007), Intervenção de emergência na necrópole islâmica de Mértola (2005-2006). *Actas do III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, Aljustrel, 26 a 28 de Outubro de 2006, VIPASCA, 2, 2ª série: pp. 508-512.
- LOPES, M. C. (2003), *A cidade romana de Beja. Percursos e debates acerca de Pax Iulia*, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- MACIAS, S. (2005a), *Mértola. O último porto do Mediterrâneo*. 3 vols. Campo Arqueológico de Mértola.
- MACIAS, S. (2005b), Islamização no território de Beja – reflexões para um debate, *Análise Social*, XXXIX (173): pp. 807-826.
- MACIAS, S. (2008), Necrópoles do Gharb Al-Andalus: ponto de situação. Comunicação apresentada ao *6º Encontro de Arqueologia do Algarve*, Silves, 24 a 26 de Outubro de 2008.
- MACIAS, S. e FERNANDES, H. (2008), Beja islâmica – problemas de topografia. Comunicação apresentada ao *6º Encontro de Arqueologia do Algarve*, Silves, 24 a 26 de Outubro de 2008.
- MARIN, M. (2001), Los ulemas de Beja; formación y desaparición de una élite urbana, in *Elites e Redes Clientelares na Idade Média* (ed. Filipe Themudo Barata), Évora, Edições Colibri/CIDE-HUS: pp. 27-44.
- McMILLAN, G. (1997), A preliminary analysis of the paleochristian and islamic cemeteries of Rossio do Carmo, Mértola, Portugal, *Arqueología Medieval*, 5: pp. 13-22.
- MIGUEL, L. e GODINHO, R. (2010), Ribeira de São Domingos 1 (Brinches, Serpa): resultados preliminares. Comunicação apresentada ao *4º Colóquio de arqueologia do Alqueva – O Plano de Rega (2002 – 2010)*. EDIA, Beja, 24 a 26 de Fevereiro de 2010.
- NEVES, M. J., FERREIRA, M. T., BASÍLIO, L., ALMEIDA, M., TAVARES, P. (no prelo), A escavação de necrópoles e recuperação de vestígios osteológicos humanos em contexto de emergência: questões de método e de princípio. *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro.14 a 19 de Setembro de 2004.
- PINTO, M. A. (2007), Praça da República de Beja. *Actas do III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, Aljustrel, 26 a 28 de Outubro de 2006, VIPASCA, 2, 2ª série: pp. 519-530.
- SERRA, M. (2005), *Acompanhamento Arqueológico na Rua Capitão João Francisco de Sousa, 62 e 64, Beja*, Relatórios Palimpsesto, Coimbra, 2005.
- SERRA, M. (2007), Remodelação da rede pública de distribuição de água de Beja. Descobertas Arqueológicas, *A Gota, Boletim Informativo*, Edição n.º 2, Março 2007, EMAS Beja.
- SERRA, M. (2009), Necrópole Islâmica de Beja. Notícia preliminar da sua identificação, *Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve*, Silves, 24 a 26 de Outubro de 2008, XELB 9: pp. 677-684.
- SERRA, M. (2010), Arqueologia urbana em Beja. Intervenção de salvaguarda na rede de abastecimento de água, *Actas del IV Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*, Aracena, 27 a 29 de Novembro de 2008, Universidad de Huelva Publicaciones: pp. 1358-1373.
- SERRA, M., PORFÍRIO, E., MARQUES, J. N., BARBOSA, R. e VALINHO, A. (2007), Balanço das actividades da Palimpsesto, Lda. no Baixo Alentejo. *Actas do III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, Aljustrel, 26 a 28 de Outubro de 2006, VIPASCA, 2, 2ª série: pp. 698-702.
- SERRA, M., VALINHO, A., PORFÍRIO, E. e BARBOSA, R. (no prelo), Balanço das actividades da Palimpsesto, Lda. em 2009, *AI Madan*, 2ª série, n.º 17, 2010.
- SIDARUS, A. (1996), Assentamento árabe e primórdios do domínio islâmico em Beja (711-788), *Arquivo de Beja*, série III, vols. II/III: pp. 27-39.
- TORRES, C. e MACIAS, S. (1998) *O Legado Islâmico em Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa.
- VIANA, A. (1946), Mosteiro da Conceição e Palácio dos Infantes. *Arquivo de Beja*, III: pp. 161-226.

NOTAS

- 1 A cargo da EMAS, EEM.
- 2 Participaram nestes trabalhos: Rui Barbosa, Eduardo Porfirio, João Nuno Marques, Nuno Silveira (Palimpsesto, Lda.) e Teresa Ferreira (Styx, Lda.).
- 3 Os dados apresentados baseiam-se no relatório antropológico (Ferreira e Furtado, 2008).

LES MOZARABES DU GARB AL-ANDALUS DU IX^e AU XII^e SIÈCLE

JEAN-PIERRE MOLENAT*

QUELQUES PRÉCISIONS TERMINOLOGIQUES PRÉALABLES

Al-Andalus, vocable d'origine contestée, désigne en arabe toute la partie de la péninsule Ibérique sur laquelle s'étend un pouvoir islamique. Elle est d'une extension variable, se réduisant avec le temps, à mesure de la (re)conquête chrétienne, depuis la mythique bataille de Covadonga jusqu'à la chute de Grenade en 1492.

Le *Garb al-Andalus*, soit l'Ouest d'al-Andalus, voit son extension se réduire du Nord au Sud conformément à la rétraction générale d'al-Andalus, mais à un rythme plus rapide que dans l'Est, le *Šarq al-Andalus*, et le Centre, le *Wasṭ al-Andalus*, jusqu'à disparaître dès 1249 avec la prise de Faro. On notera que le terme passé au portugais d'Algarve ne s'applique qu'au dernier secteur resté islamique, bien plus réduit que ne l'avait été le *Garb al-Andalus*. Il faut observer également que le *Garb al-Andalus* avait une extension d'Ouest en Est bien plus considérable que le Portugal actuel, dont les frontières résultent des traités de la seconde moitié du XIII^e siècle avec la Castille, jusqu'à englober non seulement Badajoz mais également Séville. Par conséquent, il est pas possible d'identifier le *Garb al-Andalus*, même géographiquement, avec le Portugal actuel.

C'est le terme de mozababes qui prête le plus à confusion, parce que beaucoup d'historiens ont voulu l'étendre à tous les chrétiens ayant vécu sous une domination islamique, même en dehors de la péninsule ibérique, ainsi mon excellent col-

lègue Henri Bresc, pour l'Ifrīqiya et la Sicile, quand d'autres n'hésitent pas à affirmer qu'il a été forgé au XIX^e siècle. Les linguistes parlent volontiers de la langue, ou du dialecte, mozababe, pour désigner le parler roman qui a longtemps été utilisé en al-Andalus concurremment au parler arabe apporté par les conquérants musulmans, alors que Federico Corriente parle plus justement, sinon de manière très heureuse, de *romanandalusí* et d'*arabandalusí*¹. Or le terme de mozababes, attesté en langue romane depuis 1024, dérive directement de l'arabe *musta'rib* («arabisant» ou «arabisé»). Jamais employé en arabe en ce sens², il a été utilisé par les intéressés eux-mêmes pour se distinguer de leurs coreligionnaires, chrétiens du Nord de la péninsule, lorsqu'ils se sont retrouvés parmi eux, soit par émigration, soit par suite de l'avance de la prétendue reconquête. C'est dans ce sens que nous utiliserons le terme.

* CNRS-IRHT (Paris)

LE STATUT DES JUIFS ET DES CHRETIENS EN ISLAM : LA *DIMMA*

La possibilité d'existence des minorités, chrétienne, mais aussi juive, à l'intérieur d'al-Andalus, mais également dans tout le domaine de l'Islam, minorités qui subsistent jusqu'à aujourd'hui par exemple en Égypte ou en Irak, est fournie par le statut octroyé aux «gens de Livre» (*ahl al-Kitāb*), chrétiens et juifs, qui se résume dans un mot: la *dimma*, que l'on pourrait traduire par «protection»³. En réalité, il vaudrait mieux dire: «protection et humiliation», car la *dimma* comporte ce double aspect.

L'aspect de protection consiste dans la reconnaissance du droit des *dimmī*-s à pratiquer leur culte, à posséder leurs biens, à entretenir leurs lieux de culte. Mais l'aspect d'humiliation est tout aussi fondamental, car fondé sur un verset du Coran⁴, avec l'obligation de payer un impôt spécial, l'interdiction d'accéder à des fonctions donnant autorité sur les musulmans. Donc un chrétien ou un juif ne peut épouser une femme musulmane, alors que le mariage est possible entre un musulman et une femme *dimmī*-e, les enfants étant obligatoirement et automatiquement musulmans, avec peine de mort pour le renégat. Il est interdit aux *dimmī*-s d'édifier de nouveaux lieux de culte, mais ils ont seulement la possibilité d'entretenir ceux existant.

Les points de vue exprimés par les auteurs sur la *dimma* sont extrêmement contradictoires.

Pour les uns, c'est une «machine à islamiser» extrêmement efficace sur le long terme, comme en témoigne le sort des groupes chrétiens dans le domaine de l'Islam: inexistant au Maghreb, réduits à de faibles minorités en Orient, alors qu'à l'origine, au moment de l'expansion initiale de l'Islam, ils formaient la grande majorité de la population, au moins en Orient et dans la péninsule Ibérique, et peut-

être au Maghreb. On discute sur les rythmes de l'islamisation, notamment dans la péninsule Ibérique, mais le fait évident est qu'elle était totale dans ce qui restait d'al-Andalus à la fin du Moyen Âge.

Mais on relève déjà que cette disparition, ou cet amenuisement, de la minorité chrétienne dans les pays arabes et musulmans, n'avait pas son équivalent pour les juifs: si ceux-ci ont aujourd'hui à peu près disparu du Maghreb, c'est là un phénomène des années 1960, lié à la décolonisation et à l'existence de l'État d'Israël.

Pour les autres, au contraire, qui pourraient s'appuyer sur le cas des juifs jusqu'à l'époque récente, la *dimma* est une forme de tolérance. Sans aller jusqu'aux exagérations d'une propagande islamiste, qui dirait que c'est l'Islam qui a inventé la tolérance, il faut reconnaître que l'Islam médiéval a su se montrer plus tolérant que la chrétienté de la même période.

En réalité, l'application de la *dimma* a varié, selon les conjonctures, entre une grande souplesse et une rigueur que l'on peut qualifier d'extrême puisque arrivant à une négation dans les faits, sinon dans la doctrine.

Pour s'en tenir à l'Occident musulman, pendant longtemps al-Andalus a constitué un exemple de l'application souple de la *dimma*. Durant toutes les périodes de l'émirat, puis du califat omeyyade de Cordoue (VIII^e-X^e siècle), et encore à l'époque des royaumes de taifas au XI^e, on voit chrétiens et juifs collaborer avec les gouvernants musulmans, y compris en exerçant certaines fonctions d'autorité.

Les choses changèrent à la fin du XI^e siècle, avec l'arrivée des Almoravides dans la péninsule. Il faut probablement voir dans ce changement le contrecoup de l'avance de la conquête chrétienne avec la prise de Coïmbre en 1164, et surtout celle de Tolède en 1085. Ce furent bien en tout cas les prétentions d'Alphonse VI, après qu'il se fut rendu maître de l'*urbs regia*, à vassaliser l'ensemble des petits rois musulman de *taifas*, qui décidèrent ceux-ci à faire appel aux Almoravides. Les hommes voilés venus du désert (*mulattamūn*), réformateurs rigoristes, détrônèrent les petits princes qui les avaient appelés, et voulurent imposer une application plus stricte de la Loi musulmane, et notamment de la *dimma*, mais non la supprimer, ce qui aurait été contraire à leur prétention à une stricte orthodoxie sunnite.

Ainsi les Almoravides entrèrent-ils en conflit, sur le problème de la (re)construction des églises, avec les mozababes de la région de Grenade. Ces derniers firent appel, pour venir à leur aide au roi d'Aragon, Alphonse I^{er}, dit «le Batailleur», qui tourna plusieurs mois, en 1125, dans la région, sans pouvoir prendre les villes, puis rentra dans ses états, en emmenant avec lui une partie des mozababes de la région de Grenade et Malaga. Ceux qui demeurèrent sur place, et qui pensaient donc pouvoir continuer à vivre sous un pouvoir musulman, furent transportés au Maghreb par les Almoravides. Ces derniers avaient consulté les savants musulmans d'al-Andalus sur ce qu'ils devaient faire de ces gens. La réponse (*fatwā*), rendue par ces *fugahā*, notamment par le grand-cadi de Cordoue, Ibn Rušd, aïeul du philosophe Averroès, fut que ces chrétiens ayant rompu le «pacte» qui les liait aux musulmans, le prince pouvait en faire ce qu'il voulait⁵.

Les Almoravides donc ne considéraient pas la *dimma* comme abolie, mais seulement l'appliquaient d'une manière plus stricte, et considéraient que n'en bénéficiaient plus à ceux qui s'étaient alliés avec l'ennemi.

LES MOZARABES DU GARB AU TEMPS DE L'EMIRAT ET DU CALIFAT

Ils participèrent aux révoltes des *muwallad-s*, néo-musulmans qui revendaient un statut d'égalité avec les vieux musulmans arabes et berbères, mais n'y assumèrent jamais un rôle de direction. On peut donner l'exemple de la révolte d'Ibn Marwān al-Ǧillīqī, moins bien connue que sa contemporaine, celle de 'Umar Ibn Hafīṣūn en Andalousie Occidentale⁶.

Dans le *Muqtasib* II-2 d'Ibn Ḥayyān, un passage est révélateur de cette participation subordonnée des chrétiens du Garb que l'on peut déjà qualifier de mozarabes aux révoltes des *muwallad-s*. Durant l'une de ces révoltes Hāšim, général commandant l'armée de l'émir de Cordoue, fait rassembler les prisonniers devant lui: «Il se mit à appeler les hommes et lorsque l'un d'eux se présentait à lui, il lui demandait : «Es-tu musulman ou chrétien ?». Si l'homme lui répondait «chrétien», il ordonnait de lui trancher la tête et de réduire ses enfants en captivité, et s'il répondait: «je suis musulman», il lui disait: «Récite une sourate du Coran», et s'il récita une sourate, il lui disait: «Récite-s-en une autre, et une troisième». Même si l'homme les récita, cela ne suffisait pas à le délivrer. Car Hāšim disait à certains des prisonniers: «C'est une ruse de ta part, espèce de porc ! Tu y as passé le jour ou la nuit et tu les retenues. Récite donc?» **وَلَمْ يَلْسِدْ عَنْهُ**». ⁷ Et si l'homme se trompait en quelque chose ou s'il hésitait, Hāšim disait : «Ne nous ai-je pas dit qu'il était chrétien? Durant cette nuit il a appris la sourate qu'il vient de réciter». Et il ordonnait de le décapiter et de prendre possession de ses familiers et de ses enfants, jusqu'à arriver au dernier d'entre eux et à vendre les captifs, qu'achetèrent certains des musulmans de l'armée, de ceux craignant Dieu. Ceux-ci se montrèrent généreux envers ceux dont ils surent qu'ils étaient des fils de musulmans et ils les libérèrent?»⁸. L'épisode montre au moins que les chrétiens qui suivaient les *muwallad-s* dans leur révolte maîtrisaient suffisamment d'arabe pour répondre à l'interrogatoire de Hāšim et pour réciter de manière approximativement acceptable une ou plusieurs sourates du Coran. Ils pouvaient donc légitimement être qualifiés de mozarabes au sens de *musta'rib*.

Dans la seconde moitié du X^e siècle, le *ḥāġb* Ibn Abī 'Āmir al-Maṇṣūr (Almanzor) non seulement mène une guerre de razzias contre les royaumes chrétiens du Nord de la péninsule, notamment le royaume asturo-léonais, mais encore esquisse une reconquête islamique, avec la réoccupation de la région de Coimbra, qui avait été prise par les Asturo-Léonais en 877. La zone du Mondego restera ainsi sous contrôle islamique jusqu'à la seconde prise de Coimbra par les chrétiens en 1064. L'alternance des dominations islamique et chrétienne dans la zone conférera à celle-ci des caractères spécifiques, peut-être une arabisation plus superficielle,

étant donné l'interruption de plus d'un siècle dans un processus naturellement lent⁹.

AU XI^E SIÈCLE, LA PRISE DE COIMBRA ET L'HISTOIRE DE SISNANDO DAVIDIZ

En 1064, la seconde prise, celle-là définitive, de Coimbra par les chrétiens du royaume de León marque un moment tournant dans l'histoire de la péninsule, étant antérieure de plus de vingt ans à la prise de Tolède.

Joue un rôle notable comme gouverneur de la ville pour Alphonse VI de León et Castille un personnage nommé Sisnando Davidiz. Celui-ci est, à n'en pas douter, un mozarabe, mais d'un type particulier. Si l'on a mis en doute les récits le concernant contenus dans les documents des archives de Coimbra¹⁰, il n'en reste pas moins que son histoire est également rapportée par des sources que l'on n'a pas lieu de suspecter sur ce point. L'originalité du personnage réside dans le fait que s'il est «mozarabe», c'est à dire chrétien et arabisé, cela tient moins sans doute dans son lieu de naissance, une contrée peu ou pas arabisée, que dans le fait d'avoir vécu une partie de sa vie à la cour du roi musulman de Séville, après avoir été capturé dans une razzia durant sa jeunesse, ainsi que l'exprime la chronique dénommée du moine de Silos: *«Is (Sisenandus) namque a Benahabet Bethice prouincie rege cum alia preda ex Portugale olim raptus»*¹¹. Mon idée est qu'il n'était pas originaire de Coimbra même, ou de la zone du Mondego, puisque celle-ci était aux mains de musulmans avant 1064 – et qu'il n'y avait donc pas lieu de la soumettre à une expédition de razzia –, mais d'un secteur situé plus au Nord, hors du contrôle des musulmans, et donc peu ou pas arabisé¹². En somme Sisnando répond assez bien au concept de néo-mozarabe forgé par Miquel de Epalza dans le souci de combattre l'idée d'une continuité mozarabe dans la péninsule¹³.

AU XI^E SIÈCLE, LA PRISE DE LISBONNE ET LA FIN DES MOZARABES DU ĜARB AL-ANDALUS.

Il est bien connu que Lisbonne a été prise en 1147 par la coalition des forces portugaises d'Afonso Henriques et d'une flotte de croisés anglo-flamands-allemands en route vers la Palestine dans le cadre de la Deuxième Croisade, et que le déroulement des événements est principalement rapporté par un texte connu comme «La lettre du croisé anglais»¹⁴.

Certains historiens, tant portugais¹⁵ que français¹⁶, ont affirmé, malgré ce texte et à partir de ce texte, qu'il était impossible qu'il y eût encore des mozarabes à Lisbonne à cette date. Voyons donc ce que dit le texte, les arguments des historiens mentionnés, et comment il est possible de résoudre la question.

L'évêque (*episcopus*) de la ville est mentionné deux fois dans le texte, à chaque reprise en compagnie d'un autre personnage, désigné comme *alcaie* ou *alcaiz*, que l'on comprend en général comme *l'alcaide* (arabe : *al-qā'id*, mais le mot est passé dans les langues romanes péninsulaires, en espagnol, comme un chef militaire, notamment le capitaine d'une forteresse ou d'une place forte; en portugais, plutôt comme un juge, par confusion phonétique et sémantique avec l'*alcalde*), mais qui pourrait aussi bien et plutôt être le cadi musulman (arabe : *al-qādī*, mot donnant en espagnol *alcalde*, confondu en portugais avec *alcaide*). Car l'on sait par ailleurs qu'en al-Andalus, dans les périodes d'effondrement des états unitaires, omeyyade, almoravide, puis almohade, dans les villes devenues autonomes avec leur territoire (les *taifas*), ce fut le plus fréquemment le cadi musulman qui y assuma la responsabilité du pouvoir, plutôt qu'un chef militaire. C'était très probablement le cas à Lisbonne avant la prise de la ville par les chrétiens.

Une première fois, l'évêque et l'alcaie

paraissent sur les remparts de la ville, pour discuter d'une trêve avec les assiégeants : «*Dato utrimque signo, ipso civitatis alcaie super murum cum episcopo et primiceriis civitatis stantibus pax induciarium, ut quid velint dicant, utrimque sancitur*». Après que des signaux eurent été échangés, comme l'*alcaide* se tenait en personne sur le rempart avec l'évêque et les notables de la ville, une trêve fut mutuellement établie pour que de chaque côté ils pussent dire ce qu'ils voulaient¹⁷.

Une deuxième fois, lorsque les assiégeants sont entrés dans la ville, et qu'ils se livrent au pillage, l'évêque est massacré, et l'*alcaiz* arrêté et dépuillé. «*Episcopum vero civitatis antiquissimum, preciso iugulo, contra ius et fas occidunt. Ipsumque alcaiz, asportatis omnibus a domo sua, capiunt*»: ils tuent le très vieil évêque de la ville, contre tout droit et décence, en lui tranchant la gorge. Ils capturent l'*alcaiz* [ou le cadi ?] en prenant tout dans sa demeure¹⁸.

Un troisième épisode retient l'attention. Après la prise de la ville, une épidémie se répand parmi les «Maures» (*Mauri*, terme normalement utilisé pour désigner les musulmans) de la campagne, et ceux-ci se traînent sur le sol, en embrassant la croix et en invoquant le nom de Marie, mère de Dieu, en disant «*Maria bona, bona Maria*»¹⁹. On sait que l'Islam connaît une certaine vénération pour Maryam, mère de Jésus (en arabe 'Īsā), mentionnée comme telle dans le Coran. Mais pour les musulmans, Jésus n'est qu'un prophète, parmi d'autres ayant précédé Mahomet, qui est quant à lui le dernier des prophètes. Des musulmans ne peuvent évidemment pas embrasser la Croix, et confesser que Marie est la mère de Dieu. Donc, pour notre croisé anglais, ces gens sont des «Maures», parce qu'ils partagent les usages, et, sans doute, la langue des musulmans de la péninsule, mais ils ne peuvent pas être en réalité des musulmans.

Enfin, et c'est là sans doute le point décisif, le croisé anglais dit explicitement que Lisbonne, avant la conquête, était une ville où régnait une pluralité de religions. Après avoir évalué la population de la ville et de ses faubourgs, avant la conquête, à 60.000 familles, chiffre qu'il ne faut évidemment pas prendre comme exact, mais qui exprime seulement une grand nombre, il ajoute : «*Causa tantae multitudinis erat quod nullus ritus religionis inter eos erat, nam quisque sibi lex erat, utpote qui ex omnibus mundi partibus flagitosissimi quique quasi in sentinam confluxerant, totius libidinis atque inmunditiae seminaria*», «la cause de cette multitude était qu'il n'y avait pas chez eux de règle de religion, et que chacun était sa propre loi. Ainsi les éléments les plus dépravés de toutes les parties du monde y avaient conflué, comme dans une sentine, vivier de toute licence et immondice»²¹.

Pour Robert Ricard et Charles-Emmanuel Dufourcq, il était impossible qu'il y eût des chrétiens présents à Lisbonne en 1147, et ce qu'écrit le croisé anglais résulte d'une méconnaissance de sa part des réalités islamiques. Ainsi, le personnage qu'il qualifie d'évêque (*episcopus*) serait en réalité le cadi musulman de la ville. Il existe bien en vérité une certaine similitude entre le rôle de l'évêque dans la cité chrétienne et celui du cadi dans la cité musulmane, et l'on peut ainsi rappeler qu'en Islam droit et religion sont intimement mêlés, et qu'ainsi le rôle du cadi est autant religieux que juridique. Mais il ne nous paraît pas vraisemblable que le croisé anglais ait fait une

telle confusion, qui suppose au contraire un minimum de connaissance des choses de l'Islam, et une certaine sympathie envers celui-ci, en rapprochant le dignitaire musulman de son supposé équivalent chrétien.

Robert Ricard interprète la phrase disant qu'il n'y avait pas de règle de religion dans la ville avant la conquête, au pied de la lettre, comme signifiant «qu'il y avait dans la ville un ramassis de gens sans foi ni loi»²². Mais on peut penser plutôt que dans l'esprit de l'Européen du Nord de l'époque le simple fait qu'il y eût plusieurs religions pratiquées dans la ville constituait en soi un scandale, et en faisait une «sentine», selon son expression.

On possède en fait, sinon une description, du moins une mention de Lisbonne à l'époque islamique, qui vient corroborer ce que suggère le texte du croisé anglais, quant à la présence de non-musulmans en son sein, à une époque relativement avancée et proche de la conquête chrétienne. Nous disons «avancée», pour tenir compte du fait de la progression de l'islamisation en al-Andalus durant la période de domination musulmane. Plus la date est tardive, plus avancé sera le processus d'islamisation.

Ainsi, en 1109, soit moins de quarante ans avant la prise de la ville, un autre homme du Nord, le prince norvégien Sigurd, qui au cours d'une expédition navale atteignit Jérusalem, après avoir contourné et attaqué au passage les côtes de la péninsule Ibérique, décrit Lisbonne, ville forte dont il ne put s'emparer, comme à moitié chrétienne et à moitié païenne, c'est à dire musulmane²³.

Si les mozabares étaient donc présents en nombre, avec leur hiérarchie ecclésiastique²⁴, à Lisbonne en 1147, on peut dire que c'est là la dernière attestation assurée de leur présence *in situ* dans la partie encore islamique de la péninsule. On n'abordera pas ici les problèmes posés par les prétendues mentions de chrétiens en al-Andalus après le milieu du XII^e siècle, pour ce qui concerne aujourd'hui l'Espagne (notamment à Grenade et Séville), pour ne retenir que les régions correspondant actuellement au midi portugais, l'Alentejo et l'Algarve.

On sait qu'Afonso Henriques a ramené de ses expéditions au delà du Tage, dans le Sud encore islamique, des captifs chrétiens qu'il n'entrait pas dans ses intentions de libérer. En porte témoignage l'épisode rapporté dans la vie de Saint Teotónio, le premier prieur du monastère de Santa Cruz de Coimbra, décédé en 1162²⁵. Les récits hagiographiques étant peu soucieux de précision chronologique, le problème est de dater cet épisode. Il nous paraît vraisemblable de le situer dans la première moitié du siècle, à un moment où le prince n'a pas encore pris le titre royal, étant désigné comme «*nobilis infans Portugalis*»²⁶. Celui-ci a rencontré dans ses expéditions des mozabares, soumis aux musulmans, mais pratiquant la religion chrétienne: «*quandam christianorum gentem, quos uulgo mozabares uocant, inibi sub ditione paganorum detentos, sed tamen utcumque christiani nominis ritum obseruantes*»). On voit donc la présence de chrétiens mozabares, pratiquant leur culte, et qui possèdent donc des prêtres, et un ou des évêques, et qui ne sont ainsi pas simplement des «chrétiens de tradition», dans le quart sud-occidental de la péninsule, encore islamique, avant la prise de Lisbonne. Mais le prince ne les ramenait

pas vers le Nord dans l'intention de les libérer, et de leur concéder des terres pour s'établir, à l'instar de ses homonymes et presque contemporains, Alphonse VI de León et Castille, Alphonse I d'Aragon, et Alphonse VII de León et de Castille, mais dans celle de les maintenir en servitude. Il fallut l'intervention du saint pour lui rappeler qu'ils étaient frères en religion, et les faire libérer. Le saint établit ceux qui voulaient rester à Coimbre, au nombre de plus de mille, sans compter les femmes et les enfants, dans les alentours du monastère, et les nourrit pendant plusieurs années avec les provisions de celui-ci, car ils étaient faibles et ignoraient les droits de la terre («*eosque per annos plurimos de annona monasterii pauit, utpote inbecilles et legitima terre ignorantes*»). On voit que, même ainsi, les mozabares ramenés dans la région du Mondego par Afonso Henriques ne reçurent pas directement du souverain des terres pour s'établir à leur propre compte, mais furent probablement installés sur celles du monastère.

Par contre dans la seconde moitié du siècle, après la prise de Lisbonne, les choses se présentent différemment. Les difficultés que rencontrèrent les envoyés d'Afonso Henriques pour localiser le corps de saint Vincent, près du Cap du même nom, peut-être dès la première moitié du XII^e siècle, plus sûrement en 1173, paraît attester de la disparition de la communauté mozabare de la région lors de ces tentatives, car, si des groupes chrétiens s'étaient encore trouvés sur place, on se demandera comment ils auraient pu ignorer l'emplacement des reliques. Ainsi une première tentative, non datée, mais qui serait antérieure à la conquête de Lisbonne en 1147, aurait échoué à trouver les reliques, tandis qu'en 1173, les hommes pieux venus de Lisbonne doivent prier Dieu sur place pour qu'il leur montre l'emplacement du corps²⁷. C'est précisément l'absence apparente d'une communauté mozabare près du Cap

Saint-Vincent, dès avant 1147, qui nous paraît témoigner du caractère légendaire, ou affabulé, de la première tentative. On peut expliquer doublement le fait que les communautés mozabares du sud du Garb al-Andalus, présentes dans la première moitié du XIIe siècle, aient disparu dans la seconde²⁸.

La première explication réside dans l'action mentionnée plus haut d'Afonso Henriques, ramenant des captifs mozabares de ses expéditions, et vidant donc, au moins partiellement, de chrétiens les régions traversées par lui. Mais cette explications est insuffisante, car elle ignore un fait majeur du XIIe siècle et de l'année 1147 précisément: l'arrivée des Almohades. La prise de Séville par ceux-ci en janvier 1147 s'accompagna de violences contre les musulmans non partisans de la doctrine unitarienne et surtout contre les minorités, juive et chrétienne. D'une manière plus générale, ils abolirent dans les faits, sans le proclamer ouvertement, le statut de la *qimma*. Il en résulta une émigration massive des minorités hors des territoires contrôlés par les Almohades, partielle pour les juifs, totale pour les chrétiens, dont on a le témoignage bien attesté dans la zone de refuge que constitua Tolède²⁹. On comprendra que le quart sud-occidental de la péninsule ait pu être vidé de ce qui y restait de population mozabare, sans que le Portugal au Nord du Tage ait constitué une zone de refuge aussi marquée que la région tolédane, étant donné la politique du souverain portugais beaucoup plus sévère à l'égard de ses mozabares que ses homologues castillans-léonais et même aragonais.

L'argument tendant à montrer le maintien une présence chrétienne dans l'Alentejo après 1147 tiré de la découverte de croix «d'époque almohade» dans les sous-sols d'un faubourg de Mértola peut être mis en doute de deux manières. Tout d'abord on peut s'interroger sur le point de savoir si l'archéologie nous

donne des repères chronologiques assez précis pour dire que tels graffitis sont antérieurs ou postérieurs à la catastrophe de 1147. Ensuite, on supposant qu'ils soient effectivement postérieurs, les mains qui les ont tracés pouvaient appartenir à des «chrétiens de tradition», privés de prêtres et d'organisation ecclésiastique, voire à des chrétiens clandestins, officiellement musulmans.

Curieusement, la conquête de Lisbonne, comme quelques mois auparavant celle de Santarém, où l'on suppose habituellement qu'il existait également des mozabares, après celle de Coïmbre, plus de trois quarts de siècle auparavant, ne paraît pas avoir accru le rôle des mozabares dans le naissant état portugais.

On n'a nulle trace au Portugal de documents tels que le *fuero* des mozabares de Tolède de 1101, ni même tels que les chartes d'Alphonse le Batailleur établissant des mozabares dans la vallée de l'Èbre. Tout au contraire, la politique d'Afonso Henriques, si elle a été relativement favorable aux musulmans des territoires conquis par lui, avec le *foral* des *mouros forros* de Lisbonne, Almada, Palmela et Alcácer [do Sal] concédé en 1170³⁰, ne semble guère par contre avoir épargné les chrétiens arabisés.

On ne voit pas, particulièrement dans la région de Coïmbre, bien couverte par la documentation du XIIe siècle³¹, s'accroître le nombre et le rôle des mozabares dans le courant de ce siècle. Les mozabares de Coïmbre sont encore assez vigoureux, dans les premières années du XIIe siècle, pour s'opposer à la politique de latinisation des autorités, en utilisant la figure de Sisnando Davidiz³².

Pourtant, malgré l'apport de population mozabare ramenée par Afonso Henriques, et l'éventuelle venue d'autres mozabares au milieu du siècle, fuyant l'arrivée des Almohades, le mozarabisme semble s'évanouir à Coïmbre passé précisément ce milieu du siècle. De même il n'apparaît presque pas à Lisbonne récemment conquise. Si l'on prend comme critère de mozarabisme, faute d'un autre indicateur, et malgré son caractère discutable, le fait de porter un nom d'origine arabe, on constate que ce type de nom, très fréquent dans la documentation coïmbrane de la première moitié du XIIe siècle, disparaît à peu près totalement ensuite, même si l'on peut trouver encore quelques noms à consonance arabe à Lisbonne³³ comme à Coïmbre³⁴ durant la seconde moitié du XIIe siècle et au delà. Les autres critères du mozarabisme, que ce soit le maintien d'une liturgie particulière, dite mozabare, mais qui n'est en fait que le rite wisigothique, ou l'emploi de la langue arabe, ne sont pas attestés au Portugal, et spécifiquement à Coïmbre. Le rite wisigothique, utilisé dans la cathédrale de Coïmbre jusqu'à l'époque de l'épiscopat de l'évêque Gonçalo (1109-1128) fut supprimé par celui-ci dans les premières années du XIIIe siècle³⁵, et l'on n'a pas mention qu'il ait été maintenu ailleurs. L'auteur n'hésite pas à parler d'une véritable marginalisation des mozabares de Lisbonne après 1147, «sans parallèle durant l'époque islamique, sauf de petites périodes de plus grande intolérance»³⁶.

Le contraste est saisissant avec ce qui se passe à Tolède, où l'arabe est utilisé dans la documentation urbaine jusqu'à l'extrême fin du XIIIe siècle, fournissant une masse de 1200 documents dits mozabares³⁷, où le rite wisigothique est maintenu dans six paroisses mozabares jusqu'à la fin du XVe siècle, et où l'on peut reconsti-

tuer certains lignages mozabares depuis leur arrivée dans la vallée du Tage au milieu du XII^e siècle jusqu'à leur accession à la noblesse et à la grandesse au début du XVI^e siècle³⁸, de même que les archevêques de Tolède de la seconde moitié du XIII^e siècle et du début du XIV^e appartiennent à des familles mozabares³⁹. Cette singularité tolédane, et notamment la persistance durant plus de deux siècles de l'emploi de l'arabe, s'explique au premier chef par le poids démographique des mozabares dans la ville, où sont venus s'ajouter à ceux présents en 1085 et bénéficiant du maintien de leur rite dans leurs paroisses familiales, plusieurs afflux successifs et notamment de ceux fuyant l'arrivée des dans la péninsule aux alentours de 1147, et, semble-t-il, entrés de plus ou moins bon gré dans les paroisses latines. Mais ces afflux, et particulièrement celui du milieu du XII^e siècle, s'expliquent eux-mêmes par une politique des souverains castillans-léonais plus favorable à l'égard des mozabares que celle d'Afonso Henrique, et marquée par deux décisions importantes, dont on n'a pas les équivalents au Portugal, la concession du *fuero* des mozabares de Tolède en 1101, et celle maintenant les mozabares, au moins ceux présents dans la ville en 1085, dans l'usage de leur rite et de leurs paroisses⁴⁰. Cette plus grande dureté d'Afonso Henrique envers les mozabares passés sous son pouvoir a sans doute un rapport avec sa dépendance à l'égard du Saint-Siège pour faire reconnaître l'indépendance de son royaume nouvellement constitué⁴¹.

NOTES

- 1 *Poesía dialectal árabe y romance en Alandalús*, Madrid, Gredos, 1997; *Romania Arabica. Tres cuestiones básicas: arabismos, «mozárabe» y «jarchas»*, Madrid, Ed. Trotta, 2008.
- 2 Eva Lapiendra, *Cómo los musulmanes llamaban a los cristianos hispánicos*, Alicante, Generalitat Valenciana, 1997. Dominique Urvoy a montré l'emploi du terme dans un sens très différent en Orient, dans «Les aspects symboliques du vocable «Mozabares», essai de réinterprétation», *Studia Islamica* 78 (1993), pp. 117-153.
- 3 En dépit de nombreuses publications plus récentes sur le sujet, le meilleur ouvrage sur la *qimma* demeure celui d'Antoine Fattal, *Le statut légal des non-musulmans en pays d'Islam*, Beyrouth, Imprimerie Catholique, 1958.
- 4 Coran IX, 29 : «Combattez ceux qui ne croient point en Allāh ni au Jour dernier, qui ne déclarent pas illicite ce qu'Allāh et son Apôtre ont déclaré illicite, qui ne pratiquent pas la religion de Vérité, parmi ceux ayant reçu l'Écriture. Combattre-les jusqu'à ce qu'ils paient la *gīza* de leur main et avec humiliation» (A. Fattal, *Le statut légal*, p. 266).
- 5 Vincent Lagardère, «Communautés mozabares et pouvoir almoravide en 519 H/1125 en Andalous», *Studia Islamica* 57 (1988), pp. 99-119. Delfina Serrano, «Dos fetuas sobre la expulsión de mozárabes al Magreb en 1126», *Anaquel de Estudios Árabes* 2 (1991), pp. 163-182.
- 6 Manuel Acién Almansa, *Entre el Feudalismo y el Islam. 'Umar ibn Ḥafṣūn en los historiadores, en las fuentes y en la historia*, Universidad de Jaén, 1994; 2^e éd. augmentée, 1997.
- 7 Coran, Sourate 77 *wa-l-mursalāt 'urfān*: «Celles qui sont envoyées», 1 : «Par celles qui sont lâchées à la suite» (trad. R. Blachère, *Le Coran (al-Qor'an)*, Paris, 1966, p. 630).
- 8 Ibn Ḥayyān, *Al-Muqtābas* [II-2], éd. Mahmūd 'Alī Makktū, Beyrouth, 1973, pp. 362-363. Trad. J.-P. Molénat, cf. J.-P. Molénat, «La guerre dans le Muqtābas II-2. L'histoire d'Ibn Marwān al-Ǧillīqī», dans *A Guerra e a sociedade na Idade Média*, Actas VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais, 6 a 8 de Novembro de 2008, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009. Vol. I, pp. 491-499. Le même passage est utilisé par Luis Molina, «Vencedor y vencido: Hāšim b. 'Abd al-‘Azīz frente a Ibn Marwān al-Ǧillīqī», dans *El cuerpo derrotado: cómo trataban musulmanes y cristianos a los enemigos vencidos (Península Ibérica, ss. VIII-XIII)*, Maribel Fierro et Francisco García Fitz (éds.), Madrid, CSIC, 2008, pp. 507-528.
- 9 Cyrille Aillet, «Entre chrétiens et musulmans : le monastère de Lorvão et les marges du Mondego (878-1064)», *Revue Mabillon* 15, t. 76 (2004), pp. 27-49.
- 10 Gérard Pradalié, «Les faux de la cathédrale et la crise à Coimbre au début du XII^e siècle», *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 10 (1974), pp. 77-98.
- 11 *Historia Silense*, éd. critique et introd. Justo Pérez de Urbel et Atilano González Ruiz-Zorilla, Madrid, CSIC, 1959, n° 90, pp. 193-194.
- 12 Nous ne croyons guère à la théorie développée par certains historiens espagnols, selon lesquels des populations situées entre les deux dominations, asturio-léonaise d'une part, musulmane de l'autre, se seraient néanmoins arabisées, théorie développée pour expliquer la toponymie arabisée des provinces de León et de Zamora tout en niant le dépeuplement de la région et la colonisation par des mozabares provenant du Sud de la péninsule. cf. J.-P. Molénat, «Los mozárabes, entre al-Andalus y el norte peninsular», dans A. Vaca Lorenzo (éd.), *Minorías y migraciones en la Historia. XV Jornadas de Estudios Históricos*, Salamanque, Ediciones Universidad de Salamanca, 2004, pp. 11-24.
- 13 «La islamización de al-Andalus: mozárabes y neo-mozárabes», *Revista del Instituto Egipcio de Estudios Islámicos en Madrid*, 23 (1985-1986), pp. 171-179. Là où nous nous séparons d'Epalza c'est que nous estimons que ces néo-mozabares, chrétiens émigrés de gré ou de force vers al-Andalus et ainsi arabisés, ne représentent que des exceptions, à côté des vrais mozabares, arabisés sur place en al-Andalus, même si certains émigrent ensuite vers le Nord chrétien.
- 14 Nombreuses éditions de ce texte depuis les *Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores*, Lisbonne, 1856; réimp., Lichtenstein, 1967, «Crucesignati anglici epistola de expugnatione Olisiponis», pp. 392-405. On relèvera seulement ici Charles Wendell David (éd. et trad. anglaise), *De expugnatione Lyxbonensi: The Conquest of Lisbon*, New York, 1936; rééd., avec préface et bibliographie de Jonathan Phillips, New York, Columbia University Press, 2001; et Aires A. Nascimento (éd., trad. portugaise et notes,) et Maria João V. Branco (introd.), *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um*

- Cruzado*, Lisboa, Vega (Obras Clásicas da Literatura Portuguesa. Literatura Medieval), 2001.
- 15 Luís Gonzaga de Azevedo et Júlio de Castilho, cités par R. Ricard, «Le prétendu évêque mozarabe», p. 33, note 3.
- 16 Charles-Emmanuel Dufourcq, «Les mozabares du XII^e siècle et le prétendu «évêque» de Lisbonne», *Revue d'Histoire et de Civilisation du Maghreb* 5 (Alger, 1968), p. 129 et suivantes. Robert Ricard, «Le prétendu évêque mozarabe de Lisbonne (1147)», pp. 32-41; «Episcopus et cadi. L'évêque mozarabe de Lisbonne (1147)», p. 42-52, dans *Études sur l'histoire morale et religieuse du Portugal*, Paris, 1970.
- 17 *De expugnatione Lyxbonensi*, éd. et trad. C. W. David; rééd. New York, 2001, pp. 114-115
- 18 *De expugnatione Lyxbonensi*, éd. et trad. C. W. David, pp. 176-177. A *Conquista de Lisboa aos Mouros*, éd. et trad. A. A. Nascimento, pp. 138-39, traduisant: «Ao bispo da cidade, um anção de muitos anos, cortam-lhe o pescoço, contra o direito divino e humano. Aprisionam o próprio alcaide da cidade, depois de lhe terem tirado tudo de casa». C'est *alcaiz* qui est traduit par *alcaide*.
- 19 A *Conquista de Lisboa aos Mouros*, éd. et trad. A. A. Nascimento, pp. 142-143, traduisant: «Sobreveio seguidamente uma peste tão grande entre os mouros que pelas vastidões dos ermos, pelas vinhas e pelas aldeias e praças, bem como pelas casas em ruínas jaziam inúmeros milhares de cadáveres à mercê das feras e das aves; os que ainda tinham vida, semelhantes a fantasmas que andassem errantes à face da terra, abraçavam-se ao sinal da cruz e beijavam-no, confessavam que Maria, cheia de bondade, é a bem-aventurada Mãe de Deus, de tal modo que em tudo o que fazem ou dizem, mesmo nos momentos extremos, misturavam invocações a Maria boa, boa Maria e lhe dirigem apelos angustiados», avec une note, n° 204, disant qu'il n'était pas possible de savoir si ce comportement était seulement le fait des mozabares, ou également des autres (sous-entendu des musulmans). En fait, il est impensable de la part de musulmans.
- 20 Sourate 19, «Maryam», versets 16-40.
- 21 *De expugnatione Lyxbonensi*, éd. et trad. Charles Wendell David, pp. 94-95. A *Conquista de Lisboa aos Mouros*, éd. et trad. A. A. Nascimento, pp. 78-79, traduisant: «Razão de tamanha aglomeração era que não havia entre eles nenhuma forma de entrave, pelo que cada um se dava a lei que queria, de tal modo que de todas as partes do mundo, os maiores viciados para aí convergiam como para uma sentina, viveiro de toda a licenciosidade e imundície», avec une note (n.º 94) expliquant qu'il traduit «ritus religionis» par «entrave», en considérant que *religio* a ici sa valeur magique primitive, reliant la divinité et celui qui pratique son culte. Il écrase ainsi la signification du passage, qui est que la liberté de religion constitue, pour le croisé anglais, le synonyme de licence et immondice. Il faut comprendre également *lex* comme Loi islamique ou chrétienne, non comme loi civile.
- 22 *op. cit.* p. 50.
- 23 Gérard Pradalié, *Lisboa da reconquista ao fim do século XIII*, Lisbonne, 1975, p. 20, avec la référence à Adam Kristoffer Fabricius, *La connaissance de la Péninsule Ibérique par les hommes du Nord*, Lisbonne, 1892, p. 11. Christophe Picard, «Les mozabares de Lisbonne: le problème de l'assimilation et de la conversion des chrétiens sous domination musulmane à la lumière de l'exemple de Lisbonne», *Arqueología Medieval* 7 (Porto, 2001), pp. 89-94, spécialement note 8, p. 94, avec référence à R. Dozy, *Recherches sur l'histoire et la littérature d'Espagne pendant le Moyen Âge*, 2e éd., Leyde, 1881, t. 2, p. 324. Jaime Ferreiro Alemparte, *Arribadas de Normandos y Cruzados a las costas de la Península Ibérica*, Madrid, 1999, consacre plusieurs pages (62-65) à l'expédition du roi de Norvège, Sigurd, qui atteignit la Terre Sainte en juillet-août 1110, en s'appuyant principalement sur Paul Riant, *Expéditions et pèlerinages des Scandinaves en Terre Sainte au temps des Croisades*, Paris, 1865, ainsi que sur la version danoise de l'ouvrage de Fabricius (Copenhague, 1882). Le passage de R. Dozy concernant l'expédition de Sigurd se trouve, en version espagnole, dans *Los Vikingos en España*, Madrid, 1987, pp. 74-76.
- 24 La mention de l'évêque est importante, car elle répond à l'argument de Mikel de Epaña «il ne peut y avoir de chrétiens sans évêque», utilisé par lui pour réfuter la continuité mozarabe.
- 25 «Vita Theotonii», dans Aires Augusto Nascimento (éd.), *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra*, Lisbonne, 1998, n.º 17, p. 176 (texte latin), 177 (trad. portugaise moderne), 304-305 (trad. du XV^e ou du XVI^e s.).
- 26 Noter cependant que plus loin le saint s'adresse à lui en l'appelant: «O rex...».
- 27 *Crónica de Portugal de 1419*, éd. A. de Almeida Calado, Aveiro, 1998, chap. 16, pp. 26-27 et chap. 36, p. 64. Duarte Galvão, *Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques*, Lisbonne, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995, chap. 20, p. 78, et chap. 47, p. 163. Ces deux épisodes ne figurent pas dans la *Crónica Geral de Espanha de 1344*, dans la partie consacrée au règne d'Afonso Henriques (éd. L. F. Lindley Cintra, t. 4, Lisbonne, 1990, chap. 708-714, pp. 224-236), mais seulement la mention de la construction du monastère de S. Vicente de Fora et de la venue du corps du saint à Lisbonne: «E este rey dom Afonso, depois que tomou Lixboa aos mouros, fez hy hu muy nobre moesteiro honrra do martir Sam Vicente, a que pos nome San Vicente de Fora. E prougue a Dios que seus dias veo o corpo de Sam Vicente aa cidade de Lixboa» (p. 234).
- 28 Nous ne retenons pas ici deux arguments avancés pour soutenir la présence de mozabares en Algarve au XIII^e s., au moment de la conquête portugaise: la mention du pèlerinage de Santa Maria de Faro dans les *Cantigas de Santa Maria* et le nom même de (Santa Maria de) Faro. Nous nous en sommes expliqués dans J.-P. Molénat, «Mozabares et mudéjars du Gharb al-Andalus devant la conquête chrétienne», in T. Júdice Gamito (éd.), *Portugal, Espanha e Marrocos o Mediterrâneo e o Atlântico. Acto do Colóquio Internacional 2, 3 e 4 de Novembro de 2000*, Faro, Universidade do Algarve, 2004, p. 207-212. Pour faire bref ici, on dira que le caractère poétique et idéologique des *Cantigas* empêche de les prendre pour un témoignage probant, et que la chute de la première partie de «(Santa Maria de) Faro» réfute l'argument.
- 29 J.-P. Molénat, «Sur le rôle des Almohades dans la fin du christianisme local au Maghreb et en al-Andalus», *Al-Qantara* 18/2 (Madrid, 1997), pp. 389-413; *Campagnes et Monts de Tolède du XII^e au XVe siècle*, Madrid, 1997, pp. 42-53: «L'établissement des mozabares d'Andalousie dans la vallée du Tage».
- 30 Maria Filomena Lopes de Barros, «Génese de uma minoria. O período formativo das comunas muçulmanas em Portugal», dans Adel Sidarus (éd.), *Islão minoritário na Península Ibérica. Recentes pesquisas e novas perspectivas sobre mudéjares, mouriscos e literatura aljamaiana*,

- sécs. XII-XVII (Mesa Redonda Internacional—Évora, Junho de 1999), Lisboa, 2001, pp. 29-43.
- 31 Voir notamment le cartulaire de la cathédrale de Coïmbre, maintenant intégralement publié : Manuel Augusto Rodrigues et Avelino de Jesus Da Costa (éds.), *Libro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*, Coïmbre, 1999, contenant au total 663 documents.
- 32 Gérard Pradalié, «Les faux de la cathédrale et la crise à Coïmbre au début du XII^e siècle».
- 33 A Lisbonne Iohanne Zalema (1187), André Muceimude (1208), Rodericus Alganame (sans date) sont mentionnés à propos du monastère de S. Vicente de Fora (Carlos Guardado da Silva, *O mosteiro de S. Vicente de Fora. A comunidade regrante e o património rural (séculos XII-XIII)*), pp. 40-41. Curieusement cet auteur s'interroge sur le point de savoir s'il s'agit de musulmans
- 34 Dominicus Zoleimaz témoin, en 1171 (*O Livro Preto*, n° 645, pp. 868-869).
- 35 Gérard Pradalié, *art. cit.*, p. 92, citant la phrase du *Livro das vidas dos bispos de Coimbra*: «Atee o tempo deste prelado se rezou sempre nesta see o officio divino gotico que santo Isidoro bispo de Sevilla compos, o qual tambem se chamava o officio mucarabe».
- 36 Paulo Almeida Fernandes, «A marginalidade do lado cristão: o breve exemplo dos moçárabes de Lisboa», dans Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral, Maria Fernanda Ferreira Santos (coords.), *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, 3 vols., Porto, Livraria Civilização Editora, 2003, t. 3, pp. 1231-1237.
- 37 Ángel González Palencia (éd. et trad.), *Los mozárabes de Toledo en los siglos XII y XIII*, 4 vol., Madrid, Instituto Valencia de D. Juan, 1927-1930.
- 38 J.-P. Molénat, *Campagnes et Monts de Tolède du XII^e au XV^e siècle*, Madrid, Casa de Velázquez, 1997.
- 39 J.-P. Molénat, *Campagnes et Monts de Tolède*, p. 155 et suivantes. Francisco J. Hernández et P. Linehan, *The mozarabic Cardenal. The Life and Times of Gonzalo Pérez Gudiel*, Florence, 2004.
- 40 Bien que l'on n'ait pas conservé le document correspondant, et que la décision d'Alphonse VI à cet égard soit seulement connue par la tradition, tout indique qu'elle puisse être authentique, puisque l'on rencontre les paroisses mozarabes jusqu'au XV^e siècle.
- 41 Voir en dernier lieu sur le sujet José Mattoso, *D. Afonso Henriques*, Lisbonne, Círculo de Leitores (Reis de Portugal), 2007, particulièrement le chapitre 15: «Miles Sancti Petri».

L'ARCHITECTURE FUNERAIRE DE FÈS ETUDE PRELIMINAIRE D'UNE RAWDA ANONYME

TUIL BULLE

Lors d'une prospection réalisée en août 2007 dans l'enceinte de Fès *al-bālī* nous avons rencontré une importante structure dans le cimetière de *Bāb al-Hamrā'*. Ce cimetière correspond au versant *intra-muros* de la vaste nécropole qui s'étend au-delà de *Bāb al-Ftūh* où se trouvent plusieurs tombes drainant nombreux de pèlerins depuis la période médiévale. Cependant, à la différence de celui-ci, il est aujourd'hui abandonné. Il est donc utilisé comme une décharge et même un cloaque à ciel ouvert. Toute une population marginale s'y retrouve, et des tanneurs viennent y étendre des peaux en été, quand la végétation est réduite. De fait, la présence d'une construction en élévation dont l'emprise au sol est importante se signale immédiatement. Cependant, dans ses conditions, son état de dégradation ne cesse de s'aggraver.

En prenant en compte le volume et la visibilité importante de l'édifice, nous avons considéré *a priori* qu'il s'agissait une construction élevée pour signaler la présence d'une, ou de plusieurs tombes de saints. Or, l'enquête orale ne nous a révélé aucune information à ce sujet. Dans la bouche des locuteurs, la forme de l'édifice, c'est-à-dire une vaste enceinte percée de baies, en faisait un cimetière privatif, une *rawda*. L'identité des défunt qui avaient généré cette construction était tombée dans l'oubli et seule une fouille qui révélerait probablement des éléments épigraphiques onomastiques permettrait de lever le voile sur cette question.

De fait, c'est la problématique du monde funéraire *fāṣī* qui est soulevée. En tant que support d'analyse architecturale et décorative, elle est tout à fait absente des publications qui portent sur la ville¹. Dans une double démarche d'enregistrement et de pose de jalons pour une étude des aménagements funéraires, il est apparu

comme nécessaire de proposer une première étude de ce cimetière privatif anonyme. Cette étude passe tout d'abord par une description de l'édifice et des décors conservés, afin de proposer une datation relative des différents éléments relevés. Il est ensuite nécessaire de faire un bilan des connaissances dont nous pouvons disposer au sujet du site où il est implanté, afin, dans un dernier temps, de proposer une identification des défunt inhumés en son sein.

I ANALYSE DE LA RAWDA

En entrant par la porte de *Bāb al-Ftūh*, le cimetière de *Bāb al-Hamrā'* s'étend vers l'ouest, sur la rive des Andalous. Son nivellement est inégal, et une voie partant de la porte le scinde en deux parties. La *rawda* que nous présentons ici est localisée au sommet de la butte la plus élevée du cimetière. Elle surplombe donc l'enceinte et elle est nettement



Figure 1 – Plan schématique de Fès et détail réalisés à partir du Plan de Fès, 1 – 10 000, I.G.N., 1953.

visible depuis le vaste cimetière de *Bāb al-Ftūh* (fig. 1).

258

L'élévation

L'édifice consiste en une enceinte en briques cuites et moellons. Son plan irrégulier est de forme trapézoïdale, d'environ 15m de long sur 13m de large et 11m de profondeur, pour une emprise au sol d'environ 140m² (fig. 2).

Un enduit de couleur claire a été apposé sur l'ensemble de l'édifice afin d'en uniformiser l'aspect, mais il a disparu à de nombreux endroits permettant de lire l'élévation des murs. Les modules de briques utilisés sont de dimensions uniformes, d'une longueur de 25cm pour environ 12,5cm de large et 3cm d'épaisseur. Les files de moellons sont réglées, ce qui témoigne d'un certain soin dans le choix des pierres utilisées. L'ensemble est lié par un mortier de couleur claire. Selon les parties de l'édifice, l'appareil mis en œuvre est soit exclusivement constitué de briques

disposées en panneresse couchée, soit mixte, et mis en œuvre selon une succession régulière de files de moellons et de briques, disposées de biais, en épis ou en panneresse couchée (fig. 2).

Il apparaît immédiatement, et malgré les restes d'enduits, que notre *rawḍa* n'a

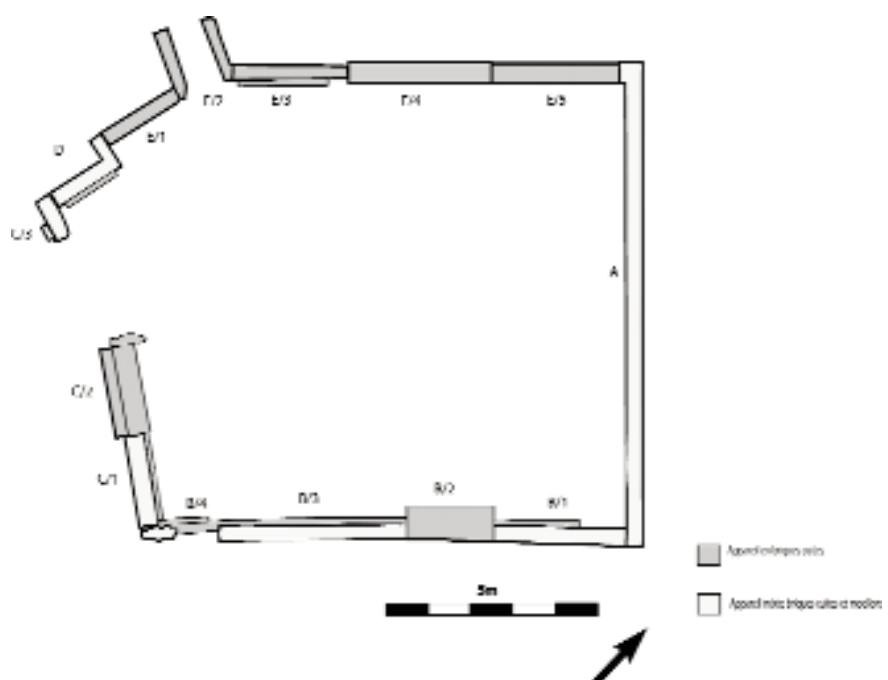


Fig. 2 – Plan schématique de la *rawḍa*.

pas été réalisée d'un seul tenant. Elle est au contraire composée de plusieurs pans de murs, nettement distinguables. Cependant, afin de ne pas alourdir notre propos, nous ne décrivons ici que les éléments les plus significatifs pour notre compréhension. On trouvera donc en annexe les relevés graphiques et photographiques permettant de compléter la description suivante.

La façade A (photo. 1) est un mur plein et continu de 2,60m de haut orienté NOS-E. Sur sa face intérieure, trois arrachements sont perceptibles sur la partie basse du mur par lesquels nous pouvons restituer la présence de trois stèles, dont une insérée dans le mur. A l'angle NE, un autre arrachement peut être relevé. Néanmoins, il a cette fois été bouché par des briques cuites de pâte plus claire, disposées en boutisse.

La façade B est réalisée dans la continuité du mur de la façade A, et orientée NE-SO. A la différence de la précédente, elle n'est pas constituée d'un seul pan de mur. Ainsi, sur la face extérieure on relève nettement quatre tronçons distincts qui sont cependant imperceptibles dans la partie supérieure où la terminaison lissée à l'enduit est continue, et identique à celle de la façade précédente. Cette façade présente un effondrement sur le dernier pan de mur (B/4) dont la partie sommitale a complètement disparu (photos 2-3). Sur sa face intérieure, la disposition de niches scande la division en pans déjà perceptible à l'extérieur (fig. 3). Chacune présente un tracé et des dimensions différents, et est insérée dans un mur dosseret plus ou moins important. Le deuxième pan (B/2) se signale immédiatement car il présente un dosseret plus profond et mieux conservé que les autres, et est également plus élevé que la façade extérieure. Il se démarque aussi par la présence d'un décor architectural plus important. Un *alfiz* y est aménagé par un premier défoncement marqué dans la partie supérieure par une double corniche. On a voulu décorer les côtés de l'*alfiz* par une entaille des angles dans la partie inférieure, dessinant des pseudo-piliers. Au sommet du mur, une corniche est agrémentée d'une frise de merlons crénelés et engagés. En l'état, nous ne pouvons restituer le départ des niches des troisième et quatrième tronçons de mur qui semblent partiellement enterrés sous les déchets et autres déblais.

La façade C s'appuie sur le dernier mur (B/4) de la façade B et est orientée SE-SO. Elle est composée de deux tronçons de mur. Le second tronçon (C/2) y est

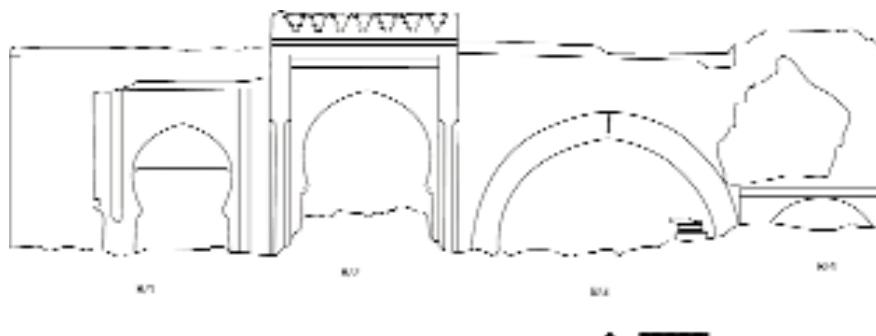


Figure 3 – Relevé de l'élévation intérieure de la façade B.



Photo 1 – Façade extérieure du mur A.



Photo 2 – Piment extérieur de B/2.



Photo 3 – Photo 5 – Angle extérieur des façades B et C.

constitué de deux parties : un mur dans la continuité du précédent, qui présente un retour en angle effondré vers l'intérieur de la *rawda*, ainsi qu'un mur qui lui est adossé, en avant donc par rapport à la façade. On pourrait penser qu'il s'agit d'un mur de soutènement, mais nous pouvons nettement lire une rupture dans son élévation : ce mur était percé d'une niche en arc brisé de grandes dimensions qui a ensuite été obturée. Le tout a par la suite été

recouvert d'un enduit épais plus adhérent que dans les autres parties de l'édifice. A l'intérieur, nous retrouvons la bipartition extérieure par la disposition de niches aveugles, comme dans la façade précédente (fig. 4). Le premier tronçon (C/1) présente un arc de petites dimensions dans la continuité de celui du tronçon B/4. Il présente la même corniche moulurée au sommet, mais il est plus haut d'une dizaine de centimètres. La moitié de la niche a été remplie par du ciment afin d'y insérer une stèle récente, datant de 1977. Le second tronçon (C/2) rappelle la disposition observée en B/2 par ses dimensions et sa forme. La partie sommitale a disparu mais on peut supposer que s'y trouvait la même frise de merlons crénelés et engagés. La différence principale entre B/2 et C/2 résulte de la conservation de l'enduit dans la niche. En effet, une seconde niche, décorative et de petites dimensions y a été moulée dans l'enduit. Le tracé de son arc est lui aussi brisé outrepassé, comme une réduction de l'arc principal. L'élévation perceptible s'interrompt ensuite pendant un peu plus de 3m, puis, on retrouve un petit tronçon de mur presque complètement arasé orienté O-SO, et interrompu au S (C/3). Nous l'assosions à la façade C, bien qu'il ne soit pas dans l'alignement direct des deux murs précédents (C/1 et C/2).

Nous avons divisé la surface restante de l'édifice en deux parties en raison de leurs orientations. Cependant, elles sont toutes deux dans la continuité l'une de l'autre.

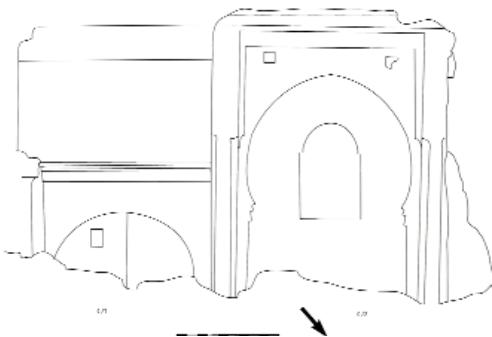


Figure 4 – Relevé de l'élevation intérieure de la façade C.



Photo 4 – Vue de la façade interne de D.



Photo 5 – Vue extérieure de la façade E.

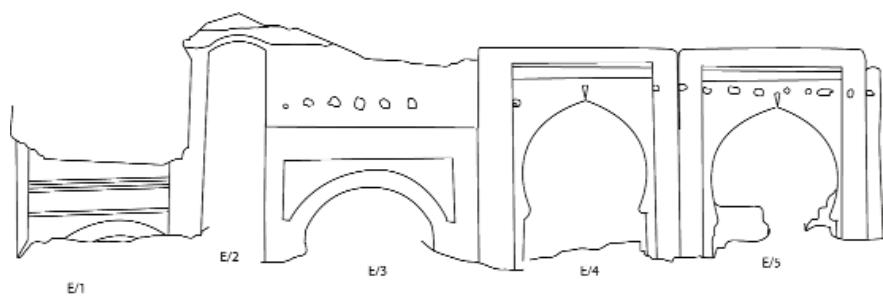


Figure 5 – Relevé de l'élevation intérieure de la façade E.

La première façade, D, présente un unique pan de mur orienté O-NE (photo. 4). A l'intérieur, un dossieret peu épais est lisible en partie basse, dans lequel prend place le sommet d'un arc que l'on devine appartenir à une niche aveugle.

Le départ de la façade E se fait en appui sur le profil de ce mur D, avec une légère réorientation vers l'E (photo. 5, fig. 5). Elle est composée de cinq parties distinctes. Une porte profonde en arche en plein cintre légèrement surbaissé (E/2) est directement accolée au premier tronçon. Immédiatement accolé se trouve un deuxième pan de mur (E/3). Il est moins élevé que la porte, et que le pan de mur suivant, mais son sommet a été endommagé. Dans la partie basse, un dossieret a été aménagé, servant d'*alfiz* à une large baie en plein cintre dont nous ne pouvons restituer le départ en raison du niveau de sol actuel. Il s'agit du seul arc aménagé dans un dossieret sur la façade extérieure de notre édifice. Le quatrième pan de mur (E/4) est signalé par une rupture dans l'élévation, et présente une large niche en arc brisé rebouchée, tout comme pour le mur C/2. Le dernier pan de mur (E/5) présente exactement la même disposition. La baie y est restée ouverte mais son tracé extérieur est illisible en raison de l'arrachement de nombre de ses claveaux. Sur son versant intérieur (fig. 5), cette façade présente également une scansion d'arcs, en niches et baies, signalant les différentes parties de l'élévation. On remarque dans l'élévation des trois dernières parties de la façade la présence de trous de boulin dans la partie supérieure de l'élévation. Les quatrième et cinquième pans de mur (E/4 et E/5) sont aménagés de manière identique, à savoir avec une niche réalisée dans le mur. Le tracé de la première niche est celui d'un arc brisé et outrepassé, donc nettement différent de celui perceptible à l'extérieur. Quant à la dernière, son fond a été partiellement percé.



Photo 6 – Décor épigraphié de la niche B/3.

En l'état, il semble qu'aucune couverture n'avait été aménagée dans cette *rawda*. Cependant, on a pu constater qu'un bourrelet sommital lissé à l'enduit a été mis en place, ou rénové, postérieurement à la construction des différentes parties de l'édifice. L'interprétation est donc malaisée.

Le décor

L'absence de cohérence entre les murs, la forme des arcs et leurs dimensions, pose un véritable problème de lecture, conforté par la présence de techniques de construction différentes. Cette absence d'uniformité se retrouve dans les rares éléments de décor conservés en complément de la scansion opérée par les différents arcs utilisés.

Ces décors sont visibles uniquement sur les faces internes des niches décrites précédemment. Il s'agit d'une portion de revêtement en céramique dans le fond de la niche du mur B/3, associant des carreaux excisés et une mosaïque de céramique (photo. 6), deux carreaux au décor peint en bleu sur fond crème dans les écoinçons de l'arc de la niche du mur C/2, récents et de facture grossière, deux bandes verticales en carreaux de céramique verts et blancs au dessus de l'arc du mur D, ainsi que deux portions de disque disposées au dessus des clefs des arcs des murs E/4 et E/5. Nous comptons également trois sépultures décorées sur lesquelles nous reviendrons ultérieurement. Nous ne nous arrêterons ici que sur la portion de décor conservée dans la niche du mur B/3 car elle seule peut nous délivrer des informations utiles à l'identification de l'ensemble.

Il s'agit d'une séquence de décor où l'on trouve successivement une frise de merlons dédoublée en zellige polychrome, une frise épigraphique en céramique excisée noire sur fond

peint en blanc, puis un panneau de zellige au décor en réseau géométrique reprenant la polychromie précédente. L'ensemble est très endommagé ce qui en altère la lecture. La palette de couleur est réduite et associe le blanc, le noir, le vert émeraude, le bleu et l'ocre jaune. L'inscription est en écriture cursive *magribī* assez souple, avec les hampes des lettres évasées vers le haut, et les terminaisons à courbure très étirée. Les signes diacritiques sont marqués, mêlés à des motifs végétaux assez simplifiés, palmette bifide et trifide, disposés en partie haute. Le fragment conservé du décor géométrique inférieur semble être organisé sur la base de l'étoile à 8 branches et malgré la dégradation de cet élément, nous pouvons sup-



Photo 7 – Décor en zellige de la t.2.

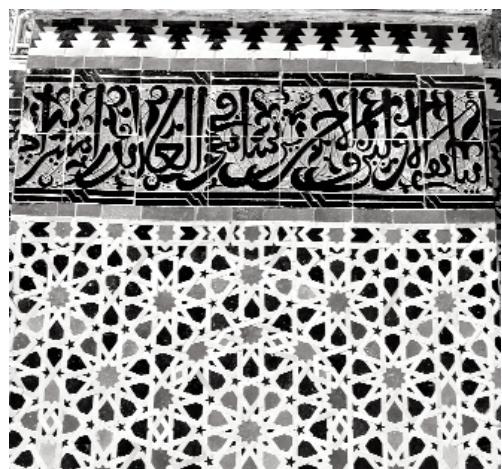


Photo 8 – Détail du décor en zellige et céramique excisée de la madrasa Bou Inania.

poser qu'un schéma présidait à la disposition des tessons colorés, comme dans le décor des parties basses des murs de la madrasa mérinide Bou Inania (photo. 8).

Les sépultures

Malgré la présence des déchets, nous parvenons à dénombrer un total de sept emplacements de sépulture : deux sont signalées par le négatif d'une stèle arrachée dans le mur A évoqué précédemment (t.1, t.2) (photo. 7), une troisième est indiquée par une stèle encore en place (t.3), dont l'inscription donne la date de 1977, deux sont localisées au sol par une bordure en briques liées au mortier (t.4, t.5), et enfin deux présentent une couverture en carreaux de céramique (t.6, t.7). Elles sont toutes orientées SO-NE, à l'exception de la tombe 5 qui suit l'orientation du mur A.

Les dalles au décor de céramiques sont très endommagées car elles ont servi de foyer à de nombreuses reprises. Les couleurs sont altérées, et le décor est difficilement perceptible. Ainsi, la tombe t.6, qui conserve la plus grande surface de céramique, présente une bichromie, bleu outremer/blanc, ainsi que la délimitation du pourtour par une frise où de petits carreaux bleus sont disposés sur la pointe entre deux rubans de même couleur. Quant à la tombe t.7, son décor, tel qu'il peut être restitué se faisait sur la base d'un réseau orthogonal en damier. Les couleurs dominantes étaient vraisemblablement le vert et le blanc.

La tombe t.2 présente des vestiges d'un décor de zellige qui délimite l'emplacement d'une stèle arrachée dont le négatif est nettement visible dans le mur. Au dessus de la stèle se développe une frise de petits merlons. Dans la partie basse, de part et d'autre de l'emplacement de la stèle, une séquence décorative présente successivement la frise de merlons, puis, un ruban bleu, une frise de deux rangées de petites flèches disposées en miroir, puis une rangée de carreaux bleus. Les merlons de petites dimensions présentent un profil recticurviligne, différent donc de celui visible en B/3. Etant donné la disposition de cette frise sur trois parties encadrant le négatif de la stèle, on peut se demander si elle ne servait pas de bordure à cette dernière. Le bandeau où prend place la frise dédoublée des flèches est polychrome : un groupe de quatre flèches sur deux est noir, et l'autre est vert émeraude ou ocre jaune.

Sur le côté droit, le retour du bandeau supérieur bleu témoigne de la limite du décor. La polychromie visible est identique à celle relevée dans la niche B/3. Cependant, elle n'est pas mise en œuvre de la même manière.

Chronologie des aménagements

En confrontant les données dont nous disposons par ces descriptions, nous pouvons restituer une chronologie relative des aménagements. Bien entendu, ces résultats sont provisoires, et seule une fouille nous permettrait de les assurer.

Le mur A est le plus ancien. Le décor en céramique de la t.2 est contemporain de son aménagement. Puis, c'est la façade B qui a été réalisée. Il est possible d'y distinguer au moins trois phases de construction. Tout d'abord, les différents tronçons B/1, B/3 et B/4 sont édifiés avant de mettre en place les dossierets à niche qui s'y appuient. La niche de B/2 paraît avoir été réalisée postérieurement, en remployant un tronçon déjà aménagé. Son volume a certainement rendu nécessaire un renforcement. A un moment indéterminé, le tronçon B/4 s'est effondré partiellement. Quant aux tronçons C/1 et C/2, ils sont construits immédiatement après la réalisation du tronçon B/4. Nous y retrouvons la même séquence chronologique que sur la façade B : tout d'abord une phase de construction des murs, puis réalisation des niches, et de là, renforcement de la façade extérieure du tronçon C/2. Cependant, on distingue nettement une niche qui avait été aménagée dans ce renforcement extérieur avant d'être bouchée, correspondant donc à une autre phase de construction. L'aménagement de la niche de B/2 et C/2 semble être tout à fait contemporain. On distingue six phases de construction pour l'ensemble E. Les portions E/4 et E/5 ont été réalisées en même temps. Tout d'abord, on a aménagé les murs et les niches sur les parements intérieurs, puis, à l'extérieur. Le mur de fond des niches du tronçon E/5 est effondré, et la niche extérieure du mur E/4 a été rebouchée à un moment indéterminé. Le tronçon E/3 s'appuie sur E/4. On y perçoit deux moments. Dans un premier temps, on a aménagé le mur percé de la baie, puis, dans un second temps, sa partie sommitale a été endommagée. La porte E/2 s'y appuie. L'enduit qui la recouvre s'étend sur la partie supérieure d'E/3, pour uniformiser la construction. Enfin, E/1 s'appuie sur la paroi latérale de la porte, ainsi que sur la façade D. Cette dernière a été réalisée en deux phases : construction du mur, puis aménagement de la baie. Enfin, le tronçon C/3 s'appuie sur D. E/3 et E/2 paraissent succéder à E/4 et E/5, tandis qu'E/1 semble être antérieur à ces derniers, et même contemporain de D.

Il paraît donc possible de résumer la construction de notre *rawda* en deux grandes périodes nettement distinctes par les techniques de construction observées pour le gros œuvre. La première correspond à l'utilisation d'une technique mixte associant brique cuite et moellon, mis en œuvre selon une séquence complexe. La seconde période est celle de l'utilisation exclusive de la brique cuite. Lors d'une première période, l'ensemble des murs A, B, C et D, et peut être E/1 a été réalisé. Puis, on a réalisé le reste de la façade E. B/2 et C/2 ont été réaménagés à un moment indéterminé. Les baies et niches extérieures ne suivent pas le tracé de celles localisées à l'intérieur, et il est donc possible d'envisager un troisième moment, correspondant à ces aménagements extérieurs, ensuite rebouchés. De même, le bourrelet sommital des différentes façades a été rénové, ou aménagé, postérieurement à l'élévation des différentes parties, ce qui a permis d'unifier l'ensemble. La porte E/2 constitue le seul accès aménagé conservé de l'édifice. Néanmoins, le grand espace vide situé entre C/2 et C/3, et la pente du terrain à cet endroit laisse à penser qu'il existait là une façade, peut être également percée d'un accès, effondrée à un moment indéterminé.

II LE CIMETIERE DE BĀB AL-HAMRĀ'

Pour pouvoir mieux comprendre notre édifice, et même envisager une identification ou tout du moins une fourchette chronologique pour sa construction, il nous faut le replacer dans son espace, le cimetière intérieur de *Bāb al-Hamrā*².

La ville de Fès, telle qu'elle se présente actuellement est constituée de trois centres urbains formés successivement jusqu'à nos jours. La formation la plus occidentale, dite ville nouvelle, date essentiellement de la période coloniale, tandis que la portion centrale, *Fās al-Ğadīd*, et celle plus orientale, *Fās al-Bālī*, ont été fondées au Moyen-Âge. *Fās al-Bālī* résulte de l'agrégation à la période almoravide de deux noyaux rivaux fondés successivement à l'époque idrisside de part et d'autre de l'oued éponyme irriguant la ville. Le souvenir de la dichotomie initiale de ces deux fondations est toujours perceptible aujourd'hui dans le toponyme des deux rives, dites des Andalous et des Kairouanais. Lorsque la ville passe aux mains des Mérinides, ces derniers en font leur capitale en la dotant d'une ville de commandement annexe, *Fās al-Ğadīd*. D'un point de vue funéraire, force est de constater que les plus grands cimetières musulmans de la ville sont tous disposés autour des deux agglomérations de *Fās al-Bālī* : sur la rive des Andalous, il s'étend du côté de *Bāb al-Ftūh*, tandis que sur la rive des Kairouanais, ils se trouvent du côté de *Bāb Guisa* et au Nord, et du côté de *bāb al-Mahrūq*, entre *Fās al-Bālī* et *Fās al-Ğadīd*.

Dans les biographies mentionnées par al-Kattānī (m. 1345/1926) dans sa *Salwat al-Anfās*, le cimetière intérieur de *Bāb al-Hamrā*, autrefois *Bāb al-Ğziyān*, apparaît assez tardivement. La plus ancienne inhumation explicitement placée derrière cette porte est celle du juriste 'Abd Allāh b. Mūsā al-Fišṭālī, mort à un moment indéterminé du 7^{me}/XIII^e

siècle³. L'emplacement précis de sa tombe a été oublié, cependant, persiste le souvenir de l'inhumation du prince mérinide *Abū Yahyā b. 'Abd al-Ḥaqq* (m. 656/1258) dans son proche voisinage, pour bénéficié de sa *baraka*⁴. Après une longue période de silence, nous retrouvons ce toponyme à propos de la localisation de la sépulture du soufi vénéré *Ibn 'Abbād* (m. 792/1390), qui devient un pôle de référence pour l'emplacement des inhumations postérieures dans la zone⁵. Nous sommes donc assurés que ce cimetière est utilisé depuis la période mérinide, et jusqu'à une période très récente, comme en témoigne la stèle datée de 1977 installée dans la niche de C/1.

Notre connaissance du monde funéraire *fāṣī* est nettement orientée vers la question des tombes vénérées de soufis, *šārif-s* et autres juristes considérés comme dispensateurs de *baraka*. En effet, les sources dont nous pouvons disposer ne mentionnent que les tombes de personnes dont l'emplacement est mémorisé car elles peuvent faire l'objet de *ziyāra*, de visite pieuse. De fait, les délimitations chronologiques que nous pouvons évaluer ne recouvrent pas forcément celles de l'utilisation du cimetière par le commun des *fāṣī-s*. Ainsi, nous apprenons qu'*Ibn 'Abbād* est déposé dans la *rawḍa* familiale de son disciple *Ibn al-Sakkāk* (m. 818/1451)⁶. Cela nous permet de supposer une utilisation funéraire continue de cette zone localisée à l'intérieur de *Bāb al-Hamrā'*, depuis le XIII^e siècle. Cependant, il apparaît également que ces localisation rattachées à la porte de *Bāb al-Āziyīn*, puis *Bāb al-Hamrā'* sont assez rares, et tardives. La plupart du temps c'est uniquement le toponyme de *Bāb al-Ftūḥ* qui est utilisé⁷. Ce choix de localisation peut être expliqué par la condamnation du *Bāb al-Āziyīn* au profit du *Bāb al-Ftūḥ* qui reste la seule porte ouverte dans cette portion d'enceinte à partir du décès de *Sīdī*

Dirās b. Isma'īl en 357/967⁸. Le point de référence est alors le point d'accès. Ce cimetière peut également avoir reçu un nombre limité de sépultures pour diverses raisons qui nous échappent. Car si ces deux toponymes sont évoqués, c'est parce qu'il s'agissait bien de deux grandes zones d'inhumation distinctes, bien que proches, chacune ayant une déposition polarisant les inhumations postérieures, selon le système de l'inhumation *ad sanctos*, en l'occurrence, la tombe de *Sīdī al-Hizmīrī*, du côté de *Bāb al-Ftūḥ*, bien qu'elle en soit assez éloignée, et celle de *Sīdī Ibn 'Abbād*, du côté de *Bāb al-Hamrā'*.

III UNE PROPOSITION D'IDENTIFICATION

Nous retrouvons cette même appréhension conditionnée par la question des tombes vénérées dans notre compréhension du monument. En effet, nous rattachons *a priori* les constructions les plus importantes dans les cimetières à ces dépositions particulières, qui sont entourées d'une piété justifiant un investissement architectural et un entretien. Dans le cas présent, nous sommes de fait confrontés à un sérieux problème d'identification. Nous avons ainsi constaté une absence d'attachement symbolique à l'édifice de la part des habitants interrogés, l'identité des défunt qui y avaient été inhumés ayant été oubliée. Or, on ne peut que constater, *a contrario*, la pérennité d'un grand nombre de tombes de saint dans le cœur, et la pratique des *fāṣī-s*, comme par exemple dans le cimetière de l'autre côté de l'enceinte avec les mausolées de *Sīdī Harazem* et de *Sīdī Dirās*. Il est donc légitime de s'interroger sur le rattachement possible du dispositif à une tombe sainte, ce que conforte l'approche formelle du monument. Sa forme, un espace vaste et emmuré, invite à l'identifier à un cimetière privatif au sein d'une nécropole, plutôt qu'à une construction liée à une tombe sainte, bien que ses dimensions soient tout à fait hors-norme. Cependant, l'étude des sources et des tombes de saints *fāṣī-s* révèle l'utilisation de la *rawḍa* comme dispositif de signalisation de la présence d'une tombe particulière, parallèlement à son utilisation comme cimetière réservé. C'est ainsi cette terminologie est utilisée pour désigner le lieu d'inhumation de *Sīdī al-Hizmīrī*, et ce depuis le XIV^e siècle⁹. La *rawḍa* peut donc être utilisée pour signaler la présence de la tombe sainte qu'elle protège d'une surpopulation funéraire, seuls certains individus pouvant être inhumés en son sein.

La *rawḍa* et son espace : analyse des toponymes

Partant de la documentation textuelle, et particulièrement de la *Salwat al-Anfās* d'*al-Kattānī*, nous pouvons tenter de proposer une identification de certains défunt inhumés dans notre *rawḍa*. Elle ainsi, mentionne six *rawḍa-s* dans le cimetière de *Bāb al-Ftūḥ*. Ce sont la *rawḍa* du *Šayh Abū Hazar* (m. 572/1176)¹⁰, où sont inhumés des *šārif-s* *Qādirī-s*, la *rawdat al-anwār* ou *rawdat Abū Madyan*, où est inhumé

Śidī al-Hizmīn¹¹, la *rawqat al-kaġġādīn*¹², la *rawqā* d'Ibn Abbād¹³, la *rawqā* des Mālaqiyīn¹⁴ et la *rawqat al-kahf*¹⁵. Il semble possible de rattacher les *rawqā*-s d'Abū Ḥazar et celle d'*al-kaġġādīn* à la nécropole de *bāb al-Ftūḥ*, en raison de leur proximité avec la tombe de Śidī al-Hizmīn qui est localisée dans la *rawqat al-anwār*, au *masjid al-ṣābirīn*. Par contre, celle d'Ibn 'Abbād est située précisément dans le cimetière de *Bāb al-Hamrā*¹⁶. Les *rawqā*-s des Mālaqiyīn et celle d'*al-kahf* sont localisées à proximité de celle-ci¹⁷. Or, l'emplacement exact de ces trois *rawqā*-s a été oublié. De fait, nous pouvons nous interroger sur une parenté éventuelle avec notre structure anonyme.

L'édifice que nous étudions présente plusieurs caractéristiques qui peuvent en effet nous amener à une proposition d'identification. Tout d'abord, nous l'avons indiqué, il est localisé sur le point le plus haut de la nécropole. Or, nous apprenons par Ibn al-Qādī (m. 1025/1616) que la *rawqā* d'Ibn 'Abbād, est précisément localisée sur la «colline des moineaux», *kudiyat al-barāṭīl*, donc sur une élévation¹⁸. La *rawqā* que nous considérons est précisément localisée sur le point le plus haut de ce cimetière, la rendant visible depuis l'extérieur des enceintes.

Par ailleurs, nous avons pu relever un élément épigraphique significatif au sein même de l'édifice dans l'inscription en céramique excisée localisée dans la niche B/3. Son texte est malheureusement tronqué, ce qui nous amène à plusieurs conjectures. Son contenu est le suivant (photo. 6) :

هذا ضريح النبي العدل أبا بكر الصديق (رض) بن...



Photo 9 – Vue extérieure du mausolée d'Abū Bakr b. al-'Arabī.

Le formulaire stéréotypé commence donc par une évocation de la titulature du défunt, puis il le nomme. Cette partie est malheureusement lacunaire, et aucun de ses titres, juriste, notaire et spécialisé en matière de droit des successions, ne nous amène sur la voie d'une identification, bien que sa formation juridique soit évidente. L'avant dernier mot visible est tronqué, et commence par la lettre *ḥā'* vocalisée par une *fathā*, puis le suivant, placé au dessus, semble devoir être *lu* comme étant le début du *nasab* du défunt « *ibn* ». L'avant dernier mot semble donc faire partie de la titulature. Or, parmi les nombreuses sépultures référencées à cet endroit, on trouve celle d'Ibn 'Abbād qui a exercé la charge de *ḥaṭīb* à Fès, à la mosquée des Kairouanais. Ce terme pourrait être introduit par le *ḥā'*: le point situé au dessus de la lettre peut en effet être interprété comme le signe diacritique permettant de former la lettre *ḥā'* et non signaler le *bā'* du mot suivant. De plus, dans ses biographies, il est désigné par son *nasab* Ibn 'Abbād ce qui nous amène à envisager de voir dans cette inscription la localisation de sa sépulture. Cette interprétation expliquerait l'investissement décoratif dans cette partie, tout à fait absent du reste de la *rawqā*¹⁹.

Chronologie des aménagements

Si cette identification est juste, nous pouvons par là mieux connaître l'histoire de notre édifice. En effet, Abū al-'Abbās Ahmad est intervenu sur la *rawqā* d'Ibn 'Abbād quand celle-ci était uniquement constituée d'un enclos, non couvert, qui s'était effondré à un moment indéterminé. Voyant qu'il ne restait plus que le côté oriental encore en élévation, il a entrepris de faire reconstruire un mur qui l'englobait sur ses quatre côtés, et de réaliser une couverture au dessus de la tombe d'Ibn

'Abbād²⁰. Rien de ce que nous avons pu observer dans notre *rawda* peut être rattaché à cette couverture. Cependant, cette installation peut avoir été réalisée à l'écart des murs, et seul un nettoyage de surface pourrait permettre d'en retrouver les traces. Il se peut éga-



Photo 10 – Mur du fond du mausolée d'Abū Bakr b. al-'Arabī.



Photo 11 – Mur latéral du mausolée d'Abū Bakr b. al-'Arabī.

lement qu'elle se soit appuyée sur une des parois, mais le lissage des parties sommitales pour réaliser un bourrelet, postérieurement à sa destruction, en aurait effacé les traces.

Par la *Salwat al-Anfās*, nous apprenons également que de nombreuses dépositions ont été faites dans l'espace même de la *rawda*, dont certaines localisées par l'auteur avec précision. Ainsi, Ahḥmad b. 'Alī al-Waḡjānī (m. 1141/1728) a été déposé dans une niche maçonnée ouvrant par un arc, localisée à gauche de l'accès de la *rawda*²¹. Par ailleurs, avant les travaux de réfaction de la *rawda* que nous avons évoqués, une tombe avec stèle prismatique en marbre avait été déposée devant l'entrée initiale de la *rawda*. Elle signalait la tombe de Abū al-Qāsim b. 'Alī b. Ḥaḡgū (m. 956/1548)²².

La première indication renvoie certainement à un dispositif semblable à celui que nous avons pu relever, à savoir des niches plus ou moins profondes disposées sur les faces intérieures des murs. Si l'on regarde depuis l'intérieur les deux ouvertures dont nous disposons, la porte (E/2), et la partie de l'élévation manquante (entre C/2 et C/3), nous trouvons dans les deux cas une niche aménagée sur la paroi du côté gauche. Bien entendu, ceci ne permet en aucun cas d'identifier notre édifice, bien que le parallèle soit notable. Par ailleurs, nous n'avons pu relever aucune stèle encore en place dans les environs immédiats de la *rawda* lors de notre prospection. Néanmoins, si l'emplacement de la porte actuelle est le même que celui d'origine, nous avons pu noter la présence d'une sépulture, signalée par une double délimitation en briques cuites liées au mortier, juste au sortir de la porte. La bordure disposée à l'intérieur est assez étroite pour avoir servi de cadre à une stèle prismatique en marbre.

Enfin, l'évocation du dispositif utilisé pour signaler la présence de la tombe d'al-Tāhir b. 'Abd al-Salām al-Qādirī (m. 1142/1719) peut nous permettre de comprendre les causes de l'existence de baies ou niches différentes sur les parois extérieures de la *rawda*. En effet, ce dernier a été inhumé à proximité de la *rawda* d'Ibn 'Abbād, à l'arrière de la tombe d'un autre personnage important. On a construit sur sa tombe un arc, contigu à celui du précédent²³. Nous pouvons donc imaginer que les deux arcs étaient adossés, avec un tracé peut être divergent.

Cette même cause, des inhumations successives avec remploi et réaménagement, expliquerait ainsi les phases de construction perçues en C/2, et en E/4. *A fortiori*, l'apparente postériorité des ensembles B/2, C/2, E/4 et E/5 pourrait résulter de travaux ponctuels réalisés lors d'inhumations ultérieures à la construction de l'ensemble initial, afin de signaler nettement la présence de ces nouvelles dépositions. Nous pensons alors pouvoir interpréter ces différents dosserets à niche comme étant un dérivé de stèle à décor d'arc²⁴, et même, comme des stèles hypertrophiées aménagées à chaque nouvelle inhumation (photo. 14). Ceci permettrait d'expliquer à la fois la variété des partis formels adoptés, et à la fois l'échelonnement dans le temps de ces aménagements. On pourrait alors même s'interroger sur une géométrie variable qui pourrait affecter l'enceinte, de nouvelles inhumations pouvant y entraîner des agrandissements par tronçon, suivant un tracé non préétabli.

Malheureusement, en raison de la pollution intérieure du site, nous ne pouvons évaluer l'importance numérique des sépultures en surface, et donc tenter de les associer aux différents arcs visibles, ainsi qu'aux mentions textuelles en notre possession. Encore une fois, seule une intervention nous permettrait de pouvoir affiner notre perception de l'utilisation de la *rawda*, ainsi que l'existence d'une certaine stratification liée à l'utilisation de l'espace sur la longue durée, depuis au moins le XIII^e siècle jusqu'à 1977.

Cet édifice, qui, suivant notre attribution, daterait donc de la deuxième moitié du XVII^e siècle, sous le règne saadien, présente des parallèles formels avec plusieurs autres tombes saintes de Fès qui confortent cette hypothèse de datation. Le mausolée d'Abū Bakr b. al-'Arabī (m. 543/1148), localisé à proximité de la casbah, a été réalisé entre la fin du XVII^e siècle, et le début du siècle suivant, donc sous le règne de l'alaouite Moulay Ismā'īl (photos 9-11). D'un point de vue terminologique, il est intéressant de noter qu'al-Kattānī utilise le terme de *rawda* pour désigner l'édifice que l'on voit encore aujourd'hui, à savoir un mausolée hypertrophié dans lequel ont été réalisées de nombreuses dépositions, et qui présente un oratoire et un logement pour ses gardiens. Vraisemblablement, c'est la présence de nombreuses sépultures au sein de l'espace qui lui confère cette qualité de *rawda*. Des niches de différentes dimensions sont installées sur ses murs, signalant à chaque fois la présence d'une sépulture à couverture en céramique. Aucune niche n'a été aménagée sur le mur du fond, mais des stèles y ont été insérées, signalant elles aussi la présence de sépultures à couverture identique. Ces différents types de signalisation se retrouvent dans notre *rawda*. Les dimensions des arcs, et leur manque d'uniformité pourrait résulter d'une volonté d'individualiser les différentes dépositions faites à l'intérieur, disposition que l'on pourrait transposer dans notre édifice²⁵. On peut également voir un parallèle dans le mausolée de Sīdī al-Tawudī Ibn Sūda (m. 1209/1795), localisé dans l'ancien cimetière de *Bāb Guissa*. Il a été réalisé par le sultan alaouite Moulay Muhammad, frère et successeur de Moulay Ismā'īl, sous la forme d'un mausolée à coupole entouré d'une enceinte à entrée en tour-porche, intégralement occupé par des stèles en mosaïque de céramique (photos 12-13). Exception faite du mausolée, sa disposition peut rappeler celle de notre *rawda*, et permettre de supposer les modalités d'occupation du sol sous les déblais.

Si l'on s'en réfère à l'aspect du monument, en le comparant avec d'autres tombes saintes prestigieuses de la ville, notre *rawda* paraît originale. Elle ne s'apparente pas aux mausolées à coupole hypertrophiée, qui dans la ville ont presque tous été l'objet de la politique évergétique alaouite. Elle combine à la fois des caractéristiques de l'architecture funéraire vernaculaire²⁶, c'est à dire l'utilisation d'un enclos non couvert pour délimiter un espace au sein d'un cimetière, et les caractéristiques de l'architecture funéraire monumentale, par ses dimensions et son aspect. Sa datation est peut être la cause de son originalité dans la ville actuelle. Elle la rattacherait aux traditions antérieures, où la tombe d'un personnage hautement vénéré était souvent simplement signalée par une stèle, dans un espace enclos, et plus rarement par un petit mausolée à coupole, tout en lui conférant des dimensions tout à fait uniques

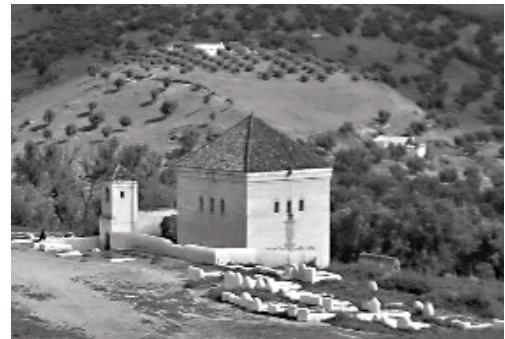


Photo 12 – Vue extérieure du mausolée de Sīdī al-Tawudī Ibn Sūda.



Photo 13 – Vue de la cour du mausolée de Sīdī al-Tawudī Ibn Sūda.



Photo 14 – Stèle hypertrophiée en baie, cimetière de Bāb al-Hamrā.

à Fès. Les phases de travaux postérieures, et l'habitude d'associer la tombe d'un saint à une coupole à Fès expliquent peut être l'amnésie qui entoure notre *rawda* pourtant si visible dans cette zone de la ville.

BIBLIOGRAPHIE

Sources

- (Anonyme), *al-Hulal al-mawchiyya, Chronique anonyme des dynasties almoravide et almohade. Texte arabe publié d'après de nouveaux manuscrits*, éd. S.I Allilouche, Rabat, Imprimerie Economique, Institut des Hautes Etudes Marocaines, 1936. (coll. Textes Arabes vol. VI)
- IBN ABĪ ZĀR‘, *al-Anīs al-muṭrīb bi-rāwḍ al-qīrtās fī ahbār mulūk al-maḡrib wa-tārīh madīnat fās*, éd. A. Ibn Manṣūr, Ribat, al-Maṭba‘at al-Malikiyya, 1999.
- *Ibid. Rawd al-Qirtas*, trad. A. Huici Miranda, 2 vol., Valence, J. Nácher, 1964
- IBN AL-AHMAR (Ismā‘īl b. Yusūf al-Wālid), *Buyūtūt Fās al-Kubrā’/Dirkr ba’ aḍ mašāhīr a’ yān Fās fī al-qadīm*, Rabat, Dār al-Manṣūr li-l-ṭabā’ a wa-al-warāqa, 1972.
- AL-ĞAZNĀT (Abū al-Hasan ‘Alī), *Ğanā zahrat al-ās. Fī binā’ madīnat Fās*, éd. A. Ibn Manṣūr, Rabat, al-Maṭba‘at al-Malikiyya, 1967.
- IBN HALDŪN (‘Abd al-Raḥmān), *Histoire des berbères et des dynasties musulmanes de l’Afrique septentrionale*, trad. De Slane, 4 Tomes, Paris, Paul Geuthner, 1925-1956.
- AL-KATTĀNĪ (Abū ‘Abd Allāh Muḥammad ḡā‘ far b. Idrīs), *Salwat al-anfās wa-muḥādāt al-akīyās bi-min aqbar min al-‘ulamā’ wa-l-ṣulāḥā’ bi-Fās*, Casablanca, Dār al-Taqāfa, 2006, 4 vol.
- AL-MAQQARĪ (Aḥmad b. Muḥammad), *Nafḥ al-ṭib min ḡuṣn al-andalus al-raqṭib*, éd. H. ‘Abbās, 8 vol., Beyrouth, Dār şādir, 1968.
- IBN AL-QĀDĪ (Aḥmad b. Muḥammad b. Muḥammad b. Muḥammad b. al-‘Āfiyya), *Ģid̄wat al-iqtibās fī min ḥalla min al-a’lām madīnat fās*, Rabat, Dār al-manṣūr li-l-ṭabā’ a wa-l-warāqa, 1973-1974, 2 vol.
- IBN QUNFUD (Abū al-‘Abbās Aḥmad b. Ḥasan b. ‘Alī b. al-Haṭīb), *Uns al-faqīr wa-‘izz al-ḥaqīr, Enquête sur la vie, les maîtres et les disciples de Ṣūdī Bū Mādīn et voyages à travers le Maroc*, éd. M. El-Fasi, A. Faure, Rabat, Université Mohammed V, 1965. (coll. Publications de la faculté des lettres. Rihlat II – Ziyarāt 1).
- AL-TĀDILĪ (Ibn al-Zayyāt), *Al-Tašawwuf ilā riğāl al-taṣawwuf wa-ahbār Abī al-‘Abbās al-sabtī*, Edition A. Toufiq, Rabat, Faculté des Lettres et des Sciences Humaines de Rabat, 1984.
- AL-TAMĪMĪ (Abū ‘Abd Allāh Muḥammad Ibn ‘Abd al-Karīm al-Fāsī), *Al-Mustafād fī manāqib al-‘ubbād bi-madīnat Fās wa-mā yalhā min al-bilād*, éd. M. Cherif, Tétouan, Université Abdelmalek As Saâdi, Publications de la Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Tétouan, 2002.
- IBN ‘AYŠŪN AL-ŠARRĀT (Abū ‘Abd Allāh Muḥammad), *al-Rawd al-‘atīr al-anfās bi-ahbār al-ṣāliḥīn ahl Fās*, éd. Z. Al-Nazzām, Rabat, Faculté des Lettres et des Sciences humaines de Rabat, 1997.

ETUDES

- BEL (Alfred), *Inscriptions arabes de Fès. Extrait du Journal Asiatique (1917-1919)*, Paris, Imprimerie nationale, 1919.
- BOURRILLY (J.), LAOUST (Emile), *Stèles funéraires marocaines*, Paris, Larose, 1927 (collection Hepéris n° III).
- ESCHER (Anton), WIRTH (Eugen), MEYER (Frank), PFAFFENBACH (Carmella), *Die Medina von Fes. Geographische Beiträge zu Persistenz und Dynamik, Verfall und Erneuerung einer traditionellen islamischen Stadt in handlungstheoretischer Sicht*, Erlangen, 1992. (coll. Mitteilungen der Fränkischen Geographischen Gesellschaft, Band 39).
- FERHAT (Halima), «Fès», *Grandes villes méditerranéennes du monde musulman médiéval*, éd. J.C. Garcin, Rome, Ecole Française de Rome, 2000, p. 215-233.
- FIERRO, (María Isabel), «El espacio de los muertos ; fetuas andalusíes sobre tumbas y cementerios», *Urbanisme dans l’Occident musulman. Aspects juridiques*, éd. P. Cressier, M.I. Fierro, J.P. Van Saëvel, Madrid, Casa de Velázquez, CSIC, 2000, p. 153-189.
- GARCÍA ARENAL (Mercedes), MANZANO MORENO (Eduardo), «Légitimité et villes idrissides», *Genèse de la ville islamique en al-Andalus et au Maghreb occidental*, éd. P. Cressier, M. García Arenal, Madrid, Casa de Velásquez, CSIC, 1998, p. 257-284.
- LEISTEN (Thomas), «Between Orthodoxy and Exegesis : some aspects of attitudes in the shari‘ a toward funerary architecture», Muqarnas, VII, Leiden, 1990, p. 12-23.
- LEVI PROVENÇAL (Evariste), *La Séville musulmane au début du XIIème siècle. Le traité d’Ibn ‘Abdun sur la vie urbaine et les corps de métiers*, rééd. Maisonneuve et Larose, 2001. (1ère édition en 1934 sous le titre «Un document de la vie urbaine et les corps de métiers à Séville au début du XIIème : le traité d’Ibn ‘Abdun» dans le *Journal Asiatique*, Paris).
- NWYIA (Paul), *Un mystique prédicateur à la Qarawīyīn de Fès, Ibn ‘Abbād of Ronda (1332-1390)*, Beyrouth, Institut des Lettres Orientales de Beyrouth, Imprimerie Catholique, 1961.
- RĀĞIB (Yūsuf), «Structure de la tombe d’après le droit musulman», *Arabica*, XXXIX, Fasc. 3, Leiden, nov. 1992, p. 393-403.
- SKALI LAMI (Mohamed Faouzi), *Saints et sanctuaires de Fès*, Rabat, Marsam, 2007.
- TOURNEAU Le (Roger), *Fès avant le protectorat. Etude économique et sociale d’une ville de l’Occident musulman*, Casablanca, Institut des Hautes Etudes Marocaines, 1949.

NOTES

- 1 On note néanmoins les travaux de BEL (A.), *Inscriptions arabes de Fès. Extrait du Journal Asiatique (1917-1919)*, Paris, 1919, qui traitent non seulement des stèles qu'il a pu étudier mais également de l'architecture de la Mosquée des Funérailles de Fès *al-ğadīd*. Cependant, certaines constructions, pourtant emblématiques de la ville, comme les «tombeaux des mérinides» ne font à ce jour l'objet d'aucune étude.
- 2 Sur la topographie de la ville et notamment l'emplacement et l'histoire de ses portes voir

notamment l'étude de Le Tourneau (R.), *Fès avant le protectorat* parue en 1949 ainsi que plus récemment, l'article de Mercedes García Arenal et Eduardo Manzano Moreno « Légitimité et villes idrissides » dans *Genèse de la ville islamique en al-Andalus et au Maghreb occidental*, 1998, p. 257-284 qui reprend les principales sources et études disponibles sur la ville.

- 3 *Rawd...*, t. II, p. 564 et *Salwat...* vol. 2, p. 54. Ce cimetière est absent d'*al-Mustafād fi manāqib al-ubbād bi madīnat fās wa-mā yalhā min al-bilād d'al-Tamīmī* (m. 603-604/1207), ainsi que *d'al-Tašawwuf ilā riğāl al-tašawwuf wa-ahbār abī al-'abbās al-sabtī d'al-Tādīlī* (c. 617/1220).
- 4 *Al-Ḥulal al-Mawšīyya...* p. 146 « *kānat wafātu-hu sana 656 rāhīma-hu allāh marāḍa bi-fās wa-dufina bi-dāhīl bāb al-ğīzīyīn min abwāb adwat al-andalus bi-izā' qabr al-ṣāliḥ abī muḥammad al-fiṣṭālī* ». Voir également *Histoire des berbères...*, t. IV, p. 45 puis *Salwat* vol. 2 p. 54.
- 5 Sur la biographie de ce grand saint *fāsī* voir l'étude qui lui est consacrée par NWIYA (P.), *Un mystique prédateur à la Qarawīyīn de Fès, Ibn 'Abbād de Ronda (1332-1390)*, Beyrouth, 1961. Voir *Buyūtāt...* p. 67 et *Salwat* vol. 2, p. 156-158 pour la localisation de sa tombe, puis pour l'utilisation de sa tombe comme point de référence voir les biographies de la page 144 à 176.
- 6 Cf. *Buyūtāt...* p. 67 : « *wa-dufina bi-rāwḍatī-him ma' a ṣayḥi-hi al-ṣayḥ al-imām al-'ārif bi-llāh al-walī al-ṣāliḥ ḥaṭīb ḡāmi'* al-qarawīyīn wa-imāmi-hā muḥammad b. 'abbād al-rundī al-andalusī al-mutawwafā bi-fās ba' d ṣalāt 'aṣr yawm al-ğumu' a ṭālit rağab 'ām itnayn wa-tis' īn wa-sab' ami'a, wa-dufina min al-ğadd ba' d ṣalāt al-żuhr wa-l-ṣalāt 'alay-hi bi-l-qarawīyīn bi-l-rāwḍat al-mansuba ilay-hi al-yawm bi-dāhīl bāb al-ftūḥ al-madfūn bi-hā *talāmīdatu-hu ibn al-sakkāk wa-ahlu-hu* ».
- 7 Ainsi, dans sa biographie concernant Sīdī Dirās b. Ismā'īl, pourtant enterré à l'extérieur de *bāb al-ḥamrā'*, al-Tamīmī le localise par rapport à *bāb al-ftūḥ* cf. *al-Mustafād...* vol. 2 p. 180.
- 8 Cf. *Ğānā zahrat al-ās...* p. 102.
- 9 *Uns...* p. 66.
- 10 *Salwat...* vol. 2, p. 59. Ibn al-Āḥmar indique que la tombe du *ṣayḥ* en question est localisée du côté de *Bāb al-FTūḥ* cf. *Buyūtāt...* p. 42.
- 11 *Salwat...* vol. 2, p. 59, 63, 65, 69, 71, 74, 76, 81, 85, 120. Dans les sources médiévales voir *Uns...* p. 69 et *Buyūtāt...* p. 65.
- 12 *Salwat...* vol. 2, p. 82, 85, 89.
- 13 *Salwat...* vol. 2, p. 157, 161, 164, 165, 167-169, 176.
- 14 *Salwat...* vol. 2, p. 157.
- 15 *Salwat...* vol. 2, p. 176.
- 16 *Salwat...* vol. 2, p. 156 : « *bi-maqbarat min al-bāb al-masdūd, al-ma' rūf bi-l-ḥamrā'-dāhīl fās al-maḥrūsa* ».
- 17 *Salwat...* vol. 2, p. 157 : « *rawḍat al-mālaqiyīn al-latī 'alā qiblati-hā* » p. 176 « *Qarīban min bāb al-ftūḥ, bayn-hā wa-bayn rawḍat sīdī muḥammad ibn 'abbād* ».
- 18 *Ģidwat...* vol. 1, p. 316 : « *wa-dufina bi-kudyat al-barāṭīl min dāhīl bāb al-ftūḥ* ». L'indication est reprise par la suite cf. *al-Rawd al-'atīr...* p. 197 et *Salwat...* vol. 2, p. 156.
- 19 La stèle de 1977 vient conforter cette hypothèse. En effet, le défunt qui est inhumé à cet endroit appartient à la branche ṭāhirī-e des *ṣārīf-s* de la ville. Or, al-Kattānī nous informe que les membres de cette famille ont été enterrés dans la *rawḍa* à partir de l'intervention d'Abū al-'Abbās Aḥmad (m. 1064/1654), gouverneur de la ville pendant le règne de son père, Sīdī Muḥammad (m. 1069/1659). Ce dernier octroya par un *zāhīr* au *ṣārīf* Abū 'Abd Allāh Sīdī Muḥammad les offrandes faites à la tombe d'Ibn 'Abbād, et ce dernier inaugura les enterrements des *ṭāhiriyīn* à cet endroit cf. *Salwat...* vol. 2, p. 157 : « *Wa-awal man dufina min ha'ulā' al-ṣūrafā' al-ṭāhiriyīn bi-hādīhi al-rāwḍa : sīdī muḥammad al-madkūr, wa-istamarra dafna-hum min ba' di-hi bi-hā ilā al-ān, wa-ḥattā al-ān* ».
- 20 *Salwat...* vol. 2, p. 157 : « *wa-kānat birāḥān laysa bi-hā binā' saqf, wa-innamā bi-hā ġidār ahāṭa bi-ğānawābi-hā al-arba'a. ṭumma ba' d dālikā saqāṭa al-ğidār al-ladī ahāṭa bi-hā min talāṭa ğānawābi-hi, wa-lam yabqa min-hu sawā al-wāğh al-ṣārqī al-fāṣil bayna-hā wa-bayn rawḍat al-mālaqiyīn al-latī 'alā qiblati-hā, wa-istamarra al-ḥāl kađālikā ilā an zāra ḍarīḥ ṣāḥīb al-tarġama nā'ib fās abū al-'abbās ahāmad; walad al-sultān sīdī muḥammad al-hāğğ al-bakrī al-dalā'ī; fa-ra'ā mā ḥadāta bi-l-rāwḍat al-madkūra, fa-amara bi-binā'i ğidār hā'iz la-hā min ğānawābi-hā al-arba'a, wa-an yabnā 'alā ḍarīḥ sīdī ibn 'abbād saqīf, fa-fa' alā dālikā* ».
- 21 *Salwat...* vol. 2, p. 165 : « *wa-dufina bi-dāhīl al-qūs al-mubannī, ka-āṭr al-saqāya, 'an yasār al-dāhīl li-rāwḍat sayyidi-nā al-'ārif al-kabīr, walī allāh ta' alā sīdī muḥammad ibn 'abbād* ».
- 22 *Salwat...* vol. 2, p. 167 : « *wa-dufina bi-ḥīwār rawḍat al-ṣayḥ ibn 'abbād, dāhīl bāb al-ftūḥ min madīnat fās - rāhīma-hu allāh [...] wa-dufina bi-bāb rawḍat al-ṣayḥ sīdī muḥammad b. 'abbād - ya' nī : al-bāb al-awwal - 'alay-hi mqabriyya min ruhām* ».
- 23 *Salwat...* vol. 2, p. 168 : « *wa-dufina bi-qurb rawḍat walī allāh abī 'abd allāh muḥammad b. 'abbād - nāfa' nā allāh bi-hi - warā' qabr sīdī ḥakīm, wa-buniya 'alay-hi qūs muttaṣil bi-qūsi-hi* ».
- 24 Voir pour une première étude de ce type de stèle la publication de Bourrily (J.) et Laoust (E.), *Stèles funéraires marocaines*, Paris, 1927.

- 25 On peut ajouter à cette approche comparatiste la question des couleurs utilisées dans la céramique architecturale. En effet, la palette de couleur visible dans les éléments décorés de la *rawqa* anonyme est assez uniforme, mais présente une différence de nuance de bleu entre celui qui est utilisé en couverture de la tombe 6 et celui visible en B/3 et sur la t.2. Dans les mausolées de Fès, qui sont d'époque alaouite, nous la retrouvons la même palette mise en oeuvre avec des variantes dans le choix de la couleur dominante. Cependant, elle y présente une différence majeure : le bleu utilisé est le même que celui visible sur la tombe 6, et non pas celui d'une nuance plus clair, qui s'apparente plutôt à celui utilisé dans la céramique architecturale d'époque mérinide. Ceci conforterait une datation antérieure aux alaouites, donc saadienne, pour ces éléments de décor, et donc certaines parties de la *rawqa*.
- 26 Sur la question des constructions funéraires, voir les articles de FIERRO (M.I.) « *El espacio de los muertos ; fetuas andalusíes sobre tumbas y cementerios* », *Urbanisme dans l'Occident musulman. Aspects juridiques*, 2000, p. 153-189, de RĀĞB (Y.) « *Structure de la tombe d'après le droit musulman* », *Arabica*, XXXIX, Fasc. 3, Lieden, nov. 1992, p. 393-403, ainsi que de LEISTEN (T.) « *Between Orthodoxy and Exegesis : some aspects of attitudes in the shari' a toward funerary architecture* », *Muqarnas. An annual on Islamic art and architecture*, VII, Leiden, 1990, p. 12 – 23 qui l'abordent d'un point de vue juridique.

A RECONSTITUIÇÃO DO CLAUSTRO MEDIEVAL DO MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE CELAS (COIMBRA)

FRANCISCO TEIXEIRA*

O mosteiro cisterciense de Santa Maria de Celas de Vimarães, a Nordeste da cidade medieval de Coimbra, foi fundado por D. Sancha, filha de D. Sancho I, junto de um paço seu. Embora se desconheça a data da fundação desta casa religiosa, é possível que o ano de 1221 se deva aceitar como uma data de primeira importância para o aparecimento deste mosteiro. Com efeito, é só nesta data que nos surge o primeiro documento com referência a Celas, como, possivelmente, é nesse mesmo ano que nesse local se instalaram as primeiras monjas¹.

A historiografia tem associado a fundação desta casa cisterciense à existência anterior de uma comunidade de mulheres que, vivendo em Alenquer, era protegida por D. Sancha². Embora esse grupo de mulheres fosse apresentado pelo cronista Frei Bernardo Brito como *emcelladas* ou *emparedadas*, não devia tratar-se de simples reclusas mas teriam constituído uma comunidade, o que parece confirmado pelo envio de uma bula de Honório III, de 1224, ao Mosteiro de Santa Maria Rotunda de Alenquer³. Essa comunidade não podia ser cisterciense por ser dirigida por uma prioressa⁴, o que afasta qualquer hipótese da transferência de local de um mosteiro cisterciense de Alenquer para Celas, como ocorreu com muitas casas religiosas de Cister. Muito possivelmente a escolha de Celas, nas proximidades de Coimbra, decorreu da existência do já referido paço, pertencente a esta mesma infanta, o que tem paralelo com outros exemplos, nomeadamente nos mosteiros cistercienses de S. Dinis de Odivelas e de Santa Maria de Almôster. Assim, Santa Maria de Celas constitui um dos vários cenóbios em que há uma ligação física entre

o local de implantação monástica e a presença de um paço medieval, particularidade que só se encontra na Península Ibérica⁵.

Em 1234, teriam vindo para Celas monjas da comunidade de Alenquer, mas a comunidade primitiva ter-se-á estabelecido anteriormente, na década de 20 do século XIII, pela transferência de monjas cistercienses de Lorvão, tal como era exigido pelos Cistercienses⁶.

Do conjunto das edificações monásticas aí erigidas é hoje difícil ter uma percepção de conjunto, em consequência da destruição das construções medievais, e da cerca. Essa dificuldade é também fruto do aproveitamento e destruição dos antigos edifícios do mosteiro, no século XX, com a instalação do Hospital Pediátrico de Coimbra.

O facto do Mosteiro de Celas de Coimbra possuir o único claustro historiado actualmente existente em território português concede-lhe uma referência constante nos estudos sobre a arte medieval em Portugal. Este facto, justifica-se não apenas pela raridade da

* Departamento de História, Arqueologia e Património, Universidade do Algarve.

272

presença dessa escultura arquitectónica, mas igualmente, importa sublinhá-lo, pela singularidade do seu programa iconográfico.

A igreja abacial de Celas II, foi edificada no século XVI para substituir a igreja medieval, certamente insuficiente face ao crescimento da comunidade, e porque se encontrava em mau estado de conservação.

É sob o abaciado de Leonor de Vasconcelos, na primeira metade do século XVI, que se verifica a construção desse novo templo, tendo a direcção da obra sido atribuída a João Português e Gaspar Fernandes. A igreja apresenta uma planimetria invulgar para o meio cisterciense, apesar do prestígio e difusão que a planta centralizada assume no século XVI fora deste mesmo meio: planta circular na zona mais ocidental do templo, sendo prolongada por um coro rectangular, espaço reservado à comunidade das religiosas (Figura 1 e 2). Apesar de algumas transformações neste espaço nos séculos seguintes foi esta edificação de Celas II que ainda persiste nos dias de hoje.

A RECONSTITUIÇÃO DO CLAUSTRO MEDIEVAL

Bernardo D'Assumpção⁷ divulgou a existência de um documento dando conta da oferta, por parte de D. João III, em 1553, de «colunas e vazas» para o mosteiro de Celas o que conduziu à tese, defendida desde 1914 por António de Vasconcelos, e desde então repetida, segundo a qual a edificação do claustro no século XVI, aproveitou capitéis *medievais* oriundos do Paço Real⁸. No entanto, esta tese não se pronunciava sobre a existência anterior de qualquer tipo de claustro. Num recente trabalho de Paulo Varela Gomes e Walter Rossa coloca-se explicitamente a hipótese da inexistência de qualquer claustro anterior ao século XVI, o que seria possível – segundo estes autores – por se tratar de uma pequena casa



Figura 1 – Santa Maria de Celas, fachada principal.

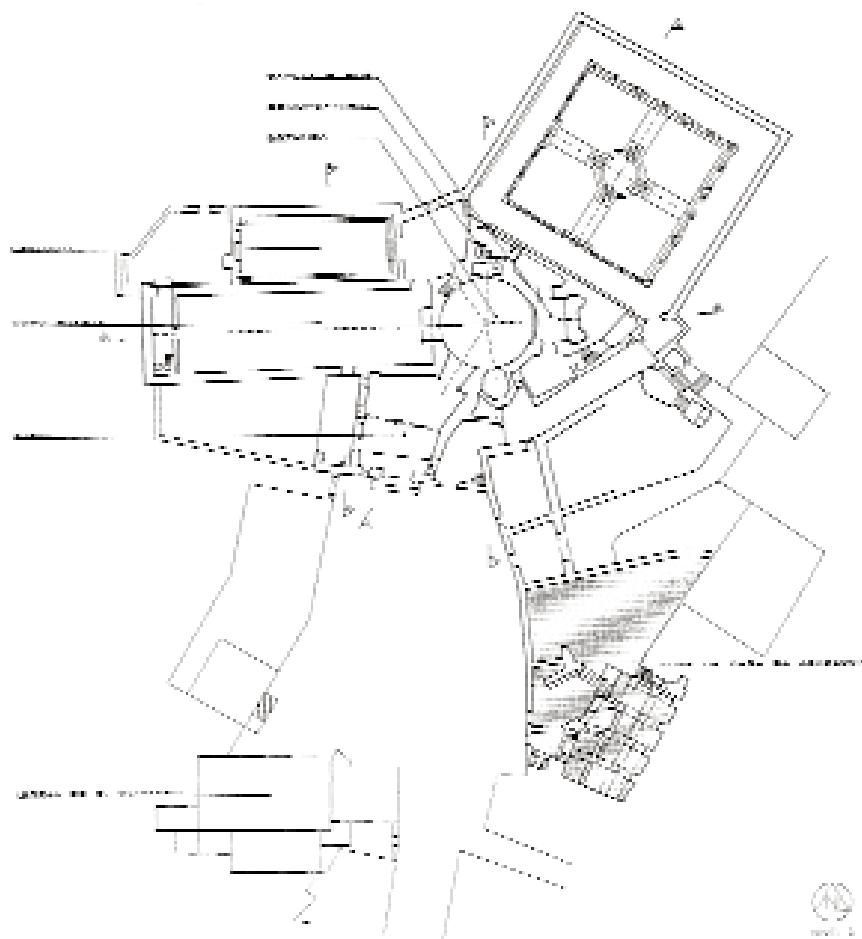


Figura 2 – Planta do Mosteiro de Santa Maria de Celas (segundo Paulo Varela Gomes e Walter Rossa).

monástica⁹. Não parece fácil aceitar a existência de um mosteiro cisterciense, como Celas, sem a presença de um claustro desde meados do século XIII, época da sua fundação, até meados do século XVI, pese embora as dificuldades que a instituição possa ter enfrentado. De facto, o claustro constitui um espaço central, não só na composição arquitectónica como também como um espaço importante pela sua variada funcionalidade e pela sua carga simbólica. Numa importante contribuição para o estudo do Mosteiro de Celas, Maria do Rosário Moruão destacou o facto de, em 1346, pela primeira vez se fazer referência na documentação ao «alpendre da par de chaffariz do cano», o que, segundo esta historiadora, pode ser identificado com o espaço claustral¹⁰. Para Paulo Varela Gomes e Walter Rossa esta identificação parece difícil, na medida em que o termo *castra* é vulgarmente empregue para a designação do espaço do claustro¹¹. Se o documento citado revela que poderia existir uma galeria do claustro a merecer a designação de «alpendre», importa trazer à discussão do problema um documento há muito conhecido que dissipia qualquer dúvida quanto à existência de um claustro no mosteiro de Celas, anteriormente ao século XVI. Trata-se do texto sobre a visitação do abade de Claraval ao mosteiro de Celas em 1532, portanto antes de 1553, data da oferta das famosas colunas por D. João III. No texto da visitação é expressamente referido que as monjas, cantando, foram ao *claustro*, realidade arquitectónica que o autor do texto, Claude de Bronseval, secretário do abade de Claraval, não podia deixar de conhecer¹². Como a análise iconográfica dos capiteis confirma, certamente que foi esse claustro, o Claustro I de Celas, que forneceu os elementos para a grande reformulação da estrutura claustral no século XVI.¹³

António de Vasconcelos e Aarão de Lacerda que defenderam igualmente a tese de que os capitéis e restantes elementos escultóricos vieram do exterior – não colocam o problema da existência, ou não, de um claustro anterior ao século XVI no Mosteiro de Celas¹⁴.

Apenas Vergílio Correia e Nogueira Gonçalves apresentam uma proposta de reconstituição do Claustro primitivo, à semelhança do que fizeram para os principais espaços do cenóbio: as suas galerias medievais resultam de um «desdobramento» das primitivas quatro galerias que não teriam cada uma mais do que seis arcos¹⁵.

Estes autores indicam igualmente, numa posição por nós corroborada, que o pequeno claustro ocuparia o actual espaço do ante-cabido, situado junto à actual sala do capítulo¹⁶.

Certamente que este claustro estaria contíguo à igreja de Celas I, segundo o cânone vulgar quer nos mosteiros cistercienses, quer de um modo mais geral, na arquitectura monástica ocidental¹⁷.

Apesar de nas análises efectuadas sobre este claustro aparecer, por vezes, como uma questão recorrente, o problema da existência de andares superiores, essa questão surge como lateral quanto à reconstituição do Claustro I de Celas, na medida em que terá sido edificado posteriormente ao século XVI altura em que se generalizam em Portugal os claustros de dois andares depois da primeira expe-

riência levada a cabo, por Fernão de Évora, no *Mosteiro da Batalha*¹⁸.

Vemos assim que a única proposta existente de reconstituição do Claustro I de Celas baseia-se nalguns indícios bem visíveis no próprio espaço claustral: o número de arcos existentes em cada uma das galerias Sul e Oeste e, concomitantemente, a presença aí de capiteis medievais. Na verdade, a reconstrução do Claustro medieval em Celas, à semelhança, certamente, do que se passava com a reconstrução de outros claustros medievais, alterando as dimensões de cada galeria e adicionando novo conjunto de arcos e estruturas de suporte, colocava uma séria dificuldade: a reutilização, mantendo a ordem dos capiteis, capiteis duplos e capiteis adossados aos pilares. Significa isto que a modificação do espaço claustral, para permitir manter a legibilidade de um programa iconográfico recoloca o problema da disposição das imagens mantendo uma lógica espacial, adequação das estruturas de suporte – os pilares – e a exigência da manutenção de locais de passagem das galerias para o espaço central.

Não era uma tarefa fácil a reconstrução do claustro, efectuada no século XVI durante o abadessado de D. Maria de Távora: não só era preciso reaproveitar elementos arquitectónicos diversos, como, principalmente, porque era necessário manter duas galerias de capitéis com um programa narrativo e simbólico. Estes dois aspectos exigiam que os capitéis medievais não fossem encarados como um mero conjunto de materiais reutilizáveis, mas como uma verdadeira coleção com critérios de ordem e de organização espacial.

A tarefa de reedificação do claustro de Celas era ainda mais ingrata devido à característica que assumia: obliquidade em relação ao novo espaço eclesiástico, agora em forma de rotunda, num novo programa arquitectónico.

Não é fácil a tarefa de reconstituição de um

claustro medieval, como, no território português, se exemplifica na reconstituição historiográfica sobre o primitivo claustro de Santa Maria de Alcobaça¹⁹. Na falta de uma campanha arqueológica consequente, necessária para compreender todas as modificações do espaço monástico na Época Moderna, e daí inferir da organização medieval do cenóbio, importa interrogarmo-nos sobre a possibilidade do conjunto edificado, as estruturas de suporte e o conjunto de imagens esculpidas nos capiteis apresentarem indícios suplementares sobre o primitivo claustro.

A actual disposição do Claustro, o Claustro II de Celas, revela um claustro de planta quadrada em que cada galeria com capitéis medievais, dividida por doze arcos, apresenta a zona de passagem a meio. Para criar maior robustez estrutural, cada zona de passagem é contígua à presença de pilares que possuem de cada lado capitéis adossados.

As outras galerias, a Norte e a Nascente, são constituídas pelas colunas oferecidas por D. João III. Cada galeria é composta por colunas dóricas, organizadas em três grupos de

dois arcos de volta perfeita separados por contrafortes, numa disposição própria de um claustro quinhentista. Todo o telhado que cobre as diferentes alas foi refeito pelos Monumentos Nacionais, substituindo o travejamento de madeira, apoiado em barrotes que avançava anteriormente para o centro do claustro.

As duas galerias medievais apresentam uma organização já classificada de beneditina²⁰, com a referida arcatura constituída por doze arcos de volta perfeita, encontrando-se no centro de cada galeria uma passagem, ladeando um pilar. É nessa passagem que se interrompe o parapeito contínuo em que assentam as colunas geminadas. As suas bases têm a forma rectangular, possuindo bastante erosão na sua parte superior. A hipótese das duas galerias com capiteis, Poente e Sul, resultarem de um arranjo das quatro galerias originais, obriga a que o Claustro I de Celas apresente várias características na sua estrutura, coerentemente com elementos de organização arquitectónica e escultórica dos claustros historiados²¹.

Contrariamente ao que se passou com muitos claustros medievais transformados na Época Moderna, ao sabor de novas sensibilidades e gostos, procurou-se manter o claustro primitivo, integrando as duas antigas galerias no novo espaço claustral.

Creamos que a manutenção do Claustro I de Celas encontra a sua justificação na singularidade que esse claustro possuía pela riqueza figurativa presente na sua escultura, constituindo, tanto quanto se conhece da escultura coimbrã sua contemporânea, um raro claustro para a época, quando dominavam os capitéis vegetalistas a par de um ou outro capitel com bestiário.

Para além do fascínio que esse claustro proporcionava, suscetível de ser avaliado apenas em parte, devido ao quase total desaparecimento da policromia da escultura e também do desconhecimento da recepção deste conjunto escultórico, haveria certamente por parte da própria comunidade monástica a consciência do prestígio do seu claustro, justificando-se assim o desejo de conservá-lo, integrando-o embora num espaço de maiores dimensões. Foi, certamente, esse desejo de conservar o prestigiado claustro historiado que terá conduzido D. João III a oferecer os elementos de suporte já referidos, de modo a, simultaneamente, mantê-lo e ampliá-lo.

Como a análise iconográfica permite compreender, pensamos que se terão mantido os principais elementos da estrutura arquitectónica primitiva, embora com as necessárias modificações para a nova implantação no terreno. Só assim era possível manter a narrativa visual e a lógica dos capitéis não historiados que lhe estavam associados (Figura 3).

Se partirmos da hipótese de que se procurou manter os elementos de suporte do Claustro I, continuando a possibilidade de leitura do programa escultórico, então ter-se-á procurado respeitar a ordem, a sucessão dos capitéis e os limites de cada galeria.

Este verdadeiro programa de ampliação, com reestruturação do claustro medieval, implicava que se mantivesse o número de arcos entre os pilares, o que teria como consequência imediata a existência, a meio das duas galerias, de um pilar anteriormente inexistente. Por outras palavras: a presença no actual claustro de

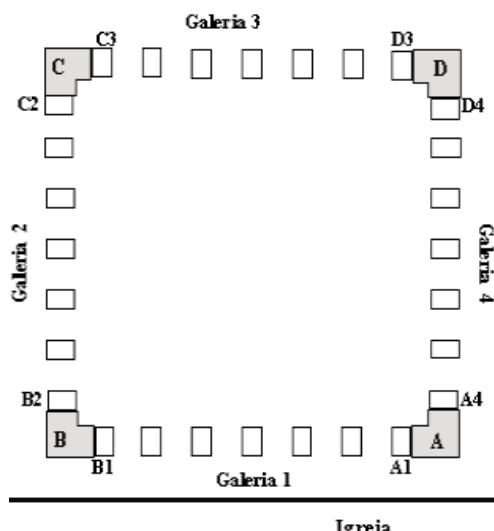


Figura 3 – Claustro I de Celas, reconstituição das galerias medievais

pilares intermédios nas galerias Sul e poente, permite colocar a hipótese de que no claustro primitivo não haveria qualquer interrupção na arcaria por meio de pilares. Partindo desta reconstituição, uma outra característica apresenta-se como necessária para o Claustro I – as zonas de passagem não eram contíguas a pilares centrais, como hoje se apresentam no Claustro II, desenvolvendo-se certamente na extremidade das galerias, num local onde desaparecia o parapeito. Teríamos assim, para a circulação das galerias para a zona central um tipo de solução idêntica, por exemplo, à que se encontra no claustro de S. Pedro de Moissac, em França.

Com esta nova disposição dos pilares é possível manter a ordem dos capitéis e o anterior ritmo da arcaria medieval de Celas I ao longo das agora mais extensas duas galerias.

A nova disposição exigiu, no entanto, que nalguns pilares se procedesse a uma diferente colocação dos capitéis adossados.

Utilizando o esquema representado na Figura 4, A, B, C e D designam os quatro pilares do claustro primitivo, estando as quatro galerias numeradas de um a quatro.

Os oito capitais adossados são designados por: A1, B1, B2, C2, C3, D3, D4 e A4.

Como se pode ver na estrutura quinhentista do claustro verificaram-se várias transformações:

- O pilar A apenas possui A1 adossado.
- No pilar B, B1 e B2 passam a dispor-se em faces opostas do pilar.
- O pilar C continua com a mesma disposição dos capitais adossados C2 e C3.
- No pilar D também D3 e D4 passam a dispor-se em faces opostas.
- A4 já não está adossado ao pilar A

Esta interpretação do claustro primitivo parte igualmente do pressuposto que a ordem de leitura dos capitais se fazia segundo o movimento dos ponteiros do relógio, como se verifica actualmente na galeria Sul com imagens da Infância de Cristo da galeria 1 e da Paixão da galeria 2.

Importa acrescentar uma hipótese suplementar, corroborada pela leitura iconográfica do claustro, e de acordo com uma prática de organização espacial recorrente nos claustros românicos mais tardios: mantinha-se a disposição das faces do cesto com um programa de conjunto que destinava algumas imagens para estarem dispostas para as galerias e outras, para a zona central²².

Como foi anteriormente analisado, as quatro galerias claustrais primitivas encontram-se desde o século XVI organizadas em duas galerias. Contrariamente às galerias medievais – dispostas, segundo a tradição em função dos pontos cardinais, o actual claustro, reconstruído no século XVI, teve a preocupação de incorporar o Claustro I, mas não de manter a tradicional orientação própria da Idade Média, dispor as galerias obliquamente em relação ao templo. Desta forma, não existe uma correspondência exacta entre as quatro galerias e os pontos cardinais. Em rigor, para as duas galerias com capitais do claustro I de Celas, uma dispõe-se mais a Sul e a outra mais a Oeste.

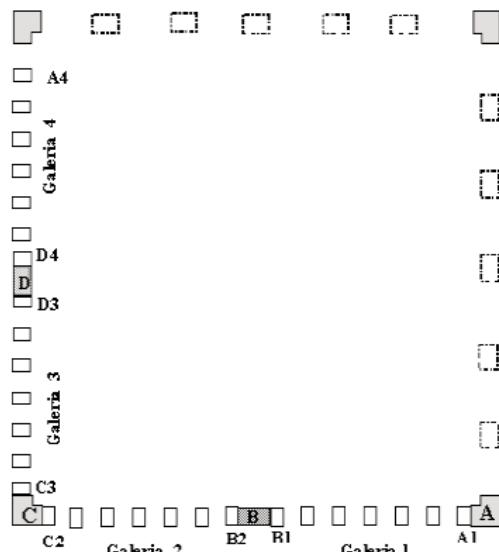


Figura 4 – Claustro II de Celas – 2 galerias com capitais medievais.



Figura 5 – Santa Maria de Celas, galeria Sul do Claustro.

Apesar da polémica que se tem mantido sobre as origens deste claustro, a cronologia dos capitais medievais não tem merecido especial interesse. De facto, as datações que têm sido avançadas para o conjunto escultórico,

séculos XIII e XIV, representam diferenças de expressiva amplitude cronológica para o objecto de estudo em causa.

Para a atribuição de uma cronologia mais fina importa atender a duas características do conjunto claustral: em primeiro lugar, a existência de um verdadeiro programa iconográfico de carácter excepcional, o que reforça a justa importância que tem sido atribuída a este claustro por ser historiado. É um programa claramente erudito e ambicioso, com inspiração em fontes iconográficas diversificadas, o que certamente já tornava este claustro invulgar nos tempos medievais, e daí também a sua conservação posterior.

Em segundo lugar, surge neste claustro uma sábia organização da narrativa, privilegiando a circulação pelas galerias, numa estruturação espacial que ultrapassa a mera colocação das cenas em faces maiores e menores dos capitéis, e em que a própria disposição dos pilares é aproveitada para a existência de pausas na própria narrativa visual. É também excepcional esta iconografia por associar temas novos, mas raros na escultura monumental, como a imagem de Santiago Matamouros (Figura 6), a cenas com uma larga tra-

dição românica, como é o caso da Ascensão de Alexandre o Grande aos céus, e das imagens de S. Bento e S. Bernardo, caso único nos claustros cistercienses medievais por toda a Europa. Toda esta diversidade iconográfica, organizada em programa, revela a ambição do mosteiro e certamente a cultura de quem o orientou. Desta forma, os elementos iconográficos presentes permitem avançar com uma datação dos anos 30 ou 40 do século XIV para o conjunto claustral. Esta mesma cronologia é aliás corroborada pela análise estilística dos capiteis, cuja morfologia e algumas dificuldades escultóricas apresentam paralelo com escultura coimbrã das décadas²³.

A conhecimento das lógicas na organização espacial dos programas de imagens nos claustros medievais, associado à existência concreta de um programa iconográfico, permite perceber a conduta seguida no século XVI para manter o claustro historiado. Quando for possível realizar uma campanha arqueológica no espaço claustral será possível compreender melhor como houve uma adequação das estruturas arquitectónicas, bem como da rede hidráulica, à modernização e mudança de gosto realizadas no século XVI.

NOTAS

1 Este artigo tem por base um capítulo da nossa Tese de Doutoramento: Francisco TEIXEIRA, *A Arquitectura Monástica e Conventual Feminina em Portugal (séculos XIII-XIV)*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte, na Especialidade de Arte Islâmica e Medieval, apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, Faro, 2008.

Para a documentação medieval do Mosteiro ver: Maria do Rosário MORUJAO *Um Mosteiro Cisterciense Feminino: Santa Maria de Celas (século XIII a XV)*: por ordem da Universidade, Acta Universitatis Conimbrigensis, Coimbra, 2001, pp. 25 e 26.

2 Ver nomeadamente Dom Maur COCHERIL, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, 1^a edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1978, p. 160.

3 Frei Bernardo de Brito, *Primeira Parte da Chronica de Cister, onde se Contao as Cousas Principais desta Ordem e muitas Antiguidades do Reino de Portugal*, Lisboa, 1602, fol. 457 v-459. Maria do Rosário MORUJAO, *ob. cit.*, p. 24.

4 Maria do Rosário MORUJAO, *ob. cit.*, p. 24.

5 Sobre a relação entre Paços e Mosteiros ver José Custódio Vieira da SILVA, *Paços Medievais Portugueses*, 1^a edição, IPPAR, Lisboa, 1995, pp. 96-97.

6 Maria do Rosário MORUJAO, *ob. cit.*, p. 27.

7 Frei Bernardo D'ASSUMPÇÃO, *Mosteiro de Celas, Index da Fazenda*, ed. de J. M. Teixeira de Carvalho, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1921, p. 190.

8 António de VASCONCELOS, *Escritos Vários*, vol I, Publicação do Arquivo da Universidade de Coimbra, reedição preparada por Manuel Augusto RODRIGUES, Coimbra, 1987, p. 101.

9 Paulo Varela GOMES e Walter ROSSA, «A Rotunda de Santa Maria de Celas, um Caso Tipológico Singular», em *Arte e Arquitectura das Abadias Cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII (Colóquio, 23-27 de Novembro de 1994, Mosteiro de Alcobaça)*, IPPA, Lisboa, p. 221 nota 12.

10 Maria do Rosário Barbosa MORUJAO, «As Abadessas Perpétuas de Celas (séculos XIII a XVII)» in *Munda*, nº 26, Revista do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, 1993, pp. 19-23, especialmente p. 22.

11 Paulo Varela GOMES e Walter ROSSA, *ob. cit.*, pp. 219-220.



Figura 6 – Santiago Matamouros.

- 12 Ver Claude DE BRONSEUAL, *Peregrinatio Hispanica*, 1531-1533, Intrdução de D. Maur Cochemil, t. 1 P.V.F., Paws, 1970.
- 13 Desenvolvemos a análise iconográfica do claustro, mostrando a existênciade um programa iconográfico próprio de um mosteiro cisterciense feminino em Francisco TEIXEIRA, *ob cit.*, pp. 103-195.
- 14 António de VASCONCELOS, *ob. cit.*, pp. 100-101 e Aarão de LACERDA, *História da Arte em Portugal*, vol I, Portucalense Editora, Porto, 1942, p. 436.
- 15 Vergílio CORREIA e Nogueira GONCALVES, *Inventário Artístico de Portugal, Cidade de Coimbra*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1947, p. 69.
- 16 *Id ibidem*.
- 17 Jean-Pierre CAILLET, «Atrium, Péristyle et Cloître: des Réalités si Diverses? in Peter KLEIN, *Der Mittelalterliche Kreuzgang, The Medieval Cloister – Le Cloître Au Moyen Age*, Scenell & Steiner, Regensburg, 2004, pp. 57-65.
- 18 José Custódio Vieira da SILVA, «Para um entendimento da Batalha: a influência mediterrânea», *Actas do III Encontro sobre História Dominicana, Sep. de Arquivo Histórico Dominicano Português*, vol IV/I, Porto, 1991, pp. 83-88 e *Idem, O Tardo Gótico in Portugal, a Arquitetura no Alentejo*, Livros Horizonte, Lisboa, 1989, p. 43.
- 19 Para a reconstituição do claustro I de Alcobaça, ou de eventuais galerias primitivas, ver Carlos Alberto Ferreira de ALMEIDA e Mário Jorge BARROCA, *História da Arte em Portugal*, vol. 2, o Gótico, Editorial Presença, Lisboa, 2002, p. 41.
- 20 Dom Maur COCHERIL, *ob. cit.*, p. 176.
- 21 Ver para os claustros historiados, Francisco TEIXEIRA, *ob. cit.*, pp. 61-76.
- 22 Ver Francisco TEIXEIRA, *idem, ibidem*.
- 23 Nomeadamente pela comparação com lápides produzidas na região de Coimbra e datadas do século XIV. Ver *O Sentido das Imagens. Escultura e Arte em Portugal (1300-1500)*, M.N.A.A., Lisboa, 2001.

UMA LEITURA DO PAINEL «SANTIAGO AOS MOUROS» DO MUSEU DE ARTE SACRA DE MERTOLA: A EQUITACAO MEDIEVAL E OS ARTEFACTOS DA GUERRA A CAVALO

FRANKLIN PEREIRA*

A presença do cavalo como elemento do xadrez militar ou meio de transporte aparece com relativa frequência na escultura, iluminura e pintura da Idade Média peninsular; conjugando esses elementos visuais com a rara documentação escrita e com a prática da equitação, podemos enriquecer o entendimento da pintura sobre tábua «*Santiago aos Mouros*», exposta no Museu de Arte Sacra de Mértola, e perceber alguns aspectos do legado islâmico que caracteriza Portugal e Espanha.

Neste painel, datado da primeira metade do século XVI, Santiago, montando num cavalo branco, enfrenta quatro «*infiéis*», em que dois estão a cavalo (imagem

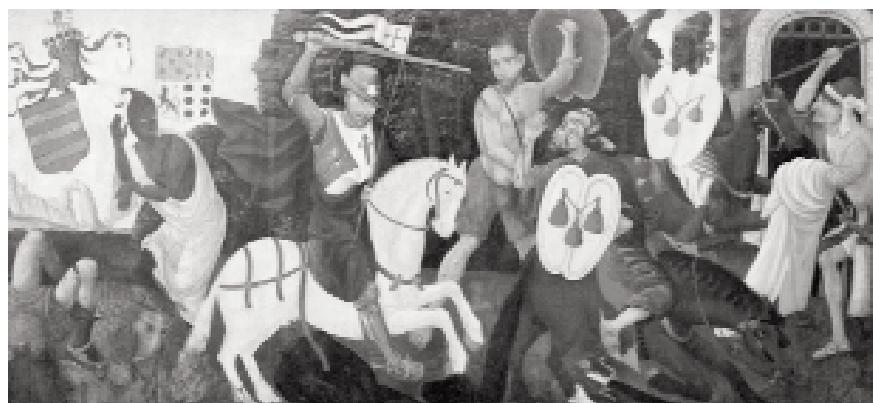


Figura 1 – «*Santiago aos Mouros*», painel no Museu de Arte Sacra de Mértola.

* (frankleather@yahoo.com).

1). Podemos destacar algumas particularidades:

1. Duas diferentes maneiras de montar: Santiago cavalga de pernas esticadas, por força dos estribos descidos; já os cavaleiros muçulmanos o fazem de pernas dobradas pelo joelho, devido a terem os estribos subidos.

2. Dois tipos de sela: além do facto dos estribos estarem mais subidos nos loros (correias de couro) que os prendem à sela, no caso dos cavaleiros andalusís, as selas utilizadas têm os arções mais baixos do que aqueles da sela de Santiago; neste caso, o cavaleiro cristão vai encaixado entre os arções elevados.

3. Escudos de defesa: os cavaleiros muçulmanos seguram escudos ovalados; na face de trás do escudo encontram-se duas tiras onde entra a mão e o antebraço. Este tipo de escudo, com uma reentrância na base (podendo ter outra no topo), com borlas ornamentais na face

exterior, denomina-se adarga (árabe *daraqa*); no seu fabrico apenas se recorria ao couro.

O mesmo discurso visual de Santiago Matamouros repete-se noutras representações; outros casos limitam-se a confrontações entre exércitos ibéricos de credos diferentes, apresentando semelhantes particularidades quanto à maneira de montar, de guerrear e de se defender. O «*infiel*» é facilmente identificado pela maneira de montar e o uso da adarga, e o cavaleiro cristão pela sela de arções elevados e pernas esticadas.

Passemos em revista alguns casos, dados da época medieval até ao Renascimento.



Figura 3 – Iluminura de Fernando II a cavalo. Idem: 157



Figura 4 – Alfonso IX de Leão. In MATTOSO, 1993, II: 117.



Figura 2 – «Codex Calixtinus»: Partida de Carlos Magno (1140-1150). In ROMANICO, 2001: 87.

A EQUITACAO NA ICONOGRAFIA PENINSULAR, DO SEculo XII AO XVI

O método cristão de monta encontra-se em iluminuras da Cristandade do norte peninsular e da época românica, como o «**Codex Calixtinus**» (século XII) (imagem 2): os cavaleiros cristãos protegem-se com grandes escudos, usam cotas de malha e lanças, e selas que os encaixam na montada.

Uma iluminura de 1175 representa Fernando II a cavalo (imagem 3): o rei usa grande lança e escudo (arredondado e, dir-se-ia, em forma de gota, com bico para baixo), seguro com tira pelo ombro: a sela tem arções subidos, encaixando o cavaleiro, e os estribos descidos obrigam-no a ter as pernas esticadas. Uma outra iluminura do norte peninsular, de 1213, repete apresentação semelhante: mostra Alfonso IX, rei de Leão (imagem 4), montando com as pernas esticadas, encaixado numa sela de arções elevados e curvos para dentro. Estas três iluminuras revelam a típica monta do norte cristão.

As iluminuras das «**Cantigas de Santa Maria**», de Alfonso X, providenciam alguns exemplos no campo de batalha; mostram os exércitos cristãos e muçulmanos ibéricos, permitindo entender melhor a equitação medieval e os apetrechos envolvidos na guerra a cavalo.

Na imagem 5, o exército cristão, à esquerda, veste-se com roupa longa às listas brancas e negras, em zigzag triangular, cobrindo as cotas de malha; o mesmo padrão repete-se num escudo e no panejamento dum cavalo. O cavaleiro mais visível tem a perna direita esticada (mercê do estribo descido), e usa uma sela de arção frontal alto. No exército muçulmano, são visíveis quatro adargas com borlas («**enxarrafas**» é o termo medieval) e, no cavaleiro da direita, a monta é feita numa sela de arção traseiro baixo.

Este tipo de sela é mais visível noutra iluminura (imagem 6), mostrando um



Figura 5 – Iluminura das «Cantigas de Santa Maria». In PEZZI, 1990: 155.



Figura 6 – Iluminura das «Cantigas de Santa Maria». In PÉREZ HIGUERA, 1994: 119.

grupo de cavaleiros andalusís saindo do acampamento. Note-se os dois xairéis (mantas sob a sela, cobrindo a garupa do cavalo) decorados com xadrez negro e branco, e às listas vermelhas e brancas, em zigzag triangular. As duas adargas mais visíveis possuem as típicas «enxarrafas», e outras quatro aparecem parcialmente entre os cavaleiros.

Uma outra iluminura (imagem 7) mostra um cumprimento a cavalo entre um cristão e um muçulmano. Este usa uma sela de arções baixos, e estribos subidos, obrigando-o a dobrar a perna pelo joelho. Já o cavaleiro cristão usa uma sela de arções elevados e curvos, que o encaixam na montada; o estribo está mais descido, o que o leva a ter a perna praticamente esticada.

Do século XIV, as pinturas em couro (previamente coberto duma fina camada de gesso) na abóbada da Sala dos Reis, do palácio de Alhambra, em Granada, mostram um cavaleiro cristão cavalgando «à brida» (sela de arções



Figura 7 – Iluminura das «Cantigas de Santa Maria». Idem: 101.

elevados, estribos descidos, pernas esticadas, longa lança e escudo) (imagem 8), e um cavaleiro andalusí cavalgando «à *jineta*» (pernas dobradas pelo joelho, adarga com quatro «enxarrafas») (imagem 9). Estas pinturas no palácio islâmico revelam os dois métodos de cavalgar e de guerrear a cavalo, tal como vimos antes.

As duas maneiras de montar encontram-se representadas num capitel do século XV, na capela de Santa Maria la Real, em Nieva, perto de Segóvia (imagem 10): o cavaleiro cristão usa elmo, armadura e longa lança, montando sobre uma sela de estribos descidos; o muçulmano utiliza uma sela de estribos curtos e protege-se com uma adarga.

Datado do século XIV e exposto na Igreja Matriz de Santiago do Cacém, um alto-relevo em pedra (imagem 11) repete os motivos básicos e a mensagem do painel de Mértola: San-



Figura 8 – Pintura sobre couro: cavaleiro cristão. Idem:



Figura 9 – Pintura sobre couro: cavaleiro andalusí. Idem: 63.

tiago cavalga sobre uma sela de arções elevados; à sua frente fogem dois mouros empunhando adargas, em cavalos de selas de arções baixos e estribos subidos.

Uma pintura a fresco encontra-se na capela de Santa Catarina (distrito de Évora), do século XVI; mostra também Santiago afugentando um cavaleiro muçulmano.

O retábulo de madeira esculpida na Capela Real de Granada, do século XVI (ima-



Figura 10 – Escultura em capitel. Idem: 117.



Figura 11 – Alto-relevo representando, de novo, Santiago combatendo cavaleiros muçulmanos. In MATTOSO, 1993, II: 99.

gem 12), mostra um cavaleiro com turbante, montando «à *jineta*» e segurando uma adarga, com laçaria bordada e borlas; o cavaleiro cristão, conquistador, usa uma sela de arções elevados – a sela estradiota –, que o obriga a montar como que encaixado, e a esticar as pernas, pois tem os estribos descidos.

Santiago Matamouros encontra-se também no «*Livro de Horas*» de D. Manuel



Figura 12 – Retábulo de madeira na Capela Real de Granada. In ARIÉ, 1990: 176.

I (ver GIL, 1997: 24) e noutra imagem portuguesa do século XVI (idem: 81); de novo, o recurso ao cavalo branco parece enfatizar a pureza do santo, e a pureza do ideal cristão.

Estes exemplos mostram as duas diferentes maneiras de montar, de equipar o equino, e diferentes usos de armamento de ataque e de protecção; passam do campo de batalha para a propaganda cristã pós-Reconquista, com a imagem-ícone de Santiago, num cavalo branco quando há pintura.

Vejamos agora raros documentos que indicam como é que o tipo de sela de arções baixos e estribos subidos chegou à Península Ibérica, e como é que era esse modo de montar.

NOVO TIPO DE SELA NA CORTE CALIFAL DO SÉCULO X

Um relato de Ibn Hayan, datado de 974, parece proporcionar um entendimento para a proliferação da sela «à *jineta*» no al-Andalus, e, daí decorrente, desse método de fazer a guerra a cavalo.

Relata Ibn Hayan a presença de um cavaleiro, no séquito califal ido de Córdova a Madinat al-Zahra, usando uma sela «**de factura ultramarina** [fabricada no norte de África] – **con los lados del asiento muy finos y los borrenes** [arções] **delantero y trasero muy cortos**»; a descrição encaixa no tipo de sela «à *jineta*» ilustrada nos documentos atrás citados.

O califa al-Hakam II não gostou da sela, e ordenou a sua queima na Casa Militar, «**y todos los que presenciaron la escena se abstuvieron en lo sucesivo de emplear sillas como aquella, aunque a la mayoría de ellos les gustó sobremanera**», escreveu Ibn Hayan. Ou seja, mesmo não usando tal tipo de sela, os cavaleiros andalusíes apreciavam-na.

A incorporação de cavaleiros berberes no

exército califal parece ter contribuído para que al-Hakam II alterasse a opinião sobre o tipo de arreios usados: «Le parecía ahora al Califón que su empleo de atalajes especiales era más acomodado a la factura de los mismos y mejor para los caballos». A observação de alguns cavaleiros berberes chegou a ter, por parte de al-Hakam II, o seguinte comentário: «Mirad – decía a los que le rodeaban – con qué naturalidad se tienen estas gentes a caballo. Parece que es a ellos a quienes alude el poeta cuando dice: Diriase que [los caballos] nacieron debajo de ellos, y ellos nacieron sobre sus lomos.

Qué asombrosa manera de manejarlos, como si los caballos comprendiesen sus palabras!» (ANALES, 1982: 171 e 173).

O MÉTODO DE MONTA «A JINETA» INTEGRADO NA CULTURA CRISTA PÓS-RECONQUISTA

Datando do século XVI, um documento português e outro espanhol mostram a monta «à jineta» fora do campo de batalha, e já parte de um viver ibérico.

A descrição da monta «à jineta» aparece no relato da vinda de Roma do Cardeal Alexandrino; na chegada a Elvas, em 1571, o texto descreve «300 cavaleiros, montados em formosos ginetes e cavalgando à jineta, que vem a ser com a perna curva» (FERRÃO, 1990, IV: 194) por força dos estribos subidos.

A monta «à jineta» ficou no toureio ibérico a cavalo, e tal facto foi já referido no século XVI: o Papa Pio V «autorizó las corridas de toros con el objeto de que no se perdiese el arte de la jineta» (MAILLO SALGADO, 1982: 116). Deste modo, é possível imaginar o que seria um encontro, no campo de batalha, entre os pesados cavaleiros cristãos e a versátil cavalaria andalusí, não deixando de haver prós e contras em ambos os sistemas de monta.

AS DUAS ESCOLAS DE MONTA E GUERRA A CAVALO NA IBERIA MEDIEVAL

Todos estes documentos visuais revelam que a Península Ibérica foi o campo de confronto e encontro entre as duas grandes escolas hípicas da época medieval:

a) a monta «à brida», identificada com o norte cristão, com influências vindas da Europa através dos Pirenéus; utilizava cavalos possantes, em que o cavaleiro usava armadura, um pesado e longo escudo em madeira, e uma lança comprida; por força dos estribos descidos, fixos pelos loros (correias) à sela de arções elevados e curvos para dentro (literalmente encaixando o cavaleiro) – denominada, nos regimentos portugueses quinhentistas, de sela estradiota –, o cavaleiro montava com as pernas esticadas. O seu raio de acção era grande, mas tinha uma reduzida mobilidade.

b) outra escola hípica, chamada «à jineta», vinda do norte de África e divulgada com os exércitos islâmicos, usava cavalos mais rápidos e de maior mobilidade. O cavaleiro, ao controlar o cavalo com as pernas dobradas (por força dos estribos subidos), ficava com as mãos livres para o arco e flecha; apoiava-se no ataque e fuga rápidos (denominado «karr-wa-farr»). Usava a sela jineta, de arções baixos, e a adarga – o escudo ovalado em couro – era peça de defesa. O termo jinete decorre da designação da tribo berbere Zanata, que trouxe tal tipo de monta para o al-Andalus.

OS FABRICANTES DE SELAS E ARREIOS

Às ilustrações dos artefactos mais marcantes de ambos os tipos de monta – sela estradiota para a monta «à brida», e sela jineta e adarga para a monta «à jineta» –, é possível acrescentar um estudo mais explícito aos seus fabricantes quinhentistas. Tenha-se em conta, também, que, no meio da equitação (monta e fabrico), se mantém ainda muitas designações que se encontram na escassa documentação oficial de 1500. Tudo isto enfatiza uma continuidade (a nível do fabrico de artefactos, e a nível do tipo de monta) e, portanto, um rico património a preservar e divulgar.

Contrariamente ao que hoje é usual, o correiro não fabricava selas, estando estas nas mãos dos seleiros; por sua vez, a estrutura interna de madeira e metal, denominada vaso ou fuste, era obra do «fusteiro».

O correiro elaborava uma grande diversidade de artefactos em couro: aljavas, talabartes, cintos, almofreixes e bolsas; encourava baús e estofava cadeiras, incluindo a sua gravação (cuja arte, herdeira da tradição andalusí, tornou-se, sob influxo do Renascimento, símbolo do mobiliário português de assento). Fabricava também os arreios para o equino, como o peitoral, cabeçada, loros, rédeas, cilhas e correias para esporas – termos de 1500, e ainda em uso. Dado o tradicionalismo e arcaísmo dos ofícios, é de crer que os termos fossem válidos antes da centúria de quinhentos, pois alguma documentação refere o «costume» nesses decénios, costume esse vertido em regimentos escritos em Guimarães, Porto, Coimbra e Lisboa.

Em Guimarães, os correiros elaboravam loros, peitorais e «guarnição de cavallo de brida»; arreios específicos eram destinados para a monta «à jineta», como as «Rédeas de gineta», «correas e esporas de gineta», «cabeçadas de gineta de couro» e «peitorall de gineta» (CARVALHO, 1943, IV: 167).

Em 1545, no Porto, o regimento dos correiros especifica o item «Gineta», onde estão os artefactos para este tipo de monta; um outro item refere o material para a equitação à «bastarda» (CRUZ, 1943: CVI e CVII).

O regimento coimbrão de 1573 refere os arreios para a monta «à jineta» – loros, silha, rédeas, cabeçadas, peitoral, arreata e esporas –, e outros, destinados a emparelhar com a sela «bastarda». Fabricava-se também uma silha «mourisqua de feros mourisquos com seu látego» (látego ou chicote, termo ainda actual) e um «peitoral castelhano de bastarda» (CARVALHO, 1922: 62 e 63), que deveria ser uma outra apresentação, ou estilo, deste arreio.

Os seleiros tratavam do fabrico das selas, podendo estas ser de «gineta» ou «bastarda» (CRUZ, 1943: CXIII e CXIV), segundo o regimento portuense de 1545.

O «Livro dos Regimentos dos Oficiais mecânicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa», de 1572, nos fólios relativos aos seleiros, revela que estes artífices tratavam que a «sellā geneta» fosse «toda inteira de cordovão» (CORREIA, 1926: 92). O candidato a mestre fusteiro teria de, em exame, elaborar um vaso para a «sellā gineta», e um outro para a «sellā estradiota» (idem); esta última peça é para a monta «à brida», e revela que continuavam em uso os dois sistemas de equitação, três séculos após a Reconquista no lado português.

Os seleiros de Coimbra colocavam uma «pelle dourada ou atamarada» na «cella gineta» (CARVALHO, 1922: 54); é de esclarecer que pele dourada significa coberta de folha de ouro, e atamarada refere-se à cor de tâmara do couro tingido. Também em Évora, mas já no século XVIII, se fabricava a «sellā geneta» (BAPTISTA, 1966: 98), o que indica um continuar de modelos e de tipo de monta, remetida, não mais ao campo de batalha, mas aos jogos a cavalo e ao toureio.

O item «Sillería», do livro de R. Córdoba de la Llave, estabelece diferenças entre a sela estradiota («de estribos largos») e a sela jineta («de estribos cortos») (CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990: 207), tal como acontecia em Portugal. Em Espanha, o fabrico abundante das selas para a monta «à jineta», no século XV final, deu azo à formação de seleiros especializados nesta vertente; em Portugal, não parece haver dados que estabeleçam uma diferenciação entre artífices.

Acrescente-se a parecência entre a sela do cavaleiro andalusí da imagem 7, e a sela tradicional portuguesa, tudo convergindo para entender esta última sela como herdeira da sua congénere muçulmana.

AS ADARGAS, ESCUDOS EM COURO

Segundo Elena Pezzi, o termo adarga é designação «tomada directamente de la voz árabe (...) con la asimilación del artículo por efecto de la primera con-

soante solar», e «es probablemente de origen persa (...) que se usa para significar «huir, salvarse de la disputa, escapar a un infortunio...» es decir, salvaguardarse» (PEZZI, 1990: 143 e 144), significados que têm a ver com a função de um escudo.

O couro usado no seu fabrico era de anta, do animal «lamt» (denominação árabe), «del género de los antílopes, que habita en los desiertos africanos, cuya piel se aprovechaba para fabricar escudos excelentes y muy estimados» (idem: 144).

Uma referência portuguesa, de 1506-7, especifica que «Da pelle dāta [de anta] fazem as melhores adargas do mundo que nenhuma lança nō passa e vale cō suas enxarafas [«enxarafas», borlas decorativas] 10 e 20 cruzados» (BASTOS, 1926: 49). O escudo ovalado, podendo ser uni ou bivalve, era fabricado em couro de anta, impenetrável pelas lanças; tinha, também, borlas decorativas – denominadas enxarafas –, não sabemos se em couro, se em tecido. Repare-se na datação deste registo: inícios do século XVI, mostrando a permanência de um escudo que fazia parte dos métodos de montar dos muçulmanos ibéricos, métodos estes ainda vigentes.

Estes escudos de couro eram fabricados pelos adargueiros. Tais artífices estavam integrados no regimento dos correiros, de acordo com a documentação oficial quinhentista lisboeta, que parece ser a única que especifica tal labor.

Um parágrafo dedicado aos adargueiros diz respeito ao exame para mestre do ofício; nessa altura, muito importante para qualquer artífice, depois de vários anos como aprendiz e oficial, o futuro mestre teria «de saber muj bem curtir hu couro vacaril e outro de anta e fazer de cada hu delles hua adarga muj bem acabada». Dir-se-ia que o oficial adargueiro tinha em mãos curtir a matéria-prima da adarga (couro bovino e de anta) e fabricar uma

adarga de cada. A adarga não tinha qualquer reforço de metal ou madeira, sendo o couro suficiente para evitar o trespasso pelas flechas ou espadas. O curtume aqui referido produzia um couro compacto e duro como sola, e longe da maleabilidade dos couros para calçado ou selas.

O regimento lisboeta de 1572 especifica que «**Os adargueiros serão avisados q antes cubrão as adargas de cordouão as mostrarem aos juízes para verem se são taes quaes para lhe poer a marca da cidade**» (CORREIA, 1926: 90 e 91), sob pena de multa, cadeia e perca da obra. Ou seja, o couro de bovino e de anta era coberto de cordovão, o famoso couro de cabra de designação devedora a Córdova, mas também curtido noutros pontos da Península, com ingredientes semelhantes. Não especifica o regimento se o adargueiro trataria também dos tradicionais bordados e das borlas ornamentais, ou se haveria diferentes modelos e, portanto, diferentes preços.

A marca referida, talvez a «*nao*», que deveria ser uma punção em metal, estava numa «**arquinha de três fechaduras**» (idem); cada chave estava com o juiz dos adargueiros, o escrivão do ofício e o tesoureiro, sendo necessário juntar os três artifícies para abrir a arqueta.

De acordo com o «**Titulo de los correos**», de Sevilha, de 1527, o fabricante de adargas faria tal artefacto «**de buen cuero bien adobado (...); y el adarga que fiziere de enzebro, que la faga de lomo**» (ORDENANÇAS, 1527: 198v), isto é, utiliza o compacto couro do espaldar do equino, denominado zebro – denominação ibérica do cavalo com pelo às listas, cuja designação foi aplicada aos equinos às listas brancas e pretas, que mais tarde os navegadores portugueses viram em África. Adiante, o regimento especifica que a vistoria de adargas de «**anta**», «**enzebro**» e vaca estava a cargo de «**los dichos Alcaldes**» (idem: 199).

Alguns tratados ibéricos de equitação, do século XVII – António Galvão de Andrade, em Portugal, e Tapia y Salzedo, em Espanha –, consideram ainda a monta «à *jineta*», agora limitada à equitação artística. O tratado português refere ainda o uso de adargas, cujo tamanho «**será conforme ao corpo dos cavaleiros**», variando também a ornamentação: «**as que servirem em praças, serão obradas com primor, & as que ouverem de servir nas lições & jogos fora das praças públicas, serão de obra ordinária**» (ANDRADE, 1678: 188 e 234). É de considerar se a decoração das adargas de luxo seria ainda com bordados, na face interna – como aparece nas duas adargas nazarís, expostas nos museus de Madrid e Viena (ver PÉREZ HIGUERA, 1994: 124; ANDALUS, 1992: 296) –, e com borlas e entrancements na face externa (como nas diversas representações medievais e renascentistas). Já as adargas consideradas «**de obra ordinária**» dever-se-iam apparentar àquela da coleção de Rainer Daehnhart, que vi, anos atrás, aquando da exposição em Alter do Chão (HORSE, 2000); esta adarga tem apenas relevos que acompanham a sua forma ovalada.

Numa pintura catalã da época gótica está representada uma adarga com um vaso pintado (imagem 13); está segura por um cavaleiro muçulmano montado à *jineta*, sendo perseguido por um cavaleiro cristão montado à brida.

Noutra pintura gótica do século XV, passada a tela e exposta no Museu de Navarra (Pamplona), encontra-se representado um cavaleiro com turbante. Segura uma adarga, com laçaria bordada e borlas (imagem 14); é de crer ser um mourisco, em traje tradicional.

Na pintura espanhola «**Retábulo de San Abdón e San Senen**» (Jaume Huguet, 1459-1466) está representado um soldado com adarga e lança; a postura do indivíduo permite ver parcialmente a parte interna da adarga, cujas tiras em couro são seguras pelo antebraço e mão esquerda (ver SANPERE Y MIQUEL, 1906, II).

Na pintura «**Auto de fé de Santo Domingo**» (154 x 92 cm, óleo sobre madeira), datada de finais do século XV e da autoria de Pedro Berruguete, está representado um soldado segurando uma adarga. O escudo está visto por trás, e o soldado segura-o com a mão esquerda. Os prelados, no estrado, estão representados à frente de panejamentos – têxteis ou guadamecis – ao brocado.



Figura 13 – Cavaleiro muçulmano com adarga e montando à *jineta*, e um cavaleiro cristão montando à brida. In CHEVAUX, 2003: 168.

Exposta no Convento de Cristo, em Tomar, a pintura «**Ressurreição de Cristo**» (oficina de Jorge Afonso, circa 1513) apresenta uma adarga de tonalidade clara servindo de mesa, e assente no chão. Ao lado, quatro soldados estão em descanso, e um deles segura, com o punho enfiado nas tiras de couro, uma outra adarga, avermelhada.

Na escultura arquitectónica quinhentista de Espanha encontra-se algumas representações de adargas. É o caso da Catedral de Jaén (ver GALERA ANDREU, 1995: 159), Casa de Castril (idem: 156), e Palácio de Carlos V (idem: 146). Todas as adargas apresentam esquemas de borlas na face frontal.

Na recente exposição «Primitivos Portugueses», no Museu Nacional de Arte Antiga, encontra-se um séquito de adargueiros numa pintura (imagem 15); as adargas não têm borlas, mas antes a pintura de um crescente, em azul; note-se a faixa central e as bordas relevadas da adarga (couro cobrindo um revestimento interno), assim como as costuras em couro, que prendem as tiras da face interna. Na mesma pintura, um adargueiro encontra-se ajoelhado sobre a adarga, o que facilita ver as duas tiras onde passa a mão e o antebraço (imagem 16).



Figura 15 – Adargueiros em detalhe da pintura.



Figura 16 – Detalhe do verso de uma adarga, na mesma pintura.



Figura 14 – Um cavaleiro com adarga ornamentada com costuras e borlas. In MUSEO, 1993: 112.

A ORNAMENTACAO DE ARREIOS, SELAS E XAIRES

Provavelmente nunca chegaremos a ter dados concretos sobre o trabalho ornamental nos arreios e selas; o couro estraga-se com o tempo, e os artefactos utilitários e de uso corrente sofreram sempre de falta de apreço e de consideração como património a preservar.

Uma notícia de Córdoba quinhentista refere um correiro tornado aprendiz de um «**sillero de la jineta**», devendo ele aprender a «**labrar hilo de oro de todas las partes que el sabe**» (CÓRDOBA DE LA LLAVE, 1990: 208, nota 127); existem outros dados sobre o uso de fio de ouro e de prata na decoração das selas (idem: 207, nota 123).

Na Córdoba tardo-medieval, existia o ofício dos «**correiros de hilo de oro**»; provavel-

mente seria deles a responsabilidade em bordar cintos «**argentados de oro o plata**» (idem: 204).

Os «**correiros de hilo de oro**» também trabalhavam em Sevilha, e o regimento específico



Figuras 17A e 17B – Sela de mulher; século XVII.
Museu Etnográfico de Serpa (nº de inventário AL 27).

encontra-se na recompilação das «**ordenanças**» daquela cidade, de 1527; as exigências do exame para mestre incidiam sobre tiras para mobiliário de assento, com folhagem e «**letras moriscas**» (ORDENANÇAS, 1527: 201 v.). Refiro mobiliário, presumindo que a referência a «**tres cintas de caderas**» significa obras para «**sillas de caderas**», cadeiras em S, como aquela de manufatura nazarí, de couros lavrados, exposta no palácio de Alhambra (ver PEREIRA, 2000 A: 9, 11); uma imagem de peça semelhante encontra-se na iluminura relativa ao mês de Janeiro, no «**Livro de Horas**» de D. Manuel I (ver MARKL, 1983: estampa V); ou seja, um mesmo modelo, tardo-medieval, encontrava-se em uso entre a Cristandade e no último reino islâmico da Península; mantendo a mesma estrutura, a peça granadina diferencia-se nas incrustações da madeira e no lavrado do couro bovino dos estofos.

A regulação da Casa dos Vinte e Quatro por D. João III, em 1539, colocou «**os que lavrão fio**» (LANGHANS, 1943, I: LIV e 694), como anexo – tal como os adargueiros – ao ofício de correeiro de obra grossa e delgada.

É de crer que tais artifícies tratavam, tal como os seus congéneres espanhóis, também incorporados no ofício dos correeiros, de bordar artefactos com fio de prata e de ouro. No entanto, a referência lisboeta de 1539 é deveras reduzida, e nada mais se encontra nos regimentos posteriores – 1572, 1738 e 1768 – dos correeiros da capital.

Contudo, cinco séculos antes, os registos do califato de Al-Hakam II permitem um pouco de luz sobre a decoração das selas.

Alguns equinos das cavalariaças reais eram arreados com «**sillas y bridás del Califato**» (AL-RAZI, 1967: 63 e 68), e «**silla y brida adornadas, de las caballerizas del Califato**» (idem: 166), peças estas por vezes referidas como «**adornadas de plata**» (idem: 167). Algumas ofertas do Califa para súbditos em postos de comando incluíam equinos arreados. Dir-se-ia, pois, haver arreios e selas ornamentadas, artefactos esses com alguma marca ou estilo que os diferenciava de outras peças, mais vulgares e correntes.

Qual seria o local mais visível para colocar, numa sela, o «**adorno**» ou a marca de pertença ao Califato? Não tem lógica usar o assento ou as abas da sela para tal distinção, pois ficavam tapadas pelo corpo do cavaleiro; assim, ficam as faces exteriores dos arções como a área livre e visível quando o cavalo está arreado, selado e montado.

Tal «**adorno**» deveria ser de fácil identificação visual, e aqui entram as comparações com as actuais selas clássicas portuguesas e espanholas.

Estas últimas apresentam arabescos recortados e pespontados – método semelhante ao trabalho pastoril presente nos safões do sul ibérico – na face exterior do arção traseiro.

Na face externa dos arções da tradicional sela portuguesa (imagens 17 e 18), a decoração, em cravos metálicos tronco-cónicos, tem maior visibilidade e resistência. A disposição dos cravos inscreve-se na forma de triângulo escalonado.

No exemplo de sela de mulher (imagem 17), note-se que o couro utilizado nas abas da sela e na coberta dos arções é o chamado couro de Moscóvia. Este couro



Figura 18 – Sela de Carlos Relvas, de inícios do século XX, e exposta na Casa-Museu dos Patudos (Alpiarça).

fino de rena, exportado dos portos russos do mar Báltico – enquanto do Porto partia o sumagre das Beiras e Trás-os-Montes, necessário ao curtume –, com texturação em pequenos losangos, era utilizado em encadernações e em estofos de inícios a meados do século XVII; face à tradição do couro lavrado no mobiliário português, o ornamento destes estofos é algo estranho, pois faz-se com motivos florais simples em alto-relevo (pelo uso de prensa), e algum punctionamento repetitivo. A produção deste tipo de estofos parece ter durado apenas alguns decénios.

Um caso curioso é a datação desta sela ser do século XVII; a data, a ser correcta, mais enfatiza o prolongamento de esquemas antigos de decoração até aos dias de hoje. O que interessa é o recurso ao ornamento em cravos formando um padrão triangular, muito frequente na selaria portuguesa. As minhas investigações entre os actuais fabricantes de selas nada acrescentam ao uso deste motivo, pois sempre me responderam como sendo tradicional.

A longa história do triângulo escalonado na ornamentação muçulmana (e não só ibérica) e mudéjar permite considerar como séria a hipótese em tal «adorno» se encontrar nas selas califais do século X.

Com os patamares em ângulo recto, o triângulo escalonado encontra-se nas ameias da antiga Pérsia e Assíria. Da produção sassânida transitou para a arte omeya médio-oriental, e daí chegou ao al-Andalus. Na península, o seu uso fez-se tanto na arquitectura como nas artes móveis (cerâmica e têxtil), durante toda a permanência muçulmana. Encontra-se na igreja de Mértola, e nas bordas dos estofos das mais antigas cadeiras portuguesas em couro lavrado (séculos XVI-XVII), agora elaborados por curvas, a cinzel não-cortante; estofos posteriores mostram o uso de uma punção triangular, com veio central, donde saem linhas.

Tal longa história, em materiais tão diversos, permite considerar este desenho como marca das selas califais, marca essa identificadora de pertença a uma elite a cavalo.

Voltando à pintura «*Santiago aos Mouros*», apesar da sua falta de clareza, é de notar que os arreios dos cavalos dos muçulmanos não são iguais àqueles do cavalo de Santiago. Nota-se uma borla (a «**enxarrifa**») na testa dum cavalo e, na sua cabeçada, estão dispositos alguns quadrados. Provavelmente a borla seria em tecido ou couro, e semelhante àquelas de couro presentes nos cantos dos actuais sacos de pastores do sul ibérico, ou nas pontas da tira entrançada que cinge os safões (alentejanos e andaluzes) à cintura; semelhantes borlas usavam-se nos cantos das almofadas e coxins elaborados em guadameci, segundo o regimento quinhentista do ofício em Lisboa (ver CORREIA, 1926: 95). A presença de borlas ornamentais em selas já acontecia no século XIII, como ficou registado nas taxas de D. Afonso III, de 1253: «**Et garnimentum de melioribus eixarrafis de seda pro ad sellam de caballo**» (PMH – LEGES, 1856, I: 195). A presença de borlas nas testas dos equinos arreados permanece em uso na Andaluzia e, de novo, é provável ser continuidade da ornamentação medieval.

Quanto aos quadrados presentes na cabeçada do cavalo de um mouro, é possível um paralelismo com os arreios dos cavalos dos muçulmanos, das imagens 4 a 8.

Muitas arquetas em marfim esculpido, da época califal, ajudam um pouco a entender a ornamentação colocada nos arreios dos cavalos (ver ANDALUS, 1992: 194 e 200; PÉREZ-HIGUERA, 1994: 137).

Alguma cerâmica utilitária do século X apresenta também decoração recorrendo ao equino arreado (ver ANDALUS, 1992: 235).

As pinturas de cavaleiros nazarís no El Parthal (Granada), do século XIV, estão demasiado



Figura 19 – Imagem do motivo incompleto do xairel de um cavaleiro muçulmano.

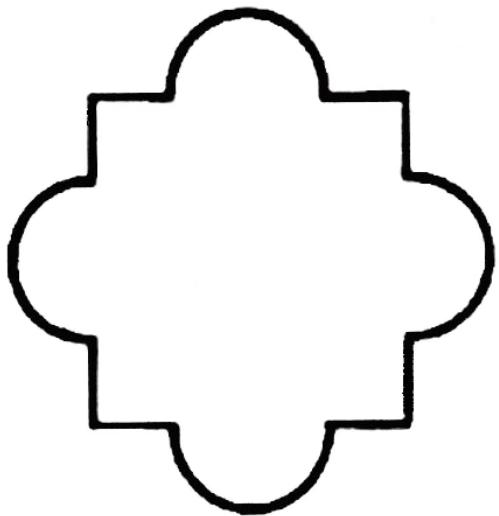


Figura 20 – Flor quadripétala.

esbatidas quanto ao aspecto dos arreios dos equinos (ver PÉREZ HIGUERA, 1994: 105, 108, 111, 115, 120 e 126).

Mais explícitas são as aplicações de metal na cabeçada do cavalo pintado nas abóbadas de couro da Sala dos Reis, do palácio de Alhambra (idem: 107).

Datada do século XV, e nazari, no British

Museum encontra-se a ornamentação metálica de uma cabeçada de luxo (ver ANDALUS, 1992: 298); as tiras de couro estariam todas praticamente cobertas com placas de bronze dourado, com filigrana e esmalte. Outros adornos metálicos, da mesma época, poderiam ser para cinto ou arreio (idem: 303).

Dir-se-ia que semelhantes aplicações metálicas ornamentadas foram reduzidas, na tábua de Mértola, a simples quadrados de cor.

As iluminuras mostrando cavaleiros muçulmanos, e as pinturas do El Partal granadino, permitem admitir como corrente a decoração padronizada dos xairéis medievais. Apesar da falta de precisão pictórica na tábua de Mértola, merece estudo a ornamentação que se repete no xairel verde que cobre a garupa de um dos cavalos dos muçulmanos (imagem 19). Pintada a amarelo, poderá representar o bordado dourado no xairel verde (em couro ou tecido?) que serviu de inspiração para o pintor. Tal módulo está, a nível do seu desenho, colocado entre o antiquíssimo motivo da flor quadripétala sobre quadrado (cada canto do quadrado colocado entre cada pétala) (imagem 20) e o motivo dos corações simétricos entrançados, tocando-se na ponta (imagem 21). Inclino-me mais para este último desenho, que se repete, incompleto, na parte superior do xairel da pintura de Mértola.

A flor quadripétala sobre quadrado parece ter-se iniciado no Médio Oriente, na arte copta; terá passado para a arte de Bizâncio e, em Mértola, um grande mosaico bizantino, do séc. III-IV, mostra, no interior de grandes círculos enlaçados que formam as molduras, o mesmo desenho de flor quadripétala, com outras folhas, mais pequenas, entre estas pétalas; no estudo deste mosaico, tal motivo está descrito como «florão» (LOPES, 2004: 102 e 103). Levado pelos mosaicistas de Bizâncio, aparece nas faces internas dos arcos da Cúpula do Rochedo, em Jerusalém, mandada construir pelo califa omeya Abd al-Malik, no século VII. Três séculos depois, no al-Andalus, a mesma dinastia voltou a convidar mosaicistas bizantinos para as construções de Madinat al-Zahra; e talvez daí se encontrar outras versões vegetalistas do mesmo módulo na cidade áulica. Aparece no «Beato de Liébana», do século X, e na arte românica. Continua na arte almorávida e almóada, no «Apocalipse do Lorvão», na arquitectura abássida, na encadernação muçulmana médio-oriental e ibérica, e na mudéjar peninsular.

Aparentemente, terá abandonado a arte islâmica não-ibérica no século XIII, mas permaneceu no al-Andalus até ao seu final.

Na arquitectura peninsular – do Românico até ao Barroco – aparece muitas vezes como moldura em pedra de janelas, seja na sua forma simples, seja com grandes ornamentos florais do estilo em causa; na arquitectura mais recente, encontra-se, por exemplo, numa moldura de janela de casa popular em Mértola.

Voltando aos ofícios, encontra-se num frontal de altar em couro dourado/guadameci do século XVI, no Museu Abade de Baçal (inventário nº 147) – até hoje, única obra mudéjar portuguesa em guadameci –, preenchendo uma grande faixa circular contendo um vaso de flores (ver PEREIRA, 2008: 199, 200, 209; PEREIRA, 2009: 92), em dois rectângulos que ladeiam a pintura central (Cristo recebendo o Espírito Santo); encontra-se também em dois revestimentos parietais seiscentistas em gua-

dameci (Espanha) (ver ART, 1992: 81, 95), cujo uso é devedor às modas andaluzas e mouriscas dos «panos d'armar», isto é, panejamentos móveis de parede, em têxtil ou em couro dourado.

De novo em Portugal, aparece em raros assentos encourados, lavrados à goiva, do século XVI-XVII inicial, integrados em prolongamentos da estética califal (ver PEREIRA, 2000: 43 a 45; PEREIRA, 2003: 512; PEREIRA, 2008: 210, 212). Ainda hoje, mantém-se no azulejo e metal de uso arquitectónico.

Quanto ao motivo dos corações simétricos entrançados, tocando-se na ponta, embarcamos de novo numa viagem entre diferentes manufacturas. Encontra-se pespontado na bainha em couro de uma espada nazarí (ver AUGÉ, 2000: imagem 21), e em têxteis da época almóada (ver PARTEARROYO, 1992: fig. 7); aparece na blusa (de factura andalusí ou mudéjar) de Santa Catarina, em pintura de Fernando Yáñez de Medina, e datada de 1510 (ver AUGÉ, 2000: imagem 247). Encontra-se na decoração mudéjar, do século XIV, na Capela de Santo Cristo, em Tudela (Espanha). Na produção islâmica não-ibérica, encontra-se em cerâmica mesopotâmica do século XII-XIII (ver LANE, 1947: imagem 81B) e da Síria do século XIII (ver ETTINGHAUSEN, 2001, fig. 213); na caligrafia cúfica da Turquia, do século XIII (ver WILSON, 1988: fig. 5), e em iluminuras corânicas do século XIV, do Irão (idem: figs. 66 e 81). Este «braided knot» (CONTENT, 1987: 74) aparece ainda em anel do período seljúcida. Na exposição de têxteis do Médio Oriente, na Fundação Gulbenkian, em 2005, encontrava-se num tapete de Uchak (Anatólia), do final do século XV.

Destes apontamentos, ressalta o uso de um mesmo motivo entre diferentes manufacturas, criando um ambiente cultural identitário, como uma marca de cultura (e de religião), não limitada a fronteiras; saliente-se a importância dos objectos transportáveis, utilitários e artesanais, na difusão de estéticas e servindo como veículos de difusão cultural, e a absorção de elementos islâmicos pelas manufacturas da Cristandade.

Em resumo, a pintura de Mértola enquadra-se nas representações da propaganda da Cristandade; mostra os métodos de montar, permitindo entender gostos e manufacturas integradas na cultura do equino e na produção oficinais ibéricas – dados que se mesclam com a herança patrimonial e a identidade regional e nacional.

BIBLIOGRAFIA

- AL-RASI, Isa Ibn Ahmad, (1967), *Anales Palatinos del Califa de Córdoba al-Hakam II, 360-361 H. – 971-975*. J. C. Madrid: Sociedad Estudios y Publicaciones, 1967.
- (1982), *Anales de Córdoba musulmana (711-1008)*. Córdoba: Publicaciones del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1982.
- (1992), *Al-Andalus: las artes islámicas en España*. Madrid: Ediciones El Viso, 1992.
- ANDRADE, António Galvam de, (1678), *A arte da cavalaria de gineta, e estradiota, bom primor de ferr & alueitaria*. Lisboa: 1678.
- (1992), *L'art en la pell – cordovans i guadamassils de la Col.lecció Colomer Munmany*. Catalunya: Generalitat de Catalunya/Fundación «La Caixa», 1992.
- ARIÉ, Rachel, (1990), *Medieval Iberian Peninsula – texts and studies, vol. IV: Études sur la civilización de l'Espagne Musulmane*. Holanda: E. J. Brill, 1990.
- AUGÉ, Jean-Louis, (2000), *L'art en Espagne et au Portugal*. Paris: Citadelles, 2000.
- BAPTISTA, Maria Margarida, (1966), *Organização dos mesteres em Évora, século XVIII*. Separata do Boletim da Junta Distrital de Évora. Évora: Junta Distrital, 1966.
- BASTOS, J. T. Silva, (1926), *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1926.
- CARVALHO, J. M. Teixeira de, (1922), *Taxas dos ofícios mecânicos da cidade de Coimbra no ano de MDLXIII*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922.
- CARVALHO, A. L., (1943), *Os mesteres de Guimarães*. Companhia Editora do Minho. IV (1943).
- (2003), *Chevaux et cavaliers arabes dans les arts d'Orient et d'Occident*. Paris: Institut du Monde Arabe, 2003.
- CONTENT, Derek, (1987), *Islamic rings and gems*. Londres: Philip Wilson Publishers, 1987.
- CÓRDOBA DE LA LLAVE, Ricardo, (1990), *La industria medieval de Córdoba*. Córdoba: la Caja, 1990.
- CORREIA, Virgílio, (1926), *Livro dos Regimentos dos oficiais mecânicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa (1572)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.
- CRUZ, António, (1943), *Os mesteres do Porto*. Porto: Imprensa Industrial Gráfica, 1943.
- ETTINGHAUSEN, Richard; GRABAR, Oleg; JENKINS-MADINA, Marilyn, (2001), *Islamic Art and Architecture 650-1250*. E.U.A.: Yale University Press/Pelican History of Art, 2001.



Figura 21 –Corações entrançados.

- FERRÃO, Bernardo, (1990), *Mobiliário Português*. Porto: Lello & Irmão. IV (1990).
- GALERA ANDREU, Pedro, (1995), *La tradición islámica y el clasicismo renacentista en España: a propósito de la adarga nazarí en la arquitectura del siglo XVI. Cuadernos de la Alhambra*. Granada: Urania. 31 (1995), pp. 139-160.
- GIL, Carlos; RODRIGUES, João, (1997), *Por caminhos de Santiago*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.
- (2000), *Horse and Man – a millenary relationship. The Rainer Daehnhardt Collection*. Alter do Chão: 2000.
- LANE, Arthur, (1947), *Early Islamic pottery: Mesopotamia, Egypt and Persia*. Londres: Faber & Faber, 1947.
- LANGHANS, Franz-Paul, (1943), *As corporações dos ofícios mecânicos: a antiga organização dos mestres*. Lisboa: Imprensa Nacional. I (1943).
- LOPES, Virgílio, (2004), *Mértola na antiguidade tardia*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola, 2004.
- MAILLO SALGADO, Felipe, (1982), *Jinete, jineta y sus derivados. Studia Philologia Salmanticensia*. Salamanca: Universidad de Salamanca. 6 (1982), pp. 105-117.
- MARKL, Adalberto, (1983), *Livro de Horas de D. Manuel*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.
- MATTOSO, José, (1993), *História de Portugal*. Lisboa: Estampa. II (1993).
- (1993), *Museo de Navarra*. Pamplona: Departamento de Educación y Cultura/Gobierno de Navarra, 1993.
- (1527), *Ordenanças de Sevilla*. Sevilha: 1527.
- PARTEARROYO, Cristina, (1992), Partearroyo – *Tejidos almorrávidas y almohadas*. In *Al-Andalus: las artes islámicas en España*. Madrid: El Viso, 1992.
- PEREIRA, Franklin, (2000), *O couro lavrado no Museu Municipal de Viana do Castelo: da arte «mourisca» à época barroca*. Viana do Castelo: Museu Municipal, 2000.
- PEREIRA, Franklin, (2000), *Leather decoration tools of the Iberian tradition, since the 13th century. Tools and Trades*. Bath: Tools and Trades History Society. 12 (Setembro 2000), págs. 1-25.
- PEREIRA, Franklin, (2003), *Las influencias del Califato de al-Andalus en los cueros labrados de Portugal del siglo XVI*. In *Mil años de trabajo del cuero. Actas del II Simposium de Historia de las Técnicas*. Córdoba: Sociedad Española de Historia de las Ciencias y de las Técnicas/Universidad de Córdoba, (2003), pp. 501-518.
- PEREIRA, Franklin, (2008), *Identidade e memória nas artes do couro de linhagem ibero-muçulmana*. In *Actas do I Seminário Internacional de Memória e Cultura Visual/ Póvoa do Varzim, 2007*. Póvoa do Varzim: AGIR/Associação para o Desenvolvimento Sócio-cultural, 2008.
- PEREIRA, Franklin, (2009), *Ofícios do couro na Lisboa medieval*. Lisboa: Editora Prefácio, 2009.
- PÉREZ HIGUERA, Teresa, (1994), *Objetos e imágenes de Al-Andalus*. Madrid: Lunwerg, 1994.
- PEZZI, Elena, (1990), *El cuero en el atavío árabe medieval. Su huella en la España cristiana*. Vic: Colomer Munmany, 1990.
- PMH – LEGES, (1856), *Portugaliae Monumenta Historica: Leges et Consuetudines*. Lisboa: Academia das Ciências. I (1856).
- (2010), *Primitivos Portugueses 1450 -1550 – O século de Nuno Gonçalves*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 2010.
- (2001), *Romanico en Galicia y Portugal/Em Portugal e Galiza*. Espanha: Fundación Pedro Barrié de la Maza/Fundaçao Calouste Gulbenkian, 2001.
- SAMPERE Y MIQUEL, S., (1906), *Los Cuatrocéntistas catalanes – volumen II: segunda mitad del siglo XV*. Barcelona: Tip. l'Ávenç, 1906.
- WILSON, Eva, (1988), *Islamic Designs*. London: The British Museum Press, 1988.

PARA UN ESTUDIO SOBRE EL MODO DE VIDA RURAL DE LA COMUNIDAD ALDEANA DE MERTOLA

AGUSTÍN ORTEGA ESQUINCA*

1. PREÁMBULO

El modo de vida como tema de investigación arqueológica es recurrente en diversos estudios desde mediados del s. XX. Una referencia preliminar de su uso incipiente en nuestra disciplina está en Kirchhoff (1954), quien recurre a esta noción para superar las limitantes metodológicas del concepto de cultura utilizado, hasta ese entonces, como categoría única de análisis social. Una sistematización ha sido propuesta por Bate (1978, 1984, 1993, 1998), Sanoja (1983), Vargas (1984, 1985, 1987, 1989) y Veloz (1984a, 1984b, 1987).

El proyecto¹ que estamos llevando a cabo en el *Conselho de Mértola* asume una línea de investigación enfocada a este tema. La finalidad es realizar un análisis diacrónico de los procesos de formación y de cambio/permanencia de las tradiciones culturales, que caracterizan el modo de vida de la población aldeana que ha habitado históricamente el paisaje rural que circunda a la villa amurallada de Mértola, cuyas evidencias estarán en los contextos arqueológico y etnográfico, así como en documentos históricos. El objetivo es estudiar a la comunidad autóctona en cuanto a la constitución de su ser social y en las transformaciones de su integración en los ciclos sociales e históricos de los diversos ámbitos regionales, mediterráneos y europeos.

* Doutor em Historia (2004) pela Universidade de Sevilha, Espanha. Mestre em Arqueología Histórica (2000) e Licenciado (1996) em Arqueología, pela Escola Nacional de Antropología e História, Instituto Nacional de Antropología e História, México.

2. FUNDAMENTO

El estudio socio-histórico de comunidades rurales coligadas a núcleos urbanos históricos es fundamental para comprender y explicar el desarrollo conjunto de tradiciones culturales convergentes/divergentes, que dan identidad y afinidad a una multiplicidad de pueblos de ambas riberas del Mediterráneo. Con esta motivación, el presente proyecto está enfocado al análisis del modo de vida, en su acontecer histórico, de la comunidad aldeana sujeta a Mértola.

El paisaje de Mértola es el ámbito geográfico de una población aldeana, cuyas prácticas cotidianas están enmarcadas en un *modo de vida* rural característico del mediterráneo. Es de suponer que esta realidad esté manifiesta en una diversidad cultural diacrónica, que corresponderá tanto a los imperativos sociales de los períodos históricos y de los centros de poder sucesivos, como al repertorio de actividades

294

cotidianas tradicionales y a su desarrollo cronológico. Lo primero impone una realidad histórica y generaliza un escenario social en amplias áreas, con sus matices regionales particulares; lo segundo singulariza a cada comunidad y/o gremio en su devenir histórico concreto. Como proceso social, en esta dialéctica se constituye y desarrolla la formación social, el modo de vida y la cultura de las comunidades. Para esto, se precisa comprender a estas como totalidades concretas y unidades sociales (Bate 1998: 56, 57, 65 y 67), al contrario de como lo ha propuesto la arqueología tradicional, como listado desarticulado de rasgos culturales. Además, se debe ponderar que su característica más relevante es su singularidad cultural (*op. cit.*, p. 72), y que están inmersas en un entorno de diversidad social integrado por el conjunto de sociedades contemporáneas que forman su vecindad en los ámbitos de las distintas esferas de interacción donde participan. En tanto que categoría analítica, el *modo de vida*, en conjunción con la *formación social*, comprende el conjunto de estructuras sociales profundas (*op. cit.*, pp. 56-76), de larga duración, que proporciona un medio para la creación y la preservación de las prácticas identitarias de una comunidad, objetivamente observables como tradiciones culturales.

El modo de vida rural mediterráneo engloba al conjunto de prácticas pastoriles, campesinas, artesanales y mineras de comunidades y/o gremios que habitan en el paisaje adyacente a los centros urbanos históricos de esta cuenca. Éstas incluyen tanto actividades de vida cotidiana como de realización especial, ambas con fines utilitarios y/o rituales. En el ámbito de la vida cotidiana de las aldeas, éstas prácticas tienen su realización en el entorno de ciclos productivos y reproductivos, que connotan ritmos de vida para una comunidad y/o gremio. En estas sociedades, los ritmos de vida suelen

estar en consonancia con el devenir de las estaciones, pudiendo abarcar varios años e, incluso, toda una vida y, aún, varias generaciones.

De manera introductoria al mundo rural de Mértola, este proyecto enfatiza dos cuestiones interrelacionadas social, espacial y temporalmente. El estudio de las formas comunitarias de interacción con el entorno étnico y natural; en paralelo, el estudio de los procesos de trabajo especializado, plasmados en áreas de actividad concretas. Este contenido es el doble eje de análisis de la investigación; no obstante, la preservación de otras evidencias en los depósitos arqueológicos posibilitará que la temática se acreciente.

3. ALGUNOS CUESTIONAMIENTOS

En mi práctica, he asumido la pertinencia de hacer investigación guiado por cuestionamientos académicos. Reconozco la posibilidad del planteamiento de seis preguntas básicas², de introducción, que dan cuenta en lo esencial de un acontecimiento cualquier (Ortega 1998: 77 y 2004: 13): qué (el hecho: el problema de investigación); quién (el sujeto: la sociedad estudiada); dónde (el lugar: el área de investigación); cuándo (el tiempo: la cronología); cómo (el modo: la manera como ocurre el hecho); por qué (la causa: la explicación del hecho). Esto es válido tanto si se trata de dar una noticia como de una investigación arqueológica. En el estudio que inicio, la interrogación inicial planteada es del tipo *qué*.

¿Qué sucedía en el mundo rural de Mértola, entre las gentes que practicaban los varios oficios y que realizaban las diversas actividades de la vida cotidiana, cuando los imperativos sociales de una época cambiaban, al colapsarse una formación social y perfilarse otra diferente? En otras palabras, de la constitución inicial de la(s) comunidad(es) aldeana(s) autóctona(s) a su integración en el devenir histórico de los ámbitos regional, mediterráneo y europeo, ¿qué cambia y qué permanece en el modo de vida aldeano durante el proceso de conformación y desintegración de los diversos sistemas sociales que se suceden?

La molienda de gramíneas permite ejemplificar estos planteamientos. Se dice que la agricultura de cereales inicia en el neolítico y, con ella, las actividades de labranza, molienda, almacenaje, de las que se ha encontrado evidencia arqueológica mediante hoces, molinos, silos (de Paz y Domínguez 1994: 13-14). También se dice que la revolución neolítica comienza en el valle del Guadiana hace unos 5,000 años (Guita 1999: 5) y que la agricultura de cereales conlleva a la necesidad de molienda (*loc. cit.*). Al respecto, se afirma que los primeros «*mós de vai-vém*»³ fueron utilizadas hasta mediados del primer milenio a.C., cuando se sustituyeron por «*mós rotativas*» manuales, que al poco fueron «adaptadas» a mecanismos de tracción especializados (*op. cit.*, p. 7). En la misma página, se dice que la «adaptación» de esas «*mós*» a un «mecanismo motriz hidráulico» fue alrededor del s. I a.C. y que su «difusión» por Europa fue rápida. También se afirma que:

«Os vestígios mais antigos desta tecnologia são de época romana. Foram usadas rodas verticais, rodízios, rodas para elevar agua e, muito provavelmente, datam já dessa época alguns dos moinhos que hoje encontramos no Guadiana.

Os moinhos atravessaram, melhor ou pior, as convulsões da Idade Média. Foram utilizados por muçulmanos e cristãos e continuaram no seu serviço, aumentando de número ao sabor do crescimento demográfico. O advento da mecanização e da era industrial nos campos alentejanos tornou-os obsoletos» (op. cit., p. 7 y 9).

Así, en el río Guadiana y sus tributarios están las ruinas, más conservadas unas, más destruidas otras, de un complejo de infraestructuras de producción, concretizado en infinidad de ingenios hidráulicos (molinos, «azendas», «pisões» y otros). Se afirma que, en esta cuenca hidrográfica, esa tecnología tuvo una presencia de dos mil años (Guita 1998: 3). Si esto es correcto, resulta que la labor del molinero es clave en el proceso productivo regional, porque es una de las bases económicas donde se ha generado la riqueza mediterránea en el transcurso de la historia. Por tanto, es preciso profundizar en el modo de vida, en relación con la cotidianidad y los ciclos de trabajo, de los molineros. Por ende, de una parte, es ineludible realizar la investigación arqueológica de estos complejos productivos. Por otro lado, se requiere recuperar la información etnográfica de los últimos molineros, que aún sobrevivan, o de sus parientes, amistades y vecinos, para tener el registro del contexto-momento de la etapa terminal de esta actividad laboral.

Por tanto, es pertinente preguntar, ¿cómo fue, históricamente, el desarrollo de este funcionamiento que, se afirma, perduró dos milenios (loc. cit.)? ¿Acaso podemos suponer que tuvo una continuidad ininterrumpida, año tras año; o, por el contrario, que muestra hiatos como resultado de períodos de abandono y reutilización?

4. CONTINUIDAD/DISCONTINUIDAD, UNA POLEMICA

Al respecto, entre los especialistas de la arqueología del Baixo Alentejo y del Algarve se ha dado una polémica entre posiciones divergentes sobre la continuidad/discontinuidad en la ocupación de los asentamientos durante las sucesivas épocas históricas. Esta cuestión fue expuesta en los términos siguientes:

«A notória descontinuidade do povoamento de Mesas do Castelinho – com uma primeira utilização provavelmente ininterrupta desde a época pré-romana (séc. V-IV a.C.) até aos primeiros séculos do processo de romanização (fins do I – inícios do II d.C.) a que se segue um longo período de abandono até à reutilização muçulmana da etapa Omíada constitui um bom motivo de reflexão sobre um tema constantemente referido pelos investigadores das regiões mais meridionais do actual território português: o das permanências e continuidades,

supostamente características das comunidades periféricas da Serra Algarvia ou, neste caso do seu sopé.

A tentação «etnoarqueológica» é grande para quem observa a permanência de tantos gestos e tradições que, por vezes não ocorre supor que os mesmos poderão não ser mais do que simples recurso a hábitos e tecnologias funcionalmente aptas, ou meros constrangimentos estruturais impostos pela natureza das matérias – primas e tecnologias disponíveis. De facto, perguntamo-nos se as suposições sobre a muito longa continuidade dos quotidianos e tipos de povoamento desta área, sucessivamente propostas por diferentes investigadores (VIANA, 1958: 5; GAMITO, 1990 e TORRES, 1992), não radicarão na ausência de elementos cronológicos precisos, para a correcta avaliação das realidades em estudo» (Guerra e Fabião 1993: 101), (subrayados míos).

Antes de seguir, debo asentar que la polémica acerca de un problema, entre opiniones discordantes, siempre es fructífera, porque obliga a valorar, de manera rigurosa, las propuestas en cuestión y esto es, a fin de cuentas, un acicate para profundizar en la investigación. Analizo las opiniones criticadas, por orden de publicación.

La opinión de Viana (1958), es la primera criticada. Sin embargo, en el artículo que Guerra y Fabião indican, no están las supuestas afirmaciones de Viana a favor de «a muito longa continuidade dos quotidianos e tipos de povoamento» o de la «permanência de tantos gestos y tradições», como critican (loc. cit.). De hecho, ese escrito sólo trata de una compilación de diversos materiales arqueológicos de procedencia espacio-temporal variada, y de su clasificación y descripción respecto de usos y

formas; por ejemplo, entre otros, el conjunto de materiales de construcción:

«Nas Figs. 1, 2, 3 e 4 temos representados vários tipos de tijolos e ladrilhos usados desde os começos da dominação romana, nas comarcas hoje portuguesas, até, pelo menos, a data da fundação da Nacionalidade, pois que alguns deles têm sido encontrados em ruínas de edifícios levantados nos anos em que viveram os nossos primeiros monarcas» (Viana 1958: 3), (subrayado mío).

Es cierto que Viana indica que un material arqueológico, como el «*tijolo*» u otro de los que compendia, es usado en diversas épocas históricas, mas no afirma que algún tipo especial se haya perpetuado como tradición cultural. En suma, en ese artículo no adelanta afirmaciones, manifiestas o sobrentendidas, acerca de la pretendida adopción de supuestos relativos a la continuidad de tradiciones culturales y/o de la ocupación de los asentamientos. Al contrario, se pronuncia abiertamente por un recato en la propuesta de cualquier consideración de orden teórico:

«Tais são os sinceros votos que ousa formular quem, ao longo de quarenta anos de autodidatismo (ou de amadorismo, que dá na mesma), e apenas auxiliado ao entrar no último quartel da vida, e autor de muitas dezenas de modestas mas bem intencionadas notícias, que totalizam alguns milhares de páginas, sem jamais se permitir o luxo ou pirotécnia [sic] das interpretações pretenciosas [sic], obediente àquele prudente juízo de José Leite de Vasconcelos, em carta a Martins Sarmento e a propósito de um bem conhecido arqueólogo português: – «Ele devia limitar-se a descrever e classificar, – porque isto de teoria é o diabo».

Pois é. Do que a arqueología nacional menos precisa é de teorias» (op. cit., p. 55), (subrayados míos).

La siguiente autora criticada por Guerra y Fabião (*loc. cit.*), es Gamito (1990), quien sí toma una postura explícita sobre la continuidad de tradiciones etnográficas en el caso de dos asentamientos de origen islámico que estudia en la Sierra Algarvia. Desde la presentación de la ponencia-artículo asume esta posición manifiesta:

«*The Northeast of Algarve is nowadays an area of hard environmental conditions, scarce economic resources and low demographic density. Life conditions, apparently did not change very much through the centuries» (Gamito 1990: 266-267), (subrayado mío).*

Así mismo, afirma esta postura al describir las características del modo de vida de esta área:

«*Isolation might have been the main characteristic of the region for centuries. The population is scattered around in small hamlets, the «montes» or «alcarias», these still reflecting the strong Islamic influence in the area. The inhabitants are almost all small landowners practicing a traditional form of family based agriculture. Pastoralism of sheep/goat herds is practiced but the shepherd is engaged by the community. All agricultural work is deeply dependent on donkeys, which were also, until recently, the only and most important means of transport» (op. cit. p. 270), (subrayados míos).*

Sin embargo, aunque pondera la permanencia de tradiciones culturales de origen islámico, resulta decisivo que no pase por alto los cambios históricos significativos, introducidos en el modo de vida tradicional de las poblaciones de la Sierra Algarvia:

«*In the past, as in the present, what extras they needed were/are acquired both from the itinerant dealers (in the past on horseback, nowadays in vans) or in the markets» (op. cit. p. 271), (subrayados míos).*

De la misma manera en sus conclusiones:

«*It seems there is no great social and economic differentiation between the Islamic villages and the modern ones. The social organisation of culture seems to have followed the same pattern for centuries, although we know the religious and historical traces differ» (loc. cit.), (subrayado mío).*

No obstante, ambas citas sólo quedan en la mención. Desde mi perspectiva, para entender el desarrollo histórico de las sociedades que estudiamos, resulta crucial pro-

fundizar en el análisis de la cultura y del modo de vida respecto de la contraposición de movimientos de cambio/permanencia. Con todo, el análisis muestra que la posición de Gamito, respecto de esta cuestión en polémica, es hacia la permanencia de tradiciones, aunque sin negar los cambios históricos. Por tanto, pareciera que el objetivo de ella es estudiar, más, lo primero que lo segundo; ya que en ningún momento se contrapone, implícita o explícitamente, con la posibilidad del cambio cultural.

El tercer autor, criticado por Guerra y Fabião (*op. cit.*), es Torres (1992), quien especifica que:

«Manuseando os dados oferecidos por uma investigação em profundidade num território e os fenómenos ligados à arqueologia espacial, articulando um conjunto civilizacional onde se fazem sentir as dominantes do tempo longo da história, era inevitável tropeçar com grupos humanos e sistemas geo-económicos de persistente continuidade» (Torres 1992: 189), (subrayados míos).

En consonancia, indica las cuatro áreas territoriales diferenciadas, constituidas en torno al intercambio mercantil, al sur del Tejo (*loc. cit.*). De éstas, señala que la de Beja estuvo ordenada en lo económico, hasta el siglo XIII, sobre el eje Mértola-Beja (*op. cit.*, p. 190). No obstante, anota que el término de Beja muestra cambios en su geografía, producto de la pérdida de una parte de su territorio histórico (*loc. cit.*).

Sin embargo, con todo y que apoya la tesis de la continuidad de los sistemas geo-económicos, detalla los cambios que se producen entre movimientos de desconcentración/centralización comercial, así como las fluctuaciones políticas del periodo islámico, cuyos corolarios los observa en los cambios ocurridos en la organización poblacional y en la constitución de los ejes y las rutas de comercio (*loc. cit.*, pp. 192-194).

Asimismo, señala que en la Alta Edad Media se produce un cambio regional. Observo que, desde una perspectiva social, resulta significativo por su repercusión en la estructura organizativa:

«...uma consolidação das autonomias regionais e um evidente reforço político das antigas comunidades agro-pastoris. Parece estarmos na presença de um processo de encastelamento que se generalizou a todo o Mediterrâneo Ocidental, e que na Península Ibérica se traduz pela enorme proliferação de povoados fortificados nas zonas de predominância pecuária.

Será talvez um movimento de resistência das estruturas clânicas mediterrâneas à tendência de feudalização de toda a sociedade» (*op. cit.*, p. 194), (subrayado mío).

En apoyo a esta afirmación expone datos arqueológicos y documentales (*loc. cit.*); abundando, además, en la descripción de los poblados fortificados (*op. cit.*, pp. 194-197).

Igualmente, en las conclusiones marca los cambios operados en la economía política del Imperio Romano, en consonancia con los intereses variables de la ocupación territorial (*op. cit.*, pp. 198-199). Así, en la primera fase, dominan los objetivos militares, de control, en conjunción con la explotación minera; por el contrario, en la segunda, los intereses agrarios (*loc. cit.*). También anota que estos cambios modifican el patrón de ocupación, de la «*imponente cidade imperial*» a las «*villae*» palacio» (*op. cit.*, p. 199).

Para concluir su artículo, resalta el conflicto entre los «*circuitos civilizadores*» y las pequeñas comunidades de pastores montañeses, con una cultura propia, que «*...resistem aos ventos da história*»:

«Subindo o Guadiana e o Guadalquivir e espraiando-se pelas costas do Algarve, chegam, em épocas sucessivas, soldados e mercadores ao mando de Roma ou de Bagdad, enquanto a serra, pouco hospitaleira, mantém as mesmas e arcaizantes formas sociais e económicas que, de forma nenhuma, podemos atribuir apenas às invasões berberes de época islâmica.

Nos povoados da Serra Algarvia onde a sucessão de gerações parece ininterrupta, encontramos provas arqueológicas pré-romanas, da romanização e da islamização, o que, naturalmente, não quer dizer que aí tivessem vivido sucessivos conquistadores. Nas terras ásperas da serra, como aconteceu noutras locais do Mediterrâneo, a romanização e a islamização, sem esquecer as tentativas de feudalização dos séculos XIII e XIV, não introduziram nem colonos, nem berberes, nem povoadores. Ficaram, isso sim, marcas linguísticas e toponímicas, alem de alguns artefactos cerâmicos ou metálicos levados a dorso de mula pelos almoçreves, os grandes anda-

rilhos do interior e principais veiculadores de objectos e ideias» (op. cit., p. 200).

5. UNA POLEMICA MEDITERRÁNEA

Pero esta polémica rebasa con mucho el ámbito alentejano-algarvio donde fue planteada. Un historiador, que apoya la razón cuestionada, establece su alcance mediterráneo:

«Porque hay una continuidad que se reitera sin repetirse, a través del largo y brillante pasado del Mediterráneo (Braudel 1998: 18).

Estas observaciones son tan válidas para la Creta minoica como para la Siria del siglo XVII después de Cristo, o la Argelia de nuestros días» (op. cit., p. 25).

Por otra parte, esta polémica no es exclusiva de la arqueología meridional de Portugal, ni se establece sólo respecto de continuidades/discontinuidades culturales y poblacionales observadas en los registros estratigráfico y etnográfico. Para los historiadores españoles el debate se finca entre tres posiciones que privilegian las tesis de continuidad, síntesis y ruptura, acerca del problema de la transición de la sociedad hispanorromana a la sociedad hispanocristiana altomedieval, en donde la cuestión se centra en torno a la desarticulación de una sociedad organizada con base en el esclavismo romano y las vías de formación de otra fundada en el feudalismo, como modo de producción (García 1990: 1-7):

«Continuidad, síntesis, ruptura. Seis intentos de resolución del problema de la transición. Cada uno con presupuestos de partida parcialmente diferentes; cada uno

con atención preferente a un espacio concreto y con la tentación de extrapolar sus resultados» (op. cit., p. 7).

El problema radica en que se desconoce:

¿Qué es, realmente, la sociedad hispanogoda? ¿Una sociedad esclavista? ¿Una sociedad que se prefeudaliza institucionalmente? ¿Una sociedad suficientemente inmersa en un proceso de entrada en el feudalismo como modo de producción? Ahí radican las mayores dificultades (*loc. cit.*).

El sentido crítico de este cuestionamiento alcanza a la arqueología y le da en lo más profundo. Debemos reconocer que desconocemos qué son socialmente, no sólo como materiales y sitios arqueológicos, es decir, como culturas, las sociedades extintas que estudiamos arqueológicamente. Es crucial desarrollar metodologías para analizar la cuestión estructural; en otras palabras, para investigar el modo de vida y la formación social.

6. «Y SIN EMBARGO, SE MUEVE»

Pero las sociedades, como las esferas cósmicas estudiadas por Galileo, por supuesto que no están estáticas:

«Es también indudable que las civilizaciones pueden cambiar...» (Bloch 1984: 10).

Sugiero que, antes de pronunciarnos por adelantado por alguna opción de los términos de esta polémica, más bien hagamos el esfuerzo de comprender las respuestas que cada sociedad da a las contradicciones de su historia. Desde su fundación como ciencias modernas, la antropología y la arqueología han caracterizado, clasificado y descrito a las culturas, aportando un conocimiento valioso sobre las singularidades que distinguen a gran cantidad de sociedades. Con todo, casi nada sabemos del desarrollo (el cómo) y de los justificantes (el por qué) de este proceso de «singularización»; en otras palabras, del desarrollo histórico de los procesos sociales internos y externos en las sociedades. Al interior, en su modo de vida y en su formación social, con las contradicciones generadas por múltiples intereses. Fuera de sí, en dos frentes. Por un lado, en el espacio social, donde se realiza la interacción, conflictiva o no, con la otredad, porque ninguna sociedad está, ni se desarrolla, aislada; esto es, en lo que se ha denominado como las esferas de interacción (Gándara 1981: 15-16). Por otra parte, en el espacio geográfico, donde lleva a cabo la interacción con el paisaje heredado, materializada en múltiples formas de apropiación y explotación; y, a su vez, imprimiéndole otras transformaciones. De todo esto, desconocemos, en lo general, ya no se diga en los por-

menores y en las circunstancias, cómo comporta la confrontación cambio/permanencia de características culturales que se integran, rechazan y/o reestructuran-refuncionalizan a sus sistemas económico, de parentesco e institucional y a su psicología social. Porque el modo diferencial como cada comunidad, del conjunto de sociedades de una área geográfica, asume esta confrontación trasciende en la diversidad cultural, una cuestión fundamental de la antropología. Precisamente, esta diversidad cultural es lo que posibilita que cada sociedad sea culturalmente singular, ante la pluralidad cultural de la otredad donde está inmersa. Ciento que este hecho de la singularidad cultural ha justificado, de una u otra manera, el relativismo cultural y el particularismo histórico que sustentan los estudios de las antropologías culturalista y posmoderna, así como de las arqueologías tradicional y posprocesual. Pero, en contraste, ha coartado las metodologías comparativas para estudios sobre la diversidad cultural. Sin embargo, al contrario de como se ha tomado, no estamos ante una disyuntiva. Sin duda, debemos estudiar la singularidad cultural, pero, al mismo tiempo, la causalidad social, en tanto que lo primero da acceso al conjunto de formas fenoménicas que diferencian a cada sociedad, mientras que lo segundo, al sistema general de contenidos esenciales (Bate 1998: 77). Esto es, estamos ante el reto de desarrollar metodologías para el estudio de la complejidad social.

Con todo, considero pertinente y necesario mantener la idea de polémica sugerida por Guerra y Fabião (*op. cit.*), porque ello obliga a profundizar en los estudios y a mantener la rigurosidad en la recuperación de la evidencia básica y en los procesos analíticos. Así mismo, pondero el acierto de su crítica a las «tentaciones» e «ingenuidades» etno-arqueológicas. Desde antes, concuerdo con el cuestionamiento a las analogías etnográficas de lo arqueológico como si fueran «comprobaciones» a una escala 1: 1. Eso es un reduccionismo; puesto que ni la etnografía ni cualquier otra disciplina van a resolver los problemas teóricos y metodológicos propios de la arqueología. No obstante, en el mismo tenor, debo acrecentar una crítica a la propuesta de Guerra y Fabião de que, en contraposición, «...os elementos cronológicos precisos» son la alternativa para la «correcta avaliação das realidades em estudo» (*loc. cit.*). Discrepo de esta afirmación apresurada por dos cuestiones. Por una parte, porque ubica la cuestión en los términos de una polémica, superflua, donde el problema queda preso entre las «tentaciones» y las «ingenuidades» etno-arqueológicas, que ellos critican, y las, también, «tentaciones» e «ingenuidades» estratigráficas, por las que se decantan. De nuevo, mi crítica radica en que ambas opciones, asumidas como supuestas soluciones de la problemática arqueológica, son formas de reduccionismo, así como de simplificación de las realidades en estudio. En nuestra disciplina, tanto la etnografía como la estratigrafía tienen una utilidad, pero siempre con un estatus epistemológico de teorías de rango bajo que, en la propuesta de Schiffer (1987: 204-208), corresponden a las metodologías y técnicas de recuperación del dato básico. Las teorías de rango medio y alto (*op. cit.*, pp. 208-209) son, necesaria y respectivamente, la teoría arqueológica y la teoría social. Por otra parte, cualquier material arqueológico con un registro estratigráfico,

en abstracción de su necesaria referencia espacial, presenta el problema crítico de estar descontextualizado.

Mi posición es que ni sólo, ni sola, la arqueología debe, ni puede, buscar dar respuesta a la multiplicidad de preguntas en estudio. Por una parte, ni sólo, es decir, ni en exclusividad, porque otras disciplinas también deben participar, puesto que el conjunto de aportaciones, equivalentes o en discrepancia entre sí y respecto de la arqueología, ponen de manifiesto la problemática epistemológica y metodológica del estudio de los procesos sociales, así como la complejidad social e histórica de éstos, que rebasan la aparente simplicidad de los materiales arqueológicos. Por otro lado, ni sola, es decir, aislada, porque sus alcances devienen en extremo limitados; pues, de este modo, cada disciplina desde la isla de su práctica, seguirá diciendo cosas que leerán sólo sus colegas de profesión o, peor, el grupo reducido que comparte ideas. Asumir estos principios de una arqueología con una práctica, ni en exclusiva ni aislada, es decir, participativa e interdisciplinaria, implica tomar partido por la ruptura epistemológica respecto de la idea decimonónica positivista, aún en boga, de unas ciencias y otras humanidades... enclaustradas en sus departamentos e ignorándose mutuamente. Pero esto no es nada nuevo. Recuerdo que desde que era estudiante de licenciatura se discutía el tema y teníamos referencia de investigaciones interdisciplinarias, como el Tehuacan Archaeological–Botanical Project, llevado a cabo en los 1960's por MacNeish (1964), que aportó datos sobre el proceso de domesticación de los principales cultivos mesoamericanos: maíz (*Zea mays*), frijol (*Phaseolus sp.*), calabaza (*Cucurbita sp.*), chile (*Capsicum sp.*), aguacate (*Persea americana*), huautli (*Amaranthus sp.*), zapote negro (*Pouteria sapota*), zapote blanco (*Casimiroa edulis*), jitomate⁴ (*Solanum lycopersicum*), cacahuate⁵ (*Arachis hypogaea*)

y guayaba (*Psidium sp.*), así como el guajolote⁶ (*Meleagris gallopavo sp.*) (*op. cit.*, p. 36).

Antes de pasar al siguiente punto del tema, quiero recalcar que al calificar, de antemano, a las sociedades que estudiamos se restringe la profundidad del estudio. Porque ni todo cambia, ni todo permanece. Un estudio que se cuestione sobre lo que cambia y lo que permanece en la sociedad, busca dar respuesta a preguntas de tipo *qué*. Por otra parte, analizar el *cómo* y el *por qué* de esta constitución de las sociedades es una tarea para nada sencilla, si bien del todo apasionante. En la reflexión contemporánea, esta cuestión nos sitúa en la problemática de estudio de la complejidad social.

7. DEL MATERIAL ARQUEOLÓGICO AL CONTEXTO ARQUEOLÓGICO. LA CUESTIÓN DE LA METODOLOGÍA

La discusión sobre qué clase de evidencia arqueológica es relevante al análisis de la problemática en estudio no es nueva. Se inició cuando la arqueología se separó del anticuarismo. La arqueología nacida de esa ruptura, inmersa en el relativismo cultural y el particularismo histórico, puso énfasis en el registro de materiales arqueológicos en secuencia estratigráfica; en la clasificación y la descripción exhaustiva de sus rasgos culturales; en la delimitación de áreas culturales; así como en la narrativa de historias culturales. La crítica, desde diversas posiciones teóricas, a esta práctica arqueológica se llevó a cabo durante la segunda mitad del siglo XX. Una de éstas, que enfatiza la cuestión metodológica, destaca que la recuperación de materiales arqueológicos sin su referencia contextual dilapida su contenido informativo; en contraposición, establece que el registro arqueológico debe ponderar, ya no el material arqueológico aislado, sino la relevancia de la recuperación íntegra de con-

textos arqueológicos. Una consecuencia es la propuesta de registrar y analizar áreas de actividad, porque:

«...representa[n] la unidad mínima con contenido social, dentro del registro arqueológico» (Manzanilla 1986: 9).

Definida como:

«...un área de actividad es la concentración y asociación de materias primas, instrumentos o desechos en superficies y volúmenes específicos, que reflejen actividades particulares» (*op. cit.*, p. 11).

La autora clasifica cuatro grupos de actividades susceptibles de registro y análisis arqueológico: producción, uso o consumo, almacenamiento y evacuación (*loc. cit.*).

Otras consecuencias de la propuesta del estudio de contextos arqueológicos fueron, por un lado, el análisis de los procesos de trabajo; por otro, el análisis de los procesos de circulación de materias primas. En México, destacan los estudios sobre el intercambio a larga distancia de obsidiana y la producción de instrumentos a base de esta materia prima.

Debo de preguntar a dónde nos llevan estas metodologías de investigación y hacia dónde quiero ir en el proyecto que emprendo en Mértola. La primera forma de hacer investigación (la arqueología tradicional), enfocada al objeto (el material arqueológico), que potencia los atributos (rasgos culturales), tiene una analítica basada en la descriptiva formal, exhaustiva y puntual, con la meta de construir tipologías (cuantitativa), basadas en la forma y la función de los materiales arqueológicos, para definir los estilos culturales (cualitativa) que caracterizan una cultura. Esta base de datos fue utilizada para la construcción de culturas arqueológicas, sustentadas en listados simples de rasgos culturales. El punto culminante, era la narrativa de historias culturales. Esta metodología, al partir de la cultura para llegar a la cultura, procede de lo singular a lo singular. Múltiples críticas se le han planteado, pero aquí refiero una por su relevancia, que pone en cuestión que ese proceder dé por resultado un conocimiento y una comprensión de las sociedades del pasado, ahora extintas, en unos casos, o, en otros, modificadas por completo. Puntualicemos, con mayor precisión, el problema metodológico crítico que les fue planteado. En tanto que tales, los materiales arqueológicos y sus atributos son hechos (*facts*) contemporáneos al arqueólogo; por tanto, su clasificación proporciona, también y sólo, información del presente. Pero lo que procuramos es estudiar el pasado.

Otra práctica, en el ámbito de la metodología, es aquella enfocada al estudio de los contextos arqueológicos (áreas de actividad), que valora la relación espacial de los materiales arqueológicos, resignificando sus atributos; tiene una analítica basada en la observación funcional de los procesos de producción y circulación económica. Sus estudios están enfocados a dos temáticas. Por una parte, al análisis de

la organización espacial del trabajo en talleres, cocinas y otras áreas de actividad y/o al análisis de la organización técnica del trabajo (las fases del proceso de producción de un producto). Por otra, al estudio de la circulación de materias primas y productos terminados (política económica). El punto culminante de este proceder es la proposición de modelos conductuales sobre el pasado, que ayudan a organizar la información y hacen evidentes las interacciones, pero que no explican los procesos. Esta metodología, al partir de la asociación espacial de los materiales arqueológicos (contexto arqueológico) para reconstruir modelos acerca de los modos de trabajo y de vida de las sociedades del pasado, procede de lo singular a lo particular.

Esta metodología, a pesar de su potencialidad y su atractivo, no guía a donde quiero ir, que es a la comprensión de la interacción social e histórica de la comunidad rural de Mértola con su entorno regional, mediterráneo y europeo. En el apartado 2 de este escrito, anoté que, manera introductoria al área de estudio, me interesaba analizar «...los procesos de trabajo especializado, plasmados en áreas de actividad concretas». Planteado así, parecía que me decantó por una metodología como la caracterizada en el párrafo precedente, lo que llevaría a pensar el problema en el ámbito de una política económica. Pero, no del todo. El objetivo es analizar no sólo las formas materiales (cultura) y su funcionalidad en el contexto de las áreas de actividad, engranados a los ciclos de actividades y los ritmos de la vida cotidiana (modo de vida), sino, además, su contenido, producto de un proceso social e histórico que lo materializa (formación social).

Al respecto, los acercamientos de la historia a este objeto de estudio, han estado

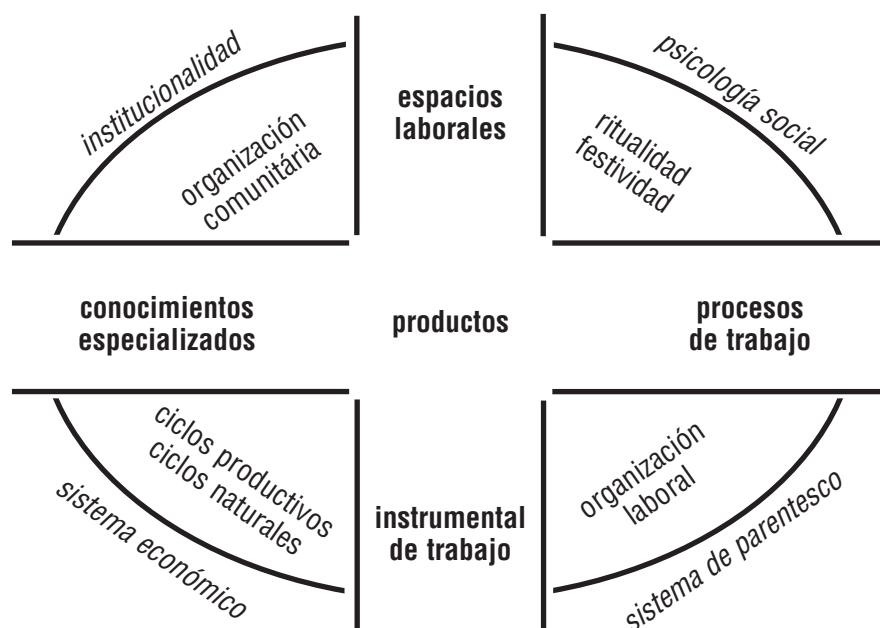


Figura 1 – Esquema de interrelación de la temática de investigación cuya utilidad es ser un memorando de cuestiones a atender en el transcurso de un estudio enfocado a sociedades no capitalistas. La propuesta retoma el sistema categorial de Bate (1998: 57-65), con modificaciones.

orientados al acontecimiento, a la coyuntura, a la estructura (Wallerstein 1983: 99). Estos planteamientos han dado pie a estudios de economía política e historia de las mentalidades. En el caso que me compete, trataré el problema de estudio desde el ámbito de la estructura y en la dinámica de la coyuntura. De aquí, el énfasis en el modo de vida y la formación social, como categorías centrales del análisis, en una dialéctica de cambio/permanencia. Busco un estudio que lleve a comprender de manera integral a la comunidad rural de Mértola, que incluya, además del sistema económico y los ciclos de festividad y ritualidad (mentalidades), cuestiones como el sistema de filiación y la organización laboral (teoría del parentesco); la organización comunitaria y la institucionalidad (antropología política). Insistiendo, por demás, en la relevancia de las áreas de actividad (contextos arqueológicos) como unidades de información de contenido social, donde la relación espacial (organización del espacio laboral) de los materiales arqueológicos (materias primas, productos en diferente fase de acabado, desechos de producción e instrumental de trabajo) resulta significativa porque, en lo mínimo, permite proponer inferencias sobre los conocimientos técnicos necesarios como los procesos de trabajo de un proceso de producción.

De manera sintética, esta temática de investigación está representada en un esquema (fig. 1), que establece su interrelación. La utilidad de este bosquejo es equivalente a los listados que deben tener ante su vista los pilotos, para no olvidar algún detalle de la operación de inicio de vuelo. En ese sentido, su servicio radica en recordarnos las cuestiones que debemos atender en el transcurso de una investigación. Más allá, el reto para nuestra especialidad es construir una analítica que permita acceder a la complejidad social de una comunidad extinta, en su proceso histórico singular.

8. PALABRAS FINALES

Las cuestiones que traté y la manera como las presenté están abiertas a la crítica y sujetas a la autocrítica. Este escrito va más allá del proyecto de investigación, en tanto que, por una parte, profundiza en una temática que, en dicho documento, está necesariamente esbozada; y, por otra, inicia el análisis del estado de la cuestión, respecto de la problemática científica tratada en el área y de lo que pretendo hacer y cómo lo pienso lograr. Los trabajos de investigación apenas inician; queda mucho por delante. Me resta puntualizar algunas cuestiones fundamentales.

La metodología de la investigación que estoy llevando a cabo está basada en los principios de la etno-archeología (Angulo 1990; Charlton 1981; Gándara 1990; Schiffer 1978) y de la arqueología histórica (Kepcs 1997; Fournier 2003; Little 1996, Orsey 2000). Con todo, la estrategia principal para ahondar en el estudio diacrónico de la formación de las tradiciones culturales del mundo rural de Mértola es mediante la investigación arqueológica, puesto que posibilita la generación de bases de datos de contenido cronológico-geográfico sobre este proceso histórico y social de larga duración.

En las labores de esta investigación está planteada la pertinencia de registrar y estudiar contextos arqueológicos, no sólo materiales arqueológicos, el reto es analizar el significado social e histórico de las realidades singulares exhumadas en excavación. Por tanto, de trascender de estos hoyos a una realidad ahora extinta, que estaba inmersa en tramas de interacciones sociales históricas, desplegadas en el paisaje; en una geografía que resulta social. Ante todo, se busca comprender las dinámicas de formación y de cambio/permanencia en el modo de vida «camponés» de Mértola.

BIBLIOGRAFIA

- ANGULO Villaseñor, Jorge (1990), «Interrelación entre la historia, etnología y arqueología», *Etnoarqueología. Coloquio Bosch-Gimpera*, pp. 83-97, Yoko SUGIURA Y. y Mari Carmen SERRA P. (editadoras), Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), Instituto de Investigaciones Antropológicas (IIA), México.
- BATE, Luis Felipe (1978), *Sociedad, formación económico-social y cultura*, Ediciones de Cultura Popular, México.
- BATE, Luis Felipe (1984), *Cultura, clases y cuestión étnico-nacional*, Juan Pablos Editor, México.
- BATE, Luis Felipe (1993), «Teoría de la cultura y arqueología», *Boletín de Antropología Americana*, no. 27, Instituto Panamericano de Geografía e Historia (IPGH), México.
- BATE, Luis Felipe (1998), *El proceso de investigación en Arqueología*, Crítica (Crítica/Arqueología), Grijalbo Mondadori, Barcelona.
- BLOCH, Marc (1984), Introducción a la historia, Fondo de Cultura Económica (Breviarios, 64), 12^a reimpresión, México.
- BRAUDEL, Fernand (1998), *Memorias del Mediterráneo. Prehistoria y antigüedad*, Cátedra.
- CHARLTON, Tomas (1981), «Archaeology, Ethnohistory, and Ethnology: interpretative interfaces», *Advances in Archaeological Method and Theory*, v. 4, pp. 129-176, SCHIFFER, Michael B. (editor), Academic Press, New York, London, Toronto, Sydney, San Francisco.
- de PAZ Sánchez, José Juan y DOMÍNGUEZ Domínguez, Consuelo (1994), *El pan y los cereales a través del tiempo*, Junta de Andalucía, Consejería de Educación y Ciencia y Consejería de Cultura y Medio Ambiente, Gabinete Pedagógico de Bellas Artes, Huelva.
- FOURNIER, Patricia (2003), «Historical archaeology in Mexico: a reappraisal», *The SSA Archaeological record*, v. 3, n. 4, sep. 2003, pp. 18-19 and 39, special issue on Latin American Historical Archaeology, Society for American Archaeology (SAA), Washington, D.C. (Magazine URL: www.saa.org/AbouttheSociety/Publications/TheSAAArchaeologicalRecord/tabid/64/Default.aspx).
- GAMITO, Teresa Júdice (1990), «Aldeia dos Mouros versus Alcaria Queimada an ethnoarchaeological case study», *Arqueología Hoy I. Etno-archeología*, pp. 266-280, Teresa Júdice Gamito (editora), Universidade do Algarve, Faro.
- GÁNDARA V., Manuel (1981), «El estudio de las similitudes y diferencias en el material arqueológico: tradición, influencia y área de interacción», *Interacción cultural en el México Central*, pp. 13-20, Evelyn C. RATTRAY, Jaime LITVAK K. y Clara DÍAZ O. (compiladores), Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), Instituto de Investigaciones Antropológicas (IIA) (Arqueología. Serie Antropológica, 41), México.
- GÁNDARA, Manuel (1990), «La analogía etnográfica como heurística: lógica muestral, dominios ontológicos e historicidad», *Etnoarqueología. Coloquio Bosch-Gimpera*, pp. 43-80, Yoko SUGIURA Y. y Mari Carmen SERRA P. (editores). Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), Instituto de Investigaciones Antropológicas (IIA), México.
- GARCÍA de Cortázar, José Angel (1990), *La sociedad rural en la España medieval*, 2^a ed., Siglo XXI de España Editores, Siglo XXI Editores, México, España, Argentina, Colombia.
- GUERRA, A. e FABIÃO, C. (1993), «Uma fortificação Omiada em Mesas do Castelinho (Almodôvar)», *Arqueologia Medieval*, 2, pp. 85-102. Edições Afrontamento, Porto.
- GUITA, Rui, 1998, *Guadiana/Alqueva. Os moinhos do Guadiana* (coleção «Guadiana/Alqueva - Património e Ambiente, 3), Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva (EDIA), Beja.
- GUITA, Rui (1999), *Engenhos hidráulicos tradicionais*. Ministério do Ambiente, Instituto de Conservação da Natureza, Parque Natural do Vale do Guadiana. Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Mértola.
- KEPECS, Susan (1997), «Introduction to new approaches to combining the archaeological and historical records», *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 4, n. 3-4, pp. 193-198, spe-

- cial issue: «New approaches to combining the archaeological and historical records», Susan KEPECS and Michael J. KOLB (guest editors), Plenum Press, New York and London.
- KIRCHHOFF, Paul (1954), «Gatherer and farmers in the Greater Southwest», *Reimpresos*, 5, Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Antropológicas, diciembre, 1976 (reimpreso de: *American Anthropologist*, v. 56, no. 4, August 1954).
- LITTLE, Barbara J. (1996), «People with history: an update on historical archaeology in the United States», *Images of the recent past. Readings in historical archaeology*, pp. 42-78, Charles E. ORSEY, Jr. (editor). Altamira Press, a Division of Sage Publications, Walnut Creek, London, New Delhi.
- MACNEISH, Richard, S. (1964), «the origins of New World civilization», *Scientific American*, November 1964, v. 211, n. 5, pp. 29-37.
- MANZANILLA, Linda (1986), «Introducción», *Unidades habitacionales mesoamericanas y sus áreas de actividad*, pp. 9-18, Linda MANZANILLA (editora), Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), Instituto de Investigaciones Antropológicas (IIA) (Arqueología. Serie Antropológica. 76), México.
- ORSEY, Jr., Charles E. (2000), *Introducción a la arqueología histórica*, Asociación de Amigos del Instituto Nacional de Antropología, Buenos Aires.
- ORTEGA Esquinca, Agustín (1998), «Tablas de Baja California», *Cuiculco* (Arqueología: hacia el nuevo milenio), Escuela Nacional de Antropología e Historia (ENAH), Nueva Época, v. 5, n. 14, sep-dic, 1998, pp. 69-85, México.
- ORTEGA Esquinca, Agustín (2004), *La comunidad Cucapá. Un proceso de formación social en la cuenca baja del Colorado-Gila* (ISBN 84-689-7817-5). Tesis doctoral 2004, Universidad de Sevilla, Facultad de Geografía e Historia, Departamento de Prehistoria y Arqueología. Vice-rectorado de Postgrado y Doctorado (Fondos Digitalizados de la Universidad de Sevilla, grupo Geografía e Historia, URL: http://fondosdigitales.us.es/thesis/thesis_view?oid=483), Sevilla.
- SANOJA, Mario (1983), *Siete temas de debate en la arqueología social*, Cuadernos de Antropología, Universidad de Costa Rica, San José.
- SCHHIFFER, Michael B. (1987), «El lugar de la arqueología conductual en la teoría arqueológica», *Arqueología y Ciencia, segundas jornadas*, pp. 195-218, Franciasco GALLARDO I., Loreto SUÁREZ S. y Luis CORNEJO B. (eds.), Imprenta Museo Nacional de Historia Natural, Santiago de Chile.
- SCHIFFER, Michael B. (1978), «Methodological issues in ethnoarchaeology», *Explorations in ethnoarchaeology*, pp. 229-247, R. Gould (editor), University of New Mexico Press, Albuquerque.
- TORRES, Cláudio (1992), «Povoamento antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica», *Arqueología Medieval*, no.1, pp. 189-202. Edições Afrontamento, Porto.
- VARGAS, Iraida (1984), «Definición de conceptos para una arqueología social», *Hacia una Arqueología social. Actas del Primer Simposio de Arqueología del Caribe*, Oscar FONSECA (editor), Vieques.
- VARGAS, Iraida (1985), «Modo de vida: categoría de las mediaciones entre la formación social y cultura», *Boletín de Antropología Americana*, n. 12, Instituto Panamericano de Geografía e Historia (IPGH), México.
- VARGAS, Iraida (1987), «La formación económico-social tribal», *Boletín de Antropología Americana*, n. 15, Instituto Panamericano de Geografía e Historia (IPGH), México.
- VARGAS, Iraida (1989), «Teorías sobre el cacicazgo como modo de vida: el caso del Caribe», *Boletín de Antropología Americana*, n. 20, Instituto Panamericano de Geografía e Historia (IPGH), México.
- VELOZ Maggiolo, Marcio (1984a), «Arqueología de la vida cotidiana», *Boletín de Antropología Americana*, n. 10, Instituto Panamericano de Geografía e Historia (IPGH), México.
- VELOZ Maggiolo, Marcio (1984b), «La arqueología de la vida cotidiana: matices, historia y diferencias», *Hacia una Arqueología social. Actas del Primer Simposio de Arqueología del Caribe*, Oscar FONSECA (editor), Vieques.
- VELOZ Maggiolo, Marcio (1987), «Algunas notas sobre la categoría de modo de trabajo», *Gens*, v. 3, n. 1.
- VIANA, Abel (1958), «Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo», *Arquivo de Beja*, v. XV, pp. 3-56 y I-XII, Biblioteca Municipal de Beja, Beja.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1983), «Braudel, los 'Annales' y la historiografía contemporánea», *revista Historias*, n. 3, pp. 99-111, México.

NOTAS

- 1 Bolsa de pós-doutoramento (SRFH/BPD/41505/2007), da FCT, no Campo Arqueológico de Mértola (CAM), membro da unidade de investigação do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto – Campo Arqueológico de Mértola (CEAUCP-CAM).
- 2 Por supuesto que se puede plantear una variedad mayor de preguntas, afines a la diversidad de problemas en cuestión. Sólo que estas seis son las básicas para conocer y comprender, en lo elemental, un caso.
- 3 Guita no presenta ilustraciones sobre estas «mos de vai-vem». Quiero imaginar que son análogos a los «metates» de México, en uso hasta el presente, pero que mantienen el formato básico de los instrumentos de molienda más antiguos, recuperados en contexto arqueológico.
- 4 *Jitomate*, como se le conoce en México, es una palabra derivada del vocablo *Náhuatl*, *xiuhtomatl*, que significa «tomate rojo o de color fuego». En Portugal se le conoce como *tomate*.
- 5 *Cacahuate*, otro vocablo *Náhuatl*, *xal-cacáhuatl*, que significa «almendra» (*cacáhuatl*) que crece en suelo arenoso (*xalli*). En Portugal se le conoce como «amendoins».
- 6 *Guajolote*, palabra *Náhuatl*, «*huexolotl*», con dos posibles significados, «monstruo (*xólotl*) viejo (*huéhuetl*)» o «Monstruo (*xólotl*) grande (*huey*)». En Portugal se le denomina «*perú*», mas su hábitat natural es la América del Norte, desde México a Canadá.

